



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – ICED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGED
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

MARIA LUCIRENE SOUSA CALLOU



*A Congregação Filhas de Maria Auxiliadora e a Formação Feminina
Salesiana no Instituto Dom Bosco em Belém do Pará: entre a educação, a
religião e o trabalho
(1935 – 1942)*



Belém-Pará

2023

MARIA LUCIRENE SOUSA CALLOU



*A Congregação Filhas de Maria Auxiliadora e a Formação Feminina
Salesiana no Instituto Dom Bosco em Belém do Pará: entre a educação, a
religião e o trabalho
(1935 – 1942)*

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação do Instituto de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Pará, na Linha de Pesquisa Educação, Cultura e Sociedade, para a obtenção do título de Doutora em Educação, sob a orientação da Profa. Dra. Laura Maria Silva Araújo Alves.

Belém-Pará

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C163c Callou, Maria Lucirene Sousa.
A Congregação Filhas de Maria Auxiliadora e a Formação
Feminina Salesiana no Instituto Dom Bosco em Belém do Pará: :
Entre a educação, a religião e o trabalho (1935 – 1942) / Maria
Lucirene Sousa Callou. — 2023.
363 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Laura Maria Silva Araújo Alves
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de
Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação,
Belém, 2023.

1. Instituições Educativas. 2. Congregação Religiosa. 3.
Filhas de Maria Auxiliadora. 4. Educação Feminina. I. Título.

CDD 370

MARIA LUCIRENE SOUSA CALLOU



*A Congregação Filhas de Maria Auxiliadora e a Formação Feminina
Salesiana no Instituto Dom Bosco em Belém do Pará: entre a educação, a
religião e o trabalho
(1935 – 1942)*

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, Linha de Educação, Cultura e Sociedade, para a obtenção do título de Doutorado em Educação.

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Laura Maria da Silva Araújo Alves. PPGED – UFPA (Orientadora)

Prof. Dr. Welington da Costa Pinheiro. PPGED – UFPA (Membro Interno)

Prof. Dr. Carlos Nazareno Ferreira Borges. PPGED – UFPA (Membro Interno)

Prof.^a Dr.^a Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino França. PPGED – UEPA
(Membro Externo)

Prof. Dr. Sidney da Silva Lobato. PPGED – UNIFAP (Membro Externo)

AGRADECIMENTOS

O processo de produção desta Tese foi por muitas vezes desafiador, o período pandêmico arrastou nossas alegrias, pessoas, trocas de experiências afetivas e científicas: todas formativas... Nos lançou em um campo de incertezas... Respiro fundo e digo: Concluímos! Grata ao amor Divino e que esteja sempre em nossos corações, há um Deus a nos guardar! Gratidão a minha família e amigos da academia e da vida. Aos meus pais Lúcia Callou e Franciso Callou, que me ensinaram a acreditar que a educação é o caminho para melhorar a sociedade e a vida, pelos momentos de escuta e de acolhimento. Aos meus irmãos queridos, Franciro Callou, por sempre estar disponível, contribuindo com seu trabalho no campo da informática, nos eventos e compromissos por mim assumidos no Ppged-Ufpa, e em especial a Frank Callou, meu irmão que tanto me ouviu na construção da Tese, que vibrava comigo a cada descoberta junto com mamãe, mulher que também por muitas vezes, se enxergou nas meninas pobres e trabalhadoras, na condição do trabalho doméstico e do desafio de frequentar a escola neste contexto. Ao meu companheiro Rodrigo Lima, que compreendeu as minhas ausências, me fez companhia, enxugou minhas lágrimas e fez meus dias alegres, deixando o fardo do estudo mais leve. A minha sobrinha Maria Victória Callou, que na sua sabedoria de criança, me acalmou, conversou, brincou... Vocês todos me fortaleceram na fé e foram fundamentais para que eu conseguisse caminhar, agarraram-me nesse momento, e seguiram junto comigo. A história de vida de meus pais foi importante para ser quem eu me tornei hoje, obrigada por me ensinarem a amar, a respeitar as diferenças, a escutar, a ser solidário e acreditar nas perspectivas que o próximo dia, sempre pode ser melhor do que aquele que já se foi; podemos ser pessoas melhores, podemos ser o quisermos se plantarmos em nós o sonho e a persistência em enfrentar as dificuldades da vida.

A minha querida orientadora professora Dra. Laura Alves, pessoa de alta competência, que me concedeu a oportunidade de realizar meu projeto de vida: O estudo do Mestrado e Doutorado em uma universidade pública. Lá se vão dez anos de convivência, de estudos, de pesquisas e de eventos científicos. Você me inseriu na História da Educação, me ensinou a pesquisar este campo, contribuiu com os seus saberes na formação humana, fortalecendo minha condição de mulher pesquisadora e professora da escola pública na Amazônia paraense. Obrigada pelo apoio e compreensão nos momentos mais difíceis que passamos: A pandemia. Obrigada professora por me ensinar a exercitar a resiliência, pelo tempo dispensado na construção, orientação e leitura desta pesquisa.

Ao Programa de Pós-graduação em Educação da maior Universidade Pública do Norte do País: Federal do Pará e seus professores, pela formação a mim concedida, em especial, aos professores Dr. Carlos Jorge Paixão e Dr. Damião Bezerra pela partilha de saberes e postura de humanização, respeito e diálogo com seus discentes. Agradeço ainda, aos coordenadores e coordenadoras deste programa que nos apoiaram para a conclusão deste trabalho, em especial, a professora Dra. Lúcia Isabel, que em diversos momentos em que foi solicitada manteve o carinho, solidariedade e respeito aos discentes que lutavam para finalizar o curso. A nossa Linha de pesquisa Educação, Cultura e Sociedade, que em meu percurso formativo possibilitou a reflexão sobre a educação e as condições históricas e sociais que envolvem os sujeitos, a sua cultura, no decorrer dos processos formativos e de escolarização das crianças e jovens da Amazônia, bem como suas lutas e pelepas neste espaço do campo, das águas e das florestas. Ao Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação e Infância na Amazônia (GEPHEIA) liderado pela professora Dra. Laura Alves, por ter nos oportunizado momentos de estudos e compartilhamento de saberes neste campo. Agradeço ao Técnico em Assuntos Educacionais/Secretário: Dr. William da Mota, pelos momentos de orientação e postura humanizada no trato com os discentes, sempre cortês e competente na resolução das demandas acadêmicas. Aos demais servidores desta universidade que trabalharam organizando o espaço para que pudéssemos ocupá-lo com nossos estudos.

Aos amigos que a vida acadêmica nos deu: Kátia Salomão, Marielson Guimarães, Vitor Nery, Cleumir Pereira, Dorilene Pantoja, Ana Claudia Rosa, André Lima, Gabriela Milenka, pelos momentos de luta, diálogo e união na produção da Tese, em especial, a Adriene Pimenta por dividir, escutar, e viver comigo os momentos de incertezas, aflições, de buscas e descobertas da pesquisa, de trabalhos, de alegrias da vida acadêmica e pessoal. Gratidão profunda ao Welington Pinheiro, amigo que a vida presenteou e com quem pude contar a qualquer momento para abrir meus caminhos da pesquisa e iluminar com os seus saberes, obrigado por compartilhá-los comigo.

A Irmã Eleuzimar, religiosa da congregação salesiana Filhas de Maria Auxiliadora e Diretora do Instituto Dom Bosco de Belém, que abriu os arquivos da casa e do Instituto Dom Bosco para que pudéssemos pesquisar, dar visibilidade a história da educação paraense e a congregação religiosa em Belém do Pará. A Dorvalina Moraes G. da Silva, Assistente de Biblioteca do Centro Salesiano de Documentação e Pesquisa de Barbacena, que me disponibilizou alguns documentos; A Irmã Maria Luisa Nicastro, Secretária Geral das Filhas de Maria Auxiliadora da Itália, pela disponibilidade dos documentos na plataforma do Centro de Estudo das Filhas

de Maria Auxiliadora; As irmãs Carmelita e Leonéia Furtado por disponibilizar alguns documentos sobre as professoras do Instituto.

A Banca examinadora que na Qualificação e Defesa me apontou possibilidades, sugestões e críticas para avançar no estudo desta Tese. Ao professor Dr. Cesar Augusto Castro que me encorajou a caminhar pela História das Instituições Educativas e deu sugestões valiosas que enriqueceram este estudo. Ao professor Dr. Sidney Lobato pelas contribuições sobre o trabalho feminino e as questões religiosas na Amazônia. Obrigada professor Dr. Nazareno Borges especialmente pelos conhecimentos e leituras compartilhadas sobre a Congregação Salesiana, pois foram de fundamental importância. Obrigada ao Dr. Welington Pinheiro pelas relevantes contribuições na educação feminina, especialmente no campo da ginástica e práticas educativas corporais. Agradeço eternamente a mulher pesquisadora referência em História da Educação na Amazônia: Professora Dra. Socorro França, pois você me fez “enxergar as fontes”, incentivou-me a posicionar-me como uma pesquisadora da história da educação paraense, participou e contribuiu na minha formação desde o Mestrado. Obrigada por iluminar meu caminho e me ensinar sobre os lugares de memória, da relevância da cultura, da valorização da história da educação na Amazônia e dos nossos saberes.

Agradeço a Sylvia Elieny Calandrini, profissional paraense competéssima, que realizou a Revisão desta Tese. Obrigada pelo compromisso e cuidado na leitura.

Por fim, obrigada a Secretaria Estadual de Educação do Pará, que me concedeu Licença Aprimoramento para que a pesquisa pudesse ser realizada.

RESUMO



Esta Tese, intitulada *A Congregação Filhas de Maria Auxiliadora e a Formação Feminina Salesiana no Instituto Dom Bosco em Belém do Pará: entre a educação, a religião e o trabalho (1935-1942)*, objetivou analisar como se constituiu a formação feminina dirigida pela referida congregação no Instituto Dom Bosco de Belém, entre 1935 e 1942. A pesquisa situa-se no campo da História das Instituições Educativas, realizada por meio da técnica de Análise Documental. Para fundamentar o objeto de estudo na perspectiva histórica, elencamos Marc Bloch e Edward Thompson para analisar a ação da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora no tempo, os agentes educativos envolvidos e suas experiências de educação feminina pautadas na cultura institucional salesiana. Trabalhamos, ainda, o conceito de *hábitus* na perspectiva de Pierre Bourdieu, a fim de compreender a internalização e tradição das experiências culturais constituídas, a partir da educação feminina ministrada. Para discutir a História das Instituições Educativas, fundamentamo-nos, principalmente, em Justino Magalhães nas categorias de Representação, Apropriação e Materialidade institucional, a fim de identificar como as religiosas se apropriaram do momento histórico em que viviam e organizaram uma instituição educativa para o público feminino, implementando seu modelo de educação, especialmente para a juventude feminina, compreendendo ainda a organização e finalidade das práticas e do ensino, conectando as representações dessa educação feminina no contexto político, religioso, social e educacional do recorte temporal. Para estruturar a conjuntura nacional e internacional político-religiosa, valemo-nos de estudiosos experientes deste campo, como Riolando Azzi, Possidônio da Mata, Rodolfo Roux, Paula Leonardi e Agueda Bittencourt. Para discutir a educação feminina, recorreremos principalmente a Michele Perrot e Margareth Rago, referências fundamentais no estudo da educação feminina no Brasil. Por fim, embasamo-nos em Ana Silvia Scott e Joan Scott para discutir a categoria gênero dentro deste universo institucional e educativo e suas relações com a formação feminina salesiana organizada pelas Filhas de Maria Auxiliadora. Para a análise documental, pautamo-nos em André Cellard, Carlos Bacellar e Carla Pinsk. O *corpus* da pesquisa foi constituído principalmente por fontes do arquivo local do Instituto Dom Bosco: Cartas escritas de 1933 a 1937, Crônicas de 1934 a 1942, Álbuns de fotografias e Estatuto, além do Arquivo Geral da Congregação FMA com suas Cartas Circulares de 1933 a 1946 e Plano de Formação para a educação feminina. Os resultados apontam que a Congregação Filhas de Maria Auxiliadora implementou seu projeto formativo salesiano feminino em Belém a partir de 1935, oferecendo o Ensino Primário, Ensino Profissional e Oratório Festivo no Educandário Feminino do Instituto Dom Bosco de Belém. Em um momento político, cultural, religioso em que a Igreja convencionou que o destino feminino estava condicionado a maternidade e ao casamento, a Congregação Filhas de Maria Auxiliadora implementou uma educação feminina que encorajou a formação feminina para o trabalho, fundamentada em um ato intrínseco à condição material necessária de subsistência e necessidade humana. Por fim, identificamos uma obra bastante significativa das ações da Congregação na educação feminina para o trabalho em um espaço operário na cidade de Belém.

Palavras-chave: Instituições educativas; Congregação religiosa; Filhas de Maria Auxiliadora; Educação feminina.

ABSTRACT



This Thesis, entitled *The Daughters of Mary Help of Christians Congregation and Salesian Feminine Formation at the Dom Bosco Institute: between education, religion and work (1935-1942)*, aimed to analyze how the female formation directed by the aforementioned congregation at the Instituto Dom Bosco city of Belém was constituted. between 1935 and 1942. The research is located in the field of History of Educational Institutions, carried out using the Document Analysis technique. To base the object of study on a historical perspective, we selected Marc Bloch and Edward Thompson to analyze the action of the Daughters of Mary Help of Christians Congregation over time, the educational agents involved and their experiences of female education based on Salesian institutional culture. We also work on the concept of habitus from the perspective of Pierre Bourdieu, in order to understand the internalization and tradition of cultural experiences constituted from the female education provided. To discuss the History of Educational Institutions, we are based mainly on Justino Magalhães in the categories of Representation, Appropriation and Institutional Materiality, in order to identify how religious women appropriated the historical moment in which they lived and organized an educational institution for the public. feminine, implementing its education model, especially for female youth, also understanding the organization and purpose of practices and teaching, connecting the representations of this female education in the political, religious, social and educational context of the time frame. To structure the national and international political-religious situation, we made use of experienced scholars in this field, such as Riolando Azzi, Possidônio da Mata, Rodolfo Roux, Paula Leonardi and Agueda Bittencourt. To discuss female education, we turned mainly to Michele Perrot and Margareth Rago, fundamental references in the study of female education in Brazil. Finally, we draw on Ana Silvia Scott and Joan Scott to discuss the gender category within this institutional and educational universe and its relations with Salesian female formation organized by the Daughters of Mary Help of Christians. For the documentary analysis, we were guided by André Cellard, Carlos Bacellar and Carla Pinsk. The research corpus consisted mainly of sources from the local archive of the Dom Bosco Institute: Letters written from 1933 to 1937, Chronicles from 1934 to 1942, Photograph Albums and Statute, in addition to the General Archive of the FMA Congregation with its Circular Letters from 1933 to 1946 and Training Plan for female education. The results indicate that Filhas de Maria Auxiliadora Congregation implemented its Salesian female training project in Belém from 1935 onwards, offering Primary Education, Professional Education and Festive Oratory in the Women's School of the Instituto Dom Bosco of Belém. In a political, cultural, religious in which the Church agreed that female destiny was conditioned by motherhood and marriage, the Daughters of Mary Help of Christians implemented female education that encouraged female training for work, based on an act intrinsic to the necessary material condition of subsistence and need human. Finally, we identified a very significant work of the Congregation's actions in female education for work in a working-class space in the city of Belém.

Keywords: Educational institutions; Religious congregation; Female education; Daughters of Mary Help of Christians.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Levantamento do Estado do conhecimento no Banco de Dissertação e Teses da Capes.....	155
Quadro 2 – Levantamento de trabalhos que trataram da temática Congregação religiosa nos programas de pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará e Universidade do Estado do Pará.....	20
Quadro 3 – Obras da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora no Norte do Brasil.....	99
Quadro 4 – Assuntos do Programa da Cultura Profissional de 1934.....	129
Quadro 5 – Recenseamento Geral do Brasil em 1940 – Educação.....	201
Quadro 6 – Ensino Primário Geral	204
Quadro 7 – Funções desempenhadas no Instituto Dom Bosco em 1938.....	214
Quadro 8 – Funções desempenhadas no Instituto Dom Bosco em 1939.....	215
Quadro 9 – Funções desempenhadas no Instituto Dom Bosco em 1940.....	215
Quadro 10 – As diretoras do Instituto Dom Bosco – 1935 a 1963.....	23333
Quadro 11 – Orientações para a professora sobre as formas de ensinar.....	2422
Quadro 12 – Enquadramento dos acontecimentos celebrativos e festivos no cotidiano educativo do Instituto Dom Bosco.....	248
Quadro 13 – Programação da Academia de Encerramento Escolar, 1940.....	255
Quadro 14 – Programação da Academia de Encerramento Escolar Instituto Dom Bosco, 1938.....	2941
Quadro 15 – Programação da Academia de Encerramento Escolar Instituto Dom Bosco, 1939.....	2943

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura representativa do objeto Congregação Filhas de Maria Auxiliadora segundo sua internalidade.	47
Figura 2 – Configuração do ciclo evolutivo de uma instituição.	48
Figura 3 – Análise documental em uma instituição educativa a partir das constelações analíticas.	49
Figura 4 – Configuração das categorias: casa salesiana, formação feminina, cultura salesiana e trabalho.	52
Figura 5 – Arquivo da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora em Belém.	53
Figura 6 – Organização das fontes documentais de grande volume por arquivo.	58
Figura 7 – Antônio Lustosa próximo à Catedral da Sé e Brasão de Antonio de Almeida Lustosa.	65
Figura 8 – Dom Antonio de Almeida Lustosa.	66
Figura 9 – <i>Crestomatia</i>	67
Figura 10 – <i>Herói Obscuro</i>	72
Figura 11 – <i>Férias</i>	73
Figura 12 – <i>Bem feito</i>	73
Figura 13 – Prefácio de Lustosa à Maria Antonieta Serra Freire Pontes e capa do livro oficial escolar.	77
Figura 14 – Publicação da Ação Católica.	88
Figura 15 – Localização geográfica das casas fundadas pelas Filhas de Maria Auxiliadora no Norte do Brasil. .	97
Figura 16 – Matérias de ensino.	143
Figura 17– Bondes da empresa Pará Electric.	162
Figura 18– Academia.	189
Figura 19 – Regulamento do Ensino Primário do Estado do Pará.	192
Figura 20– Ensino Primário no Instituto Dom Bosco.	218
Figura 21– Frente e verso do Regulamento para as Casas de Educação das FMA, 1932.	224
Figura 22 – Capela e Escola do Instituto Dom Bosco de Belém.	246
Figura 23– Horário da Casa.	248
Figura 24– Crianças preparadas para uma festa.	254
Figura 25– Elementos educativos.	256
Figura 26– Primeira Comunhão das alunas do Instituto Dom Bosco.	258
Figura 27– Federação Brasileira do Progresso Feminino.	265
Figura 28– Estatuto do Instituto Dom Bosco de Belém.	272
Figura 29– Grupo de funcionários do Instituto de Estatística do Pará em 1939.	280
Figura 30– Novos datilógrafos.	281
Figura 31– Anúncio de Curso de Datilografia, 1918.	282

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 – Estrutura da População Economicamente Ativa, por sexo, no Brasil – 1940-1980.....	94
Tabela 2 – Organização Provincial da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora – Brasil (1934-1942).....	183
Tabela 3 – Ensino em Geral – Unidades Escolares	205
Tabela 4 – Ensino em Geral – Categorias de Ensino.....	206

SUMÁRIO



<i>Seção I</i>	12
<i>INTRODUÇÃO: ROTAS E TRILHAS INICIAIS</i>	12
1.1 Ponto de partida	12
1.2 Definindo a rota da Congregação religiosa	25
1.3 A problemática e objetivos da pesquisa	40
<i>Seção II</i>	43
<i>CONSTRUÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA</i>	43
2.1 Construção teórico-metodológica	43
2.2 O corpus da pesquisa e saga em busca dos/nos arquivos	55
2.2.1 Crônicas	58
2.2.2 Cartas	59
2.2.3 Estatuto, Regulamento, Plano de Formação e Capítulo Geral	60
2.2.4 Álbum de fotografias	60
2.2.5 Livros	60
2.3 Estruturação do texto	61
<i>Seção III</i>	64
<i>ENTRE EDUCAÇÃO, SAÚDE E RELIGIÃO: O TRABALHO PASTORAL DE ANTONIO LUSTOSA NA AMAZÔNIA E A CONGREGAÇÃO FILHAS DE MARIA AUXILIADORA</i>	64
3.1 Bispo, pastor, educador e escritor: atuação de Antonio Lustosa no Pará	64
3.2 A Igreja construindo um lugar de projeção na pátria desenvolvimentista de Getúlio Vargas	80
3.3 A chegada da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora ao Norte: expansão nacional e consolidação local	95
3.4. Aproximações entre os agentes educativos Dom Lustosa e Dom Bosco no processo de recristianização social a partir de 1930 e sua relação com a educação salesiana	110
<i>Seção IV</i>	125
<i>A CONGREGAÇÃO FILHAS DE MARIA AUXILIADORA E A EDUCAÇÃO FEMININA: CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS A PARTIR DE 1934</i>	125

4.1 O projeto formativo das Filhas de Maria Auxiliadora	125
4.2 O fascismo na educação feminina e sua relação com as encíclicas <i>Rerum Novarum</i> (1891) e <i>Quadragesimo Anno</i> (1934) nos educandários das Filhas de Maria Auxiliadora	147
4.3 Fundação do Instituto Dom Bosco e as primeiras ações em solo belenense	154
<i>Seção V</i>	177
<i>O INSTITUTO DOM BOSCO E A EDUCAÇÃO DE MULHERES BELENENSES</i>	177
5.1 As primeiras experiências educativas para uma formação religiosa, profissional, intelectual e educativa feminina	177
5.2 O ensino primário do Pará e a educação feminina no Instituto Dom Bosco	190
5.3 Comportamentos, práticas culturais e o cotidiano das meninas no Instituto Dom Bosco	208
<i>Seção VI</i>	231
<i>A FORMAÇÃO PROFISSIONAL FEMININA E A ATUAÇÃO DA CONGREGAÇÃO FILHAS DE MARIA AUXILIADORA</i>	231
6.1 As atividades das Filhas de Maria Auxiliadora na docência e na administração do Instituto Dom Bosco	231
6.2 O processo ensino-aprendizagem na educação salesiana	241
6.3 As práticas religiosas das salesianas na Formação Feminina no Instituto Dom Bosco	246
<i>Seção VII</i>	262
<i>O INSTITUTO DOM BOSCO NA FORMAÇÃO DE MULHERES PARA O TRABALHO</i>	262
7.1 A formação da mulher para o trabalho nos anos 30 e 40	262
7.2 O ensino no Instituto Dom Bosco	269
7.3 Práticas educativas na Formação Feminina	290
7.4 Da formação doméstica para o lar à formação para o trabalho em fábricas e comércios	299
<i>Seção VIII</i>	312
<i>CONSIDERAÇÕES FINAIS</i>	312
<i>Fontes documentais</i>	320
<i>REFERÊNCIAS</i>	326

Seção I



INTRODUÇÃO: ROTAS E TRILHAS INICIAIS

Muito me impressiona o ato de transformar água, em vinho, mas muito maior é o ato da conversão de uma alma. E quero dizer o que com isto? Quero dizer que nesta casa, minúscula, será grande com o tempo, e com a proteção de Auxiliadora e São João Bosco se cumpram muitos e muitos milagres de conversão. Esta é a graça maior que pedimos ao senhor, este é o grandioso desejo de Dom Bosco. Durante a missa a senhora M. Lourdes MacDowel com a sua “Schola Cantorum” cantaram diversos louvores de adoração em latim. Graças a generosidade dos benfeitores pudemos oferecer as oratorianas chocolate e doce (CRÔNICA DA CASA, 1935, p. 9).

1.1 Ponto de partida

Esta tese, intitulada *A Congregação Filhas de Maria Auxiliadora e a Formação Feminina Salesiana no Instituto Dom Bosco em Belém do Pará: entre a educação, a religião e o trabalho (1935-1942)*, situa-se na área da História da Educação, em interface com o campo da História das Instituições Educativas na Amazônia e a História da Educação de Mulheres. Portanto, o objeto de estudo é a Congregação Filhas de Maria Auxiliadora e a educação feminina implementada no Instituto Dom Bosco entre os anos de 1935 e 1942 na cidade de Belém. Objetivamos investigar toda a égide filosófica, política, religiosa e educativa da Congregação na formação feminina no Instituto Dom Bosco, sobretudo a educação salesiana de mulheres belenenses para o trabalho.

O interesse pelo campo da História da Educação se deu desde o Mestrado, em 2014, no primeiro contato com a pesquisa documental que ocorreu na Emeroteca do Centur à procura de fontes que tratassem de instituições educativas voltadas para crianças no século XX no Pará. Nesta ocasião, buscava fontes relacionadas à Instituição Pia Nossa Senhora das Graças, que resultou na dissertação defendida em 2016, no Programa de Pós-graduação em Educação da UFPA, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Laura Alves, intitulada *Instituição Pia Nossa Senhora das Graças: Assistência e educação de meninas pobres, órfãs e abandonadas (1943-1975)*. Ao

folhearmos o jornal *A Província do Pará*, encontramos uma reportagem do dia 26 de abril de 1947 que mencionava o Instituto Dom Bosco, ressaltando a importância desta instituição para o Estado do Pará, em razão de sua utilidade para a educação e o ensino de ofício para meninas pobres no Bairro do Reduto, em Belém.

Foi no mestrado que descobrimos a necessidade de mais estudos no campo da História das Instituições Educativas religiosas no Pará, no campo da História da Educação, e a investigação do papel das congregações religiosas, do ensino educação profissional, da Educação da Infância pobre e desvalida e da educação de mulheres¹.

O Instituto Dom Bosco está localizado em tempo e espaço particulares. Sua origem no ano de 1935 é produto do corpo institucional constituído e instituído em um contexto de criação, agentes, meios e fins, culturas, valores e intencionalidades, tal qual afirma Magalhães (2004). O seu corpo institucional foi moldado pelas Filhas de Maria Auxiliadora, congregação italiana católica que migrou para o Brasil, ocupando-se principalmente da educação feminina desde o século XIX, vinda ao Pará em 1935 a convite e articulação do Arcebispo de Belém, de naturalidade brasileira, Dom Antonio de Almeida Lustosa, pertencente à Congregação Salesiana.

Em nosso estudo, constatamos que o Instituto Dom Bosco de Belém foi uma instituição educativa religiosa, criada exclusivamente para a juventude feminina em 1935 e que, até a década de 1950, manteve uma tradição atuando no campo da educação feminina, nas frentes do ensino primário, formação religiosa e profissionalização, modificando-se em 1959 com a criação do Ginásio Dom Bosco, que não é interesse de nossa tese, já que vamos nos ater as origens, mais especificamente na primeira geração de sua existência. Esse movimento de análise foi importante devido a nossa busca em construir uma meso² bordagem da instituição.

¹ Contribuíram de forma significativa na minha trajetória formativa em História da Educação, desde 2013, eventos como o Congresso Brasileiro de História da Educação, promovido pela Sociedade Brasileira de História da Educação e sua produção científica, bem como, no âmbito regional de Belém do Pará, as produções científicas e eventos coordenados e promovidos pela Prof.^a Dr.^a Laura Maria Silva Araújo Alves por meio do Grupo de Estudos e História da Educação e Infância na Amazônia – GEPHEIA e Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará, e pelas professoras Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França e Maria Betânia Albuquerque no Grupo de Pesquisa História da Educação na Amazônia – GHEDA e Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará. No âmbito regional, também, contribuíram no campo da História da Educação eventos e produções científicas do Encontro Maranhense da História da Educação, coordenado e promovido pelo Prof. Dr. Cesar Augusto Castro por meio do Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e Práticas Leitoras – NEDHEL e o Programa de Pós-graduação em Educação da UFMA. Por fim, agradecemos ainda aos eventos e produções científicas do COHISME, coordenado pela professora Olivia de Moraes Medeiros Neta, que promoveu debates e discussões sobre a História da Educação Profissional no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

² Segundo Magalhães (2018), a meso abordagem pauta-se em verificar os fatos históricos que reconfiguraram as ações e práticas da instituição e demarcaram as dissemelhanças, continuidades e rupturas.

Nesse sentido, analisamos também a relação entre o *local* e a *instituição*, apontando a escolha deste local pelos agentes da Congregação salesiana, inicialmente representados por Dom Lustosa, cujas preocupações se direcionavam ao bairro do Reduto e à educação da juventude feminina da periferia, demonstradas em suas cartas durante as tentativas de fundação da instituição em Belém do Pará. O Instituto Dom Bosco corporificou as ações da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora na educação feminina, representando o ordenamento do espaço e a construção cotidiana do ser feminino.

A ação educativa desenvolvida no Instituto Dom Bosco de Belém era parte do projeto educativo da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora, implementado em terras brasileiras e que estava vinculado ao projeto da Igreja Católica. Nesse período, a Amazônia foi um lugar de grande atuação de congregações religiosas na intenção de educar meninos e meninas no Norte do Brasil (DA MATA, 1992).

Com o intuito de verificar se havia estudos³ sobre o Instituto Dom Bosco de Belém, buscamos informações de dissertações e teses no Repositório de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará, no período de 2006 a 2016, mas nenhum abordou o Instituto. Também fizemos buscas no Repositório do Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, no período de 2006 a 2016. Lá consultamos 116 publicações e nenhuma delas referia-se ao Instituto Dom Bosco em Belém.

Na Plataforma Sucupira⁴ utilizando o descritor *Filhas de Maria Auxiliadora* a fim de identificar todas as produções que remetesse a esta Congregação. Nossa busca resultou em 11 trabalhos, no período 2001 a 2020, dos quais 2 dissertações foram descartadas por não tratarem de estudos sobre a Congregação, restando 6 dissertações e 3 teses. Cabe ressaltar que rastreamos as produções sobre a atuação da Congregação religiosa feminina no Brasil. Nessa perspectiva, dentro desse universo congregacional salesiano, temos não somente a educação feminina salesiana (Filhas de Maria Auxiliadora), mas também o masculino (São Francisco de Sales), este último não é do interesse desta tese.

Esse levantamento se configura no Estado do conhecimento no Banco de Dissertação e Teses da Capes e nos possibilitou localizar estudos sobre a Congregação Filhas de Maria Auxiliadora nos estados de Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso e Rondônia, bem como a compreender as diversas maneiras e perspectivas metodológicas que a Congregação Filhas de Maria Auxiliadora tem sido analisada no Brasil, destacando como suas obras sociais e

³ Este levantamento inicial foi realizado no mês de outubro de 2017 e consultamos ao todo 161 produções.

⁴ Levantamento realizado dia 21 de outubro de 2017.

educativas foram se constituindo em diversas regiões do nosso país em variados períodos históricos e lugares.

Segue abaixo o quadro demonstrativo organizado com base nas 9 produções científicas que analisaram a Congregação Filhas de Maria Auxiliadora nas perspectivas da História e da Educação em diversas cidades brasileiras.

Quadro 1 – Levantamento do Estado do conhecimento no Banco de Dissertação e Teses da Capes.

AUTOR PRODUTO ANO DA DEFESA	TÍTULO	ÁREA INSTITUIÇÃO
Neide M. de Souza Moreira Areco Dissertação 1993	O Instituto Maria Auxiliadora (1928-1992)	Mestrado em História Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis
Maria Aparecida Felix do Amaral e Silva. Dissertação 2000	A educação das mulheres no Vale do Paraíba através da ação das Irmãs Salesianas: o Colégio do Carmo de Guaratinguetá: 1892-1910	Mestrado em Educação, História, Política, Sociedade Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo
Alessandra Cristina Furtado Dissertação 2001	Mulheres cultas e devotas: o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Ribeirão Preto – SP (1918-1960)	Mestrado em História Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo
Ivone Goulart Lopes Dissertação 2002	Asilo Santa Rita de Cuiabá: Releitura da práxis educativa feminina católica (1890-1930)	Mestrado em Educação Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá
Silvava Soares Dissertação 2015	Contextualização e as perspectivas da educação salesiana a partir do documento das linhas orientadoras da missão educativa do Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora	Mestrado em Educação Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo
Fernanda Batista do Prado Dissertação 2017	Entre o Oratório e a Profissão: formação de professoras na Escola Normal Rural Nossa Senhora Auxiliadora em Porto Velho/RO (1930-1946)	Mestrado em Educação Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá
Alessandra Cristina Furtado Tese 2007	Por uma história das práticas de formação docente: um estudo comparado entre duas escolas normais de Ribeirão Preto-SP (1944-1964)	Doutorado em Educação Universidade de São Paulo, São Paulo
Rodrigo Amancio De Assis Tese 2020	A educação física no Instituto Madre Marta Cerutti de Barra do Garças, MT: 1971-1985	Doutorado em Educação Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá
Julia Rany Campos Uzun Tese 2020	Educar meninas para tirá-las dos perigos do mundo: o projeto religioso das Filhas de Maria Auxiliadora para a Primeira República brasileira (1892-1934)	Doutorado em História: Universidade Estadual de Campinas

Fonte: Elaborado pela Autora a partir da base de dados da Plataforma Sucupira, 2021.

Neide Areco⁵ discute as mudanças filosófico-educativas que ocorreram no Colégio Sagrado Coração de Jesus, fundado pela congregação Filhas de Maria Auxiliadora. Os resultados encontrados apontam uma educação voltada para meninas e meninos em distintos períodos que pode ser vislumbrada em três momentos: no período missionário entre 1928 e 1942, a educação era mista e a maior preocupação das irmãs era trabalhar para a conversão da comunidade ao catolicismo, por meio de ação educativa, envolvendo os alunos, seus familiares e demais pessoas da comunidade que professassem outras religiões, notadamente o protestantismo, predominante na região. Ofertava-se nesta escola ensino primário, aulas de piano, pintura, trabalhos manuais e introduziu-se o estudo da língua alemã, já que esta língua era falada por grande parte desta população. O segundo momento destacado pela pesquisadora foi demarcado entre 1942 e 1972, período chamado por ela de institucional, no qual a escola passou pela apreciação do Estado para que pudesse continuar existindo e, na análise da autora, o trabalho desenvolvido pela Congregação perdeu sua característica essencialmente missionária, passando a oferecer além do Ginásio, o Curso Normal, o que restringiu a matrícula ao público feminino. O terceiro momento foi denominado pela autora de Formação da Consciência Crítica e demarcado entre 1972 e 1992, em que a escola se preocupava em elaborar o conceito de homem como ser histórico, agente transformador e responsável pela construção da história do grupo no qual está inserido.

Maria Aparecida e Silva⁶ priorizou em sua dissertação a educação feminina no Colégio do Carmo, administrado pelas Irmãs Salesianas entre 1892 e 1910, investigando o processo de adaptação da obra ao contexto conservador do Vale do Paraíba em São Paulo, e sua relação com as práticas formativas, educacionais e instrucionais direcionadas a públicos diversos: meninas ricas e meninas pobres de Guaratinguetá. A autora conclui em seu estudo que o Colégio do Carmo foi um meio produtor de práticas educativas diferenciadas, distanciando-se da proposta formadora dos demais colégios religiosos no período, imprimindo uma marca peculiar à educação das mulheres de Guaratinguetá e do Vale do Paraíba.

Na perspectiva de investigar sobre a historicidade do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, dirigido pelas religiosas Filhas de Maria Auxiliadora, localizado em Ribeirão

⁵ ARECO, Neide M. de Souza Moreira. **O Instituto Maria Auxiliadora (1928-1992)**. 306f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.

⁶ SILVA, Maria Aparecida Felix do Amaral e. **A educação das mulheres no Vale do Paraíba através da ação das Irmãs Salesianas: o Colégio do Carmo de Guaratinguetá: 1892-1910**. Dissertação (Mestrado em Educação, História, Política, Sociedade). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

Preto, Alessandra Furtado⁷ analisou em sua dissertação o período de 1918 a 1970: instalação, organização e mudanças na estrutura curricular e nas práticas educativas, perfil das alunas, extratos sociais, composição do corpo docente, formação religiosa e pedagógica desenvolvida nesse colégio. Infelizmente, não conseguimos ter acesso aos resultados da pesquisa, pois não se encontra disponível no repositório da Capes nem da instituição na qual a dissertação foi defendida. No doutorado⁸, a mesma autora ampliou sua pesquisa, realizando um estudo comparativo entre a instituição privada católica Escola Normal Livre Nossa Senhora Auxiliadora e a Escola Normal Oficial de caráter público e laico, com o objetivo de analisar as práticas de formação docente desenvolvidas nessas duas instituições, nos anos de 1944 a 1964, ambas localizadas em São Paulo. Ela constatou que, além de ampliar as possibilidades de prosseguimento de estudo para o Magistério primário, sobretudo para as mulheres pertencentes à classe média, ambos os programas de ensino promoveram uma formação docente moderna pautada no Escolanovismo, porém com características próprias. Enquanto a Escola Normal, de caráter público, tinha um perfil de profissionalização em um sentido laico, a Escola Salesiana, de caráter privado, formava professores na filosofia católica salesiana.

Ivone Lopes⁹ realizou estudo sobre a gênese do Asilo Santa Rita de Cuiabá-MT e a práxis educativa de três congregações religiosas que ali atuaram na educação de mulheres entre 1890 e 1930, são elas: Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo/Vicentinas, Filhas de Maria Auxiliadora/Salesianas e as Irmãs da Imaculada Conceição/Azuis. A pesquisadora identificou que as congregações combinavam em seu saber-fazer pedagógico técnicas e conteúdos de uma educação moderna com uma orientação marcadamente religiosa. Entre os resultados encontrados, destaca-se que as religiosas preparavam mulheres que depois contestariam o lugar que lhes era atribuído na sociedade da época; também serviam de apoio às órfãs na aquisição do saber sistematizado, no aprendizado da música, pintura, prendas domésticas, preparação para desenvolver os tradicionais papéis femininos e colocavam o Asilo como espaço de acolhida das normalistas da zona rural ou das cidades interioranas, favorecendo a profissionalização em resposta a demandas do Estado. Analisando crônicas, relatórios, regulamentos, estatutos, discursos, matérias da imprensa local e utilizando a história oral por meio de depoimentos de

⁷ FURTADO, Alessandra Cristina. **Mulheres cultas e devotas: o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Ribeirão Preto-SP (1918-1960)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2001.

⁸ FURTADO, Alessandra Cristina. **Por uma história das práticas de formação docente: um estudo comparado entre duas escolas normais de Ribeirão Preto-SP (1944-1964)**. 205f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

⁹ LOPES, Ivone Goulart. **Asilo Santa Rita de Cuiabá: Releitura da práxis educativa feminina católica (1890-1930)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2002.

ex-aluna, a pesquisadora conclui que a atuação da Igreja, mediante o trabalho no Asilo Santa Rita, foi o de complementaridade com o Estado em relação às órfãs, adolescentes e jovens da classe média, especialmente estas últimas da zona rural. Com isso, a Igreja pretendia reconquistar sua influência junto ao povo e à elite.

Silvana Soares¹⁰ teve como objetivo de pesquisa analisar as perspectivas da educação salesiana, a partir do documento das *Linhas Orientadoras da Missão Educativa do Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora*, elaborado em 2006, tendo em vista o contexto histórico e sociocultural da fundação do Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora e do desenvolvimento da missão educativa salesiana. Ao fazer um apanhado histórico da criação da Congregação na Itália, a autora categorizou as obras desenvolvidas e confiadas às Filhas de Maria Auxiliadora, utilizando como fontes as cartas escritas no período da origem do Instituto, dividindo-as em dois grandes grupos: obras ligadas ao domingo e à animação das férias e do tempo livre – catequese, preparação para os sacramentos, oratórios; e as orientadas para a educação formal – educandários e laboratórios. Da análise do referido documento, ficou evidente que a concepção de educação salesiana constitui princípios que integram alguns valores fundamentais para a realização de uma educação integral: a comunidade educativa, o trabalho educativo realizado em equipe, a espiritualidade juvenil, a preventividade e a pedagogia do ambiente. Os núcleos centrais indicados pelo documento orientam as comunidades para a realização de um pensamento projetual, considerando as diversas dimensões da educação, com uma especial abertura para uma contínua projeção das suas intenções e da sua prática educativa.

Para compreender a formação de professoras na Escola Normal Rural Nossa Senhora Auxiliadora, em Porto Velho Roraima, no período de 1930 a 1946, Fernanda Prado¹¹ se valeu de documentos como atas, listas de matrícula, termos de visita, notícias da imprensa, livro de promoções, entre outros. Ela apontou que a instituição era conduzida pelos dogmas da sólida identidade confessional católica preconizada pelas normas criadas por Dom Bosco, marcadas pela submissão e aceitação das crenças salesianas. As Filhas de Maria Auxiliadora uniram-se aos dirigentes, que buscavam proporcionar educação formal e controlada para suas filhas, e à população de Porto Velho, que queria educar filhas e filhos. A instituição alcançou seus objetivos educando uma geração de mulheres sob os dogmas do catolicismo que por sua vez

¹⁰ SOARES, Silvana. **Contextualização e as perspectivas da educação salesiana a partir do documento das Linhas Orientadoras da Missão Educativa do Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora**. 132f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2015.

¹¹ PRADO, Fernanda Batista do. **Entre o Oratório e a Profissão: formação de professoras na Escola Normal Rural Nossa Senhora Auxiliadora em Porto Velho/RO (1930-1946)**. 156f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2017.

influenciaram outras gerações, em um local distante, negligenciado pelos seus governantes. Rapidamente, a escola tornou-se o Instituto Maria Auxiliadora, ainda hoje ofertando dos primeiros níveis de educação até os últimos anos do ensino médio para uma abastada classe social porto-velhense. No período pesquisado pela autora, a instituição ofertou por dois anos Jardim de Infância, no entanto, o foco da formação foi oferecer vagas para o Ensino Elementar, Normal, Oratórios e Curso Dominical de Catecismo.

Analisando o processo de escolarização das práticas corporais em sua tese, Rodrigo De Assis¹² realizou seu estudo sobre o Instituto Madre Marta Cerutti, no período de 1971 a 1985, por meio de documentos como atas de reuniões, reportagens, fotografias, vídeos, livros, periódicos e entrevistas. Porém, não foi possível consultar o resultado dessa pesquisa, uma vez que estava indisponível tanto no repositório da Capes, como na instituição em que foi defendida.

Júlia Uzun¹³ analisou as motivações que fizeram as Filhas de Maria Auxiliadora instalarem-se em São Paulo, núcleo de expansão da obra no Brasil; as relações com o Estado na Primeira República; o Sistema de Educação Salesiano e as adaptações necessárias das práticas educativas salesianas femininas no contexto brasileiro, espaços, formas e maneira de educar. Ao analisar o projeto religioso das religiosas para o Brasil desde o ano de sua instalação, 1892, até o marco da reaproximação entre Estado e Igreja Católica, a Constituição de 1934, a autora concluiu que dentro de um projeto de laicização aparente, que garantiu a manutenção da força da Igreja Católica nas práticas cotidianas, as salesianas tornaram-se um instrumento de manutenção da ordem e da moral tradicional, educando meninas de classes média e alta que deveriam se tornar as formadoras da nova nação. Competindo com a co-educação e com os ideais modernizantes da educação pública e protestante, elas se transformaram em redutos da formação cristã, revisando sua forma de agir com as crianças pobres e órfãs que se alinhou ao projeto de educação das elites da República.

O levantamento do Estado do conhecimento nos possibilitou perceber que a Congregação assumiu diversas formas na implementação de suas obras no Brasil entre fins do século XIX e ao longo do século XX; suas dirigentes construíram e organizaram suas ações educativas no cuidado de se adequar ao contexto local, seja fundando instituições ou assumindo algumas pré-existentes, seja em parceria com outras congregações femininas, e, ao mesmo tempo, exercendo de várias maneiras o carisma educativo salesiano na educação feminina

¹² ASSIS, Rodrigo Amancio De. **A educação física no instituto Madre Marta Cerutti de Barra do Garças, MT: 1971-1985**. 187f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2020.

¹³ UZUN, Julia Rany Campos. **Educar meninas para tirá-las dos perigos do mundo: o projeto religioso das Filhas de Maria Auxiliadora para a Primeira República brasileira (1892-1934)**. 200f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2020.

brasileira ao ocupar-se do ensino Primário, da Escola Normal, dos Oratórios e imprimir nos corações de todas as alunas o carisma de Dom Bosco.

Realizamos ainda outro levantamento nos programas de pós-graduação em Educação de nosso Estado, a fim de identificar como se tem pesquisado a temática das congregações religiosas no Pará, especialmente no campo da educação. Porém não encontramos nenhum trabalho sobre as Filhas de Maria Auxiliadora ou sobre o Instituto Dom Bosco, conforme o quadro a seguir:

Quadro 2 – Levantamento de trabalhos que trataram da temática Congregação religiosa nos programas de pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará e Universidade do Estado do Pará.

Universidade Federal do Pará – GEPHEIA	Título do trabalho
Autora Eliane Barreto Sabino Produto: Dissertação Defesa: 2012	A Assistência e a Educação de Meninas Desvalidas no Colégio Nossa Senhora do Amparo na Província do Grão-Pará (1860-1889)
Autora: Camilla Vanessa Chagas Peixoto Oliveira Produto: Dissertação Defesa: 2017	Instituto Santa Catarina de Sena: incursões educativas na formação de meninas em Belém do Pará (1903-1960)
Autora: Tayana Helena Cunha Silva Produto: Dissertação Defesa: 2020	Práticas Educativas das Congregações Filhas de Sant’Ana e Irmãs de Santa Doroteia na Formação de mulheres em Belém do Pará (1906-1927)
Universidade do Estado do Pará – GHEDA	Título do trabalho
Autora: Adriene Suellen Ferreira Pimenta Produto: Dissertação Defesa: 2012	Educação de Meninas no Orphelinato Paraense (1893-1910)
Autor: Benedito Gonçalves Costa Produto: Dissertação Defesa: 2014	A educação de meninas órfãs, desvalidas e pensionistas no Asilo de Santo Antônio, no pastorado do bispo D. Antônio de Macedo Costa em Belém – Pará (1878-1888)
Faneide Pinto França Bittencourt Produto: Dissertação Defesa: 2016	Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação: a formação de meninas para servir a Deus, a família e ao lar – Ananindeua/PA (1949-1971)

Fonte: Levantamento elaborado pela Autora com base de dados do PPGED-UFPA e PPGED-UEPA, 2022.

O referido levantamento nos aponta o que se tem pesquisado sobre as congregações religiosas no Pará e a educação feminina. No Pará, temos diversas instituições educativas religiosas que se ocuparam em educar e amparar meninos e meninas pobres. Cada uma com sua especificidade institucional vinculada à necessidade do seu período histórico. O território paraense foi escolhido, em especial, por diversas congregações religiosas que se preocuparam com a condição de pobreza que atingiu diversas regiões, inclusive a capital, Belém, mas não somente isso, uma vez que sabemos do projeto de sociedade que movimentou a atuação dessas congregações em suas regiões de atuação. Nessa direção, torna-se importante investigar em que medida essas instituições religiosas contribuíram para a educação e o amparo de meninos e meninas, que modelo de educação implementaram, sob que condições desenvolveram suas

ações e que projeto de nação movimentavam na sociedade paraense, já que a educação envolve processos civilizatórios.

Os estudos defendidos entre 2012 e 2020 se interessaram por pesquisas sobre colégios fundados por congregações religiosas em Belém. Entre os pesquisadores interessados nesta temática, destacam-se mulheres que estão vinculadas a grupos de pesquisas em História da Educação, que por sua vez também são liderados por mulheres. Todas as congregações religiosas pesquisadas se ocuparam na educação feminina entre os fins do século XIX até metade do século XX, e foram encontradas 6 dissertações, 3 em cada programa de pós-graduação, conforme destacado no quadro 2. A partir dessa análise, podemos afirmar que nossa tese é inédita, em virtude de não ter sido pesquisada ainda a Congregação Filhas de Maria Auxiliadora e seu educandário, o Instituto Dom Bosco, em Belém.

O nosso estudo é necessário para preencher essa lacuna na historiografia da Educação, pois contribui com as pesquisas que já se debruçaram em torno da atuação das congregações religiosas no Pará, já que estas, segundo os estudos das dissertações encontradas, dirigiram e organizaram a educação oferecida em várias instituições educativas em Belém, nos âmbitos do ensino primário e secundário durante o século XIX e XX. Nosso estudo é pertinente ainda para compreender o projeto de nação e os processos civilizatórios que moveram a Congregação Filhas de Maria Auxiliadora, bem como seus desdobramentos na educação feminina implementada no Instituto Dom Bosco, em Belém, entre 1935 e 1942.

Ao ingressar no Doutorado em Educação, no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará, retornei ao Grupo de Estudos em História da Educação e da Infância na Amazônia – GEPHEIA, em 2018, com o projeto de pesquisa sobre a educação de meninas no Instituto Dom Bosco de Belém, elaborado a partir daquela fonte de jornal que havia guardado anos antes. Iniciamos a busca pelas fontes já no primeiro semestre de curso. Após localizarmos o endereço informado no recorte de jornal citado anteriormente, fomos até o Instituto Dom Bosco, no Bairro do Reduto, na Travessa Benjamim Constant, n.º 634, esquina com a Aristide Lobo.

Encontramo-lo em pleno funcionamento, datando 81 anos de existência em 2018; conhecemos presencialmente a diretora do educandário, Irmã Eleuzimar, que nos recebeu muito bem. De pronto, apresentamos nosso projeto de pesquisa e pedimos autorização à religiosa para termos acesso ao arquivo local da casa salesiana de Belém e lá permanecemos por longas semanas. Durante o tratamento das fontes, percebemos que não se tratava somente da educação de meninas e o ensino de um ofício, mas a instituição fazia parte de um projeto maior que buscava recristianizar a juventude feminina pela educação e pelo trabalho. Com as orientações

indicadas pela banca de qualificação, redirecionamos o período histórico para a origem do Instituto Dom Bosco.

Esse redirecionamento foi orientado pela forma como se tem realizado diversos estudos sobre instituições educativas que se ocuparam em assistir, acolher e educar meninos e meninas no Pará. Muitas dessas instituições foram criadas ou dirigidas por congregações religiosas no Pará conforme levantamento indicado no quadro 2 e sobre o qual discutiremos a seguir.

A dissertação de Eliane Sabino¹⁴, por exemplo, aborda uma das primeiras instituições femininas católicas no Pará dos oitocentos, que se ocupou no campo da assistência e educação, o Colégio Nossa Senhora do Amparo, que entre 1860 e 1889 abrigou e instruiu meninas pobres e órfãs. Essa instituição era dirigida pela Congregação Filhas de Sant'Ana, cuja missão ia além de ensinar um ofício, pois as meninas atendidas aprendiam a ler e escrever e recebiam ainda uma formação moral e religiosa¹⁵.

O Orfelinato Antônio Lemos, segundo Adriene Pimenta¹⁶, foi instituição também dirigida pela Congregação Filhas de Sant'Ana (1893-1910) e que se constituiu em um lugar em que as órfãs receberiam benefícios como moradia, alimentação, vestuário, instrução primária e ensinamentos de acordo com as especificidades do sexo feminino, como ensino de costura, chá, prendas de agulha e serviços domésticos.

A autora afirma ainda que a Congregação Filhas de Sant'Ana atuou no Pará em inúmeras instituições, dentre as quais estão o Hospital do Bom Jesus (1884); o Hospital dos Alienados (1887); Leprosário do Tucunduba (1887); início do Primeiro Noviciado (1889); Hospital São Luís (1897); Orfanato Antônio Lemos (1898); Hospital Domingo Freire (1900); Asilo da Mendicidade Dom Macedo Costa (1902); Colégio Gentil Bittencourt (1905); Colégio Santa Rosa (1932) e Hospital São Sebastião (1933). A autora constatou que, depois de se instalarem em Belém, as religiosas implementaram obras em Manaus, Maranhão, Ceará, Rio de Janeiro, enfim, passaram a atuar em todo o território brasileiro.

¹⁴ SABINO, Eliane Barreto. **A Assistência e a Educação de Meninas Desvalidas no Colégio Nossa Senhora do Amparo na Província do Grão-Pará (1860-1889)**. 157f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

¹⁵ Sabino (2012) constatou que no Pará do oitocentos havia uma política de asilamento para resolver o problema da província paraense naquele momento, qual seja, o atendimento às crianças órfãs, abandonadas, sem família e sem herança em um contexto de alta mortalidade infantil. Nesse sentido, para corrigir o problema de uma infância potencialmente perigosa para a elite da borracha, conclui a autora, foram implementadas instituições que disciplinariam, ordenariam de forma produtiva e pacífica essa infância desvalida, como a criação do Recolhimento das Educandas, que depois passou a se chamar Colégio Nossa Senhora do Amparo, onde as órfãs recolhidas recebiam uma formação para o serviço doméstico e ensino profissional.

¹⁶ PIMENTA, Adriene Suellen Ferreira. **Educação de Meninas no Orfelinato Paraense (1893-1910)**. 137f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Pará, Belém, 2012.

Nos estudos de Benedito Costa¹⁷, verificamos que as meninas internas no Asilo Santo Antônio, dirigido pela Congregação das Irmãs de Santa Dorotéia, entre 1878 e 1888, foram educadas nos princípios da fé católica romanizadora com duas categorias de saberes: religioso e profano. O saber religioso envolvia o catecismo articulados aos rituais religiosos; o saber profano se concentrava no ensino da leitura, escrita e conhecimentos elementares de aritmética bem como trabalhos manuais como lavar, cozinhar, passar, costurar, entre outros. De acordo com a origem social das meninas, redirecionava-se o ensino: às órfãs e desvalidas, dispensava-se a educação apenas para o lar doméstico; às meninas abastadas, dava-se educação esmerada, ou seja, formação para serem “damas de salão” e dirigentes dos lares habitados pela elite.

Camila Oliveira¹⁸ considera que o fato de a mulher passar a ser sujeito no mercado de trabalho deu visibilidade aos colégios católicos que historicamente se preocuparam com essa formação.

Faneide Pinto França Bittencourt¹⁹ informou que o Arcebispo de Belém, Dom Antônio de Almeida Lustosa, solicitou ao Pe. José Domitrowitsch, seu irmão da Congregação salesiana e experiente nas missões com indígenas no Amazonas há pelo menos 11 anos, que trouxesse, de uma de suas viagens à Hungria, uma congregação que estivesse disposta a dedicar-se com abnegação aos cuidados com os doentes no leprosário da Colônia do Prata, município de Igarapé-Açu/PA. O Pe. José Domitrowitsch trouxe, então, as Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação que desembarcaram em Belém em novembro de 1937 e se instalaram em Igarapé-Açu no mês de dezembro, fundando mais tarde uma escola doméstica em Ananindeua em sistema de internato. A rotina das meninas internas era intensa, permeada de atividades educativas, obrigações domésticas, celebrações religiosas e momentos de lazer. A regra, a disciplina e o controle eram fortemente impostos na instituição na forma de internato. O estudo de Bittencourt revelou que essas meninas receberam, além da educação escolar e religiosa, a instrução para o trabalho que priorizou uma formação feminina voltada para as atividades rurais e domésticas.

¹⁷ COSTA, Benedito Gonçalves. **A educação de meninas órfãs, desvalidas e pensionistas no Asilo de Santo Antônio, no pastorado do bispo D. Antônio de Macedo Costa em Belém – Pará (1878-1888)**. 159f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Pará, Belém, 2014.

¹⁸ OLIVEIRA, Camilla Vanessa Chagas Peixoto. **Instituto Santa Catarina de Sena: incursões educativas na formação de meninas em Belém do Pará (1903-1960)**. 174f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

¹⁹ BITTENCOURT, Faneide Pinto França. **Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação: a formação de meninas para servir a Deus, a família e ao lar – Ananindeua/PA (1949-1971)**. 166f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Pará, Belém, 2016.

Por último, o trabalho Tayana Silva²⁰ consistiu em um estudo histórico de caráter comparativo de duas instituições: a Congregação das Filhas de Sant'Ana (dirigentes do Instituto Gentil Bittencourt) e Irmãs de Santa Doroteia (dirigentes do Colégio Santo Antônio). Segundo a pesquisadora, ambas contribuíram para a educação das meninas da capital paraense, desenvolvendo suas práticas educativas com a oferta do ensino primário e instrução a fim de prepará-las para serem futuras mães de famílias, motivando a valorização da pátria a partir de atividades, como premiações das melhores alunas e realização das festas de encerramento do ano letivo que promoviam números de exaltação da nação, entre outras.

Ademais, esse levantamento demonstrou que as congregações religiosas, cada uma à sua maneira, contribuíram com seus saberes e suas práticas na formação feminina paraense, adentrando o século XX com seu projeto educativo na capital paraense, ao se preocuparem com a formação feminina.

As congregações religiosas tratadas nas pesquisas que atuaram no Pará até o momento, de acordo com nosso levantamento, foram: Irmãs de Santa Doroteia, Filhas de Sant'Ana, Irmãs dos Pobres de Santa Catarina de Sena e Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação. Certamente, as tipologias femininas oriundas do universo pobre, elitizado ou desvalido tiveram seus destinos traçados de acordo com a concepção de educação de seu tempo, modelo e finalidade institucional adotada no cotidiano educativo de suas instituições.

Diante desses resultados, afirmamos que nosso trabalho na região do Pará sobre a Congregação Filhas de Maria Auxiliadora e sua obra educativa o Instituto Dom Bosco, fundado em Belém, é inédito. Constatamos ainda que o ramo feminino da Congregação Salesiana de Dom Bosco, pouco a pouco, está ganhando visibilidade em estudos no campo da História e da Educação em outras regiões do Brasil; pesquisadores estão descobrindo o valor do estudo de uma congregação religiosa e sua relação com a Educação, em especial as Filhas de Maria Auxiliadora, que se destacou em seu projeto educativo no século XX na educação feminina.

Atualmente, essa congregação possui considerável quantitativo de agente religiosas, cerca de 13.500 irmãs distribuídas em 1436 comunidades, em 94 nações, nos cinco continentes. No Brasil estão presentes em quase todos os Estados, num total de mais de 850 irmãs que atuam em 123 obras²¹.

²⁰ SILVA, Tayana Helena Cunha. **Práticas Educativas das Congregações Filhas de Sant'Ana e Irmãs de Santa Doroteia na Formação de mulheres em Belém do Pará (1906-1927)**. 175f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

²¹ Informações disponíveis em: <https://www.missaosalesiana.org.br/instituto-das-filhas-de-maria-auxiliadora-completa-149-anos/>. Acesso em: 5 ago. 2021.

1.2 Definindo a rota da Congregação religiosa

Propomos uma pesquisa histórica para analisar a Congregação Filhas de Maria Auxiliadora e seu projeto de educação feminina organizado e implementado a partir da fundação do Instituto Dom Bosco, em Belém do Pará, entre 1935 e 1942.

O Instituto Dom Bosco, desde sua origem, foi dirigido e organizado pelas Filhas de Maria Auxiliadora, congregação religiosa católica feminina criada por Dom Bosco e Maria Mazzarello, em 1872, na Itália. Os documentos dessa instituição, a exemplo das Crônicas e Estatutos, no período estudado, definem seu público-alvo como meninas e jovens pertencentes a categorias de educandas, oratorianas²², internas, pensionistas e operárias. Fazemos esse movimento para a construção de uma história social do feminino em que se abarque as questões sociais, educacionais, econômicas, políticas e culturais que permearam essa instituição educativa e as categorias do seu público-alvo.

Para tanto, apoiamo-nos em Scott (1995) quando usamos a categoria *gênero* para pensar a relação dessa categoria de análise com a educação feminina em instituição educativa religiosa, buscando estudar o feminino de forma multifacetada e não isolada das desigualdades produzidas e construídas no campo histórico e social.

São as Filhas de Maria Auxiliadora – doravante, FMA – que constroem as bases educativas do Instituto Dom Bosco no período estudado. É como se o Instituto Dom Bosco desenvolvesse suas práticas personificando a Congregação. As irmãs ensinavam, organizavam, administravam, cuidavam e mantiveram o funcionamento desse Instituto, que representou uma das vias educativas no espaço em que as religiosas se estabeleceram.

A presença das FMA em Belém, a partir da década de 1947, caracterizava-se pela atuação no campo do amparo e educação da infância pobre paraense, mais especificamente de meninas pobres matriculadas no Instituto Dom Bosco, e socorridas por meio de convênio pela

²² Meninas que faziam parte das práticas educativas do Oratório Festivo de Dom Bosco, em Belém, cuja origem remonta à Itália do século XIX; consiste em um encontro dos membros da Congregação com crianças e jovens uma vez por semana, objetivando uma experiência educativa, festiva, lúdica e religiosa.

De acordo com a origem desse espaço no contexto italiano do século XIX, Dom Bosco introduziu nos Oratórios de seu tempo duas modificações, quais sejam: ao invés de reunir com a juventude uma vez por semana somente em uma determinada hora da manhã, da tarde ou do domingo, ele preferia ocupar os meninos o dia inteiro durante os domingos, festas de guarda, respeitando o intervalo do almoço. Outra modificação é que poderiam participar do Oratório os meninos de qualquer paróquia. O acréscimo da palavra “festivo” se deu pelo motivo da inclusão das festas de guarda que os italianos chamam de “dias festivos”, incluindo neles os feriados nacionais. O perfil do público atendido à época eram três classes de jovens: meninos abandonados, que vagavam nas ruas, praças, não estudavam e não trabalhavam; os que vinham do interior em busca de trabalho na cidade de Turim; e os egressos de cadeias, perfis diferentes dos Oratórios tradicionais da época que só recebiam meninos de boa conduta (BOSCO, 2012).

Legião Brasileira de Assistência – LBA²³ que transferia recursos para que essa instituição dirigida pela Congregação pudesse educar, amparar e instruir as meninas em um ofício útil. Sobre o Instituto Dom Bosco de Belém e o atendimento a infância pobre paraense, encontramos a seguinte notícia no jornal *A Província do Pará* (1947):

Foram organizados novos postos de puericultura, nos colégios e orfanatos foram reservadas vagas para os menores abandonados. Subvenções foram dadas as instituições que prestam auxílio a maternidade e infância. No instituto Dom Bosco de Belém 20 meninas eram socorridas pela Legião, durante todo o ano de 1946 receberam instrução e aprenderam ofícios neste educandário. [...] Este instituto, que se mantém com dificuldade não tem qualquer subvenção federal, estadual ou municipal. Nele as crianças pobres encontram meios para mais tarde ganhar a vida honestamente e ser útil a sociedade. Ao lado do trabalho e do estudo as crianças do bairro do reduto, onde está localizado o instituto, possuem também um oratório festivo.

Na matéria, destaca-se a representação do atendimento educacional e assistencial dispensado aos menores pobres e abandonados em Belém no ano de 1946, enaltecendo a implantação de colégios, a criação dos postos de puericultura, orfanatos para abrigar menores órfãos e abandonados, e destacando que essas instituições prestavam auxílio à maternidade e infância locais. Além disso, informa que o Instituto Dom Bosco, diante de inúmeras dificuldades, já havia amparado 20 meninas que estavam a receber instrução e a formação para um ofício, mesmo não recebendo ajuda financeira nenhuma dos governos municipal, estadual, federal. Por fim, a matéria faz referência ao papel social da instituição ao formar meninas pobres que, com ofício, poderiam ser úteis à sociedade.

À procura de instituições educativas nas páginas de jornais, deparamo-nos com a referida reportagem que nos chamou atenção por informar da circulação de meninas pobres e sua preparação para o trabalho, a fim de ganhar a vida e construir sua utilidade por meio da instrução e educação recebida que ainda contava com o Oratório, fazendo-nos querer saber mais sobre aquele educandário de meninas do Reduto.

Não podemos perder de vista que no início do século XX, no Brasil, meninos e meninas tornaram-se alvo de estabelecimentos como oratórios, internatos e educandários, e assim aprenderam sobre os conhecimentos cristãos e um ofício. A política do menor órfão, pobre e abandonado no Brasil foi materializada no Código de menores de 1927 que incorporou tanto a

²³ Órgão público federal criado em 1942, sob comando da primeira-dama Darcy Vargas, e que fez parte de uma política de assistência aos familiares dos combatentes brasileiros da Segunda Guerra Mundial, expandindo paulatinamente suas atribuições de amparo às pessoas que viviam um cotidiano de desamparo, bem como financiando ações voltadas à maternidade e à infância. A LBA foi a principal instituição de combate à pobreza até pelo menos 1995 (OLIVEIRA, 2018) e seu papel no Instituto Dom Bosco era justamente financiar o amparo e assistência às alunas pobres que recebiam educação, instrução e formação para o trabalho em Belém do Pará.

visão higienista de proteção do meio e do indivíduo, como a visão jurídica repressiva e moralista (FALEIROS, 2011).

A política de assistência ao menor pobre era legitimada pelo Código de menores de 1927 em que se previa a vigilância e a inspeção das condições de saúde da criança e da maternidade. A finalidade desse código era intervir no problema do abandono físico e moral da criança e do jovem, e com a regulação do pátrio poder por parte do Estado, possibilitou-se aos abandonados de guarda (não direito formal) serem entregues, sem anuência da família, a educandários, internatos ou orfanatos, que zelariam pela educação e proteção deles (RIZZINI, 2011).

A questão do trabalho e do ensino primário também foram incorporados ao Código de menores de 1927, que determinava a proibição do trabalho a menores de 12 anos e a menores de 14 que não tivessem instrução primária, e que seriam criados meios de combinação da inserção do trabalho com a educação (FALEIROS, 2011). O modelo de educação voltado às crianças empobrecidas, órfãs ou abandonadas no século XX se consolida como aquele que é vinculado à preparação para o trabalho.

Nessa linha de pensamento, Alves (2012) nos explica as intenções que pairam sob a institucionalização da criança e o esforço que pesquisadores no Pará têm feito para revelar aspectos históricos e sociais dessa infância que foi alvo não só do discurso médico, mas do pedagógico, jurídico e psicológico. Acrescentamos ainda o elemento religioso que foi inserido como discurso moralizante que auxiliaram na formação das condutas humanas. Ainda segundo Alves (2012, p. 3.296), “as práticas utilizadas no interior das casas de asilos para crianças tinham um objetivo: transformar a criança pobre, desvalida, órfã em um cidadão útil para a sociedade, principalmente em termos econômicos”. Nesses estudos, retificam-se as representações sociais direcionadas à infância e as formas como foram organizadas as práticas educativas e de atendimento, conforme a categoria a qual pertenciam.

No Pará, o GEPHEIA – Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Educação da Infância na Amazônia, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Laura Alves, e do qual somos membros, muito tem contribuído nos estudos no campo da História da Educação, analisando fontes e objetos diversos que nos dão indícios sobre a educação da infância na Amazônia, os agentes sociais envolvidos, as estratégias utilizadas e os campos de atuação escolhidos. Nos estudos também se dá visibilidade para a História das Instituições Educativas e história das mulheres, pois essas categorias por muitas vezes encontram-se atreladas a infância.

No caso desta tese, ao investigar a Congregação Filhas de Maria Auxiliadora e a implementação de sua obra assistencial e educativa, para além das práticas institucionais, os caminhos da pesquisa nos conduzem ao lugar que a educação feminina ocupou, as ideologias

que permeavam o modelo de educação escolhido, os espaços que foram programados para isso e os saberes que foram elegidos como importantes. O foco de nossa tese é a educação feminina em uma instituição educativa religiosa, porém a infância e a juventude (como fases alvos dessa educação) aparecerão em diversos momentos devido à natureza da instituição que foi criada para atender o público feminino, oferecendo uma educação a um público-alvo que abarcava meninas e jovens, não podendo essa questão ser ignorada.

As congregações religiosas cristãs em fins do século XIX e início do XX vivenciavam o contexto em que se presenciava o nascimento do espírito científico, do positivismo, da hermenêutica e da necessária coexistência entre ciência e fé, estado laico e religião (ROUX, 2014). No Brasil, com o nascimento da República e do estado laico, temos o movimento de reação da Igreja Católica, materializado no Concílio Plenário da América Latina – CPAL, ocorrido em 1899 e publicado em 1900, que demarcará o campo da educação como espaço de excelência e prioridade da Igreja Católica desde o ensino primário até as universidades (LEONARDI; BITTENCOURT, 2016). Para Dalabrida (2021), esse documento orienta a reestruturação institucional da Igreja Católica no campo educacional quando ela decide se apropriar da educação desde o ensino primário até o superior, tornando-a seu campo de atuação, mesmo com a laicização do Estado brasileiro.

O Concílio Plenário da América Latina foi um acontecimento significativo no processo de romanização, pois direciona e reorganiza a Igreja para o século XX na América Latina, trabalhando para que ela tivesse seu espaço garantido nesse contexto de modernidade, inclusive incluindo nesse documento um capítulo especial às escolas primárias, secundárias e universidades. Sobre esse novo direcionamento, que deveria ser dado sobre a educação católica da juventude, no seu título IX e Capítulo I – DAS ESCOLAS PRIMÁRIAS, orientou-se que

Disso se deduz claramente que a Igreja não só tem por natureza o direito, independente de todo poder humano, de erigir e regulamentar escolas para a formação e educação cristã da juventude católica, mas também a protege com o mesmo direito. **Exigir que em todas as escolas, tanto públicas como privadas, a formação e a educação da juventude católica estejam sujeitas à sua jurisdição, e que em nenhum ramo da educação se ensine algo contrário à religião católica e aos bons costumes.** Portanto, os Bispos e outros Ordinários, em todos os tipos de escolas, devem ter absoluta liberdade para dirigir o ensino católico de fé e moral, e toda a educação religiosa da juventude católica. Além disso, eles não devem ser impedidos de forma alguma, no desempenho do seu próprio ministério, vigiar e investigar se a doutrina ensinada nos vários ramos está ou não em conformidade com a religião católica. Com justiça, pois, foram condenadas por Pio IX as seguintes proposições: **“Todo o sistema de escolas públicas, em que se educa a juventude cristã de qualquer república, com a única exceção e até certo ponto dos seminários episcopais, deve ser conferido à autoridade civil, e de modo que a nenhuma outra autoridade seja reconhecido o direito de interferir na disciplina das escolas, no método de**

estudos, na colação de graus, na eleição ou aprovação dos professores”. – “A boa ordem da sociedade civil exige que as escolas populares, abertas a crianças de todas as classes da cidade, e, em geral, os estabelecimentos públicos, destinados ao ensino das letras e ramos superiores, e à educação da juventude, estão isentos de toda autoridade, direção e interferência por parte da Igreja e totalmente sujeitos à autoridade civil e política, de acordo com os decretos dos governantes e as opiniões de nosso século”. – “Os católicos podem muito bem aprovar este método de educação da juventude, que a separa da fé católica e do poder da Igreja; que se reduz ao ensino das ciências naturais, e tem como única ou principal finalidade os limites da vida social na terra” e lei civil; [729]. Portanto, os direitos dos pais sobre seus filhos derivam e dependem apenas da lei civil, e particularmente o direito de criar e educar seus filhos” 676. Visto que os jovens, imbuídos desde a infância do espírito do século, se tornam não só obstinados seguidores do mundo, mas também inimigos de Cristo na Igreja, devem-se fazer todos os esforços para estabelecer escolas primárias católicas, nas quais a doutrina religiosa ocupe o primeiro lugar na **educação e formação [731]. Julgamos que a forma mais eficaz de enfrentar tão graves males, ou seja, a peste mortífera do indiferentismo e a corrupção dos costumes que advêm da má educação, consiste em que, em cada diocese, e juntamente com cada Igreja paroquial, logo quanto possível, **estabelecem-se escolas primárias, nas quais se educam os jovens católicos, tanto nas letras como nas artes liberais, assim como na religião e nos bons costumes** (CPAL, 1900b, p. 674, destaques nossos).**

No excerto acima, portanto, a Igreja se autointitula como protetora e detentora do direito de educar a juventude para uma educação católica cristã, exigindo sua liberdade de educar em espaços públicos e privados e impondo a fé católica como oficial. O foco nas escolas primárias justificou-se pelo fato de a infância desse século estar imbuída com o espírito da modernidade, tornando-se escrava do mundo e inimiga da Igreja. As instituições escolares foram vistas pela Igreja como espaços fundamentais para cultivar a fé católica.

Fazer uso das ordens e congregações religiosas masculinas e femininas foi a forma que a Igreja encontrou de implementar uma rede de educação católica como parte constituinte do seu plano de reestruturação no Brasil (DALABRIDA, 2021). Contudo, o autor sublinha que há uma matização dessas redes de escolas católicas, pois compreende variadas instituições educativas.

Nesse direcionamento, seria de fundamental importância que a educação e a formação da infância e da juventude católica se estabelecessem em escolas primárias, habilitando-as não só nas letras e nas ciências, mas especialmente na fé católica e nos bons costumes. Seria esta a função da escola para a Igreja na metade do século XX. É nesse contexto que as congregações católicas se reconfiguram em um estado de separação entre lei civil e lei católica no contexto de República moderna.

Na condição de modernidade, as escolas foram percebidas como espaços propícios para o novo projeto de nação liderado pela Igreja Católica, que até então era concentrado em hospitais e institutos de caridade, como foi verificado nesta passagem do documento do

Concílio Plenário da América Latina ao mencionar esses espaços e a necessidade de reconfigurá-los:

Entre as obras e institutos de caridade, ocupam o primeiro lugar os hospícios e hospitais que, para abrigar, ajudar ou educar os pobres, peregrinos e doentes, crianças ou idosos abandonados ou reduzidos à miséria, foram erguidos e recomendados tanto, desde os primeiros séculos da Igreja. Assim, então, aqueles que foram erguidos pela piedade de nossos anciãos, e foram destruídos ou reduzidos à pobreza pelas vicissitudes dos tempos, serão restaurados o mais rápido possível; ou serão erguidas outras, contando com a liberalidade dos católicos, acomodadas às necessidades presentes, tanto temporais como espirituais, dos pobres. Bem-aventurado aquele que pensa no necessitado e no pobre: o Senhor o livrará no dia fatídico (CPAL, 1900a, p. 790).

No contexto de restauração da fé católica, segundo Roux (2014), a Santa Sé enviou para o Brasil um grande número de sacerdotes e religiosos europeus: jesuítas, lazaristas, redentoristas, dominicanos franceses, capuchinhos franceses e italianos, salesianos italianos, carmelitas holandeses, beneditinos belgas e alemães e ainda franciscanos alemães.

Sobre as motivações que levaram essas congregações religiosas a imigrarem para o Brasil, Bittencourt (2017) constatou que foram orientadas não só pela política geral de expansão da Igreja ou por projetos de seus próprios países de origem, mas consideraram também os convites feitos pelos representantes do alto clero brasileiro, por políticos de cidades em processo de urbanização e modernização, ou por chefes de colônias imigradas no final do século XIX. A autora ressalta ainda que “podemos afirmar, pois, que a demanda de alguns setores da sociedade brasileira constituiu o terceiro fator motivador do deslocamento dos religiosos da Europa para o Brasil, especialmente nas primeiras décadas do século XX” (BITTENCOURT, 2016, p. 41).

Os acontecimentos vivenciados pela Igreja, na Amazônia, refletiram o que se passava no restante do Brasil:

a retomada missionária, a reorganização de suas estruturas após sua libertação do Estado (sistema de padroado) com a proclamação da República, e a presença em grande escala de ordens e congregações religiosas que ocuparam os espaços dos antigos missionários, abrindo novas perspectivas para a ação evangelizadora (DA MATA, 1992, p. 344).

Na Amazônia, foi adotado o sistema de prelazia *nulius*, facilitando assim a divisão do território para que as missões religiosas pudessem ser realizadas pelas congregações advindas sobretudo da Europa. Isso ocorre por duas razões: devido o reavivamento da força missionária e a conseqüentemente reorganização das antigas ordens e nascimento de novas congregações, bem como pela constante onda anticatólica na Europa, o que veio a provocar a dispersão de muitos religiosos, como aconteceu na França (DA MATA, 1992).

No caso da Amazônia, em fins do século XIX e no avanço do século XX, a história da Igreja está profundamente marcada pela presença religiosa feminina, sendo representada a mulher missionária religiosa como a novidade do momento, acontecimento observado por Da Mata (1992, p. 355), visto que, a essa altura, eram as congregações masculinas que prevaleciam atuando na Amazônia:

A mulher missionária é a grande novidade na vida da igreja na Amazônia: chegaram as Dorotéias (1877), as Filhas de Sant’Ana (1884), as Irmãs Terciárias Capuchinhas de Gênova (1899), as Dominicanas (1902), as Irmãs de Santa Catarina dos Pobres (1903). O que é mais significativo é que começaram a nascer congregações femininas na própria região, como uma necessidade do trabalho realizado pelos religiosos, que exigia essa presença. Os capuchinhos fundaram, em 1904 as irmãs Terceiras Regulares Capuchinhas para auxiliá-los nas suas missões do Maranhão e do Pará. D. Amando Bahlman fundou em Santarém, em 1910, as Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição. Em 1916, foi fundada pelo Pe. Júlio Maria de Lombaerd, missionário da Sagrada Família, a Congregaçãodas Filhas do Coração Imaculado de Maria, em Macapá e Icoaraci (Belém).

A Igreja da Amazônia, acreditando na possibilidade de obter apoio futuro do Estado, aproveitou suas relações finalmente livres com a Santa Sé para reorganizar sua estrutura de atuação e empreender um rápido desenvolvimento institucional: de 12 dioceses em 1891, passou para 17 em 1900; 30 em 1910; 58 em 1920; 100 em 1940; 113 em 1950; e 145 em 1960 (ROUX, 2014).

A partir desse momento, a Igreja se reorganiza em torno de um catolicismo que busca se aproximar das comunidades, procurando refazer suas bases no catolicismo social, movimento que “entende que a luta contra a desigualdade social é uma tarefa oriunda do próprio evangelho e processa-se com a criação da encíclica *Rerum Novarum* escrita pelo papa Leão XII, em 1891” (BOAS; SIENNA, 2018, p. 23).

Esse catolicismo social não aceitava o papel subordinado e marginal que o Estado Liberal lhe havia atribuído, *a priori*, mas atuou reivindicando o direito e o dever de modelar a sociedade e o Estado com fins de restauração da ordem social cristã, na qual o catolicismo se apresentaria como fator de equilíbrio do capitalismo e contra a luta de classes (ROUX, 2014). Sendo a Igreja Católica e romana a alma e a cabeça, ambos se juntariam para enfrentar a hidra de três cabeças: a Reforma (protestante e anglo-saxônica), a Revolução (francesa, mexicana, bolchevique) e o Liberalismo (maçonaria, positivismo) (ROUX, 2014).

Os decretos da CPAL serviram como uma espécie de código de direito eclesiástico latino-americano antes de Bento XV promulgar o *Codex Iuris Canonici* (CIC) em

1917, um órgão legislativo único para toda a Igreja católica de rito latino que se tornou mais um instrumento do processo de romanização (ROUX, 2014, p. 39).

Segundo Roux (2014), a Igreja almeja, nesse momento histórico, com o estabelecimento do Concílio da América Latina – CPAL, adotar a participação dos leigos no apostolado hierárquico. Nesse sentido, a Ação Católica tornou-se assim um instrumento fundamental na tarefa de estabelecer o reino de Cristo na sociedade.

Por meio de uma Ação Católica “especializada”, foi adicionado um primeiro tipo de Ação Católica geral, que teve sua maior influência na América Latina, iniciando entre os anos 30, com maior influência entre anos 1950 até meados da década de 1960, que se materializou na criação dos grupos dos Jovens Trabalhadores Católicos (JOC), da Juventude Agrária, da Juventude Católica (JAC), da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC) (ROUX, 2014).

Esses foram lugares em que muitos jovens descobriram as demandas do compromisso político, inicialmente reformista e, para alguns, viria a se tornar um grupo mais revolucionário que se transformaria mais tarde na Ação Popular. Essas associações de pessoas eram concebidas como força ativa que agruparia os fiéis sob a autoridade episcopal e a alta direção da Santa Sé para conseguir a recristianização dos costumes e da vida pública (ROUX, 2014).

Leonardi e Bittencourt (2016) realizaram um estudo interessante sobre as Atas do I Concílio Plenário da América Latina – CPAL e constataram que esse documento orientou as ações da Igreja durante o século XX, não só no campo da educação, mas da sexualidade, do gênero, entre outras questões. As autoras concluem que todos os níveis da escolarização, da primária à superior, foram tratados como objeto da ação de religiosos e leigos, para garantir que os preceitos da religião fossem incorporados pela juventude e pelas crianças, destacando ainda que anteriormente o papa Pio IX (1846-1878) havia condenado o direito dos estados republicanos de responderem pela educação nacional, sem a interferência da Igreja, e essa condenação é citada no decreto (LEONARDI; BITTENCOURT, 2016).

O projeto educativo da Igreja tinha o objetivo de “cobrir, por ações regulamentadas e normatizadas nos decretos do Concílio, os domínios da arte, da literatura, das relações entre os indivíduos e da formação de grupos, enfim, toda a vida cotidiana” (KUHLMANN JR; LEONARDI, 2017, p. 219). Os prelados, seguindo as recomendações desse documento, fizeram forte recomendação para o máximo de esforço na fundação de escolas católicas e aconselhamento que as famílias enviassem seus filhos para essas instituições, sendo fato bastante conhecido na historiografia da educação que a maioria das congregações, que aqui se

encontravam imigradas da Europa, neste período, se ocuparam em fundar escolas (LEONARDI; BITTENCOURT, 2016).

Analisando as práticas que deveriam ser condenadas na sociedade cristã, segundo o discurso da CPAL, Leonardi e Bittencourt (2016) chamam atenção para o espiritismo, a maçonaria, o comunismo, os maus livros e a má imprensa, considerados os erros principais daquele século. Entre as recomendações que deveriam ser exercitadas na prática do evangelho, temos: os sacramentos – como a Eucaristia, a Penitência para a purificação da alma e o Batismo –, os benefícios eclesiais, a educação do clero e seu não envolvimento em política, o culto divino a Imaculada Conceição e exercício das práticas de devoções ao Sagrado Coração de Jesus e as imagens sagradas (LEONARDI; BITTENCOURT, 2016).

Quanto à construção das igrejas, recomendou-se nas Atas do Concílio:

Nos espaços das igrejas, cuidadosamente inseridas nas cidades em um local de destaque, os sacramentos, a missa, o culto aos santos e as devoções estimuladas em santuários, as imagens sagradas, a organização de irmandades (Apostolado de Oração), a distribuição de relíquias, a reza do rosário, as procissões configuravam-se em imagens e ritos inscritos na paisagem urbana. Cada um destes temas é abordado nas Actas, incluindo aí os beatos e os santos próprios da América Latina. Eram rituais e práticas que estimulavam a visão, a emoção e a memória, ao mesmo tempo em que ensinavam hábitos morais e corporais aos fiéis. Educação visual, memória e exemplos combinam-se numa forma de controle de comportamentos (LEONARDI; BITTENCOURT, 2016, p. 154).

Sobre a ênfase na relevância da *mimesis*, ou imitação, os documentos apontam a função da palavra, da comunicação e seu reflexo na prática,

onde palavras movem e o exemplo atrai, sacerdotes na sua santa conversa de reverência e devoção no templo excitarão o povo cristão a imitá-los, dando mais força e autoridade às repreensões que, em nome de cumprir seu dever, conduzirá com seriedade e paciência paternas tanto as mulheres para que mantenham a devida modéstia, quanto os rebeldes que perambulam pelo templo (CPAL, 1900c, p. 884).

Na América Latina, particularmente no Brasil, a Santa Sé orientou seus prelados a estabelecerem boas relações com o Estado por intermédio dos indivíduos detentores de poder econômico ou político. Essa postura de mediação adotada pela Igreja Católica foi herdada de Leão XIII, replicada por pontífices ao longo do século XX, garantindo à Santa Sé um espaço importante e de peso nas relações internacionais: o da Igreja Católica como mediadora nas relações sociais e, ao mesmo tempo, defensora de seus interesses (ROSA, 2008).

A crise da cristandade no século XIX afetou a Igreja Católica que repensou suas formas e práticas de ação, uma delas foi a aposta nas congregações religiosas para reafirmar a presença do catolicismo nas Américas e na Europa. No Brasil, o período entre 1920 e 1960 é nomeado

por Azzi (1994) como Neocristandade ou Restauração Católica, momento marcado pela reformulação das relações entre Igreja e Estado que se movimentam em um regime de colaboração entre poder civil (político) e eclesiástico (religioso) na formação do Estado cristão.

De acordo com Azzi (1977), o decênio entre 1920 e 1930 caracteriza-se pelo envolvimento de diversos líderes católicos buscando maior presença da Igreja na sociedade brasileira e colaboração efetiva com o governo. Essa nova etapa da história da Igreja no Brasil representa para o governo “uma valiosa força auxiliar na contenção dos movimentos revolucionários que começam a eclodir nesse período” (AZZI, 1977, p. 73).

Todavia, a restauração das relações entre Igreja e Estado se dá durante o longo período de 1920 a 1960, momento em que o papa João XXIII convoca o Concílio de Vaticano II, em 1961, ocorrendo uma reorientação, na qual, em relação a outras igrejas, “inaugurou o diálogo ecumênico que pressupõe a aceitação da existência delas. Quanto ao mundo moderno, colocou-se uma reconciliação com as esferas do trabalho, da ciência, da técnica, das liberdades e da tolerância religiosa” (BOFF, 2005, p. 6).

O ápice dessa relação entre o poder civil e eclesiástico ocorre no contexto da Neocristandade, momento em que o investimento em instituições confessionais na Era Vargas (1934-1945) foi prática constante, uma vez que a educação era uma das principais vias do processo de recatolização do país. Nesse período, realizaram-se várias reformas educacionais na tentativa de alinhar as escolas brasileiras ao projeto varguista de governo, atingindo tanto a esfera pública como a privada. A intenção seria montar no país uma mentalidade única, principalmente com um partido político único, uma religião única (cristianismo com orientação católica), para então se fortalecer o projeto unidade nacional (SILVA, 2012). Mesmo mantendo-se uma escola laica, havia mecanismos que favoreciam o catolicismo, como a oferta obrigatória nas instituições escolares. É nesse contexto que temos o incentivo dos educandários católicos a partir dos anos 30.

Sobre os sentidos da escola, a ela, “como principal instância de formação e de socialização coube por consequência um papel fundamental na produção e apropriação de valores, saberes, práticas e representações” (MAGALHÃES, 1998, p. 153). A educação constituída no espaço educativo institucional é conceituada como

um constructo humano constituído por mudanças, processos e percursos de formação no nível de saberes, capacidades (técnicas), comportamentos e valores, práticas e atitudes; é um processo/produto racional e razonado – um processo pela busca gradativa de um saber, de uma comunicação, mas também uma hermenêutica, um inquérito e uma “construção” de sentido – pensar, dizer, fazer/construir; processo em devir, é interação de elementos humanos, sociais, processuais (materiais e organizacionais), culturais (MAGALHÃES, 1998, p. 153).

A educação é uma construção humana e a compreendemos a partir desses elementos humanos, sociais, processuais e culturais, envolvidos no projeto educativo pensado pela Congregação Filhas de Maria Auxiliadora a partir da década de 1930, sem esquecer de sua vinculação ao contexto histórico e sociocultural, no qual priorizaram certos saberes, eliminaram outros, estabeleceram comportamentos, atitudes, práticas e valores que possuíam um sentido no fazer e pensar educativo implementados no Instituto Dom Bosco.

São essas questões muito caras a nós que orientaram ter como objeto de estudo a Congregação Filhas de Maria Auxiliadora, que se ocupou na tarefa de fundar escolas e fazer a educação feminina em Belém. Nosso estudo se destaca contribuindo e apontando que a Congregação Filhas de Maria Auxiliadora, ao fundar o Instituto Dom Bosco de Belém, criou suas bases formativas desenvolvendo seu projeto educativo e religioso por meio de uma formação feminina que vai além do ensino primário e secundário, ensinando ofícios não só para o universo doméstico, mas para além dele, para a vida.

Nessa direção, preocupamo-nos também em analisar a concepção de trabalho e educação presente na formação feminina dirigida e organizada pelas FMA, implementada no cotidiano educativo do Instituto Dom Bosco de Belém, uma vez que o trabalho é um dos pilares formativos que sustenta seu projeto educativo e religioso.

Em termos de princípios religiosos, as salesianas da década de 1935 buscavam atender a doutrina apologética católica no que diz respeito à inserção da sua comunidade educativa nos sacramentos e conduta moral conservadora cristã, porém com características próprias da Congregação salesiana, enfrentando os problemas de seu tempo ao estabelecer sua ação educativa no sistema preventivo do tripé razão, religião e amorevolezza²⁴.

Para Braido (1999, p. 172), esse sistema não é uma fórmula a ser aplicada, mas existe para “orientar e solicitar o exercício de uma responsabilidade de implicações incomensuráveis, pessoais e sociais, temporais e eternos” direcionadas aos agentes salesianos. Portanto, a razão é a forma orientada para que o agente educativo salesiano tome decisões no sentido de agir com retidão, nunca pela emoção, mas guiado pela sábia racionalidade cristã pautada, sobretudo, na bondade educativa, no amor a quem se educa.

Os espaços utilizados para implementar essa prática preventiva foram a igreja, a escola e a oficina, representadas como estratégias utilizadas pelo braço feminino da Congregação para formar o *hábitus* salesiano que “reveste todas as formas de ação e de relação” (LENTI, 2013,

²⁴ A *amorevolezza* é o amor expresso pela simpatia do educador, sendo considerada o elemento fundamental da tríade preventiva, pois nela se manifestam mansidão, doçura, caridade, paciência e afeição (BRAIDO, 1999).

p. 6). Braido (1999, p. 283) afirma ainda que, na tradição salesiana, o colégio é a “casa” e vive-se, portanto, em uma comunidade educativa constituído em um espírito de família, onde se destaca a construção do sentimento estabilizador das amizades, bem como “a progressividade da direção espiritual, a riqueza cultural e emotiva das festas, a dignidade das manifestações lúdicas, teatrais, musicais, a criação das tradições e de um estilo” cultivados no cotidiano institucional. Propunha-se assim uma formação cultural e humana cristã.

Em uma conferência direcionada aos cooperadores de Turim, em 1883, Dom Bosco afirmou que a índole de uma sociedade é construída pelas experiências civis e religiosas que se promove que, por sua vez, dependem exclusivamente da índole da juventude formada por uma boa educação. Em razão disso, orientou:

trabalhem pela boa educação da juventude, da mais pobre e abandonada, que existe em maior número, e vocês conseguirão facilmente dar glória a Deus, conseguir o bem da Religião, salvar muitas almas e cooperar eficazmente para a reforma, para o bem-estar da sociedade; porque a razão, a Religião, a história, a experiência demonstram que a sociedade religiosa e civil será boa ou má, conforme boa ou má for a juventude (BRAIDO, 1999, p. 172).

Portanto, a juventude boa ou má é reflexo da sociedade que a projetou. Por isso, a preocupação principalmente com a juventude. Quanto ao espaço, um internato seria o melhor lugar para esse tipo de formação, pois, segundo constatação de Dom Bosco,

separado dos companheiros, longe das más leituras, a frequência dos bons discípulos, a emulação em sala, música, declamação, algumas representações dramáticas em um teatrinho, fizeram logo esquecer a vida dissipada que levava, fazia já um ano. A lembrança da mãe *fuja do ócio e dos maus companheiros*, voltava-lhe frequentemente à memória. Antes, com facilidade retomou o antigo hábito das práticas de piedade (BRAIDO, 1999, p. 282).

Nessa perspectiva, surgiram várias prescrições que deviam disciplinar as instituições salesianas tal qual o primeiro regulamento preventivo de 1877, a exemplo: a separação do mundo externo, a vigilância amorosa, o rigor nas aceitações, a clarividência dos controles e das regulamentações. Para aceitação dos alunos nas casas de educação, era necessária a adesão a uma condição de “significado ‘pedagógico’: que estejam dispostos a considerar a ‘casa’ como sua família” (BRAIDO, 1999, p. 281-282).

A comunidade salesiana era composta por religiosas salesianas que formavam suas meninas com intenção de muni-las com um patrimônio cultural e econômico, para que elas interagissem no mundo tanto pela sua expressão religiosa como pela expressão do seu trabalho, inserindo sua família e as pessoas com quem tinham contato nesse *hábitus* salesiano,

conquistando mais pessoas e multiplicando as ações educativas que extrapolavam os muros das escolas. Impor uma concepção de família garantia acolhimento, aceitação das regras, acompanhamento e condução na trajetória formativa, pois a seus cuidados era entregue a vida da juventude.

Essas meninas também poderiam contribuir com seu trabalho na instituição e formar novas meninas e mulheres, renovando o ciclo formativo educacional e religioso. Esse sistema não deixava de ser também um construtor de conduta moral e religiosa que foi sendo reformulado conforme o contexto histórico social e cultural vivido pelos seus agentes educativos que passam a ser seus sucessores.

Embora o regulamento do sistema preventivo tenha sido criado somente em 1877, anteriormente, já havia práticas desenvolvidas por Dom Bosco com a finalidade de prevenir, pois

a mentalidade claramente preventiva o havia inspirado desde os primeiros anos de dedicação à obra assistencial em favor dos jovens pobres e desamparados, que deveriam ser prevenidos, protegidos, salvos, a começar pelos meios e pelos recursos aptos a introduzi-los e a fazê-los crescer no mundo da graça, além de fazer uma obra construtiva em nível de subsistência, instrução, profissão, crescimento moral e social (BRAIDO, 1999, p. 5).

Nessa direção, havia uma condução ideológica no ato originário dessas instituições religiosas localizada em um cenário de resistência e mobilização da Igreja Católica que se organizava em razão do contexto de reformas sociais, reguladoras do direito coletivo do Estado laico e implementadas pela Revolução Liberal no século XIX, envolvida principalmente pelo forte processo de secularização que afetava o catolicismo na perda de espaço na Europa e especialmente na Itália. A exemplo, a Lei dos conventos aprovada na Itália (berço da Congregação salesiana), em 1855, que alterou profundamente as formas de atuação da Igreja Católica:

a lei não proibia a ninguém o direito de levar uma vida de contemplação e oração, vestir roupa especial ou associar-se a outros para o mesmo fim. Negava, porém, a essas pessoas, o direito de receber privilégios especiais, a não ser que se dedicassem ao ensino, ao cuidado dos doentes ou à pregação. Fora dessas instituições úteis à sociedade, não tinham direito à existência no interior de um sistema legal e social diferenciado. Dessa forma, por exemplo, sem autorização do Estado, não podiam possuir terras vitalícias, livres de impostos, nem serem isentas de pagar impostos pessoais ou do recrutamento militar (LENTI, 2013, p. 21).

A Lei dos conventos concedia à Igreja uma liberdade controlada para agir dentro dos limites impostos pelo Estado Liberal, no qual, mesmo o Direito Canônico postulando que a Igreja era uma sociedade perfeita, suprema, as instituições religiosas, a partir daquele momento,

passariam a ter a sua legitimidade julgada pelo Estado, sendo regulada a observância obrigatória de utilidade pública destas para terem acesso aos privilégios especiais, como não pagar impostos e direito a terra (LENTI, 2013). Foi sob essas condições que a Congregação salesiana se estruturou paulatinamente como instituição educativa no contexto italiano. Quanto ao seu envolvimento nos movimentos patrióticos, ao ser convidado certa vez à uma reunião patriótica “dos amantes da nação” na praça Vittorio junto com outros institutos pelo marquês Roberto de Azeglio²⁵, Dom Bosco recusou o convite afirmando:

[Dom Bosco] – Senhor marquês – respondi –, a minha família, os jovens da cidade que aqui se recolhem, não são uma entidade moral; eu me tornaria ridículo caso pretendesse ser dono de uma instituição que pertence inteiramente à caridade dos cidadãos.

[Dom Bosco] – Melhor ainda. Saiba a caridade dos cidadãos que a obra nascente não é contrária às instituições modernas. Isso o favorecerá: aumentarão as ofertas; a prefeitura e eu mesmo seremos dadivosos convosco.

[Dom Bosco] – Senhor marquês, é meu firme propósito conservar-me afastado de tudo quanto se refere à política. Nem a favor, nem contra.

[Marquês] – Que deseja fazer, então?.

[Dom Bosco] – Fazer o pouco de bem que puder aos meninos abandonados, empregando todas as minhas forças a fim de que se tornem bons cristãos em face da religião, honestos cidadãos na sociedade civil (BOSCO, 2012, p. 215).

A orientação de Dom Bosco era o não envolvimento da Congregação salesiana em movimentos políticos, para exclusivamente trabalhar em prol dos jovens e torná-los “bons cristãos e honestos cidadãos”, autoafirmando a dupla finalidade na sua função eclesial e civil. Por isso, Dom Bosco preferiu compreender a Sociedade Salesiana como uma “associação de cidadãos individuais e não como Congregação que estivesse tanto sob a lei do Estado, como sob a lei da Igreja”, pois teria que escolher um lado que lhe prejudicaria na sua obra educativa (LENTI, 2013, p. 22).

Nesse contexto de unificação italiana, as antigas ordens missionárias uniram-se em muitas cidades como associações, escolas apostólicas, seminários, institutos e novas congregações masculinas e femininas, voltadas à ação missionária direta ou para seu apoio, com um trabalho direcionado para crianças e jovens em vários lugares: Mondovì, Gênova, Verona, Milão, Parma, Turim e Roma (BRAIDO, 2008). É quando “o catolicismo praticante transformava-se, no século XIX, com vigor renovado, em militante, caritativo e social” (BRAIDO, 2008, p. 92).

²⁵ O marquês Roberto Taparelli d’Azeglio (1790-1862) é reconhecido pelas suas iniciativas em favor da educação popular (BOSCO, 2012).

Nessa perspectiva, Dom Bosco movimentou-se enquanto agente educativo religioso católico, preocupando-se, sobretudo, com a juventude pobre, a fim de salvá-la dos perigos que ameaçavam suas almas e corpos que, de acordo com sua visão, se prefiguravam nas sociedades secretas da maçonaria, no protestantismo, na pobreza e nas prisões. A realidade prisional foi uma de suas primeiras ações, quando decidiu socorrer apenados da *Generalá*²⁶ e juventude pobres. Diante desse contexto, preocupou-se em inserir esse público na sua experiência inicial de Oratório, em 1841, ministrando as palavras do catecismo e os sacramentos, trabalhando o coração de forma religiosa para prevenir os jovens das punições civis, assim ganhando sua confiança e motivando-os a ver a vida honesta e o trabalho como o melhor caminho para ser bom cidadão e bom cristão (LENTI, 2012; BRAIDO, 2008).

Mesmo nesse contexto de secularização, a Igreja aprovou a Sociedade Salesiana como congregação religiosa segundo o Direito Canônico, porque a “Igreja recusava os princípios da jurisprudência liberal”, porém Dom Bosco “sempre se apegou à ideia de que sua Sociedade era uma associação de pessoas que exerciam seu direito civil como cidadãos individuais e não como uma espécie de corporação” (LENTI, 2013, p. 22).

Ao longo da sua jornada educativa, Dom Bosco foi criando estratégias para trazer a juventude para ele; estruturou sua obra como campo de amparo para que pudesse criar formas de “assistência presença” que possibilitasse a subsistência, instrução, profissão, crescimento moral e social em moldes cristãos, conforme o sistema preventivo (BRAIDO, 1999).

De igual modo, havia no Instituto Dom Bosco de Belém uma formação de encorajamento para o valor do trabalho feminino, dentro e fora do ambiente doméstico, diferenciando-se de instituições dirigidas por congregações religiosas da época que formavam meninas e jovens para cuidarem do lar, serem boas esposas, mães de famílias honradas e cristãs, visões que fortaleciam a ideia conservadora religiosa do pertencimento natural da mulher ao lar, limitando a circulação feminina ao espaço privado. Essas relações entre religião e mulheres constroem-se em um campo de paradoxos e ambivalências “porque as religiões são, ao mesmo tempo, poder sobre as mulheres e poder das mulheres” (PERROT, 2007, p. 83).

Esforçamo-nos para construir uma interpretação histórica, buscando compreender o Instituto Dom Bosco como parte de um projeto educativo que estava atrelado a uma congregação religiosa feminina que pensou um modelo de sociedade e vai costurá-lo nas relações sociais constituídas em seu cotidiano, utilizando como ferramenta a escola. Isto posto,

²⁶ Segundo Bosco (2012), *Generalá* era o nome dado à prisão chamada de “Casa de Educação Correcional” em Turim, na Itália. Para lá, iam os jovens infratores de 12 a 18 anos, considerados delinquentes de tenra idade que eram detidos e ficavam separados dos demais apenados, a partir de 1845.

empenhamo-nos em elaborar uma análise histórica na direção do entendimento de que “os fenômenos educacionais são elementos constitutivos das relações sociais e se produzem no interior dessas relações e não de forma isolada, à parte, ou sobrepostos a elas” (KUHLMANN JR; LEONARDI, 2017, p. 1), não nos esquecendo da questão de gênero que precisa ser discutida nessas relações que se estabeleceram no campo religioso e da educação feminina, devido à natureza de nosso objeto de estudo.

1.3 A problemática e objetivos da pesquisa

A Congregação Filhas de Maria Auxiliadora tem sua origem ainda no século XIX; foi criada por Dom Bosco e Maria Mazzarello, na Itália, com a finalidade de amparar a juventude pobre, oferecendo-lhe educação e formação para o trabalho. Alcançando o processo de internacionalização, expandiu-se em fins do século XIX para a América Latina. Nessa direção, para compreender a maneira como se constituiu a educação feminina pensada, organizada e dirigida por essa congregação religiosa no contexto de recristianização social dos anos 30 no Brasil, tomamos como campos de análise os documentos produzidos que materializam o projeto formativo da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora no espaço social e educativo do Instituto Dom Bosco de Belém. Essas organizações educativas foram os meios encontrados pela Congregação salesiana para atingir e formar mentes e corações entre os séculos XIX e XX.

Trabalhamos nessa perspectiva de análise porque a fundação do Instituto Dom Bosco possibilitou a implementação do projeto formativo que compunha a educação feminina pensada pelas Filhas de Maria Auxiliadora, considerando o contexto local de Belém. Nosso estudo se justifica no campo da historiografia da Educação a partir de um aspecto abordado por Leonardi e Bittencourt (2016, p. 155): a necessidade de se observar a pedagogia salesiana ou a história de suas instituições educativas, por exemplo, que se ocuparam da educação no Brasil em diversas regiões, enfatizando que “a Igreja fundou colégios ao lado de igrejas, capelas ou santuários, e sua política de educação não se deu somente pelas escolas, pois o próprio conjunto arquitetônico induz a uma formação moral, estética e filosófica”. Dizem ainda que “há um longo caminho a ser percorrido pela História da Educação”. Quando orientam sobre os caminhos a serem percorridos pelos pesquisadores, as autoras indicam investigar “a transformação das próprias práticas e dos rituais das escolas em razão da entrada de confessores, irmandades, cultos, confrarias e estímulo aos sacramentos” (LEOBARDI; BITTENCOURT, 2016, p. 155).

Diante desse objeto de estudo, temos a seguinte questão problema: como se constituiu a formação religiosa, profissional, intelectual e educativa feminina desenvolvida pela Congregação Filhas de Maria Auxiliadora no Instituto Dom Bosco, entre 1935 a 1942, na

preparação de mulheres belenenses para o trabalho e na busca da emancipação econômica e social?

Nesse direcionamento, levantamos estas questões investigativas:

- a) o que motivou o Arcebispo do Pará, Dom Antonio de Almeida Lustosa, a solicitar a presença da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora e a criação do Instituto Dom Bosco em Belém do Pará na educação feminina dos anos 30 e 40?
- b) em que contexto político, social, educacional e religioso se implementou a educação feminina do Instituto Dom Bosco em Belém, sobretudo seus desdobramentos na formação de mulheres para o trabalho desenvolvida pela Congregação Filhas de Maria Auxiliadora?
- c) que formação, ensino, práticas culturais e cotidiano educativo foram implementados pela Congregação Filhas de Maria Auxiliadora no Instituto Dom Bosco na educação feminina?
- d) que égide formativa salesiana desenvolvida pela Congregação Filhas de Maria Auxiliadora contribuiu para a preparação de mulheres para o trabalho em fábricas e comércio nos anos 30 e 40 na cidade de Belém?
- d) quem eram as religiosas professoras que circularam pelo Instituto Dom Bosco de Belém? De onde vieram? Que saberes educativos dominavam? Que repercussão essa formação salesiana teve na educação de mulheres belenenses?

A partir dessas questões investigativas, nosso objetivo geral foi: analisar como se constituiu a formação religiosa, profissional, intelectual e educativa feminina desenvolvida pela Congregação Filhas de Maria Auxiliadora no Instituto Dom Bosco, entre 1935 a 1942, sobretudo na preparação de mulheres belenenses para o trabalho e na busca da emancipação econômica e social.

Para tanto, objetivamos de forma específica:

- a) desvendar o motivo que levou o Arcebispo do Pará, Dom Antonio de Almeida Lustosa, a solicitar a presença da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora e a criação do Instituto Dom Bosco em Belém do Pará na educação feminina dos anos 30 e 40;
- b) analisar o contexto político, social, educacional e religioso da implementação da educação feminina do Instituto Dom Bosco em Belém, sobretudo seus desdobramentos na formação de mulheres para o trabalho desenvolvida pela Congregação Filhas de Maria Auxiliadora;
- c) identificar a formação, o ensino, as práticas culturais e o cotidiano educativo que foram implementados pela Congregação Filhas de Maria Auxiliadora no Instituto Dom Bosco na educação feminina;

- d) apontar a égide formativa salesiana desenvolvida pela Congregação Filhas de Maria Auxiliadora, como também a contribuição para a preparação de mulheres para o trabalho em fábricas e comércio na cidade de Belém dos anos 30 e 40;
- e) descrever o perfil das religiosas professoras que circularam pelo Instituto Dom Bosco de Belém, além disso, os desafios enfrentados na implantação de uma formação salesiana na educação de mulheres belenenses.

De acordo com as questões norteadoras e objetivos da pesquisa, defendemos como tese que, embora constituída em uma base religiosa tradicional, de uma concepção de mulher ainda sob a égide do sistema patriarcal, de uma educação feminina para o lar, a Congregação Filhas de Maria Auxiliadora chega a Belém do Pará com uma concepção de que a religião e o trabalho, bases da construção milenar de uma sociedade, são os princípios norteadores da educação no Instituto Dom Bosco, pois encontraram no campo de formação humana salesiana o ambiente favorável para implementar uma educação feminina para o trabalho e formação profissional, promovendo nos anos 30 e 40 do século passado a educação da mulher belenense para atividades laborais a serem desempenhadas possivelmente em fábricas e comércio devido ao contexto local da cidade, contribuindo para o desenvolvimento de sua emancipação econômica e social.

Seção II



CONSTRUÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Compreender e explicar a realidade histórica de uma instituição educativa é integrá-la de forma interactiva no quadro mais amplo do sistema educativo e nos contextos e circunstâncias históricas, implicando-a na evolução de uma comunidade e de uma região, seu território, seus públicos e zonas de influência (MAGALHÃES, 2007, p. 70).

2.1 Construção teórico-metodológica

Nossa pesquisa está localizada na área da História da Educação, mas especificamente no campo da História das Instituições Educativas. Optamos em nosso estudo pela pesquisa documental na qual nos empenhamos em construir uma narrativa histórica amparando-nos em Bloch (2001) quando este afirma que a utilidade da História é interpretar as ações do homem no seu tempo, na sua sociedade. É com essa lente que olhamos para as Filhas de Maria Auxiliadora em Belém, interpretando suas práticas educativas desempenhadas no Instituto Dom Bosco e seu projeto educativo para a juventude feminina entre 1935 e 1942, compreendendo esse coletivo feminino religioso no seu tempo histórico.

Para construir a lógica histórica de nosso estudo, respaldamo-nos em Thompson (1981) pois o nosso objetivo é o conhecimento histórico de uma instituição educativa. Nesse sentido, não procuramos por fatos isolados, mas “conjuntos de fatos com suas regularidades próprias; da repetição de certos tipos de acontecimentos; da congruência de certos tipos de

comportamento em diferentes contextos”, em suma, “das evidências de formações sociais sistemáticas e de uma lógica comum do processo” (THOMPSON, 1981, p. 57-58).

Nessa direção, foram os marcadores temporais em termos de linearidade, frequência, similitude e constância das práticas implementadas pelas Filhas Maria Auxiliadora no Instituto Dom Bosco que direcionaram a seleção do nosso período histórico, contribuindo para que pudéssemos construir uma meso abordagem do tempo institucional, ou seja, captar um ciclo formativo que representaram uma tradição em determinado tempo histórico institucional, conforme indicado por Magalhães (2007).

Compreender a similitude nos possibilita relacionar os eventos ocorridos na instituição na sua confluência com os fatos. Dito de outro modo, é fundamental percebermos para onde eles se dirigem, identificando a paridade desses fatos e em que medida se relacionam com os acontecimentos e os comportamentos ou formas de agir e aderir à determinada conduta. A frequência nos auxilia a quantificar o uso do tempo, das ações cotidianas e a repetição dos acontecimentos em uma instituição. Por sua vez, a constância permite analisar a perenidade dos acontecimentos e por último a linearidade confere ao conjunto de fatos enunciados a respeito desses acontecimentos sua duração, possibilitando traçar início, meio e fim de uma tradição.

Constituídos em seu conjunto, os fatos nos apontarão evidências históricas e uma lógica sistemática a partir dos acontecimentos, sejam eles festivos, religiosos, escolares ou avaliativos, ocorridos em instituição educativa. Essa forma de como encaminhar o processo empírico, marcando os acontecimentos, datando-os e identificando sua lógica, foi por nós aderida com a finalidade de respeitar o tempo e estruturar sua periodicidade na instituição educativa, pois, para Le Goff (1990, p. 38), “o historiador deve respeitar o tempo que, de diversas formas, é a condição da história e que deve fazer corresponder os seus quadros de explicação cronológica à duração do vivido”.

Dito isto, percorrendo o ambiente de uma instituição educativa, buscamos os indícios e vestígios da educação feminina organizada pela Congregação Filhas de Maria Auxiliadora no Instituto Dom Bosco de Belém, fundamentando-nos no conceito de experiência de Thompson “que é indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento” (THOMPSON, 1981, p. 15).

Nesse entendimento, buscamos fabricar a história ou o conhecimento histórico de um corpo institucional, que não se move sozinho, nem está parado, ele se movimenta, há um dinamismo e uma consciência impregnada nos documentos produzidos pelos agentes educativos da Congregação salesiana feminina, sendo o conceito de experiência a essência, ou

a substância das práticas e representações do cotidiano educativo. As FMA não se encontram passivas em seu contexto histórico, mas agindo na educação feminina com um propósito.

Na compreensão de Edward Thompson, “a experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas estão famintas: seus sobreviventes têm novos modos de pensar em relação ao mercado”. Ou “pessoas são presas: pensam de modo diverso sobre as leis”. Nesse sentido, frente a essas experiências gerais, concluiu o historiador que “velhos sistemas conceptuais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença” conforme as experiências vividas em dado contexto (THOMPSON, 1981, p. 15). Nessa esteira, a experiência é a gênese da matéria-prima do objeto analítico do historiador. Há, portanto, instâncias culturais, políticas e ideológicas que influenciam na mudança e constituição das experiências educativas vividas em uma instituição educativa.

As Filhas de Maria Auxiliadora viviam a conjuntura da formação feminina nos anos de 1930, sabiam da importância dessa formação para a juventude feminina no Pará e abriram espaços para que ela ocorresse em suas instituições e se organizaram para isso. A conjuntura local influenciou nas suas experiências educativas do ponto de vista econômico e educativo. E explica a forma como foram organizadas as instituições educativas, a partir dos anos 1930, que “pôde favorecer a expressão das mulheres, com ou apesar da Igreja, em caminhos por ela abertos e em suas margens” (PERROT, 2007, p. 86). Nessa conjuntura, apoiamo-nos em Scott (1995) quando usamos o elemento *gênero* para pensar a relação dessa categoria de análise com a educação feminina em instituição educativa religiosa, estudando o feminino de forma multifacetada, não isolando-o das desigualdades produzidas e construídas no campo histórico e social.

Para elaborar a historiografia da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora, valemo-nos também de Marc Bloch (2001), a fim de interpretar a ação desse grupo de religiosas no tempo e na sociedade em que organizaram estruturas educativas para implementar seu projeto educativo feminino.

Nosso estudo recorre a historiografia de Certeau (2013) para a operação historiográfica por meio da pesquisa documental, em que se separa, reúne e transforma documento em fontes históricas. Ainda nos firmamos em Bloch (2001) quando este defende que o historiador se assemelha ao ogro da lenda, que fareja a carne humana, pois sabe que a caça está perto. É assim a postura do nosso ofício de historiador entre os documentos: procuramos os rastros das perguntas que podem ser feitas e respondidas pelo nosso objeto de estudo.

Segundo Bloch (2001), é a pergunta que condiciona a análise, e no limite ela pode elevar ou diminuir a importância do texto destacado. Portanto, para ele, o documento não fala por si, necessita ser interrogado. Bloch (1997) entende que a verdadeira história se interessa pelo homem integral, com o seu corpo, suas sensibilidades e não apenas por suas ideias e atos. Nessa perspectiva, historiar uma instituição educativa religiosa também é um ato de interpretação das experiências e sensibilidades educativas que mantiveram o fio condutor cultural de práticas elaboradas por mulheres religiosas que se envolvem coletivamente no projeto educativo feminino em intersecção com a religião e formação para o trabalho.

Outro historiador que nos ajudou nas reflexões teóricas e metodológicas historiográficas foi Walter Benjamin (2007) que compreende o fazer histórico como um quebra-cabeças, no qual juntando e reorganizando os fatos fazemos a leitura histórica dos acontecimentos, registros do passado de forma linear, aberta a uma construção de diversas possibilidades. Segundo Pesavento (2003, p. 64), “as peças se articulam em composição ou justaposição, cruzando-se em todas as combinações possíveis, de modo a revelar analogias e relações de significado”.

Em nossa tese, fundamentamos a história das instituições educativas em Justino Magalhães (2007), objetivando compreender o Instituto Dom Bosco de Belém e correlacionar seu contexto de criação com as condições materiais de sua produção, mobilização e agenciamento dos sujeitos e agentes, seu envolvimento, desvelando a representação da educação feminina e apropriação das práticas educativas neste espaço.

Nesse sentido, Magalhães (2007, p. 1) nos aponta caminhos epistemológicos que nos ajudam a investigar e compreender o Instituto Dom Bosco com o uso de conceitos que nos permitiram “teorizar, interpretar e traduzir (informar, conceptualizar, interpretar e narrar) a substantivação, o funcionamento e a relação histórica entre os diversos elementos materiais, humanos e culturais envolvidos”.

Magalhães (2007) orienta que o processo investigativo de uma instituição educativa e sua narrativa historiográfica precisam ser construídos a partir da combinação dos eixos: 1) construção do objeto sistêmico; 2) representação desse objeto na sua internalidade, sendo ele a própria referência da ação; e 3) elaboração da ideia que as práticas educativas do cotidiano e as decisões tomadas quanto ao futuro conferem memória, sentido e projeto ao itinerário histórico de uma instituição educativa.

Na figura 1, a seguir, estruturamos um esquema representativo da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora que nos levam à sua internalidade, criada a partir desses três eixos com base nos documentos da Congregação e de seu educandário, o Instituto Dom Bosco.

Ressaltamos que o grande desafio que envolve o trabalho historiográfico de uma instituição educativa é a interpretação das fontes direcionada por questionamentos feitos ao “devir espaço-temporal e sociocultural como principal produto da relação entre contextos, agentes, meios, atitudes, culturas, valores, interesses, motivações, racionalidades, expectativas, destinos de vida que caracterizam e substantivam o processo educacional” (MAGALHÃES, 2007, p. 5).

Figura 1 – Estrutura representativa do objeto Congregação Filhas de Maria Auxiliadora segundo sua internalidade.

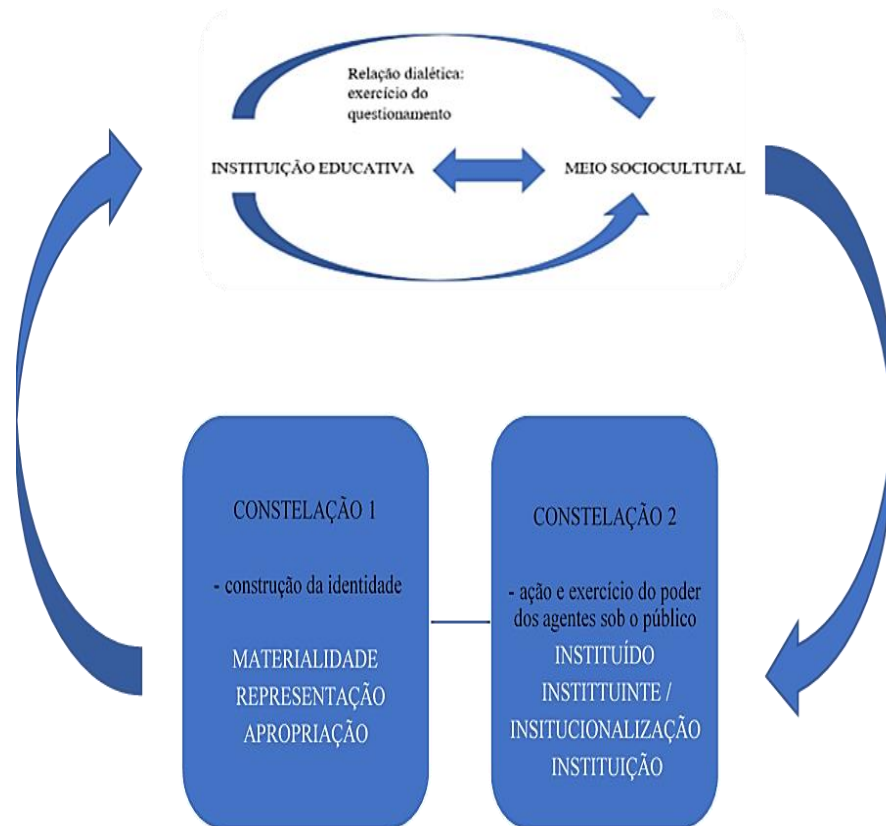


Fonte: Elaborado pela Autora com base no conceito de internalidade de Magalhães (2007).

Do ponto de vista metodológico, consideramos no caminho da análise de uma instituição educativa duas constelações conceituais, a fim de encontrar o sentido investigativo que lhe é conferido mediante a evolução dialética, para a qual a primeira constelação compõe o campo da materialidade, representação e apropriação, em que construímos a identidade histórica da instituição; a segunda constelação compõe o campo instituído, instituinte/institucionalização e instituição que se caracteriza pela ação e exercício do poder dos agentes sob o público-alvo (MAGALHÃES, 2007).

Já apropriadas as constelações, esquematizamos na figura 2, como vamos observar, o processo historiográfico na construção da análise de uma instituição educativa mediante a configuração do seu ciclo evolutivo:

Figura 2 – Configuração do ciclo evolutivo de uma instituição.



Fonte: Esquema conceitual elaborado pela Autora a partir de Magalhães (2007).

Esse ciclo evolutivo está diretamente conectado com o exercício de perceber nas fontes como se constrói o destino, as identidades dos agentes e sujeitos educativos e a forma como se exercita e se regula ação dos agentes sob os sujeitos educativos situados em um espaço institucional em que ocorrem trocas experienciadas nesse meio sociocultural.

Em nossa pesquisa documental, apropriamo-nos da técnica de Análise Documental²⁷ para elaborar a historiografia da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora, considerando o Instituto Dom Bosco como difusor das práticas de uma educação feminina salesiana organizada e administrada pela referida congregação. Organizamos na figura 3 as duas constelações analíticas indicadas por Magalhães (2007), pontuando os elementos que devem ser considerados em cada campo de análise que compunha a realidade sociocultural das FMA

²⁷ O documento escrito é uma fonte preciosa para o pesquisador no campo da História da Educação, que, ao selecionar, organizar e classificar os vários elementos encontrados, consegue materializar os vestígios de um passado quando o documento é interpretado adequadamente enquanto fonte histórica. O documento “permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente” (CELLARD, 2008, p. 295).

enquanto organizadoras de uma instituição educativa, que, ao serem questionadas sobre os documentos, respondiam a respeito do seu espaço de ação educativa, o Instituto Dom Bosco, e direcionavam nosso trabalho na organização, preparação e seleção das fontes da instituição, auxiliando na identificação das categorias de análise que trataremos adiante.

Figura 3 – Análise documental em uma instituição educativa a partir das constelações analíticas.



Fonte: Síntese elaborada pela Autora a partir de Magalhães (2007).

Dessa forma, o conceito de *materialidade* nos permite compreender as condições materiais em que a Congregação Filhas de Maria Auxiliadora se instalou em Belém, como se deu a fundação do seu espaço educativo, a construção de seus programas de ensino, como era a lógica de funcionamento, a divisão do tempo para as atividades e os saberes que deveriam ser desenvolvidos pela Congregação no Instituto Dom Bosco.

O conceito de *representação* remete a memória dos arquivos construída em uma relação orgânica do que foi vivido, fabricado e expresso no modelo institucional, nos estatutos, no grau de mobilização dos agentes que, em sua maioria, eram femininos, como as irmãs que dirigiam e organizavam o modelo educativo da instituição ou as professoras que lecionaram no Instituto Dom Bosco, aplicando o sistema preventivo de Dom Bosco na educação feminina em Belém; e ainda agentes masculinos, como Dom Lustosa, Arcebispo de Belém (agente religioso da Congregação salesiana) que mobilizou a chegada das irmãs a Belém.

O conceito de *apropriação* envolveu a análise das formas de como se organizaram a aprendizagem feminina no momento histórico vivido, como o ideário pedagógico foi

direcionado à educação feminina e pensado para uma formação específica que traçou destinos de vida e construiu identidades na metade do século XX.

O conceito de *instituído*, em sincronia multifacetada com a *materialidade*, *representação e apropriação*, nos possibilitou compreender a evolução histórica da instituição, tomando como base a ação humana que é regulada e organizada pela dinâmica institucional e que envolveu os destinos de vida dos sujeitos, a mobilização dos agentes e o poder exercido, as necessidades e interesses do público a qual se destinou a instituição, a tradição, percebendo os movimentos de mudança e transformação institucional (MAGALHÃES, 2007).

O conceito de *instituído* ainda envolve a compreensão da *institucionalização*, pois a evolução histórica da instituição opera-se por essa noção de institucionalização como “resultante do poder instituinte dos diversos participantes, reificada como principal produto da dialéctica entre os públicos e o modelo didáctico-pedagógico e institucional, mediante a acção dos agentes, regulada pela dinâmica organizacional” (MAGALHÃES, 2007, p. 6).

Outro fenómeno importante apontado por Magalhães, que foi analisado em nosso estudo sobre uma instituição educativa, é o relacionamento ou *territorialização* que ela construiu com o contexto sociocultural e geográfico envolvente. Essa perspectiva de olhar a instituição educativa nos ajuda a compreender a maneira como ela se organizou no espaço, o bairro escolhido para sua fundação e as circunstâncias materiais em que ocorreram as formas de mobilização, evolução institucional, articulados também ao que foi instituído. Essa relação dialéctica entre a territorialização, contexto sociocultural e geográfico e o instituído nos possibilitou entender como os protocolos de mudança e os níveis de mobilização se definiram e ganharam sentido no cotidiano educativo (MAGALHÃES, 2007).

Avançando ainda mais pela necessidade que o rigor metodológico no estudo de uma instituição educativa exige, com o uso das referidas categorias conceituais, perseguimos a descoberta do desenvolvimento da identidade institucional que, segundo Magalhães (2007), é o fio condutor para construção de uma narrativa historiográfica de uma instituição. Com o uso dessas categorias, conferimos memória, sentido e projeto ao itinerário histórico da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora que combinados entre si com o seu modelo educativo, agenciamento, agentes e sujeitos envolvidos no ambiente institucional, nos auxiliaram na construção da narrativa historiográfica de uma instituição que formou a juventude feminina belenense incentivando o gosto pelo estudo, pelo trabalho e pela religião.

Ao buscarmos a identidade institucional educativa, emergiram das fontes históricas da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora uma categoria de análise metodológica que

nomeamos de *casa*. No dicionário Michaelis, a palavra *casa* significa um lugar coletivo de pessoas que o habitam, ou se reúnem compondo uma família.

Ajustando as lentes com o olhar de dentro do ambiente da Congregação salesiana, os documentos nos apontam que sua cultura institucional entende o espaço casa para além da morada, onde se cultiva os laços da família que acompanha a educanda e também forma englobando o espaço da igreja, da escola e da oficina. Assim a casa é concebida como um lugar em que se reza, estuda e trabalha. O cotidiano experienciado na casa constituem “modos” ou “artes de se fazer” educativo (CERTEAU, 1998). Para nós, as instituições, além de constituir destinos, também fabricam cultura nas suas práticas educativas.

Há uma função educativa em cada espaço programado e um significado cultural se internaliza e se aprende (ESCOLANO, 2001). O uso dos espaços gera representação e práticas constituídas por meio das sociabilidades nas casas salesianas. Nesses termos, o clima institucional criado pelas FMA para educação feminina representa o ciclo pedagógico e um modelo institucional da casa que educa, instrui, acolhe e evangeliza no cotidiano.

As formas como foram experienciadas esse cotidiano educativo feminino forjado pela Congregação Filhas de Maria Auxiliadora nos revelam, segundo Certeau (1998, p. 109-110), os “procedimentos” do “fazer” educativo materializados nos documentos da instituição educativa que nos aproximam do que foi “adquirido”, “fabricado”, “operado” no cotidiano da educação feminina, destacando os caminhos desse trabalho que é coletivo, “seus laços de pertença” religiosos, mostrando as “condições” e “regras” de sua produção e destacando as “relações de onde nasce”, “o modo de geração” ou o que as produz.

Magalhães (2007) igualmente nos convida a compreender em uma instituição educativa o que a produz e o que ela produz. A instituição é um produto de seu tempo, em nosso caso de uma conjuntura educacional constituída em um contexto econômico, político, religioso e cultural que dá origem às relações estabelecidas com seus agentes educativos, às regras determinadas pelos regulamentos, as condições estabelecidas no seu ingresso e permanência, nos laços de pertença que cria em sua comunidade educativa.

Apostamos nessa história da educação que deseja somar ao campo da renovação, trazendo os elementos da composição educativa a partir do contexto local e institucional, centrando nas relações que a instituição buscou construir com o seu público-alvo, “contribuindo com novas fontes e reflexões para a história da educação, conferindo significado aos acontecimentos e aos testemunhos regionais e locais – abordados no seu contexto e cruzados com fontes nacionais ou gerais” (MAGALHÃES, 2010, p. 28).

As práticas educativas são produto da instituição educativa, a qual também se refaz no tempo diante de mudanças estruturais no contexto histórico na qual está inserida. Bourdieu e Passeron (1975, p. 44) afirmam que “a aprendizagem implica o trabalho pedagógico como trabalho de inculcação que deve durar o bastante para produzir uma formação durável; isto é, um *hábitus* [...]” produzindo o que Magalhães (2007) chamou de modelização ou tradição.

Figura 4 – Configuração das categorias: casa salesiana, formação feminina, cultura salesiana e trabalho.



Fonte: Esquema de análise elaborado pela Autora, 2022.

Dessa forma, as fontes de nossa tese apontaram um conceito de casa ampliado na perspectiva salesiana, sendo entendida por nós como um espaço de experiências coletivas envolvendo amparo, disseminação da cultura, instrução religiosa, educação e trabalho em uma comunidade. A partir desse movimento, novas categorias de análise emergiam e foram nomeadas de *formação feminina*, *cultura salesiana* e *trabalho*.

Para desenvolvermos o estudo sobre a Congregação Filhas de Maria Auxiliadora, optamos pela pesquisa documental no arquivo físico da instituição, localizado em Belém, bem como o arquivo digital da Congregação que hospeda, em uma plataforma *on-line*, diversas fontes como regulamentos, cartas de Maria Mazzarello (cofundadora da Congregação), crônicas²⁸, diários das irmãs e estudos realizados pela própria Congregação no século XIX e XX, inclusive elaborado pelas próprias religiosas.

²⁸ É uma forma de chamar as histórias registradas nas Crônicas; inclusive, há um livro organizado com crônicas da casa datado do século XIX.

Figura 5 – Arquivo da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora em Belém.



Fonte: Arquivo da pesquisa, 2023.

Olhar o arquivo assim, aberto, nos causa grande curiosidade e emoção; em cada gaveta, está materializado o cotidiano de 88 anos de existência, que pode não contemplar a vida inteira, mas, certamente, nas mãos de alguém que busca pela História da Educação no Pará, é um tesouro a ser descoberto, pois arquiva cultura, práticas educativas, formas de se ocupar os espaços de uma instituição educativa. Arquiva o trabalho desenvolvido por mulheres religiosas e professoras em diversos contextos do século XX que contribuíram com a formação feminina belenense e deu diversos destinos a muitas delas.

O grande desafio de se pesquisar uma instituição educativa religiosa é conseguir confiança para adentrar seu arquivo, ver sua intimidade. Olhá-la por dentro é identificar os traços da sua vida privada. Assim entendemos o arquivo constituído de *corpus* e memória de um tempo vivido que guarda os vestígios da trajetória da Congregação, dos sujeitos e agentes envolvidos, legislações, projetos, fotografias, sejam eles digitalizados ou impressos. Os registros de um arquivo são “uma produção que não pode deixar de revestir-se do duplo sentido de preservar uma memória e, simultaneamente, constituir-se como representação e identidade de uma instituição”, diz ainda “esta produção deve ser objecto de uma abordagem interdisciplinar, com particular relevo para uma articulação entre os domínios da arquivística e da historiografia” (MAGALHÃES, 2007, p. 12).

Sobre a conversão de um arquivo em fonte de informação, é importante primar pela organização de um *corpus* documental que nos possibilite realizar os exercícios da “heurística e de hermenêutica como resposta à resolução de problemáticas e à construção de um objecto do conhecimento científico. É sob a forma de variáveis e de registos informativos específicos que os dados existentes num determinado arquivo passam a integrar a narrativa historiográfica” (MAGALHÃES, 2007, p. 12).

Nesse direcionamento, a heurística nos permite observar, comparar, verificar, demonstrar o que se quer problematizar nos achados documentais, dando suporte na construção do objeto histórico, e o movimento hermenêutico nos permite interpretar as informações, conferindo a estas o caráter de fonte na análise sócio-histórica de uma instituição educativa. Nesse exercício, conseguimos compreender que, se tomado na sua complexidade e na sua diacronia, o arquivo constitui-se em um referencial básico para o entendimento e a construção do sentido evolutivo de uma instituição educativa (MAGALHÃES, 2007).

Para Magalhães (2007), o arquivo é representação, expectativa, projeção. É simultaneamente quadro e imagem, quadro no que tange as suas várias composições e dimensões historiáveis; representação/imagem no que refere a ação, na medida em que possui testemunhos diretos e que própria maneira como se organiza retrata sua dinâmica institucional de forma interna e externa.

Ao problematizar o arquivo enquanto memória, Magalhães (2007) o compreende para além do depósito, como lugar que documenta o vivido, conferindo-lhe um sentido, ao mesmo tempo em que o tem enquanto imagem da realidade, na qual o arquivo é um quadro que se remete a ação, permitindo sua reificação. Em outras palavras, reificar é dar existência material ao objeto instituição com o uso do arquivo.

Por esse ângulo, fomos descortinar essa tradição e pensar a educação com história reconstituindo uma geração do Instituto Dom Bosco e da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora que se ocuparam da educação feminina belenense em meados do século XX.

2.2 O *corpus* da pesquisa e saga em busca dos/nos arquivos

Trabalhar com fontes documentais exige cautela, paciência e cuidado na conexão dos acontecimentos históricos e análise. A fonte documental traz consigo historicidade, assim, durante sua análise, devemos ficar atentos à sua natureza, seu autor, para quem e para quem foi

escrito, pois “documento algum é neutro, e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou órgão que o escreveu” (BACELLAR, 2008, p. 63).

Utilizar o documento como ferramenta de análise da História da Educação torna possível compreender os “processos, mudanças e continuidades de ações da educação no tempo”, apontando enquanto campo epistemológico a “maneira como os grupos sociais adquiriram, assimilaram, utilizaram e difundiram o conhecimento escolar no espaço-tempo histórico” (SOUZA; GRAZZIOTIN, 2015, p. 1).

Em nosso estudo, tivemos acesso a inúmeras fontes, porque o arquivo estava bem organizado. O carisma de Dom Bosco e Maria Mazzarello em natureza tem grande apego com a memória, talvez seja essa explicação pelo zelo dado aos documentos da instituição.

As consultas realizadas de forma presencial ao arquivo local da casa salesiana de Belém foram produtivas, pois o espaço é organizado e os documentos estão armazenados de forma adequada, revelando que as FMA de Belém sabem do valor da memória. Todavia, muito documentos importantes, como os estatutos que tratam da sua origem, não foram encontrados lá, mesmo depois de cuidadosa consulta no arquivo.

Os documentos do período de 1930 a 1960 a que tivemos acesso no arquivo foram escritos em sua maioria na língua italiana (língua vernácula da Congregação), motivo de redirecionamento de pesquisas para muitos doutorandos, mas que em nós causou intensa curiosidade e um sentimento de desafio ao sabor de inquietação que nos levou a fazer um curso de italiano para que pudéssemos realizar a tradução de documentos mais densos (fontes primárias), como o Livro das Crônicas, os Regulamentos, Planos de Formação, Capítulos Gerais e as Cartas. Catalogamos tudo que nos foi disponibilizado pela Irmã Maria Eleuzimar de Oliveira Lima neste período histórico.

Consultamos também o Centro de Documentação Salesiano de Barbacena, em Minas Gerais, via internet. Nina, bibliotecária desta instituição, contribuiu com nosso estudo, enviando por *e-mail* diversos arquivos; inclusive me doou livros e cópias de documentos sobre as Filhas de Maria Auxiliadora, que chegaram a nós via Correios, ficando sob nossa responsabilidade as despesas com o envio. No Centro de Documentação, há um arquivo físico, mas há formas de se fazer consulta *on-line*²⁹. Informaram-nos que não há documentos da casa salesiana de Belém, porém há alguns manuais, livros biográficos sobre as FMA e os documentos das Constituições.

Também tivemos oportunidade de acessar *on-line* o Arquivo da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora, instituído pela Pontifícia Faculdade de Ciências da Educação Auxilium,

²⁹ Acesso à plataforma do Centro de Salesiano de Documentação e Pesquisa: <https://www.csdp.salesianos.br/>

que, no desejo contribuir na publicidade e memória da Congregação feminina, fomentar a pesquisa científica em história da educação e cultivar a difusão de seus documentos, hospedou em uma plataforma digital³⁰ própria diversos documentos produzidos na Itália, a exemplo, Planos de Formação, Regulamentos, Cronistórias da Congregação, Cartas, Manuais e Capítulos Gerais (reuniões documentadas que tratavam da atualização do Regulamento da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora). Estes documentos abordavam sobretudo normas, condutas, princípios religiosos e educativos, bem como finalidades da educação organizada pela Congregação salesiana feminina entre os séculos XIX e XX.

Sabemos do desafio que é pesquisar sobre congregações religiosas, sobretudo em instituições educativas de caráter particular, pois a pesquisa revelará percursos educativos de um mundo privado. Vale ressaltar que durante nossa busca presencial no arquivo da casa salesiana de Belém, a seleção das fontes em certos momentos passou pelo filtro da Irmã Eleuzimar, como a gaveta identificada como *Estatísticas* que tivemos a percepção de se tratar de informações sobre a vida financeira da instituição em alguns relatórios que ali havia, sendo rapidamente solicitado pela irmã que aquela gaveta não fosse consultada, justificando que o conteúdo não tinha relação com a ação educativa da instituição. O que foi atendido, pois, em certos momentos da pesquisa, precisamos saber o momento de dar um passo atrás, para não a tornar inviável ou conturbada na relação entre instituição e pesquisador.

Encaminhei-me ainda ao arquivo da escola, onde fiz o registro dos documentos, porém lá são datados a partir de 1960, provavelmente do Ginásio, que não será objeto desta tese. Todo o levantamento no arquivo da casa foi acompanhado pela presença da irmã salesiana.

Realizamos ainda diversas consultas no Centur – no setor de Obras Raras³¹, onde encontramos o Regulamento do ensino primário de 1931, porém no Setor de Microfilmagem tivemos muita dificuldade na leitura da máquina de microfilme, pois as publicações do Estado do Pará e da Folha do Norte que foram mencionados nas Crônicas, em sua maioria não constavam entre as edições preservadas, estavam incompletas.

Já sabendo do envolvimento de Dom Lustosa com a Congregação Filhas de Maria Auxiliadora, fomos procurar mais vestígios dessa relação no Setor de Obras Raras da Biblioteca

³⁰ Acesso à plataforma do Centro de Estudos sobre as Filhas de Maria Auxiliadora: https://centrostudifma.pfse-auxilium.org/it/centro_studi_documenti.cfm?&tab=21

³¹ É necessária mais atenção do governo do Estado Pará com sua história, especialmente, ao centro de microfilmagem do Centur, espaço de grande interesse dos pesquisadores que trabalham com Análise Documental no contexto paraense. A maioria das máquinas de microfilme não estavam funcionando adequadamente, inviabilizando a leitura e atrasando a pesquisa pelo fato de vários pesquisadores terem que revezar entre duas máquinas que apresentavam metade das luzes queimadas. Para um melhor apoio à pesquisa, seriam necessárias pelo menos cinco máquinas funcionando adequadamente com lâmpadas específicas para este fim. A lâmpada incandescente das máquinas causa agressão aos olhos durante as consultas aos documentos microfilmados.

Central da Universidade Federal do Pará. Lá, verificamos algumas produções literárias do padre, como o livro oficial escolar do ano de 1935, intitulado *Pastoral em prol da saúde corporal e espiritual dos nossos diocesanos do interior – 1935*. Este livro é um desdobramento de uma Carta Pastoral escrita pelo padre com finalidade altamente educativa nos campos da saúde e da religião, que circulou como livro oficial das escolas públicas paraenses, cuja análise nos rendeu uma publicação na revista de *História da Educação*, da Universidade Federal de Uberlândia³². A segunda fonte encontrada foi a Carta pastoral sobre o art.146, escrita nos anos de 1937 sobre a importância do casamento civil e religioso para a sociedade cristã paraense.

Além desses espaços, fomos ainda à Cúria Metropolitana de Belém à procura das cartas e jornais da época, onde rastreamos notícias sobre o contexto religioso que se vivia naquela época do Arcebispado de Antônio Lustosa e as publicações de suas longas viagens pelas paróquias do interior do Pará³³.

O último local visitado foi o Centro de Memória da Amazônia³⁴, onde achamos um documento precioso, o Estatuto do Instituto Dom Bosco de 1941, que ainda não havíamos encontrado, causando grande preocupação. Consultamos ainda o Acervo digital do Arquivo da Biblioteca Nacional, que nos possibilitou algumas fontes sobre a formação profissional das mulheres e dos agentes educativos que fizeram parte do círculo de Antônio Lustosa ou do Instituto Dom Bosco em jornais e revistas³⁵. Na figura 6, a seguir, apresentamos um esquema explicativo das fontes de maior volume utilizadas em nosso estudo.

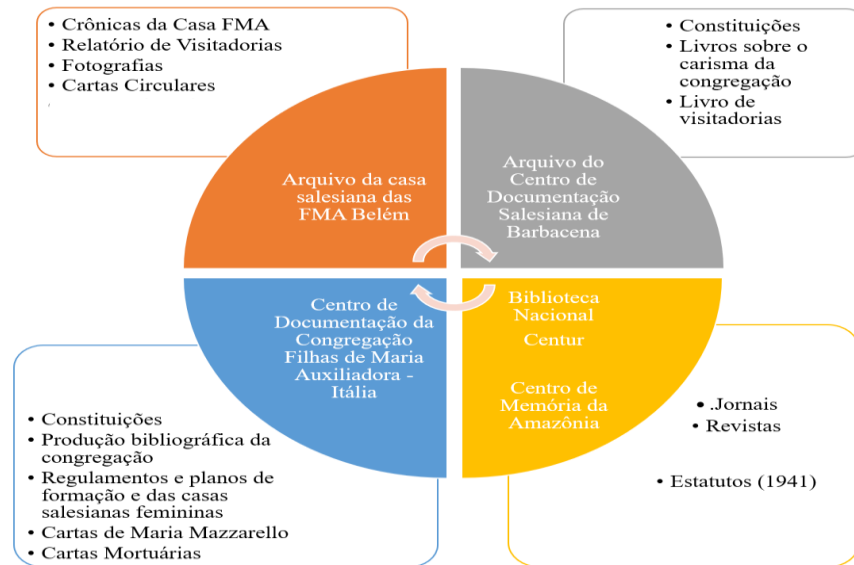
³² Cf. CALLOU; ALVES, 2022.

³³ Essas viagens foram registradas no jornal *A Palavra* e organizadas no livro *No estuário amazônico: à margem da visita pastoral*, publicado pelo Conselho Estadual de Cultura do Pará, em 1976.

³⁴ O Centro de Memória da Amazônia possui um acervo espetacular sobre institutos e associações de diversas espécies, entre elas encontramos algumas esportivas, religiosas, operárias, educativas, maçônicas e esotéricas voltadas para diversos públicos, principalmente datados entre o início até a metade do século XX, período ainda a ser estudado na história da educação paraense.

³⁵ Neste momento de consulta de arquivos e acervos digitais, os arquivos presenciais já haviam sido averiguados e estávamos em plena pandemia do Covid-19. Os arquivos digitais são muito úteis e facilitam nossa busca por fontes, embora o custo financeiro de alguns seja alto e demandem tempo considerável para serem digitalizados e encaminhados ao requerente. Pesquisar no campo da História da Educação não é uma tarefa fácil, não é barato e muito menos rápido, como muitos podem pensar.

Figura 6 – Organização das fontes documentais de grande volume por arquivo.



Fonte: Elaborada pela Autora, 2023.

2.2.1 Crônicas

Nas Crônicas, são as próprias irmãs que falam. O trabalho da cronista consiste em selecionar cuidadosamente e detalhadamente os fazeres do cotidiano institucional da casa salesiana. Um cotidiano constituído entre práticas religiosas, de ensino e o do trabalho no universo feminino congregacional salesiano.

Essa fonte tem uma característica específica de escrita e leitura. No período de implantação do Educandário das Filhas de Maria Auxiliadora, era o meio principal de registro do cotidiano da instituição. A forma da escrita foi estabelecida desta forma: do lado esquerdo da folha, constava o título do acontecimento, a exemplo, no dia 1º, localizado no centro da página, em seguida a data, com dia e mês, e a escrita dos fatos; os registros aconteciam em sucessão diária, em que somente iam sendo acrescentado os dias e os eventos até o último dia do mês que, ao ser finalizado, permitia o registro dos acontecimentos do mês seguinte.

Nas casas de educação salesiana, há uma tradição na elaboração das Crônicas, e em pesquisas em que há uma fonte com irregularidade temporal, como ocorreu nos arquivos das congregações, as Crônicas podem ajudar a sanar esse problema, já que podem fortalecer a temporalidade precisa da escrita devido à regularidade do registro. Outra vantagem no uso desse gênero é que são constituídos fortemente das práticas institucionais e do seu cotidiano, podendo apontar para outros documentos, a exemplo do nosso caso, ao mencionar a aplicação do Estatuto, a presença das professoras e de outros agentes educativos políticos, civis e religiosos,

a obediência a regulamentos, programas e normas, que nos possibilitaram compreender o modelo de educação feminina implementado entre 1935 e 1942.

Em nosso caso, as Crônicas, depois de muito interrogadas, “apontaram” em seu cotidiano documentos como impressos biográficos das professoras, Cartas Mortuárias, Capítulo Geral, Estatuto, Cartas Circulares, Plano de Formação da Congregação, documentos que foram fontes fundamentais, para compreendermos a educação feminina e o cotidiano educativo construído pela Congregação Filhas de Maria Auxiliadora.

As Crônicas foram registradas em italiano até aproximadamente o ano de 1960. Fato este que nos leva a inferir que possivelmente respeitava-se uma tradição do trabalho da cronista ser realizado por uma irmã de origem italiana, uma vez que, no período de nosso estudo, irmãs brasileiras foram admitidas no corpo congregacional salesiano feminino, porém não foi delegada a elas essa função. Não sabemos a identidade da cronista, pois ela não assina. Só podemos afirmar que a pessoa ideal para as escrever seria alguém que vivenciava ativamente o cotidiano do Instituto. Nas Crônicas, eram narradas as festividades religiosas e civis, ocorrências de saúde, doença e morte das irmãs e das alunas, os programas de apresentações dos alunos da Instituição, passeios e os exames finais; identificavam-se as irmãs e suas funções na Instituição, as visitas das inspetorias e das personagens ilustres civis e eclesiásticas. Os desafios dos espaços ocupados e as práticas educativas e religiosas ocorridas em diversos espaços da capital paraense.

2.2.2 Cartas

Nas Cartas, escritas entre os períodos de 1933 a 1936, conseguimos chegar à origem da Instituição. O uso do gênero epístola nos ajudou a compreender a motivação de sua implementação em solo paraense, as negociações, as súplicas, os agentes envolvidos e dificuldades na fundação.

Outras Cartas que utilizamos foram as que circularam entre as irmãs da Congregação entre 1933 e 1943 que continham prescrições e orientações sobre as formas de educar nas instituições, os desafios desse tempo e as memórias da tradição salesiana feminina. Estava explícito o objetivo de lembrar do trabalho desenvolvido no sentido espiritual, educacional e religioso, rememorar o sistema preventivo e sua importância em uma obra salesiana.

Utilizamos também as Cartas de Maria Mazzarello, cofundadora da Congregação feminina, que remetem a origem da obra salesiana, sua finalidade, o carisma, a sensibilidade feminina e aprendizado do conviver, bem como relatos do cotidiano que constituem a

orientação na forma de se educar e educar ao outro no cotidiano das instituições educativas salesianas.

2.2.3 Estatuto, Regulamento, Plano de Formação e Capítulo Geral

O Estatuto de 1941, enquanto fonte, nos apresenta dados sobre a finalidade da Instituição, o público a que se destina, sua natureza e organização.

Ainda temos os Manuais de 1908 e 1950 das Filhas de Maria Auxiliadora, encontrados respectivamente no Arquivo Digital da Congregação e no Centro de Documentação Salesiana de Barbacena-MG e que nos apontam as condutas e regras da Congregação.

No Arquivo Digital das Filhas de Maria Auxiliadora, temos um acervo considerável que nos possibilitou ter acesso ao Regulamento para as casas de educação das FMA, de 1932, aos Capítulos Gerais X e XI, respectivamente de 1934 e de 1947, ao Plano de Formação de 1934, a Cartas Mortuárias Biográficas, a Crônistórias e a livros sobre Dom Bosco e Maria Mazzarello. Esses documentos são fontes dos projetos formativos voltados para a juventude, normas, condutas e formas de educar adotadas pela Congregação feminina em seus educandários.

2.2.4 Álbum de fotografias

Outra fonte de valiosa importância é o Álbum de fotografias do Instituto Dom Bosco de Belém, cujos registros evidenciam algumas práticas educativas e representações da educação feminina. Nele, temos registrada uma fotografia de uma aula na década de 30³⁶, pensionato de estudantes, da escola noturna que funcionou de 1937 a 1993, das meninas no momento da Primeira Comunhão e celebrações e nas aulas de catecismo.

2.2.5 Livros

A obra *Dom Bosco: História e Carisma*, dividida em dois volumes, de Artur Lenti, é uma biografia em bases documentadas fundamental que nos auxiliou a compreender a origem da obra educativa salesiana nos tempos de Dom Bosco, a conjuntura política, econômica e social, e, a partir de onde se pensa, a função social e educativa das instituições salesianas.

O livro de Pedro Braido, *Prevenir e não reprimir*, nos ajudou a compreender o sistema preventivo. Método em que se organiza as bases da forma de ensinar e se relacionar no cotidiano das instituições educativas.

³⁶ Na fonte não obtivemos a data precisa, mas pelas características do uniforme e do espaço educativo, pode ser de 1937, momento de fundação do Instituto Dom Bosco.

Outros livros sobre a Congregação discriminados nas referências nos apontam o carisma da congregação salesiana, princípios e práticas desta forma de educar ensinados por Maria Mazzarello e Dom Bosco.

2.3 Estruturação do texto

Nesta primeira seção, explanamos a motivação do estudo, a apresentação do objeto, a problemática da pesquisa, objetivos e tese.

Na segunda seção discorremos sobre a metodologia e o *corpus* da pesquisa.

Em seguida, na terceira seção, discutimos a chegada da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora ao Norte do Brasil no contexto de recristianização dos povos da Amazônia e juventude feminina, analisando seus desdobramentos no campo político, econômico, educacional e cultural associados ao projeto de reforma dos costumes e fabricação do homem novo na Era Getúlio Vargas, pós Revolução de 30, culminando na aliança entre o poder eclesiástico e civil para conduzir a nova sociedade, especialmente pelo ato de educar constituído nas e pelas instituições educativas.

Discutimos também o projeto educativo e civilizador da Igreja, personificado na nomeação de arcebispo concedida ao salesiano Antonio de Almeida Lustosa, apontando como ele se movimenta na sociedade belenense para cumprir seu papel religioso, a fim de ampliar as formas de se atingir os fiéis, e pontuando como esse contexto contribuiu para o projeto de interesse particular de Antonio de Almeida Lustosa, qual seja, a vinda da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora para Belém do Pará com a finalidade da fundação de uma obra salesiana feminina: o Educandário Feminino Instituto Dom Bosco, o que carrega a intencionalidade de fortalecer a presença salesiana no Norte ao estabelecer na capital paraense sua ação educacional, pautada nos princípios salesianos na formação da juventude feminina.

Na quarta seção, abordamos o projeto formativo das Filhas de Maria Auxiliadora organizados para suas instituições educativas, seus princípios e fundamentos voltados para uma formação feminina que prioriza os campos intelectual, religioso e profissional, palmilhando os caminhos do estudo, trabalho e religião, por meio do seu carisma constituído nas formas de se relacionarem, nas prescrições diárias voltadas para seu público-alvo, na finalidade, na intencionalidade e na necessidade de suas práticas educativas associadas ao contexto econômico, político, educacional e religioso que as reestruturaram e contribuíram para a expansão da obra no campo de formação feminina para o trabalho e na sobrevivência da instituição educativa.

Na quinta seção, tratamos das experiências educativas do Instituto Dom Bosco, realizadas no endereço permanente da Trav. Benjamim Constant, n.º 316, bairro do Reduto. Esse período representa um novo ciclo institucional, por isso buscamos entender a forma como as irmãs concebem a prática e a representação do trabalho feminino, ideário de formação feminina das FMA. Analisamos a equiparação do Instituto Dom Bosco às escolas oficiais do Estado e o desdobramento disso na reconfiguração das suas práticas educativas ao ampliar seus espaços educativos para o ensino primário, jardim de infância e formação profissional feminina do ponto de vista educativo, político, religioso e cultural. Discutimos o ensino primário, dando relevância ao momento de expansão e valorização deste em um contexto paraense moderno que se mobiliza no esforço de estabelecer uma pedagogia nova, gerando oportunidade para que a Congregação Filhas de Maria Auxiliadora se estabeleça-se nesse campo. Analisamos também as formas como ele foi experienciado pelas suas educandas, considerando os moldes salesianos, organizados e executados pelas FMA, em cada ato que compôs o cotidiano educativo e seus desdobramentos na educação feminina do ponto de vista moral, educativo, religioso na sociedade paraense a partir dos anos 1937.

Na sexta seção, analisamos a formação profissional feminina desenvolvida pela Congregação Filhas de Maria Auxiliadora no ensino e na administração do Instituto Dom Bosco. Adentramos a formação profissional desenvolvida no Instituto de Belém, abordando o contexto educacional, sócio-econômico, político local e nacional que convergem para contribuir na abertura de uma formação feminina para o trabalho, oportunidade esta que foi percebida e organizada pelas FMA, mesmo em um contexto religioso em que a Igreja defendia o retorno da mulher ao lar.

Na sétima seção, damos ênfase à concepção de trabalho e educação arquitetada em bases religiosas salesianas e seus desdobramentos na contribuição de conscientizar a juventude feminina do seu destino para o trabalho, pavimentando a trajetória feminina para uma emancipação econômica, embora moldada em bases religiosas. Tratamos ainda da forma como agentes educativos de uma Congregação estrangeira feminina agiram para readequar seu instituto à realidade brasileira, ampliando seu quadro formativo com professoras leigas e brasileiras. Damos atenção especial a origem dessas professoras, sua formação e seu ingresso na Congregação salesiana feminina, discutindo dentro das limitações das fontes quem eram elas.

Por fim, constam as Considerações finais com uma discussão sobre os aspectos do projeto educativo do Instituto Dom Bosco sob a administração das Filhas de Maria Auxiliadora na formação feminina para o trabalho na intenção de habilitar as mulheres para o mundo fora do ambiente privado, onde seus desdobramentos na vida feminina possivelmente implicaram

tanto em atender as demandas de atividades em fábricas e comércio da cidade de Belém nos anos 30 do século passado, como pavimentaram condições de emancipação feminina pelo trabalho, em um momento que o destino pensado para a mulher pela Igreja e autoridades governamentais estava limitado a maternidade e ao casamento.

Seção III



ENTRE EDUCAÇÃO, SAÚDE E RELIGIÃO: O TRABALHO PASTORAL DE ANTONIO LUSTOSA NA AMAZÔNIA E A CONGREGAÇÃO FILHAS DE MARIA AUXILIADORA

Uma coisa que pudemos afirmar: é impossível reformar o Brasil sem reformar os seus homens. Por melhores que sejam as leis, por mais modernos e práticos que sejam os seus métodos, por mais engenhosos, que sejam os sistemas de administrar, de fiscalizar, de desenvolver indústrias, de difundir o ensino, é, tudo é tempo perdido se o caráter, a consciência do homem estiver corrompida (LUSTOSA, 1976, p. 6).

3.1 Bispo, pastor, educador e escritor: atuação de Antonio Lustosa no Pará

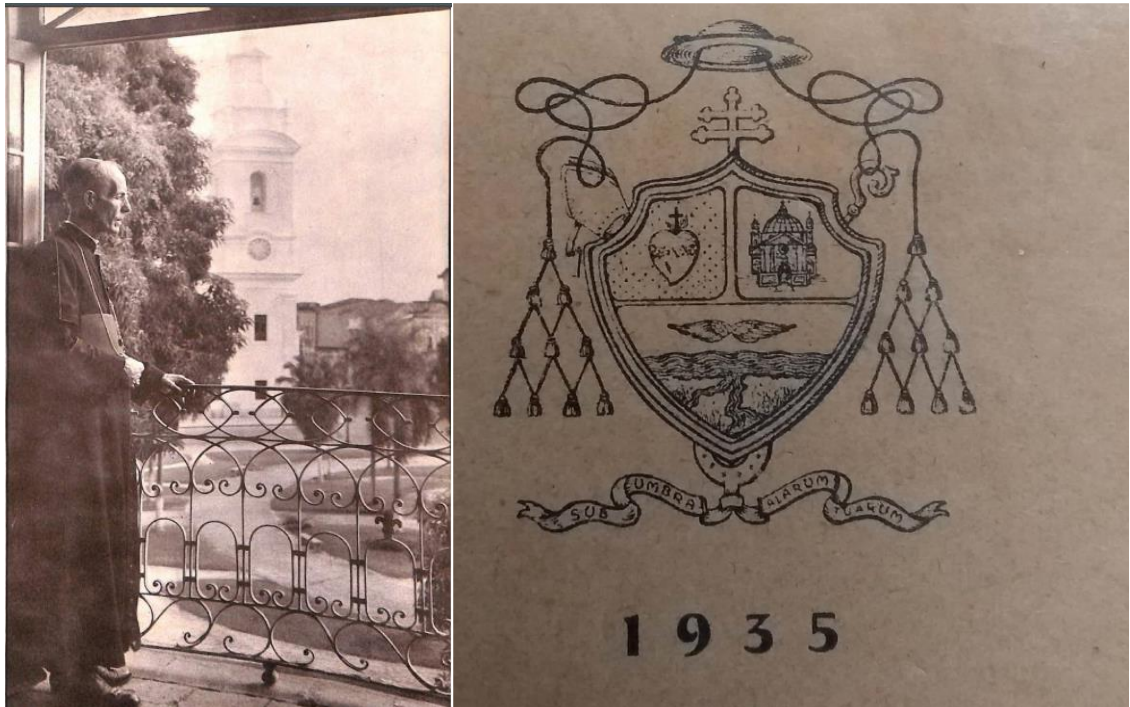
Antonio de Almeida Lustosa (1886-1974) foi um padre salesiano muito atuante por onde passou como Bispo – nos estados de Minas, Ceará e Pará –, fundando escolas, congregações, paróquias; muito habilidoso na arte da narrativa, escreveu livros³⁷, cartas pastorais, literatura infantojuvenil, como se quisesse deixar sua contribuição e seu exemplo marcado e eternizado. Os registros que deixou navegando por quase todo o território paraense, registrados na obra *No estuário amazônico: à margem da visita pastoral*, escrita durante toda a década de 1930, são as marcas de um religioso salesiano e ser humano que, à sua maneira, contribuiu com o amparo e educação da infância e juventude pobre. Em sua escrita literária, demonstrava grande habilidade no gênero fábula, com um modelo conversativo, utilizando linguagem simples, mas com

³⁷ Os que foram analisados estão devidamente referendados ao final deste trabalho. Não constam estes: LUSTOSA, Antonio de Almeida. **Respigando**. Fortaleza: Universidade do Ceará, 1958. 358p. e LUSTOSA, Antonio de Almeida. **Abraçando a cruz**. 4. ed. São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1982. 182p. (COLEÇÃO FÉ E VIDA; 1).

acréscimo de glossário com notas explicativas no rodapé, o que enriquecia o vocabulário do leitor.

A formação de Antonio de Almeida Lustosa na Congregação salesiana possibilitou uma experiência mais direcionada e elaborada durante sua atuação para restauração da fé católica em Belém. Ao mesmo tempo em que articulava a vinda da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora em Belém, realizava longas viagens, navegando e realizando um verdadeiro “raio-x”, a fim de conhecer a realidade social da criança e da família do interior, registrando suas impressões sobre o povo, possivelmente para que pudesse informar a outras autoridades sobre a condição da Arquidiocese em todo o Pará no que diz respeito aos costumes, a saúde, educação e o modo de viver nas comunidades. Essas viagens servirão de base para elaboração de cartas pastorais que serão disseminadas na capital e interior, objetivando reformar os costumes e modos de viver que não colaboravam para o desenvolvimento do bom cristão e do bom cidadão, a partir da década de 1930. O religioso salesiano tinha um laço de pertencimento tão forte com a Amazônia que no seu brasão de armas (símbolo episcopal) estão ilustrados o oásis marajoara e o Rio Amazonas, marcando a representação de seu vínculo com o Norte do Brasil, conforme indicado abaixo:

Figura 7 – Antônio Lustosa próximo à Catedral da Sé e Brasão de Antonio de Almeida Lustosa.



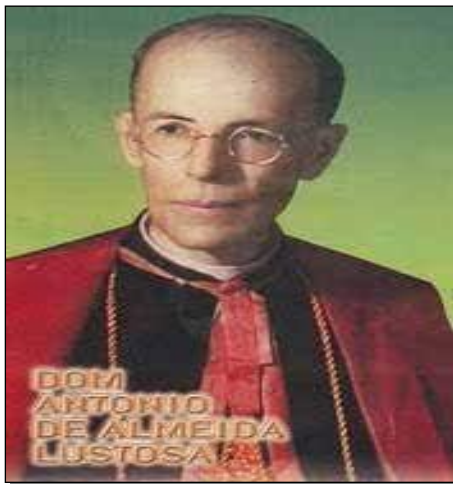
Fonte: Fotografia, cf. Lustosa (1976) e Brasão, cf. Lustosa (1935).³⁸

³⁸ Esta leitura, *a priori*, foi uma carta pastoral que se transformou em livro oficial adotado pela Diretoria Regional de Ensino do Estado do Pará em 1935.

Os elementos presentes no brasão do Bispo são o Coração de Jesus, a Basílica de São Pedro, o Rio Amazonas e a Ilha de Marajó cobertos com um par de asas. O seu lema episcopal: *Sub umbra alarum tuarum* (Sob a sombra de tuas asas), é uma referência ao Salmo 17 que recita: “Guarda-me como a pupila dos olhos, esconde-me à sombra de tuas asas, longe dos ímpios que me oprimem, dos inimigos mortais que me cercam”³⁹.

O uso do impresso na constituição do cidadão cristão foi uma prática adotada pela Igreja Católica brasileira no século XX. Porém, a formação salesiana já era constituída na cultura do uso do impresso ainda no século XIX. Dom Bosco (fundador da Congregação salesiana) desenvolveu a prática de escrever livros para crianças sobre a história da Igreja; sabendo do valor formativo do impresso; ele criou também o *Boletim Salesiano* ainda no século XIX (LENTI, 2013), leitura que circulava na Itália e outros países da América Latina, com a finalidade de divulgar a obra salesiana, encontrar benfeitores, promover ensinamentos cristãos e formar leitores. Dom Lustosa foi um padre que deu muito valor à produção escrita. Abaixo, temos duas fotografias: sua imagem oficial como autoridade eclesiástica e o registro dele idoso, sentado no lugar em que passou seus últimos dias, o Seminário de Carpina, em Pernambuco.

Figura 8 – Dom Antonio de Almeida Lustosa.



Dom Lustosa em Carpina (PE), aos 88 anos

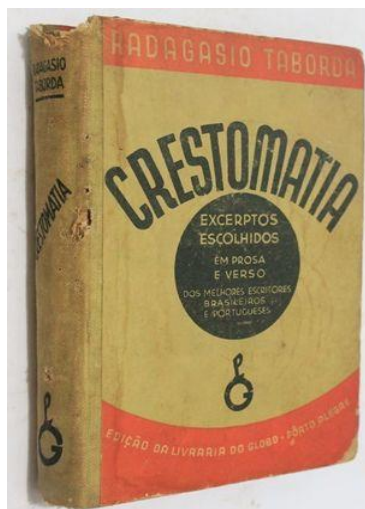
Fonte: <https://www.arquidiocesedefortaleza.org.br/wp-content/uploads/2014/08/dom-lustosa.jpg>

Em seus últimos dias, ele passou em meio aos livros. Pela pose na fotografia, embora desgastado pelo tempo, ainda sentia prazer em aprender nos livros e permanecer à frente de uma máquina de escrever, combinação perfeita para aqueles que se envolveram com a cultura escrita no século XX.

³⁹ Consulta realizada no site <http://www.santosebeatoscaticos.com/2014/12/servo-de-deus-antonio-de-almeida.html>.

No Brasil, sobre a estratégia do uso dos impressos para imprimir valores culturais e morais em uma nação, encontramos a obra *Crestomatia*^{40 41}, organizada pelo professor gaúcho Radagasio Taborda, um compêndio voltado para a aprendizagem da nova ortografia em um acordo oficial firmado pelas Academia Brasileira de Letras e das Ciências de Lisboa e sancionado por Getúlio Vargas por meio do Decreto n.º 20.108, de 15 de junho de 1932. Esse livro foi muito utilizado no Brasil.

Figura 9 – *Crestomatia*



Fonte: <https://pt.scribd.com/document/257778045/Radagasio-Tabosa-Crestomatia>

O professor Radagasio Taborda organizou esse compêndio com “excertos escolhidos em prosa e verso dos melhores escritores brasileiros e portugueses”, como consta na capa. Em capa dura, medindo 14x19, considerado um livro médio, é constituído por 429 páginas; foi elaborado para circular em escolas primárias, ginásios, escolas normais da época e está dividido em duas partes: 1) narrativas e lendas; dissertações, moral e religião; descrições; geografia, história e biografias; humorismo, fábulas e anedotas; 2) apólogos, alegorias; sonetos, poesia lírica; descrições; odes, poesia épica; sátiras e epigramas. Essa coletânea de textos possibilitava ao leitor um panorama das diferentes formas de construir um texto e diversos perfis de escrita, dos mais simples, aos mais rebuscados. Esse tipo de obra era destinado aos “jovens” ou a

⁴⁰ Segundo Agildo Oliveira, no Dicionário Houaiss, a palavra *crestomatia* circula pelo Brasil desde, pelo menos 1836, e no campo da literatura tem o significado de “coletânea de trechos em prosa ou em verso escolhido da obra de um ou mais autores”; ela também possui significado de “antologia” (OLIVEIRA, 2019, p. 26). Outro significado dado a esta palavra é o ponto de vista etimológico: “(do grego *khrestôs*, ‘útil’, e *mathein*, ‘aprender’) diz-se de uma coleção de trechos seletos de bons autores, coordenados metodicamente em dificuldade crescente para seu estudo” (POMBO, 2011, p. 326).

⁴¹ Tivemos acesso a essa obra por meio *on-line*.

“mocidade” brasileira e colaborava na formação social do pensamento e educação literária brasileira.

A 1ª edição dessa obra é de 1932, e sabemos que suas edições chegaram pelo menos à 28ª no ano de 1956⁴². Isso significa que uma geração de leitores brasileiros foi formada por meio desse compêndio. Nele, estavam reunidos textos em prosa e verso de autores portugueses e brasileiros, em sua maioria homens. Quanto à metodologia, recomendava-se sua leitura atenta, sob a direção “esclarecida” do professor, para uma análise e interpretação dos textos como meio mais adequado para a transmissão ao conhecimento da língua culta. Para nossa surpresa, na 8ª edição de 1937, entre os autores renomados em âmbito nacional, encontramos também textos escritos por D. Antonio de Almeida Lustosa, voltados para crianças, jovens e adultos, abordando, sobretudo, valores cristãos, além de reflexões e lições sobre a convivência harmônica entre homem e natureza pautando-se no exemplo, contudo trazendo uma lição de moral em uma narrativa como se estivesse em uma afinada conversa com o leitor.

O compêndio *Crestomatia* pertence ao gênero antologia escolar, que, segundo Agildo de Oliveira, é um gênero discursivo que, produto de uma época específica, direcionava-se a interlocutores específicos, orientado para uma esfera ideológica particular, a educação, produzindo e reproduzindo relações socioculturais. No contexto brasileiro, as obras desse gênero foram identificadas entre os séculos XIX e grande parte do século XX, período de construção e consolidação da nacionalidade cultural brasileira (OLIVEIRA, 2019).

Nessa edição da obra *Crestomatia*, seus autores nasceram em sua maioria no século XIX, entre eles teatrólogos, contistas, historiadores, professores, políticos, religiosos (bispos, arcebispos e padres), jornalistas, entre eles homens e mulheres, que escreveram seus textos com alto teor patriótico, moral e religioso, na forma de lições de civildade em cenários de um cotidiano diverso. Encontramos autores como Joaquim Nabuco, Silvio Romero, José de Alencar, Rui Barbosa, Dom Antonio de Macedo Costa, Dom Aquino Correia, o padre salesiano Orlando Chaves, Alcindo Guanabara, Rocha Pombo, Olavo Bilac, Machado de Assis, Casimiro de Abreu, Graça Aranha, Eça de Queiroz, Quintino Bocaiúva, Luíz Guimaraes Junior e Dom Antonio de Almeida Lustosa.

Não poderíamos deixar de dizer que mulheres também escreveram na *Crestomatia*, como Júlia Lopes de Almeida, natural do Rio de Janeiro, e Amélia Rodrigues, natural da Bahia, grandes escritoras e poetisas do século XIX e XX, que apesar da negação e silenciamento da

⁴² Essa edição consta no livro *Exposição do Livro Brasileiro Contemporâneo*, de setembro de 1957, que tratou de uma contribuição do Brasil ao III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, catalogando uma amostra do acervo editorial brasileiro.

presença feminina pelo universo machista da Academia Brasileira de Letras até 1977, marcaram presença no compêndio do professor Radagasio Taborda. Não sabemos explicar como elas romperam esse silêncio e tornaram-se presentes na obra, ou a partir de qual edição foram incluídas, mas afirmamos que, com a presença de ambas, se reconhece que elas estavam entre os melhores escritores brasileiros da época.

Apesar disso, inferimos que a presença feminina na obra *Crestomatia*, de 1937, é uma novidade, e carrega grande representação no espaço literário, pois elas se afirmam em um espaço e momento históricos em que a sociedade masculina convencionou que esse lugar não seria adequado para uma mulher. O teor do que essas mulheres e homens escreveram não é de objeto desta tese e por isso não será tratado, mas merece sê-lo, em outro momento.

Os contos de Antonio de Almeida Lustosa são elaborados para uma formação cristã em um compêndio de ensino da língua portuguesa que não tem somente o objetivo de aprendizagem da nova ortografia, mas nos mostra que, para além da transmissão da língua culta, essas leituras encontram no professor e na educação um caminho de formação de valores patrióticos, morais e cristãos a partir dos anos 1937.

Segundo Oliveira (2019, p. 27), entre o Império e a Primeira República no Brasil, constatou-se um baixo número de obras do ensino secundário que traziam em seus títulos a palavra *crestomatia*. Isso ocorre devido à natureza do gênero antologia em que se focalizam os “estudos das coisas úteis, boa construção”. Portanto, *Crestomatia* tendeu mais nesse período ao uso no ensino primário do que o secundário.

Com o objetivo de buscar informações sobre essa leitura na *web*, encontramos o *blog* Anos dourados⁴³ cujo moderador postou memórias dos tempos escolares em que se usava a referida obra, obtendo grande repercussão quando o tópico abordado foi o *Crestomatia*. Os comentários referentes às memórias foram recortados e reproduzidos a seguir como resgate de experiências de leitura no ensino primário. Os usos dessa leitura foram registrados abaixo, em memórias que resgataram momentos desde uma lição escolar até uma boa leitura contada em dia de chuva.

Lúcia Bezerra de Paiva postou: Que maravilha. Estudei na *Crestomatia*, adorava os textos. Nossa edição era a de 1936, que passou do meu irmão mais velho até eu, que fui a 6ª filha. Há tempos consegui um exemplar num “sebo” e adquiri. Muito bom, recortar... Um abraço! [13/09/2012]

⁴³ Entendemos o *blog* como potencial ferramenta social comunicativa-interativa-educativa que expressa a difusão de pensamentos, valores e ideias sobre variados temas. Nesse sentido, esses relatos são representações do universo dos leitores do *blog* (cf. <http://www.anosdourados.blog.br/2012/02/imagens-escola-livro-escolar.html>) que relataram suas experiências de leitura da *Crestomatia*.

Edelvio Coelho Lindoso postou: Que maravilha, lembranças do meu Curso de Admissão ao Ginásio (1945). Como eu gostaria de ter a continuação do seguinte poema:

“Eu tive um cão, chamava-se Veludo. para dizer numa palavra tudo, foi o mais feio cão, que houve neste mundo. Recebi-o das mãos de um camarada, o cão, malgrado seu não me queria acompanhar por nada...”

Aguardo a gentileza. [16/07/2013]

Delia Rabelo Santos postou: Quando estudei o curso primário fiz algumas pesquisas com este livro que pertencia a uma tia minha que era professora. [16/03/2014]

Anna.wgf postou: Nossa me trouxe boas recordações, tenho ainda o velho exemplar do meu pai, e por coincidência faz umas semanas eu comentei com ele se lembrava do livro e que nos contava histórias dele nos dias de chuva... ele sempre lia a história do cão Veludo, me emocionava a triste vida do cão... lembranças boas, boas leituras. [7/12/2015]

Anônimo postou: Só em ver a palavra *Crestomatia*, fiquei emocionado! Estudei neste compêndio durante meu curso primário. Havia uma edição deste fabuloso livro, em minha casa, que já servira a meus outros quatro irmãos mais velhos. Como eu saboreava a leitura desta obra! O Sineiro da Aldeia, Os Três Grãos de Milho, Corrida de Touros em Salvaterra, a emocionante poesia, VELUDO, Discurso Sem Verbo, do bispo Dom Antônio, Ismália, etc, etc, e na parte final, belos sonetos como: O Galeno foi a praça / Encontrou um passarinho / Espera lá que te curo / E matou o coitadinho. Jamais encontrei uma OBRA tão rica! Fico me perguntando porque saiu do currículo escolar. Depois que terminei o primário, o livro serviu a meus dois irmãos mais novos. Não sei, até hoje, como desapareceu da casa de meus Pais! Quanta saudade! abraços - Jesus Fonseca [21/06/2016]

No exercício da leitura, educa-se, constroem-se ideias e sentimentos no contexto vivido. Nas memórias, lembram-se dos personagens, como o cão Veludo que vivia uma triste vida de maus tratos, ou de produções literárias de bispos, seja no uso desse livro como fonte de pesquisas ou para ampliação do repertório literário. A obra continha poemas e contos de autores brasileiros e portugueses que não só ensinavam ortografia, mas modos de ser e agir na vida sendo muito bem aceita entre os leitores.

Ao analisarmos um livro, é importante observar, segundo Roger Chartier, o ponto de articulação entre o mundo do texto e o mundo do sujeito, a fim de compreender a maneira como o discurso deseja afetar o leitor e conduzi-lo a uma nova norma de compreensão de si próprio e do mundo. É relevante ainda identificar as práticas que deseja materializar, as características do público que a recebe, das formas pelas quais chega ao leitor, a posição social de quem escreve e sua intencionalidade (CHARTIER, 2002).

A 8ª edição do *Crestomatia* circulou durante o governo de Getúlio Vargas, estadista brasileiro que possuía um projeto de unificação nacional, que buscava através dos impressos formar uma juventude no campo intelectual e moral. O início dos anos 1930 destacou-se pela existência de vários projetos de construção de nacionalidade, alguns modernizantes, outros

reacionários, contudo, o ponto em comum é a valorização do papel que a educação deveria cumprir na execução do projeto, coerente com a ideologia (ROSA, 2008).

Selecionamos três leituras da obra *Crestomatia* que foram escritas por Lustosa que consistem em pequenas histórias estruturadas em vocabulário simples, mas poético, acompanhadas com um pequeno glossário que amplia o vocabulário de quem as lê. A percepção na leitura é do estabelecimento de um diálogo e de uma reflexão direta com o leitor. O autor descreve e analisa condutas, sentimentos, ensina comportamentos, dá exemplos, faz comparações, orienta o ver, o julgar e o agir do cotidiano que pode se adequar a qualquer realidade, desenvolvendo a mente e o coração da infância, da juventude e de toda a família cristã. São leituras direcionadas envolvendo o cotidiano do trabalhador, do estudante e da criança, sempre tentando atingir a formação da moral cristã, da conduta e do caráter por meio da solidariedade, convivência, honestidade, união e ação de prevenção educativa.

Em *Herói Obscuro*, Lustosa ensina sobre a conduta moral de um moço de índole religiosa que ocupava um lugar de confiança, dispensado a ele pelo chefe, em uma fábrica: a função de caixa. Mas foi acusado de roubar uma grande quantia dos cofres da fábrica. Diante dessa acusação, o pobre moço virou um delinquente aos olhos da justiça, trazendo sofrimento à mãe e ao irmão, que, a partir desse acontecimento, viveriam sob o castigo divino pelo roubo do dinheiro, chegando a se mudar do lugar em que moravam.

Lustosa ainda nos traz a reflexão da injustiça que se pode causar na vida de alguém por meio de uma mentira, e nos alerta sobre a traição que pode ocorrer no próprio seio da família de alguém religioso que não alcançou um parente para se estabelecer na prática religiosa, sendo vítima do seu “descuido” de missão evangelizadora que foi personificado no irmão. O personagem da fábrica é o operário, indivíduo que mereceu atenção no processo de recristianização da sociedade na década de 1930, portanto ocupando destaque em uma obra dessa magnitude. O estigma carregado por quem praticou o roubo e pela sua família é eterno, sendo o lugar de delinquente o desgosto da família e o destino deste o cárcere.

Ao fim da história, que pode intrigar e provocar remorso no leitor, a apoteose ocorre com a dura notícia da morte do irmão incriminado que permaneceu em silêncio até o fim e a revelação de que o verdadeiro criminoso era o outro irmão, que enfermo, após receber a notícia, pediu que não o levassem ao hospital, mas para a prisão, mostrando o arrependimento e assumindo a consequência de seus atos: o destino do cárcere.

Figura 10 – *Herói Obscuro*.

HEROI OBSCURO

“Pobre moço, quem diria?” “Como a gente se engana!” “Que matreiro, com aquela cara de sonso (1) heim?” “dizer que era religioso!”

Era o comentário do dia. Realmente, a surpresa foi geral, pois era nada menos que o caixa da fábrica, moço de confiança absoluta dos chefes, de procedimento inapontável e acusado de ter subtraído quantia grossa dos cofres do escritório. Bem que êle se quis defender, porém faltou-lhe sempre a voz. Mas defender-se como? Êle era o único que guardavas as chaves; no próprio bôlso dêle encontrados os envoltórios (2) dos pacotes das cédulas, ninguém podia ser apontado criminoso senão êle mesmo que entretanto recusava revelar o paradeiro do dinheiro.

Depois de um júri em que os juízes de fato unânimemente condenaram o infeliz caixa, êle, o pobre moço, entre lágrimas dos seus olhos e as dos seres mais queridos, na infâmia, partiu para o presídio distante. A despedida que o filho delinqüente (3) fez de sua estremecida mãe só pode ser descrita pelas lágrimas que não mais cessaram de correr dos olhos de ambos. O silêncio presidiu, esmagados, à cena dilacerante a que puseram têrmo os esbirros, (4) arrancando o filho dos braços maternos.

Do presídio, não chegaram notícias pelos anos números que dilataram o martírio do criminoso, não o da mãe, que sucumbiu depressa. Retirou-se e a família daquela terra em que a malsinara (1) um membro indigno. Nem ficava bem continuarem aliás pobres vítimas de um estouvado. Um irmão desse infeliz, que era operário da fábrica, estabeleceu-se longe daquele lugar de tristes recordações. Seus negócios prosperaram; mas não era feliz. Todos diziam que o irmão, tornando-se criminoso, tinha atraído castigos para a família inteira. Afinal um dia chegam notícias do presídio, as únicas do malfalado moço se obtiveram, mas eram notícias de sua morte. O guarda do encarcerado tinha a incumbência de arrancar dêle a confissão do crime, afim de se descobrir o destino dado ao dinheiro. Baldaram-se-lhe, (2) porém, todos os esforços. Morreu o moço obstinado no seu silêncio.

Quando essa notícia chegou aos ouvidos da família, enfermou gravemente o irmão do criminoso. Agravou-se-lhe o mal, e, não podendo mais falar, pediu então com insistentes acenos que o levassem... Levaram-no para o hospital. Êle, porém, continuava a insistir. Não era para ali. Como o não entendessem, fez supremo esforço em que se lhe foi a vida e exclamou: “Para o cárcere, sou eu o criminoso”.

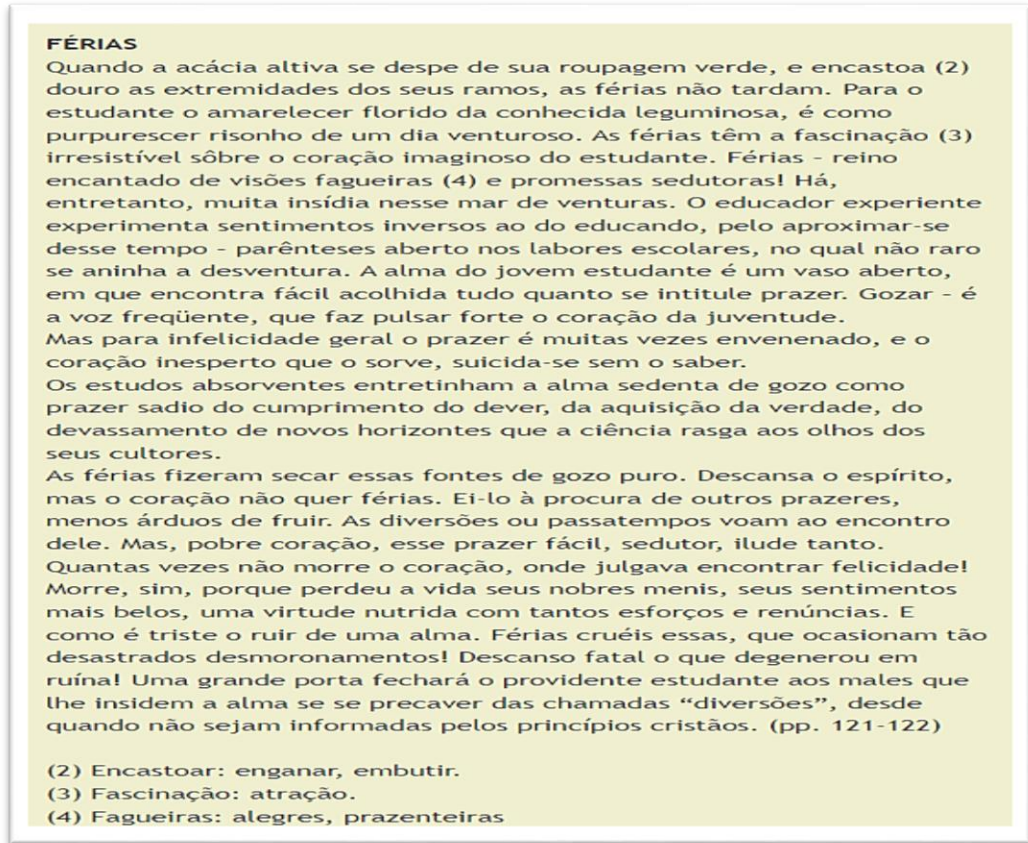
Fonte: Lustosa, 1937a, p. 16.

Nessa história, são abordados o ensinamento da honestidade e suas virtudes, como o valor da confiança; contrária a ela é a tragédia que pode se tornar a vida de quem não a exercita, pois o castigo divino lhe atingirá com amargura eterna. É pelo exemplo do bom trabalhador e da família cristã que se encontrará a alegria, a tranquilidade mental e o sossego do espírito de forma prática. Um operário religioso, ao tornara-se um criminoso, desperta a representação de sentimentos na família como tristeza, amargura, decepção, vergonha, indignidade. Aquele que pratica injustiça e mentira alimenta sentimentos de infelicidade, remorso. Essa leitura direciona a postura do trabalhador cristão no dia a dia e aponta caminhos práticos e reflexivos diretamente ao cotidiano, aproximando-se na mente e coração do ser que a lê.

O texto *Férias* traz à baila a comparação desse momento da vida com um elemento da flora, uma flor de acácia, que carrega a fascinação das crianças tão quanto o período das férias,

muito esperado pelos estudantes, que ficam ansiosos pela chegada ao “reino encantado” e a “promessas sedutoras”.

Figura 11 – *Férias*.



Fonte: Lustosa, 1937b, p. 122.

A alma do jovem estudante para Lustosa é “um vaso aberto” que busca o prazer e “faz pulsar forte o coração”. O estudo assume o lugar do prazer sadio e do puro dever, possuindo também a função de “entreter” essa alma jovem e sedenta do prazer. Por outro lado, no ponto médio da leitura, o Arcebispo apresenta um sentimento de desconfiança e medo com a chegada das férias, alertando para a felicidade que motiva o coração a buscar as aventuras de passatempos e diversões efêmeras e que o matam exatamente onde procurava a tal felicidade.

O ato educativo dessa leitura postula que o descanso fatal gerou ruína ao coração dedicado, que se ocupava com os estudos, podendo ser um mal evitado, caso as diversões fossem pautadas em experiências de divertimento cristão, e tão somente dando um tom de ensinamento que as férias não devem afastá-lo de Cristo sob risco de desviar-se.

Figura 12 – *Bem feito*.

BEM FEITO

“Bem feito” é o grito de vingança que, por primeiro, aprende a criança. Infelizmente é muito precoce o sentimento vingativo e antes de saber articular qualquer palavra, já sabe a criança rugir como um leãozinho, quando se vê contrariada. Didi com três anos já sabia dizer “bem feito”. Quando a irmãzinha Celina, com quem sempre turrava (1) recebia um quinau, levava uma queda, quebrava a boneca, apanhava um pito - era infalível o “bem feito” de Didi. Um dia a irmãzinha caiu da escada. Ora, pouco antes os dois pequenos tinham chegado quase a vias de fato; (2) ele se julgara lesado em seus direitos de propriedade sobre um pão de ló que ela, mambadeira (3) como ninguém tinha comido. Com a intervenção do pai, triunfara a filha. Quando, então, Didi a viu chorando após a queda, vingou-se com um solene “bem feito”. A pequerrucha foi para a cama, pois não tinha sido manha a choradeira com que assustou a mamãe. Contusões sérias e provavelmente lesões internas, em breve levaram a menina à beira da sepultura. Didi, é verdade, às vezes, brigava com a maninha, mas a amava doidamente. Quando percebeu a gravidade da doentinha, ficou aflito sobremodo. No dia seguinte foram chamá-lo para dar o último beijo à irmãzinha que, vestidinha de virgem, já estava no caixão, prestes a seguir para o cemitério... Pouco faltou que ele a não seguisse, tal foi a dor que sentiu o pequeno. Havia, porém, qualquer cousa de misterioso naquele penar infantil. Não eram as saudades naturais, não era a falta da companheira inseparável dos seus jogos inocentes. Didi chorava convulsamente meses e meses decorridos após a morte da irmã. Era - que podia adivinhá-lo? - era o remorso - o próprio remorso de Didi. Não lhe saía dos ouvidos aquela voz terrível “bem feito” que, num momento sinistro, lhe fugia dos lábios. Ela já ferida, mortalmente ferida, e ele a dizer-lhe “bem feito”... O vento que passava, o pássaro cantando, o silvo (1) das máquinas, tudo parecia repetir-lhe “bem feito”. Nuca mais viram cantarolar o pobre Diudi; nunc mais lhe ouviram as gargalhadas francas da infância.

* * *

Anos após, um jovem e fervoroso sacerdote, que renunciara no mundo a um brilhante futuro, subia os degraus do altar para rezar a sua primeira missa. Todos estranharam que o novo ministro de Deus quisesse (2) celebrar em paramentos (3) negros a sua primeira missa. Mas quem o assistia, ao altar, tudo entendeu quando, pedindo êle pelos mortos, o ouviu, por primeiro murmurar: ... minha irmã Celina”. (pp.26-27)

(1) Sonso: tolo.

(2) Envoltórios: invólucros, envelopes (galicismo esta última palavra).

(3) Delinqüente: criminoso.

(4) Esbirras: guardas, soldados.

(1) Silvo: apito.

(2) Quisesse: os tempos do verbo querer, derivado do pretérito perfeito, devem garfar-se com z.

(3) Paramentos: vestes que usa o sacerdote durante as cerimônias litúrgicas.

Fonte: Lustosa, 1937c, p. 121-122.

No texto *Bem feito*, Lustosa fala da infância. Ele aborda a construção do pensamento da criança e como deve lidar com o sentimento de vingança em um momento em que ainda está aprendendo a controlar as emoções. A exemplo, Lustosa escreve que “sabe a criança rugir como um leãozinho, quando ao ser contrariada”. A história apresenta Didi, que, com três anos, já disparava um “bem feito” quando sua irmãzinha Celina recebia uma correção, levava uma queda ou quebrava uma boneca. Certo dia, Celina caiu, lesionou-se gravemente e o irmão repetiu da mesma forma o “bem feito”. A menininha não resistiu, e, no decorrer da narrativa, Lustosa revela que tamanho foi o remorso, o martírio e a tristeza do irmão que só encontrou consolo em Cristo, convertendo-se mais tarde em sacerdote, rezando sua primeira missa em intenção de sua irmã Celina. O ensinamento moral da vingança é o prejuízo que ela pode trazer

a nós mesmos e a quem amamos, devendo ser ensinado desde a infância, sendo sua redenção a entrega de si aos caminhos da Igreja.

Inferimos que as leituras aqui apresentadas circularam em várias escolas com fins e uso educativos no compêndio *Crestomatia*, especialmente no governo Vargas, na intenção de criar a identidade nacional de um país. Lustosa desejava, com essas leituras formar a consciência leitora dos trabalhadores, da juventude e da infância na construção do caráter em uma base humanista moral e religiosa, fortalecendo seu projeto de recristianização social pelo uso do impresso com função educativa. A educação foi um dos campos disputados por esses projetos de formação da nação, em que “o Estado fixa um objetivo bem preciso para suas intervenções: utilizar a educação como instrumento para inculcar na infância e na juventude os princípios do Estado Novo e como arma de luta ideológica” (HORTA, 1994, p. 293).

Mauro Gomes da Costa, ao estudar as atribuições do Ministério da Educação e Saúde Pública, criado em 1930, logo no início do governo Vargas, conclui que, no âmbito da educação, as atividades do órgão eram desenvolvidas em dois níveis interligados: voltava-se para a construção de um sistema nacional público de ensino e orientava-se no sentido de uma atuação sobre a cultura e a sociedade, criando normas e instituições para a incorporação e mobilização dos vários segmentos sociais no projeto de construção nacional (COSTA, 2009).

O financiamento das instituições de educação católica, por exemplo, era uma maneira de manter a educação católica e, ao mesmo tempo, obter apoio dessas instituições educativas na construção nacional da educação organizada por Getúlio Vargas, inculcando os valores e culturas defendidos por esse modelo de nação. Portanto, o contexto em que Lustosa estava inserido foi influenciado por esse momento histórico local, ao compreender a reforma dos costumes da higiene corporal, a orientação e prevenção da saúde como campo de inserção cristã, alinhando-se também aos saberes do campo científico.

As viagens entre rios e florestas paraenses renderam a Lustosa, como já mencionamos, muitas histórias publicadas no jornal *A Palavra* durante seu arcebispado em Belém (1931-1941) e que se transformaram em um compilado de 488 páginas nomeado de *No estuário amazônico: à margem da visita pastoral*, republicado pelo Conselho Estadual de Cultura do Pará, em 1976. A partir de suas viagens de barco pelo Pará, praticando as visitas pastorais⁴⁴, ele se dedicou a escrever sobre a Amazônia paraense, seu cotidiano e os nativos filhos do Marajó e de outras regiões do Pará. Entre os seus livros mais conhecidos, além dos já citados, temos a biografia de Dom Macedo, pessoa que admirava.

⁴⁴ Tratava-se de um momento em que o cristão morador do lugar mais distante da sede paroquial recebia os sacramentos como batismo, confissão, casamento e comunhão.

Suas obras literárias sobre a região amazônica são escritas com riqueza de detalhes, registrando o cotidiano do povo do interior do Pará, seus saberes, sua botânica, fauna e língua. Escrevia também sobre as carências na saúde e na religião dos povos que visitava, os desafios da navegação na trajetória dos furos e da maré. Aos poucos, vamos compreendendo por meio da história local os papéis exercidos pelas congregações na Amazônia paraense e sua relação com a educação.

Nascido em São João Del-Rei, em 11 de fevereiro de 1886, D. Antonio de Almeida Lustosa ingressou na Congregação salesiana em 1905. Décimo filho dos doze do Dr. João Batista Pimentel Lustosa, que foi juiz de Direto da comarca de Uberaba e d. Delfina de Almeida Lustosa. Iniciado nas letras pelos irmãos mais velhos, fez o curso preparatório e bacharelou-se em Ciências e Letras pela Escola D. Bosco, de Cachoeira dos Campos. Coursou ainda em Roma Pedagogia e Filosofia. Ordenou-se sacerdote em 1912, em Taubaté, São Paulo. Como padre salesiano, foi professor de filosofia e teologia, mestre de noviços, diretor e vigário. Exerceu, nesse período, ininterruptamente cargos e responsabilidades em muitos dos estabelecimentos que a Congregação D. Bosco possuía no país (PACHECO; MELO, 2015, p. 2).

Uma das cartas pastorais de Lustosa se tornou livro oficial das escolas de ensino paraense, em 1935, intitulado *Pastoral em prol da saúde corporal e espiritual dos nossos diocesanos do interior – 1935*. Essa obra trata da disseminação da higiene como elemento do processo educativo no espaço escolar, instrumento dos bons costumes morais e cristãos, que deveriam ser ensinados na capital e interior. Em uma das seções, o centro de atenção é voltado para a infância do Pará que vivia no interior em condições precárias de saúde e educação.

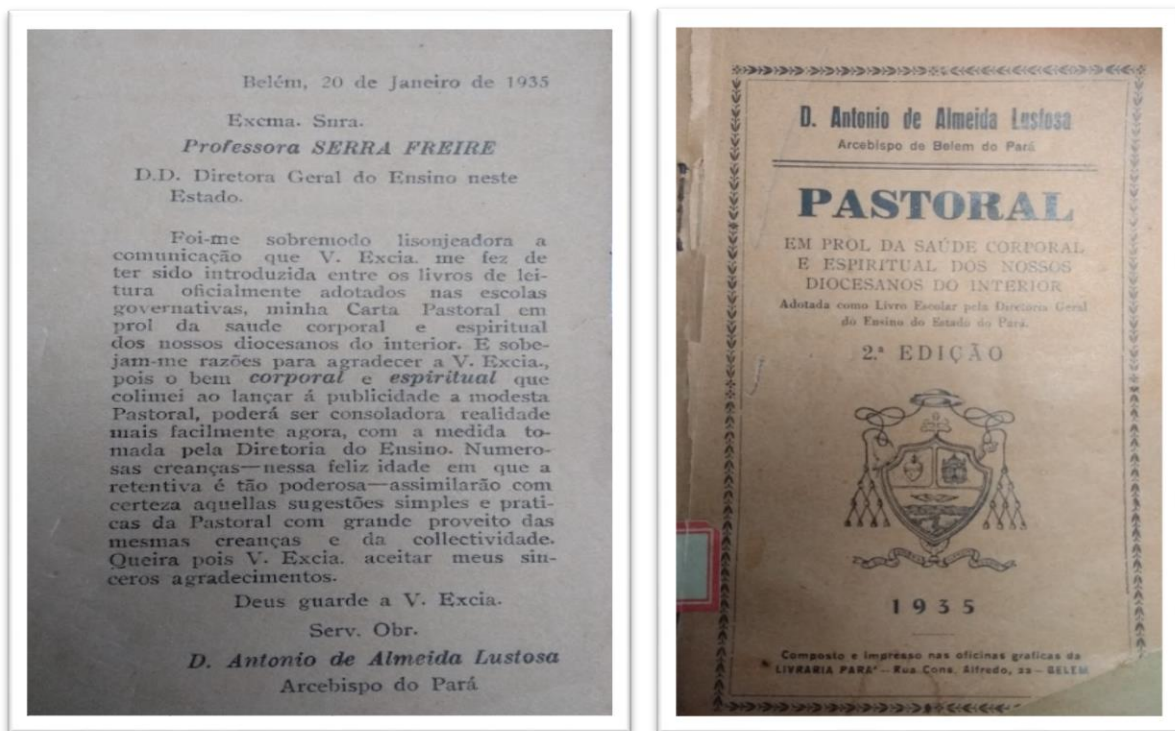
A referida leitura motiva e orienta o leitor a constituir na família a cultura de assumir uma posição coerente e racional nos cuidados com a criança no contexto histórico dos anos 35, destacando ciência, saúde e religião como saberes escolares. Para o religioso salesiano, um homem doente não consegue experienciar a sua fé, por isso era necessário medicar o doente, sendo fundamental “ensinar os conhecimentos da higiene”, reiterando “que a ação educativa sobre esses cuidados transcendem a questão de caridade, são também grande obra patriótica, pois aquele que ama a pátria cuida dos seus filhos” (CALLOU; ALVES, 2022, p. 13).

O Arcebispo acompanha o advento da ciência moderna, situando-se junto a educadores, médicos, psicólogos que se preocupavam com a saúde da infância, família e juventude, quando pesquisadores iniciam os estudos sobre prevenção, tratamento de doenças e cuidados educativos relacionados “à alimentação da criança, a saúde das mães, ao parto, às peculiaridades do recém-nascido, ao banho, às vestimentas e, sobretudo às pesquisas que se ocuparam das doenças que mais acometiam as crianças” (ALVES, 2018, p. 8). Mas como ocorreu a difusão dessa leitura elaborada por um religioso salesiano nas escolas oficiais do Pará?

Para a publicação de sua Carta como livro, Dom Antonio de Almeida Lustosa escreveu o prefácio e o dedicou especialmente à Maria Antonieta Serra Freire Pontes, então Diretora de Instrução Pública do Pará, que, objetivando certamente visibilidade à ação formativa e religiosa do clérigo, contribuiu e sinalizou o apoio ao seu projeto de recristianizar e reformar os costumes dos fiéis da sua Arquidiocese, associando ciência, religião, saúde e educação.

Vê-se pelo tom da escrita que a Diretora de Instrução Pública viu alto valor social e educativo na Carta Pastoral elaborada por Antonio de Almeida Lustosa para seus diocesanos da capital e do interior, ao ponto de transformá-lo em livro oficial adotado em todas as escolas oficiais do Estado. O texto de Lustosa traz a representação da infância como “fase de feliz idade em que a retentiva é tão poderosa na assimilação” das sugestões simples e práticas detalhadas em forma de lição. O livro, enquanto veículo formativo, para além das orientações corporais, possuía também orientações religiosas classificadas pelo religioso salesiano como espirituais que foram vinculadas à ideia da prevenção educativa, entendida como uma manifestação de fé, de cuidado educativo e responsável pelo outro, indicando inclusive a importância da saúde para viver as experiências religiosas (CALLOU; ALVES, 2022).

Figura 13 – Prefácio de Lustosa à Maria Antonieta Serra Freire Pontes e capa do livro oficial escolar.



Fonte: LUSTOSA, 1935.

A atitude racional era marca do pensamento de Lustosa, permeado pela cultura dos cuidados da criança e da família cristã do século XX, sendo disseminadoras dessa cultura as

paróquias e as escolas. Mostrando como podemos articular ciência, saúde e educação em um contexto moderno e de recristianização social, o religioso inaugura um pensamento de cuidado educativo responsável por si e pelo outro, pautado em bases científicas e cristãs.

Essa obra aborda de forma didática como tornar ambientes mais limpos e menos insalubres; enumera cuidados para se ter crianças mais saudáveis; informa sobre os cuidados com a água e criação de animais, entre outras. A obra trata ainda sobre alguns acidentes domésticos frequentes no Pará envolvendo envenenamento de crianças por plantas, dando orientações educativas e preventivas em todos esses campos. Em certas passagens da leitura, o padre salesiano orienta que a morte causada por ausência de prevenção ou cuidado na saúde não deve ser tratada como fatalidade divina, ou como vontade de Deus, mas que o indivíduo deve assumir a sua falta com o dever na prevenção da sua saúde e da sua família, entendida essa conduta como um ato de fé (CALLOU; ALVES, 2022). Essa forma de entender o cuidado na ótica da prevenção, e não mais pela ótica divina, possibilita a mudança de hábitos pautados na ciência, evitando adoecimentos causados pela falta de higiene com água, com a limpeza da casa, na convivência com animais e com a limpeza do corpo.

Goudinho (2005) aponta que no jornal católico *A Palavra* eram recorrentes publicações em que se falava do problema em se manter a cidade de Belém limpa e a importância da higiene. Os esforços em construir uma cidade higiênica implicavam em mudar não só as ruas, mas também os hábitos dos indivíduos que nela viviam. Essa noção de cidade higiênica continuou presente na imprensa católica do século XX.

Essa preocupação com a saúde e educação da criança e da família circulou entre as produções de Antonio de Almeida Lustosa e no cenário nacional. A saúde e educação também foram preocupações do Estado Novo, pois o homem novo deve ter sua utilidade no futuro, ser homem produtivo, saudável e trabalhador. A ciência médica, jurídica, psicológica e pedagógica coloca a infância no centro da proteção nacional. Sobre a relação do Arcebispo com a educação católica no Pará, identificamos que foi uma preocupação em sua passagem por aqui. Seus esforços para com o dever social se concentraram também em implantar uma Congregação salesiana feminina no Pará, devido sua preocupação com a juventude feminina da capital, e assim fortalecer também o carisma salesiano.

Circulando pelos lares paraenses, suas cidades, e entendendo a necessidade de a Igreja se aproximar dos párocos de forma efetiva, Lustosa levou os ensinamentos cristãos a escolas, casas, capelas e aos trabalhadores, seja por meio de suas próprias ações, sejam por outros agentes que aderiram ao modo salesiano de agir no universo cristão, não se indispondo com a modernidade, mas reaprendendo a caminhar com ela, pois a modernidade era o mundo no qual

vivia. As fontes nos revelam que dentro da própria Igreja existiam projetos de modernização em disputa durante o século XX que ensinavam novas formas de experienciar a fé.

Desde a romanização do catolicismo brasileiro, ocorrido no século XIX até metade do século XX, a Igreja procurou incutir nos fiéis a necessidade de distanciamento do mundo moderno pois “a igreja percebia o mundo moderno como sendo essencialmente maligno porque corroía essa fé devota, e encorajava o culto da personalidade, do prestígio, do dinheiro e do poder” (MAINWARING, 2004, p. 44-45). Goudinho (2005) afirma que, no Arcebispado de Antonio de Almeida Lustosa, por exemplo, houve tentativas de evitar a secularização da fé expressada na devoção aos santos não canonizados pela Igreja, mas pela cultura popular. Segundo a autora, “as festas e os arraiais dedicados aos santos, característica tão forte da religiosidade paraense, estavam cada vez mais sendo controlados e normatizados” (GOUDINHO, 2005, p. 87), e aquelas que não fossem regularizadas perante a Igreja, na visão do religioso, não deveriam existir, “pois não colaboravam com a Igreja na expansão da fé e da vida cristã” (GOUDINHO, 2005, p. 86).

A Igreja possuía, portanto, uma orientação de criar táticas de afastamento do cristão da modernidade, por ser vista como nociva e degeneradora da sociedade, por ela ter corroído valores religiosos e a fé incondicional em seus dogmas. Goudinho (2005) explica que, ao analisar o jornal católico paraense *A Palavra* entre 1939 a 1947, encontrou discursos em que a Igreja no século XX constantemente se referia à modernidade alertando sobre os seus aspectos negativos destacando-se neles o trabalho feminino fora do lar, a ideia de pensamento humano livre de qualquer tutela, as experiências revolucionárias (especialmente a russa, de 1917), bem como a formação de novos espaços de sociabilidade (como o cinema e os bailes) e o próprio conteúdo dos filmes exibidos em cinemas que traziam “ideias perniciosas” para a sociedade, como o divórcio e o amor livre, ou seja, condição de união de duas pessoas fora do enlace matrimonial católico.

Esses posicionamentos nos ajudam a pensar como o campo dos divertimentos foram entendidos e como as sociabilidades foram vividas dentro de educandários dirigidos pela Congregação Filhas de Maria Auxiliadora em Belém. Segundo Goudinho (2005, p. 32), circulou no jornal *A Palavra* discursos conservadores que apontavam lugares prioritários de circulação na cidade moderna de Belém no século XX, sendo eleitos

os locais onde se buscava conhecimento e a religião. Estes pontos foram apontados como mais importantes, mesmo sendo antagônicos aos “lugares da boêmia” da “pseudo-vida noturna”. Dessa forma, foi se delineando um ideal de cidade que não

poderia ser de decadência econômica ou estagnação, assim como não deveria ser de aceitação de todas as mudanças sociais, inclusive em relação ao uso dos espaços urbanos, pois tais mudanças destruiriam os princípios e valores católicos. A cidade poderia ser o espaço do “crescimento econômico” e dos “melhoramentos sanitários”; todavia, a “mentalidade moderna” nem sempre deveria acompanhar tais transformações.

É nesse contexto que Antonio Lustosa se movimenta, mantendo boas relações com o governo local paraense, articulando a fundação de escolas, escrevendo livros, visitando as comunidades, educando pela palavra falada e escrita, disseminando seus valores religiosos, de educação e de nação em seu Arcebispado, em Belém, engajado no seu projeto de mudança. Ao lado da Igreja enquanto educadora da pátria, constrói a missão religiosa e educativa a seu modo, com a benção do governo, garantindo espaços de atuação, influência política e os princípios católicos.

3.2 A Igreja construindo um lugar de projeção na pátria desenvolvimentista de Getúlio Vargas

Costa (2009, p. 58) afirma que “a Igreja receava as pretensões centralizadoras e de controle governamental da educação e buscava garantir um caráter autônomo para a escola, cooperadora da União na tarefa educativa”. Contudo, a Igreja não aceitava a orientação sob os princípios da escola liberal, como a coeducação e laicização do ensino, “preconizando um Estado forte e nacional, responsável pela educação moral e cívica do cidadão, desde que subordinado à moral cristã”. Do ponto de vista prático, essa articulação da Igreja Católica conquistou no governo Vargas “um lugar de projeção na sociedade brasileira de onde pudesse, através das mediações de grupos sociais e políticos dominantes, conduzir o povo brasileiro nos caminhos de salvação” (LUSTOSA, 1991, p. 59).

A carta encíclica⁴⁵ *Divini Illius Magistri* é o documento que direciona todo o movimento da educação da juventude cristã no século XX, porque define a Igreja como a verdadeira educadora da nação, esposa de Cristo, educadora, soberana e perfeita, reivindicando esse direito como natural e divino (PAPA PIO XI, 1929).

O Papa afirma nessa encíclica que antes nunca se discutiu tanto acerca da educação; multiplicam-se os mestres de novas teorias pedagógicas, pesquisam, propõem e “discutem

⁴⁵ Trata-se de um documento pontifício dirigido aos bispos de todo o mundo e, por meio deles, a todos os fiéis. É publicado pelo Romano Pontífice para exercer o seu magistério ordinário, tratando de matéria doutrinária em variados campos: fé, costumes, culto, doutrina social etc. A matéria nele contida não é formalmente objeto de fé, mas a ela se deve obediência. A expressão *epistola encyclica* foi introduzida por Bento XIV (1740-1758). Disponível em: <https://anunciame.com/formacao/documentos-da-igreja-2/>. Acesso em: 21 fev. 2023.

métodos e meio, não só para facilitar, mas também para criar uma nova educação de infalível eficácia que possa preparar as novas gerações para a suspirada felicidade terrena” (PAPA PIO XI, 1929, p. 2). Sobre a relação entre Estado e Igreja, citando seu predecessor, Leão XIII, define que “Deus dividiu entre dois poderes o governo do gênero humano, o eclesiástico e o civil, um para prover às coisas divinas e outro às humanas: ambos supremos, cada um na sua esfera; e continua [...] os poderes que existem são regulados por Deus” (PAPA PIO XI, 1929, p. 11-12). Assim, diante dessa tese, o Papa reconhece e delimita o papel do Estado e da Igreja na educação da juventude cristã e sua utilidade, cada um com sua contribuição.

Para Azzi (2001), a partir dos anos de 1920, há uma atuação mais significativa da Igreja no contexto da vida do país, pois foi criada uma nova ordem política e social fundamentada nos princípios cristãos. O episcopado brasileiro encontrará apoio nas novas diretrizes dadas à Igreja universal pelo Papa Pio XI, cujo pontificado também se inicia nessa década, sendo a educação requisitada pela Igreja como lugar de atuação. Além disso, ao referenciar o ambiente educativo da Igreja, o Pontífice afirma que

não compreende somente os seus sacramentos, meios divinamente eficazes da graça, e os seus ritos, nem só o recinto material do templo cristão, na linguagem da liturgia e da arte, mas também a [...] grande multiplicidade e variedade de escolas, associações e todo o gênero de instituições tendentes a formar a juventude na piedade religiosa, juntamente com o estudo das letras e das ciências e com a mesma recreação e cultura física (PAPA PIO XI, 1929, p. 17).

Ele dá ênfase ao material pedagógico do tipo audições radiofônicas ou espetáculos cinematográficos, que deveriam sofrer intensa vigilância devido à degeneração moral e religiosa que causam nos jovens, incentivando que se produzam boas leituras e espetáculos verdadeiramente educativos, contando com o auxílio da Ação Católica, para que se formem bons mestres (PAPA PIO XI, 1929).

Assim, a educação pode e deve ocorrer em diversos espaços, pois “Igreja e a família constituem um único templo de educação cristã”, harmonizando família, Igreja e Estado (PAPA PIO XI, 1929, p. 17). A encíclica ainda adverte sobre o poder de escolha da família sobre qual ensino deseja que seu filho receba, fazendo assim a defesa de que o Estado deve subsidiar esse ensino, pois a família e a liberdade ficam acima dos interesses do Estado, em que o mesmo deve proteger esse direito que é primeiro da família (PAPA PIO XI, 1929). Assim, tal documento irá ser contemplado na Constituição brasileira em alguns pontos.

Sobre o ensino religioso e a relação com a Igreja, ainda em 1931, Francisco Campos envia uma carta para Getúlio Vargas alertando sobre a importância da aprovação de um decreto em favor da educação religiosa, e que isso mobilizará toda a Igreja Católica ao lado do governo, sendo indispensável recorrer a forças morais e materiais nesse momento de grandes dificuldades, empenhando “as forças católicas de modo manifesto e declarado, toda a sua valiosa e incomparável influência no sentido de apoiar o governo, pondo ao serviço deste um movimento de opinião de caráter absolutamente nacional” (LUSTOSA, 1991, p. 54). O decreto foi aprovado e o ensino religioso inserido nas escolas, porém sua frequência era facultativa.

Em previsão das medidas preparatórias para a Constituinte de 1934, o Cardeal Leme⁴⁶ montou um esquema de operações que revela a intensidade do seu pragmatismo político. A reconstrução da ordem social cristã “só se faria corretamente se houvesse sólidos alicerces morais. Para ela ser bem preparada, nada mais justo do que a formação da juventude nos princípios educativos da Igreja. Daí a insistente preocupação da hierarquia com o ensino religioso nas escolas” (LUSTOSA, 1991, p. 52-53). Lustosa (1991) ainda informa que Leme formou uma comissão central para discutir os aspectos legais e jurídicos dessas medidas constitucionais com juristas, escritores e políticos, dividindo os pontos de interesse em subseções sob o comando do padre jesuíta Leonel Franca⁴⁷. Essa comissão focou seus esforços em estudar e amadurecer as diversas matérias sobre o Código Civil e Penal, Lei Eleitoral, Ensino Religioso e Defesa dos Direitos Familiares. Assim, a Liga Eleitoral Católica – LEC foi de grande importância nesse processo de cristianizar a Constituição de 1934, pois, “através da LEC, a Igreja colocou no congresso um conjunto de representantes que, no final das contas, elaborou um estatuto, diploma legal para o país, cobrindo os postulados de comunidade eclesial católica” (LUSTOSA, 1991, p. 53).

A Igreja buscava, nesse momento, restabelecer sua posição, fortalecer-se politicamente e garantir direitos que havia perdido quando houve a implantação da República. Uma das pautas fundamentais era o ensino religioso nas escolas públicas, além disso, lutavam pelo reconhecimento de efeitos civis para os casamentos religiosos e o direito de os sacerdotes servirem o Exército não como soldados, mas como capelães (SCHWARTZMAN, 1986). Essas

⁴⁶ Sebastião Leme, Cardeal do Rio de Janeiro de 1930 a 1942, dará à Igreja suportes institucionais, como o Centro Dom Vital, para pôr em prática a ação da comunidade católica nas ruas. Na década de 1920, ele é indicado pela Cúria Romana para assumir a Arquidiocese do Rio de Janeiro na condição de arcebispo-coadjutor. Ao ser nomeado Arcebispo com plenos direitos, inicia uma reaproximação entre Igreja e Estado que culminou na adesão e apoio ao Estado Novo, em 1937, deixando a Igreja submissa ao regime varguista (BALDIN, 2014).

⁴⁷ Baldin (2014, p. 25) afirma que o padre Leonel Franca aliado a Sebastião Leme lideraram o catolicismo militante, inaugurando um novo pensamento católico no Brasil, defendendo “principalmente a discussão da relação do catolicismo com aquilo que a própria Igreja entendia ser o ‘Mundo Moderno’, que estava em crise porque se distanciara de sua fonte de equilíbrio e senso de ordem: a Igreja seria a fonte iluminadora do Mundo Moderno”.

“emendas religiosas” foram incorporadas à Constituição de 1934, quando “a desconfiança entre a Igreja e o Estado já se havia transformado em um pacto de colaboração, que ganharia mais tarde sua dinâmica própria” (SCHWARTZMAN, 1986, p. 109).

A Igreja Católica também criou instituições que pudessem disseminar seu pensamento e sua forma de ver a educação, garantindo seu espaço social. Entre algumas instituições, temos a Liga da Ação Católica, Centro Dom Vital e a Associação das Escolas Católicas. No Pará, um importante veículo católico de formação e informação foi o jornal *A Palavra*. Nesse jornal, nas décadas de 30 e 40, ao consultarmos suas edições⁴⁸, observamos diversas matérias sobre os espaços e produtos que deveriam ser frequentados e consumidos pelos fiéis católicos, anúncios de escolas católicas, reportagens sobre a cidade de Belém, enfocando as ações da Igreja em prol das crianças abandonadas, publicização de conteúdos sobre educação religiosa, sobre o valor da boa educação católica, discursos do Arcebispo de Belém, dando ênfase à importância da caridade e a promoção humana realizadas a nível local e nacional. Tratando-se, portanto, de um veículo poderoso de formação e fortalecimento do pensamento católico no Pará.

Em Belém, circulou também a revista paraense *Quero*, representada como a revista da mulher paraense católica. Essa leitura foi criada pela corporação católica vinculada à Ação Católica, materializada na década de 30 e disseminada com fins de formação feminina pautada no pensamento católico conservador, constituindo um apostolado leigo (GOUDINHO, 2005). Goudinho ainda afirma que a referida revista contribuiu para reafirmar a importância da mulher no lar em sua função de regeneradora do homem e da sociedade. Em uma publicação de outubro de 1941 consta:

No momento em que o mundo é varrido por um vendaval descristianizador, carreira cega de uma ância insatisfeita de prazeres e licença, as luzes da inteligência são reclamadas com insistência, principalmente as da inteligência feminina, de papel importante na obra sublime de regeneração humana. Urge restaurar o homem e a sociedade. Para isto é necessário elevar a mulher e, para elevá-la mister se torna cultivar-lhe a inteligência, formá-la intelectualmente, moral e cristãmente (GOUDINHO, 2005, p. 71).

A formação feminina, nesse momento, deve ser direcionada para o papel de regeneração humana, cultivando a inteligência. Goudinho (2005) assinala que essa preparação da mulher é direcionada para que ela desempenhasse melhor sua função de educadora no lar, já que a sociedade havia mudado e exigia respostas cada vez mais elaboradas para os “porquês” das crianças, que não poderiam se decepcionar com a “incapacidade materna”.

⁴⁸ Tivemos acesso ao jornal *A Palavra* no Arquivo da Cúria Metropolitana de Belém, e consultamos as publicações de 1930 a 1940.

A autora afirma que a formação ajudaria a mulher a desempenhar o papel de conselheira e espiritualizadora do homem, ou seja, não teria o caráter de preparação para o trabalho, pois a esposa deveria colaborar com o companheiro e não lhe fazer concorrência, assim, as leituras realizadas por ela deveriam concorrer principalmente para o seu desenvolvimento moral.

A revista *Quero* fez um quinquênio de existência em 1943. Consultamos todas as edições desse ano⁴⁹, procurando rastros da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora ou do Instituto Dom Bosco, pois esse periódico também se direcionava à formação da juventude católica. Contudo, nos oito volumes consultados, emergia a ausência: a instituição religiosa de educação feminina foi silenciada na revista *Quero* quando completaria seus oito anos de existência na capital paraense. Talvez seja por que, nas palavras de Alceu Amoroso Lima, “a ação católica é a estratégia e a técnica mais moderna da igreja para partir à conquista da idade nova” (QUERO, 1943). Conquistar essa idade nova era uma preocupação geral da Igreja Católica no que diz respeito às condições de vida que ora se apresentavam à mulher moderna e como elas poderiam atrapalhar sua missão natural e providencial na vida terrena: maternidade e casamento.

Todavia, as Filhas de Maria Auxiliadora partiam para outras formas de “conquistar a nova idade”, que divergiam da forma de abordagem da Ação Católica, embora fossem agentes educativos católicas, pois buscavam criar formas de ensinar as mulheres a conviver no mundo e de despertar o encorajamento feminino para o trabalho, para o estudo e para a missão cristã no mundo, construindo outra representação do papel social feminino e religioso: a mulher trabalhadora. Elas eram empenhadas na sua missão evangelizadora, mas palmilhavam outros caminhos bem diferentes da maternidade e do lar, convencionados socialmente no mundo conservador como lugar de excelência feminina até metade da metade do século XX.

Em publicação de 1946, a revista menciona algumas escolas consideradas como as melhores para a formação da juventude: “Gentil Bittencourt, Santo Antônio, Santa Catarina e Progresso Paraense” (QUERO, 1946). Certamente, espaços em que foi disseminada a Ação Católica no Pará e dirigidos por congregações religiosas, como as Filhas de Sant’Ana, as Irmãs Dorotéias e Congregação das Irmãs dos Pobres de Santa Catarina de Sena (SILVA, 2020; OLIVEIRA, 2017; COSTA, 2014) e que possivelmente partilhavam das mesmas formas de conduzir a mulher socialmente.

O Estado, por sua vez, com promulgação da Constituição de 1934, inicia uma nova fase de regulação da sociedade brasileira com a inclusão de títulos específicos direcionados à

⁴⁹ Consultamos todas as edições do ano de 1943 na Emeroteca do Centur.

família, à educação e à cultura. A educação foi definida como direito de todos, sendo dever da família e do Estado provê-la. Em relação ao ensino religioso, passará a ter frequência facultativa e a ser ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, declarada pelos pais ou responsáveis. A aula se constituirá como matéria dos horários normais das escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais. Outra reforma garantida, que incentivou a criação de instituições educativas de caráter particular, foi a isenção de impostos para esses estabelecimentos, liberdade de cátedra e ainda auxílio a alunos necessitados (BRASIL, 1934).

Já na Constituição de 1937, inaugura-se o governo autoritário e centralizador de Getúlio Vargas e “dá-se continuidade à produção da extensa legislação trabalhista e previdenciária, que regularia o trabalho urbano durante as várias décadas de desenvolvimento da industrialização por substituição de importações” (DINIZ, 1999, p. 23). O acesso à educação daqueles que não pudessem pagar o ensino em instituições particulares era dever da Nação, dos Estados e Municípios, que assegurariam a criação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, garantindo assim a possibilidade de receber uma educação adequada as suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais (BRASIL, 1937).

Na prática, o que ocorreu foi o alinhamento da educação aos princípios econômicos, no qual o ensino profissional era destinado às classes menos favorecidas. Há, como se vê, o incentivo à criação de institutos de ensino profissional subsidiados por estados e municípios, bem como a organização de indivíduos ou de associações particulares e profissionais. Assim, abre-se caminho para que o Estado possa financiar a educação oferecida por escolas confessionais, onde as classes pobres serão prioridade no ensino prevocacional.

Ainda sobre a relação entre a industrialização e a educação na Era Vargas, foi instituído que “é dever das indústrias e dos sindicatos economicos crear, na esphera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operarios ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre o público” (BRASIL, 1934). O presidente Getúlio Vargas está alinhado na construção de um Estado brasileiro moderno e católico, e a educação faz parte desse projeto, sendo ele considerado por Fonseca (2004) como precursor do desenvolvimentismo no Brasil.

Essas mudanças na Constituição também são reflexos da modernização da escola que se materializa no movimento da escola nova de Jonh Dewey⁵⁰, que, respaldada pelo otimismo

⁵⁰ Defensor de princípios liberais e preocupado com a construção econômica e social de seu país (Estados Unidos), que, após a Guerra Civil, dava sinais de crescimento de sua indústria e comércio, fato este que também daria nova direção ao ensino. A escola proposta por ele estava ajustada às necessidades deste contexto de “desenvolvimento

pedagógico, voltou-se contra a escola tradicional, contribuindo para o entendimento da educação sob princípios práticos. No Brasil, a resposta dada pela necessidade do seu tempo foi a reconstrução social pela educação voltada para o trabalho, sobretudo, às classes pobres. Saviani (2008, p. 8) pontua que as diferenças entre a Escola Tradicional e a Escola Nova estão no sentido em que escolanovismo

deslocou o eixo da questão pedagógica do intelecto para o sentimento; do aspecto lógico para o psicológico; dos conteúdos cognitivos para os métodos e processos pedagógicos; do professor para o aluno [...] trata-se de uma vertente pedagógica que considera que o importante não é aprender, mas aprender a aprender.

A inserção da formação para o trabalho na escola é entendida por Vargas no momento de incentivo ao trabalhismo⁵¹ como fundamental para formar as classes populares obedientes e cristãs. O poder eclesiástico e civil na Era Vargas, que se envolveram para construir o sentimento nacional de nação pautado nos valores de trabalho, ideário de família, religião e pátria, contribuíram para orientar o Estado Novo em suas bases instituintes, quais sejam, a centralização do poder, autoritarismo, nacionalização e modernização (HILSDORF, 2003). O trabalho⁵² era compreendido pelo Estado como uma atividade moralizadora e saneadora socialmente, na qual o pobre mantinha-se ocupado, favorecendo a ordem política e social brasileira (GOMES, 2005). Civilizar pelo trabalho também era tarefa da escola, onde seriam ensinados hábitos higiênicos, institucionalizando o trabalho à luz do pensamento moderno.

O controle da família também foi previsto durante o governo Vargas com a benção da Igreja, a partir da aprovação da atribuição constitucional dos efeitos civis ao casamento religioso. Isso possibilitou à Igreja alcançar sua legitimação do ponto de vista civil e cristão, promulgada em 1934, porém sancionada somente em 1937, reiterando que a família era constituída pelo casamento indissolúvel em seu artigo 124.

Possivelmente, incomodado pelo grande número de amasiamentos na sua região, Antonio de Almeida Lustosa tratou de elaborar uma pastoral de caráter educativa, especialmente para a formação dos vigários neste campo, com orientações que trazem

e movimento que concilia os interesses deste com os dos indivíduos, para que estes se sentissem, ao mesmo tempo, partícipes e recompensados do/no processo de construção nacional” (SOARES, 1996 apud SOARES, 2004, p. 32).

⁵¹ Saviani (1983, p. 35.) explica que “o escolanovismo aliado ao trabalhismo cumpre a função de desmobilização das forças populares, resultando em instrumento de hegemonia da classe dominante”.

⁵² Desde os fins do século XIX, os temas *trabalho*, *trabalhadores livres* e *educados* já se impunham ao país, pois defendia-se a ideia de que era necessário criar valores e medidas que obrigassem os indivíduos ao trabalho, fossem eles imigrantes ou ex-escravos, devendo ser ensinado especialmente aos pobres “o hábito do trabalho”. Essa forma de conceber o significado do trabalho buscava construir um processo de identidade coletiva nacional da classe trabalhadora durante o governo varguista (GOMES, 2005).

representações do matrimônio não somente enquanto dever religioso, mas de proteção e amparo à família pobre. O religioso salesiano anexou a suas produções diversos modelos de requerimentos que deveriam ser despachados para os cartórios com fins de regulação desse ato. O objetivo de tratar do sacramento do matrimônio nos aspectos moral-pastoral nos termos do artigo 146 era salvar a família, evitando que fosse mal constituída, especialmente as pobres. Afirmava Lustosa (1937, p. 4-5) sobre os fins utilitários e técnicos desse sacramento em termos constitucionais:

O Estado quer que todo cidadão ao organizar o próprio lar coloque a mulher e os filhos sob a tutela das leis. Ao casamento religioso d'ora avante cabe também essa importante missão de legalizar as famílias, de impedir essas manchas sociais de lares sem ordem, sem futuro. [...] É raro o homem que não paga a sua quota de previdência, ou como membro do sindicato ou como empregado de empresas. Quando morre esse homem seus herdeiros devem receber a vantagem de seus sacrifícios! porém nem a mulher e nem os filhos estiverem amparados no contrato civil? A melhor garantia para a família do pobre é o casamento civil. [...] salvando da miséria a muitas pobres mães e crianças.

Encarnado em mensageiro do Estado e legitimado por ele para dar andamento à difusão dessa novidade utilíssima, Antonio Lustosa buscava ensinar a regulação da família pobre pelo casamento como ato de garantia de regalias, como proteção a crianças e mães pobres na falta do provedor do lar. Ao alertá-los para a forma “técnica” jurídica de organizar o matrimônio em termos civis, reforça também que lhe dá ótima proteção, pois “a lei não permite que o cônjuge faça um terceiro contrato civil, evitando o abandono do lar” e impedindo também que “muitos casais cavem a própria ruína ao violar as leis divinas” (LUSTOSA, 1937, p. 4-5).

O Arcebispo tratava de guiar seus diocesanos ao demonstrar a utilidade prática de proteção que uma família constituída em bases legais poderia garantir de forma gratuita, direcionando tanto aqueles que já tinham suas famílias, como os que ainda iriam constituí-la, e conclamando seus filhos a usufruir dessa conquista católica, depois de evidenciar “o grande mal que representa para mulheres e filhos, mesmo na ordem temporal, a constituição ilegal da família” (LUSTOSA, 1937, p. 5). Em seu discurso, há três preocupações latentes que ele deseja resolver: (1) a proteção e amparo de crianças e mulheres pobres; (2) o abandono do lar pelo provedor e (3) a família constituída no amasiamento.

A família é tutelada nesse momento pela Igreja e pelo Estado na forma de leis civis e religiosas formuladas por “homens racionais responsáveis pela ordem social” para combater a degeneração social e reformar os costumes da sociedade nos moldes patriarcais (CAULFIELD, 2000, p. 179). Contudo, a história das mulheres evidencia que essa proteção “bondosa” condiciona a mulher durante muitos anos à tutela do marido e impede sua emancipação social.

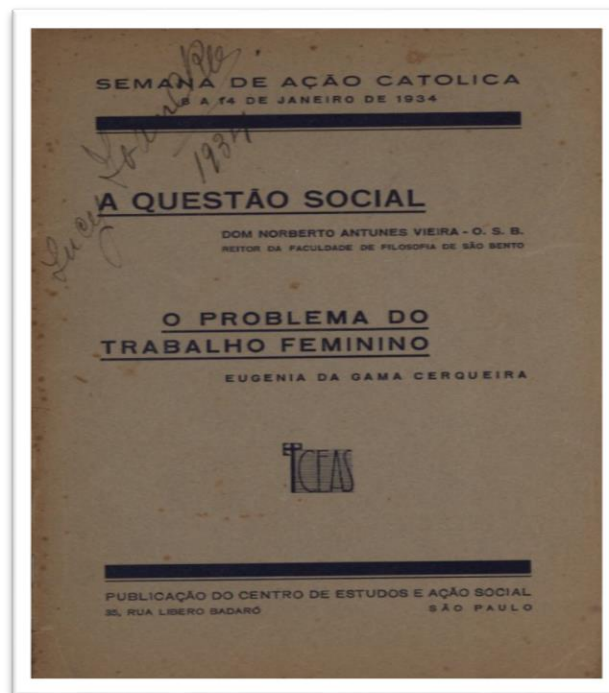
Notamos que nessa conjuntura religiosa e estatal, do ponto de vista moral e político, arquitetaram-se ações que buscam moldar a mulher e a família na sociedade conservadora, regulando o lugar do seu trabalho, seu papel social, seus espaços de circulação, suas relações de sociabilidades e valores. Estudos sobre o controle da circulação das mulheres e do corpo feminino (RAGO, 1985; REIS, 1991; SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000) apontam que o governo Vargas contribuiu para a criação de variados mecanismos de controle da mulher e da família que regularam diversos comportamentos referentes à maternidade, à educação, à profissão feminina e ao casamento, situados no contexto inicial de industrialização e construção do sentimento nacionalista brasileiro.

A instituição educativa inserida nesse contexto, se olhada na perspectiva do gênero, também possui suas nuances. Embora fosse um contexto de modernização da economia e de constituir o homem laborioso, a Igreja incentivaria a mulher a se constituir laboriosa e indispensável no lar, rejeitando o trabalho remunerado em nome de seu dever para com a família. Nesse sentido, há matizes que ainda precisam ser estudados nesse período histórico com relação à ação educativa desenvolvida pelas congregações religiosas salesianas femininas, que são referência em escolas do trabalho e que acompanham a evolução histórica desse aspecto social no Brasil.

Sobre as realizações da Ação Católica, encontramos no arquivo *on-line* do Centro de Documentação e Informação Científica Professor Casemiro dos Reis Filhos – CEDIC-PUC-SP, informações sobre a realização da Semana da Ação Católica, que ocorreu em 8 a 14 de janeiro de 1934. Alusivo a esse evento, foi publicado artigo intitulado *A questão Social: O problema do trabalho feminino*. Nele, foram materializadas representações sobre o trabalho feminino desse período e seus desdobramentos na vida familiar levantados por uma pesquisa social, com dados “legitimados” pela “ciência social” da época, segundo a escritora do artigo, Eugenia da Gama Cerqueira, ativista católica da sociedade paulista. Essa publicação (figura 14), elaborada pelo Centro de Estudos e Ação Social – CEAS⁵³, apresenta o pensamento em voga sobre o problema do trabalho feminino na ala conservadora da Igreja Católica.

Figura 14 – Publicação da Ação Católica.

⁵³ Ramo do secretariado da juventude feminina católica de 1934 a 1936 (YASBEC, 1980).



Fonte: Arquivo do Centro de Documentação e informação Científica Professor Casemiro dos Reis Filhos – CEDIC-PUC-SP. Fundo: Ação Católica Brasileira, ACB. Arquivo virtual da PUC/USP. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/cedic/>. Acesso em: 23 abr. 2022.

Eugenia da Gama Cerqueira possivelmente fazia parte desse órgão, pois o artigo escrito por ela cita a pesquisa realizada por esse centro, constando seus resultados e desdobramentos sobre o problema do trabalho feminino no Brasil. A autora destaca a importância ao trabalho interior de cunho educacional da Ação Católica, afirmando que “não se pode pensar em educar e reformar, sem pensar nas crianças, nas mulheres e nas mães” (CERQUEIRA, 1934, p. 15). Seu pensamento é baseado nas encíclicas *Rerum Novarum*, *Casti Connubi* e *Quadragesimo Anno*, documentos definidores da “missão social da mulher, seu papel primordial de educadora, dos seus textos concluímos que do cumprimento dessa missão, depende todo o progresso do ideal cristão na família” (CERQUEIRA, 1934, p. 16).

Em nome da missão cristã feminina, a família é a consequência da enunciação do problema geral feminino, por isso a autora pergunta: “as condições de vida da mulher na sociedade moderna, favorecem o cumprimento de sua missão natural e providencial?”, ao que responde:

O trabalho remunerado é prejudicial a mulher porque afasta do lar, do seu ambiente próprio, onde sua presença é essencial e indispensável. A mulher em geral exerce o trabalho remunerado fora de sua casa, do ambiente para que foi criada, que a providência lhe destinou. A mulher de classe média procura trabalho nos escritórios, no comércio, nas escolas, no funcionalismo, algumas vezes nas carreiras liberais; a da classe popular trabalha na indústria, na agricultura, ou emprega-se para serviços domésticos. A mulher fora do lar estará dentro da ordem social como a compreende o

espírito cristão? Não, é por isso que o trabalho remunerado é prejudicial ao cumprimento de sua missão. Se encararmos a influencia desse afastamento do lar sob os pontos de vista, social, moral, econômico, intelectual e higienico, veremos que são funestas as consequências do trabalho remunerado fora de casa sobre a mulher e de sua repercussão, através desta, sobre a família. tendo merecido maior atenção o trabalho industrial e nelle, a situação das mulheres que trabalham fora do lar, principalmente as mães de família (CERQUEIRA, 1934, p. 16).

É importante destacar o poder da leitura e da imprensa na difusão desse tipo de pensamento católico no qual se destaca a defesa do retorno da mulher ao lar. Defende-se a ideia de que a mulher foi preparada para atuar no lar, em nome de um espírito cristão que providenciou esse espaço especialmente para ela. Nessa direção, o artigo é claro quanto à intenção da Ação Católica em mobilizar os agentes católicos a alertarem as mulheres sobre a natureza da missão feminina no lar, cumprindo a ordem social cristã, demarcando sua ausência do lar como consequente prejuízo na família.

O ideário sobre o trabalho feminino alcançava todas as classes de mulheres, desde a que trabalhava nas fábricas até aquelas que ocupavam funções em escolas, escritórios ou instituições públicas; das classes médias e populares, ricas e pobres. O trabalho e o estudo estão diretamente vinculados à vida da mulher moderna do século XX, que luta para conquistar outros espaços fora do lar, porém foram as funções nas fábricas e indústrias as representadas como degeneradoras da honra feminina, desempenhadas em sua maioria por mulheres pobres com papel de chefes de família. Ainda no artigo, a articulista elenca diversos aspectos que envolvem o problema do trabalho feminino, como

Do ponto de vista social o problema do trabalho assume aspectos menos graves em relação as mulheres solteiras do que em relação às mulheres casadas e mães. Mas o habito de ganhar sua vida creia naquellas um espírito de independencia, muitas vezes exagerado, o senso individualista, o egoísmo; enfim, certas qualidades mentaes, que não constituem boa formação para a vida familiar e para enfrentar no futuro os deveres de mãe de família (CERQUEIRA, 1934, p. 16, destaque nosso).

O tipo de defesa acima enfraquece a luta feminina, que, nesse período, buscava a liberação da circulação feminina na sociedade, exercendo sua cidadania em diversos espaços sociais sendo casada ou solteira, posicionamento que culpabiliza a mulher pelo seu desejo de independência e prejudicava a imagem daquelas que trabalham e que ainda o desejavam fazê-lo. Inclusive, até a década de 1960, a mulher só trabalhava com a autorização do marido.

Do ponto de vista moral: a promiscuidade e falta de moralidade de certos ambientes constitue um perigo constante para as mulheres que trabalham, principalmente nas fábricas, pela convivência diária das operárias com indivíduos de outro sexo e com companheiras de costumes e moralidade duvidosos. Ainda agora as operárias de um de nossos centros nos falavam de certa fábrica onde os assuntos de conversação, a

linguagem e as maneiras das operárias, em sua maioria casadas, eram de tal modo inconvenientes, que ellas apelidaram a fabrica de – cabaré de dia (CERQUEIRA, 1934, p. 16).

As operárias eram uma categoria de mulheres que foram extremamente vigiadas por dividirem espaços de trabalho muitas vezes com homens, por isso as fábricas eram ambientes considerados nocivos para a honra e pureza feminina. Assim, as fábricas, com certeza, não seriam espaços legitimados para a mulher desempenhar funções dignas, degenerando sua moral, principalmente das mulheres casadas, chegando a articulista, em tom de denúncia, a revelar que as próprias operárias denominaram esse espaço de “cabaré de dia”, relacionando-o com o lugar em que a imagem da mulher era corrompida.

Do ponto de vista econômico: o salário da mulher é mais barato porque ella se contenta com menor retribuição de seu trabalho. Além disso há certos trabalhos na indústria e no comércio, que as mulheres desempenham melhor que os homens. [...] trazendo como consequência não só a depreciação do salário do homem, vencido nessa concorrência, como o aumento do número dos desocupados (CERQUEIRA, 1934, p. 17).

O trabalho feminino nessas condições carregava a representação de insegurança econômica para o sexo masculino que possui em si a tradição da responsabilidade moral de sustentar a sua família, mas teve seu posto de trabalho arrancado pela mulher. Esse tipo de representação gerava desunião entre a classe trabalhadora, pois os homens viam a mulher não como aquela que poderia complementar a renda familiar, mas como concorrentes.

Do ponto de vista intellectual é incontestável que o trabalho fora do lar, exerce uma certa influência sobre a inteligência da mulher, augmentando-lhe a vivacidade do espírito; por outro lado, porém rouba-lhe grande parte do tempo de que poderia dispor para se instruir. Nessas condições resta saber se aquelle proveito de espíritos, constitue uma vantagem para a mulher trabalhadora sem uma cultura adequada, sobretudo moral (CERQUEIRA, 1934, p. 17).

O trabalho fora do lar, por um lado, lhe roubava o tempo da instrução, mas não qualquer instrução: a de cunho moral, que mantinha sua pureza, seu saber cristão e lhe faria enxergar a importância da educação doméstica e da sua missão cristã feminina para com a família. Por outro lado, a representação do trabalho no pensamento cristão conservador influencia na capacidade de conhecimento das mulheres, estimula o vigor do espírito, proporciona o poder simbólico do agir e fortalece sua independência, faculdades negativas para o ser feminino. Ou seja, “sob o ponto de vista da hygiene; o trabalho da mulher fora do lar e especialmente das fabricas, geralmente não é saudável nem adequado à natureza e à resistência physica femininas” (CERQUEIRA, 1934, p. 17).

Cerqueira reforça no ponto acima a representação da mulher frágil que compôs a sociedade patriarcal durante muitos anos, e até hoje se sustenta em algumas profissões; pois ela, além de não estar apta fisicamente, não seria a fábrica um espaço adequado para o trabalho feminino nos termos da higiene. Desse modo, após apontar todos os aspectos em que o trabalho feminino representava um problema social e moral, a autora examina os prejuízos sobre o lar quando a mulher trabalha, gerando

privação para os filhos da frequência escolar, dependente da fiscalização materna e dos cuidados com o vestuário imprescindível, vadiação dos menores entregues aos brinquedos de rua e à convivência de companheiras muitas vezes perversas; a tudo isto acrescentamos a impossibilidade, para as mães que trabalham e que pouco permanecem em casa, de cuidar da alimentação regular da família, e especialmente dos filhos menores, e de proporcionar a estes os cuidados de higiene e asseio tão necessários ao normal desenvolvimento da criança.

Sua tolerância para com o marido e os filhos desaparece substituída pela impaciência da criatura exgotada que anseia antes de tudo pelo repouso; o ruído e os brinquedos dos filhos a enervam e provocam reações que repercutem deploravelmente sobre a formação do caráter e sobre o temperamento das crianças.

[...]

Outro inconveniente e de natureza bastante é a supressão do descanso dominical; pois que ao invés de consagrar o domingo com as práticas religiosas, de que participariam os filhos criando nelles desde a infância o sentimento religioso, as mães têm de empregar todo esse nos serviços domésticos que o trabalho da semana a impediu de atender; é o único dia de que dispões para lavar, concertar, e remendar as roupas da família, proceder ao asseio da casa e outras tarefas caseiras (CERQUEIRA, 1934, p. 18).

Diante de todas essas questões, a mulher era colocada em uma posição insubstituível: gerir a base familiar, a moral e a espiritualidade de seus filhos e do seu marido, além de ser responsável pelos cuidados educativos dos filhos no lar e na escola. Destarte, caberia a ela a responsabilidade pelas tragédias causadas pela sua ausência no lar, como: as más companhias que as crianças poderiam ter, a alimentação irregular da família, além de intolerância com os filhos e marido que não usufruem de sua atenção. Ressalta-se como dever fundamental a ser cumprido a responsabilidade divina em inserir na infância dos filhos o sentimento religioso, que pode não ser consolidado por conta do trabalho que ela, a mãe, escolheu fazer. Nesse sentido, a destruição do lar e da família, tesouro social mais “precioso” foi conferida a mãe trabalhadora. Cerqueira, buscando caminhos de como resolver este problema gravíssimo, que é o trabalho feminino fora do lar, questiona: “Como fazer voltar ao lar a mulher que trabalha fora dele?” (CERQUEIRA, 1934, p. 19).

Para a autora, o problema seria resolvido se a remuneração dos homens fosse melhor, mas a isso se impunha “a crise generalista pelo mundo que reduz os lucros líquidos do commercio e dos industriais e inutiliza o esforço e boa vontade dos patrões” e a “falta de preparo

technico da maioria dos operários” (CERQUEIRA, 1934, p. 19). A autora argumenta que a substituição progressiva do trabalho nas fábricas pelo trabalho em domicílio seria providencial, porém “entre nós ocorre ao contrário: o grande número de fábricas de fiação e tecelagem está attrahindo para ellas número cada vez maior de operárias” (CERQUEIRA, 1934, p. 19). E anuncia que a solução pensada pelo CEAS é: “a propaganda e a assistência” (CERQUEIRA, 1934, p. 19).

A autora dá exemplos dos tipos de trabalho feminino poderiam ser feitos em domicilio: “costureira, lavanderia, engommaderia para as fábricas, a preparação e acabamento de certas qualidades de calças [...]. Porém esse trabalho é mal remunerado, não compensa o tempo e esforço dispendidos” (CERQUEIRA, 1934, p. 20). Nessa direção, emergiu um discurso que esse tipo de trabalho não possibilita manter uma família, já que é mal remunerado, não valendo a pena o investimento feminino, ou seja, é um trabalho improdutivo na visão da ativista católica.

Para ela, seria fundamental a realização da “Campanha contra o trabalho desnecessário, ou dispensável”, pois assim combateria “a má compreensão das mães”, mostrando a elas “que o lucro não compensa de modo algum os prejuízos e os perigos da dispersão da família e do abandono do lar” (CERQUEIRA, 1934, p. 21). No campo da assistência, a articulista propõe que “as instituições profissionais proporcionem a seus membros a proteção necessária, sob os aspectos profissional, moral e educativo”, e afirma que o Centro de Estudos e Ação Social-CEAS, prestava “auxílio às operárias organizando-as em centros parochiaes, que constituem o núcleo da J.O.C” (CERQUEIRA, 1934, p. 22). O papel desse Centro, explica Cerqueira (1934, p. 22), era o de

formação intelectual, moral e religiosa das operárias, habituando-as a exercer a ação sobre seu meio, pela propaganda dos ensinamentos que recebem. Incute-se-lhes a noção exacta de seus deveres e responsabilidades sociaes, por meio de palestras e conferencias. Procura-se despertar nelas os sentimentos de família e o apreço pelos trabalhos domésticos e por tudo que concorre para tornar a casa alegre e agradável; para isso ensinam-se-lhes trabalhos femininos leves, de fácil execução, que possam occupá-las, sem fadiga nas horas vagas, concorrendo para lhes melhorar o vestuário e a ornamentação da casa. Sugerem-se-lhes auxiliam-nas na organização de divertimentos sadios e hygiênicos, com que repousam do trabalho, afastando-as dos pontos de reunião inconvenientes.

Na prática, o CEAS se configurou como um dispositivo ideológico de controle social da mulher, pois a formação ministrada possuía a finalidade de constituir na mulher que trabalha fora – especialmente as operárias – as referências e representações do prazer que poderia ser desfrutado da vida no lar; a formação religiosa para que encaminhe os filhos e o marido no exercício e na sabedoria divina; a paciência e o cuidado com a família, que é sua

responsabilidade e dever social; as sensibilidades, ensinando os truques para manter marido e filhos alegres; divertimentos sadios e trabalhos leves que não direcionem sua família para reuniões inconvenientes, provavelmente nocivos à alegria da família, contrário ao que é saudável e higiênico a uma família cristã. Havia nessa forma de conceber o ideário de mulher cristã uma orientação político-social do ativismo católico do ser feminino nessas condições.

Não só a Ação Católica realizou esse movimento de constituir no imaginário social a referência de mulher no lar, mas o próprio movimento operário nas primeiras décadas do século XX, liderado por homens, cuidou de fazê-lo a fim de “fortalecer a intenção disciplinadora de deslocamento da mulher da esfera pública do trabalho e da vida social para o espaço privado do lar” (RAGO, 1985 p. 63). Esse fenômeno era o que Rago chamou de colonização do corpo da mulher em que se determinam os espaços em que ela pode circular, como se relacionar, o que lhe é permitido realizar, limitando a sua existência e ação na sociedade.

O modelo de comportamento feminino constituído em boa parte do século XX determinou a profissão de muitas mulheres. Schemes e Dobler (2015, p. 7), ao pesquisarem um jornal local da Região Sul, elaboraram um estudo sobre a representação da mulher nos anos de 1940 em Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, apontando que, nessa pequena cidade do Sul, nos anúncios do jornal, havia mulheres trabalhando como professora, enfermeira, costureira, cartomante, datilógrafa. Vale ressaltar que essas possibilidades de profissão variavam de região para região, pois dependiam de oportunidade e do perfil econômico da cidade.

Essas questões revelam as contradições de uma sociedade capitalista que necessita incorporar a mulher ao mercado de trabalho, mas teme por sua degeneração moral e por isso cria discursos que limitaram a relação da mulher com o trabalho, inclusive na sua profissionalização. Dados do IBGE demonstram a parcela feminina na estrutura da população economicamente ativa entre 1940 e 1980.

Tabela 1 – Estrutura da População Economicamente Ativa, por sexo, no Brasil – 1940-1980.

SEXO	1940	1950	1960	1970	1980
Homens	81,0	85,5	82,5	79,0	73,0
Mulheres	19,0	14,5	17,5	21,0	27,0

Fonte: IBGE, 1990.

Essa tabela aponta a supremacia da mão de obra masculina remunerada sobre a feminina, e a desigualdade enfrentadas pelas mulheres registradas como economicamente ativas no IBGE, exercendo trabalho remunerado. Embora invisibilizadas economicamente dentro de

uma estrutura de poder que insistia em regular sua circulação no campo do trabalho, da educação e profissionalização por décadas no século XX, essa parcela feminina apresentava-se em acelerada ascensão após 1960.

Em relação à educação dos operários, foi promulgado na Constituição de 1937 que era dever das indústrias e dos sindicatos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. Para o financiamento dessa educação, caberia ao poder público prescrever a lei para regular o cumprimento desse dever dos auxílios, das facilidades e dos subsídios que forem concedidos pelo governo a essas escolas, abrindo assim a possibilidade de incremento das instituições com recursos públicos.

A função das congregações religiosas femininas em seus educandários tem papel de modelar o público feminino nessa sociedade que pensava para a mulher religiosa o seu lugar de existência e projetava o seu destino. É nesse contexto que situamos a relação entre Estado, Igreja e Educação na Era Vargas que cerca a sociedade por todos os lados, buscando seu controle e formação, utilizando instituições educativas e seus instrumentos didáticos modernos (livros, jornais, rádio e cinema, principalmente) com finalidades de constituir esse sentimento de nação cristã, produtiva e patriótica envolvendo homens, mulheres, jovens e crianças.

3.3 A chegada da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora ao Norte: expansão nacional e consolidação local

O Concílio da América Latina – CPAL, ocorrido em 1899, foi um momento de reorganização da Igreja Católica no processo de recristianização da sociedade que redirecionou a maneira de a Igreja atuar e incentivou a vinda de várias congregações femininas para o Norte do Brasil (ROUX, 2014; DA MATA, 1992). O CPAL e sua relação com as congregações religiosas femininas estão fundamentados nos princípios de modelização da sociedade e do Estado para restauração da fé na Amazônia por meio da fundação de escolas e missões religiosas.

Na Amazônia, a Igreja Católica refletia o que ocorria no restante do Brasil, como a retomada das missões e a reorganização da estrutura diante de um contexto republicano, que nascia sob extinção do sistema do padroado e no qual as congregações religiosas passaram a ganhar mais espaço dos antigos missionários, abrindo para novas perspectivas de ação evangelizadora (DA MATA, 1992). No século XIX, a expansão da Igreja Católica está profundamente marcada pela presença religiosa feminina, como observado por Da mata (1992), pois antes eram as congregações masculinas que prevaleciam atuando na Amazônia.

A proclamação da República, em 1889, e o estabelecimento do estado laico forçaram a Igreja a reorganizar-se na sua missão evangelizadora no Brasil, levando-a a se reestabelecer em outras regiões, caracterizando este movimento não só como um momento de ampliação da sua missão social e educativa, mas também uma questão geopolítica na sua presença na Amazônia que possibilitaram os salesianos a participarem da reabertura da Amazônia para novas missões religiosas (COSTA, 2009).

A Igreja, confiando na possibilidade de conseguir o futuro apoio do Estado, aproveitou suas relações livres com a Santa Sé e reorganizou sua estrutura de atuação, por meio de um acelerado desenvolvimento institucional materializado nos anuários católicos: de 12 dioceses em 1891, passou para 17 em 1900, 30 em 1910, 58 em 1920, 100 em 1940, 113 em 1950, 145 em 1960 (ROUX, 2014). Somado a isto, a Igreja instaurou as pastorais coletivas, mais especificamente nos anos de 1917, 1909 e 1915, que orientam as instituições de educação católicas sobre o ensino religioso, os métodos modernos e a preparação de professores (COSTA, 2009). Como vimos, essas práticas no campo da educação se intensificam a partir da década de 1930, com a publicação da Encíclica *Divini illius Magistri*, de 31 de dezembro de 1929, em que a Igreja se autointitula a educadora da nação por excelência na ordem social da tradição cristã.

Até janeiro de 2020, no Norte do país, a Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora estava presente em 13 comunidades em que se ocupavam da educação e assistência de meninas e meninos. Porém, ao investigarmos suas origens, identificamos que, a princípio, essa missão pastoral-educativa foi criada para atender prioritariamente meninas.

As áreas de atuação das FMA no Norte do Brasil atingiram principalmente as regiões apontadas no mapa (ver figura 15, a seguir). Para Azzi (2003), há duas frentes de ação entre 1920 e 1940: 1) a missionária, que compreendia as áreas de São Gabriel da Cachoeira, em 1923; Taracauá, 1925; Jaureté, 1930; Barcelos, 1934; Humaitá, 1941; Pari Cachoeira, 1946; e 2) frentes de bases das missões, que compreendiam as escolas e hospitais, como: Hospital São José de Porto Velho, em 1930; Colégio Nossa Senhora Auxiliadora em Manaus, 1930, Instituto Dom Bosco em Belém, 1934; e o Patronato Santa Terezinha em Manaus, 1938. Essas áreas compreendem as regiões do Rio Madeira, área de Manaus e Pará.

Figura 15 – Localização geográfica das casas fundadas pelas Filhas de Maria Auxiliadora no Norte do Brasil.

Localização geográfica das casas fundadas pelas Filhas de Maria Auxiliadora no Norte do Brasil



Fonte: Elaborada pela Autora com base em informações do *site* oficial da Congregação, 2022.

As obras que fazem parte da Inspetoria⁵⁴ compõem o espaço onde se vive o carisma salesiano e lugar em que cotidianamente encontram-se irmãs, cooperadores, famílias, jovens e crianças. A presença das FMA na Amazônia remonta ao ano de 1923, data em que a primeira obra foi iniciada no Alto Rio Negro, em São Gabriel da Cachoeira-AM. A pedido de Monsenhor Pedro Massa, que mais tarde viria a ser o futuro bispo salesiano da Prelazia do Rio Negro, em 5 de maio de 1941, Ana Corvi, de São Paulo, enviou quatro missionárias ao Rio Negro-AM. Em fevereiro de 1923, foi aberto o Oratório, e em março, foi iniciado o externato (BECKER, 2017). Às meninas, eram concedidas instrução e educação conforme sua condição; além dos estudos elementares, eram orientadas para o trabalho doméstico, o cultivo de horta, entre outros

⁵⁴ Inspetoria é o órgão institucional salesiano que delimita a demarcação da região que será ocupada e administrada pelos salesianos. A Inspetora assume a responsabilidade moral e material da própria Inspetoria (MANUAL, 1950, art. 379). Conforme o número das Casas, a Superiora Geral, “com o consentimento do seu Conselho, criará no Instituto as novas Inspetorias ou Províncias, pedindo vez por vez, a aprovação da Santa Sé” (MANUAL, 1950, art. 378). Para governar cada Inspetoria, será designada uma inspetora, “eleita pela Superiora Geral com o consentimento do seu Conselho” (MANUAL, 1950, art. 379). A Inspetora está incumbida de visitar todas as casas pertencentes à sua inspetoria, além do que prescrevem as Constituições relativas à visita das Casas. A Inspetoria certifica-se do cumprimento das Constituições e o Manual, verificando “como se cuida da capela; como funcionam o Oratório festivo, às aulas, o trabalho; quais os livros de texto usados; que cuidado se dispensa às vocações e a Ex-alunas; finalmente verificará as condições de limpeza e higiene dos vários compartimentos” (MANUAL, 1950, art. 405). Portanto, a Inspetora administra de forma compartilhada com suas agentes religiosas, as apoia, fiscaliza e direciona as ações educativas desenvolvidas nas escolas e obras sociais administradas pelas Filhas de Maria Auxiliadora.

(BECKER, 2017). A missão de Amazonas, segundo Becker (2017), é uma expansão daquela realizada em Mato Grosso, com o objetivo da educação de meninas indígenas.

Em Belém, as Filhas de Maria Auxiliadora chegaram em novembro de 1934, quase uma década depois de sua instalação em Manaus, ocorrida em 1923, porém a missão em Manaus se diferencia em sua origem daquela que se implementou em Belém, capital do Pará, sobretudo com a educação das comunidades indígenas. Em pouco mais de trinta anos, as FMA fundaram escolas, centros juvenis e obras sociais nos territórios que compreenderam os estados do Amazonas, Pará e Rondônia (AZZI, 2003).

Sobre a presença salesiana em Manaus, Costa (2021, p. 6) explica que a atuação da Congregação salesiana entre os anos de 1923 a 1965, “inspirada na tradição católica adotou a institucionalização e o disciplinamento de crianças indígenas como uma das estratégias para converter e civilizar os adultos” por meio do internato. Ele ressalta ainda que esses anos de enclausuramento forjou crianças indígenas homogeneizadas culturalmente, criando uma nova concepção de si mesmos, perdendo sua referência cultural original e conclui: “estas novas concepções instauraram a dúvida, ou até mesmo a rejeição, em relação ao modo de vida das aldeias, à educação recebida dos pais e lançou muitos egressos dos internatos para o estilo de vida dos ‘civilizados’” (COSTA, 2021, p. 20).

Em termos de organização institucional, entre 1945 e 1960, a Congregação Filhas de Maria Auxiliadora dependia da Inspetoria do Nordeste – província do Recife – para organizar e resolver as demandas administrativas e religiosas que suas obras possuíam na Amazônia. A criação da província de Manaus e a Inspetoria Missionária da Amazônia por decisão da Congregação masculina, em setembro de 1958, facilitou a fundação da *Inspetoria Laura Vicuña*⁵⁵ em Manaus no ano de 1961, inspetoria feminina que simbolizou a consolidação da sua missão educativa na Região Norte, pois foi constituído um governo local formado pela então Inspetora, Irmã Madalena Mazzone, e um grupo de irmãs chamadas de Conselheiras que tinham a missão de animar e coordenar a missão das FMA na Região Norte. A criação dessa Inspetoria local facilitaria a circulação, organização e decisão administrativas e religiosas da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora na Região Norte, que atualmente conta com 70 irmãs e com 13 instituições.

No quadro 3, apresentamos a cartografia do espaço de atuação das FMA, a fim de facilitar o entendimento do seu processo de implantação no Norte, sua expansão e

⁵⁵ A Inspetoria Laura Vicuña vigorou entre 1961 e 2020, quando se ressignifica o carisma das Filhas de Maria Auxiliadora e funda-se a Inspetoria Nossa Senhora da Amazônia, em 2023, na comemoração dos 100 anos de presença das FMA na Amazônia.

institucionalização das suas obras e campos de atuação. É importante ressaltar que, no tempo histórico delimitado para nosso estudo – 1935 a 1942 –, há mudanças importantes quanto ao caráter jurídico e organizacional.

Quadro 3 – Obras da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora no Norte do Brasil.

ÁREAS	OBRAS	ANO DE FUNDAÇÃO
ÁREA DE MANAUS	Colégio Nossa Senhora Auxiliadora	1930
	Casa Insuperioral Laura Vicuña	1961
	Escola Santa Maria Mazzarello	1980
	Casa Mamãe Margarida	1986
	Oásis São José	2005
ÁREA DO MADEIRA	Patronato Maria Auxiliadora – Humaitá AM	1941
	Centro Social Madre Ângela Vespa – Manicoré-AM	1970
	Instituto Laura Vicuña – Porto Velho-RO	Iniciou funcionamento em 1969, mas a inauguração oficial foi em 1977.
	Centro Social Madre Mazzarello – Porto Velho-RO	1999
ÁREA DO PARÁ	Instituto Dom Bosco – Belém	1937
	Centro Social Dom Bosco – Salinópolis	1970
	Centro Social Auxilium – Belém	1974
	Cidade de Dom Bosco – Castanhal	2006

Fonte: Elaborado pela Autora, 2021.

Em 1934, após algumas intervenções de Antonio de Almeida Lustosa com a Superiora Geral da Congregação, providenciou-se a criação da Visitadoria⁵⁶ do Nordeste, composta por dez casas do Norte e do Nordeste, já contando com a fundação do Instituto Dom Bosco em Belém, com sede inspetorial instalada provisoriamente em Fortaleza, mas transferida para Belém, em 1934, e funcionando nesta capital até 1941 (AZZI, 2003). Dessa forma, facilitava-se mais a comunicação e a organização das decisões quanto a instituições e missões que compunham essa Visitadoria Menor, que anteriormente, dependiam totalmente da Inspetoria Santa Catarina de Sena, localizada na província de São Paulo.

Com o acontecimento da ereção canônica⁵⁷ da Inspetoria Maria Auxiliadora, que concede plenos poderes de organização em termos jurídicos de organizar e administrar suas casas do Norte e Nordeste, em 1941, há a mudança desta sede para Fortaleza entre 1941 e 1945 (AZZI, 2003). Durante todo o período do Arcebispado de Antonio de Almeida Lustosa, Belém

⁵⁶ A Visitadoria é uma forma menor de Inspetoria.

⁵⁷ *Ereção canônica* significa o ato pelo qual uma autoridade eclesiástica – o Bispo, a Conferência Episcopal ou até o Papa – aprova uma instituição religiosa e reconhece seu estatuto.

foi sede dessa Inspetoria. A razão da mudança, segundo Azzi (2003, p. 412), foi que “Madre Pierina Uslengui, ao ser nomeada inspetora, exercia cargo de diretora do Colégio Juvenal de Carvalho na capital do Ceará”, o que facilitaria administrar o colégio e assumir o cargo de inspetora no mesmo lugar da sede. Registraram-se grande circulação na casa salesiana de Belém de diversas irmãs vindas de Petrolina, Baturité, Jaureté, Taracuí, Manaus e Porto Velho, uma vez que a sede da sua província havia pertencido a Fortaleza, depois a Belém.

As inspetoras responsáveis pelas obras do Norte, entre 1935 e 1942, foram Madre Francisca Lang, entre 1929 e 1938, e Madre Carolina Mioletti⁵⁸, entre 1939 e 1948, ambas da Inspetoria da província de São Paulo; Irmã Palmira Ghisoni, período de 1949 a 1954, e irmã Fiorenza Perotti, no período de 1955 a 1960⁵⁹, ambas da Inspetoria de Recife. Todas essas inspetorias com religiosas italianas estavam sob a égide do espírito salesiano da Congregação italiana, e sua filosofia organizava as casas no Norte do país.

As Crônicas da casa salesiana de Belém apontam que, para terem sua própria província no Norte, as Filhas de Maria Auxiliadora enfrentaram inúmeros desafios, como a escassez de religiosas e sobrecarga de trabalho em suas obras, bem como o enfrentamento de longas viagens a São Paulo, Pernambuco, Amazonas, Ceará e Rondônia. As inspetoras, segundo consta nas Crônicas, tinham a missão de visitar todas as casas de sua província, averiguar o funcionamento, levar uma palavra de incentivo à missão e aconselhar sobre os possíveis problemas e desafios enfrentados.

As décadas de 1940 e 1950 representaram a expansão das obras da Congregação feminina por todo o território nacional. As fundações atingiram também o extremo sul do país, em Uruguaiana – sul da Argentina, Corumbá – extremo oeste próximo a Bolívia, e Cucuí, próximo a Venezuela no extremo norte (AZZI, 2003).

A ereção canônica de uma inspetoria na Amazônia, tanto para a Congregação feminina como para a masculina, foi desejada, mas foi motivo de discussão nas reuniões do Capítulo Geral por parte da Congregação salesiana masculina, que considerava dispendioso tratar dos interesses administrativos e religiosos devido a distância entre a inspetoria regional (à época em Recife) e as obras situadas em Manaus, Belém, Rio Negro e Rio Madeira. No Capítulo Geral de 1932, Padre Andrésio Tirelli afirmou que

O desenvolvimento de nossas missões do Amazonas e a conseqüente abertura de casas e centros missionários tornam sempre mais acentuada a necessidade de casas e centros missionários, a fim de tratar com mais eficiência os interesses espirituais, e também

⁵⁸ Cf. Tabela de classificação de assuntos salesianos. Centro Salesiano de Documentação e Pesquisa – CSDP, 12. ed., 2020.

⁵⁹ *Ibidem*.

os administrativos das casas, missões e dos irmãos. A enorme extensão territorial da atual Inspeção do Norte [...] com grande dificuldade de comunicação e o próprio fato que uma visita às duas Prelaturas exige de 5 a 6 meses contando-se naturalmente a viagem de ida e volta desde a casa inspetorial do Recife, atestam a impossibilidade material da visita frequente (já nem digo anual) do Inspetor e portanto a necessidade de atender a essa necessidade, que cresce com a fundação de novas missões, com o aumento do pessoal missionário com as suas legítimas exigências. Basta recordar que as missões do Rio Negro em 15 anos de existência (1915-1930) tiveram apenas quatro visitas do Inspetor e as do rio Madeira (1925-1930) em cinco anos, nenhuma (SILVA, 2015, p. 65).

Os desafios da Congregação masculina, como escassez de pessoal e as viagens para resolver assuntos religiosos e administrativos, também foram enfrentados pela Congregação feminina. Para superar esses desafios, elas dependiam da criação da Congregação masculina salesiana para que, então, elas pudessem se organizar e criar sua própria inspeção – o que mandava a tradição. Muitas atividades religiosas nas Casas femininas, como administração dos sacramentos – Missas, Batismo, Confissão e Comunhão – eram de competência exclusiva dos padres, conforme o regulamento oficial da Igreja Católica. Assim, há uma estrutura de poder masculina na regulação e condicionamento da fundação das obras femininas.

Em uma carta⁶⁰ enviada ao Reitor Mor salesiano, Ricaldoni, no dia 13 de agosto de 1945, Padre Guido Barra, que, segundo Almeida (2011), foi inspetor do Norte e Nordeste, expressava sua expectativa da fundação instituição no Norte:

Desde alguns anos estamos cogitando sobre o futuro desmembramento da Inspeção, por isso, compramos a 18 quilômetros de Belém (ao longo da estrada ferroviária e rodoviária), uma casa que serve bem para uma comunidade de 50 pessoas e com vasto terreno cultivado. Está reservada para um futuro aspirantado ou noviciado (CARTA, 1945, p. 68).

Na carta, o padre Guido Barra já anunciava a providência de um espaço às proximidades de Belém com a finalidade de formação de seus agentes religiosos no âmbito do aspirantado⁶¹ e noviciado, uma vez que a Congregação masculina ministrava todos os sacramentos, dependendo desta todos os agentes da obra – ramo masculino e feminino. Não conseguimos precisar se o aspirantado ou noviciado salesiano foi fundado nesse terreno, mas sabemos que

⁶⁰Esta carta foi retirada da obra do padre salesiano Antenor de Andrade Silva, *História da Inspeção Salesiana do NE do Brasil – ISNEB: Dom Bosco no Nordeste do Brasil*, lançada em comemoração do Bicentenário do nascimento de Dom Bosco, em 2015. Disponível em: <https://www.doccity.com/pt/1-historia-da-inspecao-salesiana-do-ne-do-brasil/9396460/>. Acesso em: 15 jul. 2022.

⁶¹ O aspirantado é a experiência inicial de vida prática em se vive na comunidade salesiana, configurando-se como pré-noviciado. Inserido na comunidade salesiana, o aspirante toma conhecimento da sua ética, compartilha o cotidiano de orações, refeições, acompanhando a rotina do trabalho pastoral e educativo junto a irmãs salesianas nas casas salesianas, sendo a duração de 1 a 3 anos. A finalidade desse contato é despertar as vocações religiosas, propiciando discernimento e amadurecimento vocacional do aspirante; antecede o postulado. Conferir informação na página da Inspeção salesiana Nossa Senhora Aparecida: <https://www.salesianas.org.br/etapas-de-formacao/>

foi construído nesse espaço, às margens da BR-316, o Colégio Salesiano Nossa Senhora do Carmo, na cidade de Ananindeua, que fica a 18 quilômetros de Belém.

Para desenvolver os trabalhos locais de cada instituição, a Congregação Filhas de Maria Auxiliadora elegeu um conselho inspetorial composto por irmãs para ocupar os cargos de inspetora, econômica, vigária e secretária. Eram as próprias irmãs que administravam e organizavam as ações sociais e educativas da Instituição. O Conselho Inspetorial cooperava com a Inspeção no governo e com a animação da comunidade. A Inspetora determinava o uniforme das alunas; orientava e fiscalizava o trabalho desenvolvido nas casas no que se referia aos espaços do Oratório festivo, capela, salas de aula; e verificava o bom andamento do trabalho, as condições da organização e da limpeza do Instituto de educação (MANUAL, 1950, ART 406). Essa tarefa requeria das Conselheiras união, disponibilidade e retidão para com a Inspetora.

É nesse contexto de expansão nacional e busca de consolidação local que se encontravam as diversas obras no Amazônia, em especial no Pará, com a articulação de Antonio de Almeida Lustosa para trazer a Congregação Filhas de Maria Auxiliadora a Belém do Pará, e implementar a educação da juventude feminina na urbe paraense dos anos de 1935.

As primeiras irmãs desembarcaram em Belém no dia 17 de dezembro de 1934, atendendo ao pedido de Antonio de Almeida Lustosa (CRÔNICA DA CASA, 1934). Compreendemos as Filhas de Maria Auxiliadora e a figura de Antônio Lustosa como agentes educativos salesianos adeptos da filosofia de D. Bosco que possuem na articulação de sua ação um projeto civilizatório para a educação feminina em Belém do Pará dos anos 30.

Esse projeto civilizador foi constituído em diversas frentes, aspirando uma recristianização da sociedade no século XX, envolvendo desde crianças até jovens e adultos. Segundo Elias (1994, p. 15), em nossa sociedade, “todo ser humano está exposto desde o primeiro momento da vida à influência e à intervenção modeladora de adultos civilizados” em cada momento histórico da vida humana e por diversas motivações. É esse o entendimento que temos do termo *civilizador* arquitetado por diversos agentes religiosos, educativos e políticos. Experienciar “o processo civilizador para atingir o padrão alcançado por sua sociedade no curso da história”, contribuiu para construir novos padrões de comportamento, valores e costumes.

Nessa perspectiva, compreender esse movimento de recristianização, enquanto um campo de saberes e práticas civilizadores, significa captar os sentidos que os agentes educativos envolvidos nesse processo darão a cada prática ou decisão tomada na sua trajetória de atuação, considerando, sobretudo, as referências educativas em que estes se constituíram, qual seja, Maria Mazzarello e Dom Bosco. É importante analisar os laços que estabeleceram, o exercício

do carisma, os espaços escolhidos, as práticas educativas e culturais desenvolvidas nas instituições fundadas nessa época no contexto de modernidade.

Antonio de Almeida Lustosa é um destes agentes educativos. Salesiano de Dom Bosco, muito atuante em terras brasileiras, sua trajetória na Congregação iniciou-se com seu ingresso no dia 29 de janeiro de 1905. Foi ordenado sacerdote no dia 28 de janeiro de 1912, em Taubaté, pelas mãos de Dom Epaminondas Nunes d'Ávila e Silva. Foi Bispo de Taubaté e Arcebispo de Uberaba (1925-1928), Corumbá (1928-1931), Belém (1931-1941) e Fortaleza (1941-1963). Dom Antonio desempenhou boa parte de sua vida a função de Arcebispo de grandes dioceses.

Segundo a tradição católica romana, os bispos são os legítimos sucessores dos Apóstolos de Cristo; são os auxiliares diretos do Papa, figura religiosa representada como sucessor de Pedro e escolhido por Cristo para construir a Igreja. Alguns bispos recebem o título eclesiástico de Arcebispo, passando a ter autoridade para decidir sobre questões administrativas e pastorais da Arquidiocese, como nomear os responsáveis pelas paróquias, orientar, educar e falar em nome da Igreja Católica no território a ele confiado. É a partir desse lugar que Antonio de Almeida Lustosa implementará sua missão no Pará.

Em 10 de julho de 1931, o Papa Pio XI transferiu Antonio de Almeida Lustosa da Diocese de Corumbá para a Arquidiocese de Belém, e, em 15 de novembro de 1931, tomou posse no Arcebispado. Em 17 de dezembro de 1931, fez sua entrada solene na Sé (RAMOS, 1985). Na condição de 4º arcebispo de Belém, Antonio de Almeida Lustosa traz consigo a experiência de formação salesiana e de Arcebispado em Mato Grosso do Sul. Segundo Mendes (2006), no Pará, ele anunciou um projeto de mudança para a arquidiocese, por meio do jornal católico *A Palavra*, órgão da imprensa paraense católica considerado de grande circulação. Lustosa anuncia que é “dever social, a evangelização dos pobres, a boa imprensa, e as obras de assistência, sendo estas ações manifestações de fé e por isso devem ser prioridades em seu arcebispado” (MENDES, 2006, p. 119).

Essa compreensão ampliada de manifestação de fé para além dos muros da Igreja representava para Dom Lustosa a nova maneira de conduzir a sociedade católica paraense a partir dos anos 1930, concretizada nas práticas sociais por ele desenvolvidas. O processo de recristianização ocorreria através dessas manifestações de fé, que para o Arcebispo são comportamentos baseados na ação e na atitude de cumprir o dever social ao qual foi incumbido, quais sejam, realizar a prática da evangelização dos pobres e seu amparo na assistência, bem como o incentivo da boa imprensa, vistos por ele como prioridades enquanto autoridade religiosa. Essa maneira de conduzir a sociedade estava conectada com a nova proposta de Igreja que envolveu a educação no processo de restauração do catolicismo por diversos meios.

Essa educação era promovida com a criação das associações católicas, vinculadas às escolas religiosas, com a publicações pastorais que circulavam como livros escolares ou no jornal católico *A palavra*, no qual publicava-se contos intitulados por Lustosa como *À margem da visita pastoral*, em que registrou conhecimentos dos povos amazônicos, seus costumes, sua linguagem, orientações sobre higiene e saúde; como um verdadeiro excursionista, autointitulou-se *o padre*, escrevendo essa obra em terceira pessoa, como se procurasse separar o ser que presenciava aquela realidade local, da autoridade religiosa, na tentativa de que a experiência de observação fosse captada na sua essência, escrita literalmente à margem das visitas pastorais, em momentos de descanso.

De acordo com comentário feito pelo monsenhor Américo Leal na edição de 1976, essa obra foi criticada por outros clérigos, o que não impediu Lustosa de se posicionar e falar para e sobre a realidade diocesana do interior à sua maneira. Essa estratégia do autor poderia aproximar melhor o leitor da obra, que se reconhece nela ao ler ou ouvir as histórias e orientações que nela se encontram. Foi para o leitor da Amazônia que Dom Lustosa fez a obra e não somente para os religiosos católicos, o que não o impede de em certos momentos inserir os elementos da fé católica.

Por exemplo, ao falar do Sol como elemento criado por Deus e seu forte poder restaurador da saúde do ser e saneador do lar, ou defender o cuidado com a saúde como uma prática cristã que promove a proteção de si e do outro, ressignificava as práticas do cuidar e da prevenção da saúde⁶² nos anos de 1935. Defendia a questão da saúde não somente como questão científica, mas também de reponsabilidade cristã, sinalizando que ciência e elementos cristãos podem e devem conviver, estabelecer laços na modernidade. Dom Lustosa também escrevia para comover o irmão que ao ler o jornal *A palavra* poderia se sensibilizar com a situação de carência que o homem trabalhador do interior vivia e poderia auxiliar no processo de ganhar mais adeptos e colaboradores da obra cristã.

Essa forma de entender o fazer da ação pastoral e educativa, ensinava outras formas de se evangelizar na Amazônia, e rendeu algumas querelas no meio religioso paraense que foram rememoradas pelo monsenhor Américo Leal no momento da reedição de *À margem da visita pastoral* em 1976:

Certa vez, o padre José Folquier, superior dos Jesuítas, em Belém, interpelou o responsável pelo jornal [**A palavra**], perguntando por que deixava sair a publicação “daquelas bobagens, sem proveito nenhum para a religião”. Mais do que opinião, a

⁶² Sobre isso, consultar Callou e Alves (2022): as autoras discutem essa relação dos saberes entre educação, saúde e religião que circularam em forma de livro oficial e carta pastoral no Pará, ambos elaborados por Dom Lustosa em 1935.

censura partia de um eclesiástico mui cotado na orientação espiritual de várias comunidades e pessoas respeitáveis. Tinha prestígio no Jornal “O Estado do Pará” e nele escrevia. Às vezes, sempre em tom combativo, a favor da igreja (O LIBERAL, 17 e 23 de maio de 1976, destaque nosso).

Na sua extensa obra, *À margem da visita pastoral*, na 1ª edição de 1932, Dom Lustosa anuncia a necessidade de reformar os homens do Brasil, enveredando pelos caminhos em que se buscava o homem novo da República:

uma coisa que pudemos afirmar: é impossível reformar o Brasil sem reformar os seus homens. Por melhores que sejam as leis, por mais modernos e práticos que sejam os seus métodos, por mais engenhosos, que sejam os sistemas de administrar, de fiscalizar, de desenvolver indústrias, de difundir o ensino, é, tudo é tempo perdido se o caráter, a consciência do homem estiver corrompida (LUSTOSA, 1976, p. 6).

Para Lustosa, a reforma de um país não perpassava somente por sua estrutura legal, administrativa ou produtiva, mas fundamentalmente pela reforma do homem brasileiro, da sua consciência, do seu caráter. E à busca desse homem Dom Lustosa foi, ao realizar suas visitas pastorais durante 10 anos em seu arcebispado no Pará. Havia nesse momento político uma preocupação com a formação no campo das forças produtivas, no âmbito cultural e do controle social, em que, no pensamento reformista do Bispo, é a formação do caráter a base da reforma social do brasileiro vinculado a uma prática cristã e católica.

Agindo no sentido de organizar as bases religiosas dessa reforma do caráter do povo belenense no seu arcebispado, Antonio de Almeida Lustosa cuidou em 1932 da reabertura do Instituto Santa Rosa, em Belém; utilizou-se do jornal católico *A palavra* para iniciar a publicação de *À margem da visita pastoral*; providenciou a fundação da obra *Vocações sacerdotais*, tratando-se de uma associação nomeada de “Santa Terezinha”; cuidou da fundação da Pia União Filhas de Maria, no orfanato Antônio Lemos, em Santa Isabel; entregou o Colégio Obra da Providência à direção das religiosas Filhas do Coração Imaculado de Maria, em Belém; também por esforço dele reabriu-se ao culto público a Igreja de Santo Alexandre, servindo ao Seminário Nossa Senhora da Conceição (RAMOS, 1985).

Novas associações católicas femininas surgiram em seu arcebispado como reflexo da nova forma em que são constituídas as associações para leigos. Maciel (2021) observa que, na transição do século XIX para o século XX, ocorreu a reordenação nas associações leigas na Amazônia. As irmandades foram perdendo seu espaço à medida que a romanização avançava, deixando inclusive de ter a posse sobre os santos. Preocupada em formar um laicato combatente a degenerações originadas na modernidade, a Igreja buscava “educar doutrinalmente para uma devoção mais centrada” (MACIEL, 2014, p. 241) no perfil romano. Segundo Maciel (2021), a

Ação Católica foi configurada com a grande colaboração dos leigos no apostolado hierárquico, ganhando maior dimensão no pontificado de Pio XI (1922-1939).

Entre algumas ações registradas no arcebispado de Lustosa, mencionamos que, em 1933, foi reaberto o Seminário Metropolitano Nossa Senhora da Conceição sob direção da Congregação salesiana masculina, tendo como primeiro reitor o padre Antonio Dalla Via. Em 1934, o prefeito de Belém, Ildefonso de Almeida, denominou de “Dom Bosco” a antiga “travessa do Carmo” deixando o santo italiano Dom Bosco eternizado em uma rua belenense; ainda em 1934, chegaram a Belém os primeiros padres Crúzios vindos da Holanda: João Verkuylem, João Van Bree e João Verkade; também chegaram as primeiras Filhas de Maria Auxiliadora por intermédio do próprio Dom Lustosa. Eventos de devoção também foram programados por Lustosa, como a Semana da Redenção, em 1934. Em 1935, temos a fundação da Pia União das Filhas de Maria em Mosqueiro, que já era presente em Belém no Instituto Gentil Bittencourt desde 1914 (RAMOS, 1985).

As ações em seu arcebispado avançaram com a criação, em 1936, do Oratório festivo do Jurunas e inauguração do Dispensário dos Pobres de São Vicente de Paulo, administrado pelas Filhas da Caridade. Em 1937, as Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação chegaram ao Brasil, a pedido de Lustosa, para trabalhar na colônia de hansenianos do Prata, no interior do Pará. O seu arcebispado, quase no fim, foi coroado com a fundação de duas instituições de grande importância na recristianização da Arquidiocese de Belém: a Ação Católica, em 1938, e o Círculo Operário de Belém, em 1939 (RAMOS, 1985).

Para Mendes (2006), Dom Lustosa expandiu o projeto de recristianização da Santa Sé para a sociedade paraense a partir dos anos 1930. A autora constatou que a ideia de religião e religiosidade, por exemplo, possuía sentido antagônico para o Arcebispo: em seu entendimento, a religião remetia à ideia de presença eclesial mediante o uso de associações, prelazias e seminários instalados no Estado, ou seja, é uma representação da religião oficial, institucional do termo; no entanto, ao mapear os sentidos usados na palavra *religiosidade*, a autora identificou que esta carregava a ideia de religiosidade popular, da devoção constituída sem o vigário ou oficial religioso, significando, portanto, elemento arreligioso para Lustosa, não sendo prática bem vista pelo Arcebispo.

Dom Lustosa faz a distinção entre esses dois conceitos – religião e religiosidade – ao viajar por diversos lugares do Pará, esquecidos pelos prelados anteriores (MENDES, 2016). Nessa direção, ao mesmo tempo em que ele dá assistência, promovendo a tarefa educativa em suas ações por diversas vias, cumpre o objetivo de se concentrar na depuração do catolicismo

popular e restauração do catolicismo oficial da Igreja ao mapear essas condições nesse território e programar sua atuação.

É importante ressaltar que nossa preocupação não é desqualificar as ações de Dom Lustosa na depuração do catolicismo popular paraense constituído de um sincretismo intenso, mas apontar que essas práticas faziam parte da missão da Igreja conservadora que enquadrava o padre e o fazia movimentar-se na sua pastoral nesse contexto missionário moderno.

A própria visão de Dom Almeida Lustosa sobre o homem amazônida é de grande admiração. Certa vez, disse que na Bahia do Sol – região do salgado paraense – “havia homens com ações heroicas sem que ninguém lhes dessem o valor que merecem” (LUSTOSA, 1935, p. 46-47)⁶³. Dirigia aos remeiros adjetivos como “caboclos valentes” que possuíam “grandes habilidades” navegando em suas canoas e reconhecendo que: por causa deles, “conseguimos vencer mil embaraços que os tocos e troncos atravessados no leito do rio ofereciam à nossa montaria”. Sobre as habilidades dos canoeiros na condução de viagens pelos rios da região, Lustosa dizia: “quem não fez tais viagens não pode facilmente calcular a habilidade destes canoeiros que, nas trevas da noite, passam trechos de rio atravancados de árvores caídas curvas apertadas com pouquíssima água”. (LUSTOSA, 1935, p. 46).

Certa vez, em 1933, Lustosa registrou uma de suas viagens com o título *Calcular a viagem* e falou da dificuldade para percorrer a região dos furos e igarapés sujeitos à influência das marés, pois sua partida era regulada pela natureza, pela maré, e a hora de embarcar não era o viajante quem determinava. Na viagem, Dom Lustosa conversa com o caboclo:

- Segunda feira próxima, pelas oito horas da manhã, tenho maré bastante para partir daqui?
- Tem meia maré de enchente; pode embarcar.
- Como é que tu sabes disso?
- É porque ontem que foi segunda-feira, às oito horas tínhamos meia maré de vazante.
- Ah foi bom eu aprender essa regra.

Nessa conversa, é possível constatar a curiosidade do padre, que encarnado do personagem “excursionista”, ao estabelecer afinada conversa com o canoeiro, vai aprendendo com ele conhecimentos sobre os furos e marés da região. Lustosa fica admirado com os saberes do canoeiro e principalmente por sua inteligência na observação da natureza.

Dom Lustosa ao mesmo tempo em que registrava a situação precária em termos de saúde corporal no interior, representava os pescadores e canoeiros como homens inteligentes e laboriosos, muito embora o impaludismo os atingisse frequentemente e a condição da saúde

⁶³ Para nossa pesquisa, consultamos a segunda edição de *À margem da visita pastora*, de 1976, porém preservamos as datas dos marcadores anuais nos quais elas foram escritas pelo padre à época.

corporal fosse precária em razão do meio insalubre no qual viviam, muitas vezes esquecidos pelas políticas de assistência e saneamento.

Vale ressaltar que Dom Lustosa chegou ao Pará como conciliador, reestabelecendo o uso da corda no Círio de Nossa Senhora de Nazaré, símbolo da religiosidade paraense, que foi proibido pelo arcebispo anterior, Dom Irineu Joffily (MENDES, 2006). Essa atitude se configura como aproximação da comunidade que teve sua forma de experienciar a fé respeitada.

Em sua dissertação, Mendes (2006) encontrou ainda indício do envolvimento de Dom Lustosa com o alto clero brasileiro: uma carta recebida de Dom Leme, escrita de forma confidencial e reservada, em que expressava a necessidade do empenho de Dom Lustosa em conseguir telegramas de pessoas notáveis do Pará apoiando a causa da religião, família e ensino no ante projeto da Constituição Federal de 1934, pedindo que inclusive se telegrafasse a Dr. Oswaldo Aranha ou Dr. Melho Franco, presidente da comissão.

Em outro momento, Mendes (2006) nos apresenta uma carta em que Lustosa agradecia ao parlamentar paraense Samuel MacDowel por auxiliar no que Azzi (1978) chamou de ordem jurídico-social cristã, ao apoiar a inclusão de orientações católicas no campo da “educação e família” na Constituição brasileira. Agradecia Lustosa ao

atendimento ao “reclamo da consciência religiosa” prestando à igreja um “assinalado serviço uma vez que o título “Educação e Família” traz em seu texto orientações católicas. Assim, a Igreja estava novamente na lei brasileira e mais disposta ainda a atuar ao lado do Estado, dado o seu reconhecimento oficial, uma vez que este tinha um alcance que se perduraria por gerações futuras como uma instituição incontestável e intocável (MENDES, 2006, p. 73).

Do ponto de vista político religioso, Lustosa promoveu uma estreita relação com o Estado, materializada em visitas, declarações públicas de colaboração que selaram um compromisso entre ele e os prefeitos e governadores no seu arcebispado (1931-1941), alcançando grande reconhecimento em sua atuação político-religiosa que objetivava manter a ordem e lutar contra o comunismo (MENDES, 2006).

Esse contexto é parte do projeto da Igreja, a partir dos anos de 1930, que buscou unificar por meio de um pacto a aliança com governadores do país em defesa do poder estabelecido, contendo movimentos revolucionários que lutavam em prol de um novo regime político e pela alteração da ordem social (AZZI, 1978). Magalhães Barata, enquanto esteve no poder em Belém, foi um interventor que manteve uma boa relação com o religioso Dom Lustosa (MENDES, 2006).

Em suas ações pastorais, Dom Lustosa construiu uma representação de bispo da justiça social e de piedade aos pobres (o que muito vincula-se com a natureza da Congregação

salesiana) tornando-se o único que visitou quase todo o território da Diocese paraense em viagens a barco e a cavalo, assim como Magalhães Barata⁶⁴ que também construiu uma representação populista e assistencial no imaginário popular paraense⁶⁵ (OLIVEIRA, 2016).

Embora movidos por projetos diferentes, um no campo religioso e outro no campo político, agiam na mesma sociedade e direcionavam suas forças para pacificação dos trabalhadores e fomento de uma política popular e assistencialista de subserviência ao Estado e a Igreja. Em Cartas Circulares de caráter confidencial, o Arcebispo mostrava para os demais padres quais estratégias criar para constituir a formação do povo católico com a finalidade de afastar os perigos do espiritismo e comunismo (MENDES, 2006). Neste excerto de uma carta, Lustosa instrui que

Para obviar aos males que impedem mais rápido desenvolvimento de fé em nossas paróquias e mais sólida formação cristã do nosso povo, algo mais se póde fazer. Vejamos alguns meios que nos podem ser utilíssimos [...]. Espírito Santo que em nós acenda o fogo do seu amor [...] procuremos que não falte alguma associação especial [...] repitamos os avisos em todas as missas dos Domingos e Dias Santos [...]. Embora a preocupação dos párocos seja a espiritual, contudo seus interesses temporais muito lucrarão com seu trabalho perseverante e metodico, pois há fontes de auxílios materiais inteiramente e tancadas porque esquecidas (MENDES, 2006, p. 55).

Dessa forma, articulava-se o movimento de evangelização do povo paraense e reconstrução da formação cristã, de forma metódica, contínua, concentrada na representação da Igreja como corpo de Cristo e sociedade perfeita que poderia se movimentar não só pelas preocupações espirituais, mas também materiais, que não podem ser esquecidas. Para Lustosa, a questão temporal (tudo que pertence ao mundo material) não deveria ser vista como contrária aos bens espirituais, mas como uma aliada no exercício da fé. A condição material que vive a sociedade poderia se tornar fonte de auxílios, sendo um campo de desenvolvimento da fé.

⁶⁴ Ele [Magalhães Barata] “foi o primeiro governador do Pará que percorreu o Interior todo [...] tomou providências que só o poder discricionário podia tomar [...] ele inovou e ficou muito conhecido principalmente com a patente de major. Ele tinha uma tendência muito forte na defesa do que ele chamava de desprotegidos que era o pessoal pobre” (RIBEIRO, 1998 apud OLIVEIRA, 2016, p. 55).

⁶⁵ Oliveira (2016) ainda explica que Magalhães Barata foi representado como a novidade do Pará. O interventor se comportava como guia dos paraenses, que os conduziria ao “progresso dentro de uma ordem hierarquizada, valorada inclusive pela sua condição de militar” (RIBEIRO, 1998 apud OLIVEIRA, 2016, p. 19). Por outro lado, o governo baratista se revelou com uma postura autoritária àqueles que se posicionavam contra sua forma de governar, impedindo a liberdade de imprensa, praticando a vigilância frequente a todos os que lhe fizessem oposição, agindo inclusive com forte ação policial.

3. 4. Aproximações entre os agentes educativos Dom Lustosa e Dom Bosco no processo de recristianização social a partir de 1930 e sua relação com a educação salesiana

O salesiano Dom Antonio Lustosa, em suas ações no Pará, preocupou-se em conhecer e trilhar o caminho da menina pobre quando organizou a chegada e a instalação da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora para que pudessem efetivar seu compromisso com o dever social, educacional e religioso em seu arcebispado.

O campo da educação possivelmente também foi visto por Dom Lustosa como proveitosíssimo para o cultivo da fé, contribuindo também para o fortalecimento da presença salesiana em Belém. Em uma carta de setembro de 1933, enviada a Madre das FMA, Francisca Lang, Lustosa explicou que “um grande terreno que possui uma casa em anexo de quatro mil metros quadrados, na rua Benjamim Constant, na mesma rua de uma escola normal do estado que possui em torno de 500 alunas matriculadas cursando diversas matérias e que fica a dois passos de onde se quer construir a obra salesiana” (CARTA LUSTOSA, 1933).

Nessa carta, o Arcebispo informa da existência de uma casa anexada a um terreno de 4.000 m² que provavelmente poderia atender ao sistema institucional salesiano, que reúne em uma mesma construção casa, oficina e escola. Outra observação é sua proximidade com a Escola Normal do Estado em que alunas cursavam diversas matérias, o que possivelmente pode ser uma sinalização de que as salesianas ali instaladas poderiam lecionar o ensino religioso, já que em outros estados essa Congregação também fundou escolas normais e já sabiam como atuar nesse ramo do ensino.

Ele demonstra estar entusiasmado com a fundação de uma casa salesiana em Belém, relatando que “lá seria ponto de apoio e de descanso para muitas irmãs que viajam até o Rio Negro ou ao Rio Madeira, sendo Belém também uma cidade especial para os cuidados com a saúde, pois possui boas casas de saúde, aparelhos modernos e médicos hábeis” (CARTA LUSTOSA, 1933). Pelo tamanho do terreno, inferimos que Dom Lustosa tinha em seu projeto uma obra de grande dimensão.

Inclusive à época, era vontade Dom Lustosa que Belém pudesse se tornar a futura Inspeção do Norte da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora e assim ser a Casa Mãe da Congregação Salesiana Feminina, pois “a dependência da província de São Paulo era morosa. A comunicação entre Norte do Brasil e Europa é mais rápida do que entre o Norte e São Paulo” (CARTA LUSTOSA, 1933).

O Arcebispo ainda cita que “é impossível a Inspeção de São Paulo visitar cada ano a todas as casas do norte e do sul do Brasil, necessitando pelo menos de uma visita ao ano”

(CARTA LUSTOSA, 1933). Como já dito, as regiões Norte e Nordeste, à época, estavam vinculadas a São Paulo. O padre ainda explicita que a maneira que pode ajudar é “doando um terreno em nome da arquidiocese e que se caso as irmãs desistam ou abandonem a obra, a casa doada e o terreno voltam a pertencer a arquidiocese. A casa oferecida é situada em uma zona quase central do município de Belém” (CARTA LUSTOSA, 1933).

Pelas pistas apontadas na carta sobre a localização da casa próximo a Escola Normal da Benjamin Constant, ela estava situada no bairro do Reduto, conforme os documentos elaborados por Dom Lustosa tratando da compra do terreno. Inclusive em frente a construção do Instituto Dom Bosco, havia a Vila Áurea, na rua Benjamim Constant, edificada na década de 1920 (SOUSA, 2009).

Embora o bairro do Reduto também fosse moradia de operário e pobres, não sabemos dizer se essa vila estava ocupada por estes à época. Esse bairro é considerado na historiografia paraense como espaço operário e periférico em suas origens. Na Historiografia salesiana, os bairros onde Dom Bosco preocupou-se em instalar suas obras na Itália (escolas e oratórios) foram lugares periféricos, em que poderiam ser encontrados operários, jovens e crianças abandonadas na Itália do século XIX.

Isso se confirma nos estudos de Lenti (2012), afirmando que a população de Turim-Itália (berço da obra de Dom Bosco) viveu na primeira metade do século XIX um rápido crescimento que envolveu a transformação demográfica, o aumento da população e expansão urbana nessa região, causada, sobretudo, pela grande movimentação migratória de camponeses empobrecidos, famintos que saíam do campo para a cidade em busca de trabalho, em um momento de um incipiente desenvolvimento industrial que se desenvolvia com uma mão de obra de caráter familiar e manufatureira.

Lenti (2012) trata da existência de diversos documentos oficiais⁶⁶ que registraram um crescimento urbano nessa região, mas acompanhado de índices que apontavam inúmeras pessoas desempregadas que se achavam desnutridas; grande número de indigentes; aumento do número de doentes, pessoas enfraquecidas e necessitadas de cuidados; aumento de suicídio, infanticídio; crescimento de atividades delituosas e furtos; aumento de nascimento ilegítimos e de crianças abandonadas. Tudo isso acompanhado de uma mortalidade infantil elevada.

O bairro de Valdoco, onde ocorreram as primeiras experiências educativas de Dom Bosco, era uma região pantanosa do subúrbio que, por volta de 1840, estava em crescimento com a presença de casas de assentamento, doadas à população pelo poder público, e de

⁶⁶ Sobre esses documentos oficiais, Lenti (2012) indica consultar o texto de Humberto Levra, *Il bisogno, il castigo, la pietà. Torino 1814-1848*, que consta na obra de G. Bracco, *Torino e Don Bosco I*, 20-29.

pequenas indústrias (LENTI, 2012). Às suas adjacências, havia o bairro de Borgo Dora, o mais populoso do norte de Turim, que à época vivia um desenvolvimento protoindustrial com empresas manufatureiras como fábrica de armas, refinaria de açúcar, tecelagem e matadouros (LENTI, 2012). Outro bairro também populoso e insalubre às adjacências de Valdoco era o bairro de Vanchiglia, onde, por volta de 1840, as condições eram semelhantes aos demais lugares em que seus habitantes viviam em meio a uma epidemia de cólera, esgoto e matadouro a céu aberto (LENTI, 2012).

Essas regiões estavam repletas de crianças e jovens que foram registrados na literatura da época como pobres e abandonados. Foi nesses espaços que Dom Bosco estabeleceu seus primeiros contatos com essas pessoas quando ainda estava no Colégio Eclesiástico; mais tarde, conhecedor da área, selecionou essas regiões mais ao norte para estabelecer os primeiros oratórios (LENTI, 2012).

Entre os anos 20 e 30, o bairro do Reduto em Belém se constituía com condições parecidas: área pantanosa e mais baixa de Belém, próxima ao porto, que adquiriu caráter industrial em fins do século XIX até a metade do XX, no qual, segundo Sousa (2009), destacavam-se as fábricas de massas, biscoitos, redes, pães, tecidos, redes, comércio de ferragens, sapataria, bar, soverteria, autopeças, confeitaria e tecidos. Dom Lustosa era salesiano e buscou fincar a base salesiana feminina direcionado pela cultura institucional salesiana na escolha do lugar da obra em um bairro comercial.

O bairro do Reduto, embora fosse um bairro industrial e lugar por onde circulavam pessoas pobres e operárias, possuía características peculiares, localizando-se às proximidades do centro histórico, da Praça da República e de dois dos bairros de população de maior poder aquisitivo da cidade – Umarizal e Nazaré – e ainda assim se constituiu como um setor residencial de moradias populares e da baixa classe média (SOUSA, 2009).

Dom Lustosa era consciente da importância desses espaços comerciais e industriais para uma obra social e educativa, pois, certa vez, lamentou o fechamento do Instituto de Artes e Ofícios e Agrícola da Providência, aberto por Dom Macedo Costa próximo a Ananindeua, afirmando que esse estabelecimento não teve vida longa porque

tais obras exigem não só pessoal técnico e dirigente de particular competência, exigem também, ao menos nos primeiros anos, auxílio eficiente dos poderes públicos. Além disso, por via de regra, tais institutos devem estar nos grandes centros comerciais e não em zona rural, desde que as oficinas de Artes e Ofícios, sem perderem seu caráter de escola, devam concorrer para a manutenção da obra. Nas condições em que se encontrava o “Providência” esses elementos e condições por vezes faleciam (LUSTOSA, 1938, p. 494).

No entendimento de Dom de Almeida Lustosa, referindo-se ao histórico salesiano, ao criar as Escolas de Artes e Ofícios, Dom Bosco havia percebido o aparelhamento comunista dos operários ainda no século XIX, que os chamava para a luta da melhoria de suas condições de trabalho, rompendo com a ordem social vigente e enfrentando as instituições sociais católicas e o liberalismo:

São João Bosco intuiu o perigo operário, percebeu que a impiedade estava aparelhando a massa proletária para a atirar contra todas as instituições de ordem social. O único meio de prevenir o mal seria educar, desde a infância, operários sinceramente católicos. Deveria para isso abrir oficinas-escolas de diferentes artes e ofícios, provê-las de tudo: pessoal dirigente e técnico, máquinas modernas, etc. afim de que os operários aí formados em nada se sentissem inferiores aos outros do mesmo mister, formados em oficinas sem religião (LUSTOSA, 1938, p. 493).

Nessa conjuntura, na visão de Dom Lustosa (1938), Dom Bosco preocupou-se em formar os operários desde a infância, e também na sua juventude, dando-lhes toda a estrutura necessária: providenciando máquinas modernas e constituindo escolas, obviamente com direcionamento católico. Ao aprenderem vários ofícios, refletia o Arcebispo, ampliariam seu campo de atuação, adequando-se à modernidade, que à época era industrial.

Para isso, também, era necessário pessoal dirigente e técnico adequado para o ensino desses ofícios, a fim de que os cristãos acompanhassem a modernidade e não se sentissem inferiores àqueles formados sem religião. Esse movimento também chama atenção para a importância da modernização das escolas católicas frente a expansão das escolas laicas e modernas que defendiam uma concepção de educação associada à formação intelectual e preparação para o trabalho.

Dom Bosco entendeu que não se poderia negar a modernidade do século XIX. Diante da diáspora religiosa que ocorria na Europa, da vitória dos liberais materializada nas revoluções Industrial e Francesa, arquitetou táticas que davam função civil a uma associação religiosa católica que encaminharia a sociedade providenciando amparo, trabalho e estudo; enquadrando sua vida nos princípios católicos e construindo uma visão de mundo cristã em contexto moderno, em 1870. Entendemos por tática a execução de atos combinados que se usa para atingir determinado propósito dentro das condições que o contexto lhe proporciona.

A origem da Congregação salesiana tem como marco o Oratório de Dom Bosco, localizado em Turin-Itália, onde nasceram as primeiras experiências educativas, que constituíram a base de seu sistema educativo, e foram citadas em uma crônica na obra *Prevenir e não reprimir*, de Pedro Braidó (1999). Trata-se da menção de um professor da Instituição de Belas Artes na Universidade de Turin, anunciada como publicação do *Jornal da Sociedade de*

Instrução e de Educação no ano de 1849, metade do século XIX, no qual detalhava-se a dimensão social e educativa da obra de Dom Bosco em sua origem italiana, apresentando o Oratório festivo de Dom Bosco e sua finalidade.

No *Jornal da Sociedade de Instrução e Educação*, de 1845, narram-se as experiências educativas próprias das obras de Dom Bosco e que seriam referências para as demais obras fundadas futuramente. Tais experiências eram pautadas principalmente na assistência educativa e presença amigável de Dom Bosco, época que ainda não havia regulamentos institucionais dos espaços, que começam a ser escritos somente a partir de 1851 (LENTI, 2013). Nesse tempo ainda não se pensava em uma obra feminina, sendo direcionada somente aos meninos e aos jovens. Defendia-se, de um lado, o afastamento das crianças do perigo da rua, dos vícios e dos maus divertimentos e um ensino para inculcar valores morais cristãos; de outro, o ensino de história sagrada e eclesiástica, o catolicismo, aritmética e educação moral e cívica. A educação física objetivava desenvolver o vigor do corpo e habilidades com jogos, resultando em um sujeito saudável.

Ele recolhe nos dias festivos, lá naquele recinto solitário, de 400 a 500 acima de 8 anos, para afastá-los de perigos e maus divertimentos e instruí-los nas normas da moral cristã. E isto entretenendo-os em agradáveis e honestas recreações, depois de terem assistido aos ritos e exercícios de religiosa piedade. Ensina-lhes além disso a História sagrada e a eclesiástica, o catecismo, os princípios de aritmética: ele exercita no sistema métrico decimal e aqueles que não sabem, também no ler e escrever. Tudo isto para a educação moral e civil. Mas não descuida a educação física deixando que no pátio que está ao lado do oratório e bem cercado, nos exercícios de ginástica, ou divertindo-se com as pernas de pau ou com alteres, com as malhas e com as bolas de pau cresçam, reforcem o vigor do corpo. A isca com a qual atrai esta numerosíssima multidão além de prêmios de alguns santinhos, além de rifas, e as vezes algum lanchinho, é o aspecto sempre sereno e sempre vigilante no propagar naquelas jovens almas a luz da verdade e do amor recíproco. Pensando no mal que evita, os vícios que preveni, as virtudes que semeia, o bem que frutifica, parece incrível que a sua obra pudesse ter impedimentos e contrariedades [...]. Mas o que dá a Dom Bosco maior direito à gratidão da cidade, é o internato, que lá na mesma casa do oratório, recolhe meninos mais indigentes e necessitados. Quando ele encontra algum mais necessitado e mais carente, não o perde mais de vista, leva-o para sua casa, dá-lhe de comer, troca por roupas novas seus trapos, fornece-lhe alimento de manhã e de tarde, a fim de que uma vez encontrado um patrão e trabalho, tem certeza de conseguir para ele um sustento honrado para o futuro, e pode cuidar com maior segurança da educação de sua mente e de seu coração (JORNAL DA SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO E DE EDUCAÇÃO, 1849 apud BRAIDO, 1999, p. 111).

Contudo, nesse momento de início da obra, a maior preocupação de Dom Bosco no recolhimento dos meninos pobres e abandonados, além dos ensinamentos religiosos, era ensinar a ler, escrever e contar, habilidades importantes para se conseguir um trabalho ou encaminhá-los a um bom patrão. Observamos também nessa representação do articulista do jornal o incentivo a divertimentos com brinquedos que exigiam alta performance do corpo (muito

semelhante a números circenses), e muito valorizado pelo padre salesiano, sendo essa arte ferramenta lúdica que facilmente agradaria meninos e jovens, uma vez que o circo, nessa época, era uma arte popular. O jornal ainda nos revela que, no campo da religião, Dom Bosco não ensinava somente catecismo, mas se preocupava com o ensino da História Sagrada e Eclesiástica⁶⁷, para que a formação moral e religiosa resultasse em bons cristãos.

A partir desse entendimento, compreendemos que o lugar da educação na obra de Dom Bosco, a partir de sua origem no século XIX, perpassa o princípio formativo do trabalho não só para aprendizagem de um ofício, mas pelo significado que o trabalho pode adquirir na vida de um ser humano sem perspectiva.

Cabe ressaltar que a princípio sua obra não é institucionalizada/escolar, mas um espaço de acolhimento denominado de Oratório. Inspirando-se em experiências anteriores, como as de Felipe Neri, foi reconfigurando as formas de fazer: além das recreações e instruções religiosas, arquitetou o seu Oratório salesiano como um espaço direcionado à juventude compondo um lar, uma igreja, uma escola e um pátio (LENTI, 2012). Ademais, outra característica, que diferencia os oratórios de Dom Bosco dos tradicionais já conhecidos, é a desvinculação obrigatória a uma paróquia, funcionando de forma independente desta, e abrir todos os dias, oferecendo aulas diurnas e noturnas, assistindo os jovens no que precisassem a semana inteira (LENTI, 2012).

O que motivou Dom Bosco a criar os oratórios festivos foram suas visitas realizadas junto com o diretor espiritual, padre Cafasso, aos jovens que viviam nas prisões e que lhe causaram grande consternação e desejo de ampará-los:

Ver turmas, de 12 a 18 anos, todos eles são, robustos, e de vivo engenho, mas sem nada fazer, picados pelos insetos, à míngua de pão espiritual e temporal, foi algo que me horrorizou. O opróbrio da pátria, a desonra das famílias, a infâmia aos próprios olhos personificavam-se naqueles infelizes. Qual não foi, porém, minha admiração e surpresa quando percebi que muitos deles saíam com firme propósito de vida melhor e, não obstante, voltavam logo à prisão, da qual haviam saído poucos dias antes. Nessas ocasiões descobri que muitos voltavam àquele lugar porque abandonados a si próprios. “Quem sabe – dizia de mim para mim –, se tivessem lá fora um amigo que tomasse conta deles, os assistisse e instruisse na religião nos dias festivos, quem sabe não se poderiam manter afastados da ruína ou pelo menos não diminuiria o número dos que retornam ao cárcere?” (BOSCO, 2012, p. 120-121).

Recém-ordenado padre e sendo estudante do Colégio Eclesiástico, Dom Bosco acompanhava com instrução religiosa os jovens abandonados nas ruas e em condições de vulnerabilidade, pobreza e estado de degradação social. É a situação de contato direto nas visitas

⁶⁷ Segundo Lenti (2012), Dom Bosco escreveu livros catequéticos e apologéticos para serem usados no ensino religioso, como a *História eclesiástica* (1849), a *História sagrada* (1847), *O amigo da juventude* (1847, 1851), *Avisos aos católicos* (1850, 1851) e o *Católico instruído em sua religião* (1853).

realizadas aos jovens que estavam na prisão, ainda em 1841, que o sensibilizou para organizar um espaço para acolhimento e instrução religiosa a essa juventude, devolvendo a ela dignidade, garantindo que, ao serem soltos, muitos jovens não retornariam às prisões (BOSCO, 2012).

A partir de 1859, visando ao desenvolvimento da escola e da casa de estudantes, introduziu em seu Oratório um programa completo de ensino secundário, seguindo a programação escolar das escolas públicas regidas pela reforma Casati (LENTI, 2012).

Nesse contexto, Dom Bosco promoveu as oportunidades de aprendizagem nas escolas-oficinas ainda na segunda metade do século XIX ao criar as oficinas de sapataria e alfaiataria em 1853, de encadernação em 1854, de carpintaria em 1856, em 1861 de tipografia, e em 1862 a de ferreiro, possibilitando um ambiente protetor e de formação para o estudo e trabalho da juventude pobre italiana (LENTI, 2012).

Desse momento em diante, o grupo de estudantes ganhou maior importância para a obra salesiana por três motivos: 1) possibilitar alinhamento à política de educação popular do Estado; 2) converter a escola em um centro mais promissor para se viver a experiência educativa de Dom Bosco e 3) permitir a Dom Bosco cultivar vocações para a Sociedade Salesiana, escolhendo entre os alunos pobres aqueles “que demonstrassem boa conduta, boa vontade e inteligência” (LENTI, 2012, p. 514).

Quanto ao pagamento dessas instituições, estes já eram feitos desde os tempos de Dom Bosco, mesmo que de forma modesta, porém Lenti (2012) citou que Baricco, em um estudo sobre instituições católicas e de caridade, afirmava que as escolas de Dom Bosco se classificavam mais como de caridade do que acadêmica:

O Oratório de São Francisco de Sales, dirigido por Dom Bosco, deve ser classificado como instituição de caridade mais do que acadêmica. Os honorários cobrados pela moradia e alojamento são extremamente modestos, e a maioria de seus alunos é mantida gratuitamente. Talvez menos de uma centena pague a cifra de 24 liras por mês. Dos 504 estudantes da residência do instituto, 445 estão matriculados na escola secundária [...]. No programa de estudos são matriculados jovens de boa conduta que concluíram os cursos de estudos fundamentais. São aceitos totalmente gratuitos (e são a maioria) ou contribuem com um modesto emolumento que vai de 5 a 24 liras por mês. Por outro lado, os aprendizes operários são admitidos gratuitamente. Devem ter ao menos 12 anos e ser órfãos de pai e mãe, e não ter ninguém que os possa assistir (BARICCO, 1868 apud LENTI, 2012, p. 515).

O modelo de escola organizado por Dom Bosco na Itália, mais tarde, deu preferência tanto para aqueles que tivessem concluído o curso fundamental, para que pudessem ser matriculados na escola secundária, como para os aprendizes operários que eram admitidos gratuitamente, desde que tivessem pelo menos 12 anos de idade, fossem órfãos de pai e mãe e

não tivessem ninguém que pudesse mantê-los. O Oratório provia aos alunos roupa, calçado, alimentação e moradia, que eram pagos por eles próprios com os ganhos do seu trabalho nas oficinas, das quais eram clientes os benfeitores, a comunidade estudantil de Valdoco e, mais tarde, outras casas salesianas e a comunidade do bairro (LENTI, 2012).

Dom Bosco, durante toda sua vida eclesiástica, afirmava que amava os jovens e queria vê-los felizes; dedicou a sua missão aos jovens pobres, e vestígios dessa dedicação foram encontrados no prefácio que ele escreveu para *O jovem instruído*, publicado em 1847:

Queridos jovens: eu vos amo com todo o meu coração, e basta-me que sejais jovens para que eu vos ame muito. Garanto-vos que encontrareis livros escritos para vós por pessoas muito mais virtuosas e sábias do que eu, mas dificilmente podereis encontrar alguém que vos ame mais do que eu em Jesus Cristo e que mais deseje a vossa felicidade (LENTI, 2012, p. 77).

Segundo Lenti (2012, p. 77-78), esse amor era expressado na valorização que ele tinha pelos jovens, “sua dedicação total aos jovens era motivada não só pelo desejo de prevenir um dano social ou reabilitá-los se fosse necessário, mas também educá-los”, e por educação entendia “ajudar o jovem a crescer e desenvolver-se como ser humano e como cristão, para que pudesse encontrar um lugar na sociedade”. Para Dom Bosco, o sentimento de valorização do jovem condizia com o sentimento afetivo cultivado em família, mencionado certa vez por um próprio morador do Oratório, o padre João Cagliero: “a vida em comum vivida por nós persuadia-nos de que vivíamos como numa família, mais do que num colégio ou internato, sob a direção de um pai que nos amava e só se preocupava com o nosso bem espiritual e material” (LENTI, 2013, p. 85).

Envolvidos nessa filosofia vivida em um ambiente coletivo, pautado na prática do diálogo cristão, as crianças e os jovens marginalizados foram acolhidos, alimentados, inseridos em práticas religiosas católicas e nos valores humanos e cristãos, como obediência, escuta, encorajamento, amabilidade, bem como na aprendizagem da leitura, escrita e o ensino de ofício. Mas havia o contexto de revolução liberal e secularização da sociedade, e, para Dom Bosco, era a educação era a única forma de renová-la (LENTI, 2012).

Dom Bosco educava não só nos espaços específicos para o estudo ou trabalho, mas principalmente no relacionamento com o jovem. Segundo Lenti (2012), qualquer contato para ele poderia ser educativo. Padre Lemoyne destacava nas *Memórias do Oratório* que era a doçura e elegância de seus modos no trato que atraía os meninos:

O segredo do seu sistema estava na doçura: ele estava firmemente persuadido de que para educar os meninos é preciso abrir seu coração, poder penetrar nele como na própria casa [...]. Dom Bosco sempre usava de bons modos, paternais, delicados, inspirados na mansidão para atrair os meninos à virtude [...]. [Os meninos] sentiam-se imediatamente atraídos pela doçura e elegância de seus modos, a jovialidade de seu relacionamento, a oportunidade e graça de suas palavras. Isso explica, em parte, o fascínio que exercia sobre os meninos, aos quais atraía irresistivelmente [...]. Centenas de vezes ouviam-se repetir pelos meninos que o rodeavam: “Parece Nosso Senhor!”, frase que se tornou habitual (LENTI, 2012, p. 78).

Em 1877, Dom Bosco elaborou o primeiro regulamento do internato, nomeando-o de *Sistema Preventivo na Educação da Juventude (1877)*, um tratado para disciplinar o cotidiano educativo nas instituições salesianas. Não podemos esquecer que essa é a década em que é estabelecido o Concílio de Vaticano I. Nesse sistema, Dom Bosco é inteiramente pautado na prevenção: dos vícios, do não trabalho, das más companhias, do abandono, da pobreza, em um tempo vivido na Europa pós Napoleão Bonaparte (1769-1821) em que “no decorrer do século XIX, o fenômeno global da ‘inquietude preventiva’ se exprime sobretudo em cinco níveis: político, social, jurídico-penal, assistencial, escolar-educativo, religioso”. Essa inquietude preventiva acompanhava os projetos restauradores de diferentes formas, conforme a mentalidade e cultura, em que restauração e prevenção “são motivadas pelo medo e caracterizadas por não poucas atitudes repressivas” (BRAIDO, 1999, p. 35).

Medo dos novos revolucionários, das seitas, das sociedades secretas do “liberalismo” (liberdade de imprensa, de associação, de cultos). E, além disso, desconfiança de novas iniciativas educativas tidas como subversivas; são consideradas uma ameaça ao princípio de autoridade, porquanto precocemente voltadas para a educação da racionalidade e da independência da família e da Igreja: os novos métodos, a formação de grupos, a escola popular, os internatos infantis (J. de Maistre, Monaldo Leopardi, Clemente Solaro della Margherita...) (BRAIDO, 1999, p. 15).

Já os projetos de prevenção moderados ou disponíveis para adentrar o contexto moderno tendiam

a recuperar, junto com o que se considera válido da antiga ordem (a instrução e a prática religiosa, os tradicionais valores morais), também o novo: a difusão das “luzes” do saber, a gradual extensão da escola elementar às classes populares, a recuperação do trabalho e da solidariedade social, a escolha de métodos mais justos e humanos no modo de enfrentar os males crônicos da pobreza e da delinquência, o desenvolvimento das obras caritativas e de socorro mútuo, a difusão dos bons livros, a criação de bibliotecas populares etc. (BRAIDO, 1999, p. 15).

É nesse contexto que se inserem as obras de Dom Bosco, e outros religiosos dos oitocentos, como Pouillet, Laurentie, Pavoni, Champagnat, Aporti, Rosmini, Dupanloup e outros associados ao sistema preventivo, que também proporiavam formas de educar a infância e a juventude, contudo materializaram-se de diversas formas nas práticas institucionais e variados

objetivos (BRAIDO, 1999). O fenômeno da pauperização e da mendicância também vinculando-se a categoria do preventivo nesse período, ganha novos sentidos e finalidades, pois

a categoria do “preventivo” unifica todo o conjunto das obras de beneficência romanas em favor dos pobres, conforme relata o sacerdote romano C. L. Morichini: hospitais, orfanatos, asilos de velhos, de viúvas, entidades esmoleres, prontos socorros, escolas. Estas obras abraçam idealmente “o pobre antes do seu nascimento, depois na sua educação, e finalmente na sua impotência e desemprego, velhice e enfermidade,” enquanto “todos os esforços dos homens de caridade inteligente se destinam a separar o verdadeiro do falso pobre, a prevenir antes que socorrer a miséria e a educar o pobre no espírito de previdência e de economia e confortá-lo na virtude” (BRAIDO, 1999, p. 20-21).

É esse fenômeno de pobreza e mendicância que atinge a juventude da época e que movimentou Dom Bosco no século XIX no contexto italiano. Seu sistema preventivo se utilizava de três pilares: razão, religião e *amorevolezza*, em uma união interrelacional. *Amorevolezza* é o amor educativo, é

caridade amorosa acaba por representar, assim, segundo Dom Bosco, uma dimensão essencial da ação salesiana em todos os níveis: assistência, educação, pastoral, espiritualidade, convivência na igreja e na sociedade. Ainda hoje pode ser considerado um conceito central numa visão global humana e cristã, “racional” e “religiosa” de qualquer trabalho “educativo” e de qualquer relação interhumana. Requer, portanto, uma compreensão e um fundamento que não se limitam aos aspectos metodológicos, mas que se alicerçam numa visão do mundo e da vida, segundo a razão e a fé (BRAIDO, 1999, p. 19).

A religião é “alma do sistema”, porque envolve o “compromisso moral e religioso” que sustenta e direciona de forma equilibrada a ação pautada na “racionalidade dos regulamentos, das prescrições, das relações interpessoais” construindo formas de ser e agir dependendo da “participação empática do educador” (BRAIDO, 1999, p. 229). O educador, imbuído da *amorevolezza* e disponibilidade generosa cristã, é o guia condutor e construtor dessa relação preventiva que é regulada conforme as transformações culturais da sociedade que impactam diretamente as relações entre a Igreja e o mundo.

A preventividade também age na perspectiva da vigilância das atitudes e comportamentos do vigiado para evitar que este rompa as regras estabelecidas ou leve o pecado ao seu coração, pelo uso do diálogo, da conversa, da doçura, da alegria, do exemplo. A partir do momento em que o aluno aceita a condição de ser educado, cuidado pela comunidade salesiana, ele assume um pacto relacional razonado, moral e religioso.

Para Villela (2012), no decorrer do século XIX, o “poder arbitrário, dependente de uma vontade única, vai sendo substituído por formas negociadas, pactos regulamentados, codificações”, consolidando-se os principais códigos que regem muitas esferas de nossas

sociedades ocidentais ainda hoje, possibilitando que maiores parcelas da população participem do poder. Villela (2012, p. 106) considera que a postura do autoritarismo nas relações escolares era substituída pela representação contratual disseminada na sociedade na qual a “obediência deveria ceder lugar a obediência disciplinada; ao novo professor, caberia a tarefa de guiar essa vontade. Por essa razão não bastava mais apenas instruir, tornava-se necessário educar”.

As instituições salesianas e seus agentes educativos, ao aderirem ao binômio de D. Bosco – “formar bons cristãos e honestos cidadãos” –, ajustavam-se a esse contexto de modernidade contratual que buscava ensinar formas de uma pessoa pertencer à sua sociedade, ciente dos deveres e regras do espaço de circulação que é civil, religioso e moderno. O sistema preventivo, associado aos regulamentos das casas salesianas, dá forma à obra institucionalizada de Dom Bosco a partir de 1877.

Dom Bosco, já tendo vivido a condição da pobreza como um camponês e experienciado a falta de perspectiva em que nascia uma pessoa pobre camponesa na Itália do início do século XIX, enxergou na instituição eclesiástica possibilidade para ser acolhido e desenvolver seu intelecto, criando bases intelectuais e materiais, que, a longo prazo, pavimentariam terreno eclesiástico para desenvolver sua obra educativa para a infância e juventude, cuja condição precária de vida o sensibilizou (LENTI, 2012). Por já ter vindo desse lugar um dia, agiu possibilitando condições materiais e existenciais práticas para melhorar a condição de vida desses sujeitos.

O religioso salesiano entendeu que, na sua época, as condições materiais também eram responsáveis pela vida de abandono e pobreza que levava esses jovens para as prisões e para as ruas. Ao procurar os jovens marginalizados, órfãos, abandonados e pobres, não os recriminava ou os culpava por estarem naquelas condições, mas lhes oferecia acolhida, alimento, formação espiritual e o ensino de um ofício, dando-lhes maiores perspectivas de vida, oferecendo-lhes, casa, instrução e trabalho.

A instituição religiosa de Dom Bosco, nomeada como Congregação “São Francisco de Sales”, ou Congregação salesiana, nasceu em 1870, sendo anterior à Encíclica *Rerum Novarum*, publicada em 1891. Para Manacorda (1992), o papa Leão XIII, com objetivo de evitar o avanço do socialismo, assume nessa encíclica de forma concreta alguns princípios do mundo moderno, aproximando-se dos liberais. Nessa direção, o autor cita, como exemplo da perene vitalidade da tradição católica, a obra educativa de Dom Bosco, que “iniciada de forma modesta, impôs, através da Congregação salesiana, a presença católica no panorama educativo do mundo moderno. Destacando sua obra tanto pela reflexão pedagógica, como pela iniciativa da educação popular profissional” (MANACORDA, 1992, p. 151).

A obra feminina, ao nascer na Itália do século XIX, foi também se constituindo aos poucos, e não nasceu como escola institucionalizada, mas como espaço de acolhimento, ensino de prendas do lar e responsabilidade pelos cuidados domésticos dispensados nas Casas salesianas. Contudo, deveria seguir os moldes educativos que Dom Bosco arquitetou na forma de tratar os jovens no princípio da educação e do trabalho.

Sobre os impactos sociais dessa instituição educativa na vida de um menino pobre, consideramos que nesse período histórico ter uma moradia, receber um ensinamento religioso e dominar a leitura e escrita representava uma condição humana de valor, porque, depois de adquiri-la, o jovem dedicado mereceria a oportunidade de empregar-se, uma vez que se preparou espiritualmente e intelectualmente, livrando-se da condição de desvalido – indivíduo sem valor social, bem como dos vícios que a rua e a pobreza poderiam lhe trazer. Nessa perspectiva, compreendemos que há uma relação entre amparo, educação e trabalho nas obras salesianas de Dom Bosco que se materializavam em diversas formas e tempos sob o campo masculino e feminino.

Segundo o entendimento de Dom Bosco, o papel das escolas de artes e ofícios seria, por meio da educação e do trabalho, inserir desde a infância na religião cristã, com o objetivo de formar operários sinceramente católicos (LUSTOSA, 1938). Nesse sentido, a formação social do indivíduo perpassava pelas instituições, pois constituíam valores e formas de compreender nossa realidade. Segundo Durkheim (2007), as instituições sociais nos acompanham desde a nossa inserção no mundo e são uma forma de garantir a ordem da sociedade, sendo elos que unem os cidadãos em torno de uma formação social; primeiro nos inserimos na família, depois na igreja, na escola e no trabalho. Tudo o que nos é ensinado nessas instituições praticaremos em nossa sociabilidade e circulação.

A instituição social é um mecanismo de proteção da sociedade, é o conjunto de regras e procedimentos padronizados socialmente, reconhecidos, aceitos e sancionados pela sociedade, cuja importância estratégica é manter a organização do grupo e satisfazer as necessidades dos indivíduos que dele participam. As instituições são, portanto, conservadoras por essência, quer seja família, escola, governo, polícia ou qualquer outra, elas agem fazendo força contra as mudanças, pela manutenção da ordem (DURKHEIM, 2007, p. 15).

Para Giddens (2003), as instituições sociais desempenham um papel no funcionamento da sociedade e da democracia e se constituem em instrumentos reguladores e normativos das ações humanas, com um conjunto de regras e procedimentos reconhecidos pela sociedade. Elas não atuam de maneira isolada e surgem para suprir diversas necessidades humanas.

As instituições, além de sociais nas obras salesianas, são também educativas. Sabendo da importância dos operários para a obra de Dom Bosco, e já compreendida a territorialização do lugar para uma obra salesiana feminina no bairro do Reduto, buscamos referências em Sousa (2009) para nos apropriarmos desse lugar, pois, para Frago (2001, p. 75), é preciso “analisar a projeção espacial do estabelecimento de ensino e as relações com o seu entorno; isto é, sua área de captação e influência, aquela determinada pelas características e procedência geográfica, e portanto, social, de seus alunos”. Nessa perspectiva,

Nas várias fontes pesquisadas que faziam referências ao desenvolvimento industrial e aos estabelecimentos fabris existentes na cidade, particularmente no bairro do Reduto, são inúmeras as descrições das estruturas físicas e administrativas, porém quase inexistentes às que se relacionam ao material humano, ou seja, os operários. A ausência de publicações oficiais que informem sobre as condições de vida e trabalho do operariado emergente nas primeiras décadas do século passado indica que o desinteresse do poder público em relação aos trabalhadores era comum em todo o país (SOUSA, 2009, p. 85).

Sousa (2009) observa que o Reduto era um bairro fabril onde circulavam os operários, homens e mulheres trabalhadores, mas alerta que há uma ausência de documentos oficiais que tragam informações sobre os operários de Belém nesse bairro, embora a presença deles seja inquestionável. A autora, ao pesquisar no jornal *A Pirralha*, de 1928, detectou uma seção composta por notas de “fofocas” supostamente sobre os trabalhadores e trabalhadoras das fábricas do Reduto, e conclui que havia muitos trabalhadores do sexo feminino, como as cordoeiras, certamente operárias da fábrica de cordas Perseverança (SOUSA, 2009). Sobre a presença das operárias em Belém, Sousa (2009, p. 86), resgata uma matéria da *Revista Belém Nova*, de 30 de agosto de 1927, que segundo ela, resgata a imagem feminina de vítima, explorada e desamparada construída pelo imaginário operário, destacada abaixo:

Belém é a cidade das mangueiras e das operárias. Dois prismas profundamente diversos. Dois aspectos admiravelmente magníficos. Não se pode imaginar o encanto das tardes de sol morrendo, quando as ruas se enchem de tons variados dos uniformes. Porque cada fábrica, cada centro industrial adopta um traje característico. Este é branco. Aquelle azul marinho. Aquelle outro grenat. Mais outro negro. E até há um cor de sangue, vermelho, victorioso, berrante, único. É um uniforme e ao mesmo tempo um reclame atrevido. São as operárias da fábrica “Guará”. Pobrezinhas! Trabalham a parcos salários e fazem reclame de beijo. O mundo é assim mesmo.

É nas revistas que Sousa (2009) encontra os vestígios de algumas operárias sendo identificadas pela cor de uniforme – caso das operárias da fábrica Guará –, denunciando inclusive o baixo salário que recebem e o conseqüente descontentamento. A autora ainda nos dá pistas sobre as relações entre a ordem urbana das populações que circulavam no Reduto e a instituição educativa salesiana que selecionou esse espaço para torná-lo educativo e religioso;

é quando há uma aproximação com o trabalho feminino e a mulher operária. A obra salesiana foi implementada no contexto industrial de Belém, em que havia o cotidiano de operários e da juventude pobre, ou seja, uma população que morava, trabalhava e estudava.

Antonio de Almeida Lustosa, em maio de 1934, ainda na tentativa de articular a fundação da Casa de Belém, por meio de carta, escreveu:

Conversamos ano passado em fortaleza Ceará sobre a fundação de uma casa salesiana das Irmãs Filhas de Maria Auxiliadora em Belém. Reverendíssima me deixou grande esperança de conseguirmos a fundação para este ano. Tratou-se ainda da casa, etc. Quando cheguei a Belém procurei conseguir uma casa que prestasse ao fim da obra projetada – **pensionato e oratório festivo**. Depois de várias tentativas consegui uma poderá servir para início da obra, **bem situada**, com terreno para oratório festivo. A reverendíssima disse ainda que eu poderia contar com a fundação da casa para esta obra. Estando agora em Turim falei com a Reverendíssima Superiora Geral sobre o assunto. Esta me disse que para uma obra da natureza da que se deseja não serão necessárias muitas irmãs. Nada, porém, quiseram resolver sobre o assunto antes de conversar com a Reverendíssima. Venho encarecidamente pedir-lhe que se interesse unicamente por esta fundação. Uma promessa para mais tarde me põe em sérias dificuldades porque para este ano eu poderia dispor uma casa e local, para mais tarde não posso garantir nada. Bem sabe a reverendíssima que **Belém com tantas creanças** que tem não dispõe de um só **oratório festivo feminino** por outro lado os **estabelecimentos leigos de ensino são numerosos** e as alunas que os frequentam em grande número precisam muito de uma obra que as **ampare**. Está nas mãos da reverendíssima, penso a situação deste negócio importantíssimo. Penso também que as **missões do Amazonas** terão toda a conveniência de poderem contar com uma residência em Belém- **ponto obrigatório de passagem** e quase sempre de **permanência** para os missionários que vão e vem. Reverendíssima preste este grande serviço a minha pobre arquidiocese, firmando nossa causa aliás fraterníssima. Peço a Deus que a inspire e cubra de recompensas. Com numeração, me subscrevo (CARTA LUSTOSA, 1934, destaques nossos).

Na referida carta, vê-se a finalidade inicial da obra salesiana em Belém diante da criação do oratório festivo e o pensionato feminino. A fonte histórica nos mostra o esforço e a preocupação de Lustosa em fundar um oratório festivo feminino, obra que na tradição salesiana representa o ponto de partida de atuação da educação salesiana, inclusive, indo tratar pessoalmente sobre isso com a Madre geral na Itália, sede da Congregação.

Dá ênfase ainda à necessidade dessa obra em Belém, argumentado que “Bem sabe a reverendíssima que Belém com tantas creanças que tem não dispõe de um só oratório festivo feminino por outro lado os estabelecimentos leigos de ensino são numerosos e as alunas que os frequentam em grande número precisam muito de uma obra que as **ampare**”. O sentido do “amparo”, ao qual se referia Lustosa, estava fortemente vinculado aos valores constitutivos na obra do oratório festivo feminino que certamente providenciaria o amparo moral, espiritual e intelectual, diante da conjuntura belenense que, segundo ele, já possuía inúmeras escolas leigas e nenhum oratório feminino, sendo, portanto, de muito proveito sua fundação.

Além do oratório, o público feminino seria atendido pelo pensionato feminino salesiano, com o qual poderiam contar a juventude feminina trabalhadora, professoras ou estudantes do interior que necessitassem de moradia. A capital, representando um lugar de oportunidade para o desenvolvimento intelectual ou profissional feminino, incentivava a meninas e moças a saírem do interior para estudar ou trabalhar, gerando a necessidade de um lugar seguro e confiável para morar. Além dessas questões, ainda enfatiza o Arcebispo que Belém seria um excelente local para acolher as próprias salesianas que precisavam realizar as longas viagens até o Amazonas: “penso também que as missões do Amazonas terão toda a conveniência de poderem contar com uma residência em Belém- ponto obrigatório de passagem e quase sempre de permanência para os missionários que vão e vem”.

Após inúmeras cartas trocadas entre Lustosa e as madres de São Paulo e Turim, a Madre Geral Luisa Vaschetti autorizou a criação de uma obra feminina em Belém do Pará. Diante dessa notícia, Dom Lustosa escreveu a Madre Inspectora Lang, informando sobre a decisão favorável e pedindo para a Reverendíssima Superiora da Casa de Fortaleza que enviasse algumas irmãs, ainda em 1934, para a obra em Belém. Na década de 30, surgiram três novas comunidades no Norte e Nordeste: Manaus, em 1930; Baturité, em 1932; e Fortaleza, em 1933. Inferimos que o pedido foi feito para o Ceará por lá haver um aspirantado e por ser um lugar próximo para articular a vinda das irmãs para Belém.

Seção IV



A CONGREGAÇÃO FILHAS DE MARIA AUXILIADORA E A EDUCAÇÃO FEMININA: CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS A PARTIR DE 1934

São João Bosco intuiu o perigo operário, percebeu que a impiedade estava aparelhando a massa proletária para a atirar contra todas as instituições de ordem social. O único meio de prevenir o mal seria educar, desde a infância, operários sinceramente católicos. Deveria para isso abrir oficinas-escolas de diferentes artes e ofícios, provê-las de tudo: pessoal dirigente e técnico, máquinas modernas, etc. a fim de que os operários aí formados em nada se sentissem inferiores aos outros do mesmo mister, formados em oficinas sem religião (LUSTOSA, 1938, p. 493).

4.1 O projeto formativo das Filhas de Maria Auxiliadora

A formação feminina, sistematizada pela Congregação Filhas de Maria Auxiliadora para a modernidade do século XX, acompanhou as transformações sociais e educativas do mundo do trabalho, mostrando-se disponível para se adequar às legislações locais em que implementassem sua obra educativa, pois o foco principal do trabalho desenvolvido era a educação e a necessidade demandada do lugar. Para entender a proposta educativa da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora, precisamos compreender, *a priori*, o contexto de criação do seu plano de formação, situando-o no período histórico em que nos propomos pesquisar sua instituição educativa, entender o modelo educacional implementado e suas necessidades.

O Plano de Formação da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora da década de 1934 foi produzido no contexto político italiano da Reforma Gentile, quando ocorreu a expansão da

formação feminina salesiana no século XX para o ensino secundário. Não se ocupando somente com o ensino elementar e uma formação para o trabalho feminino incipiente, mas, no cenário político educacional italiano, criando oportunidade de prosseguimento de estudos nas instituições salesianas com a expansão das escolas profissionais femininas, uma vez que “para se matricular na escola, é necessária a licença elementar: o curso completo tem duração de 4 anos divididos em dois anos. Haverá cursos preparatórios para as jovens que não possuem a licença elementar” (PLANO DE FORMAÇÃO, 1934, p. 5).

Essa licença elementar na Itália consistia na conclusão do ensino equivalente ao primário, ou elementar. A experiência organizada para a escola média serviria para repensar as experiências da educação feminina no campo do trabalho, pois, nesse modelo de escola, a aluna sairia especializada profissionalmente. Nessa lógica, o projeto formativo das FMA se reorganizou para atuar no campo da profissionalização escolar feminina.

Nesse documento, constatamos que a concepção de trabalho no Plano de Formação é a do sentido da dignidade e das condições materiais da existência humana. As irmãs registraram nas páginas iniciais do programa feminino o lema defendido por Dom Bosco: “O homem, meus queridos filhos, nasceu para trabalhar. Adão foi colocado no paraíso terrestre para que o cultivasse. O apóstolo São Paulo diz: ‘é indigno comer quem não quer trabalhar’ se alguém não quer trabalhar, não come” (PLANO DE FORMAÇÃO, 1934, p. 10).

Esse lema possui a representação religiosa da dignidade do trabalho, ato simbólico e prático do sacrifício e do merecimento humano. O nascimento do homem foi projetado para esse destino: o trabalho. Em uma sociedade em que a Igreja tenta retirar a mulher desse contexto, o uso desse lema foi fundamental. A finalidade do trabalho na vida do humano enquanto ser é de subsistência, de aliviar uma necessidade material condicionada à existência. Entre as premissas e escopo de uma escola profissional de artes e ofícios proposta pelas Filhas de Maria Auxiliadora, havia o seguinte propósito:

As “Escolas de Artes”, obras preferidas do nosso Santo Fundador e Padre Dom Bosco, ainda hoje – adaptando-se às necessidades dos tempos – sempre se alimentam diretamente de seu espírito, dado que propõem a formação cristã das jovens artesãs e agrícolas. O Propósito das Escolas de Artes Femininas e Escolas Agrícolas Femininas é justamente de dar às jovens o sentido de responsabilidade pelos seus deveres para com a família; e, ao mesmo tempo, abrir seus novos caminhos; associá-las ao movimento intelectual, econômico, artístico, industrial, agrícola dos nossos dias; armá-las contra perigos e dificuldades com uma educação sólida baseada na “razão e religião”. O santo temor de Deus é, portanto, o primeiro de todos ensinamentos. (PLANO DE FORMAÇÃO, 1934, p. 3).

As Filhas de Maria Auxiliadora organizaram sua educação para dar às jovens condições para enfrentarem os perigos e as dificuldades vivenciadas na sua experiência existencial e

condição material; por meio das suas escolas, as religiosas constituiriam nas alunas a responsabilidade para a vida, como o dever com a família, mas também possibilitariam abertura de novos caminhos, envolvendo-as no movimento intelectual, econômico, artístico, industrial, agrícola do contexto capitalista. Elas possuíam um entendimento desse contexto para além da moral masculinizante sobre a função da escola na vida feminina, situando a formação em um campo de termos práticos e nascida da condição moderna que vivenciavam.

As religiosas salesianas elaboraram a adaptação do Plano de Formação feminina às necessidades de seu tempo, um tempo forjado na expansão do capitalismo e no furor do progresso, após a Primeira Guerra Mundial, localizados em um contexto socioeconômico que exigiu da mulher sua força produtiva fora do espaço do lar para ser provedora do seu bem-estar e de sua família, possibilitando outros papéis à figura feminina, sendo a educação fundamental nesse momento.

A partir do espírito de Dom Bosco, a Congregação definiu que a finalidade dessas escolas de formação femininas salesiana seria a de “promover uma educação integral da juventude trabalhadora feminina e, portanto, cuidar de sua formação religiosa, intelectual, profissional e doméstica” (PLANO DE FORMAÇÃO, 1934, p. 16-17).

O projeto formativo das Irmãs buscou integrar a jovem à ordem capitalista e industrial, gerando novas formas e possibilidades de experiências de formação, criando também novas expectativas de emancipação feminina, que, à época, no Brasil, eram limitadas tanto pela estrutura econômica, educacional e política, como pelo próprio imaginário cultural estabelecido ao longo de séculos sobre a função da educação feminina e seu papel social.

O cenário criado para o enfrentamento dos perigos do mundo moderno foi pensado pelas Filhas de Maria Auxiliadora nesta tríade: estudo, trabalho e religião, que configuram a representação da mulher moderna, instruída por uma instituição religiosa feminina, preocupada, sobretudo, com as mulheres das camadas populares (razão da existência da Congregação), mas que não se restringiu somente a elas, haja vista que a emancipação feminina era uma condição que afetava não só o gênero, mas todos os estratos sociais.

Sabendo que a instituição educativa constitui identidades e opera tanto no campo material como no espiritual, as FMA se utilizaram das práticas religiosas para internalizarem nas alunas a razão objetiva sobre a necessidade do trabalho para garantir sua existência material, e com o uso das práticas religiosas criaram táticas de controle da emoção, da paixão e da vontade, bem como das atitudes no mundo moderno, operando dessa forma também no campo simbólico.

Os perigos e desafios aos quais se referem as Irmãs podem ser entendidos por duas razões: a primeira, no campo material, com a preocupação com a prostituição, fome, abandono físico e moral; a segunda, no campo espiritual, com a perda da alma das jovens de Dom Bosco para o mundo moderno, mundo esse representado no século XX, no Brasil, por espaços de circulação e consumo da mulher, que por sua vez, formavam a estética feminina. Dourado (2005) reuniu diversas representações dessa cultura estética que circulou em revistas entre 1920 e 1939, no Rio de Janeiro e em São Paulo, que formavam, informavam e contagiavam suas leitoras sobre assuntos de moda, cuidados com a beleza e o corpo, maquiagem; também as atualizava sobre cinema, rádio, leituras, lazer, tratando, ainda, dos artefatos femininos, considerados liberais, como o batom, o cigarro, construindo, assim, os hábitos da sofisticação, da sedução, da elegância e da graciosidade contida em todas essas formas de consumos.

Para a Congregação Filhas de Maria Auxiliadora, a vida moderna que se apresentava à mulher não era nem um pouco modesta e, principalmente, as deixava longe da moral orientada pela Igreja Católica. Na prescrição do Regulamento para as Casas, de 1932, foram determinadas normas que, em nome da modéstia cristã, orientavam que, no cotidiano de suas instituições educativas, fosse combatido o gosto pela moda mundana, pela estética, pelos enfeites, sendo dispensados “cuidados especiais” nas audições radiofônicas, no cinema, nos divertimentos, nas leituras, materializando os perigos que poderiam ser prevenidos nas instituições salesianas femininas com seu sistema educativo.

Os Planos de Formação apontam que a concepção de educação integral feminina organizada pelas Irmãs envolve quatro frentes: a formação religiosa – adquirida com os ensinamentos salesianos; a educação intelectual – oferecida pela escolarização; a formação profissional – constituída em uma formação para o trabalho; e a formação doméstica – voltada para os ensinamentos da organização da vida no lar. Dessa forma, a juventude feminina receberia uma formação completa, com todos os componentes necessários para viver e conviver na modernidade do século XX, priorizando os campos da religião, trabalho e educação.

Embora conservando o *ethos religioso* e indicando que o primeiro ensinamento é o santo temor de Deus, a forma que a Congregação Filhas de Maria Auxiliadora compreendeu a função da educação como profissão ampliou sua responsabilidade com a família e as oportunidades de trabalho fora do lar.

Preparar a jovem na sua consciência como profissional e trabalhadora no contexto de modernidade no século XX era o que movimentava as FMA. A condição moderna atirava meninas e jovens ao mundo do trabalho, não sendo essa realidade negada pelas religiosas salesianas, mas enfrentada para formar todas as mulheres que circulavam em seus educandários.

O programa organizado pela Congregação, em 1934, no contexto italiano, era composto pelo ensino da Cultura Geral, Religião, Economia Doméstica e Cultura Profissional. No campo da Religião, as lições serviriam para instruir e formar o bom cristão. O campo da Cultura Geral era composto pelo ensinamento das lições aplicando um ensino que buscava “nutrir e cultivar a inteligência”, ou seja, desenvolver a dimensão intelectual feminina ministrando: “a Língua nacional; Higiene; História; Geografia”; elementos de uma sociologia que ensinasse “o conceito cristão de trabalho”; “uma Língua Estrangeira; ensino da Matemática com noções de geometria e álgebra; Ciência Física e Natural; Caligrafia; Educação física; Canto” (PLANO DE FORMAÇÃO, 1934, p. 7-8).

No campo da Economia Doméstica, era essencial ensinar às alunas “o gosto e o desejo da casa, fazê-las compreender a excelência da vida familiar, a sagrada missão do lar, e o quanto a ela compreende essa missão como: economizar, usar adequadamente o tempo, etc. O ensino tem um carácter teórico e prático” (PLANO DE FORMAÇÃO, 1934, p. 7-8).

Nesse programa, foi incluída também a cultura profissional com o ensino voltado para a alfaiataria – corte e costura, confecção em linho, malha e bordado e tricô a mão e máquina, objetivando o aprendizado de fabricação de roupas para infância e juventude feminina – moças e senhoras (PLANO DE FORMAÇÃO, 1934). Além dessas artes, esclarece o Plano de Formação de 1934: “o ensino, ministrado metodicamente, responde necessidades saudáveis do bom gosto feminino”, estendendo-se aos seguintes assuntos que compõem os elementos artísticos e técnicos da formação cultural profissional descritos abaixo:

Quadro 4 – Assuntos do Programa da Cultura Profissional de 1934.

a) - Desenho profissional: desenho à mão livre e com ferramentas - Aplicações subseqüentes à composição decorativa - Composições de inventividade dos alunos por meio dos procedimentos mais usados.
b) - Elementos de história da arte: noções fundamentais, com particular atenção à história do vestuário feminino e a distinção de estilo no bordado antigo e moderno.
c) - Teoria: Higiene do trabalho - Razão técnica dos vários atos que são realizados nas oficinas - Estudo de matérias-primas e materiais - Notas sobre processos afins.
d) - Exercícios de trabalho didático: séries progressivas de vários exercícios didáticos que devem servir como guia e modelo, e que representam o maior desafio comércio.
e) - Exercícios práticos (ou de trabalho).

Fonte: Plano de Formação, 1934.

Na forma como o conteúdo foi organizado, percebemos uma preocupação em relacionar a teoria com a prática, inserindo a cultura geral na formação profissional da mulher trabalhadora, para que não se formasse sabendo somente o trabalho manual, mas que dominasse a técnica e conhecesse a história da arte vinculada ao seu ofício. A Congregação Filhas de Maria

Auxiliadora, a partir dos anos 30, buscou em suas casas de educação especializar meninas e moças com uma formação religiosa cristã, voltada para profissões tidas como dignas e entendidas como femininas que envolviam técnicas elaboradas de costura em vários tecidos, uso de máquinas na confecção de roupas e bordados com técnicas variadas, estudo da modelagem das vestimentas, aprendizagem dos estilos e desenvolvimento da liberdade criativa.

Nesse programa, percebemos a preocupação com o sentido didático da arte do saber profissional que envolviam guias e modelos a seguir conforme a demanda do comércio local, e o exercícios práticos da formação para o desenvolvimento da habilidade das indústrias das vestimentas femininas, fomentando assim a abertura e incentivo do trabalho produtivo da mulher nesse campo que foi visto durante muitos anos como de excelência feminina.

Embora em nenhum momento seja declarado nos documentos desse período histórico que a mulher pertence exclusivamente do lar, como afirmado nos órgãos religiosos à época vinculados ao movimento cristão conservador da Ação Católica, a ela é ensinado o amor a esse ambiente, a importância de organizá-lo, o valor do trabalho produtivo do lar e da família que é constituída nele. Essa preocupação de inserir a juventude feminina na cultura de amar o lar contribuiu para cristalizar em seu imaginário a responsabilidade de pertencimento natural a ele e que a ele e a família deve-se dispensar o mais valioso cuidado e atenção.

É importante destacar que, embora a profissionalização feminina organizada pela Congregação Filhas de Maria Auxiliadora tenha iniciado o público feminino nas aprendizagens de um ofício, as profissões selecionadas para formar as jovens contribuíram para limitar o campo de profissionalização aos espaços em que a sociedade à época convencionou que fossem dignos e adequados a condição de ser mulher. Ou seja, essa instituição educativa organizou a formação das meninas já determinando o papel social e moral que a mulher desempenharia na sua comunidade.

A educação feminina pretendida pelas FMA visava a um fim considerado útil para a vida da jovem, materializando a progressão desta para o trabalho com o fortalecimento de “razões emancipatórias para além da função doméstico-maternal” a partir da década de 1934 (ROSEMBERG, 2013, p. 164). À época, essa relação entre trabalho e educação feminina rendeu disputas e debates no campo da educação e da política em que se questionava sobre a função da educação feminina no contexto da modernidade industrial e sua formação para o trabalho.

No cenário brasileiro dos anos de 1930 até os anos 70, mesmo com a luta feminina por emancipação no campo social, intelectual e do trabalho, o imaginário social da época foi organizado com vistas a fortalecer a ideia de que o lar era o lugar ideal para o trabalho da mulher. As legislações educacionais e assistenciais, em sua maioria, criavam instituições que

tinham o objetivo de formar a dona de casa, responsável pelas funções misteres do lar: cozer, lavar, passar e organizar tudo relacionado à família e ao lar.

A forma de se conceber o âmbito doméstico como campo principal da finalidade da formação feminina para o trabalho no Brasil perdurou até a reforma do 1º grau, momento em que ocorreu a padronização do ensino por meio de políticas públicas que regulamentaram a formação técnica profissional para ambos os sexos, o que contribuiu para ampliar sua possibilidade de profissionalização em diversos campos de trabalho. Esse embate pelo acesso e liberdade de uma formação para o trabalho esteve presente no sistema educacional do Brasil, o que explica por que não só “durante os séculos XIX e XX”, mas também “mesmo nesse início do terceiro milênio, tem sido possível encontrar a justificativa de que se deve investir na educação da mulher porque ‘mulheres educadas são melhores mães’” (ROSEMBERG, 2013, p. 164). Portanto, a forma pela qual a Congregação Filhas de Maria Auxiliadora compreendeu e conduziu a educação feminina passou longe das representações de sexo frágil de limitada inteligência ou de servir somente para a maternidade e o casamento. A juventude feminina, para elas, deveria ser revestida com uma educação sólida, pautada na razão que conduzisse suas escolhas e baseada na religião, que, conforme denominação da Congregação, era a católica romana, preparando assim a juventude feminina de forma defensiva no combate aos perigos e dificuldades do seu tempo.

Precisamos retornar às origens da Congregação feminina para perceber que a própria concepção de feminilidade socialmente construída sobre a cofundadora da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora é de uma jovem que se tornou uma mulher muito religiosa, corajosa, camponesa que trabalhava com seu pai compartilhando da mesma força física. É destacada nas Cronistórias salesianas como a jovem que vem do morro:

As colinas de Monferrato (Itália) são verdes e lindas. Isto para os olhos. Não para os camponeses que as devem galgar cada dia, enxada ao ombro, marmitta para um dia inteiro de trabalho. Basta a seca de um mês para a terra se fender e rachar. Sob o sol impiedoso, que corta o ar a pino, o cansaço é penoso e a respiração ofegante. Os lavradores são silenciosos, quase carrancudos. Não é verdade que trabalham cantando. Capinam e imprecam silenciosamente contra os longos sulcos e as horas que custam a passar.

Por volta de 1855, nestas colinas (distrito de Mornese) trabalhava uma jovem que irritava os camponeses mais que de costume. Chamava-se Maria Mazzarello. Tinha 18 anos. Era tão forte na enxada que vencia os trabalhadores contratados para o dia. (E quem suporta alguém ser vencido por uma mulher em alguma coisa?)

— De onde vem essa moça? (Este era o assunto corriqueiro do café da manhã.)

— Que tem em si? Fogo?

— Por quê? Ela não incomoda ninguém.

— Vai ser um tormento pro marido —. E todos riam gostosamente.

— Se for valente de língua como o é de braços... o coitado terá de dar um duro... (BOSCO, 2002, p. 9).

As representações sobre Maria Domingas Mazzarello são: “forte na enxada”; “vencia os trabalhadores contratados para o dia”; “mulher que supera o homem”; “vai ser um tormento pro marido”; “valente de braços”. Todas essas formas de qualificar Maria Mazzarello a colocavam em um lugar de mulher trabalhadora, que superava o homem em funções do campo, carregava o poder simbólico de coragem e de ser tão forte ao ponto de causar certa desordem ao futuro marido, possível destino de muitas mulheres no imaginário patriarcal, mas Maria Mazzarello não queria casar-se, segundo Bosco (2002). Carregava impregnadas em si a agitação e resistência. Sua relação com a educação de meninas iniciou depois de contrair tifo e perder o vigor físico, situação que lhe deixou desolada sem saber o que faria da vida, já que não poderia mais trabalhar no campo. Certo dia, caminhando pela colina de Borgo Alto, avistou algumas meninas brincando em um grande pátio interno e ouviu uma voz misteriosa que disse: toma conta destas meninas. Ao encontrar sua amiga Petronila, fez-lhe o convite para seguir nesse mesmo intento. É neste contexto de negação e ausência que elabora a seguinte reflexão:

— Sabe, Petronila, há tempo que ando pensando... que fazer de minha vida? Resolvi aprender costura e ser modista. Quando estiver bem firme, abro um salão e ensino o corte às meninas pobres. Assim estarei o dia inteiro com elas e poderei falar-lhes de Deus. O que você acha? Quer vir comigo e ser costureira também? Vamos viver juntas, numa casa nossa, como numa família (BOSCO, 2002, p. 9).

Nessa direção, Maria Mazzarello e Petrolina, antes da primavera de 1864, de acordo com Bosco (2002), abriu uma casa e acolheram sete crianças órfãs, agindo feito mães e vivendo tal qual uma família; os moradores da colina ajudavam dando lenha, farinha, cobertor usado. Padre Pestarino, conhecendo Maria Mazzarello, levou Dom Bosco para visitar o pequeno orfanato das Filhas de Imaculada, que o agradou bastante. Nesse ínterim, no ano de 1872, Dom Bosco, atendendo ao pedido do Papa para criar uma obra salesiana feminina, lembrou-se de Maria Mazzarello e entregou a ela um colégio que havia sido construído em Mornese pelos salesianos a fim de receber meninos, mas que passou a sediar a obra feminina. Essa é a origem da obra salesiana feminina das Filhas de Maria Auxiliadora. Em meio a diversas críticas da população local e do próprio padre Pestarino, que se sentiu muito contrariado, elas se mudaram para o colégio:

Quando, ao entardecer do dia 23 de maio de 1872, em duas carroças as Filhas da Imaculada, do salão de costura transportaram para o colégio os seus poucos pertences, ninguém da vila as ajudou. Ninguém.

No domingo seguinte, pelos grupinhos da praça, depois da missa, ouviam-se os mais ferrenhos comentários:

— Que beleza, heim? Trabalhar como burros, anos e anos, e depois ver o nosso colégio entregue àquele punhado de marmotas.

— Quer ver? Não vão poder fazer nada porque nem são professoras. Não poderão dar aulas.

— Dizem que vão receber meninas pobres para ensinar costura.

— Que maravilha! Todas as meninas da região serão costureiras... Teremos de gastar muitas calças para lhes dar trabalho.

— Não. Fogo de palha. Tudo vai terminar logo porque não terão o que comer por muito tempo. Se quiserem viver vão ter de desalojar a casa (BOSCO, 2002, p. 17).

Em meio a críticas dos que construíram o colégio para o público masculino, as FMA resistiram, assumindo o colégio para meninas, e, em 5 de agosto de 1872, quinze irmãs foram consagradas e receberam o hábito religioso (BOSCO, 2002). No início, as religiosas não foram bem recebidas pela população, que somente aceitava a educação para meninos, não meninas, e contava que a obra logo declinaria e sucumbiria. As irmãs foram desqualificadas por não serem professoras e ensinarem somente corte e costura. Esse discurso possivelmente partia do universo masculino. Todavia, elas seguiram, ensinando as prendas do lar, a religião; implementando o Oratório feminino salesiano; mais tarde, expandindo a obra e formando novas irmãs.

É nesse contexto de negação e de ausência de formação escolar que as irmãs trilharam inicialmente a sua trajetória na educação feminina, inspirando-se no carisma de Dom Bosco e nas virtudes de Maria Mazzarello, cofundadora das Filhas de Maria Auxiliadora e primeira Madre Superiora. O papel social das FMA, que se materializa nesse momento inicial da obra, é o de “mães” e “irmãs” dos órfãos e abandonados, recolhidos sob a bandeira de Dom Bosco e de Maria Auxiliadora (CRONISTÓRIA, 1988). Mas não só isso, pois as irmãs, além do Oratório festivo feminino, foram responsáveis por abrir escolas para ensinar a ler, escrever e costurar, “obsessão nesse grande século têxtil” (PERROT, 2007, p. 94); também ensinavam a catequese e buscavam diplomarem-se no magistério, enfrentando grande desafio:

Nesse meio tempo, voltam de Genova as Irmãs e alunas que prestaram exames para obter o registro de professoras. Não vem muito contentes porque, das dez, apenas quatro foram aprovadas definitivamente. Mas não se pode dizer que estejam humilhadas, porque afirmam que neste ano o rigor foi ainda maior, e que elas, de Nizza, em comparação com as demais candidatas de outros colégios, ainda tiveram sorte, porque ficaram dependendo apenas de desenho, que não é uma das matérias fundamentais (CRONISTÓRIA, 1988, p. 190).

A fonte nos apresenta a dificuldade não só das irmãs, mas também de suas alunas, que, em sua maioria, reprovaram nos exames que as habilitariam professoras, atingindo o êxito

somente quatro candidatas. Outro desafio enfrentado pelas irmãs no início da obra era a aceitação de suas obras educativas nos espaços de Chieri, de acordo com a carta enviada à Madre Geral pela irmã Rosália, relatando uma notícia de jornal que difamava a Congregação:

Eu havia feito o propósito de ficar calada, mas ontem uma oratoriana me trouxe um recorte de jornal em que pude ler um pouco de tudo contra nós. Será que a senhora chegou a vê-lo, Madre querida? [...] perdoe o desgosto que estou lhe dando com esta carta. Decorei os pontos principais e posso repetir o conteúdo deles:

“Dom Bosco tem um formigueiro de padres e irmãos, que cuidam de velhas beatas e de jovens. A lei não admite mais conventos, mas Dom Bosco está criando novos, para enganar muitas pobres moças do povo, e deixar em desespero mães abandonadas e pais que veem arrancados seus filhos e filhas, vítimas inocentes de freiras e frades frios e egoístas. No caso das meninas, a desculpa é que elas vão estudar em Nizza, para serem professoras. Depois, as vestem de preto... como aconteceu há pouco, com uma menina de quinze anos que foi para lá com a abadessa. E as Autoridades do governo veem isso e deixam passar!” (CRONISTÓRIA, 1988, p. 212).

Na referida notícia, representa-se os agentes da Congregação como ardilosos e traiçoeiros que induzem as moças e rapazes para suas instituições educativas, sobretudo as moças do povo, as filhas que deixam seus pais e suas casas com o pretexto de estudar para serem professoras, depois são cooptadas a tornarem-se freiras. O articulista em seu discurso incita especialmente as meninas que desejam estudar nessas instituições para serem professoras, chamando atenção para a lei do liberal Urbano Rattazi, que proibira conventos na Itália a fim de regular a atuação da Igreja. Mas, para o próprio engano do denunciador, as obras de Dom Bosco não eram conventos: tratavam-se de escolas e casas. Possivelmente, era um desafio para meninas conseguirem estudar e muito mais serem professoras em fins do século XIX.

Para Perrot (2007, p. 84), “os conventos eram lugares de abandono e de confinamento, mas também refúgios contra o poder masculino e familiar. Lugares de apropriação do saber, e mesmo de criação”. No contexto italiano, proibiram-se conventos, mas abriram-se escolas que possibilitariam outros caminhos de “liberdade” feminina. O legado inicial deixado por Maria Domingas Mazzarello para a educação feminina, após sua morte, foi registrado da seguinte maneira:

A primeira superiora geral das Filhas de Maria Auxiliadora – Madre Maria Domingas Mazzarello – deixou em herança àquela que dentro em breve deveria sucedê-la no governo do Instituto, vinte e seis Casas, das quais dezessete na Itália, três na França e seis na América. As obras compreendem quinze oratórios festivos, três casas de beneficência, cinco colégios, cinco escolas e salas de costura para alunas externas, cinco jardins de infância, doze comunidades religiosas a serviço da cozinha e rouparia dos colégios dos salesianos (CRONISTÓRIA, 1988, p. 7).

O itinerário histórico formativo de Maria Domingas Mazzarello foi palmilhado com intensos desafios no século XIX. Anterior ao seu ingresso na vida consagrada, o único estudo

que conheceu foi o que Mornese poderia oferecer: o catecismo. “É desse tempo a sua franca declaração a respeito das competições catequéticas organizadas na paróquia, entre meninos e meninas: ‘Eu não quero ficar abaixo de ninguém; os meninos não me fazem medo, e eu quero vencer todos eles’” (POSADA, 1992, p. 13), dizia ela rememorando suas experiências com as competições do catecismo. Com uma sólida formação espiritual incentivada pela sua família, ela aprendeu a ler ainda pequena, na infância, com seu pai, mas foi somente quando se tornou Filha de Maria Auxiliadora que aprendeu a escrever aos 35 anos de idade, movida pelo desejo de se comunicar melhor com sua comunidade educativa, assumindo uma prática da escrita apostólica educativa (PETRI, 2019; POSADA, 1992).

Essa realidade também foi vivida por outras Filhas de Maria Auxiliadora que foram admitidas nas instituições salesianas com pouca instrução; eram mulheres simples que falavam o dialeto local, e Maria Mazzarello fazia questão que elas aprendessem a ler e escrever a língua italiana corretamente, bem como outras línguas, principalmente o francês e o espanhol. Na internacionalização da Congregação, sua missão não envolvia só o ato de anunciar o Evangelho, mas de interagir com outras culturas, aprender outras línguas e inserir-se na vida de outras comunidades (PETRI, 2019).

A Europa vivia um processo de mudança acelerado e com a educação de meninas não seria diferente: “a escolarização das meninas no primário operou-se nos anos 1880; no secundário, em torno de 1900; o ingresso das jovens na universidade aconteceu entre as duas guerras, e maciçamente a partir de 1950” (PERROT, 2007, p. 94). Todavia, na Itália⁶⁸, “a realidade escolar futura da unidade era muito mais pobre do que nos maiores estados europeus e, sobretudo, bastante fragmentada no seu interior”. Na região de Piemonte, o analfabetismo adulto em 1861 chegava a “57 por cento do Piemonte” e no centro sul era ainda maior “quase 90 por cento” (CHIOSSO, 2019, p. 13).

Pertencer a uma sociedade religiosa, portanto, possibilitaria a Maria Mazzarello, enquanto mulher e autoridade religiosa, viver para além dos espaços do campo; aprender a ler e escrever na língua culta; trabalhar; seguir sua missão de amparo humano e ensinamento da palavra cristã; levar conforto e alegria aos corações femininos; possibilitar o ensino da leitura

⁶⁸ A história da Itália, até o momento de sua unificação, em 1861, foi constituída sob as bases de “uma história regional e somente as elites culturais se reconheciam em uma pátria ‘italiana’. A língua italiana, apesar de ter uma extraordinária história, era a língua da classe culta”. Maria Domingas Mazzarello, sendo uma pobre camponesa, não dominava a língua italiana pois estava inserida em um contexto no qual, “para a grande maioria das classes subalternas, ela era uma língua desconhecida e estranha à vida cotidiana. Prevaleciam os dialetos e as tradições populares locais” em que a “única forma de unidade cultural era representada pela influência da Igreja e pela fé religiosa” (CHIOSSO, 2019, p. 12-13).

e escrita e de um ofício a outras irmãs e alunas, além de ser a esposa de Jesus Cristo e a mãe da Congregação feminina salesiana e das meninas órfãs, abandonadas e pobres.

Ao lermos as 68 Cartas de Maria Mazzarello, disponibilizadas por Posada (1992), percebemos que seus escritos são também educativos, pois não só comunicam, mas são entendidos por nós como vestígios de ensinamentos por apresentarem formas de como deveria ser constituído os relacionamentos entre as irmãs, postulantes, noviças e internas; percebemos uma escrita com alto teor de encorajamento para enfrentar as dificuldades no trabalho, estudo e na vida encampada nas instituições femininas que representam também a espiritualidade salesiana aos olhos de sua cofundadora.

Também vimos retratadas as fugas das noviças; vestições e desvestições⁶⁹; a organização e preparação das irmãs para virem para a América e a vontade de Maria Mazzarello de conhecer e trabalhar nesse pedaço do mundo; as dificuldades que uma casa pode enfrentar se a irmã executar uma festa entre as internas e não possuir as táticas do controle; os desafios e as relações na convivência cotidiana de uma casa familiar educativa religiosa salesiana. A alegria e a coragem são elementos muito acionados nas missivas apostólica-educativas elaboradas por Maria Mazzarello. A “santa alegria” já era uma “atitude presente no seu ânimo”, mas, ao conhecer as experiências e o espírito salesiano, isso se intensificou transformando-se em “uma habitual exortação: ‘Sejam sempre alegres’” (POSADA, 1992, p. 21).

Posada (1992, p. 22), ao estudar as cartas de Maria Mazzarello enquanto objeto histórico, conclui que ela tem um estilo na escrita de quem “conversa”, “dialoga com o interlocutor”, é afetuosa, tem “sabor familiar”; embora utilize a carta para realizar suas considerações espirituais, “não foram encontradas exaltações religiosas”, tratava-se de “notícias sobre a comunidade de Mornese”, sobre outras casas, bem como “recomendações de caráter ascético-pedagógicas”. Para a estudiosa, há meios de expressões da própria escritora que atingem um certo lirismo nas comparações que possuem um significado:

Aquelas usadas mais frequentemente pela Santa são imagens do “jardim” (C 50), do “pomar” (C 58) que representam o coração, onde crescem as “flores”, as virtudes (Cartas 24, 50), ou então as “tiriricas” (C 55); os defeitos (ou então, as virtudes) são “fruto do nosso pomar” (C 55). O trabalho apostólico é o “campo” (C 59) que o Senhor nos confiou. As imagens do “fogo” (C 19, 24) e da “lenha” (C 24) são os sofrimentos que se transformarão em “doçuras”. As maldades do coração são chamadas de “brotoejas” (C 19) que surgem no coração e se multiplicam. A imagem do “mar imenso” que separa a Madre das Filhas distantes (“daquela região distante que se chama América”), aparece nas cartas às missionárias (Carta 19) (POSADA, 1992, p. 22-23).

⁶⁹ A vestição simboliza uma etapa da formação religiosa no carisma salesiano, na qual ocorre o rito de admissão para o uso do hábito entre as postulantes da congregação, futuras candidatas a irmãs salesianas. A desvestição é o abandono do hábito, quando a religiosa deixa a congregação salesiana.

Essa forma de escrever forja um clima educativo em que se recebem recomendações, notícias e orientações de forma sensível, amorosa, por meio de uma comunicação interrelacional profunda e familiar (PETRI, 2019). Mapeando suas cartas enviadas para várias irmãs, encontramos recomendações a uma missionária que partiu para o Uruguai em 1881, destinada à Casa de Las Piedras:

Minha sempre queridíssima Irmã Lorenzinha Natale

1° - Esforce-se sempre para se tornar humilde, humilde.

2° - **A humildade seja a sua virtude predileta; estejam com você também a piedade e a modéstia.** Sim, você deve fazer com que respnda diante de qualquer pessoa.

3° - Além disso, **seja a obediência sua amiga; e não a abandone nunca, para agir de acordo com seus caprichos.**

4° - Ame o sacrifício e a mortificação da própria vontade.

5° - **Não faça amizade com seu amor-próprio,** mas procure todos os meios de **acabar com ele.**

6° - **Pense, com frequência, que as nossas santas Regras são um guia** seguro para levar-nos ao Paraíso; portanto, observe-as todas, com exatidão.

7° - **Seja sempre cheia de caridade com todos,** mas, especialmente com as suas Irmãs.

8° - **Jamais descuide da oração;** nela encontrará sempre consolação e conforto.

Af.ma Madre, que a ama tanto no Senhor, Irmã. Maria Mazzarello (CARTA 67, POSADA, 1992, p. 172, destaques nossos).

Percebemos que a forma como a irmã postula as maneiras de agir e analisar as atitudes são seguidas de verbos no imperativo – buscando inculcar e alertar a exortações da instrução no relacionamento congregacional diário, contemplando pedidos e aconselhamentos de forma mais direcionada – articulados a advérbios de tempo, como: “Seja sempre”; “Jamais”; “Nunca”. São menções de um discurso para obediência, humildade, caridade, modéstia, piedade, oração e abandono do amor próprio, tudo em nome da missão educativa religiosa e do ensino da convivência solidária entre irmãs. Essas recomendações servem como espelho a todas as Filhas de Maria Auxiliadora no seu apostolado, contribuindo na maturidade psicológica e espiritual. Outras grandes preocupações e medos são os defeitos. Certa vez, Madre Mazzarello escreveu:

Minha sempre querida Irmã Angelina - Esteja alegre: não tenha tanto medo de seus defeitos, de não poder corrigir tudo de uma vez; mas, pouco a pouco, com boa vontade de combatê-los, nunca fazendo as pazes com eles; toda vez que o Senhor lhe permite descobri-los, você faça o que puder para se emendar, e verá que um dia vencerá tudo (CARTA 14, POSADA, 1992, p. 71).

O que extraímos das cartas são práticas culturais que orientam as experiências pautadas na caridade, cooperação solidária e generosa, devoção divina encarnada no amor ao próximo e que a todo momento cultivam o sentimento de pertencimento a um grupo missionário. A Carta

é produtora e difusora de cultura, pois quem as lê também se forma. Elas carregam trocas psicológicas do exercício da escuta feminina em episódios que envolvem o apoio a missão religiosa e educativa nos lugares desconhecidos, o medo do que estava por vir, as perdas, os desafios da convivência institucional e comunitária; também de palavras de coragem em seguir na luta missionária com alegria, pelo apostolado, pelo acolhimento, pela salvação das almas da juventude, pela busca do Paraíso e de se fazer santa pelo estudo, trabalho e educação.

As cartas são constituídas por “palavras” que na sua forma de dizer constroem relações simbólicas, o carisma que formarão a classe, ou, em nosso caso, a Congregação religiosa, que condiciona sua existência ao fato de que só podem permanecer vivas na realidade social “se existirem pessoas que possam dizer que elas são a classe, pelo simples fato de falarem publicamente, oficialmente, no lugar dela, e de serem reconhecidas como legitimadas para fazê-la por pessoas que, desse modo, se reconhecem como membros” dessa Congregação (BOURDIEU, 2004, p. 168).

Para as meninas internas também havia cartas como esta enviada a Maria Bosco que estava à época adoecida e faltando às aulas:

Tuas colegas de sala te agradecem pelas boas recordações que guardas delas, e te esperam para resolver os problemas das frações. Agora, todas as internas estão às voltas para estudar poesias, etc. para a festa de Maria Auxiliadora, que ainda não se sabe quando será. Conserva-te sempre boa, Maria, sim? Se boa com todos: com teus pais, com as tuas irmãs e irmãos; dá bom exemplo a todos aqueles que te veem, e reza de todo o coração. Tens feito a santa Comunhão? Recebe com amor a Jesus que te ama tanto. Tem coragem, cuida da tua saúde, sara depressa para que possas voltar ao nosso meio. Quero te fazer mais uma recomendação, e é a de que estejas alegre; se fores alegre, sararas mais depressa; portanto, coragem! Por favor, cumprimenta teus bons pais, por mim; que fiquem tranquilos, que Eulalia e Clementina estão bem; as duas mandam lembranças a eles e te encarregam de lhes dizer um milhão de coisas bonitas em nome delas. Irma Henriqueta e Ir. Emilia te cumprimentam cordialmente, e te pedem que rezes uma ave-maria por elas e três por mim. Daqui a pouco serão dez horas da noite; deixo-te no Coração de Jesus, onde serei sempre a tua af.ma irmã Maria Mazzarello (CARTA 1, POSADA, 1992, p. 64).

A forma de se comunicar com a aluna revela aspectos da educação moral religiosa presentes na lembrança do relacionamento constituído, entre eles o sentimento de família, próprio da comunidade salesiana, materializado em interesse, acolhimento, cuidado, solidariedade e amor educativo às internas. No excerto, destacamos a expectativa pelo retorno da aluna às aulas e no reconhecimento das boas relações de estudo que deixou, lembrado fatos do período escolar, como as aulas de matemática, do aprendizado das poesias e os preparativos para a Festa de Maria Auxiliadora – importante acontecimento festivo nas instituições salesianas.

Madre Mazzarello recomendou ainda que Maria Bosco desse exemplo sendo boa com todos, especialmente seus pais. A comunhão, como prática religiosa, não um sacramento sem sentido, sempre deve ser lembrado como símbolo da renovação dos laços com o divino, da representação do estado de graça que só é praticado sob a condição da confissão (prática que revela ao sacerdote o estado em que se encontra a relação do pecador com o pecado pelo ato do dizer), por isso, a preocupação em não deixar de se confessar, para garantir o seu não distanciamento do sentimento salesiano e cristão. As estimas de melhora são feitas acompanhadas da máxima salesiana feminina de Maria Mazzarello: “estejas alegre”, encerrando com um pedido carinhoso de oração para ela e para as demais irmãs (agentes educativos), que possivelmente faziam parte do círculo educativo da menina interna como professoras ou assistentes.

A convivência e atendimento a normas do bem viver na comunidade educativa salesianas dependiam muito das irmãs na sua execução, devido assumirem um papel de guia espiritual. Esses temas estavam presentes com certa frequência nas cartas, revelando grandes desafios que envolviam o exercício de solidariedade humana como paciência, tolerância e caridade, especialmente na relação aos defeitos do outro, que motivavam conselhos como: “Torne-se amiga da humildade e aprenda com ela a lição. Jamais dê ouvidos à professora da soberba, que é uma grande inimiga da humildade” (CARTA 66, POSADA, 1992, p. 171).

Diante das decepções com os defeitos, Mazzarello aconselhava à irmã: “nunca fique deprimida quando se vir cheia de defeitos, mas recorra, com confiança, a Jesus e Maria, humilhe-se sem desânimo” (CARTA 66, POSADA, 1992, p. 171). As irmãs eram sempre orientadas a ter paciência com as mais jovens, a exemplo de Irmã Joana mesmo tendo apenas 19 anos:

Ir. Joana é jovem demais, e não suficientemente prudente para fazer as vezes da Superiora. Mas você não deve se espantar; convença-se de que defeitos existem sempre; é preciso corrigir e remediar tudo aquilo que se pode, mas com calma, e deixar o resto nas mãos do Senhor.

[...] Corrija, advirta sempre; mas, no seu coração, compreenda e tenha caridade com todas. Veja bem, é preciso estudar os temperamentos e saber compreendê-los, a fim de chegar a um bom resultado; é preciso inspirar confiança.

Com Irmã Vitória, é preciso que você tenha paciência, e que lhe infunda pouco a pouco, o espírito da nossa consagração. Ela ainda não pode tê-lo adquirido, porque esteve muito pouco tempo em Mornese.

Parece-me que, se souber entendê-la, dará bom resultado. O mesmo eu digo das outras; cada qual tem seus defeitos: é preciso corrigi-las com caridade, mas não pretender que sejam isentas deles, nem pretender que se corrijam de tudo de uma vez: isso não! Mas, com a oração e a paciência, a vigilância e a perseverança, um pouco de cada vez; e se conseguirá tudo. Confie em Jesus, coloque todos os seus problemas no coração dele, deixe-o agir (CARTA 22, POSADA, 1992, p. 88-89).

Maria Mazzarello buscava construir um sentimento especial entre suas filhas de forma igualitária, orientando-as sobre a valorização da irmã que, embora não soubesse muito dos trabalhos ou das formas de se viver salesianamente, poderia ensinar algo. A cofundadora ensinava pelo diálogo, fazendo questionamento das relações construídas e levando as irmãs à reflexão das suas práticas no cuidado de si e do outro, na humildade de reconhecer suas faltas já que o tempo passava depressa e seriam suas obras na terra que lhes dariam um pedaço do Paraíso. Escreveu certa vez:

Agora, digam-me: vocês todas se querem bem? Tem caridade uma com a outra? Espero que sim, mas, também nessas coisas, há o que aperfeiçoar. Então para dar prazer à nossa querida Mãe, Maria SS.ma, tenham toda a caridade umas para com as outras, ajudem-se nos trabalhos, corrijam-se com doçura, e aceitem de bom grado as correções que lhes forem feitas. Coragem, minhas filhas, esta vida passa depressa e, no momento da morte, nada nos resta a não ser as nossas obras; o grande é que tenham sido bem feitas. Os caprichos, a soberba, a vaidade de querer saber e de não querer submeter-se a quem não seja muito capaz, será causa de grande confusão para nós, no momento da morte (CARTA 24, POSADA, 1992, p. 96).

É nesse clima relacional e no exercício desse carisma que Maria Mazzarello pavimenta a espiritualidade salesiana feminina em seu projeto formativo e se utiliza do sistema preventivo de educação para dimensioná-lo com valores próprios à formação feminina, pois o exercício desses valores protege e fortalece as relações humanas nas instituições educativas, pautadas no amor educativo (*amorevolezza*) que orienta as formas de julgar, decidir, analisar (competências da razão) alicerçadas pela religião cristã.

A Congregação personificada em matéria (pessoas) poderia ser explicada por uma espiritualidade na qual a religião é a alma, o amor é o sentimento e a razão é o julgamento. A Congregação Filhas de Maria Auxiliadora⁷⁰, enquanto instituição educativa, desenvolvia em suas irmãs uma concepção de fé balizada em Deus, Jesus e Maria, como referências da união

⁷⁰ Em Mornese, cidade de origem da congregação salesiana feminina, eram preparadas para seguirem uma missão religiosa também em outros países. Inclusive, a própria Madre Mazzarello desejava ingressar nas missões à América; mesmo tendo pouco domínio nos trabalhos domésticos, afirmava-se como boa administradora na lavanderia. Além disso, sua especialidade era espiritual, mas sua modéstia deixava dizer somente da sua vontade. em ir a qualquer custo, pois certa vez, Madre Maria Mazzarello pedia notícias a Dom Cagliari sobre sua visita e dava notícias da casa e do instituto, informando da preparação para a missão feminina: “E o senhor, quando vira ver o ninho? Nós o esperamos logo. Se visse corno aumentou o número das Filhas de M.A! São 30 postulantes, cerca de 10 noviças, mais ou menos 36 professoras, e 30 alunas internas. Pode vir escolher um bom número delas, para levar para a América; quase todas desejam ir; portanto, venha depressa, porque nós o esperamos, de todo o coração, mesmo! Agora, escute o que quero lhe dizer: guarde um lugar na América para mim; mas, de verdade, entende? É verdade que não presto para nada, mas, polenta eu sei fazer; além disso, cuidarei da lavagem de roupa, para que não gaste sabão demais; e se quiser, aprenderei também a cozinhar um pouco. Numa palavra, farei todo o possível para que estejam contentes, desde que me deixe ir” (CARTA 5, POSADA, 1992, p. 51-52).

dos laços humanos, e os objetivos escolares e não escolares eram organizados de forma especial e considerados como espaços de fomento das experiências de fé e de relação com o outro.

Madre Mazzarello expôs nas cartas o desejo da maioria das Filhas de Maria Auxiliadora: partir para a missão da América. Esse núcleo formou-se na casa mãe (Mornese), portanto, postulantes, noviças e alunas internas inseridas nos *hábitus* salesiano poderiam despertar uma vocação para a missão além-fronteiras.

Maria Mazzarello morreu jovem, aos 44 anos, em 14 de maio de 1881, antes de Dom Bosco. Embora tivesse pedido insistentemente para ir em missão para a América, nunca obteve licença, conforme aponta a Cronistória da Congregação. A partir desse ano, acirraram-se as relações entre a Igreja e o Estado liberal.

Nas cartas de Madre Mazzarello, há muitas menções ao relacionamento com Deus, Jesus e Maria, porém nenhuma relacionada ao Papa. As irmãs tinham muito a ensinar à suas postulantes, noviças e alunas internas⁷¹. Segundo Posada (1992, p. 27), a relação constituída pelas cartas incentivava suas irmãs a viverem uma santidade, que não se restringisse somente a vestir o hábito religioso, mas que fosse espelhada no *hábitus* virtuoso do espírito de Jesus, que é paciente e cheio de caridade, pois a “Santa explicita esse conceito de revestimento profundo do ‘habitus’ virtuoso, fazendo-o coincidir com a progressiva aquisição do ‘espírito’ que havia em Cristo Jesus” destacados abaixo

“... o meu coração chora de consolação e pede continuamente ao Senhor bênçãos para todas vocês, para que possam realmente revestir-se do Espírito do nosso bom Jesus... mas, como era o Espírito do Senhor?... É um espírito humilde, paciente, cheio de caridade, mas daquela caridade própria de Jesus, que jamais o saciava de sofrer por nós” [...] (CARTA 23, POSADA, 1992, p. 91).

No ano da morte de Maria Mazzarello, foi informado, de Turim, pelo padre salesiano Cagliero ao padre salesiano Lemoyne que Dom Bosco desejava que as Filhas de Maria Auxiliadora “também sejam informadas a respeito das alegrias e dos sofrimentos do Vigário de Jesus Cristo, para que cresça nelas a devoção filial, e possam oferecer orações contínuas pelo Papa e pela Santa Igreja Romana” (CRONISTÓRIA, 1988, p. 57).

Nessa direção, a oportunidade escolhida foi a festa de São Miguel Arcanjo, quando, na hora da leitura espiritual, padre Lemoyne convidou as irmãs a meditarem na luta dos exércitos

⁷¹ Essa forma de entender o amor de Deus transcende a diáspora religiosa vivida no contexto católico durante o apostolado de Mazzarello, o que não significa dizer que uma instituição religiosa não deve respeito e apoio à autoridade maior eclesial da Igreja Católica: o Papa, já que Dom Bosco deixou clara a posição da congregação na realização do encontro ocorrido na festa de São Miguel Arcanjo, em 1881. Portanto, embora tenha dado sua contribuição social na educação de meninas e jovens pobres, não podemos compreender a congregação religiosa e seus espaços educativos descolados da realidade sociocultural e religiosa na qual viviam, de acordo com Magalhães (2007).

celestes contra os inimigos da Igreja, pedindo sensibilidade em zelar pela defesa da autoridade papal de Leão XIII na terra, autoridade que direta e imediatamente representa o próprio Deus no meio dos homens, segundo o padre (CRONISTÓRIA, 1988). Essa reação da Congregação salesiana tinha a finalidade de incentivar o aumento da devoção ao Papa e apoiá-lo nesse momento de crise. Citando o jornal *A boa semana*, de 25/09/1881, pontua-se as maiores devastações morais do mundo moderno:

- 1- a educação da juventude foi subtraída à autoridade da Igreja;
- 2- foi concedida toda liberdade de imprensa, de ação e de propaganda a qualquer culto e religião, exceto à Igreja Católica;
- 3- escancarou-se a porta a toda imoralidade, a toda ação subversiva, menos à verdade e atividade da nossa santa Fé;
- 4- prega-se e defende-se a lei do divórcio e nega-se qualquer valor jurídico ao matrimônio-sacramento.
- 5- cresce assustadoramente a imprensa voltada contra o Papa e governo da Sé Apostólica;
- 6- Roma se tornou centro de toda propaganda anti-católica; por escárnio se reconhece a Soberana Majestade Pontifícia, relegada concretamente aos limites do Vaticano;
- 7- a Bélgica, sem nenhuma razão, manda embora o Núncio Apostólico, e a França se vangloria de mover perseguição contra todas as Ordens e Congregações Religiosas;
- 8- multiplicam-se os esforços para banir a Igreja do consórcio humano; não conseguindo isso, chega-se ao impossível para impedir a sua influência espiritual sobre as consciências e sobre os povos (CRONISTÓRIA, 1988, p. 60).

Nessa esteira, as irmãs também irão se movimentar a serviço da sua missão cristã e em favor da maior autoridade de sua instituição: o Papa. Porém, concentram mais suas forças na articulação de ações para o fortalecimento da sua missão segundo seu carisma salesiano, na persuasão e na conquista das almas femininas. De certa forma, entendem que assim apoiam a Igreja pelo ensino do catecismo e da religião, segundo exortação do padre salesiano Lemoyne, em 1882, realizada em conferência de formação para as irmãs (CRONISTÓRIA, 1988). É nesse contexto europeu e italiano, nas últimas décadas do século XIX, situados em um cenário de negação da Igreja Católica na educação, afirmação da liberdade de imprensa, disputas pela conversão das almas e autoafirmação do Estado liberal em termos civis e religiosos, que se propagava o medo de as moças abandonarem seus pais e sua casa para aderir a vida consagrada e religiosa.

Após expansão para a Europa, seguem em direção à América ainda no século XIX. Contudo, as Filhas de Maria Auxiliadora, ao longo da sua existência, mais precisamente a partir dos anos 1930, com as novas exigências educativas na formação profissional das operárias e da mulher trabalhadora, imbuídas da espiritualidade salesiana, reorientam seu projeto formativo: continuarão investindo fortemente em sua formação para se tornarem professoras do ensino elementar de suas próprias instituições, entretanto se aperfeiçoam na formação para o trabalho

oferecido nas instituições educativas do Brasil. Em relação às funções executadas no cotidiano da instituição, no período de 1881 a 1884 pós Madre Mazzarello, temos irmãs ecônomas, enfermeiras, assistente e professoras.

Esses desafios da formação das irmãs foram motivo de questionamentos no Capítulo Geral X e colaboraram para algumas mudanças nas instituições educativas salesianas femininas: “perguntadas se na falta de nosso pessoal, podemos contratar pessoas externas?”, respondeu-se que “nas primeiras vezes é possível aceitar, mas é indispensável, preparar a todo custo o nosso próprio pessoal” (CAPÍTULO GERAL X, 1934, p. 35). Havia preocupação com a inserção de pessoas externas nas obras, pois era dada grande importância à formação dos professores no espírito salesiano para assim alcançar a unidade na ação institucional, que poderia ser desencaminhada se essa preparação fosse desconsiderada no contato com as alunas.

Nos anos 30 do século XX, as irmãs apropriaram-se do lema e das bases que fundamentavam o princípio educativo da Congregação salesiana, criando formas de entendimento dessa educação e cuidando em pautá-la no contexto moderno do século XX. Essa estrutura do programa da escola de artes se aproxima do que foi implementado em Belém do Pará em termos de formação para o trabalho. As recomendações são para o estudo da cultura geral, constituída nos conteúdos básicos do nível escolar de formação seja do primário ou secundário; economia doméstica; formação profissional e educação religiosa. Esse novo programa de formação elaborado na Itália, origem da Congregação, orientava que as práticas educativas das Filhas de Maria Auxiliadora seriam constituídas no tripé formação intelectual, profissional e religiosa feminina. Abaixo, temos a estrutura do programa escolar das Filhas de Maria Auxiliadora no contexto italiano:

Figura 16 – Matérias de ensino.

MATERIE D'INSEGNAMENTO	CORSO COMPLETO			
	I. Biennio		II. Biennio	
	I	II	III	IV
Religione	2	2	2	2
Cultura generale	12	12	12	14
Economia domestica	2	2	2	2
Cultura professionale:				
<i>artistica</i> — disegno professionale ed elementi di storia dell'arte	4	4	5	5
<i>tecnica</i> :				
teoria ed esercitazioni didattiche	12	12	9	8
esercitazioni pratiche	14	14	16	15
Educazione fisica	2	2	2	2
	48	48	48	48

Fonte: Plano de Formação, 1934, p. 10.

Nos anos de 1930, portanto, havia um movimento inédito na valorização do ensino profissional no regulamento para as casas de educação da Congregação. Em anos anteriores,

por exemplo, no manual que regulamentava as casas salesianas em 1908, a conduta para o trabalho que as meninas deveriam desenvolver nas escolas salesianas femininas deveria ser

cada um pensa que o que não aprendeu na juventude dificilmente aprenderá depois; e que na filha a capacidade e o hábito de trabalhar é uma das qualidades que podem torná-la mais estimada e útil à família e à sociedade. É um dever para uma menina saber reparar, remendar, ordenar peças de vestuário próprias; portanto, a escolha das obras a serem executadas serão feitas pela professora, e não queiram atender a obras particulares de fantasia e de ornamento, antes de dominar os trabalhos mais necessários e adequados à sua condição. Certifique-se de ser fornecido a tempo de agulhas, dedal, tesoura, etc., e aguarde o trabalho em silêncio, com atenção e diligência (MANUAL FMA, 1908, p. 234).

Embora permaneça a ideia de que a capacidade e o hábito de trabalhar devem ser cultivados ainda na juventude feminina como um dever, essa conduta detalhada no Manual de 1908 – data em que a Congregação Filhas de Maria Auxiliadora fundou a Inspeção Santa Catarina de Sena, em São Paulo e ganhou autonomia na organização e administração das obras no Brasil⁷² –, é bem diferente da constituída no Plano de Formação de 1934, pois no primeiro é visível que a preocupação é dar prioridade para uma formação feminina inicial voltada apenas para o trabalho de reparos em vestuário e não uma costura especializada, o que possivelmente é sinal da conjuntura educacional feminina da época em que a formação da mulher trabalhadora ou operária ainda não teria sido alvo na política italiana.

Mediante isso, ao ser ajustada a condição da aluna, que é de natureza pobre e futura trabalhadora, atende-se a necessidade de uma formação para pequenos consertos. Inclusive, a Congregação observa que as obras trabalhadas serão escolhidas pela professora, e as meninas não deveriam se empenhar em atender obras particulares, como fantasias ou ornamento, pois a prioridade é que aprendam o que lhe fará ser útil na família e na sociedade: realizar os trabalhos de ajustes e reparos para reaproveitamento das roupas, possivelmente da comunidade da própria instituição educativa. Imaginamos que, possivelmente, ao aprender a costurar, as meninas despertariam para o processo criativo, já que foi observado no regulamento manterem inicialmente a disciplina na aprendizagem útil.

Por isso, o programa de 1934 é uma novidade: há uma nova forma de se fazer a formação para o trabalho e se constituir trabalhadora, sendo inclusive obrigatório no contexto italiano que o ingresso na escola salesiana feminina profissional seja realizado após a conclusão do ensino elementar, diferente do programa de 1908 que apresentava uma formação para o trabalho

⁷² Antes de 1908, a Visitadoria do Brasil pertencia ao Uruguai.

feminino menos elaborada e sem exigência de formação mínima. O programa de formação, elaborado em 1934 e reformado somente em 1953, foi construído a partir das decisões do Capítulo Geral de 1934, no qual recomendava a Superiora Geral, irmã Luisa Vaschetti, que

o Senhor vos deu muitos sinais de predileção, assistiu-vos de maneira extraordinária; o vosso Instituto, que já faz tanto bem, está destinado a fazer ainda mais, desde que procureis pôr em prática o que estabelecesteis. Só queremos uma coisa: a glória de Deus e o bem das almas; pode-se, portanto, ter certeza da assistência divina; adiante, portanto, em nome do Senhor! **O essencial é que você tenha uma ideia clara sobre o assunto: Escolas de Artes e Escolas Agrícolas.** Você já tem ambos; o que, então, você ainda quer? Aqui lhe foi dado, como **experimento**, um programa que é realmente bem feito e merece os maiores elogios; e você é informada: - Experimente! - **Após seis anos de implementação, você dirá quais adições, modificações, variações sua experiência recomendará;** por enquanto coloque simplesmente na prática. As escolas de artes, contempladas no programa acima, são de três tipos: **alfaiataria, linho e bordado, malharia.** Pode ser que nas várias Casas tenham outras em construção, e que outras ainda sejam instituídas no futuro. Pois bem, usando este programa, conforme as orientações, **prepare uma das especialidades que se realiza na sua Casa** e envie-a ao Conselheiro Geral responsável pelas Escolas Profissionais, **para que, se necessário, seja incluída numa edição subsequente.** Assim, pouco a pouco, vocês conseguirão **aumentar e aperfeiçoar os tipos desses cursos teórico-práticos,** tão apropriados em nossos dias e sobretudo, como tão bem diz o relatório, tão tipicamente salesianos (CAPÍTULO GERAL, 1934, p. 27-28, destaques nossos).

Assim, nesse Capítulo Geral⁷³, foi definido um novo programa de formação como forma de experimento para todas as casas de educação da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora, no qual suas meninas se formariam nas escolas de artes e escolas agrícolas, sendo esta uma experiência inovadora. No caso das escolas de artes, elas recebiam o ensino de alfaiataria, costura em linho, bordado e ainda malharia.

De característica teórico-prático, os cursos ofereciam um programa de formação organizada de forma flexível, estando aberto a readequações de acordo com a realidade local atendida pela Congregação. O tempo de implementação seria de seis anos, porém as irmãs de cada casa poderiam adicionar, modificar e desenvolver outras formações de acordo com suas experiências para, inclusive, servir como outras alternativas formativas no futuro, aumentando o número de cursos e aperfeiçoando-os. As experiências de formação poderiam recompor o programa, sendo orientado o envio dessas experiências ao Conselho Geral da Congregação para que pudessem tomar conhecimento e possivelmente ampliar as possibilidades de formação para diversas casas.

⁷³ O Capítulo Geral é um acontecimento em que as Filhas de Maria Auxiliadora e o Superior Geral Mor da Congregação Salesiana se reúnem para realizar reflexões, orações, estudos e propostas que possam orientar e redirecionar o trabalho desenvolvido nas comunidades salesianas. É o momento em que são atualizados os regulamentos gerais, acompanha-se as transformações sociais modernas e trata-se das bases e estruturas do trabalho desenvolvido pela congregação.

Outra questão fundamental que devemos frisar é que a década de 1934 na Itália, país de origem da Congregação feminina e espaço no qual foi gestado esse regulamento, vivia-se o contexto de governo ditador de Benito Mussolini, cuja alinhamento era fascista, intervindo nos diversos campos institucionais sociais e educativos, entre eles as escolas. Ao analisarmos profundamente o programa de formação da escola profissional feminina salesiana, encontramos o excerto abaixo, focado na Cultura Geral, no campo da história, definindo estes tópicos da formação profissional feminina a ser trabalhado no último ano:

Da revolução francesa aos dias atuais, com levantamentos de fatos relacionados a história da igreja; Desenvolvimento civil e econômico do estado em que tem sede da escola - As grandes descobertas que trouxeram o progresso da indústria e do comércio - As **invenções** que são de particular interesse para a atividade profissional **feminina**. (PLANO DE FORMAÇÃO, 1934, p. 61, destaques nossos).

Até então, nesse programa, percebemos preocupação com a formação feminina para o trabalho e um foco intenso na formação da cultura geral para o progresso da indústria, do comércio e da classe trabalhadora feminina. Mas o que de fato nos chamou atenção foi a nota de rodapé assinalada na palavra *feminina*, destacando a seguinte especificação do programa desenvolvido na Itália:

Na Itália - em aulas a serem feitas preferencialmente nas últimas semanas do ano letivo - será conveniente dar as alunas **noções de cultura fascista** isto é: **ordem do Estado Fascista**; sobre **Corporações**; suas principais instituições do Regime; sobre **os deveres** do cidadão e sobre as **leis relativas ao trabalho** (PLANO DE FORMAÇÃO, 1934, p. 61, destaques nossos).

Nessa direção, essas invenções, que são de particular interesse para a atividade feminina, são reveladas na nota de rodapé do Plano de Formação e fazem referências ao ensinamento sobre o regime fascista italiano de Mussolini que adentrou instituições salesianas femininas por meio dos programas oficiais de ensino e formação, sendo o momento vivido reflexo da escalada de governos autoritários que asumiram a Europa.

Submetida a esse regime, a Congregação não teve outra alternativa na Itália, senão inserir essa nota de rodapé sob pena de ter seus estabelecimentos de ensino fechados. Imaginamos que essa inserção pode ser uma transgressão ao regime fascista, praticada pelas Filhas de Maria Auxiliadora, pois, em um programa de 136 páginas, “deram” a Mussolini somente uma nota de rodapé.

4.2 O fascismo na educação feminina e sua relação com as encíclicas *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1934) nos educandários das Filhas de Maria Auxiliadora

A cultura fascista deveria ser ensinada, e o programa de formação feminina da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora, determinado aos estabelecimentos de ensino pelo governo de Mussolini, no contexto italiano, deveria estar articulado a quatro elementos basilares: a ordem estatal, as corporações, o dever cidadão e as leis de trabalho. Mas eles eram insipientes na indicação do que seria ensinado dentro desse universo para conformar o corpo e mente feminina. Nota-se que, embora fossem considerados necessários para a educação feminina, eram universais na constituição do estado totalitário. Para compreender a maneira como esses elementos seriam articulados no ensino feminino, procuramos pistas nos conteúdos que deveriam ser ministrados no programa de ensino e formação.

O estudo da cultura fascista, corporações, deveres e leis relativas ao trabalho, bem como direitos dos cidadãos, envolveram a organização de um estado nacional fascista italiano. O professor José Bahia Horta, em seu artigo *A educação na Itália fascista (1922-1945)*, ao discutir sobre o fascismo e a educação na Itália, constatou que, em janeiro de 1927, foi criada uma lei na Itália que permitia o fechamento de escolas e universidades que não estivessem orientadas de acordo com os princípios fascistas.

Horta (2009) afirma ainda que nos anos de 1935 houve uma intensa organização da educação nacional italiana para a militarização da escola, ou seja, nas escolas inferiores foi inserida a cultura militar; nas médias, inseriu-se também conhecimentos indispensáveis àqueles que eram considerados futuros oficiais; e para o público do ensino superior foram dados conhecimentos para que pudessem exercer funções de comando. Buscando saber um pouco mais sobre que aspectos que foram considerados no ensino da cultura fascista e seus desdobramentos nesse programa de formação da Congregação salesiana feminina, considerando as especificidades na Itália, encontramos ainda no Plano de Formação de 1934 uma matéria (disciplina) específica chamada *Elemento de Sociologia e de Cultura Fascista*. Nessa matéria, havia a seguinte orientação:

Avisos Gerais- Este ensinamento visa fazer as pessoas entenderem o espírito do qual nosso Senhor Jesus Cristo quis informar o trabalho e a atividade providente realizada pela Igreja e governos mais esclarecidos para melhorar as condições das classes trabalhadoras. Pressupõe, portanto, uma formação séria religiosa sendo considerada como um meio de defesa e penetração social, contanto que convicções fortes e saudáveis iniciativas só são possíveis com um princípio forte inculcado. Não se precisa de muitas ideias, mas estas devem ser claras e bem demonstradas: as alunas acostumaram-se a apoiar algum raciocínio breve e responder às objeções mais comuns. Que sejam elaborados breves relatórios sobre alguns tópicos fundamentais, considerando-os também como um exercício útil na correção e nas propriedades da linguagem (PLANO DE FORMAÇÃO, 1934, p. 62).

Para o IV- 1 hora semanal

-Conceito cristão de trabalho - Trabalho como meio de elevação espiritual - Reflexões da lei moral sobre a concepção do trabalho - Razões para a nobreza do trabalho - Como o trabalho é um dever individual, social, religioso.

-Trabalho e família - Importância do organismo familiar -A família atua como um estímulo no trabalho e como freio.

-O trabalho das mulheres - As consequências do trabalho feminino no organismo familiar e em todo o organismo social. -A atividade da dona de casa considerada como um trabalho de alto valor produtivo.

-O trabalho das crianças - Vastidão e gravidade do problema.

-Em defesa do trabalho - O sistema corporativo - Notas sobre a legislação trabalhista com particular atenção às disposições que protegem o trabalho de mulheres e crianças.

-Pensões e poupanças - Seguro social: razões da sua obrigatoriedade.

-Conhecimento, pelo menos sumário, da **Rerum Novarum e do Quadragesimo ano** (PLANO DE FORMAÇÃO, 1934, p. 63, destaques nossos).

No Plano de Formação de ensino fascista, destinado ao público feminino, temos a apropriação da figura religiosa de Jesus Cristo, agregada ao elemento do trabalho e associando esse princípio aos governos mais esclarecidos; ocorreu uma espécie de sequestro para dar novo valor e objetivo de uma formação religiosa como meio de penetrar e defender a sociedade trabalhadora constituída em um governo fascista. Sendo Jesus salvador e sabedor de todas as coisas, inclusive do espírito do trabalho, o Estado fascista e a Igreja autointitulam-se como mensageiros desses ensinamentos constituídos nas suas atividades preventivas por serem representantes oficiais de Jesus no contexto terreno.

O referido programa fala para meninas e jovens sobre a valorização da família, possivelmente como freio da degeneração e das consequências do trabalho feminino no lar. Essa representação é defendida pela Igreja Católica ao convencionar que a presença do ser feminino é indispensável no lar. Consequentemente, o trabalho feminino fora do lar gera a ausência da mulher, desestruturando-o e destruindo famílias que seriam úteis ao Estado.

Nesse programa, há indicadores de que, para constituir um trabalho cristão fascista, dever-se-ia inculcar nas mentes femininas que o trabalho significava a elevação do espírito a uma condição de nobreza, sendo entendido não como um direito, mas como um dever individual, social e religioso em nome do fortalecimento do Estado, da Igreja e de melhorias nas condições dos trabalhadores ao aderir ao sistema corporativo criado para lhes “proteger”. Porém, cada sexo possui o lugar de trabalho. À mulher, limitou-se a circulação o lar, sendo o trabalho doméstico destacado como de alto valor produtivo, mas que a concebeu para fins biológicos, religiosos e patrióticos, dedicando-se à constituição da família, preparando a criança para o fortalecimento de um Estado nacional e imbuindo-se de princípios da obediência cristã.

Dessa forma, a religião e o trabalho, bases da constituição milenar de uma sociedade, são sequestrados e envolvidos em um discurso nacionalista de união e defesa da Pátria, agregando a este a promessa de melhora da condição dos trabalhadores, encontrando nas

escolas, campo de formação humana, o ambiente favorável de penetração social. As orientações sobre como alcançar esse objetivo seguem afirmando uma prática a ser desenvolvida em pequenas ações, com elaboração de discurso entendível por todos, podendo ser utilizado, inclusive, no ensino da linguagem. No tocante à formação feminina para o trabalho configurado nesse regime totalitário, utilizou-se da religião e das igrejas cristãs como *instrumentam regni*, ou seja, ferramenta de dominação no campo das ideologias em que era destinado para as igrejas um papel prático e subordinado a esses regimes totalitários (BOBBIO, 1998).

O significado do trabalho feminino nesse documento, pensado em uma concepção cristã e fascista, na qual deveriam se pautar as escolas femininas salesianas, foi representado como um dever individual, social e religioso que possuía uma importância basilar na constituição da família italiana, em que o foco era fazer a juventude feminina entender que a atividade de dona de casa era de alto valor produtivo, ou seja, o trabalho doméstico feminino foi o campo de trabalho autorizado pelo fascismo italiano, no qual a mulher poderia se formar e trabalhar, depois de ingressar em uma instituição educativa dirigida e organizada pelas Filhas de Maria Auxiliadora na Itália.

Outra observação feita nas últimas linhas do Plano de Formação é o conhecimento, mesmo que de forma simples, da *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931). É necessário falar um pouco do conteúdo desses documentos, pois eles nortearam a ação da Igreja na Itália e no Brasil.

Os dois documentos são encíclicas que foram escritas pelo papa Leão XIII sobre a condição dos trabalhadores nas fábricas. O Pontífice romano fazia fortes críticas ao capitalismo liberal que explorava de toda forma o trabalhador, por isso o mote do discurso é a classe trabalhadora e seu apaziguamento na relação capital e trabalho. A *Rerum Novarum*⁷⁴ pede, de um lado, que seja exercitada a justiça social e econômica para com os trabalhadores e com os pobres desassistidos e desprotegidos; de outro, incentiva a conformidade dos trabalhadores e a busca pela humanização do capitalismo (PAPA LEÃO XIII, 1891).

Rerum Novarum é a reação conservadora da Igreja Católica, representada pelo papa Leão XIII, em resposta às lutas sociais dos operários ocorridas na Europa no século XIX devido às penosas condições de trabalho que marcaram o contexto de liberalismo econômico que se

⁷⁴ Esta encíclica, publicada em 15 de maio de 1891, abordava as questões mais delicadas do relacionamento entre empregado e patrão, como: o salário justo, o limite da jornada de trabalho, o trabalho insalubre, o trabalho da mulher e o da criança, assim como o trabalho escravo. O discurso presente no documento significou uma declaração de condenação vigorosa, de um lado, com relação à guerra e do colonialismo, de outro, em relação à manifestação do pacifismo e do humanismo inerentes aos valores cristãos; preconizava sobretudo um regime justo e humanitário de amparo ao trabalho salariado, com leis especiais que atendessem não somente às suas necessidades e seus direitos, mas também aos direitos e deveres dos trabalhadores.

desenvolvia às custas de exploração da miséria dos trabalhadores (FILHO; ALLAN, 2017). O comunismo é tratado na referida encíclica como princípio de empobrecimento e que a

teoria socialista da propriedade colectiva deve absolutamente repudiar-se como prejudicial àqueles membros a que se quer socorrer, contrária aos direitos naturais dos indivíduos, como desnaturando as funções do Estado e perturbando a tranquilidade pública. Fique, pois, bem assente que o primeiro fundamento a estabelecer por todos aqueles que querem sinceramente o bem do povo é a inviolabilidade da propriedade particular (Rerum Novarum, 1891, p. 7). [...]. E a Igreja [na questão social], efectivamente, que haure no Evangelho doutrinas capazes de pôr termo ao conflito ou ao menos de o suavizar, expurgando-o de tudo o que ele tenha de severo e áspero; a Igreja, que se não contenta em esclarecer o espírito de seus ensinos, mas também se esforça em regular, de harmonia com eles a vida e os costumes de cada um; a Igreja, que, por uma multidão de instituições eminentemente benéficas, tende a melhorar a sorte das classes pobres; a Igreja, que quer e deseja ardentemente que todas as classes empreguem em comum as suas luzes e as suas forças para dar à questão operária a melhor solução possível; a Igreja, enfim, que julga que as leis e a autoridade pública devem levar a esta solução, sem dúvida com medida e com prudência, a sua parte do consenso (PAPA LEÃO XIII, 1891, p. 8).

Na passagem acima, temos com clareza a condenação do comunismo que, na visão do Pontífice, pratica a usurpação da propriedade particular e a inviolabilidade do direito natural dos indivíduos com a perturbação social destes. Assim, temos a defesa da propriedade privada e a tentativa de pacificar a classe trabalhadora em se conformar ao ver a desigualdade social que sofria, naturalizando a ascensão dos patrões.

Os trabalhadores cristãos seriam ensinados a não aderir a luta de classes e a viver em concórdia na relação capital e trabalho sob o mandamento divino. Era a Igreja que efetivamente evangelizaria a classe trabalhadora na sua doutrina para pacificar ou suavizar o conflito entre patrões e empregados, exercitando a inteligência de seu ensino e com isso regulando a harmonia, os costumes, na chegada de um verdadeiro consenso entre trabalhadores e patrões.

Leão XIII ainda afirma que é o magistério da Igreja que, por excelência, dispõe dos instrumentos capazes de constituir o homem obediente diante das dificuldades na conservação da moral e ciente dos deveres impostos, dominando suas paixões, amando a Deus e ao próximo com caridade e de forma incondicional. Paralisa-se assim o homem e a mulher na mente, no coração e na ação⁷⁵. Nesse sentido, esses instrumentos são utilizados, segundo o Papa Leão XIII (1891, p. 12),

para tocar as almas, recebeu-os, para este fim, de Jesus Cristo, e trazem em si a eficácia duma virtude divina. São os únicos aptos para penetrar até às profundezas do coração humano, que são capazes de levar o homem a obedecer às imposições do dever, a

⁷⁵ A respeito do papel das corporações no Estado fascista, os autores Filho e Allan (2017) constataram a relação constituída entre as referidas cartas encíclicas, a doutrina social da Igreja, a regulação do trabalho no Brasil e o ideário corporativista. Para eles, o avanço da organização operária e de suas lutas por melhores condições de vida, seja por parte dos anarquistas ou de participações no parlamento por meio dos partidos socialistas, passa a preocupar os governos liberais e as elites econômicas que tinham a Igreja Católica como aliada.

dominar as suas paixões, a amar a Deus e ao seu próximo com uma caridade sem limites, a ultrapassar corajosamente todos os obstáculos que dificultam o seu caminho na estrada da virtude.

É nesse contexto que está localizada a elaboração da encíclica *Rerum Novarum*, não podendo ser entendida como espírito caridoso de um cristianismo imbuído de proteção aos trabalhadores e pobres, como dito no documento, porque foi pensada por uma instituição (Vaticano) que durante todo o século XIX permaneceu calada assistindo às condições degradantes de trabalho e vida das classes subalternas; vendo a situação na Inglaterra, por exemplo, onde os operários e os tecelões já lutavam por melhores condições de trabalho desde o início do século XIX, portanto, a encíclica, nesse momento, tinha o objetivo de estabelecer um freio nas revoluções sociais e na luta no campo do trabalho (FILHO; ALLAN, 2017; THOMPSON, 2002).

Nessa ótica, podemos compreender que as corporações no governo fascista italiano foram criadas para suprimir as lutas de classes entre trabalhadores e empregados por meio da criação dos sindicatos destinados a vinte e duas profissões, pretendendo aumentar a força de controle social nas relações trabalhistas. O ditador Mussolini articulou todas as ferramentas necessárias para coerção e formação das mentes de trabalhadores e trabalhadoras, crianças e jovens a partir do campo educativo.

No Brasil, no momento pós 30, ocorreu a estratégia política do governo Vargas: promoção da proteção do trabalhador, incentivando sua adesão ao pacto social que trocava o benefício social por obediência política, materializada na filiação aos sindicatos de modelo corporativista e tutelado pelo Estado, sendo a classe trabalhadora cooptada para perder sua autonomia, resultando em uma condição de submissão política e ausência de movimento próprio (GOMES, 2005). Para Vargas, os campos econômico e social estavam interligados pelo elemento trabalho, assim

as leis sociais do Estado Novo devem “amparar e beneficiar os trabalhadores”, cabe “assegurar-lhes a tranquilidade na invalidez e a de seus filhos na orfandade”. Cabe ao Estado “isentá-los do pagamento de impostos, providenciar” para que todos os domínios da sua vida privada, da casa à subsistência, do vestuário à educação dos filhos sejam cobertos pela “ação tutelar e previdente do Estado”, já que é natural, em todo lar organizado, o desejo de ver os filhos continuar os pais na sua trajetória de trabalho honesto, repetindo em todos os lares as alegrias simples da família (MONTES, 1981 apud MOLINA, 1997, p. 109).

A partir dos anos 1930, o presidente Getúlio Vargas manipulou as leis sociais do Estado Novo, tutelando a família e sua educação pelo uso de leis sociais, e, além dos sindicatos, criando várias instituições que incorporaram a sociedade com ministérios específicos para o comércio,

indústria, trabalho, educação e saúde (MOLINA, 1997). O I Congresso Brasileiro de Direito Social em 1941, por exemplo, comemorou o cinquentenário da encíclica *Rerum Novarum*.

Dito de outra forma, o conjunto de problemas sociais que envolviam a exploração do trabalhador, como miséria, fome, falta de acesso à saúde e à proteção, clamava pela necessidade de humanização do capital em relação ao empregador e seu empregado. Mais tarde, é a Ação Católica, corporação oficial da Igreja, que penetrará na sociedade por meio do apostolado leigo utilizando-se do campo família, trabalho e educação para disseminar o ideário católico conservador⁷⁶.

O I Congresso Brasileiro de Direito Social em São Paulo, ocorrido em 1941, foi organizado pelo Instituto de Direito Social, corporação criada em 1939 com a intenção de contribuir com a administração do Estado do ponto de vista católico. O Congresso teve como principal objetivo firmar e discutir os pontos basilares do Direito Social no Brasil, âmbito em que trabalho e educação tiveram espaço central, sendo este evento um marco político e acadêmico no que diz respeito à legislação social brasileira (SOBREIRA, 2014).

Esse cenário de ação dos micropoderes de Getúlio Vargas na vida cotidiana dos sujeitos brasileiros foi captado por Molina (1997, p. 103)⁷⁷ da seguinte forma:

Qualquer aproximação ao estudo da propaganda neste período detectará, necessariamente, o peso das instâncias micropolíticas atuando sobre o cotidiano dos indivíduos, e ao atuar dessa maneira, o poder dissemina-se pelo social para obter um controle de caráter muito mais persuasivo do que diretamente repressivo. As instâncias atingidas não ficaram circunscritas a determinados espaços sociais, por isso mesmo, dão acabamento à obra da máquina da propaganda, podendo os condutores dos micropoderes ir do mundo do trabalho à essência do cotidiano de cada um para intervir em suas expectativas e sonhos, reorientar seus projetos de vida, docilizar seus corpos e mentes, o que pode implicar, reversivamente, numa nova relação política com o trabalho e imprimir um novo sentido até mesmo nas relações entre as pessoas. Assim, a família, o lar e o reino da moralidade patriarcal são as linhas diretrizes de moldagem ideológica e público alvo da propaganda. Como não existe diferenciação entre comerciantes, empresários, operários e trabalhadores considerados dentro de uma unidade homogênea e harmônica, familiar e nacional, a veiculação do chefe de governo como figura patriarcal (portanto bom e justo) está presente não somente no cotidiano, mas nas cerimônias, senão as tradicionais (Semana da Pátria, Independência, Dia da Bandeira, e

⁷⁶ O padre jesuíta Roberto Sabóia discursou, apontando a relação entre a função do Estado pacificador e mediador das lutas de classes; chamou atenção para a importância da educação das massas e sua formação técnica profissional, contribuindo para construir uma democracia cristã que envolve a não violência, o espírito de solidariedade e a comunhão entre as classes patrões e trabalhadores (SOBREIRA, 2014). A aproximação entre o Estado, as corporações, os direitos sociais no campo do trabalho e educação e o atendimento à *Rerum Novarum* agiam em contribuição a política varguista.

⁷⁷ Para Molina (1997, p. 99), a doutrina do Estado Novo defende todo o poder necessário ao Estado, entendido como única instituição que pode garantir “a coesão nacional e de realizar o bem público, para além dos interesses reais, mas mesquinhos dos indivíduos e dos grupos”. Nesse ponto de vista, esses espaços sociais dos trabalhadores são tomados no objetivo de se refazer essas relações sociais com o chefe do governo, que de forma persuasiva e patriarcal, atingirá a educação, a religião, o trabalho de diversas formas, reorientando os projetos de vida da nação brasileira.

especialmente o Dia do Trabalho), principalmente nas “inventadas” (aniversário de Getúlio, Dia da Juventude, da Raça ...) A disseminação do rosto de Getúlio Vargas, personificando o Estado e o regime, era constante, seja através de fotos, cartazes, lemas, dísticos, moedas, selos, placas comemorativas, seja a intitular grandes instituições, provas esportivas e logradouros públicos.

Essas formas de propagar a imagem do bom chefe de Estado não foram disseminadas só pelas propagandas, mas adentraram inclusive as instituições educativas, espaço de formação entendido como difusor da cultura e do pensamento. Tal qual a propaganda arquitetada para adentrar o lar das famílias e circular desde o campo do trabalho até o cotidiano de brasileiros e brasileiras, intervindo nas suas perspectivas, as instituições educativas também foram espaços sociais condutores de micropoderes que, nesse contexto ideológico, atuaram reconfigurando os projetos de vida, docilizando corpos e mentes, levando a construir novas relações subalternas ao projeto de nação do Estado, influenciando substancialmente a educação feminina.

Magalhães (2007) afirma que as instituições educativas surgem com suas necessidades, objetivos e conveniências que se justificam em razão das características socioculturais e das projeções dos agentes, dos sujeitos, ou pautadas em um modelo ideológico e pedagógico. Em nosso caso, o projeto formativo da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora, baseado no espírito salesiano e cristão, pensado na Itália e repensado em Belém, carrega na sua substância uma representação desse poder, pois nele estão impressas maneiras de agir e formas de pensar construídas pelo poder simbólico, que é por excelência o poder de fazer grupos direcionado por grupos que após um longo processo de institucionalização estão aptos a produzir novos grupos e realizar operações práticas que poderão mudar as maneiras de fazer o mundo com palavras e compreendê-lo sob uma certa visão (BOURDIEU, 2004).

Planos de Formação e Regulamentos de Conduta foram enviados para todas as casas salesianas, na Europa e no Brasil, e documentam as formas de se fazer a educação feminina, que em cada contexto poderá refazer e constituir a relação entre escola, trabalho e educação feminina, conservando, é claro, o espírito salesiano fundamentado também sob o catolicismo romano, a partir da década de 1930, e serão implementados, cada um à sua maneira.

A formação para o trabalho é uma questão especial para as Filhas de Maria Auxiliadora na década de 30 do século XX, contudo, não conseguimos definir o grau de consciência que essas religiosas tinham sobre as implicações do trabalho desenvolvido por elas na emancipação econômica e social feminina em Belém. Ousamos dizer que as FMA trabalharam para criar formas de emancipação econômica da mulher e defenderam a formação feminina para o

trabalho⁷⁸. Nas fontes por nós consultadas, a partir da reforma de sua instituição educativa na década de 1930, passa longe a ideia de que a mulher não nasceu para trabalhar.

4.3 Fundação do Instituto Dom Bosco e as primeiras ações em solo belenense

A chegada a Belém das Filhas de Maria Auxiliadora a convite de Dom Antonio Lustosa situa-se no contexto político religioso de articulação de sua ação em um projeto civilizatório no contexto de neocristandade, voltado para a educação feminina em Belém do Pará dos anos 30. No primeiro momento, as irmãs organizam-se a fim de estabelecer as primeiras relações com a comunidade local belenense.

Na Crônica de abertura da casa, as irmãs lembram do quão especial é o ano de 1934: ano de canonização do fundador da obra, Dom Bosco, pelas mãos do papa Pio XI; o que as leva a refletir que a obra em Belém é “um embrião capaz de produzir nova vida, necessitando de expansão, foi confiado à reverenda Madre Constanza Itorti, em agosto de 1934, que recebeu também a designação de visitante da Inspeção do Norte do Brasil”. Disse a cronista ainda: “quem a vê assim tão pequena pode dizer: não é nada, desaparecerá. Porém, em vez disso pensemos que está diante de si mesmo um grande futuro em tal proporção que iniciar o oratório é apenas o começo das bênçãos que vêm do céu aos fundadores de bem” (CRÔNICA DA CASA, 1934, p. 2). Imbuídas de um sentimento de renovação, seja por conta do novo programa de formação, seja pela expansão, as irmãs mantêm a confiança de que a obra feminina vingará em Belém e começarão pelo Oratório festivo, atendendo a tradição salesiana na implementação de sua instituição educativa feminina.

Nessa mesma semana em que a casa estaria em festa por fundar uma obra em Belém, ocorreu um episódio trágico: foi registrado em uma Crônica a notícia de que “dois salesianos haviam sido mortos pelos índios Chavantes no Mato Grosso, dirigindo-se as irmãs em seguida, ao funeral em Belém que ocorreu na catedral da Sé”, revelando os conflitos entre indígenas e salesianos na missão religiosa de Mato Grosso e a presença de salesianos do Pará nessa obra missionária (CRÔNICA DA CASA, 1934).

Isso se explica, talvez, por que no ano anterior, 1933, o arcebispo salesiano Dom Lustosa havia entregado aos salesianos o Seminário de Nossa Senhora da Conceição, assumindo um

⁷⁸ As Filhas de Maria Auxiliadora estão situadas em um campo educativo de socialização em que elas decidem como fazer a formação feminina dentro das suas possibilidades e conscientes das demandas econômicas e educativas de sua região. Portanto, entendemos essa forma de decisão como estratégica, em que “O bom jogador, que é de algum modo o jogo feito homem, faz a todo instante o que deve ser feito, o que o jogo demanda e exige”. Nessa perspectiva, a forma de fazer a educação feminina “supõe uma invenção permanente, indispensável para se adaptar às situações indefinidamente variadas, nunca perfeitamente idênticas. O que não garante a obediência mecânica à regra explícita, codificada (quando ela existe)” (BOURDIEU, 2004, p. 81).

contrato de 20 anos, ganhando prestígio políticos e religiosos na sociedade paraense, pois incentivara a formação sacerdotal dos jovens e prestara grande benefício para o povo católico que, a partir daquela data, podia contar com a colaboração dos salesianos e dos jovens que ali seriam formados (MENDES, 2006). Esses jovens possivelmente também fariam parte das missões religiosas salesianas masculinas.

A princípio, as FMA instalaram-se na capital do Pará em uma casa na rua Conselheiro Furtado, número 66. Como se desejava iniciar a obra em 1935, elas permaneceram nesse lugar provisoriamente. Na Crônica de abertura da casa, em dezembro de 1934, temos a descrição dos cômodos dessa primeira morada. A casa tinha 8 quartos, uma sala grande, cozinha, corredor, um pátio e um pomar ao ar livre. Toda a casa havia sido recentemente pintada e reformada (CRÔNICA DA CASA, 1934).

O ambiente preparado pelas irmãs favorecia as primeiras práticas de educação, principalmente pelo espaço aberto para a pedagogia do pátio, morada para pensionistas, espaço para salas de trabalhos e para as aulas. Havia aí um ambiente preparado para as primeiras ações das Filhas de Maria Auxiliadora em Belém.

O Oratório feminino é um espaço feito para a juventude. Segundo o pensamento de Dom Bosco, “o Oratório é apresentado como o primeiro veículo pelo qual se realiza a vocação a serviço dos jovens”, descrito como “uma instituição abrangente e versátil, desenhada para os jovens, com uma mescla atrativa de “devoções, jogos e excursões” (LENTI, 2012, p. 113). A Madre Superiora Luisa Vaschetti orientava sobre a importância da formação religiosa e do ensino religioso; especialmente a alunas, oratorianas e ex-alunas, adverte sobre as finalidades cristãs da obra salesiana:

Parece-me que ele também nos diz que devemos aproveitar todas as oportunidades para fazer o ensinamento religioso penetrar nas meninas, para chamá-las de volta à prática da vida cristã. Se tivéssemos a capacidade de imprimir na mente e sobretudo no coração das nossas alunas, oratorianas, ex-alunas o verdadeiro sentido cristão da vida, das verdadeiras convicções religiosas, de modo a formar a regra prática de sua conduta! Para conseguir isso, eu disse a vocês, boas Irmãs, que devemos aproveitar todas as oportunidades, mesmo fora da escola: conversas, instruções, boa noite, de bons pensamentos todos os domingos nos oratorianos, do chamado que nosso Santo Fundador sugere que façamos na vigília de uma novena ou de uma festa (CARTA CIRCULAR, Nº 220, 1939).

A recompensa do trabalho das irmãs era tornar suas alunas, ex-alunas e oratorianas apóstolas de Cristo, e para isso o Oratório exercia o poder de regenerá-las nas práticas da vida cristã. A irmã orienta que, para além da escola, todos os momentos com as alunas e oratorianas pode ser usado: festas, novenas, conversas, instruções, saudações e oratórios. Para além dessa

função religiosa, essa atratividade contribuiu para retirar meninas e jovens das ruas e constituir um sentimento cristão de prevenção dos perigos da prostituição e dos vícios que violam a moralidade cristã. As práticas do Oratório, nesse período histórico, exerceram o poder de reformar consciências na intenção de constituir uma civilidade cristã.

Na visão de Dom Bosco, “viver para os jovens” inclui não só estar disponível para eles e oferecer-lhes o que é importante na vida”, mas também “satisfazer suas necessidades de distrações e diversões agradáveis no pátio”. O Oratório, portanto, é “catecismo”, mas é também “pátio” (LENTI, 2012, p. 118). A casa anexa ao Oratório, segundo Dom Bosco, é refúgio, morada e instrumento educativo (LENTI, 2012). Nesses espaços, casa e oratório, desenvolvem-se práticas educativas constituídas nos saberes religiosos, nas formas de se fazer o lazer, de se relacionarem uns com os outros e nas formas de assumir seus papéis sociais femininos na sociedade que se constituem no cotidiano.

As formas como foi experienciado esse cotidiano educativo feminino, forjado pela Congregação Filhas de Maria Auxiliadora, nos revelam, segundo Certeau (1998, p. 109-110), os “procedimentos” do “fazer” educativo materializados nos documentos da instituição educativa religiosa que nos aproximam do que foi “adquirido”, “fabricado”, “operado” em seu no cotidiano, destacando os caminhos desse trabalho que é coletivo, “seus laços de pertença” religiosos, mostrando as “condições” e “regras” de sua produção e destacando as “relações de onde nasce”, “o modo de geração” ou o que as produz. E, ainda, segundo Magalhães (2007), que destinos foram dados às mulheres que por lá circularam.

As primeiras Filhas de Maria Auxiliadora que chegaram a Belém foram enviadas pela Madre Constanza Storti, diretamente da casa de Baturité-CE; são elas: irmã Glória Maia, natural do Brasil, e Irmã Gilard, recentemente vinda da Itália e natural desse país (CRÔNICA, 1934). Já na chegada das irmãs, evidencia-se a conjuntura ideal dos anos pós revolução de 1930 para desenvolver uma formação feminina para o trabalho no governo do presidente Getúlio Vargas, pois as relação entre a Igreja e o Estado é ressaltada neste trecho da crônica de abertura da casa:

Papa Pio XI; O Arcebispo do Pará era sua Excelência Dom Antônio de Almeida Lustosa; O Superior dos Salesianos Reverendíssimo Senhor Pietro Ricaldone; A Superiora das Salesianas Reverendíssima Madre Luisa Vascheti; O presidente do Brasil Excelentíssimo Doutor Getúlio Vargas e o governador do Pará ilustríssimo Senhor Major Joaquim Magalhães Barata (CRÔNICA DA CASA, 1934, p. 1).

No dia 22 de dezembro, as irmãs prepararam o altar com algumas flores, que foram mimos trocados em um primeiro contato com uma mãezinha e algumas meninas e jovens, representando uma percepção carinhosa pela comunidade: “nosso pai sorri para seus queridos,

os filhos do povo e a casa ecoa alegria” (CRÔNICA DA CASA, 1934, p. 8). Mesmo diante de uma grande distância da Itália ou do Ceará, essas irmãs deslocaram-se de seus lugares de origem para atuar em especial no campo da educação feminina, o que motiva esta reflexão:

do céu abençoe esta casinha, que pelos seus humildes princípios pode ser comparada ao Oratório São Francisco de Sales em Valdoco. Quem a vê assim tão pequena pode dizer: não é nada, desaparecerá; em vez disso, está diante de si mesmo um grande futuro em tal proporção pode ser iniciado com o oratório, porque a benção especial do céu acompanha sempre a fundação de obras de bem. Junto a nós temos duas benfeitoras Alcinda A. e Ruth. As senhoras aceitam o café da manhã; sabem se adaptar bem à pobreza do lugar. A Madre inspetora decide que esta casa se chamará Instituto Dom Bosco (CRÔNICA DA CASA, 1934, p. 3).

As Filhas de Maria Auxiliadora estabeleceram-se em Belém imbuídas de um propósito a ser alcançado a longo prazo, já cientes do futuro que almejavam, ao rememorar os princípios de Valdoco (primeiro Oratório), que, embora fosse humilde, expandiu-se após dedicado empenho da Congregação. Nesse momento, a casa salesiana foi nomeada de “Instituto Dom Bosco”, tendo como primeiras benfeitoras duas mulheres: as senhoras Alcinda A. e Ruth, que presenciaram as primeiras exortações de benção para a casinha durante o café da manhã.

As primeiras meninas começam a chegar em 27 de dezembro de 1934, inicialmente para ter aulas de catecismo ministrada pela irmã Glória Maia; de 7 meninas, 5 são preparadas. A partir de 13 de janeiro de 1935, os reverendos salesianos iniciaram os dias dos serviços religiosos que ficaram organizados na capela assim: “Terça, Quinta, Sábado e Domingo ocorreria a Santa Missa e Segunda, Quarta, e Sexta-feira realizava-se a comunhão” (CRÔNICA DA CASA, 1935, p. 7). Nessa perspectiva, as irmãs trataram de organizar e providenciar os momentos para arquitetar tantos os saberes religiosos, que eram de sua responsabilidade, como os sacramentos, que eram responsabilidade dos salesianos (Congregação masculina) por serem somente eles autorizados pela Igreja para rezarem a missa e ministrar os sacramentos.

Dia 18 de Janeiro chega as 17h a adoradíssima Madre inspetora acompanhada de irmã Maria de Lourdes Marques para nossa comunidade. A irmã Glória Maia acompanhada de uma cooperadora foi recebê-la no porto. Em casa foi recebida com as demais irmãs, alguns benfeitores, e um grupinho de meninas do catecismo que deram a Madre algumas palavras de boas-vindas (CRÔNICA DA CASA, 1935, p. 8).

A Madre Inspetora, Constanza Storti, chegou ao porto de Belém no navio Itaimbé e foi recebida com grande carinho, e logo percebeu que as irmãs já haviam conquistado para a obra alguns benfeitores e meninas do catecismo, o que certamente agradou a Madre, que chegava a fim de participar da inauguração do “Instituto Dom Bosco” que ocorreria ainda no mês de

janeiro, conforme foi registrado no dia 19 de janeiro: “todas estavam muito ocupadas com os preparativos da inauguração da casa” (CRÔNICA DA CASA, 1935, p. 8).

No dia 20 de janeiro de 1935, as irmãs inauguraram a casa com uma missa na primeira hora, às 6h30. O Arcebispo de Belém, Dom Antonio de Almeida Lustosa, celebrou “uma missa especial”. “Todos os convidados participaram em grande número, ocuparam a capela, o salão e a sala de entrada. Se faziam presentes representantes de toda as famílias religiosas da cidade, diversos sacerdotes, e benfeitores da obra” (CRÔNICA DA CASA, 1935, p. 9). E dizia a homilia de Dom Lustosa sobre o primeiro milagre de Jesus:

Muito me impressiona o ato de transformar água, em vinho, mas muito maior é o ato da conversão de uma alma. E quero dizer o que com isto? Quero dizer que nesta casa, minúscula, será grande com o tempo, e com a proteção de Auxiliadora e São João Bosco se cumpram muitos e muitos milagres de conversão. Esta é a graça maior que pedimos ao senhor, este é o grandioso desejo de Dom Bosco. Durante a missa a senhora M. Lourdes MacDowel com a sua “Schola Cantorum” cantaram diversos louvores de adoração em latim. Graças a generosidade dos benfeitores pudemos oferecer as oratorianas chocolate e doce (CRÔNICA DA CASA, 1935, p. 9).

A inauguração do Instituto Dom Bosco foi um sucesso, contando inclusive com a presença de pessoas da família MacDowel na pessoa da senhora M. Lourdes MacDowel e sua escola de canto; possivelmente era uma das famílias religiosas de Belém que participou do evento, merecendo seu registro no momento de adoração. Mas o momento de destaque foi a homilia do Arcebispo, pois a maior intenção da obra era a conversão de fiéis.

O evento foi notícia em vários jornais. Um deles transcreveu um artigo escrito por Helena Coelho Souza⁷⁹, no dia 4 de fevereiro de 1935, narrando que “mês passado havia inaugurado em Belém o ‘Instituto Dom Bosco’, uma bela missa foi rezada naquele dia pelo Arcebispo Dom Lustosa na pequena capela, com inúmeras pessoas presentes, entre elas religiosos e autoridades da cidade”. A articulista registrou a crença de Dom Lustosa e o seu anseio de “que o futuro desta casa, antes de qualquer grandeza material, fosse um viveiro de santidade; luz das almas e atração dos corações”. A autora acrescentou que “o coro das Noelistas soava com grande harmonia e ao final da função religiosa tão cheia de fé, esperança e união de corações, todos confraternizaram cordialmente parabenizando a obra iniciada” (CRÔNICA DA CASA, 1935, p. 10).

⁷⁹ Mulher interessada por obras religiosas e que circulou no Instituto Dom Bosco de Belém; era jornalista e professora de piano em Belém, além de líder católica; também fazia parte do Núcleo Paraense pelo Progresso Feminino, instalado em 1931, em Belém do Pará, e vinculado à organização nacional liderada por Berta Lutz (ÁLVARES, 2011 apud CORRÊA, 2017). Ter ao lado uma figura feminina da imprensa, líder católica e membro do Núcleo Paraense pelo Progresso Feminino era uma boa oportunidade para dar visibilidade à obra feminina salesiana de Belém.

A articulista, que provavelmente esteve presente no referido evento pela riqueza de detalhes no artigo, finalizou seu texto afirmando que a “obra da Congregação ganhou a simpatia da família paraense com o fim altamente social a que se destina recebendo jovens que pela circunstância da vida deixam sua casa e encontram uma íntima família constituída pelas Salesianas na capital paraense” (CRÔNICA DA CASA, 1935, p. 10). Em tom de apoio e reconhecimento do seu valor, a jornalista anunciou à capital belenense que a obra das salesianas não era só lugar de morada para a juventude feminina, mas um espaço de extensão de sua família, mesmo estando longe de casa.

Esse movimento feminino manteve destaque até 1936, quando a direção política mudou com o Estado Novo e as mulheres foram arregimentadas enquanto eleitorado, vinculado aos partidos políticos locais e nacionais, que deram a elas nova função constitucional, configurando-se condições para um novo movimento no cenário político paraense: o movimento feminino baratista, que se estabeleceu no governo de Magalhães Barata e contou com a adesão e apoio de diversas figuras femininas, como Ester Nunes Bibas, professora, escritora e poetisa paraense (CORRÊA, 2017).

Nesse ínterim, iniciava-se o Oratório festivo feminino e as aulas de catecismo no Instituto Dom Bosco: “à tarde iniciamos o oratório, eram 32 crianças, quase todas participaram das aulas de catecismo. Apesar da chuva, elas deixaram o oratório com entusiasmo, desejando voltar e levar outras meninas” (CRÔNICA DA CASA, 1935, p. 12). O trabalho junto às crianças do Oratório festivo foi organizado intencionalmente para que estas desejassem voltar e trazer consigo outras mais.

Sobre os benfeitores, encontramos alguns elementos que podem sinalizar desde a inauguração da obra a circulação da elite local na instituição, como no caso o uso do telefone, meio de comunicação que à época era de difícil acesso para a camada popular. O uso desse meio de comunicação⁸⁰ foi possibilitado devido à doação de uma grande benfeitora, como bem registra a cronista: “hoje inauguramos o telefone a custo de dona Orsolina Lobatto nossa grande benfeitora” (CRÔNICA DA CASA, 1935, p. 12).

Paulatinamente, chegaram mais algumas irmãs a Belém: “a Madre inspetora [Constanza Itorti] telegrafou que a irmã Dária Uboldi e irmã Carolina Spezia ficariam em solo paraense. A irmã Maria A. Lopes e irmã Luisinha Pasi seguiram para Manaus”. “Depois de muito trabalho

⁸⁰ Ter um telefone facilitaria a comunicação com outras regiões para tratar de assuntos da congregação, e só alguém com bons recursos financeiros poderia tê-lo. Porém, pelos registros das Crônicas, percebemos que as irmãs ainda se comunicavam bastante por telegrama, provavelmente pelo número limitado de aparelhos no âmbito social, pelo custo da ligação e por se movimentarem bastante viajando, por isso seria mais fácil telegrafar do que falar ao telefone.

das autoridades e da alfândega portuária, finalmente foi liberada a bagagem que mandaram de São Paulo: baús, piano-forte, harmônio, fogão. Tudo era pra ter chegado mês passado junto com a cama” (CRÔNICA DA CASA, 1935, p. 15).

O desafio enfrentado pela Congregação foi o deslocamento de um Estado para outro, e devido à mudança se carrega os instrumentos musicais, como piano-forte e harmônio, cama e até fogão. Tudo indica que o piano-forte e o harmônio poderiam pertencer à irmã Daria Uboldi, que, além de diretora, foi à época professora de música no Instituto Dom Bosco de Belém.

Os dias posteriores trouxeram inquietação às irmãs. A cronista relata o início da obra por meio de uma reflexão sobre as finalidades do Oratório e a realidade que enfrentavam no início da obra em Belém.

continuamos a fazer o oratório pela manhã e depois do almoço. Pela manhã 50 presentes. Fizemos a primeira passeata pela cidade. Fomos até o jardim público para recreação. Involuntariamente a nossa mente foi para longe. O oratório ambulante de São João Bosco existia com uma finalidade diferente. Faltava a Dom Bosco um pátio e não faltavam meninas... nas ruas e nas janelas são tantas! com a ação de hoje e com a oração esperamos o aumento constante de nosso incipiente oratório (CRÔNICA DA CASA, 1935, p. 16).

A passeata era prática educativa própria do *hábitus* salesiano; era com ela que se experimentava os contatos iniciais com as meninas. Dom Bosco, sem lugar certo no início de seu Oratório, praticava a forma de oratório ambulante⁸¹, ou seja, não havia lugar fixo, onde estivesse se reunia com seus oratorianos, realizava as atividades religiosas e depois a recreação. No caso de Belém, as irmãs circulavam pela cidade por meio do passeio ao jardim público (possivelmente, o Bosque Rodrigues Alves); além de recrear com as meninas, reapropriam-se desse espaço e se utilizam dele com a intenção de atingir visibilidade da obra do Oratório, recém-chegada a Belém, já que nas ruas e nas janelas via-se muitas meninas, e um jardim público seria um excelente lugar para encontrar crianças e família belenenses.

Nessa perspectiva, circulando entre os espaços da Catedral, Praça da República, Basílica de Nazaré, Igreja de Santo Alexandre e Bosque Rodrigues Alves, bem como abrindo o Oratório nos dias de domingo o dia inteiro e em dias festivos, as Filhas de Maria Auxiliadora sempre se lamentavam ao término da ação no Oratório, mas mantinham a esperança de que “com a ação de hoje e com a oração esperamos o aumento constante de nosso incipiente oratório” (CRÔNICA DA CASA, 1935, p. 16).

⁸¹ Artur Lenti, em *Memórias do oratório*, indica que entre 1844-1846, enquanto está empregado com a marquesa Barolo, Dom Bosco cuida do Oratório ambulante de São Francisco de Sales e o localiza no telheiro Pinardi.

O horário e a forma de funcionamento do Oratório festivo feminino do Instituto Dom Bosco foram definidos assim: em dias de domingos com entrada “às 13h até às 15h catecismo; às 15:30 benção do sagrado coração e recitação da terceira parte do santo Rosário, depois recreação e finalização com a boa morte ministrada pela senhora Diretora as 17:30. Depois voltam para casa” (CRÔNICA DA CASA, 1936, p. 57).

Para admissão no Oratório, dever-se-ia dar preferência àquelas meninas mais abandonadas, de acordo com a orientação de Madre Luisa Vaschetti:

Pois bem, boas Irmãs, cremos que o Oratório se destina pelo menos, todos os domingos do ano e feriados; com vontade determinada faça todo o bem possível as oratorianas, preferindo sempre a mais abandonada. Se apenas uma vez que uma menina entrar no Oratório for bem tratada, volta com boa impressão, e isto já é o suficiente para a graça de Deus despertar o bom pensamento no momento do perigo (CARTA CIRCULAR Nº 175, 1934).

O Oratório não foi pensado somente para promover diversões cristãs e catecismo. Analisando outros documentos da Congregação, como as Cronistórias que tratam de suas origens, identificamos que o Oratório também era sementeira de vocações religiosas, berço para construção do sentimento salesiano. Percebemos isso quando as irmãs relatam sobre as admissões feitas a Congregação: “devem saber que tínhamos umas quarenta de nossas queridas oratorianas já preparadas para ser Filhas de Maria, e esperavam ser admitidas na festa da Imaculada” (CRONISTÓRIA, 1988, p. 83); “Madre Martini da boas notícias das casas: é bom o espírito religioso e salesiano, cresce o número de alunas e oratorianas, entre as quais vai aumentando o espírito de piedade, com a inscrição entre as Filhas de Maria” (CRONISTÓRIA, 1988, p. 149).

Entendemos na leitura da Cronistória que ser “Filhas de Maria” possibilitava uma experiência de admissão anterior à postulante em que as irmãs observam se haveria vocação religiosa. Ademais, havia uma grande expectativa na arregimentação de oratorianas e meninas internas para prolongar a existência da Congregação salesiana feminina.

No que tange à formação das oratorianas, era promovida pelas irmãs no cotidiano do contato educativo, tanto de forma interna, como externa, em diversos espaços e com diversas finalidades que contribuía de variadas formas para o fortalecimento da obra salesiana. São as lembranças do que é vivido que marcam os corpos e constroem um espírito de um bairro da comunidade salesiana, ligando-os a este lugar (CERTÉAU, 1998). Ensinava-se, portanto, a como viver e conviver em um espaço urbano em meio à elementos modernos e cristãos.

As práticas do lazer entre as irmãs envolviam diversas formas de passear e sempre acrescentavam a estas uma novidade. Certa vez, em um domingo, as oratorianas lancharam um

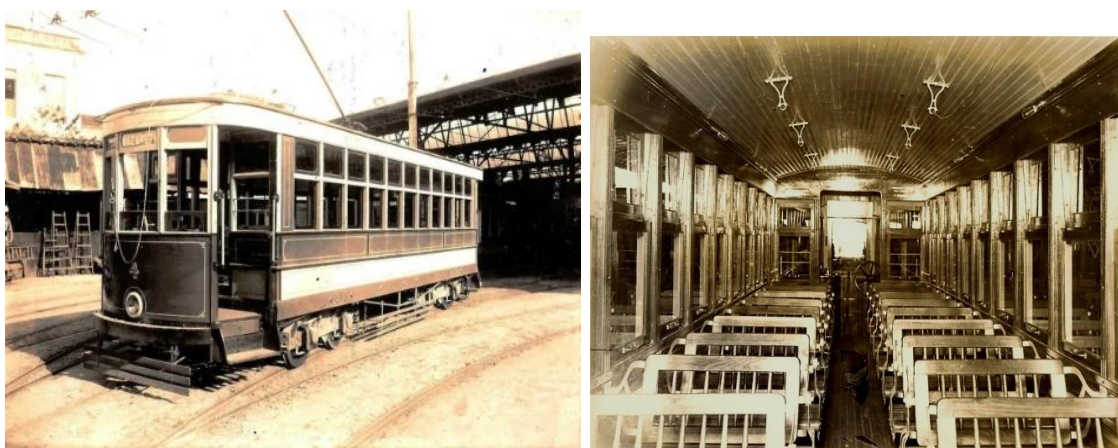
pão doce, doado pelo dono da Fábrica Palmeiras, e depois, junto com as irmãs, “foram muito contentes apanhar o bonde elétrico transportadas gratuitamente até a catedral para assistir como tantas outras crianças da cidade, a missa celebrada especialmente para homenagear Dom Bosco, Patrono da infância de Belém. Retornamos de bonde” (CRÔNICA DA CASA, 1936, p. 65). Um evento dessa magnitude tem a função de constituir laços afetivos religiosos, marcar o santo Dom Bosco na memória da infância e da comunidade belenense, aproximar crianças e comunidade das funções religiosas e proporcionar um agradável passeio de bonde gratuito.

As irmãs souberam que a Prefeitura oferecia passe livre no transporte do bonde⁸² às instituições religiosas de Belém; foram logo falar com a esposa do prefeito, Alcindo Cabela, sobre um pedido de isenção para transportá-las ainda em 1935:

Isenção - Há dias foi pedida à senhora Carcella, a ilustre esposa do prefeito desta cidade, a isenção do pagamento do bonde, como é costume das freiras daqui. ela mesma, hoje trouxe a resposta favorável, e liberou o cartão de autorização desta forma: para irmãs e acompanhantes. ela está muito interessada nas necessidades da casa, pelas obras que tem que realizar e garantiu ajudar em tudo (CRÔNICA DA CASA, 1935, p. 34).

Além de rezar, certamente, andar de bonde era um passeio divertido nessa época. A figura 17 apresenta vista frontal e interior de um bonde elétrico de 8 rodas produzido em Belém.

Figura 17– Bondes da empresa Pará Electric.



Fonte: Álbum da Companhia Pará Electric, 1933-1934.

Ao voltar dessa função, à tarde, as irmãs organizaram uma “loteria grátis para os oratorianos com pequenos prêmios”. Esse horário estava determinado para as funções do

⁸² Os bondes elétricos eram a novidade da vida moderna. A companhia paraense de viação geral foi fundada em outubro de 1937, mas, anteriormente, já havia bondes elétricos, como os da figura 17, realizando o transporte na cidade. Recorrer à esposa do prefeito, a fim de conseguir um benefício para a obra salesiana, era uma tática para fortalecer a representação da esposa do prefeito como benemérita das causas sociais e religiosas, estando ela muito interessada em conceder o passe livre para transportar as irmãs e as oratorianas e irmãs.

Oratório, e a loteria foi utilizada como jogo para diversão e sorteio de prêmios entre as oratorianas, já que pela manhã tinham feito as funções religiosas. Após finalizarem os trabalhos, “duas irmãs e uma pensionista foram ao entretenimento do Teatro dos salesianos” (CRÔNICA DA CASA, 1936, p. 66). Nesse período, ir ao teatro salesiano seria uma prática de divertimento honesto para irmãs religiosas, que sendo adeptas do gosto pelo teatro, poderiam frequentá-lo com tranquilidade na cidade.

A circulação para além do ambiente institucional promovia contatos externos com o universo cultural urbano; o ato de andar pelas ruas da cidade proporcionava uma interação entre os sujeitos da Congregação e o espaço urbano que é necessário, pois circulando demarcava-se a presença e existência da Congregação e os agentes educativos. A identidade cultural se reconfigurava na medida em que os espaços do lazer e da oração eram ampliados para além dos espaços privados das instituições educativas.

Da mesma forma que certamente a família belenense buscava os espaços das ruas para circular nas praças e jardins públicos, para as Filhas de Maria Auxiliadora, presença constante junto as oratorianas onde quer que fossem, “o espaço é um lugar praticado. Assim, a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres” (CERTEAU, 1998, p. 202).

O espaço urbano é lugar visitado pelas FMA, pois elas organizavam-se e apropriavam-se desses espaços públicos, como praças e parques, legitimando-os como espaços cristãos, a fim de usufruir deles como prática do lazer gratuito apropriado para sua comunidade religiosa, incentivando o gosto, por exemplo, de passeios ao ar livre, ou ainda através dos transportes modernos, como os bondes elétricos. Essas táticas de lazer possibilitaram a circulação para além dos muros da instituição e a constituição de novos hábitos e de novas maneiras de fazer suas sociabilidades.

A circulação fora da instituição foi uma prática adotada pelas Filhas de Maria Auxiliadora, sendo o ato de circular uma representação do lazer, do espaço percorrido para resolução de diligências institucionais, espaço para exercício da fé e lugar de sociabilidade. Havia, por assim dizer, uma nova forma de se introduzir nos espaços públicos, afinal as meninas também estavam nas ruas, nas janelas de suas casas, por isso era necessário se mostrar a elas. Essa circulação ocorria também nos eventos promovidos por outras religiosas, como o que “duas irmãs participaram da inauguração do ambulatório das irmãs vicentinas” (CRÔNICA DA CASA, 1936, p. 72). A própria comunidade religiosa feminina promovia seus eventos e possibilitava a circulação destas para além dos espaços institucionais, fortalecendo sua rede de sociabilidades.

No campo da moradia, identificamos que a primeira pensionista foi recebida no Instituto Dom Bosco no dia 1º de março de 1935. Um dia depois, ocorreu a “data do carnaval e no oratório como surpresa distribuimos doces” (CRÔNICA DA CASA, 1935, p. 17). Nesse período, também, iniciou-se o Pensionato Feminino, porém a prática do pensionato, a princípio, não foi tão promissora, pois pelo pouco número de pensionistas “dá ainda mais vontade de mudar de residência, porque em outro lugar poderíamos fazer alguns trabalhos que aqui não são permitidos” (CRÔNICA DA CASA, 1935, p. 48).

No Estatuto do Instituto Dom Bosco de 1941, as pensionistas eram admitidas sob condições de estudantes ou funcionárias públicas a pagamento. Diante disso, ocupar outra residência em um lugar de maior espaço e movimento, ou bairro próximo de escolas e instituições, possibilitaria o envolvimento de mais pensionistas e recursos para obra, já que havia a possibilidade de pagamento e melhor inserção das pensionistas nas práticas religiosas do Instituto⁸³.

Além das práticas religiosas, eram frequentes na casa das Filhas de Maria Auxiliadora a realização de festas para receber inspetoras, benfeitores, oratorianas e autoridades religiosas; embora de forma simples, não lhes faltava alegria. Nessa direção, certo dia, após as funções religiosas, organizaram uma “bela surpresa no carnaval”; além de doces, realizaram a “distribuição de prêmios graças a uma generosidade de várias madrinhas na presença de nossa inspetora geral que veio a Belém. Irmã Dária fotografou as oratorianas em diversos grupos” (CRÔNICA DA CASA, 1935, p. 17). As madrinhas são figuras importantes que possibilitaram a prática da premiação no Oratório, também própria do costume salesiano.

O uso de doces como fator surpresa e premiação a oratorianas incentiva a permanência das crianças, pois ganhavam algo que gerava sensação de alegria. São práticas que condicionam a presença do sujeito ao lugar e favorecem as boas memórias afetivas. No dia de Oratório festivo, as irmãs sempre encontravam algo para mimar suas alunas, como certa vez em que “a Madre inspetora veio saudar as oratorianas e distribuiu frutas entre elas doadas por uma benfeitora” (CRÔNICA DA CASA, 1935, p. 67). A realização do Oratório em dias como o Carnaval, momento representado como dia festivo, possibilitava as crianças viverem

⁸³ Entre 1935 até meados de 1937, foi registrado o número de inscitos na obra de forma irregular e o número de aulas particulares, a exemplo, menciona a cronista, que ao fim de outubro de 1935 registrou-se “o aumento para 304 alunos de pintura” (CRÔNICA DA CASA, 1935, p. 48); inscrições de até 5 pensionistas (CRÔNICA DA CASA, 1935, p. 30); em janeiro de 1937, cita-se a “premiação de 300 oratorianas” (CRÔNICA DA CASA, 1937, p. 97); em abril de 1937, menciona-se “um total de 150 jovens da escola noturna que fizeram comunhão pascal” (CRÔNICA DA CASA, 1937, p. 114). No que tange ao movimento de inscrição na escola elementar e do jardim de infância, registrou-se um “aumento para 204” no segundo bimestre (CRÔNICA DA CASA, 1936, p. 63).

experiências de fé e animação cristã, construindo nelas o pertencimento desse grupo e afastamento das diversões arreligiosas que ocorriam fora daquele espaço religioso.

As Filhas de Maria Auxiliadora viviam nesse período um contexto de neocristandade, no qual a Igreja Católica via o “mundo moderno como sendo maligno”, e o fiel deveria ser afastado dele, envolvido em um “processo de fé interno para manter contato íntimo com Jesus Cristo”, distanciando-se deste do mundo e fomentando uma “incompatibilidade entre o mundo e o serviço de Deus” (MAINWARING, 2004, p. 44-45). As irmãs, ao trazerem as oratorianas para dentro de seu Oratório em dia de Carnaval, ensinavam a elas que é possível alegrarem-se no ambiente religioso: agregando as experiências religiosas aos prêmios e doces, elas ressignificavam a prática festiva desse dia. As crianças, por sua vez, além de receptoras da cultura religiosa salesiana, também podiam se tornar produtoras e difusoras pelo processo de aquisição cultural que “interioriza as estruturas” (práticas institucionais) e pela “exteriorização do adquirido” no qual se exercita o *hábitus* em práticas. As estruturas podem mudar e torna-se um princípio de mobilidade social, pois o adquirido não “é lugar de inscrição das estruturas, o mármore onde se grava sua história” (CERTEAU, 1998, p. 126). Nessa perspectiva, a Congregação feminina agia por meio de suas práticas para imprimir a cultura salesiana em seus agentes e sujeitos educativos.

Uma prática religiosa comum na última semana do mês de maio de 1935 ocorreu às 16h. Tratava-se da “procissão a tarde: irmãs, oratorianas, pensionistas fizeram a função com a Reverendíssima Salesiana e participaram todos da procissão. Participaram um bom número de alunas da Escola Normal”. Para o encerramento festivo do mês de maio, em um dia de domingo, as meninas do “jardim de infância, da escola, se uniram com os oratorianos e fizeram uma pequena Academia em honra a Maria Santíssima. Assistia a Madre Inspetora, que aplaudia a todos” (CRÔNICA DA CASA, 1935, p. 68).

A Academia, prática educativa muito comum à época na obra salesiana feminina, acontecia na realização de um programa cultural e educativo para representar orações, cantos, sobretudo no contexto inicial da obra. Eram frequentes as homenagens aos santos, especialmente Maria. Era um momento de interação que envolvia todo o público escolar e as oratorianas que socializavam em um momento festivo religioso em honra a Maria.

As Crônicas trazem um cotidiano institucional festivo e alegre no ambiente salesiano feminino. Uma forma diferente de viver a experiência religiosa. Experimentar os rituais religiosos com alegria reforçam o sentimento coletivo e de união da comunidade salesiana. Nesse sentido, entendemos que as festas são fenômenos construídos socialmente e se manifestam por meio de diversos símbolos envolvendo o corpo, indumentária, alimentação e

rituais nas práticas desenvolvidas no Instituto Dom Bosco, tanto no campo religioso, como no profano, vinculados às de cunho patriótico ou de exaltação à natureza.

Os trabalhos no Oratório seguiram com um aumento significativo de participação, em que as irmãs intercalavam as aulas de catecismo com passeios até a praça mais próxima, possivelmente a Praça da República. Os passeios com as oratorianas chegavam a ter aproximadamente cerca de 100 educandas. Em outro momento, as oratorianas presentes ultrapassaram esse número, mas foram dispensadas 30 delas, e as demais assistiram o catecismo em pé pela falta de bancos para sentar (CRÔNICA DA CASA, 1935).

O aumento do número de oratorianas atendidas pela obra representava boa recepção e aceitação da comunidade local em participar das atividades sociais e religiosas das Filhas de Maria Auxiliadora. Um dos poucos dias em que o Oratório não aconteceu foi o da eleição, na qual houve reunião dos deputados para eleger um novo governador. Para evitar desordem, o chefe de polícia proibiu a abertura da casa, a partir das 14h. O governador eleito foi o Doutor José Malcher (CRÔNICA DA CASA, 1935). Ao longo do ano de 1935, as irmãs, mês a mês, trabalhavam para lecionar as aulas particulares e conseguir mais pensionistas, às vezes com certo desânimo:

Desânimo: Entraram duas pensionistas. Hoje esperamos uma aluna externa para lição particular como foi acordado, mas nenhuma se fez presente (CRÔNICA DA CASA, 1º abril de 1935).

Entrada de três novas pensionistas (CRÔNICA DA CASA, 1º de junho de 1935).

1ª aluna: Irmã Lourdes inicia lições de pintura somente com uma aluna (CRÔNICA DA CASA, 2 de abril de 1935).

Primeira aluna de piano forte (CRÔNICA DA CASA, julho de 1935).

No ano de 1935, além das aulas de catecismo ministradas às oratorianas, de forma gratuita, as irmãs ensinavam piano-forte e pintura a pagamento. Entre as estratégias para se conseguir recursos a fim de melhorar a estrutura do Oratório, identificamos “A oferta - As meninas oratorianas pediram cartas para apresentar em nome das irmãs, e conseguir ofertas para construir um teto simples para o Oratório que não possui um lugar de descanso. Foram contentes” (CRÔNICA DA CASA, 1935, p. 23). O fato de as oratorianas pedirem para ajudar indica a sensibilidade de agirem para construir algo benéfico em prol do coletivo, bem como perceberem como podem ser úteis nesse espaço. Responsabilizar-se em pedir ofertas é uma maneira de inserir as oratorianas no exercício da caridade e da benevolência, certamente conseguindo benfeitores ao verem meninas empenhadas em causa considerada nobre.

As oratorianas também eram envolvidas de forma efetiva nas festas, como da padroeira Santa Terezinha, com participação das oratorianas pela manhã na missa cantada e à tarde com

a procissão. Encontramos as oratorianas nas devoções ao Santíssimo Sacramento e nas comemorações de Maria Auxiliadora (CRÔNICA DA CASA, 1935). Incluir as oratorianas nesses eventos era uma forma de ensinar e semear nelas o *hábitus* do sentimento religioso e da execução das práticas religiosas. Entre outros espaços em que identificamos a circulação das oratorianas, destacamos também os rituais fúnebres como o “deslocamento das irmãs e os oratorianos até a casa de uma oratoriana morta para rezar o Santo Rosário. Acompanharam todos os funerais até o cemitério” (CRÔNICA DA CASA, 1936, p. 60). Desde cedo, o mistério da morte e seu rito cristão também era acompanhado e ensinado para elas.

Não só as oratorianas circulavam nos espaços extra institucionais, também as irmãs: a convite, certa vez, duas irmãs foram assistir à Academia literária em prol da missão do Instituto Gentil Bittencourt (CRÔNICA DA CASA, 1935). Circulando em outros espaços, elas podiam ampliar o contato com outras irmãs e repensar suas formas de organizar as práticas do recém-inaugurado Instituto Dom Bosco de Belém. Também constatamos uma “procissão com alunas da Escola Normal, oratorianas e irmãs até a Igreja do Carmo” (CRÔNICA DA CASA, 1935, p. 30), em comemoração à Santa Maria Mazzarello:

com 5 meses de trabalho aqui temos a satisfação de comemorar a festa de Maria Mazzarello com 24 comunhões. Após a função entraram na sala e estava preparado o café, somente foi permitido a entrada dos pais e responsáveis. Todas as outras meninas receberam um pão doce.

[...]

As 9h um benfeitor ofereceu uma fotografia para as meninas da primeira comunhão, uma segunda para todo o oratório e uma terceira para as irmãs e benfeitores principalmente da festa do dia. As 16h ocorreu a renovação dos votos de batismo (CRÔNICA DA CASA, 1935, p. 30).

As poucas irmãs se revezavam entre as preparações de 1ª comunhão das alunas, auxiliando nas missas, lecionando as aulas de pintura e piano-forte, além de desenvolver sua obra com as meninas do Oratório e ainda envolvendo as normalistas nas práticas religiosas de sua instituição. Em suma, no ano de 1935, inauguraram o Instituto Dom Bosco, desenvolvendo sua obra de amparo e assistência espiritual em moldes salesianos e ofertando o Pensionato Feminino, Aulas Particulares, Ensino Religioso em Escolas Normais e Oratório festivo (CRÔNICA DA CASA, 1935). As aulas particulares e o pensionato eram formas de garantir a prosperidade e subsistência da Congregação feminina e difundir os saberes artísticos e religiosos entre o público feminino.

O estabelecimento não era uma escola oficial nesse primeiro momento, mas se constituía no âmbito das práticas não escolares, no campo da assistência religiosa, da moradia e ensino de pintura e piano, em que os usos desses campos de saberes auxiliavam na construção do

relacionamento com a comunidade feminina local. As fontes revelam também que as Filhas de Maria Auxiliadora que iniciaram a missão em Belém dominavam não só os saberes da costura (primeira arte dominada nas origens da instituição educativa), mas eram musicistas do piano-forte, do harmônio⁸⁴ e conhecedoras da arte da pintura.

O ano de 1936 iniciou com uma boa notícia: “a entrada da Senhora Ruth Pires, cooperadora que fará parte desta casa, é professora diplomada, aprendeu datilografia e piano forte” (CRÔNICA DA CASA, 1936, p. 57). A entrada de uma cooperadora diplomada e especializada em um campo diferente da formação das irmãs poderia contribuir e influenciar na formação feminina do Instituto. No final do mês de janeiro, as irmãs receberam pela manhã a visita do cônsul italiano (CRÔNICA DA CASA, 1936). Imaginamos que, por serem uma congregação religiosa estrangeira no governo Vargas, deviam atender a pré-requisitos e normas a fim de manter o Instituto em funcionamento.

Neste mesmo dia, Doutor Alcindo Cacela também visitou a instituição e prometeu conseguir algum trabalho (CRÔNICA DA CASA, 1936), demonstrando o prefeito de Belém apoio à instituição, bem como o poder de articulação das irmãs no relacionamento com a administração pública. Na semana seguinte deste acontecimento, em 1º de fevereiro, as irmãs abriram o “Jardim de Infância e a Escola Elementar com a 1ª, 2ª e 3ª classe”. “São 10 matriculadas” (CRÔNICA DA CASA, 1936, p. 58).

O Instituto Dom Bosco de Belém adquiriu nova forma a partir de 1936 ao voltar-se para o ensino da infância e da juventude feminina na escola elementar, atraindo mais meninas para sua obra e expandindo-se para outros campos de atuação. A boa relação com Alcindo Cacela rendeu à Congregação feminina grandes ofertas de benfeitores, como o industrial Senhor Chamier, que “após muitas promessas e esperança doou 15 contos - 15.000 libras e entregou nas mãos do senhor Prefeito para que este nos repassasse. O senhor prefeito espera nos conseguir mais tarde 10.000, esperamos” (CRÔNICA DA CASA, 1936, p. 70).

A missa campal também se tornou uma prática religiosa especial que fazia parte do cotidiano das alunas do Instituto Dom Bosco. Essa modalidade de missa ocorria na Praça da República e celebrada sempre por Dom Antonio de Almeida Lustosa, a exemplo do dia em que foi programado para lembrar da figura papal e fortalecer sua existência entre os fiéis, ao mesmo tempo em que as salesianas cumpriam sua missão local: atingir muitas comunhões na comunidade religiosa, envolvendo a infância, jovens e normalistas:

⁸⁴ Instrumento musical de fole.

comemoração 25º aniversário do papa Pio X (atendendo a encíclica), reunindo neste lugar um grande número de santa comunhão de crianças. Reuniram-se neste dia todos os institutos da cidade, e nossas oratorianas receberam o pão da eucaristia pela primeira vez. Preparamos para comunhão em nossa casa 24 alunas da Escola Normal. Foram distribuídas um total de 10.000 comunhões (CRÔNICA DA CASA, 1936, p. 38).

Feriados nacionais e dias santos, na cultura brasileira, são dias de descanso para muitas instituições educativas atualmente, contudo, as irmãs costumavam organizar atividades religiosas, como a que ocorreu em 1º de maio, Dia do Trabalho, em que foi realizada uma leitura especial em honra ao mês de Maria, em uma sexta-feira: “Iniciamos o mês de Maria com a prática da leitura diária. As 16:30h pregação e a prática da leitura diária especial em honra a Maria com as meninas da escola e oratorianas. Depois ocorreu a recitação do Rosário, e as pensionistas também participaram” (CRÔNICA DA CASA, 1936, p. 66).

O descanso nos feriados não era prática recomendada pela Congregação feminina, pelo contrário: a Madre Superiora, Luisa Vaschetti, afirmou que “o pensamento dos feriados está entrelaçado com o dia dos Santos Espirituais Exercícios. Neste sentido, não deixarei de recomendar para você e para mim, para aproveitar a graça soberana concedida pelo Senhor, permitindo-nos participar das práticas de piedade tão importante” (CARTA CIRCULAR Nº 181, 1935).

Nesse entendimento, os dias de feriado criados pelas instituições sociais para comemorar algo da memória coletiva, na concepção salesiana, são dados por Deus, e o tempo livre, mesmo aquele para férias escolares, deve ser aproveitado por toda a comunidade que circula pela instituição educativa para os exercícios espirituais que compõem as práticas da piedade cristã com o intuito de se aproximar de Deus.

Havia no Instituto Dom Bosco uma prática religiosa⁸⁵ contínua, que colaborava para construir o sentimento católico – o espaço institucional além de religioso é educativo –, por isso se ensinava todos os ritos e gestos que se deveria realizar em um exercício religioso com a finalidade de atingir “um contato íntimo com Jesus Cristo dentro de um sentido devocional” (MAINWARING, 2004, p. 44), porém as ações voltadas para amparar a juventude e ganhar suas almas também representavam uma manifestação dessa fé pautada na caridade, assistência e amor educativo. A ação cooperativa e o relacionamento com o outro do mundo secular são

⁸⁵ Ao longo desses primeiros anos, mapeamos a circulação de todos esses sujeitos em práticas religiosas: procissões, missas, rosários, augúrios, funerais, *Via Crucis*; festas religiosas de Maria Imaculada da Conceição, Maria Auxiliadora, Maria Mazzarello, Santa Tereza, São José Operário, São João Bosco, São Francisco de Sales, São Pedro, *Corpus Christi*, Páscoa, Dia de Todos os Santos; sacramentos como batismo, comunhão, confissão; adorações ao Jesus Eucarístico. Todas essas práticas envolviam um cotidiano feminino movimentado na comunidade do Reduto na busca de “firmar uma piedade sólida” (MAINWARING, 2004, p. 50).

importantes para construir laços religiosos sólidos e garantir a permanência na crença católica segundo uma visão salesiana de fé.

Em relação às aproximações com o mundo secular ou com o catolicismo popular, sentimos a ausência das práticas religiosas populares paraenses na instituição, como a devoção a São Benedito, a São João Batista e a realização de festas juninas, porém todos os anos havia o fechamento da casa no dia e após o Círio de N. Sr.^a de Nazaré, pois ocorreria a festa alusiva ao centenário desse grande evento religioso⁸⁶.

É importante observar que o primeiro contato com a comunidade feminina acontecia por meio dos laços religiosos. Exemplar é a prática da Academia que ocorria atrelando o exercício da cultura religiosa. Inserir a classe feminina nessa cultura possibilitaria arregimentar com mais facilidade agentes educativos para a obra, a exemplo de postulantes que possivelmente poderiam ampliar o número de irmãs salesianas, fato este que ocorreu em julho de 1936 com a “entrada da primeira postulante de Belém Maria Martins F. acompanhada de sua mãe”, permanecendo em Belém até o dia 9 deste mesmo mês, data que embarcou para realizar o postulado na casa de Baturité” (CRÔNICA DA CASA, 1936, p. 71).

A esta altura, em terras brasileiras, as Filhas de Maria Auxiliadora já tinham fundado sua própria casa salesiana de formação de aspirantes e postulantes, experiência religiosa inicial para as mulheres que desejassem conhecer as práticas salesianas, contribuindo para formação de religiosas autóctones da região Norte e Nordeste. Foi somente em setembro de 1936 que Lustosa finalizou as negociações de um terreno, há algum tempo visto por ele, como “ideal para o desenvolvimento da obra salesiana”, situado na rua Benjamin Constant, bairro do Reduto (CRÔNICA DA CASA, 1936, p. 77).

O terreno comprado pertencia a uma antiga fábrica no bairro do Reduto: “a senhora diretora informou que seria necessário vigiar o espaço porque nele tem entorno 20.000 libras em máquinas da referida fábrica. Pela manhã quem vigiará será uma jovem operária que trabalhou nesta fábrica, e de noite será um homem, um ferreiro, que tem sua oficina perto de nossa casa” (CRÔNICA DA CASA, 1936, p. 78). Na certidão do terreno, consta que ele havia sido comprado da Firma Sá Ribeiro & CIA e a escritura pública foi gerada no dia 11 de agosto de 1937. As máquinas deixadas na fábrica foram vendidas somente no mês de março de 1937 para

⁸⁶ Essa atitude de liberação das meninas representa a tolerância das irmãs, que embora não festejassem, não proibiam suas alunas de viverem sua fé, aceitando a crença do mundo secular vivida fora do seu ambiente institucional, em um momento que, entre as décadas de 20 e 30, “o espiritismo e o protestantismo começou a crescer” e que a Igreja começara a reprovar as práticas religiosas populares mais primitivas, necessitando “lutar contra esta religião” e “implantar uma fé mais madura” (MAINWARING, 2004, p. 50). Por outro lado, sair da casa e ir para o Círio representava resistência popular que não foi atingida no abandono da sua fé, embora as alunas vivessem um cotidiano em que eram inseridas intensamente na devoção de outros santos de diversas formas.

quitar a última parte do terreno comprado, sendo a venda graça de São José, segundo a cronista (CRÔNICA. DA CASA, 1937).

A venda das máquinas foi articulada pela irmã Dária Uboldi, Diretora do Instituto, sendo anunciada na *Folha do Norte*, “pois a direção deste jornal, por meio do gerente senhor João Maranhão, ofereceu diariamente de forma gratuita anúncio para nosso Instituto. Do mesmo modo, o jornal *Estado do Pará* nos concedeu assinatura grátis por quanto tempo precisarmos para o anúncio das vendas das máquinas. O senhor proteja nossos bons benfeitores” (CRÔNICA DA CASA FMA, 1936, p. 88). Ter um benfeitor vinculado ao impresso, como João Maranhão, soava muito positivo para uma Congregação, pois o jornal era um dos principais meios de comunicação à época na sociedade belenense. Desse modo, era de muito proveitoso conseguir dar visibilidade ao Instituto Dom Bosco comunicando por meio desses anúncios diariamente e de forma gratuita.

A partir de setembro de 1936, as irmãs também frequentavam festejos religiosos que envolviam as escolas públicas, como a vinculada à Semana Missionária: “participamos do festejo da escola pública ‘José Veríssimo’, em favor da semana missionária. 24 meninas da nossa escola apresentaram uma pequena ginástica, muito gratos todos aplaudiram” (CRÔNICA DA CASA, 1936, p. 79). Os primeiros programas registrados da pequena Academia no Instituto Dom Bosco ocorreram no dia 25 de outubro de 1936, quando “meninas do oratório e da escola fizeram breve apresentação à tarde, e receberam caramelos ao fim” (CRÔNICA DA CASA, 1936, p. 77). O programa era o seguinte:

Hinno - Te amo tanto
 Poesia - Melhores Augúrios
 Ginástica- As pequenas
 Poesia - A tua festa
 Cena de Comédia - Queremos retornar
 Poesia - No teu belo nome
 Vem de longe - Augúrio

Por meio desses programas, as meninas foram inseridas na cultura do canto, da poesia, da ginástica, da dramatização e adoração divina. Embora sejam práticas modernas da educação nos idos de 1936 do século XX, são promovidas em bases religiosas. Portanto, o calendário educativo do Instituto Dom Bosco estava fundamentado em princípios e celebrações religiosas que objetivavam atrair cada vez mais meninas e jovens com finalidade de constituir um *hábitus* religioso e salesiano realizado com frequência e constância nas práticas.

No campo financeiro, as irmãs terminaram o ano de 1936 com alguma economia: “o senhor Diretor do colégio salesiano pediu um empréstimo de 4.500 libras para a senhora Diretora

por uma semana. A senhora Diretora não nega, lhe concedeu o valor” (CRÔNICA DA CASA, 1936, p. 77). Esse ato colocava a Irmã Diretora no lugar do poder de administrar, de provedora e negociadora e ainda de solidariedade ao irmão salesiano.

Ao fim deste ano, ocorreram os primeiros exames finais tanto do “jardim de infância”, como da “1ª, 2ª e 3ª elementar” (CRÔNICA DA CASA, 1936, p. 89). O fechamento do ano escolar ocorreu com “a santa missa”, “comunhão quase geral”, e “um considerável número de meninas” (CRÔNICA DA CASA, 1936, p. 90).

A formação recebida no Instituto Dom Bosco construirá comportamentos, interiorizando representações advindas das experiências práticas na educação feminina, dando forma ao *hábitus* dos agentes⁸⁷. Para Bourdieu (1980, p. 89), o *hábitus* é um mecanismo de interiorização de “sistemas de disposições duráveis e transmissíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações”. O *hábitus* constituído nas práticas do ambiente institucional salesiano feminino é verificado na escolha do que ensinar, no uso dos espaços, nas formas de agir, nas maneiras de ser expressadas nas experiências desse espaço, que funcionará como estruturas estruturantes das práticas e representações da formação feminina, tornando-se o “*hábitus* como social inscrito no corpo” (BOURDIEU, 2004, p. 82). Esse *hábitus* corporal é “de fato, *hexis* corporal é antes de tudo, *signum social*” (BOURDIEU, 2006, p. 85), que define o masculino e o feminino (BOURDIEU, 1999).

O sentimento de família, base do espírito salesiano, cultivava tanto o *hábitus* primário como o secundário, dando origem à cultura salesiana escolar. Todas as práticas educativas vividas no Instituto Dom Bosco eram determinações do viver em família que direcionavam o trabalho desenvolvido pela Congregação Filhas de Maria Auxiliadora⁸⁸.

⁸⁷ Essa organização inicial da aprendizagem para nós se assemelha ao conceito de aprendizagem total, cunhado por Bourdieu, pois a Congregação estrutura sua instituição, *a priori*, em um espaço de formação religiosa, de convivência, de lazer, ensino escolar e de encontro, buscando envolver todo o público feminino que circula nesse espaço de forma durável, possuindo similitude nas práticas. Essas práticas constituirão a cultura institucional salesiana em seus agentes. Para Bourdieu (1975, p. 44), a cultura é produzida especialmente nas instituições escolares de forma organizada. Desta forma “[...] a aprendizagem implica o trabalho pedagógico como trabalho de inculcação que deve durar o bastante para produzir uma formação durável; isto é, um *hábitus* como produto da interiorização dos princípios de um arbitrário cultural capaz de perpetuar-se após a cessação da aprendizagem e por isso de perpetuar nas práticas os princípios do arbitrário interiorizado”.

⁸⁸ A Congregação feminina salesiana se programou para instrumentalizar seus grupos sociais educativos no capital cultural, econômico e social, conduzidos por princípios construídos pelo *ethos*: “a força do *ethos* é que se trata de uma moral que se tornou *hexis*, gesto, postura” (BOURDIEU, 1983, p. 104), que se adquire em certo momento do ciclo da vida. Nessa perspectiva, a vida na instituição educativa se configura nesse espaço em que se construirá os valores humanos, religiosos, morais impregnados nos corpos e que se vincularão a um contexto econômico e social da valorização da formação da juventude articulada ao trabalho, estudo e religião na educação feminina belenense.

O ano de 1936 é finalizado com uma reflexão sobre as dificuldades enfrentadas pela Congregação na sua instalação no Norte do Brasil: “fechamos o nosso pequeno movimento de 1936 cheio de altos e baixos enfrentados por nós nesta parte do Brasil mais pobre devido às contínuas mudanças políticas, que paralisam parcialmente o progresso do país” (CRÔNICA DA CASA, 1936, p. 96).

O momento político de mudanças estava diretamente relacionado ao conturbado período pós-30, em que as sucessivas trocas nos governos locais, provocadas pelo presidente Getúlio Vargas, de postura autoritária, atrapalhavam o progresso do país. Esse registro nos mostra que as irmãs não estavam alheias às questões políticas, pois sinalizaram o autoritarismo que certamente vivenciaram nos primeiros anos de fundação de suas instituições pelo Brasil.

No contexto paraense, a situação não era nada tranquila até a chegada do governo de José Malcher, em 1937. A Congregação Filhas de Maria Auxiliadora chega a Belém no período do governo de Vargas, e, nesse momento (fim dos anos de 1934), o interventor do Pará é o tenente Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, fundador do regime baratista.

Belém vivia uma política conturbada pós revolução de 30 em que Magalhães Barata tentava manter sob seu controle as decisões políticas no Pará e lutar pelo estabelecimento de sua reeleição (FONTES, 2013). Ao analisar as memórias do Interventor, publicadas no jornal *Diário do Pará* em 1935, Fontes constata que este se sentia responsável pelos setores mais pobres do povo brasileiro e queria representá-los na sua experiência de governo no Pará. A referida autora percebeu ainda um discurso de defesa dos trabalhadores e de seus direitos, enfatizando que estes deveriam ter uma vida mais digna, embora ele julgasse o povo brasileiro como incapaz de construir sua nação, “sem a condução de um governo militar revolucionário. Regimes autoritários e estados fortes eram apontados como saídas para crise do Estado liberal e a constituinte de 1934 parecia, aos olhos de Barata, um retrocesso” (FONTES, 2013, p. 138). Esse posicionamento se dá por que a referida constituição vetava a reeleição, o que impediria sua continuidade no poder. Possuidor de forte perfil populista e permanente presença no interior, fundou inclusive grupos de resistência e concentrações populares que envolveram o movimento feminino eleitoral no Pará (FONTES, 2013).

Do ponto de vista do movimento renovador da educação, a Constituição de 1934⁸⁹ foi positiva, pois foram aprovados o princípio da laicidade do ensino, da obrigatoriedade do ensino, do financiamento público e do amparo ao jovem abandonado.

⁸⁹ Sobre a Constituinte de 1934, no que tange a educação, Cury (2021) salienta que as medidas aprovadas foram: o ensino primário gratuito e obrigatório; criação de um fundo vinculado a impostos dos estados, municípios e união em favor da educação escolar com gratuidade ativa da merenda, material escolar e assistência médico-

Fontes (2013) explica que Magalhães Barata foi um interventor que contava com grande apoio popular devido à política populista que envolveu a reforma urbana. Assim que assumiu a interventoria, titulou e distribuiu terrenos em vários bairros de Belém, após desapropriar os terrenos de famílias tradicionais portuguesas, que mantinham há décadas as propriedades e cobravam uma espécie de aluguel pelo uso e ocupação das famílias pobres da cidade, construindo assim a aproximação entre chefe político e povo.

Segundo Mendes (2006), Barata representou a conciliação entre o Estado e o povo, obtendo grande apoio da população paraense desde o início. O Intendente em seu governo decretou a baixa dos aluguéis em 30%, concedeu audiência pública para os pobres distribuiu cestas básicas e uniformes escolares (FONTES, 2013). Essas práticas favoreceram um contato direto e de forte interlocução com a população na realidade paraense.

No campo da religião, o Interventor fortaleceu o apoio popular ao derrubar a circular de Dom Irineu Joffily⁹⁰ que proibiu a corda na procissão do Círio de Nossa Senhora de Nazaré (padroeira paraense), símbolo da expressão religiosa popular e do sacrifício realizado pelos romeiros que pagam suas promessas agarrados à corda que é atrelada à berlinda onde está a Santa. Essa indisposição culminou no afastamento do Arcebispo, em 1930, e sua renúncia no ano seguinte, assumindo Antonio de Almeida Lustosa, em 1931 (MENDES, 2006).

No campo religioso, as relações também estavam alinhadas em Belém. Magalhães Barata possuía boas relações com Dom Lustosa, pois o interventor não se opôs à censura religiosa aplicada a alguns padres, como Leandro Pinheiro e Padre Lago, que misturavam assuntos políticos aos religiosos, assumindo cargos políticos e se envolvendo em conflitos eleitoreiros. O primeiro foi nomeado por Magalhães Barata prefeito de Belém, em 1930, e o segundo foi acusado de ser politiquero e integralista em várias cidades paraenses (MENDES, 2006).

Ambos os padres eram apoiadores de Magalhães Barata, porém Antônio Lustosa, autoridade eclesiástica responsável pelas atitudes dos religiosos no Pará, empenhou-se em direcionar novamente ao trabalho religioso o “Padre Leandro Pinheiro, o Padre Foulquier e também o Padre Lago, mesmo que, para isso, precisasse repreender suas ações” pelo envolvimento demasiado em conflitos eleitoreiros no Pará, atrapalhando o processo de recatolização paraense (MENDES, 2006, p. 34).

odontológica; reconhecimento do ensino privado e a possibilidade de isenção de impostos para estes estabelecimentos de educação que fossem considerados idôneos; proteção do Estado ao jovem contra o abandono físico, moral e intelectual; exercício do magistério público por meio de concurso público e oferta obrigatória do ensino religioso, sendo facultativa sua frequência.

⁹⁰ Dirigiu a Arquidiocese de Belém de 1925 a 1931.

Antônio Lustosa trabalhava para frear a religiosidade popular, proibindo no interior a realização de festas, ladainhas e arraiais, reconhecidos como sagrados pelo povo, promovidos por leigos e irmandades e resultantes de forte sincretismo religioso (MENDES, 2006; GOUDINHO, 2005). Essa postura de censurar as festas religiosas populares fazia parte do projeto de recatolização da sociedade a partir dos anos 30, quando Lustosa elabora, segundo Mendes (2006), circulares que reprovavam, como a publicada em 1934, “actos religiosos celebrados por pêssoas leigas sem auctorização da auctoridade eclesiástica”, principalmente porque “as ladainhas são muitas vezes seguidas de danças ou são acompanhadas das chamadas festas de arraial” (MENDES, 2006, p. 156).

A ideia de religião para Lustosa era aquela que remeteria a presença eclesiásticas por meio de associações, paróquias, prelazias, seminários, e ele trabalhava para desconstruir, ou pelo menos não incentivar a religiosidade popular do povo paraense, constituída de forma não oficial, sem a direção de um religioso eclesiástico (MENDES, 2006). A formação da juventude feminina cristã estava vinculada a esse contexto histórico, e a fundação de um educandário nos moldes do Instituto Dom Bosco de Belém era pensado para contribuir com a educação feminina dentro de sua época, alimentando também a coesão e a constância das práticas católicas institucionais.

Quando assumiu o Arcebispado, em 1931, foi publicado no jornal *A palavra* a seguinte afirmação de Antônio Lustosa: “A fé paraense requer um pouco mais de religião e um pouco menos de religiosidade”. Dizia ainda: “Outra tarefa que se impõe é a unificação dos catholicos. Nosso povo tem fé, innegavelmente. Falta, apenas, tornar mais coheso o rebanho” (MENDES, 2006, p. 128-129). Essa coesão, segundo ele, seria atingida com o freio do catolicismo popular, que é definido como “um conjunto de crenças religiosas tradicionais e de práticas desenvolvidas fora da Igreja institucional”. E completou o Arcebispo: “essa vivencia da fé tem ampla penetração na América Latina. No Brasil, a distância entre a Igreja institucional e as práticas religiosas populares sempre foi grande”⁹¹ (MAINWARING, 2004, p. 30).

Nesse sentido, havia nesse momento político uma preocupação com a formação no campo das forças produtivas, no âmbito cultural e do controle social. Essa reforma, que se buscava, envolveria, segundo Antonio Lustosa, a base social, que são os homens, constituindo sua consciência e seu caráter antes de qualquer ensino, lei ou método moderno envolvendo a

⁹¹ Sobre a reforma do caráter brasileiro, Mendes (2006, p. 125) apresenta a Carta Pastoral *Saudando aos seus Diocesanos*, escrita por Lustosa em 1932, na qual ele afirma que é impossível reformar o Brasil sem reformar os seus homens: “Por melhores que sejam as leis, por mais modernos e práticos que sejam os métodos, por mais engenhosos que sejam os sistemas de administrar, de fiscalizar, de desenvolver indústrias, de difundir o ensino, etc., tudo é tempo perdido se o caráter, a consciência do homem estiver corrompida”.

prática de industrializar, fiscalizar ou administrar. Era a formação do caráter a base da reforma social do brasileiro vinculado a uma prática cristã e católica.

Mais tarde, em 1935, ocorre um rompimento de Magalhães Barata com Abel e Mário Chermont, que serão indicados senadores por decisão da Assembleia Estadual, e ainda Abelardo Conduru, por não apoiar sua reeleição nem aceitar o controle do Partido Liberal nas mãos de Barata (FONTES, 2013). Os aliados civis e militares de Barata haviam-lhe indicado para interventoria do Pará em 1930, planejando com ele o Movimento de 1930 no Pará, e, em 1935, esse bloco político se rompe e ocorre a não eleição do interventor para o governo constitucional do Estado (FONTES, 2013). Em meio a essa crise política, por indicação da Assembleia Constituinte Estadual e apoio de Vargas, elege-se como governador do Pará o advogado José Malcher, que permanece até 1937; depois assume como interventor de 1937 a janeiro de 1943, quando é substituído por Magalhães Barata (CPDOC/DHBB, s.d.).

Na relação entre Estado, Religião, Ciência e Educação, a partir dos anos de 1930, ainda temos diversos dirigentes do país que professavam a fé católica, embora já fosse estabelecido o ensino laico, permanecendo latente o ensino religioso católico nos institutos de educação paraenses. Havia um esforço nacional em volta da educação como instrumento para construção de uma nação pautada nos princípios patriótico e cristão.

Nesse período, houve uma relação de cumplicidade entre Igreja e Estado no engrandecimento da pátria (MAINWARING, 2004). É nesse contexto político, religioso, educacional, econômico e social que as Filhas de Maria Auxiliadora formam suas primeiras educandas e oratorianas, conseguem benfeitores, anunciam sua existência e circulam em Belém nos primeiros anos de sua chegada.

Seção V



O INSTITUTO DOM BOSCO E A EDUCAÇÃO DE MULHERES BELENENSES

Nunca devemos esquecer que a escola, sendo uma preparação para a vida, deve inspirar-se constantemente a um grande sentido de praticidade, em harmonia com as formas de atividade que constituem o endereço do próprio instituto. Finalmente, é aconselhável que o trabalho de cada professor seja coordenado, não só pela parte moral e estritamente educativa, mas também no que se refere à educação e à formação profissional para trazer unidade de pensamento, na vontade, no sentimento do aluno (PLANO DE FORMAÇÃO, 1934).

5.1 As primeiras experiências educativas para uma formação religiosa, profissional, intelectual e educativa feminina

A educação feminina no Instituto Dom Bosco toma novos rumos a partir de 1937 com a ampliação de uma formação educativa profissional para mulheres. Contudo, as formas como ocorriam o Oratório festivo permaneceram da mesma maneira, com as práticas religiosas no primeiro momento e as premiações ou passeios no segundo momento. O início de 1937 foi festivo e as irmãs organizaram um belo momento de premiação para as oratorianas no dia 6 de janeiro:

Epifania: Santa missa com canto para o ofertório e para a comunhão.

Emissão: irmãs após o café, fizeram uma breve função própria da comunidade. A Reverendíssima irmã Lourdes Medeiros emite seus votos trienais nas mãos da Reverendíssima Senhora Diretora Dária Uboldi como delegada Superior Geral, na presença do senhor Diretor do Colégio Salesiano, Reverendíssimo Dom Guido Barra. A função é precedida pelo cantico “entorno de maria”. Finalizada essa função, damos seguimento a premiação das oratorianas.

[...]

Premiação: esta é precedida à benção em que participaram cerca de 300 meninas, seguida de uma Academia de circustancia. A Academia seguiu o programa

1º Hino a Dom Bosco

2º Vem Menino Jesus

3º O jardim zoológico

4º Os reis magos

5º Emanuel (Deus conosco)

6º Visita do papai noel ao Instituto Dom Bosco

7ª Hino a Dom Bosco

Terminada a Academia as premiadas sobem em dupla ao palco para receber seu prêmio. O prêmio foi um corte de tecido e brinquedos (CRÔNICA DA CASA, 1937, p. 97-98).

Na programação desse dia de festividade, fez-se a memória da Epifania, celebrada com missa. Trata-se da apresentação de Jesus, prática litúrgica própria do Dia de Reis, com o canto de ofertório e da santa comunhão dos presentes. A celebração contou com a presença de 300 meninas, o que aponta fortalecimento do Oratório feminino na região. As FMA escolheram este dia para renovação dos votos temporários da Irmã Lourdes Medeiros.

A figura emblemática do Papai Noel e das festividades natalinas era um meio de reforçar os laços de bondade e alegria representadas no ato da premiação das meninas com cortes de tecidos e brinquedos. As premiações também ocorriam após os exames do catecismo com a presença da diretora do Instituto (CRÔNICA DA CASA, 1937, p. 103).

O ensino do catecismo também consistia na verificação da aprendizagem das educandas pelas irmãs. A avaliação ocorria por meio de perguntas, o que provavelmente colocava as oratorianas diante de uma necessidade de estudo para que atingissem a excelência no exame. O prêmio funcionaria como motivação e recompensa ao estudo de catecismo.

Em 4 de fevereiro de 1937, as Filhas de Maria Auxiliadora iniciam um novo ciclo na capital do Pará com a mudança para a nova casa com ajuda do prefeito Abelardo Conduru.

Hoje iniciamos a mudança para a casa nova, é um trabalho que vai durar alguns dias, ou seja, os construtores nos prometeram que a casa estaria pronta até dia 1º deste mesmo mês, porém a promessa não foi cumprida. O senhor prefeito [Abelardo Conduru] mandou gratuitamente um caminhão com cinco homens para transportar a mobília e tudo que precisássemos. Isto é um grande favor, porque se fossemos pagar a mudança com caminhão e homens nos sairia muito caro. Agradecemos de coração ao senhor prefeito, agradecemos também a providência de Deus que nos abençoou (CRÔNICA DA CASA, 1937, p. 104).

Com a ajuda do prefeito Abelardo Conduru, benfeitor da obra, as irmãs fizeram sua mudança de endereço. Nessa circunstância, foi mencionada a ausência das oratorianas durante o domingo de Carnaval, pois a cronista lamentou-se: “Temos pouquíssimas oratorianas por causa do Carnaval. É uma pena porque se estivessem afeiçoadas ao oratório e um pouco mais firmes na piedade, seria o lugar mais seguro para se refugiar e escaparem dos perigos que o mundo apresenta neste dia” (CRÔNICA DA CASA, 1937, p. 104). A experiência do Carnaval é representada pela irmã como um divertimento mundano e perigoso.

No dia 12 de fevereiro de 1937, as irmãs instalaram-se definitivamente no lugar próprio da obra salesiana feminina. Com grande felicidade, a cronista anunciou que “depois de alguns dias de trabalho intenso e desafiador, nos instalamos definitivamente na nova casa, situada na Benjamim Constant, nº 316. Parece um sonho, ao contrário, é pura realidade. Quanto nós devemos agradecer ao Senhor!” (CRÔNICA DA CASA, 1937, p. 106). Os espaços do novo

prédio do Instituto Dom Bosco estavam distribuídos em vários cômodos: “No rés-do-chão temos uma belíssima capela com sacristia, um amplo salão que, feitas as divisões móveis, rapidamente, se transformam em quatro bonitas salas de aula. Temos ainda quatro salas que servem de salão, direção, música e jardim infantil” (CRÔNICA DA CASA, 1937, p. 106).

Com uma capela própria e sacristia, as irmãs, na composição da casa salesiana feminina, adquiriram maior praticidade e constância no cumprimento das funções religiosas. As salas foram projetadas de forma móvel: ora podiam ser um amplo salão, ora rapidamente podiam se transformar em salas de aula, já que o ambiente fora projetado de forma prática para uma época em que as irmãs procuravam otimizar os espaços utilizados para as diversas formas educativas.

No pavimento superior, a cronista destaca que “havia quatro quartos (um para as superiores e os outros para as jovens pensionistas, que são em número de quatro), a cozinha, o refeitório das irmãs e a despensa, e ainda um salão que, feitas as divisões necessárias, terá o refeitório para as internas, uma sala de trabalho e dormitório” (CRÔNICA DA CASA, 1937, p. 106). Esse pavimento foi projetado para ser utilizado especialmente para alimentação e descanso, tanto das pensionistas como das educandas. Nesse espaço, havia uma divisão em que as internas, possivelmente as educandas, possuíam o seu próprio refeitório, a sala de trabalho e o dormitório. As irmãs também possuíam seu refeitório e dormitório próprios, sendo a cozinha e a dispensa eram ambientes de reponsabilidade das irmãs (CRÔNICA DA CASA, 1937).

É curioso que às internas foi dispensado um espaço específico, o pavimento superior, onde elas desenvolveriam todas as suas atividades diárias: dormiriam, aprenderiam algum trabalho e se alimentariam, havendo uma clara diferenciam na especificidade do uso do espaço.

As irmãs foram para o pavimento térreo pronto, pois o andar superior ainda estava por ser finalizado, porém os espaços que seriam ocupados pelas irmãs e pensionistas já estavam finalizados, visto que eram indispensáveis para dar andamento às atividades do Instituto. Pela projeção dos espaços, há indícios de que o Instituto Dom Bosco, fundado no bairro do Reduto, se preparou para receber meninas educandas internas que possivelmente moravam em torno do bairro juntamente com pensionistas, pois as oratorianas frequentariam somente aos domingos e dias festivos religiosos.

A inauguração oficial do novo prédio do instituto aconteceu com a presença do Arcebispo de Belém, Antonio de Almeida Lustosa, que celebrou a primeira missa na nova capela do Instituto Dom Bosco, às 6h30. Assistiram à missa a senhora digníssima D. Dolores MacDowel, benfeitora, o representante do prefeito [Abelardo Conduru] e sua senhora, muitos benfeitores e outras personalidades. Após a celebração da missa, o Arcebispo fez uma visita aos espaços do prédio e em seguida foi oferecido um café da manhã a todos os presentes:

[...] sua Excelência o Arcebispo, com uma explicação simples mas profunda, assinala aos presentes a grande graça do Senhor em ter providenciado a abertura de uma igreja neste populoso centro chamado Reduto para continuamente dar-lhe graças e bênçãos. E, finalmente, um Instituto para a juventude tão necessitada de amparo. Depois da S. Missa e do Arcebispo abençoar a capela, ele visita todos os locais, deixando a sua bênção. A seguir concorda em ir ao salão tomar um café. Com a Senhor a Diretora, estamos muito satisfeitas e prevemos um grande futuro para este Instituto (CRÔNICA DA CASA, 1937, p. 107-108).

No dia da inauguração da nova casa, “duas irmãs foram pedidas pelo arcebispo para ensinar catecismo na escola normal, mas só uma pode se disponibilizar, porque os trabalhos na nova casa aumentaram muito e o horário estabelecido não nos favorecia”, justificou a cronista (CRÔNICA DA CASA, 1937, p. 108-109). No dia seguinte à inauguração da nova casa, houve a abertura do jardim de infância e escola elementar. Na ocasião, as meninas que frequentavam eram cerca de vinte entre internas e externas, outros já matriculados chegaram no dia 1º de março. Com pouco tempo de inauguração da instituição, houve um aumento significativo inscrições de meninas nos dois níveis de ensino.

De acordo com a solicitação do arcebispo Lustosa, as irmãs foram ministrar aulas na Escola Normal, porém sua prioridade era o trabalho educativo no Instituto Dom Bosco que exigia a dedicação das irmãs na administração. É importante lembrar que a casa possuía um número reduzido de irmãs para dar andamento aos trabalhos intensos, não somente na administração do Instituto, mas principalmente no ensino. Não foi possível levantar quantas irmãs da Congregação ensinaram o catecismo no ano de 1937, porém circular nesses espaços seria proveitoso e dava visibilidade ao trabalho da Congregação salesiana.

As práticas religiosas no Instituto Dom Bosco eram intensas, inclusive com a participação de religiosos de outras congregações, como os franciscanos. As crianças do jardim de infância e um bom número de jovens que frequentavam o instituto para as aulas particulares também participavam das celebrações religiosas (CRÔNICA DA CASA, 1937).

Outras celebrações também faziam parte da programação festiva da instituição. O Domingo da “Páscoa de 1937 foi de grande alegria para as alunas. Pela manhã assistiram à missa com grande fervor, acompanhada de cantos religiosos que foram entoados pelas pequenas internas, jovens pensionistas e oratorianas. A capela ficou cheia de fé e a comunhão foi quase geral” (CRÔNICA DA CASA, 1937, p. 113).

No cotidiano da instituição, as irmãs enfrentaram problemas de doenças epidêmicas que atingiram as meninas, inclusive com mortalidade. No ano de 1937, por exemplo, aconteceu a morte da menina Terezinha Gomes, de 9 anos, acometida de meningite. Terezinha foi a primeira

aluna semi-interna do colégio. Sobre esse episódio, narra a cronista: “um anjinho tinha somente nove anos. [...]. O papai da defunta Doutor Alvaro Gomes, nos deixou a disposição transporte para que todas alunas do colégio pudessem acompanhar juntamente com a senhora diretora e duas irmãs, o sepultamento às 10h da manhã” (CRÔNICA DA CASA, 1937, p. 127-128).

O público-alvo da instituição a partir de 1937 são meninas internas, semi-internas, jovens pensionistas, oratorianas, e ainda as jovens das lições particulares. Ainda na busca pelo público-alvo feminino, a direção do Instituto Dom Bosco de Belém implementou o ensino noturno para atender especialmente a população de mulheres trabalhadoras.

O Instituto Dom Bosco funcionou não só no ensino diurno, mas também noturno, com a matrícula de pelo menos 150 jovens. Pelo alto número de matrículas no período noturno, inferimos que essas meninas não permaneciam na instituição, pois eram meninas externas. O Instituto Dom Bosco foi arquitetado numa política de educandário que atendeu meninas no sistema de internato, semi-internato e externato.

A Congregação Filhas de Maria Auxiliadora possuía a preocupação não só de ensinar o catecismo às suas alunas, mas de manter suas meninas e jovens renovadas e conectadas em sua relação com o divino, com o espírito e o corpo mergulhados nas práticas religiosas católicas, inclusive das meninas do ensino noturno. A prática da comunhão era um acontecimento religioso festivo muito celebrado pela Congregação, em que genitores, religiosos e comunidade eram chamados para se reunirem e celebrarem essa etapa da vida, chegando em torno de 300 pessoas, o que é representa a adesão da comunidade a esse espaço religioso e educativo.

O ensino do catecismo, parte da rotina religiosa das Filhas de Maria Auxiliadora, seguiu para além dos muros do Instituto Dom Bosco, pois chegou até o “Grupo Escolar Camilo Salgado todas às quinta -feiras. Pela manhã foram uma irmã e uma jovem, o que se repetiu pela tarde” (CRÔNICA DA CASA, 1938, p. 18). Possivelmente, lecionar catecismo nos grupos escolares do Estado seria forma de conseguir ordenados para manter o Instituto, já que o ensino religioso era autorizado a funcionar nas escolas públicas, sendo facultativa sua frequência. Inserir essa matéria nas escolas públicas representa o poder das instituições religiosas na educação paraense, sobretudo na formação feminina.

A Constituição de 1937 aprovou a obrigatoriedade do ensino cívico, aliado à educação física, trabalhos manuais em todas as escolas primárias, secundárias e normais, públicas e privadas, sendo essas ofertas critérios exigidos para se manterem em funcionamento. Antes dessa aprovação, ocorreu o episódio da elaboração de emenda da Constituinte em que o deputado e pastor metodista Guaraci Silveira, eleito pelo Partido Socialista Brasileiro da bancada de São Paulo, apoiado por socialistas, liberais e maçons, propôs a inclusão do ensino

moral e cívico no currículo escolar e a retirada do ensino religioso, argumentando que tornar o ensino religioso obrigatório inviabilizava o ensino de outras religiões, ou seja, ele lutava contra a hegemonia da Igreja Católica disputando o espaço da educação, o que não foi aprovado. Inclusive, para o primeiro Ministro da Educação, o senhor Francisco Campos, o ensino moral e cívico era dispensável, por sua base ser constituída na religião, e esta já estaria sendo contemplada no currículo desde 1931 (CUNHA, 2007).

Curiosamente, na Constituição de 1937, pela primeira vez na legislação, o ensino religioso figura com *status* de matéria, não sendo mais de carácter obrigatório, todavia como possibilidade de oferta demarcando a seguinte observação: “Não poderá, porém, [o Ensino Religioso] constituir objeto de obrigação dos mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte dos alunos”, não sendo o professor obrigado a lecionar a disciplina (CUNHA, 2007), podendo essa regulação torna-se um problema no ensino primário, já que à época havia somente um professor dirigente da classe.

Na visão de Cunha (2007), há uma correlação de forças entre o Ensino Religioso e a Educação Moral e Cívica na educação brasileira, pois desde 1931, quando o ensino religioso voltou aos currículos escolares brasileiros pelas mãos do governo fascista de Vargas, essas duas disciplinas mantiveram-se em sintonia. Ora, nos períodos em que há um governo ostensivamente autoritário, integra-se ao currículo a educação moral e cívica, a exemplo de sua presença no Estado Novo, ausência na República populista (considerada período de abertura democrática) e retomada de força durante a ditadura militar na forma do Decreto-Lei n.869/1969 (CUNHA, 2007). Por outro lado, em períodos de maior abertura política democrática, suprimiu-se pela Lei n. 8.663/1993 a disciplina Educação Moral e Cívica, permanecendo o Ensino Religioso, incorrendo no fenômeno chamado de “sintonia oscilante” entre elas, pois a inexistência de uma disciplina fortalece a permanência da outra, como ocorreu com o ensino religioso, presente nos currículos desde 1934 até os dias atuais (CUNHA, 2007).

Por ser uma instituição confessional religiosa, o Instituto Dom Bosco possuía em suas bases formativas o ensino religioso católico, mas não só ele; o ensino cívico foi vivenciado com a inserção das alunas na prática do canto do Hino Nacional, participação em comemorações cívicas locais, como o 7 de Setembro, porém, não obedeciam a uma frequência ou cadência. Essas práticas foram incluídas em seu cotidiano após a equiparação do educandário ao ensino oficial do Estado, o que será tratado adiante, pois dará nova forma à experiência institucional.

Ao entrecruzarmos o Relatório de Visitadoria da Inspetoria de Maria Auxiliadora – Brasil com informações nas Crônicas da Casa Maria Filha Auxiliadora, constatamos outras tipologias de ensino ministrado no Instituto Dom Bosco de Belém a partir de 1937.

No referido relatório, temos registrado um levantamento das obras localizadas nas regiões Norte e Nordeste que fazem parte da Visitadoria ou Inspetoria Menor Maria Auxiliadora – Brasil. A década de 1930 é o momento em que as FMA buscam sua consolidação de atuação em nível nacional na educação brasileira, porém, encontra-se no Norte do Brasil em processo de expansão local. Segundo Azzi (2002), à época, o território brasileiro era dividido em três províncias e para cada uma delas eram nomeadas uma inspetora que ficaria incumbida de visitar as casas, aconselhar e providenciar o que fosse necessário para o bom andamento da obra. A seguir, temos a estruturação administrativa da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora.

Tabela 2 – Organização Provincial da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora – Brasil (1934-1942).

Organização Provincial da Congregação salesiana Filhas de Maria Auxiliadora – Brasil (1934 - 1942)
1ª PROVÍNCIA – Inspetoria Santa Catarina de Sena (SP, MG, RJ, SC, GO)
2ª PROVÍNCIA – Inspetoria do Mato Grosso (MT)
3ª PROVÍNCIA (1941) – Inspetoria Maria Auxiliadora (CE, AM, PE, RR, PA)

Fonte: Elaborado pela Autora com base em Azzi (2002).

Em 1934, a 3ª Província formada pelas regiões Norte e Nordeste possuía a denominação de Visitadoria ou Inspetoria Menor, sendo composta por 10 casas, incluindo a de Belém, recém-inaugurada, que, após muitos pedidos do arcebispo Antônio Lustosa, passa a sede dessa Visitadoria Menor. Porém, em 1941, ano que demarca o fim do arcebispado de Antonio de Almeida Lustosa em Belém, ocorre o desmembramento oficial de São Paulo com a ereção canônica da nova Inspetoria Filhas de Maria Auxiliadora, que abrange a província do Norte e Nordeste, conferindo a ela poderes de organização e administração provincial dessa região, sendo transferida a sede nesse momento para Recife, composta pelas casas do Ceará, Amazonas, Pernambuco, Roraima e Pará, conforme indicado na Tabela 2.

Até 1937, o Pará foi o único Estado da região Norte em que a Congregação Filhas de Maria Auxiliadora experimentou o pensionato para as estudantes e funcionárias públicas, segundo o Relatório da Visistadoria Menor do Brasil de 1937 das Filhas de Maria Auxliadora. Nesse ano de inauguração oficial do Instituto em Belém, as irmãs também ofereceram o jardim de infância, escola elementar, escola noturna, escola do trabalho, lições particulares, aulas de religião na escola normal pública e o Oratório festivo (CATÁLOGO DA VISITADORIA

MENOR DO BRASIL, 1937). Nos estados do Ceará⁹² e do Amazonas⁹³ é onde temos o maior número de irmãs atuando no campo da educação.

De acordo com Azzi (2002), entre 1917 e 1942, em termos de ensino, houve inovações significativas, como a decisão das religiosas de promover a formação de professoras primárias, através da fundação de Escolas Normais em todas as suas três províncias, e a fundação de noviciados, que antes só eram encontrados na casa mãe de São Paulo, em seguida expandiram-se para a província em Mato Grosso e para a província da Visitadoria do Norte e Nordeste, que iniciou a formação de seu próprio noviciado somente a partir 1938, em Recife, no bairro da Vázea, ao lado da “Casa da Criança”, obra de assistência social para os filhos dos operários de uma fábrica que, segundo Azzi (2002), passou a ser administrada pelas Filhas de Maria Auxiliadora na pessoa da Irmã Maria da Glória F. Maia que anteriormente desempenhou função no Instituto Dom Bosco de Belém.

Acrescentamos ainda a essas mudanças pontuadas por Azzi (2002) que, a partir de 1930, houve a implementação das escolas profissionais voltadas para a educação feminina, escolas noturnas, o ensino comercial e a implementação do jardim de infância nos educandários das Filhas de Maria Auxiliadora (CATÁLOGO DA VISITADORIA MENOR DO BRASIL, 1937).

A Congregação Filhas de Maria Auxiliadora parece estar envolvida no que Jorge Nagle conceitou como otimismo pedagógico, representado como

uma verdadeira “revolução copernicana” no campo da educação, o escolanovismo pretende deslocar o educando para o centro das reflexões escolares. Daí resultar em profunda alteração dos padrões em que se sustentava a chamada “escola tradicional”: são novos valores e princípios a fundamentar a organização escolar, novos modelos de relacionamento entre professor e alunos, novo significado das matérias ou disciplinas, novos métodos. Enfim, novo modelo (NAGLE, 2006, p. 288).

Nessa perspectiva, a maior preocupação no otimismo pedagógico se dá com o tipo de educação que iria oferecer, pois não era simplesmente difundir a escola para alfabetizar como

⁹² Em Fortaleza-CE, fundou-se Colégio Maria Auxiliadora em 1933, que funcionou em forma de externato, oferecendo ao público feminino ensino elementar e ginásio, lições particulares, escola noturna e Oratório festivo; ou ainda em Baturité-CE, onde fundou-se o Colégio Maria Auxiliadora que funcionou em forma de externato, a partir de 1932, oferecendo tanto o ensino elementar, complementar, bem como formou professoras no ensino normal. Possivelmente, essas normalistas eram preparadas na pedagogia salesiana para que pudessem assumir o magistério nessas instituições ao conferir-lhes um diploma para lecionar no ensino primário (CATÁLOGO DA VISITADORIA MENOR DO BRASIL, 1937).

⁹³ Em 1934, no Amazonas, na região de Barcelos, destacavam-se as obras missionárias indígenas, com a Missão Salesiana Santa Terezinha, e de Jauareté, em 1932, com a Casa Maria Auxiliadora. Em Manaus, abriu-se em 1930 um educandário feminino nomeado de Colégio Maria Auxiliadora, funcionando em forma de externato e oferecendo escola elementar, ginásio comercial e profissional e ainda escola noturna e lições particulares, ademais, havia o Oratório festivo, lições de catecismo nas escolas públicas e ambulatório profilático (CATÁLOGO DA VISITADORIA MENOR DO BRASIL, 1937).

no entusiasmo pedagógico, mas reproduzir um novo modelo enriquecido com didática, técnicas, valores, princípios, novas formas de relacionamento entre o professor e o aluno, que deveriam ser implementados na escola; no caso das Filhas de Maria Auxiliadora, obviamente, constituísse-se em bases religiosas.

A despeito de Nagle, quanto ao significado desse novo modelo escolar impulsionado pelo escolanovismo no Brasil, Carvalho (2002) afirma que, para além da técnica e dos valores, tratava-se de um projeto político, autoritário e de poder disciplinador; defendia-se uma formação integral em que atribuía-se ao programa educacional a higienização física e moral da sociedade, fatores que impediam o progresso do país na sua nacionalidade e progresso econômico. Carvalho (1999) aponta que a mentalidade da época, encabeçada por órgãos como Associação Brasileira de Educação – ABE, criada em 1924, elaboraram campanhas em que a reforma da sociedade seria alcançada pela reforma do homem. Nesse sentido, para os organizadores da ABE, era necessário, ao invés de “apressadamente ensinar a ler, escrever e contar aos adultos iletrados, cuidar seriamente de educar-lhes os filhos fazendo-os frequentar uma escola moderna que instrui e moraliza, que alumia e civiliza” (CARVALHO, 1999, p. 2). Projetava-se, assim, uma grande reforma dos costumes para a educação brasileira, cuja proposta pedagogia estava atrelada a um modelo para o trabalho. De acordo com Carvalho (1999, p. 6),

disseminaram-se representações da vida moderna que, condensadas no modelo da fábrica, produziavam novas sensibilidades. Nesse processo, a pedagogia deixava-se impregnar pelos novos ritmos da sociedade da técnica e do maquinismo. Ritmos que faziam entrever modalidades inéditas de intervenção disciplinar. Assim, por exemplo, caberia ao professor “guiar” a “liberdade” do aluno de modo a garantir que o “máximo de frutos” fosse “obtido com um mínimo de tempo e esforço perdidos”. Assim, também, urgia evitar que o “interesse” do aluno – peça fundamental na nova pedagogia – se transformasse em “paixão”, princípio “intempestivo” de “escolhas caprichosas”. Regrar a liberdade e coibir a paixão eram práticas sutis de dosagem que se ordenavam pelo primado de ajustar “os homens a novas condições e valores de vida”, promovendo [...] “uma grande reforma dos costumes”.

A partir dessa égide pedagógica, o papel da escola nos discursos dos reformadores era atuar na regulação dos comportamentos sociais e guiar as educandas na forma de conceber sua ação no mundo. Para Carvalho (1998, p. 148), “saúde, moral e trabalho foram os pilares em que se assentava a convicção a respeito da importância da educação” ainda na década de 1920, quando essa forma de conceber seu entusiasmo pela educação era representado pela Associação Brasileira de Educação, composta pela elite que se autoinvestia de autoridade para promovê-lo. Inclusive, isso se intensificará na década de 30 com o movimento e manifesto dos pioneiros, em que se defendia, entre outras pautas, a laicidade do ensino e a coeducação, duas

questões inconcebíveis em uma instituição educativa para a Igreja Católica, culminando com a disputa pelo controle da educação entre renovadores e católicos na Era Vargas.

Era certo que no momento da fundação da ABE, católicos, liberais e positivistas, concordavam todos na defesa da causa “cívico-educacional”, configurando a causa da educação em um projeto de diversos interesses que culminaram na saída dos católicos da ABE e a consequente fundação da Associação Católica (SAVIANI, 2013). A publicação da *Divini Illius Magistri* pelo Papa Pio XI, em 1929, acirrará a rivalidade principalmente entre pioneiros da educação e católicos na revolução pós-30, provocando fortes embates sobre a função da educação e da religião na sociedade, contribuindo para a produção de diversas ideias pedagógicas e formas de educar na Era Vargas.

Diante desse contexto educacional, político, econômico, cultural e social, as Filhas de Maria Auxiliadora organizam seus estabelecimentos de ensino, na medida do possível, providenciando o jardim de infância, o ensino primário, ensino secundário, envolvendo as fases da infância e juventude feminina de forma integral, agregando nesse contexto o valor do trabalho, da religião, da moralidade, do ensino profissional feminino e formação de normalistas (CATÁLOGO DA VISITADORIA MENOR DO BRASIL, 1937).

Esse panorama de instituições educativas estabelecido nas regiões Norte e Nordeste sinaliza que as FMA apresentam o intento de elaborar a evolução da Instituição no ensino feminino, autoarfirmando-se no campo da formação profissional feminina, a partir dos anos de 1930 no Brasil do século XX, posicionando-se como educadoras cristãs por excelência.

Na Era Vargas, foram realizadas diversas reformas pelo ministro da educação, Gustavo Capanema, de 1934 a 1945, em todos os níveis de ensino, muito se destacando no período a regulamentação do ensino profissional fomentado com a criação do Sistema S – Senai, a partir de 1942, bem como no próprio sistema de educação brasileiro público e particular nas áreas industrial, agrícola e comercial. O Pará também foi palco dessas reformas na educação, tendo seu regulamento de ensino primário reformado a partir desse contexto em 1931. As reformas e formas de pensar a educação e o ensino feminino estavam impregnadas da ideologia católica e do controle do lugar social das mulheres, captados em um discurso comemorativo do centenário do colégio Pedro II, quando o referido ministro externou seu pensamento sobre a instrução e educação feminina, além dos valores da família:

A educação a ser dada aos dias há de, porém, diferir, na medida em que diferem os destinos, que a Providência lhes deu. Assim, se o homem deve ser preparado, com têmpera militar, para os negócios e as lutas, a educação feminina terá outra finalidade, que é o preparo para a vida do lar. A família, constituída pelo casamento indissolúvel, é a base de nossa organização social e está, por isto, colocada sob a proteção especial

do Estado. Ora, é a mulher que funda e conserva a família, como é também por suas mãos que a família se destrói. Ao Estado, pois, compete, pela educação que lhe ministra, prepará-la convenientemente para a sua grave missão. E é assim que a educação feminina, pela importância de que se reveste, passa a exigir dos poderes públicos cuidados e medidas especiais (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 123).

A educação feminina nesse período organizava-se preparando a mulher para sua missão providenciada por Deus: o lar. A mulher era entendida como o ser que gerava a família, objetivando conservar e manter a ordem social, não sendo o Estado responsável por possíveis problemas advindos da desintegração social, mas a mulher, que será educada para sua importante missão patriótica e feminina. Nessa condição, o governo se coloca como responsável pela educação feminina pela importância social que carrega, tratando-a com “medidas especiais”. Ao homem ficou reservado uma educação regada ao “tom” militar, preparando-o para lutar e servir a pátria quando fosse necessário, ou ainda formá-lo para os negócios.

Nas primeiras décadas do século XX, com as lutas sociais das mulheres, houve um movimento de emancipação feminina em razão das aceleradas transformações do papel da mulher na sociedade (PINSK; PEDRO, 2013). A educação foi uma das formas encontradas pelas mulheres para conquistar sua liberdade e independência em uma sociedade que até metade do século XX era governada em sua maioria por homens que buscavam regular os campos de circulação delas e determinar onde poderiam atuar profissionalmente. É nesse contexto de luta por espaços e disputas pelo ideário da formação feminina que as Filhas de Maria Auxiliadora inserem-se, atuando de diversas formas e em variado contexto no Brasil por meio dos seus insitutos de educação feminina.

O clima social da primeira metade do século XX é consequência de acontecimentos e lutas ocorridas ainda no século XIX, a exemplo da sociedade constituída em Republica e de sua recente saída da condição escravista (MOTTA, 2013). Nos primeiros decênios, temos as primeiras brasileiras advogadas, fundadoras de jornais femininos e poetas. Mesmo que as instituições as desencorajassem, resistiram! Foram nos conflitos que essas mulheres se autoafirmaram e apareceram ainda em raros momentos como grupo ou segmento social, a exemplo na atuação ao longo dos anos 20 e 30 na Sociedade Brasileira para o Progresso Feminino, lutando pelo direito ao voto e ao trabalho (MOTTA, 2013).

Acresentamos a essa representação enquanto grupo feminino as congregações religiosas femininas que atuaram no campo da educação e formação profissional feminina a partir dos 1930. Elas fizeram parte desse contexto com seus projetos educativos e religiosos, uns de forma mais conservadoras, outros mais progressistas, e que podem nos revelar muito desses caminhos

percorrido pelo corpo feminino, sua relação com o governo civil, e em que medida contribuíram para a liberdade dessas mulheres formadas por elas. Reside aí a necessidade de se estudar essas congregações, estabelecendo sua relação com o Estado e seus projetos de formação feminina.

O envolvimento das Filhas de Maria Auxiliadora com as comemorações patrióticas do Estado são bem marcantes. Esse registro ocorreu pela primeira vez em 7 de setembro de 1937, em Belém, no ano de 1937: elas foram “convidadas pelas autoridades civis para assistir o desfile das forças armadas do governo, das associações, dos estabelecimentos educacionais da capital, para comemorar o aniversário da independência do Brasil” (CRÔNICA DA CASA, 1937, p. 145). Um convite desse não pode ser visto como um ato neutro, porque

Os desfiles escolares entendidos como festa são uma construção social que manifesta, em seu espaço, significações e representações que favorecem a composição de certa cultura cívica inerente aos seus atores; nos facilita entender a identidade que é dada pela compreensão que esse grupo possuiu acerca do símbolo que justificou a realização do desfile e que registrou de modo duradouro na memória social um sentimento que se propunha ser coletivo pela união dos anseios de seus atores, delimitada em um tempo e um espaço históricos (BENCOSTTA, 2006, p. 301).

O calendário seguido até então pelo Instituto Dom Bosco possuía somente uma cronologia de comemorações religiosas criada e organizada para manter o *ethos* da comunidade salesiana. Segundo Sousa (1999, p. 134), “as comemorações cívicas receberam especial atenção dos legisladores na prescrição do calendário escolar no início do século XX” e foram criadas para perpetuar uma memória nacional.

Entre 1935 e 1942, tentamos mapear a frequência do envolvimento do Instituto Dom Bosco com as comemorações cívicas nas Crônicas e suspeitamos de uma certa resistência à participação, pois foi mencionado sua presença desfilando somente em 1942, porém, em 1937 e 1939 o corpo estudantil foi assistir uniformizado. Em 1938 e 1941, não foi mencionado o feriado nacional de Independência. No ano de 1940, foi mencionado somente que era feriado nacional e todos os alunos da escola da cidade desfilaram. A data natalícia de Getúlio Vargas também não foi lembrada nesse período. As irmãs possivelmente sabiam da representação simbólica que carregava o ato de desfile. Por outro lado, já envolvidas com representantes da política local, como Alcindo Cacela, Abelardo Conduru, industriais como Chamier, família MacDowel e a elite feminina religiosa belenense, todos benfeitores, as irmãs não poderiam se eximir, por isso, provavelmente, aceitaram o convite feito em 1937. As FMA se organizaram e se fizeram presente no evento cívico com uma indumentária especial; aproveitando esse momento cívico, puderam “inaugurar o novo uniforme da nossa escola: blusa branca, saia azul,

meias de seda e gravata, boina de feltro bordado com um monograma com as iniciais I D B – Instituto Dom Bosco” (CRÔNICA DA CASA, 1937, p. 145).

Preparar-se para esse momento com o uniforme escolar especial era motivo de entusiasmo, pois tratava-se da festa da Independência do país. A partir dos anos de 1950, criou-se uma cultura da disputa com a presença do Instituto Dom Bosco nos desfiles cívicos, já que nos estudos de Oliveira (2017, p. 64), registrando a fala de D. Maria Dolores, aluna do Colégio Santa Catarina, entre 1953 e 1963, consta: “todo mundo desfilando com a roupa de gala e a gente ganhava sim. Era uma festa quando ganhava, porque era uma disputa o Santo Antônio, Gentil, D. Bosco, Colégio do Carmo, Nazaré [...]”. Nesses termos, para além da expressão da tradição patriótica e pertencimento escolar, seu uso fomentava uma cultura de disputa entre os próprios alunos oriundos das escolas religiosas femininas de Belém.

Figura 18– Academia.



Fonte: Arquivo do Instituto Dom Bosco de Belém, s/d.

O cabelo curto era uma marca registrada das escolas em sistema de internato, pois facilitava os cuidados diários e a limpeza, e era sinal de desapego material nesse contexto educativo religioso. A limpeza do corpo e das roupas era recomendação expressa no Regulamento de 1932. A vestimenta feminina seguia um padrão bem característico dos uniformes das meninas da Escola Normal de Belém, sobretudo nas apresentações das educandas ao público: saia azul preguiada, blusa branca de mangas compridas, gravata e meias de cano alto com sapatos pretos. A indumentária “assenta sobre códigos e convenções, muitos dos quais

são fortes, intocáveis, defendidos por sistemas de sanções ou incentivos” (ECO, 1989, p. 15). O uso dessa indumentária completa em um possível dia de festa ou celebração representava e comunicava uma composição de uniforme moderno em voga no ano de 1937.

A indumentária representa a identidade do corpo e do grupo que ela expressa. As saias de cós alto e na altura dos joelhos, os braços cobertos até o punho e meias de cano longo revelam a modéstia, o pudor feminino e a disciplina do corpo juvenil. A meia gravata e a boina acompanham o charme da moda da época, e escapa ao controle do corpo a graça feminina. A função do vestir foi regulada, na medida em que para meninas não era permitido usar calças nos educandários femininos salesianos e as blusas deveriam cobrir até o punho (REGULAMENTO DA CASA, 1934).

Há no uniforme uma materialidade que vai além da função vestir, pois ele educa e controla o corpo feminino para que se mantenha coberto, modesto, puro. As meias de cano curto provocavam um verdadeiro frenesi nos Capítulos Gerais a partir da década de 1930, sendo feita esta deliberação: “Para meias de cano curto: Infelizmente deparamo-nos com exigências que não são fáceis de evitar: mas, sempre que possível, tentamos, com todos os meios à nossa disposição, evitar isso, que é inconveniente” (CAPÍTULO GERAL X, 1934, p. 83). Porém, no Instituto Dom Bosco de Belém, a meia de cano curto não foi motivo para que as meninas não pudessem participar da sua prática educativa festiva; valorizou-se a sua participação em razão de seu interesse, não na forma como estava composta a indumentária.

5.2. O ensino primário do Pará e a educação feminina no Instituto Dom Bosco

O índice de analfabetismo no Brasil era alto no momento em que se inaugurou o Ensino Primário no Instituto Dom Bosco de Belém, porém, segundo Rosemberg (2013), a maior taxa prevaleceu entre as mulheres. A realidade educacional do Brasil na metade do século XX era que aproximadamente 70% das mulheres que não sabiam ler nem escrever, sendo também uma expressão do resultado sobre a forma que se educava as mulheres, restringindo seu pleno acesso à educação escolar até o momento da obrigatoriedade do ensino primário.

Além disso, ao longo das primeiras décadas do século XX, as mulheres que necessitavam ou almejavam se constituir trabalhadoras fora do lar, ter acesso à educação formal ou formar-se em funções impróprias enfrentavam diversas barreiras em sua formação feminina diante de uma sociedade patriarcal que convencionou as profissões próprias para mulheres, determinando e autorizando a maternidade e o casamento como lugares de excelência e honra feminina. Visões conservadoras sobre o papel da mulher na sociedade contribuíram no sentido de alimentar concepções e valores a esse respeito, desaguando nas questões do gênero que serão

repensadas com a luta feminina diária na sua forma individual ou associativa, por conquistas de outros espaços.

Para galgar um caminho diferente, as mulheres precisavam estudar e enfrentar todas as circunstâncias sociais, seja do ponto de vista ideológico, econômico, político ou cultural que naturalizaram o lar como um espaço indispensável “aos toques” da mulher. Condição feminina que se agravaria ainda mais quando a mulher nascia em um contexto empobrecido da Amazônia, e outras mulheres (mães, avós, tias) se sacrificavam dando-lhe apoio, na medida do possível, para que tivesse outro destino, muitas vezes fora do seu lugar de origem, em que poderia ter disponível, no máximo, uma escola primária, a partir da década de 1930, conforme estatísticas de ensino da época. Era este cenário a realidade no interior do Pará em que seus governantes movimentavam-se construindo pouco a pouco as escolas públicas ao longo da primeira metade do século XX.

Diante de todas estas circunstâncias, a chegada das Filhas de Maria Auxiliadora a Belém proporcionará o fortalecimento da educação feminina, constituído no tripé formativo da Congregação, qual seja, o campo religioso, intelectual e profissional feminino. O Educandário Dom Bosco materializou-se como um lugar de Ensino Oficial do Estado do Pará em setembro de 1937, regido pelo regulamento do Ensino Primário do Estado do Pará segundo o Decreto n. 235, de 26 de março de 1931.

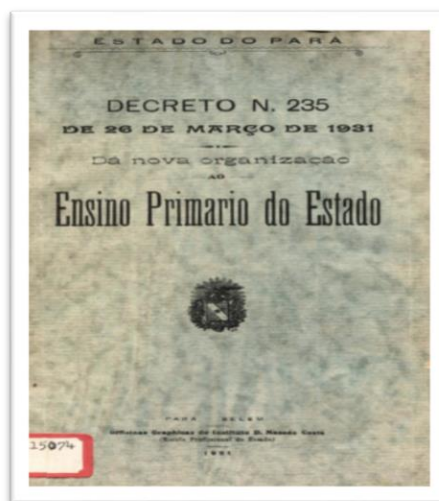
A notícia foi anunciada e considerada de alta relevância: o Instituto Dom Bosco era uma escola elementar iniciada no grande bairro do Reduto, funcionando regularmente. Na Crônica da Casa das Filhas Maria Auxiliadora, há o relato enaltecendo este acontecimento: “Hoje os esforços das irmãs são coroados com a feliz notícia da sua ‘equiparação a escola estadual’, graças à gentileza e dedicação às obras de Dom Bosco do Ilmo. diretor da instrução pública doutor Amazonas” (CRÔNICA DA CASA, 1937, p. 155).

Tornando-se sua escola oficial equiparada ao Estado, a partir de 1937, a Congregação feminina teria que organizar o ensino escolar nos termos da legislação estadual. A adesão à condição de escola oficializada do Estado possivelmente possibilitou regalias e financiamento à instituição, porém acrescentara-se novas formas do cotidiano conferindo a ele um “tom híbrido” e resistências quanto a mudança da cultura escolar.

À época, o ensino primário no território brasileiro era de responsabilidade dos Estados no que se refere à regulamentação e implementação, deixando de ser somente com a criação da Lei Orgânica do ensino primário em 1946, estabelecidas pelo Governo Federal (CASTRO, 2006). Nessa direção, o ensino primário em vigor no Instituto Dom Bosco foi autorizado sob Decreto n. 2.760, de 14 de fevereiro de 1937, pela Secretaria de Educação do Estado do Pará,

e equiparando-se à escola oficial do Estado teria a obrigação de seguir o programa oficial do governo regulamentado pelo Decreto n. 235, de 26 de março de 1931, que deu nova organização ao Ensino Primário do Estado do Pará.

Figura 19 – Regulamento do Ensino Primário do Estado do Pará.



Fonte: Acervo da Autora em registro feito no Setor de Obras raras do Centur, 2019.

O Regulamento do Ensino Primário no Pará abrangia

leitura, escrita, e caligrafia; língua nacional; aritmética e calculo mental; noções de geografia e história, especialmente do Brasil e do Pará; noções práticas de geometria; lições de cousas, compreendendo noções concretas de zoologia, botânica, physica e chimica; educação social e doméstica; elementos da hygiene e profhylaxia; cultura physica; escoteirismo para os meninos; canto (hymnos patrióticos e escolares a uma, a duas e mais vozes); desenho, prendas domésticas para as alumnas; trabalhos manuais, modelagem, tecelagem, dobradura e os mais que forem adoptados (PARÁ, 1931, p. 6).

Nesse programa oficial de ensino, constam elementos políticos, ideológicos e culturais que deveriam compor a educação local. Elaborado no contexto em que Getúlio Vargas e simpatizantes da sua política, como o Major Magalhães Barata (à época interventor de Belém), buscavam harmonia nacional, o referido documento apresenta um alinhamento ao novo papel intervencionista assumido pelo Estado “nas questões econômicas e sociais de caráter mais centralizador e normativo” (ROSA, 2008, p. 34), em que foram prescritas práticas que intencionavam constituir a identidade da nacionalidade brasileira por meio do ensino escolar.

Além do ensino científico, contemplou-se nesse regulamento a introdução do Desenho, a Geometria e os Trabalhos Manuais, práticas vistas por Anísio Teixeira como de excelência na educação americana, inclusive implantada por ele na reforma realizada na Bahia, assentando-se “no princípio froebeliano: educar pela ação” (CARVALHO, 1999, p. 1).

Entre outras práticas educativas modernas valorizadas no Regulamento do Ensino Primário do Pará, temos o canto com destaque para “hinos patrióticos” e escolares; além da “educação social e doméstica”; devendo ser ensinado ainda os “elementos da higiene” e “profilaxia”, priorizando “um ensino específico e ideal para cada sexo”, qual seja, a prática do “desenho e prendas domésticas para as meninas” e “escoteirismo para meninos”. Acrescentou-se ainda os trabalhos manuais, tecelagem, dobradura, e outros mais que fossem adotados (PARÁ, 1931, p. 6). Desde a mais tenra idade já se construía e se ensinava as formas de ser menino e menina, traçando destinos e lugares sociais nos bancos da escola moderna paraense, profilática, patriota e centrada no aluno

No Pará, a Diretora de Instrução Pública que havia assumido a pasta desde novembro de 1934, professora normalista Maria Antonieta Serra Freire Pontes, determinou que fosse utilizado nas escolas do Pará o método global de Decroly, desenvolvido por meio do uso do centro de interesses centrado no aluno e correspondente a Escola Ativa. Em sua conferência realizada em seção específica, sobre o tema “O Ensino Primário no Estado do Pará”, durante o VII Congresso Nacional de Educação em 1935, anunciou que “atendendo, porém as determinações do governo, assumi a direção em Novembro de 1934 e tratei logo da adoção obrigatória do methodo global preconizado pelo sábio educador Decroly” (JORNAL DO COMMERCIO (RJ), 20/07/1935).

A professora diretora de Instrução Pública do Pará, Maria Antonieta de Serra Freire Pontes, dá como exemplos práticos do método de Decroly⁹⁴: o desenvolvimento de centros de interesse que possibilitaram a aprendizagem de “nossas crianças a fazer dramatizações espontâneas acompanhadas de gymnastica e jogos educativos” (JORNAL DO COMMERCIO (RJ), 20/07/1935). Essa forma de ensinar busca uma prática educativa centrada no aluno, constituindo aproximação entre este e o professor no campo psicológico. Esse método pertence ao movimento de educação moderna chamado de escolanovismo, que

introduziu uma renovação no ensino em que conhecimento do desenvolvimento psicológico ampliou os saberes pedagógico-didáticos pró-desenvolvimento integral da criança e transformou a escola ao considerar os interesses e as necessidades do educando, dando àquela um caráter dinâmico e vivo, de trabalho, de respeito e de participação; diferentemente do didatismo tradicional (CARVALHO, 2012, p. 191).

⁹⁴ No método de Decroly, além do conhecimentos das necessidades diárias como alimentar-se, defender-se dos perigos e riscos de acidentes, necessidade de ação e trabalho solidário, renovação constante da alegria de espírito, os alunos deveriam aprender lições sobre o conhecimento do meio ambiente humano – familiar, escolar e social, animal e vegetal. Complementam esse currículo os exercícios de expressão como trabalhos manuais, canto, jogos ginásticos e desenho (FERNANDES, 2021).

Essa conjuntura da escola moderna certamente foi um desafio para uma congregação estrangeira que, de um lado, necessitava se adequar à legislação local não só no ensino da sua língua nacional, mas das peculiaridades da geografia e história local e nacional, sua cultura patriótica, religiosa católica e escolar, bem como adequação à economia local em termos de formação profissional feminina; de outro lado, portadoras de um método próprio de educar, eram frequentemente cobradas pela Madre Luisa Vaschetti a manter “no coração a lealdade ao sistema educacional do nosso Santo Padre Dom Bosco, ensinando em bases cristãs, nunca percamos de vista o propósito do nosso trabalho educativa que é precisamente formar de maneira cristã a juventude confiada a nós” (CARTA CIRCULAR Nº 200, 1937). Alertava também a Conselheira, Madre Linda, sobre um grande perigo que poderia adentrar as escolas:

Advirto, se necessário, contra o perigo que ameaçaria nossas Casas, se viessem se infiltrar entre nós princípios, maiores tendências provenientes do que chamam de **escola ativa**, que seria para nós desorientação, uma deformação para o nosso método educacional e o perigo pode ser grave precisamente para aqueles desavidos (CARTA CIRCULAR Nº 200, 1937, destaque nosso).

As Filhas de Maria Auxiliadora tinham conhecimento dos princípios da escola ativa e havia uma representação desta como uma tendência “imprópria”, “perigosa”, “ameaçadora” porque poderia deformar e desorientar as práticas educativas das casas salesianas que já trabalhavam com seu próprio método educacional, pautado no sistema preventivo. Inferimos que a Congregação buscava manter seu sistema preventivo de educação pautado em Dom Bosco, mas acompanhando a modernidade educativa, assumindo o que chamou de “processos modernos” de educação em bases religiosas salesianas.

O Instituto Dom Bosco, inserido nesse contexto de escola nova, dá indícios de elementos renovadores presentes em suas práticas educativas, que representam como seus agentes educativos compreendiam seu projeto formativo feminino salesiano, destacando-os no plano de formação, nas crônicas do instituto, nas fotografias, e tem consciência disso, inclusive manifestando-se em seus anúncios de jornais em Belém, pois anunciando-se como um colégio adepto dos processos modernos de educação, mostrava-se apto a conduzir o alunado feminino belenense, especialmente a infância, nessa condição de modernidade, conforme destacado abaixo:

INSTITUTO DOM BOSCO
Dirigido pelas Irmãs da Congregação Salesiana
Em prédio inteiramente novo adquirido pelo Exmo Sr. Arcebispo situado à trav.
Benjamin Constante Nº316, no Reduto, terá início em fevereiro do próximo ano,
aqui em belém, o novo collegio salesiano dirigido pelas Irmãs Salesianas, Filhas de
Maria Auxiliadora.

Aceitam desde já, matrículas de alunas para os seguintes cursos:

1º- Jardim de Infância por **processos modernos**

2º- Primário compreendendo todas as classes.

3º- Pensionato para moças

4º - Aulas de Piano

5º - Aulas nocturnas, gratuitas, para moças com mais de 14 anos de idade. Ditas aulas abrangem o estudo completo de corte, costura, arte aplicada, bordado, desenho, pintura, etc. Para maiores informações dirigir-se a diretora do Instituto D. Bosco, avenida Conselheiro Furtado, 60 (JORNAL A FOLHA DO NORTE, 04/01/1937, destaque nosso).

No campo dos trabalhos manuais, o foco é a formação da juventude feminina trabalhadora. A Congregação Filhas de Maria Auxiliadora era orientada em seus planos de formação a oferecer uma educação que se adequasse à realidade do público feminino belenense, a fim de que construíssem suas bases de atuação e tradição escolar salesiana. Possivelmente, as professoras que lecionaram nas classes elementares do Instituto eram brasileiras que dominavam tanto a língua portuguesa quanto o conhecimento da região e cultura brasileira. À essa época, faltava em grande parte à sociedade brasileira o “comportamento de fidelidade às suas tradições culturais, a pátria de origem e o sentimento de orgulho nacional” (ROSA, 2008, p. 100). Por conseguinte, esses sentimentos de tradição e cultura de valor a pátria tratavam-se de sensibilidades fundamentais na constituição da brasilidade da Era Vargas.

O regulamento da educação paraense foi reformado nesse período, organizando-se para “melhor corresponder aos interesses democráticos da nova república”, e orientá-lo de acordo com os novos métodos e processos pedagógicos, a exemplo do que já se vinha fazendo nos “centros mais adiantados da república”, destacando no ensino primário algumas perspectivas do ensino do gosto pelo trabalho, “trabalhos manuais”, “tecelagem”, “canto”, “desenho”, “aprendizado dos offícios”, dos “rudimentos de agricultura” e “lições de cousas”, ensino da “educação doméstica” e “prendas domésticas” para o público feminino, bem como do “escoteirismo” para meninos, articulando-se ao projeto de educação nacional que previa a formação do homem novo para o Estado novo, para o qual a educação possuía um papel fundamental na formação da nação brasileira (REGULAMENTO ENSINO PRIMÁRIO DO PARÁ, 1931, p. 1-6).

Nessa direção, Souza (2009) pontua que caberia à escola primária a missão patriótica de edificar a nação por meio da educação integral, compreendida como educação física, intelectual, moral, para além da leitura e escrita e que formasse o caráter mediante a aprendizagem da disciplina social, caracterizada pela obediência, asseio, pontualidade, ordem, amor ao trabalho, honestidade, respeito às autoridades, virtudes morais e valores cívicos necessários à formação da nacionalidade.

Nesse período histórico, a partir de 1920 até fim dos anos de 1960, abre-se espaço a concepções de ensino renovadoras que tendem a manter a instituição e as finalidades de ensino, mas os métodos podem ser substancialmente alterados (SAVIANI, 2011). São exemplos dessas renovações as reformas de Fernando de Azevedo, no Distrito Federal, entre 1927 e 1930; de Francisco Campos e Mario Casasanta, em Minas Gerais, no mesmo período; a de Anísio Teixeira, no Rio de Janeiro, em 1932; e a de Fernando de Azevedo, em São Paulo, em 1933. Em parte, também, as reformas Francisco Campos, de 1931, e as Reformas Capanema, entre 1942 e 1946, que incorporaram elementos da concepção renovadora, assim como a Lei de Diretrizes e Bases, de 1961 (SAVIANI, 2011). O que há em comum nessas reformas é a forte vinculação da escola primária com o elemento trabalho.

Magalhães Barata já valorizava elementos cívicos e patrióticos, bem como a vinculação do trabalho às práticas educativas do ensino primário. No âmbito federal, foi estabelecido na Constituição de 1937 que “a educação física, o ensino cívico e os trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência” (BRASIL, 1937, p. 26). Por conseguinte, as escolas confessionais deveriam se adequar ao projeto de educação nacional pensado para o país, sob pena de não serem reconhecidas e ter seus trabalhos inviabilizados.

Do ponto de vista político, a inclusão de educação física, ensino cívico e os trabalhos manuais foram valorizados e faziam parte de um programa brasileiro de engrandecimento da pátria, assumido por Vargas, no qual inseriram-se crianças em uma escola que ensinava a cultura do trabalho desde a mais tenra idade. Outra questão de suma importância pontuada por Carvalho (2000) é que nesse período o analfabetismo é visto como a marca do país atrasado, incivilizado, da sua inaptidão ao progresso, assim, no Brasil, a alfabetização era uma questão nacional por excelência. Questão que só poderia ser resolvida no momento pela ampliação das escolas primárias.

No Instituto Dom Bom Bosco, encontramos alguns indícios que compuseram o ensino primário de Belém, a exemplo, aula prática da cultura física, canto, passeios, exames escolares, exposições de trabalhos, celebrações festivas civis e religiosas, e uma formação para o trabalho que nos deram indícios de elementos renovadores desse momento da Escola Nova em Belém do Pará. Essas práticas foram incorporadas e misturadas aos ensinamentos religiosos salesianos, ocorrendo assim a hibridização do ensino primário. Como já fora explicado, as educandas não consumiam só a catequese, mas experienciavam diariamente os rituais religiosos católicos

incorporados ao seu cotidiano, apoiados em uma forma de fazer salesiana, baseada no contato, presença e diálogo educativos.

O Pará, inserido no contexto de modernidade e governado por Magalhães Barata, indicado por Getúlio Vargas, aprovou o decreto do ensino primário, determinando que fosse “ministrado de acordo com os modernos métodos pedagógicos em torno dos processos da Escola Ativa” (REGULAMENTO ENSINO PRIMÁRIO, 1931, p. 7) e as escolas seriam “especiais para cada sexo ou mistas” (REGULAMENTO ENSINO PRIMÁRIO, 1931, p. 16). Isto posto, os estabelecimentos de ensino poderiam oferecer uma formação direcionada especialmente para o sexo feminino. Nessa conjuntura, a Escola Ativa é constituída no ideário da Escola Nova, ocupando um papel de destaque na história da educação brasileira do século XX, em razão da sua predominância e força entre as décadas de 1920 e 1960, envolvendo diferentes grupos, tendências e posições diversas e conflitantes (SOUZA, 2009).

O movimento da Escola Nova, que tinha por objetivo a “regeneração da sociedade brasileira e transformação da educação”, intencionando cooperar para o bem social, atingiu todo o território brasileiro, configurou campos pedagógicos, políticas educacionais, profissionalização dos professores e práticas educativas (SOUZA, 2009, p. 169). Em nome de uma pedagogia nova que vinculava projeto político e projeto educacional, articulou-se as questões pedagógicas às questões sociopolíticas, “como ordenação do trabalho, a construção da nacionalidade, a modernização da sociedade e a democratização do país” (SOUZA, 2009).

Nesse contexto de modernidade que adentrou as instituições educativas paraenses, determinou-se, entre as incumbências do diretor, “não permitir, de modo algum, a aplicação de castigo físicos e vexatórios” (REGULAMENTO ENSINO PRIMÁRIO, 1931, p. 19), pois não se alinhavam à educação moderna. Isso não quer dizer que não ocorriam outras formas de punição do corpo, na medida em que no mesmo regulamento era registrado como dever do professor: “Exgottar os meios brandos antes de aplicar qualquer corretivo disciplinar e nunca emprega-lo senão com critério e moderação” (REGULAMENTO ENSINO PRIMÁRIO, 1931, p. 24).

Os anos de 1930 a 1940⁹⁵, no contexto político de Belém em que a Congregação Filhas de Maria Auxiliadora oficializava o ensino primário, compreende o início do Estado Novo, no

⁹⁵ O Instituto Dom Bosco oficializa-se em um momento econômico pós-30. Sousa (2008, p. 3) mostra as evidências de um novo cenário econômico, social e cultural em uma notícia na revista *A Novidade*, publicada na década de 1942: “Depois de uma longa decadência permanente desde a queda da borracha, Belém aos poucos se levanta. Seu comércio cria novos movimentos, suas ruas se encheram de gente. Uma avenida moderna e grandiosa como poucas do norte, abre-se na 15 de agosto. E a maravilhosa geografia belenense transforma a cidade no maior ponto de intercâmbio euro-americano. Todas as rotas aéreas que atravessam o Atlântico cruzam Belém. De Lisboa, de Dakar, do mundo, para Miami, Nova York, um outro mundo. Nossas populações do interior vêm constantemente

qual a Câmara Municipal de Belém foi dissolvida por Vargas, e em 10 de novembro de 1937 nomeava-se José Malcher como governador do Estado do Pará, que exerceu o cargo até janeiro de 1943.

Após o período do ciclo da borracha e um período de estagnação, a economia de Belém começa a se reerguer a partir de 1940. Os jornais noticiam, em 1940, que Belém retoma seu crescimento no comércio, na circulação de pessoas que vinham tanto da Europa como da América do Norte, também representando Belém como município de imigração para a população do interior e do Nordeste, citando ainda a criação da Biblioteca Municipal, espaço sociocultural símbolo do conhecimento e pensado para o acesso público, sendo ferramenta para difusão da pesquisa e apoio ao ensino da época. Por outro lado, registra a miséria e a condição de adoecimento vividos pela população do interior que migravam para Belém buscando a melhoria de vida. Fazem parte ainda desse cenário urbano instituições federais como Instituto Agrônomo e o Saneamento, representados pelo articulista como símbolos do fomento do progresso belenense (SOUZA, 2009, p. 3).

Damasceno (2015) aponta que Magalhães Barata, governador que antecede José Malcher, se movimentou no sentido de modernizar a educação escolar no Pará, com proposição de palestras para aperfeiçoar os métodos modernos de ensino, instalação de aparelhos de projeção nas escolas para viabilizar o cinema educativo visando ao ensino intuitivo na capital e interior, criação das aulas práticas de jardinagem e horticultura no Instituto Gentil Bittencourt para alunas do curso normal rural.

Coelho (2008) considera que, no contexto do ensino primário entre 1920 e 1940, Belém vivenciou um período em que se acreditou no poder da educação enquanto fator de desenvolvimento. Sob as gestões de Magalhães Barata e José Malcher, adotou-se as diretrizes da escola ativa, edificou-se prédios e grupos escolares nos subúrbios de Belém, incentivou-se a abertura de escolas primárias e escolas noturnas em cidades e pequenos vilarejos. No entanto Coelho (2008, p. 185) afirma que, embora tenham ocorrido esses investimentos na educação paraense, ainda havia um número muito alto de abandono da escola, não atendendo, portanto, as necessidades locais, mesmo sabendo que a “escolarização é uma medida imperativa para consolidar a democracia”.

No tocante à matrícula no ensino público primário, há ocorrência de uma modificação qualitativa no aumento das matrículas do sexo feminino entre 1931 e 1936 nas escolas públicas,

se abrigar aqui, fugidas da miséria e da doença. E as novas repartições federais como o Instituto Agrônomo e o Saneamento auxiliam com seu prestígio esse progresso. [...]. E nos foi anunciado para breve uma iniciativa das mais alegres possíveis, a Biblioteca Municipal”.

saltando de 43,45% para 45% (DAMASCENO, 2015). No governo de José Malcher (1936-1943), ocorreu “um maior grau de complexidade no que se refere às realizações baseadas na escola nova”, tanto que, em uma mensagem emitida na Assembleia Legislativa em 1936, ele, no intuito de atender aos preceitos da higiene escolar e acompanhar as exigências da escola nova, mandou construir três prédios escolares em Belém nos bairros suburbanos da capital, “habitados em sua maioria pela laboriosa classe operária” (DAMASCENO, 2015, p. 237).

O Álbum do Pará⁹⁶, de 1939, traz diversos dados sobre matrículas e serviços do ensino primário e sua organização no Estado. Quem estava à frente da Diretoria Geral de Educação e Cultura do Estado do Pará era o Doutor Miguel José de Almeida Pernambuco Filho⁹⁷, sob a administração do Interventor José da Gama Malcher.

A publicação do Álbum do Pará se torna importante para situarmos o estado em que se encontrava o ensino primário e sua organização no Pará, principalmente no momento em que a Congregação Filhas de Maria Auxiliadora já estava com seu estabelecimento educativo equiparado ao ensino estadual. No Álbum do Pará, de 1939, a seção de Estatísticas e Testes, bem como de Inspeção, auxiliavam no mapeamento da evolução do ensino em termos quantitativos e qualitativos, além da organização, planejamento, acompanhamento e controle da avaliação escolar e do cotidiano da instituição. No final dos anos 30, estavam “subordinados à esta Diretoria de Educação e Cultura todos os estabelecimentos de ensino oficiais e oficializados, o Museu Goeldi, a Bibliotheca Pública, e o Theatro da paz”. Estando ainda sob responsabilidade dessa Diretoria o Gabinete de Biotypologia, para atender e acompanhar a saúde de toda a população escolar, inclusive com a realização dos exames médicos, e a Biblioteca do professorado (ÁLBUM DO PARÁ, 1939, p. 126).

A maioria dessas instituições mantidas pelo governo estadual foram criadas ainda no século XIX, porém foram necessários investimentos para que elas pudessem se manter abertas ao público-alvo, e foram devidamente citadas para mostrar o valor que o diretor de instrução pública estava dando à educação naquele momento. Nessa lógica, essas ações e a existência dessas instituições são preocupações da escola moderna personalizada nos administradores que

⁹⁶ O Álbum do Pará é um catálogo organizado pelo governo do Estado do Pará, com o apoio da Associação Comercial. Objetivava registrar fotografias e dados dos municípios quanto aos investimentos estatais na sua economia, educação e infraestrutura, dando visibilidade também a belezas naturais, produção econômica, órgãos governamentais e estabelecimentos comerciais de Belém.

⁹⁷ Nasceu em Belém, em 1898, filho de Miguel José de Almeida Pernambuco e Alzira Coimbra de Almeida Pernambuco. Fez seus estudos iniciais na França. Retornando ao Brasil, formou-se pela Faculdade de Direito do Pará. Advogado do Banco da Amazônia, ocupou a interventoria federal no Pará por poucos dias, entre janeiro e fevereiro de 1943, substituindo José Carneiro da Gama Malcher até a posse de seu sucessor, Joaquim de Magalhães Cardoso Barata. Foi ainda secretário de Educação no Pará e professor de direito internacional no ensino superior (CPDOC/DHBB, s.d.).

perceberam a importância não só do ensino primário, mas da oferta do ensino popular oferecido em menor tempo nas escolas noturnas e nas localidades distantes dos centros urbanos, por meio das escolas isoladas e auxiliares. Com essa prática, combatiam o atraso causado na educação primária que afetava principalmente os trabalhadores e trabalhadoras que durante o dia não podiam estudar por conta da sua ocupação; providenciando ainda a manutenção da saúde dos estudantes, iniciação da população escolar em formação para o trabalho e formação dos professores.

Ademais, no referido quadro comparativo divulgado no Álbum do Pará sobre o ensino primário, há um balanço entre a década de 1930 até o ano de 1938, sobre o número de instituições escolares, matrículas e frequência feminina e masculina. Percebemos certo aumento do número de grupos escolares, das escolas isoladas e um considerável aumento das escolas auxiliares. Contudo, as escolas particulares registradas a partir de 1934 são um total de 249 estabelecimentos, quantidade significativa, mas que se reduzem a 136 instituições até a década de 1938, à medida que o ensino gratuito público adquire expansão. O que também sinaliza abertura para ingresso do público feminino, já que as escolas confessionais resistiam a coeducação e diminuía em número.

Pela natureza que compõe o nosso objeto – a educação feminina desenvolvida por uma congregação religiosa feminina –, vamos nos ater aos dados do Álbum sobre a instrução no que se remete ao quantitativo feminino. Do ponto de vista da matrícula feminina, ano a ano, aumentou a procura pelo ensino primário; sobre a frequência, nota-se um esforço em cumpri-la: em 1934, por exemplo, o público feminino escolar atingiu 65,93% de frequência; em 1935, chegou a 68,36%; em 1936, atingiu 74,55%; no ano de 1937, diminuiu para 68,19%; e em 1938, chegou à porcentagem de 81,72%. Mesmo assim, também, é importante observar a resposta sobre a evasão considerável daqueles que não frequentaram a escola por algum motivo, mesmo tendo realizado a matrícula, o que não é objetivo desta tese.

No quadro a seguir, podemos observar vestígios da instrução feminina em termos de porcentagem do domínio da leitura e da escrita, mostrando *a priori* que há um aumento na procura por instrução se comparado com o ano de 1938 em que haviam sido registradas 44.693 matrículas femininas. No estado do Pará, em 1940, temos um total de 318.719 mulheres recenseadas que possuem entre 5 e 39 anos, contudo recebem instrução somente 16,5%, ou seja, 53.219. Destas que estão recebendo instrução, quase 75% correspondem a faixa etária escolar de 7 a 14 anos (total 40.042), faixa etária estabelecida para o ingresso ao ensino primário que atinge um rendimento entorno de 75% no domínio da leitura e escrita, habilidades básicas que condizem como competência do ensino primário.

Abaixo, temos alguns dados sobre as pessoas que sabem ler e escrever por região registradas pelo Recenseamento Geral do Brasil em 1940:

Quadro 5 – Recenseamento Geral do Brasil em 1940 – Educação.

58. PESSOAS DE 5 A 39 ANOS, SEGUNDO AS REGIÕES FISIográfICAS E UNIDADES DA FEDERAÇÃO, COM DISCRIMINAÇÃO, POR SEXO, NO TOTAL E NO GRUPO DE 7 A 14 ANOS, DAS QUE ESTÃO RECEBENDO INSTRUÇÃO E, ENTRE ESTAS, DAS QUE SABEM LER E ESCRIVER

REGIÕES FISIográfICAS E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TOTALS DE PESSOAS DE 5 A 39 ANOS		PESSOAS QUE ESTÃO RECEBENDO INSTRUÇÃO							
			De 5 a 39 anos				De 7 a 14 anos			
			Totais		Sabem ler e escrever		Totais		Sabem ler e escrever	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
BRASIL	13 715 512	13 886 714	1 801 462	1 604 305	1 433 639	1 283 012	1 366 272	1 284 740	1 076 009	1 036 157
Norte	494 501	490 367	83 867	78 248	55 974	53 934	61 325	57 615	40 187	39 581
Nordeste	3 226 123	3 371 253	257 053	272 411	191 850	208 443	187 842	204 727	138 571	156 691
Este*	5 172 748	5 302 510	684 228	605 965	522 011	463 790	507 384	479 404	377 557	369 169
Sul	4 381 296	4 305 071	738 059	615 782	633 096	530 910	583 070	518 133	498 401	450 314
Centro-Oeste	440 844	417 513	58 255	31 897	30 708	25 935	26 651	24 861	21 293	20 402
NORTE										
Acre	25 684	24 278	3 020	3 535	1 966	2 302	2 202	2 381	1 393	1 615
Amazonas	150 162	147 570	22 179	21 694	14 511	14 597	15 715	15 192	10 009	10 083
Pará	318 655	318 719	58 668	53 219	39 497	37 035	43 408	40 042	28 785	27 883

Fonte: IBGE, 1940.

O problema de contemplar a faixa etária de 7 a 14 na estatística de 5 a 39 é a falsa impressão causada sobre o avanço do índice de leitura e escrita entre este último público. Na realidade, se subtrairmos o contingente de 37.055 das mulheres que sabem ler e escrever entre 7 e 14 anos, da faixa etária maior entre 15 e 39 anos no valor de 27.883, sobram apenas 9.232 mulheres entre 15 e 39 anos que dominam a leitura e escrita, em um universo de 13.177 mulheres desta faixa etária que estavam matriculadas recebendo a instrução e atingiram um nível de domínio da leitura e escrita de 70%.

Esses dados nos falam muito da desigualdade e exclusão no acesso à educação, quando registramos matrícula disponível apenas para 16,5% dessas mulheres paraenses, e um índice de não domínio da leitura e escrita de 30% em ambos os grupos que se matricularam para receber essa instrução. Porém, também revelam o empenho insuficiente na difusão da leitura e da escrita no Pará entre as crianças e jovens que estão na faixa etária de 7 a 14 anos e o desafio na

habilitação da leitura e da escrita entre as jovens e adultas com mais de 15 anos, que estão ausentes da estatística.

Possivelmente, boa parte desse público feminino que conseguiu dominar a leitura e escrita estava entre as alunas, de um lado, as que frequentam as escolas da capital Belém, região em que mapeamos o maior número de escolas do ensino primário, por consequência onde teríamos o maior número de mulheres que saberiam ler e escrever; de outro lado, as que dominavam a leitura e a escrita, embora sem diploma, viabilizaria às meninas o aprendizado de alguma profissão no grau elementar na qual exigisse essas habilidades. Os caminhos para o aprendizado da leitura e escrita no Pará, durante a metade do século XX, inserem-se em um contexto de acesso dificultoso e moroso para o público feminino, especialmente as mais pobres.

Todos esses dados chamam atenção para a oferta do ensino primário que era obrigatório a partir de 1934 e que enfrentava alguns problemas: primeiro, havia o baixo acesso da população pobre às instituições católicas que abria possibilidades criadas pela política de subvenções concedidas pelo Estado; segundo, ao convênio que auxiliava na manutenção das associações e escolas de caráter particular, sendo este ponto envolvido por um grande embate entre a Igreja Católica e liberais na metade do século XX.

Cabe destacar que a Igreja Católica defendia que suas escolas deveriam ser financiadas pelo Estado, a fim de garantir a liberdade para aqueles que preferissem o ensino recebido pelas instituições católicas confessionais, ao passo que renovadores e liberais defendiam o investimento estatal na escola gratuita, laica e estabelecida no sistema de coeducação. O ensino primário em Belém do Pará foi ofertado, à época, em caráter particular, e o público era obrigatório, gratuito e leigo, compreendendo:

1º - o ensino infantil ministrado nos cursos de Jardim da Infância às crianças de 4 a 6 anos; **2º - o primário**, ministrado nos seguintes cursos: **a) integral** – distribuído em 5 anos nos grupos escolares. **b) elementar**, ministrado em três anos, nas escolas reunidas e isoladas e auxiliares suburbanas. **c) popular** – ministrado em dois anos nas escolas nocturnas e nos afastados centros urbanos, isolados e auxiliares. **3º o especial**, para débeis orgânicos e retardados pedagógicos. A diretoria mantém **o ensino de canto orfeônico** e de **educação física**, o **Gabynete de Byotipologia**, o **Curso Normal Rural e de ensino doméstico** (Escola Doméstica Antônio Lemos), o **ensino Technico-profissional** (Instituto Lauro Sodré) e a **Biblioteca** do Professorado. O governo mantém ainda a **Escola Normal** de professores. O **Gabinete de Byotipologia** destina-se ao exame de toda a população escolar e é diretamente subordinado à Diretoria Geral de Educação e Cultura (ÁLBUM DO PARÁ, 1939, p. 126, destaques nossos).

No Álbum do Pará, foram registradas informações sobre o investimento do governo de José Malcher nos campos da infraestrutura e educação em Belém. Nesse período, já se tem

implantado o ensino infantil, o ensino primário com diversas modalidades e o ensino especial para pessoas com deficiência⁹⁸. Ainda houve a preocupação de manter como práticas educativas o canto orfeônico, a educação física, bem como a Escola Normal e Normal Rural para formação de professoras, agregando ainda a formação feminina o Ensino Doméstico na Escola Doméstica Antônio Lemos, instituição que, segundo Pimenta e França (2022), se destaca na tradição da educação feminina paraense desde o século XIX e adentra o século XX atuando neste campo⁹⁹.

Ainda no âmbito da educação local, temos a seguir o quadro 6 que apresenta informações sobre o censo do ensino primário geral em relação ao Estado do Pará, no que diz respeito à discriminação das unidades escolares segundo o sexo, a que se destinam e a dependência administrativa do ensino, entre os anos de 1938 a 1941. Nesse período, há um número menor de escolas oferecidas especificamente para meninas, atingindo em média um total 50% menor se comparadas às oferecidas exclusivamente para meninos. Contudo, as escolas primárias de ensino mistas foram aumentando o número de matrículas. Em termos de ensino primário, há consideravelmente um maior número de escolas estaduais públicas se comparadas com a quantidade de particulares, estas oscilam entre 9 a 17 % do total de públicas nesse período.

Quadro 6 – Ensino Primário Geral.

⁹⁸ No regulamento do ensino primário de 1931, a nomenclatura da época dada às pessoas com deficiência era “alunos débeis orgânicos e retardados pedagógicos”.

⁹⁹ Do mesmo modo, foi contemplada a formação profissional no Estabelecimento de Ensino Técnico-profissional no Instituto Lauro Sodré, instituição de tradição na formação profissional para o sexo masculino. É relevante ressaltar que a formação técnico-profissional mantida pelo Estado foi direcionada no quadro informativo somente para o público masculino; para o público feminino, direcionou-se o ensino doméstico, ficando a formação feminina pública “incrementada” com os saberes do lar.

EDUCAÇÃO									
II — ENSINO PRIMÁRIO GERAL (COMUM E SUPLETIVO)									
B) principais resultados regionais									
3. UNIDADES ESCOLARES — 1938/41									
a) Discriminação, segundo o sexo a que se destinam e a dependência administrativa do ensino									
(continua)									
UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Anos	UNIDADES ESCOLARES							
		Total	SEGUNDO O SEXO A QUE SE DESTINAM		SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA DO ENSINO				
			Masculinas	Femininas	Mistas	Públicas			Particulares
						Federais	Estaduais	Municipais	
Norte									
Acre	1938	94	4	—	90	—	21	68	5
	1939	95	6	1	88	—	20	68	7
	1940	108	4	—	104	—	22	75	11
	1941	129	4	—	125	—	24	92	13
Amazonas	1938	637	25	22	590	—	463	98	76
	1939	703	30	21	652	—	497	118	88
	1940	735	29	25	681	—	528	115	92
	1941	687	20	22	645	—	502	115	70
Pará	1938	1 158	172	87	899	—	1 031	—	127
	1939	1 133	131	65	937	—	1 037	—	96
	1940	1 191	125	67	999	—	1 008	—	183
	1941	1 167	126	72	969	—	984	—	183

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1938-1941.

Com relação às categorias do ensino ministrados nessas escolas, também encontramos valiosas informações que nos ajudaram a perceber o contexto da oferta educacional e a relação local que se estabelece com o ensino oferecido pelas Filhas de Maria Auxiliadora. Ao consultarmos os principais resultados regionais, encontramos as demandas por ensino da capital e demais localidades do Estado, entre os anos de 1938 a 1941. As categorias de ensino englobam o ensino ministrado tanto no grau elementar, como no secundário. Na tabela 3, representa-se que na capital há mais preocupação com o ensino primário, a exemplo de 1940: das 313 escolas existentes, 235 são primárias. Há pouquíssimas escolas de ensino secundário: atingiram o máximo número de dez (10) nesse quadriênio, não contando o interior com nenhuma escola secundária neste período, segundo a estatística¹⁰⁰.

¹⁰⁰ Para chegar à constatação da inexistência de ensino secundário no interior, utilizamos o critério da comparação entre os números da capital e demais cidades do Estado, a fim de observar a oscilação da quantidade de unidades escolares por cada ano e categoria de ensino. O ensino secundário, por exemplo, não oscila em seus resultados quanto ao número de unidades escolares em todo esse período, sendo esta, portanto, a sinalização de sua ausência. Da mesma forma, fizemos para as demais categorias de ensino. Consideramos como interior a região fora da capital Belém.

Ainda no contexto da capital belenense, a tabela 3 indica que o ensino doméstico atingiu o máximo de cinco (5) estabelecimentos, ensino industrial com quatro (4), ensino comercial com até treze (13), ensino artístico com até dezessete (17), ensino pedagógico com até cinco (5), ensino superior com até oito (8), realidade na qual constatamos que a maior oferta se concentrava para o ensino comercial com até treze (13) e artístico com até dezessete (17). Era na capital o lugar onde se encontrava a maior parte dos estabelecimentos nessas categorias de ensino citadas acima, exceto aquelas de maior incidência no interior, a exemplo das instituições de ensino pedagógico e ensino doméstico. À época, formava-se professoras também no interior do Pará, bem como meninas e mulheres nas prendas do lar.

Tabela 3 – Ensino em Geral – Unidades Escolares.

392 ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL

EDUCAÇÃO
I — ENSINO EM GERAL
B) Principais resultados regionais
3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA E MOVIMENTO ESCOLAR, SEGUNDO AS CATEGORIAS DO ENSINO — 1938/41
a) Unidades escolares

UNIDADES DA FEDERAÇÃO E MUNICÍPIOS DAS CAPITAIS	Anos	UNIDADES ESCOLARES										
		Total	Segundo as categorias do ensino (1)									
			Ensino primário	Ensino secun- dário	Ensino doméstico	Ensino industrial	Ensino comercial	Ensino artístico	Ensino pedagô- gico	Ensino superior	Ensino de outras categorias	
Acre	Território	1938	110	94	—	9	—	—	6	—	—	1
		1939	112	95	1	8	—	—	5	1	—	2
		1940	123	108	1	8	—	—	3	1	—	2
		1941	144	129	1	8	—	—	3	1	—	2
	Capital	1938	20	16	—	2	—	—	1	—	—	1
		1939	19	14	1	1	—	—	1	1	—	1
		1940	22	17	1	1	—	—	1	1	—	1
		1941	26	21	1	1	—	—	1	1	—	1
Amazonas	Estado	1938	718	637	4	10	1	13	27	5	4	17
		1939	797	703	4	19	1	11	32	5	4	18
		1940	813	735	4	20	1	11	17	5	4	16
		1941	756	687	4	15	1	11	13	4	4	17
	Capital	1938	330	263	4	4	1	12	26	4	4	12
		1939	364	284	4	13	1	10	31	4	4	13
		1940	379	316	4	13	1	10	16	4	4	11
		1941	347	291	4	9	1	11	12	3	4	12
Pará	Estado	1938	1 229	1 158	9	8	4	13	15	7	6	9
		1939	1 209	1 133	9	10	4	12	15	9	6	11
		1940	1 276	1 191	10	8	4	13	17	9	8	16
		1941	1 254	1 167	10	9	4	14	19	9	8	14
	Capital	1938	264	202	9	4	4	13	13	4	6	9
		1939	264	198	9	5	4	12	15	4	6	11
		1940	313	235	10	5	4	13	17	5	8	16
		1941	282	207	10	5	4	13	17	5	8	13

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1938-1941.

Esses resultados representam uma demanda da capital em relação à oferta da educação, mostrando qual ensino foi priorizando na formação da população belenense. O que contribui para a nossa tese de que as Filhas de Maria Auxiliadora acompanharam a realidade local quando ofereceram seus cursos para a educação feminina, priorizando áreas de formação artística, comercial e industrial no campo do vestuário, pois as instituições escolares salesianas costumam se organizar conforme a demanda educacional do seu contexto histórico local. Em relação ao “ensino de outras categorias”, que também consta na tabela e acrescenta valor

significativo, não contamos com eles, porque não foram discriminados nela sua procedência, porém sabemos que parte desse grupo contempla o ensino agrícola, que só foi destacado em grupo próprio mais tarde nas estatísticas, em razão da relevância dada a ele, com a aprovação da Lei Orgânica específica, como mostrado no próximo quadro.

Tabela 4 – Ensino em Geral – Categorias de Ensino

SITUAÇÃO CULTURAL							399
EDUCAÇÃO							
I – ENSINO EM GERAL							
I. SINOPSE PRELIMINAR, SEGUNDO AS CATEGORIAS DO ENSINO — 1934/49							
ESPECIFICAÇÃO	RESULTADOS						
	1934	1939	1944	1947	1948	1949	
Unidades escolares							
Ensino primário.....	30 733	40 418	42 977	58 571	66 611	72 128	
> secundário.....	474	782	1 241	1 524	1 664	1 766	
> doméstico.....	416	567	67	
> agrícola.....	116	117	121	
> industrial.....	137	148	1 275	1 807	2 054	2 076	
> comercial.....	466	559	1 052	1 071	887	872	
> artístico.....	409	547	756	931	1 017	1 045	
> pedagógico.....	365	382	515	698	658	708	
> superior.....	251	254	326	344	361	383	
Outros ensinos.....	700	880	1 791	2 094	2 338	2 349	
TOTAL.....	33 952	44 537	50 000	67 156	75 747	81 448	
Matrícula geral							
Ensino primário.....	2 408 446	3 205 753	3 377 151	4 403 444	4 755 914	4 951 369	
> secundário.....	79 055	155 588	233 223	311 887	335 882	360 271	
> doméstico.....	26 411	33 369	5 506	
> agrícola.....	11 655	11 114	10 271	
> industrial.....	16 186	15 747	61 208	87 249	95 016	98 381	
> comercial.....	23 084	45 932	87 242	91 867	91 785	87 709	
> artístico.....	11 130	11 507	15 739	23 244	25 720	27 840	
> pedagógico.....	30 877	26 748	28 231	31 130	32 704	35 647	
> superior.....	26 263	21 235	26 004	30 715	34 544	37 589	
Outros ensinos.....	55 304	72 921	169 493	207 681	235 611	231 643	
TOTAL.....	2 676 756	3 588 800	4 003 797	5 198 872	5 618 620	5 846 720	

FONTE — Serviço de Estatística da Educação e Saúde.

NOTAS — I. Os dados referentes a 1947 são definitivos e ratificam os publicados no "Anuário" anterior; os de 1948, com exclusão do ensino primário, também são definitivos; os de 1949 são provisórios. — II. Em virtude da relevância dada ao ensino agrícola, pela Lei Orgânica que criou o reorganizar, os seus cursos, passos e mesmo a constituir uma categoria à parte, desaparecendo a categoria de ensino doméstico, cujos resultados, a partir de 1947, estão incluídos em "outros ensinos", sendo era computado anteriormente o ensino agrícola.

2. PRINCIPAIS RESULTADOS, SEGUNDO AS CATEGORIAS DO ENSINO E AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO — 1947

a) Unidades escolares

UNIDADES DA FEDERAÇÃO E CAPITAIS	UNIDADES ESCOLARES								
	Total	Segundo as categorias do ensino							
		Ensino primário	Ensino secundário	Ensino agrícola	Ensino industrial	Ensino comercial	Ensino artístico	Ensino pedagógico	Ensino superior
Norte									
Gusperé.....	51	44	2	1	1	—	1	—	1
Porto Velho.....	40	33	2	1	1	—	1	—	1
Acre.....	181	154	1	—	13	3	2	—	5
Rio Branco.....	44	34	1	—	3	—	1	—	2
Amazonas.....	518	408	10	8	34	—	24	—	19
Manaus.....	308	216	10	2	26	9	5	1	19
Rio Branco.....	19	19	—	—	—	—	—	—	—
Boa Vista.....	19	19	—	—	—	—	—	—	—
Pará.....	1 532	1 419	19	2	20	18	13	9	7
Belém.....	297	203	16	1	15	18	—	7	20
Amapá.....	74	72	1	—	1	—	—	—	—
Macapá.....	33	32	1	—	—	—	—	—	—

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1934-1949.

A tabela 4 apresenta o cenário geral de todas as categorias de ensino ministrados no Brasil entre 1934 a 1949, e o panorama por estado das unidades escolares e as referidas matrículas. Comparando com o ensino que foi oferecido em Belém, constatamos que esta acompanhou a oferta nacional contemplando todas as categorias; só não conseguimos precisar o tipo de práticas ou cursos que foram oferecidos, necessitando de um trabalho mais aprofundado. Todavia, essa questão pode ser respondida no que se relaciona com a formação feminina organizada pelas Filhas de Maria Auxiliadora, que compõem o objeto de nossa Tese, apontando que no seu primeiro ciclo de existência priorizou o ensino primário e a

profissionalização feminina no seu educandário. Essa relação entre ensino primário e formação para o trabalho foi construída concomitante durante a busca pela universalização da escola primária e, segundo Saviani (2011), sua ampliação promoveu a socialização dos indivíduos nas formas de convivência próprias da sociedade moderna, familiarizando-os com os códigos formais, capacitando-os na integração ao espaço produtivo.

Daí surge a grande relevância dos estudos das instituições educativas no sentido de nos ajudar a compreender como se constituiu essa socialização, que formas de convivência foram estabelecidas dentro do campo formal e informal da educação e de que forma se organizou a educação desses indivíduos que se buscava integrá-los ao espaço produtivo por meio da escola na metade do século XX (MAGALHÃES, 2007).

As Filhas de Maria Auxiliadora viveram essa conjuntura, e foi diante desse cenário de modernização e fortalecimento do ensino primário em Belém que buscaram a oficialização do seu ensino em termos estatal. A não ocorrência de algumas práticas também nos alertam para inferir a ausência do ensino doméstico por dois possíveis motivos: 1) pode não ter existido realmente, 2) e, se foi incluído nas práticas em razão das exigências do ensino oficial local e nacional, não mereceu destaque no cotidiano narrado pela cronista da instituição. As fontes do Instituto Dom Bosco de Belém apontam práticas educativas que podem configurar novos hábitos da vida doméstica constituídos no tripé estudo, religião e trabalho para além do lar.

A existência do ensino doméstico não foi mencionada (nem como ensino próprio da Instituto Dom Bosco de Belém, nem como prática do seu cotidiano) nas fontes históricas da casa salesiana de Belém no período histórico pesquisado nesta tese. Foi mencionado somente em 1948, na escola noturna, mas sem detalhes de como ocorria, talvez porque o foco do primeiro momento era a juventude operária feminina. Assim, a partir de 1937, as irmãs arquitetam e organizam seu educandário em Belém dentro das condições oficiais e estruturais suficientes para materializar seu projeto formativo no espaço educacional do Instituto Dom Bosco no bairro do Reduto.

Embora equiparadas ao ensino estadual paraense, a partir desse momento, vimos que as irmãs reconfiguraram suas práticas para atender a demandas oficiais do contexto da educação nacional e, ao mesmo tempo, manter a educação feminina alinhada a tradição religiosa em moldes salesianos, pautada na visão conservadora da Igreja, mantendo-se distante das práticas religiosas populares do seu educandário em Belém. Mesmo com a aprovação da Lei Orgânica do ensino primário, o cotidiano educativo constatado nos documentos da Congregação e do Instituto Dom Bosco não apontaram alterações nas práticas educativas analisadas, exceto com

a inclusão do ensino doméstico na escola noturna a partir de 1948, mas não foi mencionado como ocorreria.

Até 1950, as irmãs organizam-se formando suas alunas no ensino primário, pavimentando o campo da associação de ex-alunas salesianas, construindo sua tradição educativa, e formando a primeira geração do coletivo feminino que dará fôlego à expansão da instituição com a regulamentação do ensino secundário a partir dos anos de 1950, reconfigurando as práticas educativas, a cultura institucional, espaço institucional, o público alvo e as sociabilidades.

O ensino no Instituto Dom Bosco se reconfigurou com o passar do tempo e suas áreas de atuação foram determinadas pelas experiências formativas das irmãs, possivelmente das cooperadoras, bem como das professoras externas. Após a oficialização do educandário em 1937, ocorreu a elaboração do Estatuto nos anos de 1941 que legitimou o tipo de ensino de que se ocuparia esta instituição após alguns anos de experiências práticas em Belém.

5.3 Comportamentos, práticas culturais e o cotidiano das meninas no Instituto Dom Bosco

No Instituto Dom Bosco, desde o jardim de infância, seguindo o ensino primário até o secundário, utilizavam-se formas educativas para reconfigurar as táticas do seu projeto educativo da obediência e afeto religioso à missão salesiana: sentimentos, comportamentos e gestos incutidos em suas educandas. Em seus educandários, havia um manual de conduta que regulava a forma de ser e agir em todos os espaços educativos com normas e princípios constituídos no âmbito da religião, do estudo e do trabalho.

No que tange as normas de correção dos comportamentos dos alunos, encontramos uma orientação quanto à conduta com os Superiores, em que é orientado que

A base de cada virtude em um jovem, é a obediência aos seus Superiores. A obediência gera e preserva outras virtudes, e se isso for necessário para todos, é de modo especialmente verdadeiro para os jovens. Ouça com gratidão as suas correções e, se necessário, receba humildemente o castigo pelas suas faltas, sem demonstrar ódio ou desprezo por eles.

[...]

Escute com gratidão as suas correções e, se necessário, receba humildemente o castigo pelas suas faltas, sem demonstrar ódio ou desprezo por eles (REGULAMENTO DA CASA DE EDUCAÇÃO, 1932, p. 17).

Os castigos, desde o princípio das obras de Dom Bosco, não são bem-vindos. No sistema preventivo, há uma série de aconselhamentos que o fundador recomendou aos diretores de seus institutos e foram destacados no Manual FMA (1950, p. 144-145):

Onde é possível, não se faça jamais o uso de castigos. Onde a necessidade o requeira, tenha presente o seguinte: O educador entre seus alunos, procure fazer-se amar se quer se fazer temer. Neste caso, suprir as demonstrações de benevolência é um castigo que excita a emulação, dá coragem e nunca avilta. II - Com crianças, é castigo aquilo que se faz sentir como castigo. Tem-se observado, que um olhar menos afetuoso produz muitas vezes sobre alguns, maior efeito que uma bofetada. Um elogio por um trabalho bem feito, uma censura quando há negligência, constituem prêmio ou castigo. III - Executadas raríssimos casos, as correções e os castigos não devem ser dados em público, porém, privadamente, longe dos companheiros, usando-se a máxima prudência, e paciência, a-fim-de que o aluno compreenda seu erro, por meio da razão e da religião. IV - bater, pôr de joelhos em posição dolorosa, puxar as orelhas e outros castigos semelhantes, devem ser absolutamente evitados, porque são proibidos pelas leis civis, irritam grandemente as crianças e aviltam o educador.

Notamos que Dom Bosco priorizava a adoção dos jogos psicológicos nas práticas dos castigos que, se fossem aplicados, não devia haver violência, mas prudência. Apostava em se fazer amar, pois acreditava que um olhar de reprovação ou de desprezo como castigo seria de muita utilidade na construção da disciplina e do laço afetivo com o aluno, pois este zelaria por um relacionamento em que houvesse confiança e respeito, não desejando deixar o docente triste. Da mesma forma, um elogio poderia ser representado como prêmio àqueles que fizessem um bom trabalho e tivessem um comportamento positivo. Para Braido (1999), esse perfil de castigo está inspirado na racionalidade e na bondade.

Essa postura explica a forma como as Filhas de Maria Auxiliadora no Instituto Dom Bosco desenvolveram os dispositivos de controle da conduta na forma religiosa, o que se caracterizava em prevenir os comportamentos inadequados das educandas no cotidiano escolar com uso de imagens de santos nos espaços do Instituto ou de um quadro na parede que fosse uma representação viva do sagrado diante delas.

As meninas internas viviam o regulamento da instituição de forma integral em seu cotidiano já que viviam em sistema de internato. O clima educativo da casa de educação salesiana também era previsto em sua constituição e foram lembrados pela Madre Luisa Vascheti quando afirmou com fervor que “a casa que é verdadeiramente ambiente salesiano, é preciosa de paz e alegria: a diretora se dedica ajudando as suas irmãs com materna caridade e paciência, as irmãs prestam filial obediência, as irmãs ajudam na prática das virtudes, segundo as ocasiões que se apresentam” (CARTA CIRCULAR Nº 174, 1934).

Nesse entendimento, a presença materna, a alegria, a caridade, a paciência e a obediência foram atitudes de condutas indicadas na constituição da Congregação. Contudo, o sistema preventivo também era uma prática de vigilância nos atos de acordar, estudar, trabalhar,

alimentar, recrear, rezar, passear e dormir. Em todos esses momentos, sempre havia uma irmã presente. Quanto ao regulamento nas casas de educação, especialmente para as que possuíam pensionato e internato, determinou-se que se

Verifique a correspondência; e as jovens que também entrarem no Pensionato, devem saber que a Diretora pode e deve abrir cartas; proibir jornais e revistas, folhetos e livros que não atendam as normas de uma severa delicadeza cristã.

A sala de visitas e o telefone também devem ser vigiados. A sala de visita deve ter portas de vidro transparente. Visitas de estranhos não são permitidas sem autorização escrita pelos pais.

Os quartos também possuem portas de vidro com parte transparente. Mantenha-se firme em relação à modéstia cristã, conforme foi amplamente discutido e estabelecido. Ao aceitar matrículas dê preferência àquelas jovens que já são do oratório ou da escola (CAPÍTULO GERAL XI, 1947, p. 250).

Nessa perspectiva, o poder da vigilância exercido pelas irmãs configurava a convivência diária baseada no disciplinamento do corpo feminino. Todas as formas comunicativas eram vigiadas. As portas das salas de visita de uso comum, utilizadas para receber visita das casas salesianas femininas, foram construídas com acabamento do visor em vidro transparente para controlar o contato de quem circulava pelo espaço, bem como permitiam acompanhar visualmente o que ocorria no quarto. O telefone também era vigiado, já que possibilitava contato para além do lar. As correspondências, que eram os meios de comunicação das internas com o mundo externo, eram recebidas e lidas antes pelas irmãs. Além desses controles, havia a proibição a circulação de folhetos, livros, revistas e jornais que violassem os preceitos cristãos, pois tais leituras poderiam, aos olhos da Congregação, carregar em suas páginas a destruição da Igreja e facilitar o pecado das almas femininas. Para fins de admissão de meninas e jovens, a preferência era pelas que já viviam sob a experiência salesiana na escola ou oratório, já que possuíam conhecimentos práticos e já se encontravam inseridas na cultura salesiana. Em suma, todos os meios de comunicação e espaços eram rigorosamente controlados a fim de assegurar a modéstia com severa delicadeza cristã.

A forma de fazer o controle da mente e do coração das meninas e jovens aparece em uma carta circular enviada pela Madre Angela Vespa, orientando as casas de educação das Filhas de Maria Auxiliadora sobre essa pedagogia da presença/assistência em que intencionava

reiterar bem em nossas mentes e corações o conceito de que a assistência, entendida salesianamente, deve ser **amorosa** e **contínua**, e deve se estender por todos os **lugares**, sem interrupções. Assim, em nossas Casas de educação: colégios, orfanatos, internatos, oratórios, não podemos deixar as meninas sozinhas, nem por um momento, nem de dia, nem de noite; mas devemos realizar essa assistência em um ambiente de afeto e confiança mútua e, promover pelo aluno, com os meios que o nosso Sistema sugere, uma submissão interior, cordial e íntima. Para conseguir isso, o primeiro dever

da Assistente, é amar e conhecer individualmente as alunas a ela confiadas: conhecer disposições, hábitos, temperamento, dons, habilidades e defeitos, a fim de chegar, no momento adequado, ao coração e à vontade de cada um, incentivar o desenvolvimento da personalidade, para evitar possíveis desvios e fraquezas momentâneas (CARTA CIRCULAR Nº 268, 1943, destaques nossos).

Em todos os espaços, havia um modo de proceder para ocupá-los, e, em nome da recomendação e vigilância, a assistente representava o rigor revestido de caridade que conduziria a aluna para atingir a disciplina no cotidiano do educandário feminino, segundo a Madre. As irmãs, conhecendo bem suas alunas, deve aprimorar suas condutas, a fim de evitar os desvios, pecados e fraquezas que chegavam às suas mentes e aos corações.

Em outra carta, Madre Luisa Vascheti mencionou o significado destas duas palavras: *rigor* e *disciplina*. Quanto à orientação da função da assistente, prosseguiu a Madre:

a assistente, em outras palavras, deve ser uma **cópia viva** do Regulamento, para compadecer-se tanto quanto possível, a eflorescência juvenil, participar do jogo e da atividade espontânea e exuberante de cada um. Mas ele também deve, às vezes, intervir para obter do aluno por meio de uma resposta de compreensão afetiva intensa, os esforços necessários para o seu aperfeiçoamento moral e para a observância da ordem e disciplina comum. Isto é, ele deve ser um guia, um apoio, um moderador e uma força motriz, mas sempre em um tom de gentileza e benignidade. As impulsividades, as explosões e todas as ervas daninhas deste tipo são, portanto, excluídas (CARTA CIRCULAR Nº 268, 1943, destaque nosso).

Desse modo, a assistente deveria acompanhar cada aluna fazendo cumprir o regulamento para as casas de educação. O papel dela era intervir na vida da aluna com amor educativo no aperfeiçoamento moral e no cumprimento da disciplina e da ordem dos educandários; deveria ser guia de cada aluna, orientar em um tom de gentileza e benevolência, construindo uma relação de afetuoso entendimento e confiança.

A diretora também devia estar atenta, pois “em primeiro lugar é o coração de mãe, a Diretora, a quem todos podem e devem se dirigir, e que de bom grado deixa os pensamentos e as ocupações secundárias para seguir com doçura, fiel e constante firmeza a principal obra que lhe foi confiada: a educação das filhas” (CARTA CIRCULAR Nº 268, 1943). Porém, é importante ressaltar que a vigilância não cabia somente à diretora ou à assistente, mas a todas as irmãs, segundo Madre Angela Vespa:

note que não só as Irmãs responsáveis pelas alunas são Assistentes, mas todas as Irmãs que têm, por ofício, contato com as jovens também devem estender o olhar para frente; **prevenir** as causas de todas as possíveis desordens individuais ou coletivas, para evita-las e conservar a alegria, a serenidade inteligente, a tolerância bem-humorada não buscando popularidade, nem ser exclusiva; mas trabalhar, em unidade de intenções com a Diretora e com todas as Irmãs, nunca fazendo assunto da conversa com as Irmãs os defeitos em que alguma pode ter caído, mas falar das boas atitudes,

das ações de bondade dos próprios alunos (CARTA CIRCULAR Nº 268, 1943, destaque nosso).

A pedagogia preventiva busca uma unidade em sua organização, na qual todos os agentes educativos se envolvem no sistema de educação visando à prevenção a cada passo dado pelas alunas internas e externas. É um trabalho de direcionamento não só pedagógico, mas também psicológico. Esse sistema educativo, na representação da Madre Angela Vespa, é explicado assim: “a característica mais bonita do nosso sistema educacional, sim, depende precisamente da vigilância, tarefa extremamente delicada e importantíssima em que o assistente, perante a despreocupada jovem, passa a ser de certa forma a imagem vivente da presença de Deus” (CARTA CIRCULAR Nº 268, 1943).

A vigilância com relação ao comportamento das educandas se dava na prática cotidiana. Esse controle do cotidiano se materializa algumas vezes em resistência por parte das educandas externas, como na dificuldade de elas usarem as meias compridas e saias abaixo dos joelhos, conforme exigência da instituição. Em uma reunião da Congregação, ocorrida em 1947, as irmãs reclamaram da falta de cumprimento das normas da instituição por parte das educandas externas: “mas nós temos que insistir em estar todas de acordo e exigir que se cubra o joelho” (CAPÍTULO GERAL XI, 1947, p. 213).

Nessas reuniões, também se fazia presente para aconselhamento das irmãs, o Reitor-Maior (figura religiosa masculina que representava a personificação de Dom Bosco na Congregação salesiana), que na pessoa de Pe. Pedro Ricaldone¹⁰¹, chamava atenção para a resistência às normas da instituição, sobretudo quanto ao uso do uniforme, mencionando a orientação do Cardeal Schuster de Milão: “cabe a vocês Salesianos e Filhas de Maria Auxiliadora ajudar os, na luta contra o nudismo e a maus costumes” (CAPÍTULO GERAL XI, 1947, 70).

Outra questão levantada nessa reunião foi o uso de calças no uniforme esportivo feminino. Para as irmãs, essa moda havia se disseminado em quase todos os lugares, inclusive nas montanhas em justificativa do frio. Elas acreditavam que o uso dessa indumentária nas aulas de esporte era inadequado e sentiam a necessidade de “trabalhar, de todas as formas e com todos os meios, para combater o uso de calças, no círculo de nossas filhas”. Porém, a calça estava se popularizando entre o público feminino como indumentária esportiva, e foi permitida uma flexibilização para que a comunidade escolar dos institutos femininos salesianos pudesse fazer “o uso da saia-calça tipo pantalona, desde que fosse para andar a cavalo ou de bicicleta”

¹⁰¹ Pietro Ricaldone (1870-1951), Reitor-Mor de 1932 a 1951 e 4º sucessor de Dom Bosco.

(CAPÍTULO GERAL XI, 1947, p. 75). No período histórico determinado em nosso estudo, portanto, o uso da saia era obrigatório nas escolas femininas salesianas, inclusive nas práticas de atividades físicas. Dessa forma, mantinha-se a moral, a decência feminina e a modéstia cristã na vestimenta, comportamento requerido nas instituições religiosas.

Os professores, os mestres de artes, os assistentes das escolas salesianas femininas deveriam ser pessoas de moralidade ilibada e não manterem qualquer espécie de amizade particular com os alunos (MANUAL FMA, 1950). O mesmo rigor obedecia a profissão docente em solo belenense, onde, para tornar-se professor do ensino primário no Pará, o regulamento determinava uma série de exigências no campo político, físico, biológico, mental e habitacional.

1º Ter a qualidade de cidadão brasileiro, nato ou naturalizado. 2º Contar com idade mínima de 18 anos para ambos os sexos. 3º Não sofrer de moléstia contagiosa ou repulsiva ou de afecções nervosas transmissíveis aos alunos. 4º Possuir título de capacidade profissional. 5º Não sofrer defeito físico que o impossibilite de exercer o magistério (REGULAMENTO ENSINO PRIMÁRIO, 1931, p. 21).

Todas essas exigências alcançariam as professoras primárias do Instituto Dom Bosco, cujo corpo institucional era composto principalmente por irmãs estrangeiras que se encontravam em um momento de consolidação da obra no Brasil, providenciando os aspirantados e noviciados no Norte e Nordeste e Escolas Normais que as habilitassem no ensino primário, tendo que, possivelmente diante desse contexto, abrirem-se para circulação das professoras leigas diplomadas em seus educandários ou habilitarem-se ao magistério brasileiro, o que não seria fácil para uma italiana.

Elaboramos três quadros para demonstrar a evolução das funções dos agentes educativos na instituição, sua rotatividade e identificação de quem compunha o pessoal da casa descrito nas Crônicas. A seguir, temos o registro do pessoal da casa salesiana feminina de Belém a partir de 1938:

Quadro 7 – Funções desempenhadas no Instituto Dom Bosco em 1938.

Função entre 1937-1938	Irmãs da Congregação FMA Belém
Diretora	Irmã Daria Uboldi
Ecônoma e professora de música	Irmã Giovana Gilardi
Professora de bordado e pintura	Irmã Lourdes Marques
Professora de 3ª, 4ª e 5ª classe elementar e Assistente das alunas internas	Irmã Antonieta Barbosa;
Professora de 1ª e 2ª classe elementar	<i>uma senhorinha</i>
Professora de Jardim de infância	Irmã Lourdes Medeiros

Professora de Corte e Costura e Arte culinária	Irmã Tereza Mazzoleni.
--	------------------------

Fonte: Elaboração da Autora com base na Crônica da Casa, 1938.

De acordo com o quadro 7, sobre as funções desempenhadas pelo corpo docente do Instituto Dom Bosco, o ensino primário era ministrado da 1ª a 5ª classe elementar e deveria seguir o programa estipulado para as escolas oficiais e oficializadas. As professoras do ensino elementar possivelmente adequavam-se às normas estipuladas pelo Regulamento de Instrução Primária do Pará quanto à habilitação ao exercício de suas funções, pois a instituição havia sido autorizada a funcionar sob estas condições. A professora da 1ª e 2ª classe, em 1938, foi nomeada como “uma senhorinha”, o que nos diz sobre a presença de uma professora secular nessa função possivelmente diplomada que teve sua identidade mantida em sigilo. As práticas educativas registradas são o ensino de música, pintura e corte costura, sendo estes os campos em que as irmãs professoras estavam habilitadas para ministrar seu ensino.

As irmãs assumiam muitas vezes mais de uma função. A diretora Dária Uboldi, nas Crônicas de 1937, ano de reinauguração da instituição em Belém, assumiu também a função de professora de música e ecônoma, dando o exemplo e exercitando o sacrifício na sua profissão congregacional. As irmãs eram realocadas anualmente em suas funções, assumindo mais de uma ocupação nos educandários em que trabalhavam, respeitando sua formação e experiência. Conforme no quadro 8, no ano de 1939, a irmã Lourdes de Medeiros seguiu para outra localidade de trabalho, assumindo sua função a irmã Letícia Furtado, aderindo a outras funções, para além de professora. No período de nosso estudo, a quantidade de irmãs que trabalharam anualmente no educandário foram de no máximo sete (7). A seguir, elaboramos o levantamento do pessoal da casa de 1939:

Quadro 8 – Função desempenhadas no Instituto Dom Bosco em 1939.

Função entre 1939	Irmãs da Congregação FMA Belém
Diretora, Ecônoma e Professora de música	Irmã Daria Uboldi
Professora de bordado e pintura e Assistente do oratório	Irmã Lourdes Marques
Professora de 3ª, 4ª e 5ª classe elementar e Assistente das alunas internas	Irmã Antonieta Barbosa
Professora de 1ª e 2ª classe elementar e Assistente das alunas internas	Imã Maria Viana
Professora de Corte e costura, de Arte culinária e Assistente do oratório	Irmã Tereza Mazzoleni
Professora do Jardim de infância, sacristã, e Assistente das alunas externas	Irmã Letícia Furtado
Professora de Datilografia	Nazaré Sousa Bentes

Fonte: Elaboração da Autora com base na Crônica da Casa, 1939.

Acima, percebemos que a transferência da irmã Giovana Gilardi, também professora de música, acarretou a delegação desta função para a diretora, Irmã Dária Uboldi, também ecônoma neste momento.

Quadro 9 – Funções desempenhadas no Instituto Dom Bosco em 1940.

Função entre 1940	Irmãs da Congregação FMA Belém
Diretora, Professora de música	Irmã Dária Uboldi
Ecônoma e Professora de bordado e pintura e Assistente do oratório	Irmã Lourdes Marques
Professora de 4ª e 5ª classe elementar e Assistente das alunas internas	Irmã Nilda de Paula
Trabalhos domésticos	Irmã Elia Colombera
Professora de 2ª e 3ª classe elementar e Assistente das alunas internas	Imã Maria Viana
Professora de Corte e costura, de Arte culinária e Assistente do oratório	Irmã Tereza Mazzoleni
Professora do Jardim de infância, sacristã, e Assistente das alunas externas	Irmã Letícia Furtado
Professora de 1ª classe elementar	<i>uma senhorinha</i>

Fonte: Elaboração da Autora com base na CRÔNICA DA CASA, 1940.

Já em 1940, a irmã transferida de suas funções foi Antonieta Barbosa, dando lugar à irmã Nilda de Paula. A irmã Elia Colombera assumiu a função dos trabalhos domésticos da casa e atuava novamente na 1ª classe elementar.

Há uma coerência no direcionamento das funções daquelas que permaneceram de acordo com o perfil de experiência, a exemplo da irmã Dária que assumiu a função de administração, mas também de professora de música; ou da irmã Letícia Furtado que foi assistente das externas, sacristã e professora do jardim de infância; ou da irmã Tereza Mazzoleni que, além de professora de corte e costura, lecionava arte culinária e era assistente do Oratório. Para cada modalidade de alunas internas e externas, era nomeada uma assistente para que pudessem exercitar o sistema preventivo em sua totalidade.

As irmãs professoras, além do dever congregacional, tinham o dever de professoras primárias em que eram orientadas a “inspirar aos alunos bons sentimentos procurando inculcá-los no espírito, por meio do exemplo e das lições ocasionaes, o culto da Pátria”, “adotar no ensino methods intuitivos, evitando que as crianças decorem as lições”, “Esforçarem-se para que os alumnos se desenvolvam pedagogicamente, inculcando o amor à escola e ao estudo”, dando-lhes “pela regularidade de sua conduta, dentro e fora da escola, constante exemplos de moralidade e respeito à lei”, tornando-se os professores verdadeiros espelhos da moral e de respeito às normas (REGULAMENTO ENSINO PRIMÁRIO, 1931, p. 24).

O ingresso no Instituto Dom Bosco ocorria por meio do ensino primário, do ensino profissional ou do Oratório festivo. No que diz respeito ao ensino primário, a idade de ingresso foi determinada pelo critério de exclusão: “Art. 106: a) Não serão admitidos à matrícula do ensino primário: a) os menores de 6 anos e os maiores de 14; b) Os que não provarem haver sido vacinados ou ter sofrido de varíola”¹⁰² (REGULAMENTO ENSINO PRIMÁRIO, 1931, p. 30). O critério de exclusão não perpassou só a questão da idade, mas pela saúde, na medida em que, atendendo aos preceitos e normas científicas da higiene escolar, a vacinação deveria estar em dia e o aluno ter boa saúde, inclusive, o histórico de adoecimento por varíola seria um impedimento de matrícula de acordo com o regulamento aprovado por Magalhães Barata, o que contribuiu para uma maior adesão à vacina.

A política higienista implantada no Estado do Pará não só combatia as doenças epidêmicas com ações de prevenção, mas também atuava no atendimento de doentes, a exemplo dos preventórios criados para pessoas com tuberculose e os leprosários e seus educandários para pessoas com lepra e sua prole, isolando ou “protegendo” todos eles da convivência em sociedade. De acordo com Pacheco (2017) essas medidas eram reflexo de uma época na qual crianças e mulheres ganharam destaque nas políticas sociais do governo Vargas, por meio de uma medicina preventiva e curativa e de uma educação higiênica e sanitária. Ainda segundo Pacheco (2017), a ideologia higienista tinha o objetivo de proteção do meio ambiente e do indivíduo, e a ideia de limpeza conectava-se diretamente aos discursos de combate às impurezas do corpo, de limpeza da infância e de limpeza das cidades.

A condição de doença viral infecciosa exigia medidas preventivas que se concentravam principalmente no isolamento, estando sujeitos à vigilância e punição todos que fossem acometidos, inclusive as famílias (PACHECO, 2017). Instituições de isolamento, como os leprosários, eram direcionadas para crianças e adultos hansenianos, e os educandários eram disponibilizados para crianças filhas de hansenianos que não possuíam hanseníase (PACHECO, 2017). Assim seriam educados preventivamente, regulados por uma política compulsória de internamento (PACHECO, 2017; CRISTO, 2019).

¹⁰² A varíola deixava muitas marcas. O indivíduo, possivelmente além das cicatrizes no corpo, poderia ter sua visão prejudicada em razão da doença, o que seria condição impeditiva de estudos à época, e o próprio preconceito também impregnou o regulamento. Esse tipo de cerceamento ao estudo condiz com o contexto da época em que Vargas integra educação e saúde ao seu projeto nacional de desenvolvimento, já que problemas advindos desses dois campos sociais foram considerados como entraves para atingir o progresso econômico e social de um país republicano. No caso da varíola, segundo Fernandes (2004, p. 215), ao longo do século XX, ela “ainda apresentava-se como um importante problema de saúde pública em alguns países, tendo sido, no entanto, na grande maioria controlada e mesmo erradicada antes de meados do século. No Brasil, indica-se uma diminuição do número de casos de varíola major entre as décadas de 1910 e 1930, permanecendo a forma branda, ou alastrim, até a erradicação”.

A preocupação de Vargas com a saúde no sentido nacional foi tanta que, em 1941, diante de uma nova estruturação ministerial, foram criados doze serviços nacionais direcionados a doenças específicas, entre elas o controle de lepra, tuberculose, febre amarela, malária, peste e doenças mentais. Essa nova estrutura ampliou a atuação do ministério e a ação dos órgãos federais de saúde nos estados da federação. Nessa época, havia um forte incentivo à vacinação antivariola por parte do governo, muito embora essa política coexistisse com os métodos punitivos, policialescos e coercitivos compondo a abordagem preventiva e tratamento (FERNANDES *et al.*, 2011).

Outras marcas dos preceitos da higiene escolar no ensino primário que também faziam parte da rotina da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora no Instituto Dom Bosco eram as visitas médicas à Inspetoria da Saúde Pública de Belém, sobretudo em momentos em que alguma religiosa ou aluna adoecia. Havia frequentemente inspeções como política de prevenção, conforme aconteceu em 1939 com “alunas internas e externas que foram conduzidas à Inspetoria de Saúde Pública para uma consulta médica. Três delas receberam a ordem de suspensão da escola por estarem infectadas com moléstia contagiosa” (CRÔNICA DA CASA, 1939, p. 62).

É importante ressaltar que os cuidados médicos estavam também atrelados à higiene do ambiente escolar, pois a presença da doença causava um mau desempenho escolar, sendo de fundamental necessidade a oferta dos serviços médicos na preocupação com o aluno e sua saúde, em que a boa educação passava pela prevenção, tratamento e higiene.

Hospitalizações das internas também foram registradas por indicação médica, como no caso da pequena interna Raimunda Alves Ferreira que, após uma queda, sofria com uma pequena ferida no joelho; foi visitada pelo médico que prescreveu o tratamento, mas em razão da gravidade da lesão e sem efeito satisfatório do tratamento inicial, o médico a encaminhou para internação no hospital da Santa Casa de Misericórdia do Pará (CRÔNICA DA CASA, 1937).

As irmãs professoras também adoeciam e eram atendidas pelos médicos da Inspetoria da Saúde Pública, como no caso em que irmã Lourdes Medeiros, que em virtude de febre palúdica¹⁰³ necessitou de atendimento e “foi chamado um médico para atendê-la que lhe prescreveu uma injeção a fim de tratar os sintomas e se curar em breve. A doença dura uma

¹⁰³ A malária é uma doença grave e por vezes fatal, que deixa fragilizado o corpo de quem adoce e afeta diretamente o fígado. A recuperação não tão simples, como foi tratado na Crônica, e os sintomas da doença, como dor de cabeça, náusea, vômito, calafrios e febre persistem por dias. No entanto, percebemos uma certa naturalização da doença, ao passo que se presume o prazo de uma semana para que a irmã se recupere e retorne normalmente ao trabalho, sendo a condição de adoecimento representada como não impeditiva de seu retorno.

semana, depois da qual, deixa-se o leito e retorna-se ao trabalho normalmente” (CRÔNICA DA CASA, 1937, p. 134).

Dessa forma, as irmãs, as meninas internas e as externas do educandário recebiam atendimento médico quando necessário. No caso de algum sintoma de doença infectocontagiosa, as religiosas agiam atendendo às orientações científicas na busca de tratamento médico e em situações mais graves, como no caso de uma moléstia, a direção da instituição afastava a educanda doente das demais. Contudo, no caso das religiosas, exigia-se a recuperação rápida para o retorno regular às atividades diárias que envolviam o trabalho e educação no educandário. Portanto, com relação à saúde das educandas da Instituição, duas ações bem definidas deveriam ser tomadas em caso de doenças: encaminhar as alunas para serem atendidas pela Inspeção Médica e avisar a Direção de Saúde Pública em situação de doenças epidêmicas no sentido uma ação mais eficaz por parte das autoridades sanitárias para que evitassem a proliferação da doença.

Figura 20– Ensino Primário no Instituto Dom Bosco.



Fonte: Álbum memorial do Instituto Dom Bosco, 193-.

Seguindo os preceitos da política higienista, as Filhas de Maria Auxiliadora cuidavam da limpeza dos espaços – salas de aulas e lugares frequentados pelas alunas –, garantindo a ventilação, luminosidade e zelo, e dos uniformes. Na figura 20, constatamos o ambiente da sala de aula, com mobília, quadros, plantas e outros objetos da cultura material escolar da época que lembram muito os preceitos da escola nova. Os quadros eram incluídos no cotidiano escolar com uma finalidade de orientar condutas e construir sentimentos de afetividade e obediência

religiosa. Um quadro em especial foi citado nas Crônicas, às vésperas do mês de maio, dedicado a Maria Auxiliadora:

Iniciamos hoje o mês de Maria com Bênção Eucarística, em que depois da Santa Missa, às 16:15, realiza-se a leitura, recitação de ladainhas para todas as alunas diurnas. As 8h da noite a mesma coisa para as alunas da escola noturna. Legionário para todas. Se preparou um quadro com a Santa Maria Auxiliadora, em torno dela há pombinhas representando as meninas, que sobem e descem segundo a sua conduta (CRÔNICA DA CASA, 1938, p. 19-20).

O uso dos quadros no cotidiano escolar fazia parte do campo simbólico em que se construía as experiências de fé, exercitadas por meio do canto e da leitura em todos os turnos do educandário, e também do quadro como regulador da conduta. O quadro da Santa Maria Mazzarello (ver figura 20, no canto superior esquerdo) no salão-aula avivava a memória da cofundadora da congregação feminina, sendo uma imagem que não só enfeitava o ambiente, mas que educava, possuindo um significado no seu posicionamento e local de escolha para ser lembrado. A Santa, posicionada ao centro do quadro, figurava como guia, referência e presença, de modo que, quanto mais alto se chegava, mais próximo do olhar da Santa as meninas ficavam, e mais positiva se tornava a conduta, o seu comportamento.

Contudo, caso a conduta das meninas fosse de reprovação, mais longe elas eram representadas da Santa, descendo e localizando-se longe da proteção, do amor santificado, do bem e da justiça. O ato de descer associa-se à proximidade do pecado, do que é mal, fadado à solidão. O ato simbólico do quadro para regular o comportamento se tornava uma ferramenta educativa psicológica eficiente que agia com o propósito de modelar corpos, dirigir vontades, decidir assertivamente as regras do cotidiano escolar; era ainda a representação do artefato religioso que “olha” para alunas diariamente, vigiando-as.

Foi nos arquivos da Congregação de Belém que encontramos a fotografia da figura 20, que retrata, provavelmente em 1937, uma sala de aula com 31 meninas e uma irmã da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora. Sobre os outros espaços da instituição, havia no rés-do-chão uma “belíssima capela com sacristia, um amplo salão que, feitas as divisões móveis, rapidamente, se transformam em quatro bonitas salas de aula”. Havia ainda “quatro salas que servem de salão, direção, música e jardim infantil” (CRÔNICA DA CASA, 1937, p. 106). As salas dessa instituição foram projetadas de forma móvel para rapidamente converterem-se em variados espaços educativos.

Nessa fotografia, possivelmente, visualizamos educandas do ensino primário; a irmã tem em mãos uma peça em croché, talvez; sobre a mesa, utensílios que remetem ao aprendizado

da costura, como a caixa vazada para guardar algo ou fazer alguma espécie de barra em croché e dentro dela temos um cavalo de brinquedo. O cavalo é um elemento que chama atenção nesta aula, e, provavelmente, estivesse sendo utilizado como modelo concreto motivador, instrumento incentivador do interesse pela aula, para que as alunas pudessem produzir de forma lúdica um possível brinquedo em croché e aprender o que lhe era ensinado com as agulhas. O ambiente da sala de aula, embora simples, foi preparado para receber suas alunas. Ainda se percebe uma grande janela que mantém o espaço arejado, atendendo aos princípios higienistas da época sobre a ventilação do ambiente educativo.

Segundo Candido (2021, p. 11), “a concretização do aprendizado na proposta renovada aconteceria também mediante a garantia do interesse do educando pela atividade educativa a ser realizada” que deveria colocar a criança no centro da prática. Como parece ocorrer um momento de aula demonstrativa na fotografia, uma das meninas foi posicionada a frente da turma; as demais, sentadas, estão atentas à irmã. Entre as meninas havia as pagantes e não pagantes. A aparência delas revela asseio, disciplina, interesse e zelo no momento educativo.

O uniforme das meninas do Instituto Dom Bosco era composto de blusa de mangas compridas, sapatos fechados, meias de cano longo e saias compridas abaixo do joelho, conforme regulamento adotado pela Congregação, porém, os grandes laços e travessas enfeitadas com as flores para as alunas internas foram negados nos regulamentos da Congregação de 1934, 1947 e 1953. Portanto, a ausência do laço pode ser um indício de diferenciação da condição social das meninas. Outras proibições que se vinculam à indumentária constam no Capítulo Geral X, de 1934, pois não era permitido o uso de calça para garantir a modéstia cristã feminina.

Na década seguinte, com a aprovação do Capítulo Geral de 1947, ocorrem mudanças significativas na indumentária feminina, provocada pelo ato do passeio de bicicleta, pois poderia possibilitar a experiência do uso da calça-saia pantalone (modelo que não marcava o corpo feminino), ficando subtendido que a calça-saia ainda era peça proibida na norma do educandário.

A bicicleta foi um meio de transporte que possibilitou a emancipação feminina no deslocamento citadino desde o século XIX e que novamente motivou experiências de uso da calça-saia no regulamento do cotidiano religioso do passeio e do exercício do corpo, abrindo para um progresso no ato de vestir-se regulado por uma instituição religiosa. Assim se vê a consideração de que a calça representava um símbolo masculino por retirar a característica da delicadeza feminina, já o uso de saia era adequado à natureza feminina.

Consideramos que o Capítulo Geral XI, de 1947 é resultado de um momento em que inicia-se a transição cultural nas formas de ser e agir na condução da educação feminina nas instituições salesianas, pois nele menciona-se diversos desafios quanto à conduta feminina, representando um momento de fragilização dos valores conservadores da Igreja presente nas instituições católicas educativas devido à resistência da juventude feminina em atender ao distanciamento dos hábitos e das práticas do mundo moderno, materializadas no campo material da vestimenta, por exemplo.

Segundo Buttler (2003), o papel da indumentária, no caso em análise: a calça, também é o rompimento de expectativa social, pois era um traje que demonstrava a emancipação feminina¹⁰⁴. Podem colaborar com esse rompimento, as condições climáticas e econômicas, os atos do passeio e das práticas esportivas presentes no mundo social que se interrelacionam com as instituições educativas.

Esse traje dava a mulher a sensação de liberdade, o que não acontecia com o uniforme tradicional. A adesão da calça-saia, indumentária adaptada ao uso feminino, pertencia à alta moda feminina figurada no momento de conflito em período de guerra e escassez na economia americana, na qual bicicletas foram usadas para se locomover na substituição do transporte público, no momento dos anos 40, segundo Silva (2009).

No Instituto Dom Bosco de Belém não encontramos passeios feitos com bicicleta ou a cavalo, mas somente a prática das caminhadas, passeios realizados a pé ou por meio do uso de transportes, como bondes, trens ou ônibus, mesmo por que, diante de todas essas possibilidades de deslocamento na capital belenense, as irmãs não precisariam de outras formas de locomoção disponíveis à época por sempre se deslocavam com diversas alunas. No Regulamento, no Programa de formação, no Estatuto e nas Crônicas também não encontramos indícios de que incentivassem a prática do ciclismo nesse período. Talvez após o ano de 1950 seja mais notável essa prática nas instituições salesianas femininas.

O corpo feminino foi campo de disputa constante nos regulamentos da instituição. Até metade do século XX, as Filhas de Maria Auxiliadora direcionaram um trabalho congregacional que, em nome da missão de salvar almas, ora tentava se distanciar do mundo social moderno,

¹⁰⁴ Inclusive, foi mencionado no Capítulo Geral XI (1947, p.214.), que “as irmãs que ensinavam corte e costura procurassem as costureiras locais e se unissem a elas para produzir a moda cristã aliada a mais distinta elegância”. A indumentária classificava as pessoas nesse momento em feminina cristã com elegância e não cristã, o que levava a congregação a se articular com aquelas que produzem as roupas da sua comunidade: as costureiras. As costureiras seriam as propagadoras da fé cristã e da modéstia impressas na moda cristã. Essa adequação da moda no regulamento da congregação foi realizada na tentativa de apropriarem-se do conceito de moda e combater o nudismo feminino que era incentivado pelos principais meios de comunicação, como jornais e revistas, bem como no campo do entretenimento, como o cinema.

ora reapropriava-se de representações e práticas do cotidiano que davam um novo significado cristão nas formas de ser e agir expressas na conduta feminina.

As irmãs providenciaram uma exposição de roupas em linho para apresentá-las na reunião geral às outras irmãs a fim de “dar uma olhada cuidadosa que pode ser muito útil, na orientação e norma sobre o tema em discussão” (CAPÍTULO GERAL XI, 1947, p. 214). Nesse momento, as irmãs expressam sua tática de poder relativo congregacional de atuação local que redireciona de certa forma as proibições orientadas pela postura conservadora da Igreja Católica em nome da preservação das relações já constituídas e em construção com a comunidade educativa, ou seja, suas alunas. Proibir distanciaria a Congregação feminina do campo de atuação e a ideia é aproximar-se com amor educativo, dialogar e orientar. O uso da exposição foi uma tática¹⁰⁵ encontrada para que a Congregação feminina pudesse se adequar ao contexto da moda em sua época, aliada à modéstia cristã, pois entendiam que não conviviam afastadas do mundo, mas educando o público feminino dentro dele.

O discurso construído a partir da atuação da Congregação feminina salesiana junto a sua comunidade se dá não no combate e negação da moda ou nudismo, mas nas formas adequadas de fazê-lo, ou seja, orientar uma prática do vestir-se pautada em uma moda cristã, conservando-se a finalidade da ação e reconfigurando os procedimentos do como fazer, facilitando a interação com o mundo social.

Havia a Liga da elegância cristã que transformou “as melhores alunas em fanáticas fervorosas da campanha pela modéstia cristã, começando com o uso de roupas íntimas, agora quase geralmente abolida”. Em vários jardins de infância, “para salvaguardar a inocência das crianças, foi oferecido às mães o modelo de roupas de baixo, confeccionada de acordo com as normas que deve ser prescrito para todos os jardins de infância” (CAPÍTULO GERAL XI, 1947, p. 214-215). Desde a infância, era incutido o hábito de cobrir-se, e as irmãs orientavam mães e alunas para o ato de vestir-se.

Essas reações ocorrem devido ao renascimento da moda feminina no contexto de abertura democrática pós Segunda Guerra Mundial que atingia a Europa, América do Norte e a América Latina, em que se busca reavivar a feminilidade da mulher com a exposição do corpo,

¹⁰⁵ As táticas para Certeau (1998) são operações realizadas que se valem de momentos que alteram as circunstâncias em favor de quem está sob uma forma de poder, nessa perspectiva, as irmãs operam por meio de intervenções no campo de atuação que de certa forma se ajustam ao mundo social que lhes foi negado pelas forças de poder da Igreja Católica, resistindo parcialmente. Porém, não conseguimos perceber nas fontes desse período histórico declarações que orientem o apoio a dissonâncias ou desobediência à Igreja, mas somente práticas que de certa forma contribuem para uma abertura a mudanças.

representando um sentimento de liberdade nos valores e costumes, momento conhecido como Anos dourados, no Brasil.

As irmãs também eram orientadas em suas práticas educativas pela Madre Luisa Vaschete a “vigiar e se atentar com a leitura, com ilustrações, aos filmes do cinema, ou seja, às vaidades do século. As religiosas deveriam prestar atenção às músicas e aos teatros, atentar-se às conversas entre as educandas e entre as irmãs” (CARTA CIRCULAR Nº 165, 1933). A música e o cinema eram representados como as vaidades do século XX. Por isso, a Congregação Filhas de Maria Auxiliadora dedicava total cuidado a determinados campos artísticos, uma vez que podiam impulsionar entre as educandas o gosto por filmes impróprios para a educação feminina. Com relação à música, a preocupação estava relacionada a um gênero musical não cristão que afastasse as educandas dos princípios salesianos. Inclusive o uso do rádio também foi normatizado nas casas de educação. Havia um código de postura estabelecido na instituição para evitar que as educandas escutassem diariamente os programas de rádio, tanto que seu uso era controlado.

Em relação ao RÁDIO, nós o proibimos a particulares; é permitido somente em ocasiões extraordinárias, devendo o aparelho estar no gabinete de ciências, sob a responsabilidade do titular e do diretor, ou, na falta de gabinete, ficará no gabinete do diretor, sob a imediata vigilância dele. As ocasiões extraordinárias não nos são difíceis de determinar: beatificações e canonizações, especialmente de nossos santos; funções religiosas extraordinárias: discursos do Papa; algum outro evento especial que interesse à Igreja ou ao país, mas sempre excluindo qualquer coisa que tenha um sabor político. As audiências não devem ser realizadas sem a autorização preventiva da Inspetora, exceto, é claro, a que vem do Vaticano. As pensionistas, que gostariam de audições noturnas no quarto, precisam, entender que estão em uma casa religiosa. Se você abrir as portas, não poderá fechá-las novamente. Dom Bosco quer que durmamos à noite com a palavra de boa noite, com o bom pensamento de uma leitura, também feita no dormitório: o rádio infelizmente nos faz ouvir canções e músicas, que perturbam a consciência e tiram a paz do coração (CAPÍTULO GERAL X, 1934, p. 85-86).

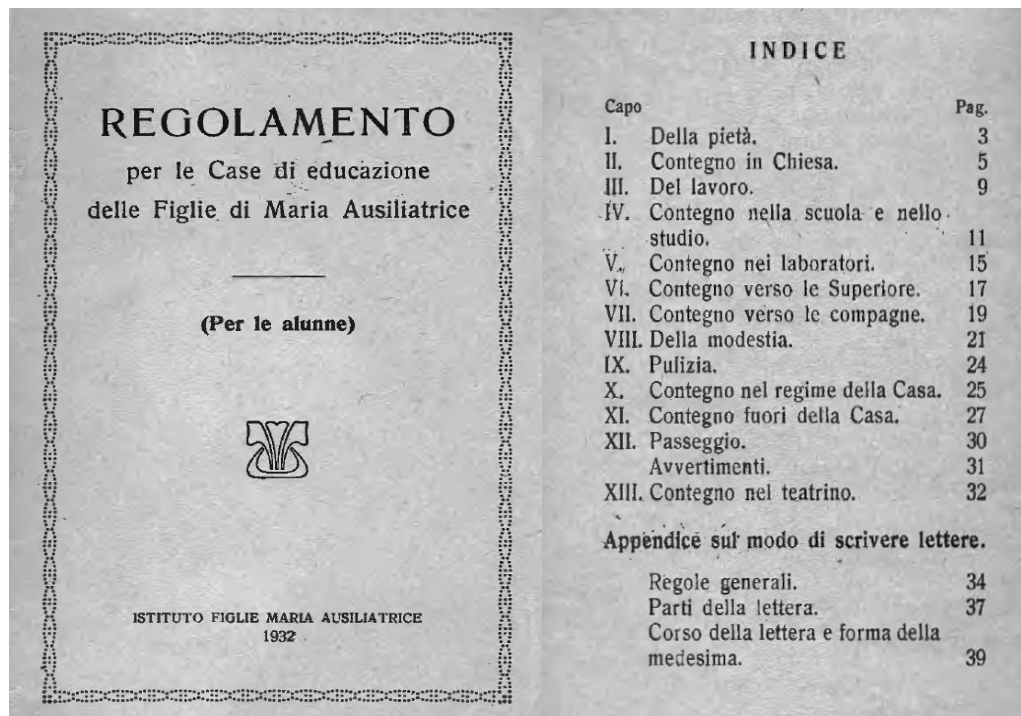
As audições radiofônicas só ocorriam com autorização da diretoria, que era responsável pelo aparelho, localizado em uma sala específica: no gabinete científico, sob imediata vigilância. Circulavam no gabinete científico somente pessoas autorizadas que tinham acesso a equipamentos científicos, a livros e ao maior de difusor cultural e de informações instantâneas da época: o rádio. Justamente para salvaguardar as almas femininas que foram confiadas à Congregação, evitava-se o uso do rádio. A autorização ocorria geralmente nas ocasiões de transmissão dos eventos religiosos, como falas do Papa, beatificações, canonizações ou atos de interesse da Igreja ou do país, exceto aqueles de teor político. A justificativa preventiva voltada

às pensionistas para o não uso do rádio advinha do fato de a música perturbar a consciência e tirar a paz do coração e, sobretudo, prejudicar o descanso noturno.

Com relação às pensionistas, foi recomendado que, por estarem em uma casa religiosa, a prática da audição radiofônica deveria ser substituída pelo “boa noite”. O “boa noite” envolvia o preparo da casa, exercido por todas as alunas internas e a leitura de reflexão religiosa realizada no próprio quarto.

O Regulamento de 1932, proposto para as casas de educação das Filhas de Maria Auxiliadora, era composto por 13 Capítulos. Trata-se de um manual que regulava a conduta das alunas salesianas e estabelecia uma ética do ser e do agir, em que se prescreviam direcionamentos de como fazer a piedade, viver a modéstia, realizar a limpeza do corpo, bem como se comportar na igreja, na escola, no estudo, nas oficinas, fora da casa salesiana, no teatrinho, nas caminhadas e divertimentos e ainda durante trabalho, finalizado com uma instrução à parte orientando como escrever uma carta, prática educativa de comunicação com todas as casas intensamente utilizada para dar orientações, avivar a memória, realizar reflexões e advertências entre as salesianas sobre o funcionamento das casa e trabalho desenvolvido.

Figura 21– Frente e verso do Regulamento para as Casas de Educação das FMA, 1932.



Fonte: REGULAMENTO PARA A CASA, 1932.

A conduta a ser adotada no cotidiano da escola deveria ser “após a piedade é maximamente recomendável o estudo. Portanto, a primeira ocupação deve consistir em fazer do trabalho uma obrigação e estudar a lição; somente depois disso, você pode ler um bom livro

ou fazer outra coisa”. Havia prescrições sobre os cuidados dispensados aos materiais escolares e as possíveis punições por sua ausência: “cuide muito bem dos seus livros, cadernos e do que vos pertence; não rasgá-los e não estrague-os. Nunca tome nem livros, nem papel, nem cadernos de outras pessoas. Necessita de algo, pergunte-o em maneira educada para o companheiro próximo. Não jogue papel sob mesas e bancos”. Sobre o momento da aula, “na escola, levante-se na chegada do Mestre; ou, se ele está atrasado em vir, não faça barulho, mas espere por ela sentada silenciosamente, repetindo a lição ou lendo alguns bons livros” (REGULAMENTO PARA AS CASAS DE EDUCAÇÃO, 1932, p. 11).

A modéstia enquanto virtude estava inserida em todo o cotidiano escolar das alunas, que “significa um decente e modo regulado de falar, de tratar e caminhar. Esta virtude é um dos belos ornamentos de sua idade, e deve aparecer em cada ação, em cada seu discurso”. Nas prescrições da arte do exercício da modéstia, afirma-se que “o corpo e a vestimenta devem estar limpos e o rosto sereno e alegre constantemente. Não mova demais os ombros e o corpo ao caminhar, isto deve ser feito levemente aqui e lá, movimentar-se rápido exceto se por uma razão honesta”. O comportamento alegre era uma máxima de Maria Mazzarello captada em suas Cartas, pois a alegria era uma norma para contagiar os espíritos e manter a boa convivência. No recreio, “as alunas não deveriam andar de mãos dadas, nem tocar-se e nem agarrar-se no pescoço umas das outras como geralmente se via na praça” (REGULAMENTO PARA AS CASAS DE EDUCAÇÃO, 1932, p. 21). A externalização dos sentimentos, o movimento e o toque do corpo feminino eram expressamente controlados, a materialidade da modéstia era validada minuciosamente no corpo e nas emoções do ser feminino.

Quanto à alimentação, foi determinado: “não é permitido comer ou beber, exceto as coisas que são administradas pelo Instituto. Àqueles que recebem frutas, comestíveis, bebidas de qualquer tipo, eles terão que ser entregue às Superiores, que providenciarão para que sejam consumidos com parcimônia”. A parcimônia exercita a cautela, a partilha e a economia do consumo. Antes e depois das refeições, as alunas faziam “os atos habituais da religião” para que pudessem nesse momento “alimentar o espírito, esperando em silêncio na leitura que você faz”. Ao falar, as educandas não deveriam usar “expressões que podem ofender caridade e decência”, pois “na sua idade, mais convém o silêncio do que a ousadia e a loquacidade” (REGULAMENTO PARA AS CASAS DE EDUCAÇÃO, 1932, p. 22).

No cotidiano educativo da instituição, era ensinado a praticar-se com frequência os exercícios religiosos que compõem o dever de ser católico, como orações, novenas, procissões, obediência ao cumprimento dos sacramentos, frequência às missas e eventos religiosos,

encarregando-se também de ensinar o que lhe foi ensinado da mesma forma às outras gerações, garantindo o ciclo institucional de sua classe.

Além das questões religiosas e ideológicas constituídas na formação feminina salesiana no cotidiano de uma instituição educativa, encontramos mudanças nas práticas ocorridas em razão da equiparação do Instituto Dom Bosco de Belém ao ensino oficial paraense. Notadamente, rastreamos a inserção de símbolos nacionais nas apresentações que envolviam as educandas do ensino primário. A presença das diretoras sempre era celebrada pelo Instituto: “a festa é preparada tanto do ponto de vista espiritual e religiosa, como recreativa” (CRÔNICA DA CASA, 1937, p. 155).

Nessas práticas, encontramos pela primeira vez a inserção dos elementos civis e patrióticos a partir da equiparação. No dia 24 de outubro de 1937, após a “santa missa que ocorreu às 06:30 da manhã foi ofertado chocolates com pão doce a todas as alunas” (CRÔNICA DA CASA, 1937, p. 155), pois havia a prática de tomar café somente após o cumprimento do dever religioso. Iniciava-se às 9h a Academia com a programação ordenada abaixo em um dia de domingo:

1. Hino para a senhora diretora
2. saudação dos alunos
3. diálogo e ginastica infantil
4. saudação das oratorianas
5. dança: bolas de sabão
6. O missionario do Alaska - poesia
7. saudação das alunas do curso noturno
8. ginastica dos grandes - grande oferta espiritual
9. O recoleto - canto
10. Pregação do missionário - poesia
11. Hino Nacional
12. numerosos presentes na festa.
13. a tarde benção solene (CRÔNICA DA CASA, 1937, p. 156-157).

As alunas abriram o evento cantando um hino à diretora. Na prática da Academia, era comum o envolvimento de todas as educandas; nesta especificamente, participaram as que frequentavam o curso diurno e noturno; as oratorianas realizaram as saudações. As meninas do jardim de infância realizaram um número de ginástica e de dança chamada “Bolas de sabão”. Além disso, declamaram poesias religiosas. As jovens maiores também performaram sua ginástica representando-a como uma grande oferta espiritual; cantou-se um “recoleto” e como “gran finale” do evento entoaram o Hino Nacional.

A Academia compreendida como prática educativa salesiana, criava um ambiente em que se refletia sobre as missões religiosas para ensinar a valorização da Congregação salesiana;

ensinava-se a ser uma religiosa alegre, festiva, aflorando sentimentos e construindo consciência dessa classe religiosa. As experiências eram construídas juntamente com a cultura, na medida em que se animavam o espírito e o corpo que não era apenas cristão, mas também patriota.

No *hábitus* das salesianas, constatamos que há uma ação para a construção do interesse do educando no próprio ambiente formativo, advinda da experiência cotidiana do Instituto Dom Bosco (MAGALHÃES, 2007). Para Candido (2021), é o interesse que desperta nosso empenho de forma ativa em qualquer atividade ou pensamento, sendo concebido como algo dinâmico e pessoal, que nos conecta diretamente a algo de importância para nós, “por isso, além dos seus aspectos de atividade e de objetividade, possui um aspecto emocional e pessoal” (DEWEY, 1978 apud CANDIDO, 2021, p. 11). Dessa forma, a instituição educativa seleciona o que é importante para direcionar as práticas para a construção cultural com a finalidade de formar as identidades de seus educandos. No Instituto Dom Bosco, os interesses se construíram no cotidiano das práticas.

Contudo, as práticas educativas e a instituição salesiana não podem ser analisadas descoladas da estrutura política e do contexto cultural no qual estão inseridas. A prática do Hino Nacional já era orientação do governo local paraense desde o regulamento do ensino primário aprovado em 1931, em que se determinava no art. 113 §3º que “os trabalhos escolares, em todos os grupos e escolas isoladas, serão iniciadas por cânticos em côro, especialmente dos hinos Nacional e a Bandeira, devendo o professor de cada escola dar aos seus alunos uma explicação prévia da respectiva letra” (REGULAMENTO ENSINO PRIMÁRIO, 1931, p. 31).

No âmbito nacional, foi determinado pelo presidente Getúlio Vargas, em 1936, que “em todo o país, nos estabelecimentos de ensino e associações de fins educativos, o canto do hino nacional” tornava-se obrigatório (LEI Nº 259, DE 1º DE OUTUBRO DE 1936). O Hino Nacional era um símbolo da Pátria, cantá-lo seria um ato de cultivo ao civismo, de amor e adesão ao patriotismo. Ademais, dissemina-se civismo na escola. Para Cunha (2010, p. 21), a educação moral e cívica, durante o Estado Novo, integrou práticas:

a) no hasteamento da Bandeira Nacional com a presença do corpo discente, antes dos trabalhos escolares semanais; b) na execução do Hino Nacional, do Hino à Bandeira e de outros que fossem a “expressão coletiva das tradições do País e das conquistas do seu progresso”; c) na comemoração das datas cívicas; d) no estudo e na divulgação da biografia e da importância histórica das personalidades de marcada influência na formação da nacionalidade brasileira; e) no ensino do desenho da Bandeira Nacional e do canto do Hino Nacional; [...] h) na difusão dos conhecimentos básicos concernentes da posição internacional do País e ao seu progresso comparado [...].

No campo das práticas educativas, constatamos o cultivo de outras sensibilidades, a exemplo: a comemoração do dia da árvore, nunca registrada entre os momentos festivos do Instituto, mas que constava no calendário estatal. A experiência educativa foi adequada da seguinte forma: “festa da árvore - celebramos hoje com nossas alunas a simpática festa da árvore. A senhora diretora comprou 6 belíssimas mudas que plantamos em nosso quintal com cânticos, poesias e declamações” (CRÔNICA DA CASA, 1937, p. 148).

As irmãs hibridizaram as práticas religiosas ao currículo oficial tratando do tema *árvore*, ensinando a valorização do ato de plantar, cuidar, articulando os saberes do canto, da poesia, da declamação e da natureza, promovendo uma experiência sensorial e educativa com suas alunas no cultivo das sensibilidades.

Na avaliação, ocorreram também outras modificações quanto à forma da fiscalização dos exames das alunas do Instituto Dom Bosco, que, aderindo a condição oficial, passou a ser realizada por agentes estatais: as examinadoras foram a senhora Maria Uchoa, Inspectora de Ensino, e a Senhora Orsuíla Moita, assistente/orientadora:

exame - as provas finais são iniciadas, sendo encarregadas por elas a secretaria de Estado representada por duas senhoras distintas: Senhora Maria Ochoa e Senhora Orsuíla Moita. A primeira como inspetora e a segunda como assistente ou orientadora. É a primeira vez que este exame é feito e as alunas demonstram-se muito impressionadas (CRÔNICA DA CASA, 1937, p. 149).

Terminamos os exames com satisfatório êxito. Bendito seja o Senhor, Maria Auxiliadora, e Dom Bosco (CRÔNICA DA CASA, 1937, p. 150).

Suas alunas atingiram o êxito no exame, que durou dois dias, causando esse momento admiração nas alunas que precisaram provar o que aprenderam no ensino primário e alcançar sua aprovação. Nesse sentido, são agentes externos que avaliam rigorosamente o trabalho educativo das irmãs e a aprendizagem das alunas, dando um novo sentido aos exames escolares. A presença dessas examinadoras representa também a forma de como, a partir desse momento, o Estado organizou o ensino belenense, incluindo inspetoras e orientadoras para constatar a aprendizagem das alunas nas escolas oficiais acompanhando os exames finais. As irmãs, a partir desse momento, possuem um currículo oficial a cumprir e normas a seguir durante a realização dos exames escolares e desenvolvimento do seu trabalho pedagógico na escola. A prática do exame compõe o campo da classificação e da vigilância arquitetado em uma relação onde o “poder instituinte” estatal sobrepõe-se sob o Instituto Dom Bosco (MAGALHÃS, 2007).

O exame do ensino primário ocorria em três momentos no ano letivo do Instituto Dom Bosco: exame parcial em abril e agosto e exame final no mês de setembro. Eram em dias

alternados as avaliações da 4ª e 5ª classe; 2ª e 3ª classe; 1ª classe; e até as alunas do jardim de infância realizavam o exame final (CRÔNICA DA CASA, 1938). Esses exames poderiam durar até uma semana inteira (CRÔNICA DA CASA, 1939). Inclusive as diplomações e certificados de exames que ocorriam nos Institutos equiparados como o educandário do Instituto Dom Bosco possuíam sua validade assegurada nos estabelecimentos oficiais do Estado e vice-versa (REGULAMENTO DO ENSINO PRIMÁRIO, 1931).

O contexto institucional das práticas educativas envolvia inclusive a celebração do encerramento do ano letivo, tratando-se de um dos momentos escolhido para dar visibilidade ao trabalho desenvolvido junto às educandas, no qual, após a equiparação ao ensino estadual, compareceram pela primeira vez ao evento das salesianas, em um dia de domingo, as figuras públicas: o diretor de instrução pública, Doutor Genuíno Amazonas, e o diretor do Conservatório Carlos Gomes, Senhor Trovano, bem como outras “personalidades e familiares de alunas”. As práticas educativas executadas nesse dia foram: “As alunas cantaram um hino direcionado aos genitores”, “saudaram as autoridades escolares”, “apresentaram uma ginástica infantil”, “monólogo - a dependência de mim”, “ginástica rítmica”, versos “adeus ao colégio” e cantaram o “Hino Nacional” (CRÔNICA DA CASA, 1937, p. 161).

Entre as várias práticas, o que nos chama atenção nessa programação é a forma escolhida para movimentar o corpo feminino: a ginástica rítmica. Essa modalidade de exercício para época era indicada como adequada e específica para o corpo feminino.

A Ginástica Rítmica é uma arte dinâmica, criativa, natural, orgânica, com movimentos característicos próprios, diferentes das outras escolas de expressão corporal. Sendo uma modalidade essencialmente feminina, praticada a mãos livres e com aparelhos; sua beleza plástica, graça e elegância formam um conjunto harmonioso de movimento e ritmo (CRAUSE, 1986 apud ANGHEBEN, 2005, p. 46).

Não conseguimos identificar qual método foi utilizado pelas Filhas de Maria Auxiliadora na execução da ginástica rítmica, porém consideramos que essa forma de exercitar o corpo estava vinculado às formas modernas de exercício feminino a partir do século XX no Brasil, e as Crônicas da casa apontam para a vinculação dessas práticas aos espetáculos realizados durante as academias e festividades do Instituto.

Finalizada a apresentação da ginástica rítmica, o diretor de instrução pública acompanhou ainda a “distribuição de prêmios, certificação das alunas da 1ª, 2ª e 3ª classe elementar”, logo em seguida se despediu, elogiando o Instituto pela sua grandiosa obra de Dom

Bosco, e convidou “a todos os presentes a colaborar com tal obra que por enquanto era pequena, mais tarde será grandiosa” (CRÔNICA DA CASA, 1937, p. 150).

A ginástica rítmica representa uma nova concepção de ginástica para a mulher do início do século XX, sendo o “resultado de um movimento renovador que surgiu de uma necessidade de movimentos para o sexo feminino com uma dinâmica e ritmos diferentes” com raízes na ginástica moderna (ANGHEBEN, 2009, p. 47). Essa prática surgiu na Europa Central em meados do século XX, porém a primeira competição que se tem notícia foi feita pela antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas em 1948. Pode ser praticada com as mãos livres, ou com aparelhos como arco, bola, fitas, cordas, ou maças, associadas com uma música de livre escolha (ANGHEBEN, 2009).

Segundo Corat e Almeida (2012), ao pesquisarem manuais de ginástica rítmica da década de 1940, essa modalidade esportiva era uma atividade física para além do movimento do corpo: “A ginástica rítmica é outra coisa. Ela traz ao corpo, já higienicamente desenvolvido pela ginástica elementar, o espírito da graça e uma série de exercícios cujo fim é educar os centros nervosos” (MEYER, 1944 apud CORAT; ALMEIDA, 2012, p. 11). A ginástica rítmica, portanto, completa e finaliza a educação física feminina. Historicamente, essa prática tem suas raízes na ginástica moderna, que surgiu no início do século XX, na Europa central, mas que se desenhou ao longo do século XIX, simultaneamente através das observações científicas, da terapia respiratória e relaxamento, da educação musical, da dança, da psicologia, da pedagogia, da sociologia, da biologia e anatomia (CRAUSE, 1985 apud ANGHEBEN, 2005, p. 46).

Durante o século XX, o debate sobre a escolarização da educação física adere às políticas estatais, emergindo como poderoso instrumento de progresso, segundo Marcassa (2000). Contudo, apresentando-se de diversas formas ideológicas, a prática da educação física, de um lado, mantinha corpos saudáveis para o trabalho, para a maternidade ou para a guerra; de outro lado, foi utilizada “como colaboradora e disciplinadora da vontade, da moral, da saúde e da higiene dos alunos. A Educação Física se justificaria no interior da escola em razão de uma política de controle dos corpos, ao mesmo tempo em que assumia com a educação o estatuto de solução para os problemas nacionais” (MARCASSA, 2000, p. 4).

Seção VI



A FORMAÇÃO PROFISSIONAL FEMININA E A ATUAÇÃO DA CONGREGAÇÃO FILHAS DE MARIA AUXILIADORA

A jovem que conhece bem o seu trabalho, que é bem pago e apreciado, ela se poupa de muitas das tentações a que tantas pobres criaturas estão continuamente expostas, que vegetam sem entusiasmo e sem vida em trabalhos insignificantes e inseguros. Além disso, para ganhar influência sobre as colegas de trabalho, a jovem trabalhadora deve impor-se com a sua capacidade e com sua preparação profissional; com amor inteligente no trabalho; com execução consciente do mesmo (PLANO DE FORMAÇÃO, 1934).

6.1 As atividades das Filhas de Maria Auxiliadora na docência e na administração do Instituto Dom Bosco

As professoras primárias no Brasil republicano eram representadas como construtoras da nação. Para Gomes (2002), a escola era organizada para formar a nação brasileira em todos seus aspectos científicos, culturais, físicos e morais, pois era consenso entre políticos e intelectuais que ainda não se possuía uma nação, um povo, sendo o meio certo e seguro a educação escolar, iniciando-se pelo ensino primário.

As professoras do ensino primário pertencentes à Congregação Filhas de Maria Auxiliadora tinham uma tarefa árdua pela frente: além de ensinar a ler a escrever no contexto brasileiro, deveriam cultivar os sentimentos patrióticos, formar alunos laboriosos que contribuíssem para a grandeza da pátria, imprimindo neles a cultura religiosa da Congregação salesiana.

No Instituto Dom Bosco, realizamos um levantamento das professoras que lecionaram neste espaço em Belém entre 1934 e 1942 e que correspondem ao primeiro ciclo de existência da instituição educativa.

A maioria das irmãs ingressava na instituição por meio da primeira profissão ainda na juventude, em média aos 20 anos de idade. Está registrado no Arquivo do Norte os vestígios de onde vieram, como foram formadas, funções desempenhadas nas instituições educativas, condição social anterior à entrada a Congregação, forma como ingressaram e se já eram alunas do instituto. Abaixo, algumas dessas informações nos apontam irmãs que prosseguiram em sua formação educacional, ampliaram seus saberes, organizaram e dividiram diversas tarefas que englobavam um cotidiano dividido entre o apostolado, a missão educativa e religiosa e os afazeres domésticos em diversos espaços.

Embora encontremos professoras encarregadas da formação das artes práticas e de ofícios de nacionalidade italianas, as professoras do ensino primário são brasileiras, atendendo à determinação legislativa sobre a nacionalidade brasileira exigida na docência. Sobre o significado da profissão do magistério na metade do século XX, a predominância feminina era visível no ensino primário.

Para as professoras primárias da primeira metade do século XX, o magistério foi o ponto de partida, foi o possível no momento histórico em que viveram. Significou o trânsito do invisível para a visibilidade e a realização de algo que não fosse o único e prestigiado serviço doméstico, como reduto privilegiado da feminilidade. O magistério era o trabalho intelectual e assalariado sem conotação pejorativa; [...] conferia mobilidade social, maior liberdade e respeito entre as classes trabalhadoras, e possibilitava bem estar econômico (ALMEIDA, 2004, p. 6).

O ensino primário foi o campo educacional que deu condição às FMA de fixarem sua base educativa em Belém. A equiparação do ensino primário às escolas oficiais é o ponto de partida em busca do fortalecimento da obra salesiana no Pará atrelada à formação profissional feminina. A adesão a uma Congregação religiosa permitia às mulheres, além do ofício de professora primária, a liberdade de circulação em outros espaços; conhecer novas comunidades e lugares durante a missão religiosa já que viajavam muito por vários estados brasileiros; obter *status* social especializando-se; e ter experiências educativas no campo de formação

profissional feminina no Brasil. A existência de congregações religiosas femininas possibilitou a feminização do catolicismo e ampliou os espaços de circulação da mulher, bem como sua formação, como ressalta Nunes (2004, p. 414):

As próprias religiosas, empenhadas na direção de colégios, hospitais e “obras de caridade”, acabam por criar uma área de certa autonomia e de exercício de alguma forma de poder. À frente de instituições de propriedade das congregações, em muitos casos, elas administram seus recursos financeiros e direcionam as atividades com relativa independência; desenvolvem sua capacidade de liderança; exercem cargos de chefia, aparecendo como agentes dinâmicas e inovadoras em suas áreas de trabalho.

Constatamos que as irmãs professoras também exerceram outras atividades, como obras de caridade fora do espaço do Instituto, pois era recorrente religiosas de várias congregações atuarem, por exemplo, em hospitais. Em instituições educativas, muitas atuavam não somente no ensino, mas também na parte administrativa, caso das Filhas de Maria Auxiliadoras. A diretora no Instituto Dom Bosco, acompanhando uma evolução institucional, garantiria a experiência na docência salesiana e uma maior compreensão da organização e constância das ações educativas nos educandários. Sobre as irmãs que assumiram função diretoras do Instituto Dom Bosco de Belém, organizamos o seguinte quadro:

Quadro 10 – As diretoras do Instituto Dom Bosco – 1935 a 1963.

Irmã	Período
Irmã Daria Uboldi ¹⁰⁶	1935 a 1941
Irmã Maria da Glória Maia	1942 a 1946
Irmã Nilda de Paula*	1947 a 1953
Irmã Tereza Mazzoleni*	1954 a 1956
Irmã Augusta Lopes	1957
Irmã Adelaide Alciati	1958 a 1963

Fonte: Elaborado pela Autora com base nas Crônicas da Casa, 1935-1963.

Das diretoras acima, destacamos pelo menos três que foram também professoras do Instituto Dom Bosco; várias delas eram brasileiras. Adiante, trazemos um pequeno recorte biográfico da trajetória daquelas que foram professoras no Instituto Dom Bosco de Belém.

¹⁰⁶ Primeira diretora do Instituto Dom Bosco de Belém.

5.1.1 Irmã Dária Uboldi: administradora e musicista

Dária Uboldi¹⁰⁷ era italiana e exerceu diversas funções no Instituto Dom Bosco: foi professora de música, ecônoma e diretora. Filha de Davide e Angela Landoni, nasceu em Fenegrò (Como), em 27 de outubro de 1875, e morreu em Recife Várzea (Brasil), em 23 de dezembro de 1951, aos 76 anos.

Aos 20 anos, realizou a primeira profissão em Nizza Monferrato, em 30 de julho de 1895, e a profissão perpétua em Turim, em 23 de outubro de 1898. Partiu em seguida para a missão na América Latina: em Buenos Aires. Por fim, partiu para Mato Grosso para iniciar a sua missão educativa no Brasil, onde viveu tempos difíceis, pois havia muita miséria. Por diversas vezes, andava a cavalo até Cuiabá em busca de alguns trabalhos de costura, corte e bordado para manter o Asilo Santa Rita

Assumiu a Visitadoria de Mato Grosso, Diretoria de Coxipó da Fonte, atuando junto a missões indígenas. Devido à carga exaustiva de trabalho, voltou em 1910 para Itália, e retornou para o Brasil somente em 1922.

Assumiu a obra de Belém a partir de 1935, dando grande destaque à escola noturna. Sua administração foi promissora: trabalhou para a fundação e funcionamento da missão educativa urbana na oferta da escola primária, escola noturna, Oratório festivo, pensionato feminino; e contribuiu junto com o seu grupo de irmãs para educação feminina e formação para o trabalho.

5.1.2 Irmã Maria de Lourdes Marques: professora habilidosa na arte

Maria de Lourdes Marques¹⁰⁸ nasceu em Nova Lima (Brasil), em 31 de dezembro de 1909, e faleceu em Belo Horizonte (Brasil), em 7 de janeiro de 1992. Era filha de Antônio e de Maria Costança Araújo. Sua 1ª Profissão ocorreu em Ipiranga (São Paulo), em 6 de janeiro de 1932, aos 23 anos, e a Profissão Perpétua em Belém, em 6 de janeiro de 1938.

Com apoio e autorização dos pais, atendeu ao chamado para ingressar no Instituto S. Inês, em 17 de abril de 1929, aos 20 anos de idade, onde iniciou seu postulado no dia 2 de julho seguinte. Ela viveu os dois anos em noviciado em São Paulo na Casa N. S. das Graças com particular entusiasmo e responsabilidade, abrindo os horizontes da vocação missionária.

Após a primeira profissão, o inspetor a mandou para o Norte do Brasil como integrante do grupo de irmãs dirigido pela irmã Pierina Uslenghi e passou 35 anos de vida religiosa nas

¹⁰⁷ SECCO, Michelina. Memória biográfica mortuária das FMA falecidas em 1951. Roma: Instituto Filhas de Maria Auxiliadora, 1998. p. 428.

¹⁰⁸ MAGNABOSCO, Armida. Memória biográfica mortuária das FMA falecidas em 1992. Roma: Instituto Filhas de Maria Auxiliadora, 2016, p. 357.

comunidades de Baturité, Belém, Natal, Manaus, Fortaleza, Recife e Campina. No Norte do Brasil, enquanto missionária, trabalhou como professora, cozinheira, enfermeira, responsável pela lavanderia da comunidade e dos salesianos. Durante muitos anos foi a animadora do Oratório. No Instituto Dom Bosco de Belém, foi ecônoma, professora de bordado, pintura e assistente do oratório.

5.1.3 Irmã Antonieta Meró Barbosa: normalista, contabilista e datilógrafa

Antonieta Meró Barbosa¹⁰⁹ nasceu em Penedo (Brasil), em 12 de abril de 1901, e morreu em Fortaleza (Brasil), em 11 de setembro de 1988. Filha de Antonio e Santina Méro, fez a 1ª Profissão em Ipiranga (São Paulo), aos 36 anos, no dia 6 de janeiro de 1937, e a Profissão Perpétua em Manaus, no dia 6 de janeiro de 1943.

Mudou-se com sua família aos 10 anos para Salvador. Nesta cidade, seus pais preocuparam-se em dar-lhe uma educação completa, por isso estudou em escolas renomadas. Ávida por conhecimento, obteve o diploma de Normalista; formou-se em cursos de Datilografia e Contabilidade, com a intenção de encontrar um emprego, chegando a ser contratada por uma empresa, desenvolvendo assim suas capacidades intelectuais e técnicas.

Certa vez, Irmã Antonieta Barbosa conheceu os Salesianos e a sua presença assídua na paróquia permitiu-lhe a oportunidade de encontrar o diretor da casa, Don José Santana, digno filho de Dom Bosco e companheiro verdadeiro das vocações religiosas. Um grupo dos jovens do bairro o tiveram como diretor espiritual e confessor, recebendo dele uma sólida educação cristã. Irmã Antonieta Méro Barbosa e três amigas entraram para o Instituto das FMA em 1934, e no dia 2 de julho foram admitidas ao postulado. Depois do noviciado em São Paulo-Ipiranga, realizaram a profissão religiosa no dia 6 de janeiro 1937.

Ao assumir sua missão no Pará, foi professora do Ensino Primário e Assistente das internas no Instituto Dom Bosco de Belém, embora possuindo uma qualificação excepcional para também atuar nos campos de trabalho da Datilografia e Contabilidade.

As Crônicas apontaram que ela trabalhou sucessivamente até 1953 em várias casas do Nordeste brasileiro, que na época constituíam uma única Província: Manaus, Porto Velho e Barcelos. Em 1954, foi designada para Aracati no Ceará como tesoureira e, após um ano em Natal, foi transferida para o Colégio Maria Auxiliadora e depois para o Colégio Maria Mazzarello, do Recife.

¹⁰⁹ ANZELIERO, Giovann. Memória biográfica mortuária das FMA, falecidas em 1988. Roma: Instituto Filhas de Maria Auxiliadora, 2013, p. 58.

5.1.4 Irmã Giovanna Gilard: musicista e enfermeira

Giovana Gilard¹¹⁰, nasceu em Turim (Itália), em 5 de maio de 1901, e faleceu em Jauareté (Brasil), em 2 de agosto de 1945. Era filha de Antonio e de Teresa Scarafiotti. Sua 1ª Profissão ocorreu em Arignano, em 5 de agosto de 1922, aos 21 anos, e a Profissão Perpétua em Novara, em 5 de agosto de 1928.

Ingressou no Instituto aos 19 anos, e aos 21, depois de ter manifestado o desejo de partir para as missões, completou a sua formação na Casa Madre Mazzarello, de Turim, acrescentando outras competências às que já possuía. Durante alguns anos, trabalhou em internatos para trabalhadores em Novara e Strambino (Aosta) como assistente, professora de música e canto, bem como empregada doméstica e enfermeira. No Instituto Dom Bosco, em Belém, foi professora de música.

Em 1937, saiu de Belém para Manaus, onde permaneceu por algum tempo também para se acostumar com o clima da região amazônica. Depois, transitou entre Manaus e Porto Velho, onde trabalhou em um hospital missionário; alguns meses depois, chegou à missão de São Gabriel, no Rio Negro, onde teve por alguns anos não só as funções de enfermeira, mas a plena responsabilidade daquele hospital missionário, a fim de cuidar de indígenas, desenvolvendo um trabalho apostólico e sanitário. Trabalhou com zeloso empenho e grande espírito de sacrifício e obteve bons resultados. Em 1941, mudou-se para uma missão ainda mais avançada, na fronteira entre Brasil e Colômbia, onde permaneceu até sua morte.

5.1.5 Irmã Maria Luigia Grossi: imigrante entre a cozinha, tricô, pintura e o crochê

Maria Luigia Grossi¹¹¹ era filha de Gerolamo e Margherita Susinno, nascida em Florença (Itália), em 28 de junho de 1883, e falecida em Recife (Brasil), em 25 de janeiro de 1965. A 1ª Profissão foi em Bernal (Argentina), em 2 de fevereiro de 1907, e a Profissão Perpétua em Buenos Aires (Almagro), em 5 de janeiro de 1913.

Seus pais emigraram para a Argentina quando ela ainda era menina; fixaram residência em Buenos Aires (Almagro), e ela teve a oportunidade de frequentar a escola das Filhas de Maria Auxiliadoras.

¹¹⁰ SECCO, Michelina. Memória biográfica mortuária das FMA falecidas em 1945. Roma: Instituto Filhas de Maria Auxiliadora, 1996, p. 257.

¹¹¹ SECCO, Michelina. Memória biográfica mortuária das FMA falecidas em 1965. Roma: Instituto Filhas de Maria Auxiliadora, 2001, p. 209.

Trabalhou nas casas de Bahía Blanca, Rosario e Rodeo del Medio; depois manifestou o desejo de ser missionária. Em 1928, partiu para o Brasil, Mato Grosso, designada para trabalhar alguns anos na Casa do Corumbá Collegio Maria Ausiliatrice.

Foi professora de desenho no ensino secundário do Ginásio Nossa Senhora Auxiliadora no ano de 1936, em Mato Grosso (OLIVEIRA, 2014); trabalhou também em Campo Grande e Ponte Nova. Com a criação da Inspetoria Maria Auxiliadora, em 1940, deu um salto para o extremo norte do Brasil, e, por alguns meses, trabalhou no Instituto Dom Bosco de Belém, mas sua função não foi informada. Foi transferida para trabalhar no ginásio feminino de Fortaleza; em seguida, Manaus, Colégio Maria Auxiliadora, e depois em Recife, onde faleceu.

Não se tem informação sobre sua formação, nem o registro das funções desempenhadas por ela no Instituto Dom Bosco, em Belém, pois permaneceu lá pouco mais de um mês. Em sua memória biográfica consta que trabalhou auxiliando na cozinha, foi professora de tricô, pintura moderna, crochê, além de desenho, segundo Oliveira (2014). Nas memórias da Congregação, registrou-se que em Manaus precisavam de professor de espanhol, mas ela não pôde assumir a função, mesmo sendo fluente na língua, porque não tinha diploma.

5.1.6 Irmã normalista Nilda de Paula: troca-se o anel pelo enxoval

Nilda de Paula¹¹² era filha de Antonio Francisco e Marcionila Mendonça; nasceu em Lenções (Brasil), em 26 de junho de 1910, e morreu em Fortaleza (Brasil), em 1º de abril de 1997. Sua família vivia em condições econômicas modestas. Foi batizada nove meses depois de seu nascimento, em 18 de março de 1911. Na véspera de sua entrada no Instituto das Filhas de Maria Auxiliadoras, recebeu o Sacramento da Confirmação em 15 de março de 1934.

Sempre estudou em colégios religiosos desde o primário. Obteve o diploma de professora em 1933 e, no mesmo ano, manifestou aos pais o desejo de se tornar religiosa no Instituto das Filhas de Maria Auxiliadoras. Nessa instituição, foi professora da 4ª e 5ª elementar e assistente das internas. Ela foi aceita no Instituto por um curto período de aspiração. Em 2 de julho de 1934, aos 24 anos, foi admitida no postulado do Ipiranga (São Paulo), onde também viveu o noviciado, que concluiu em 6 de janeiro de 1937 com a primeira profissão religiosa. No mesmo ano foi encaminhada ao Colégio N. S. Auxiliadora de Manaus como professora e auxiliar de internas. Depois de dois anos foi transferida para Belém como professora, assistente e tesoureira. Posteriormente, nesta casa, em 1947, foi nomeada diretora.

¹¹² CAVAGLIÀ, Piera; MAGNABOSCO, Armida. Memória biográfica mortuária das FMA falecidas em 1997. Roma: Instituto Filhas de Maria Auxiliadora, 2022, p. 186.

5.1.7 Irmã Maria Lética Furtado: sacristã, bibliotecária, tesoureira, musicista e normalista

Maria Leticia Arruda Furtado¹¹³ foi filha de Luiz Gonzaga e Maria Adelina Arruda; nasceu em Baturité (Brasil), em 23 de junho de 1911, e faleceu em Fortaleza (Brasil), em 11 de outubro de 1980. Sua 1ª Profissão ocorreu em Ipiranga (São Paulo), em 6 de janeiro de 1936, aos 25 anos, e realizou sua Profissão Perpétua em Baturité em 6 de janeiro de 1942.

Veio de uma família da elite de tradição religiosa do Ceará. Seu avô, Dr. Manuele Soares da Silva Bezerra, escritor e jornalista católico, magistrado e político, esteve envolvido na luta pela defesa da religião na época do Império. Seu tio materno, Ananias Arruda, fundador do jornal católico da cidade, grande benfeitor da Congregação Salesiana, junto a outros leigos, possibilitou a permanência em Baturité dos salesianos e das FMA. O pai dela foi desde jovem cooperador salesiano e suas quatro filhas eram religiosas: três FMA e uma doroteia.

Também teve primos religiosos e primos sacerdotes. Suas tias paternas dirigiam o Colégio Maria Imaculada. Recebeu sua primeira formação de sua tia Maria Orlandina. Quando as Filhas de Maria Auxiliadora chegaram, a jovem se aproximou e decidiu ser uma delas. Ingressou como postulante em São Paulo, onde fez o noviciado e a primeira profissão religiosa.

Em seus quarenta e quatro anos de vida religiosa, trabalhou nas casas de Porto Velho (1936-1938), Belém do Pará (1939-1944), Baturité (1945-1947), Aracati (1948-1953), Manaus (1954-1956), Recife Várzea (1957-1962), Fortaleza (1963-1969) e Baturité (1970-1979). Ela passou seus últimos meses em Fortaleza, no asilo, onde faleceu em 11 de outubro de 1980.

No Instituto Dom Bosco, apesar da sua saúde precária, trabalhou com grande empenho e sentido de responsabilidade como professora primária, professora de música, catequista, assistente, chefe do Oratório festivo e, durante alguns períodos, sacristã, bibliotecária e tesoureira.

5.1.8 Irmã Maria Araújo Viana: normalista e secretária

Maria Araújo Viana¹¹⁴ foi filha de Antidio e Maria da Glória Araújo; nasceu em Paz (Brasil), em 9 de fevereiro de 1918, e faleceu em Petrolina (Brasil), em 24 de outubro de 1970. A 1ª Profissão realizou em Ipiranga (São Paulo), em 6 de janeiro de 1939, aos 21 anos, e sua Profissão Perpétua em Recife, em 6 de janeiro de 1945.

¹¹³ MAGNABOSCO, Armida; NEPI, Adriana. Memória biográfica mortuária das FMA falecidas em 1980. Roma: Instituto Filhas de Maria Auxiliadora, 2010, p. 224.

¹¹⁴ SECCO, Michelina. Memória biográfica mortuária das FMA falecidas em 1970. Roma: Instituto Filhas de Maria Auxiliadora, 2004, p. 474.

Ela ainda era uma menina quando seus pais a confiaram às Filhas de Maria Auxiliadora, que haviam aberto recentemente um internato em Petrolina (Brasil). Aos dezesseis anos, obteve seu diploma de professora e voltou para a família. Depois de um ano, para surpresa de seus pais, expressou sua decisão de abraçar a vida religiosa salesiana. A família recebeu bem a notícia. Mesmo antes dos 21, ela foi admitida na primeira profissão.

No Norte do Brasil, trabalhou intensamente e efetivamente em diferentes localidades: Belém, Manaus, Fortaleza, Baturité, Petrolina e Recife. Sempre desempenhou tarefas docentes combinadas com outros compromissos: assistência às meninas, catequese, secretaria escolar. Foi professora de 4ª e 5ª elementar e assistente das internas no Instituto Dom Bosco.

5.1.9 Irmã Elia Colombera: tecelã operária da tradição camponesa e filha da pobreza

Elia Colombera ¹¹⁵ nasceu em San Vendemiano (Treviso), em 27 de abril de 1905, e faleceu em Vittorio Veneto, em 12 de dezembro de 1988; filha de Guerrino e Maria Modolo. Realizou sua 1ª Profissão em Pessione (Turim), em 6 de agosto de 1931, e a Profissão Perpétua em Turim, em 5 de agosto de 1937. Conheceu as Filhas de Maria Auxiliadora estudando como jovem tecelã no internato para operárias de Mathi Torinese.

Veio de uma família de agricultores de Treviso, pobres em recursos econômicos, mas ricos em dignidade cristã. Moça sensível e serena, desejosa de se fazer útil, viera a Mathi de San Vendemiano, sua cidade natal, para atender às necessidades de sua família empobrecida, como tantas outras na Itália do pós-guerra. Sentiu o chamado de Deus para ingressar na Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora que com tanto amor cuidavam das jovens tecelãs estressadas pelo cansaço e distância forçada da família.

Durante oito anos, trabalhou primeiro na tipografia do Instituto em Nizza Monferrato, depois em Turim na Casa Madre Mazzarello. Na primeira, vivência do autêntico espírito mornese; na segunda, compreende o planejamento missionário, que consolidou sua vocação salesiana. Por isso vai a Belém no sexênio da administração de irmã Dária Uboldi, para apoiar o trabalho da comunidade que atua na fronteira dos pobres. No Instituto Dom Bosco, era responsável pelos trabalhos domésticos, pois da forma como foi registrado fica explícito que não era professora.

No entanto, a longo prazo, a vida que ela tanto amava se tornou cansativa. Em 1944, vai para Manaus ajudar no trabalho de lavanderia e guarda-roupa com boa vontade e amor.

¹¹⁵ ANZELIERO, Giovanna; MAIOLI Elisabetta. Memória biográfica mortuária das FMA, falecidas em 1988. Roma: Instituto Filhas de Maria Auxiliadora, 2013, p. 160.

Neste levantamento biográfico das Filhas de Maria Auxiliadora que circularam pelo Instituto Dom Bosco de Belém, não foi possível saber de onde vieram irmã Lourdes Medeiros, que desempenhou a função de professora do jardim de infância, e irmã Tereza Mazzoleni, que era professora de trabalhos de cozinha, corte e costura e assistente do Oratório.

As memórias encaixam-se na trama da vida de irmãs missionárias que desempenharam um papel social, educativo e de assistência, direcionado à educação feminina em Belém do Pará. Algumas delas vieram de uma infância tranquila, de uma família com bons recursos; outras, fugiam da pobreza e encontraram na Congregação amparo e possibilidade de subsistência. Nessas duas condições tão distintas, o que as une é a forte inclinação para a profissão religiosa, para se doar ao outro, formar a juventude para o trabalho, ensinar o que aprenderam às meninas e mulheres.

O ingresso na Congregação possibilitou às religiosas conhecerem outros países, outros estados e circularem por diversas culturas, uma vez que a Congregação tem perfil de mobilidade educativa, não possuindo uma comunidade fixa. Permanecendo na Congregação, elas garantiam também asilo e cuidado na velhice nas casas salesianas, após, em média, 40 anos de árduo trabalho missionário.

Deve-se destacar nesse contexto as irmãs na condição de operária tecelã, pobre e imigrante, que não ascenderam na sua formação para o trabalho, transitando entre a cozinha, o tricô, a pintura, a tipografia e o tear. Outras, que poderiam contribuir no ensino, não o fizeram pela falta do diploma que as habilitariam. Contudo, é importante ressaltar que dominar a arte de cozinhar, lavar, limpar, cozer e bordar era uma habilidade importante na constituição da educação feminina e muito exigida socialmente à época. No mais, cabia às religiosas administrarem os institutos em todas as frentes de trabalho.

No Instituto Dom Bosco de Belém, temos irmãs salesianas que se formaram para cumprir diversas funções para o trabalho, dentro do campo da profissão religiosa. Em suas instituições educativas, destacaram-se normalistas, professoras dos saberes da cozinha e de corte e costura, tecelãs, tesoureiras, contabilistas, datilógrafas, secretárias, musicistas, bibliotecárias, diretoras, ecônomas, sacristãs, assistentes de alunas e do Oratório e professoras do campo da arte aplicada (desenho, pintura, crochê, tricô) e da educação doméstica.

A maioria das irmãs, que desempenhava suas funções no Brasil, eram brasileiras, merecendo também destaque para a professora de datilografia que, embora não fosse irmã, era Filha de Maria (associação católica). Deparamo-nos com ela nesta triste notícia registrada no mês de maio: “morre a professora de datilografia deste instituto Nazareth Sousa Bentes. Era jovem de ótimos costumes, profundamente religiosa e filha de Maria” (CRÔNICA DA CASA,

1939, p. 51). As formações de datilógrafas continuaram e anualmente formavam-se jovens nessa profissão no Instituto Dom Bosco.

Esse movimento de dar visibilidade à origem das professoras nos ajudou a entender a forma como as Filhas de Maria Auxiliadora se envolveram com a instituição para se tornarem agentes no campo da educação. Além disso, foi possível percorrer os caminhos que as religiosas tiveram na instituição fundada em Belém. Conseguimos também identificar o perfil delas, suas condições sociais e de experiências na formação para o trabalho educativo da Congregação.

6.2 O processo ensino-aprendizagem na educação salesiana

O ensino na educação salesiana era pensado para além do currículo elementar, por isso ele contemplava não só a formação para o trabalho, mas também a formação da Cultura Geral. Buscando indícios sobre a composição e finalidade da formação de uma Cultura Geral na educação feminina implementada pela Congregação Filhas de Maria Auxiliadora, encontramos no regulamento salesiano elementos que determinavam que a dimensão da educação intelectual compunha a cultura geral, e que, para ser atingida, dever-se-ia seguir programas de matérias fundamentais que

exercitem a inteligência, temperamento do caráter, eles devem ajudar a ver, a julgar e a agir com retidão. Sabe-se, de fato, que a imaginação da jovem é fervorosa, inquieta, ela facilmente se deixa dominar por ilusões, da frivolidade, da mesquinhez. Dê a ela alguns pensamentos sérios que absorvam as forças de sua inteligência, dê diretivas seguras, significando elevar a filha acima da pequenez e mediocridade (PLANO DE FORMAÇÃO, 1932, p. 16-17).

Essas colocações nos mostram que o ensino da aluna salesiana, além de compreender a formação da inteligência, deveria desenvolver uma cultura da personalidade do caráter que iria guiá-la no exercício de ver, julgar e agir com justiça em favor da razão e honestidade do caráter. Aos professores de cultura geral, recomendava-se: “deve sempre ter em mente as necessidades das classes trabalhadores, e devem se adaptar às suas diversas condições de ensino, deve assumir uma direção prática e útil imediata que a escola propõe” (PLANO DE FORMAÇÃO, 1934, p. 24). Assim, presumia-se que a aluna salesiana era da classe trabalhadora e que o professor deveria adaptar seu ensino a esta realidade, não ensinando só as disciplinas, mas, de forma prática e imediata, ensiná-la sobre atitudes perante a vida para que tomasse decisões seguras, inteligentes e sábias, elevando seu valor por meio do esforço.

é necessário ter uma ideia exata dos elementos de que é constituído o alunado e das disposições e aspirações de que é animado: **harmonizar, coordenar, simpatizar, estimular e encorajar** as alunas é uma das primeiras tarefas do professor salesiano. Especialmente diante da preguiça, à passividade, às não pequenas dificuldades que se

opõem, especialmente no início, o professor deve lembrar-se do grande segredo que Dom Bosco nos deu para compreender, para **formar o coração da jovem** a qualquer momento: amor santificado pela fé e efetivado pelo sacrifício. Portanto, **ame** pois o mestre fortemente seus alunos. Da **caridade**, alma do sistema preventivo, deve nascer todo aquele conjunto de meios pedagógicos, de indústrias, de preparação cuidadosa e doce força que torna eficaz o trabalho educativo do professor. Portanto, deve-se estudar, antes de tudo e, mais do que com palavras, com trabalho incansável e sacrificado - para persuadir os alunos da importância que a cultura tem, hoje, para a classe trabalhadora. Faça-os entender que educada na arte não só aprende a fazer algo, mas também atinge uma **posição melhor** mais tarde em termos **econômicos e sociais** (PLANO DE FORMAÇÃO, 1934, p. 24-25, destaques nossos).

O perfil do professor salesiano deve ser dinâmico e encorajador, gerando simpatia, harmonia, e, ao se deparar com a preguiça, passividade e as dificuldades que o ensino impõe à aluna, lembrar que Dom Bosco ensinou sobre os elementos necessários para formar o coração da jovem, qual seja, o amor santificado na fé e alcançado com o sacrifício. Dessa forma é que se implementa o sistema preventivo salesiano, no qual o professor deve amar seu aluno e agir com amor educativo e caridade, em espírito de doação ao outro para desenvolver meios pedagógicos que tornem eficaz o trabalho educativo.

Esses elementos nos remetem à aproximação, acompanhamento e presença junto as alunas. Além da valorização do afeto materializado na caridade do amor educativo, percebemos que a inserção da cultura da arte na vida e na educação da aluna trabalhadora tem uma função produtiva e prática que deve ser desenvolvida e ensinada na escola e o professor tem o dever de orientá-la no aprendizado de ofício que possibilitará uma melhora de sua condição social e econômica, pois o que aprendeu poderá lhe dar condições de subsistência e dará o *status* social de mulher cristã trabalhadora e honrada, pavimentando seus espaços de circulação. Sobre as regras que todo professor salesiano deveria praticar em seu ensino, foram pautadas em uma longa experiência e se constituem em:

Quadro 11 – Orientações para a professora sobre as formas de ensinar.

PLANO DE FORMAÇÃO FMA, 1934
1. O propósito de cada ensinamento é fazer com que as alunas compreendam e apliquem.
2. A mente da menina em busca da verdade sempre procede do que se aprende por meio dos sentidos: é necessário, portanto, objetivar as várias noções, usando o objeto real ou pelo menos figurado ou desenhado.
3. Para que uma aula seja considerada bem feita, deve ser claro nas ideias e na forma, completo no conteúdo, atraente na forma educacional.
4. A melhor maneira de comunicar as lições aos alunos é certamente o conversativo-expositivo.
5. Uma lição pode ser desenvolvida esquematicamente da seguinte forma: a) começa com uma exposição breve e concisa do assunto com o qual você quer lidar, tentando manter a atenção dos alunos com meios didáticos adequados, e religando, com breves referências, as novas noções.

b) explique posteriormente o tema que foi desenvolvido ou analisado, de forma ordenada e lógica, por meio de interrogações, esclarecimentos, diálogos. Ao fazer isso, use palavras claras e exatas, de forma atraente, exemplos abundantes e adjetivos.

c) finalmente termina com um resumo claro do que foi dito, tirando lições e aplicações práticas disso. Os alunos devem se acostumar a escrever esses resumos.

6. A disciplina é indispensável, inspirando docilidade, afeto e reverência pelo professor; significa aproveitar ao máximo das aulas; espinha dorsal da escola. Em suma, aquele espírito de amor ativo, ao qual desde o princípio, garantiu ao magistério do professor à dignidade e eficácia de um verdadeiro apóstolado.

Fonte: Plano de Formação FMA, 1934.

Essas orientações nos revelam um perfil salesiano de professor moderno e prático que deve partir da exploração do sentido, do concreto para o abstrato, usando o objeto real ou pelo menos desenhá-lo; que priorize em sua prática pedagógica um ensino simples e aplicado, de fácil compreensão, atraente na forma e no conteúdo, despertando o interesse do aluno. Nesse plano, aparecem alguns elementos que nos levam a pensar em uma forma didática pautada na pedagogia da escola ativa em moldes salesianos: centralidade no aluno, partir do concreto para o abstrato, do mais fácil para o mais difícil; aula conversativa-expositiva e sequenciada, finalizando com o exercício do resumo do que se aprendeu, sendo uma estratégia para relembrar e exercitar a lição; conteúdo atraente na forma educacional.

O uso da comunicação nas aulas deve ser conversativo-expositivo, isto significa ter um tom dialógico em uma exposição conversada, na qual, no início da aula, o professor deve realizar uma breve introdução do assunto e envolver a atenção do aluno utilizando os meios didáticos adequados, fazendo resgate com referências do que se quer explicar de forma lógica e ordenada.

Na pedagogia da pergunta, é possível que o professor faça interrogações, esclarecimentos e diálogos com palavras claras e exemplos abundantes. Ao final da aula, o professor deve realizar um resumo claro, tirando lições e aplicações práticas do que foi tratado na aula e os alunos devem cotidianamente escrever esses resumos. A disciplina é vista como espinha dorsal da escola, cuja aplicação deve inspirar docilidade, afeto e reverência ao professor, pautado no amor ativo, dando à profissão de professor o sentido da dignidade e eficácia de um verdadeiro apóstolado, uma missão de ensinar. Essa postura do ensinar nos remete a uma pedagogia que tem no aluno a figura central da prática educativa, na qual todo o ensino das lições deve ser pensado a partir do aluno que se quer formar e em uma relação de respeito, diálogo, de aproximação, elencando elementos de uma pedagogia nova.

Nesse plano ainda se faz as seguintes recomendações no ensino das lições: “use exemplos para este propósito, sendo tanto quanto possível, progredindo gradualmente do conhecido ao desconhecido, do fácil ao difícil, do concreto ao abstrato” (PLANO DE

FORMAÇÃO, 1934, p. 24-25). Sobre o material elaborado para o estudo, faz-se a seguinte recomendação: não “dar ao material do programa um caráter extenso, com o perigo de sobrecarregar e confundir a inteligência juvenil”. Com relação aos docentes, espera-se que “o professor deve se preparar para realizar, de forma clara e de forma exaustiva, na medida do que é estritamente necessário, isso é suficiente para a preparação especial dos alunos” (PLANO DE FORMAÇÃO, 1934, p. 24-25). Aqui se revela uma negação da pedagogia conteudista e uma preferência pela qualidade da aprendizagem, uma vez que não se deve sobrecarregar a inteligência juvenil, mas lhe proporcionar um ensino eficiente. Há uma preocupação de regulação do ensino das lições, que se finaliza com uma orientação especial aos institutos profissionais na qual

nunca devemos esquecer que a escola, sendo **uma preparação para a vida**, deve inspirar-se constantemente a um grande **sentido de praticidade**, em **harmonia com as formas de atividade** que constituem o endereço do próprio instituto. Finalmente, é aconselhável que o trabalho de cada professor seja coordenado, não só pela parte moral e estritamente educativa, mas também no que se refere à educação e à formação profissional para trazer **unidade de pensamento, na vontade, no sentimento do aluno** (PLANO DE FORMAÇÃO, 1934, p. 26-27, destaques nossos).

A escola, como preparação para a vida, compõe a filosofia educacional dos institutos dirigidos pela Congregação Filhas de Maria Auxiliadora, pois preparar para a vida é formar uma juventude feminina dentro do universo religioso de espírito salesiano. Além disso, orientar para aprender um ofício para fins de subsistência feminina e desenvolver o gosto pela estética das artes, como pintura ou música, com a aprendizagem do canto ou do piano-forte. Inspiradas nos ensinamentos de Dom Bosco, incluem em seus programas de formação uma concepção de educação pautada no ensino prático, voltado para a classe trabalhadora, e constituído no tripé preventivo razão, religião e *amorevolezza*. Nesse sistema, a razão é orientada em nossas atitudes terrenas nos princípios da *amorevolezza* e religião. Esse sentido prático de compreender a escola como preparação para a vida e a relevância da organização do trabalho do professor nos revela a intensa preocupação das FMA com o alinhamento dessas questões aos princípios morais harmonizados à educação e a formação profissional do professor, estabelecendo uma relação recíproca conectados em unidade de pensamento e sentimento do aluno.

O programa educacional era pensado seguindo um modelo de educação moderno que definia a forma metodológica de ensinar pautada nos princípios salesianos. Sobre a formação de professores salesianos, foi orientado que “dada a importância **prática e moral** dessas escolas, não devemos agravar as dificuldades que reúnem-se por falta de instalações ou de pessoal preparado. É preferível os **professores** que, pelo **valor da cultura**, combinam uma

ampla **experiência salesiana** da escola, e uma **compreensão materna** das almas juvenis” (PLANO DE FORMAÇÃO, 1934, p. 94, destaques nossos). Por isso, havia grande preocupação de manter em suas escolas professoras irmãs salesianas formadas na Pedagogia Salesiana para que pudessem ensinar e dirigir as casas de educação. Ademais, para professores que desejassem ensinar, era necessário que realizassem a formação de professores especialistas na educação salesiana.

A figura materna presente na Congregação Filhas de Maria Auxiliadora remete à memória de Maria Mazzarello, cofundadora da Congregação salesiana e a quem todas as irmãs se referiam como *naim*, que significa mãe de todas. O papel maternal assumido na pedagogia salesiana feminina é o que cria os laços, ama, educa, instrui, cuida, acompanha, orienta, acolhe, escuta, renuncia, se dedica e vive para o outro, sempre com alegria e sacrifício. Como se vê, as mulheres/irmãs da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora assumem muitos papéis ao serem compreendidas a partir de um papel materno que, a reboque, envolve ainda formação geral, profissional e religiosa justificada pela natureza do Instituto, bem como sua administração institucional e ainda a responsabilidade por uma comunidade educativa feminina.

Ao criar o sistema preventivo, a intenção de Dom Bosco era poder

intervir adequadamente, na hora certa dando respostas adequadas às necessidades dos jovens que procuram identidade pessoal e integração social. Essa intervenção preventiva significava, portanto, estabelecer as condições educacionais para que as energias do jovem se expandissem da melhor maneira para seu próprio benefício e do ambiente em que vivia (CAVAGLIA, 1990, p. 42).

Na relação com os alunos, orientava-se as professoras:

Nunca humilhe ninguém, mas principalmente encoraje os mais fracos de vontade e os que têm de vencer hábitos de indolência ou apatia. Os inteligentes e aplicados, colecionam já em sucesso o fruto do seu trabalho; os menos abertos, mas dispostos, que nem sempre vêem seus esforços coroados, precisam mesmo de uma boa palavra de compreensão da educadora, que afirma a voz da própria consciência: Vi seu esforço, calculei seu esforço, não se preocupe; o caminho é difícil, mas você também virá percorrê-lo como seus outros companheiros. Irmã Angela Vespa (CARTA CIRCULAR N° 265, 1943).

Nessa orientação, a professora nunca deveria expor as alunas a humilhações, principalmente as que não correspondiam ao que era ensinado, e inclinar-se a escuta, ao encorajamento da aprendizagem dos desmotivados, sem perspectivas de avanço. A professora deveria dirigir a palavra de reconhecimento do esforço, e compreender as dificuldades enfrentadas pela aluna, manifestando confiança no sucesso do seu aprendizado.

6.3 As práticas religiosas das salesianas na Formação Feminina no Instituto Dom Bosco

Figura 22 – Capela e Escola do Instituto Dom Bosco de Belém.



Fonte: Fotografia de Laedson Gaia, 2019.

O Instituto Dom Bosco de Belém foi construído no bairro do Reduto. Um prédio com diversos espaços: além das salas de aula, havia ambientes para a administração, para o refeitório e para os dormitórios das irmãs e meninas internas.

A capela foi um espaço importante na composição arquitetônica da instituição. Em uma instituição católica, deve ganhar destaque por ser o lugar em que são celebrados os sacramentos, principalmente o batismo, a comunhão e confissão das alunas internas, externas e de suas famílias, bem como da comunidade local. Fazia parte do projeto educativo das escolas salesianas a construção da capela e escola no mesmo terreno, pois, paralela à formação intelectual, ocorreria mais facilmente a formação religiosa em um exercício de *hábitus* que guiava a conduta diária. Sobre a formação religiosa,

Segundo o espírito de São João Bosco, nas escolas profissionais devem buscar uma educação integral da juventude trabalhadora e, portanto, cuidem disso: uma das maiores práticas exercitadas fielmente desde os primórdios do Oratório em Valdocco, foi o de deixar Deus entrar nos corações dos jovens não só pela porta **da igreja**, mas da **escola** e da **oficina**. Portanto, é necessário dar às filhas uma religião que permeia toda a vida do trabalho, que as ajuda, as encoraja, fortalecê-las e capacitá-las a realizar plenamente a vida cristã na classe social a que pertencem; é necessário inculcar uma fé segura, consistente, prática, que dá às jovens a possibilidade e o desejo de serem salvas e também o desejo de ressuscitar, e elevar toda a classe trabalhadora Este ponto é o fundamental; a razão primeira de toda iniciativa salesiana, a partir do qual deve se iniciar e a qual todas as outras manifestações devem estar vinculadas (PLANO DE FORMAÇÃO, 1934, p. 16-17, destaques nossos).

Nesse sentido, usando o exemplo das origens em Valdoco, afirma-se no regulamento que as irmãs deveriam trabalhar para atingir a formação integral da juventude feminina com as práticas educativas desenvolvidas no oratório, na escola e nas oficinas, onde era recebida a formação utilitária para o trabalho. A principal preocupação era que a religião permeasse toda a vida do trabalho e do estudo, capacitando a juventude trabalhadora para viver plenamente uma vida cristã na classe social a qual pertencia, exercitando uma fé segura, consistente e prática.

A formação entre igreja, escola e oficina buscava engajar a classe trabalhadora feminina para o trabalho, fortalecendo o sentimento cristão. Havia uma função pedagógica em cada espaço e um significado cultural se internaliza e se aprende (ESCOLANO, 2001). O uso dos espaços gera representação e práticas constituídas por meio das sociabilidades nas casas salesianas. O clima institucional criado pela Congregação Filhas de Maria Auxiliadora para a educação feminina representava o ciclo pedagógico e um modelo institucional da casa que educava, instruía, acolhia e evangelizava.

Toda a juventude feminina educada no Instituto Dom Bosco circulava por esses espaços, porém o que difere é a frequência. As meninas internas, por exemplo, viviam diariamente todo o cotidiano religioso e educativo. Ademais, a filosofia salesiana era de um comportamento regrado e de muito disciplinamento.

Segundo as Crônicas, a casa iniciava o movimento com o levantar às 5h10 da manhã, quando se meditava; em seguida, ocorria a primeira missa, com os deveres religiosos iniciando as atividades escolares. Depois, início das aulas às 7h30; às 9h30, realizava-se uma pausa para a merenda. Ao final da aula, às 11h50, fazia-se o exame de consciência antes do almoço que era marcado para 12h. Às 13h15, realizava-se uma visita ao Santíssimo Sacramento, antes de iniciar as aulas às 13h30. Ao finalizar as aulas no turno da tarde, realizava-se o terço coletivo às 17h30. O jantar ocorria no final da tarde, por volta das 18h. Estava programado um pequeno recreio às 19h30, recolhendo-se às 20h45 para o boa-noite, último ato do dia. A referida forma de viver o cotidiano da casa salesiana feminina iniciava cedo e era permeada pela conduta religiosa do levantar ao deitar, antes das atividades escolares e após o seu término. A ocorrência dessas práticas foi citada cotidianamente nas Crônicas do Instituto Dom Bosco, porém foi no Livro de Uso Costumeiro de 1954 que identificamos o registro detalhado dos horários em que deveriam acontecer as inserções religiosas, dando-nos indícios de sua regularidade no ambiente institucional que envolvia a casa, a escola, a igreja e a oficina.

Figura 23– Horário da Casa.

Horário da Casa	
Levantar	5:10 HORAS
Meditação	5:40
Missa	6:10
Início das aulas	7:30
Merenda	9:30
Reinício	10:00
Termino	11:30
Exame	11:50

Almôço	12:00 HORAS
Viola	13:15
Mila	13:30
Merenda	15:00
Início das aulas	15:00
Termino	17:00
Terço e leitura	17:30
Jantar	18:00
Termino recreio	19:30
Bom noite	20:15

Domingos e Dias Santos	
Levantar	5:30 HORAS
Ofício	6:00
Missa 1ª	6:30
Missa 2ª	8:00
Merenda	9:30
Exame	11:15
Almôço	11:25
Viola e Tropeza	13:00
Merenda	15:00
Missa 3ª	17:30
Jantar	18:15
Termino recreio	20:00

Fonte: Livro de Uso Costumeyro, 1954.

Os acontecimentos do cotidiano escolar do Instituto Dom Bosco de Belém, entre os anos de 1937 a 1942, também envolviam festas e celebrações com a finalidade de formação religiosa, que, constituídas de diversas formas, conferiam uma impressão de dinamismo e vivacidade na experiência da vida institucional. Eram práticas cotidianas que sustentaram as bases do processo formativo da juventude feminina no período histórico estudado. Essa comunidade escolar organizava seu cotidiano, a partir, principalmente, dos marcadores festivos de cunho religioso e os combinava com as práticas dos exames escolares femininos, exames de formação profissional feminina, exposição dos trabalhos femininos, premiações e diplomação das alunas. Nessa instituição, o cotidiano era pensado de forma integral, objetivando o acesso ao ensino elementar, o aprendizado de um ofício e a formação religiosa. A seguir, organizamos esses acontecimentos festivos:

Quadro 12 – Enquadramento dos acontecimentos celebrativos e festivos no cotidiano educativo do Instituto Dom Bosco.

Funções	Classificação da ocorrência - Mensal ou Anual	Mês que ocorre o evento
Celebração da Abertura do ano escolar com o Tríduo Escolar	Anual	Fevereiro

Celebração do encerramento do ano escolar	Anual	Novembro
1ª sexta-feira do mês (confissão, comunhão, bênção eucarística)	Mensal	Todos os meses
Batismo	Mensal	Todos os meses
Epifania – Profissão dos votos perpétuos e temporários das irmãs	Anual	Janeiro
Exercício da Boa Morte	Mensal	
Festa dos prêmios dos oratorianos	Anual	Janeiro
Festa de Maria Imaculada Conceição	Anual	Dezembro
Festa de São Francisco de Sales	Anual	Janeiro
Festa de São João Bosco	Anual	Janeiro
Festa da senhora Diretora	Anual	Setembro
Retiro das Irmãs	Mensal	Todos os meses
Festa de Adoração a Madre Mazzarello	Anual	Fevereiro
Festa de Adoração – reparação das ofensas do Carnaval	Anual	Março
Retiro Carnaval	Anual	Março
Celebração da <i>Via Crucis</i>	Anual	Março
Festa de São José	Anual	Março
Exames Escolares parciais – ensino primário		Abril
Exames de habilitação para a formação profissional – próprio da Instituição	Semestral	Maio
Festa da Páscoa	Anual	Abril
Tríduo Escolar (preparação para comunhão alunas da escola noturna e diurna e início do ano letivo)	Abertura do ano Letivo Escolar	Março
Procissão com participação de todas as internas, oratorianas, alunas da escola noturna e irmãs	Mensal	Todos os meses
Festa de Maria Mazzarello	Anual – Tríduo	Maio
Festa de Maria Auxiliadora	Mensal	Todos os meses
Academias	Em comemorações especiais	Não há constância
Festa de <i>Corpus Christi</i>	Anual	Junho
Exame da formação profissional curso de Corte e costura	Semestral	Junho
Festa de São Pedro com função, procissão e missa	Anual	Junho
Passeio das meninas internas, externas e oratorianas	Semestral	Junho e setembro
Exame Final da 4ª e 5ª e classe 2ª e 3ª	Anual	Setembro
Festa de São João Bosco	Anual	Agosto
Aula de Catecismo	Semanal	Semanal
Exame Final da 1ª classe	Anual	Setembro
Exame Final das meninas do Jardim de Infância	Anual	Outubro
Exame Final do Catecismo da 5ª classe ao Jardim de Infância.	Anual	Outubro
Festa dos Santos anjos da guarda	Anual	Outubro
Festa do Círio não era celebrada, só registrada – Não faziam comemoração – liberavam as	Anual	Outubro

internas e as irmãs apreciavam a passagem da Santa.		
Exame do curso de formação profissional de corte das alunas noturna e diurna	Semestral	Outubro
Exposição dos trabalhos	Anual	Outubro
Distribuição de diplomas e prêmios	Anual	Outubro
Comemoração dos finados	Anual	Novembro
Exame e premiação	Anual	Dezembro
Festa da Imaculada Conceição	Anual	Dezembro
Tríduo Escolar	Abertura do ano Escolar – Anual Tríduo de Encerramento do ano – Anual	Março Outubro
Natal	Anual	Dezembro

Fonte: Elaborado pela Autora com base nas Crônicas da Casa, 1937-1942.

Esse quadro nos apresenta o que foi priorizado como fundamental para as Filhas de Maria Auxiliadora em suas práticas religiosas no sentido da manutenção de um catolicismo devocional que exercitava a tradição conservadora. Representava ainda todos os eventos educativos ocorridos no Instituto, como os exames, premiações, diplomações, exposições de trabalhos, tríduos, academias e passeios. Todos os meses e de forma frequente havia alguma celebração que movimentava os agentes educativos, sendo acontecimentos demarcados como especiais na época.

Pautadas nos princípios da piedade, humildade e obediência previstos na Constituição da Congregação, inicia-se o ano letivo dos educandários salesianos femininos. Esses princípios são parte do Regulamento Geral, apontado nas Cartas Circulares, e do Regulamento para as casas que deviam ser compreendidos como valores orientadores das práticas educativas e religiosas salesianas que eram registradas nas Crônicas da Casa das Filhas de Maria Auxiliadora de Belém. O cotidiano escolar iniciava com a prática do Tríduo: “Às quintas-feiras iniciava-se o Tríduo escolar com todos os alunos com abertura às 16h com orações e benção” (CRÔNICA DA CASA, 1938, p.17). Antes de iniciar o ano letivo também era prática anual “a benção da garganta”, já que a garganta com boa saúde possibilitava sua missão educativa. Também era com o uso da voz e da palavra que instrumentalizavam suas práticas, eram religiosas e professoras (CRÔNICA DA CASA, 1940, p. 40).

No mês de março ainda foi realizada a “Festa de São José com cântico durante a missa, depois a benção dos anjos. Todas as meninas foram de vestido branco”. Encerrou-se o Tríduo Escolar “com comunhão geral para todas as alunas” (CRÔNICA DA CASA, 1938, p. 17). Assim, por três dias, apresentava-se o Regulamento da Congregação e praticava-se os exercícios religiosos, inserindo as alunas no clima cultural institucional das regras e das sociabilidades.

Mensalmente era realizada a pia prática religiosa de se reunirem nove sextas-feiras durante o ano; nessa prática estratégica direcionada aos fiéis, priorizava-se o ato de confessar-se para que pudesse realizar a Santa Comunhão dentro das prescrições adotadas pela fé católica, garantindo a adesão de muitos fiéis, conforme apontava o registro: “aos fiéis para cumprir a pia prática das primeiras nove sextas-feiras o nosso capelão coloca-se à disposição para confissões, antes da santa missa. A Santa Comunhão era numerosa e a Santa Missa era seguida da benção eucarística” (CRÔNICA DA CASA, 1937, p. 3).

As internas envolviam-se no mesmo espaço em que comungava a comunidade do bairro do Reduto, pois moradores do entorno também se envolviam nas práticas religiosas, especialmente mulheres, crianças e jovens, a exemplo do que foi registrado no mês de abril: “primeira comunhão na nossa capela: uma senhora nossa vizinha e mãe de quatro filhos. Ela foi preparada para este grande dia com um sentimento grande fé viva, esperando sempre o melhor fruto da comunhão que fará de hoje em diante” (CRÔNICA DA CASA, 1939, p. 46).

A participação nas festas de santos populares do Pará pelas internas no Instituto Dom Bosco foi encontrada não como experiências vividas no âmbito das festas que ocorriam internamente na instituição, mas em forma de registro anual. É o caso do Círio de Belém em que as irmãs respeitavam a tradição da comunidade belenense e dispensavam suas alunas para celebrarem em suas casas.

Sobre a questão das festas dos santos, havia uma determinação do I Concílio da América Latina que “embora seja muito difícil haver perfeita uniformidade nos dias santos em todas as Repúblicas latino-americanas, pelo menos se fará um esforço para que em cada uma delas, com a autorização da Santa Sé, uma lista uniforme de dias santos de obrigação seja elaborada” (CPAL, 1900a, p. 420). A existência de uma lista regulamenta a obrigatoriedade das festas entendidas como legítimas pela Santa Sé, freando as experiências religiosas seculares e criando o *hábitus* de se festejar somente o que foi determinado. “As festas católicas não podem, entretanto, serem reduzidas às suas dimensões extrarreligiosas, sendo também a partir de sua especificidade enquanto fenômenos religiosos que elas devem ser compreendidas” (SOUZA, 2013, p. 35-36). As festas católicas no Instituto Dom Bosco foram percebidas por nós não só na perspectiva do fenômeno religioso, mas também sob a dimensão da ação institucional da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora e dos interesses sociais e políticos representados na instituição educativa quando incentivava e selecionava quais elementos religiosos deveriam compor sua educação.

As festas com maior destaque eram as de caráter mariano no Instituto Dom Bosco, ressaltando-se a devoção a Santa Maria Imaculada da Conceição e Santa Maria Auxiliadora.

Essas festas difundiam o culto aos santos vinculados à Congregação salesiana feminina, que, neste tempo histórico, não apresentava alinhamento com a cultura popular local que possuía forte devoção a Nossa Senhora de Nazaré, padroeira de Belém, cuja inserção na cultura religiosa popular paraense foi realizada pelos padres jesuítas que vieram de Portugal para Belém. Esta ausência se explica pelo fato de a Congregação ser de origem italiana, tendo construído suas bases religiosas devotando outros santos, irmandades e congregações¹¹⁶.

Para Jurkevics (2004), no Brasil, o Movimento Mariano é percebido de diversas formas. Entre as formas mais notáveis são as festas que ocorrem no Santuário de Aparecida do Norte e em Belém, do Pará, onde se festeja Nossa Senhora de Nazaré¹¹⁷. Ainda segundo o autor, além desses já citados, “atribuem-se numerosos títulos à Virgem Maria¹¹⁸: Nossa Senhora de Nazaré, Nossa Senhora de Lourdes, Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora do Carmo, Nossa Senhora do Rocio, Nossa Senhora de Guadalupe, entre outros, ressaltando-se sempre sua característica humana e materna” (JURKEVICS, 2004, p.140-141).

Foi possível constatar a relevância que a Congregação Filhas de Maria Auxiliadora dava às celebrações religiosas e aos rituais católicos que ocupavam funções espirituais diárias e mensais articuladas ao cotidiano escolar. Não à toa, a formação feminina ocorria diariamente nos aspectos religiosos que não se resumiam à frequência da missa, mas nas comemorações de início do ano letivo, e de forma mais específica em alguns dias santos, no Carnaval, Natal e ainda durante as Academias escolares.

o rito muda a situação do fiel. Praticando os ritos propiciatórios que deveriam trazer a chuva, os fiéis não provocam sua vinda, mas reunindo-se para realizar a cerimônia prescrita, os membros do grupo mobilizam as energias que lhes permitem suportar melhor a prova da seca e da pobreza que a acompanha. O sentido do rito não está em sua eficácia instrumental. O rito não propicia ao fiel apenas a *catharsis* de sua angústia

¹¹⁶ Essa postura de devoção a outros santos influenciava na hibridização da cultura religiosa local e estrangeira, podendo refletir no enfraquecimento da cultura popular e fortalecimento das práticas religiosas da congregação italiana, contribuindo inclusive para a depuração do catolicismo popular e o culto aos seus santos, pois as irmãs salesianas buscavam construir referências religiosas nesse espaço educativo. Cabe lembrar que a cultura institucional religiosa no século XX era de origem europeia, embora sejam as brasileiras que compunham o cotidiano cultural desse ambiente. A diretora nesse período histórico é italiana e a permissão do que ocorre e como ocorre nas práticas desenvolvidas no Instituto também passava por ela, enquanto agente educativo superior da instituição educativa.

¹¹⁷ Segundo Jurkevics (2004), os festejos do Círio são realizados durante toda a primeira quinzena do mês de outubro. Considerado como uma das maiores manifestações de fé do mundo católico, atrai à capital paraense um crescente número de turistas que, em meio à população local, promove uma enorme romaria em homenagem à santa e revivem a lenda do caboclo que encontrou a imagem da Santa e a levou para casa, embora ela reaparecesse sempre onde havia sido encontrada. Nesse local, foi construída a Igreja de Nossa Senhora de Nazaré e, em 1793, se realizou a primeira procissão e o primeiro Círio, que se tornou, ao longo do tempo, marca da cultura regional.

¹¹⁸ Embora ocorra descompasso entre a fé popular e a ortodoxia da Igreja, seu culto nunca desapareceu e atualmente é um dos fenômenos mais notáveis do mundo católico que se sustenta principalmente pelos relatos de aparições e mensagens comunicadas entre a santa e na maioria das vezes homens e mulheres pobres (PELIKAN, 1995 apud JURKEVICS, 2004).

por comportamentos substantivos. A execução do rito reforça e restaura a solidariedade do grupo – desde que tomada a sério e considerada estrita obrigação (MALINOWSKI, 1984, p. 75).

O rito religioso praticado e organizado pela Congregação Filhas de Maria Auxiliadora buscava uma eficácia instrumental, no sentido de inserir a juventude feminina no *hábitus* religioso salesiano, porém não só isso: as festas e celebrações fomentaram a união e a solidariedade naqueles que viviam na comunidade religiosa feminina. A função dos rituais religiosos era a de fomentar a cultura salesiana, exercitar o compromisso com a obra, alcançar o retorno do fiel e restaurar a solidariedade no grupo. A reunião e o exercício diário das orações, cantos e práticas religiosas corporificava a instituição no público envolvido. A fé se materializava nas orações, nas apresentações das alunas na escola, na igreja e nas procissões.

Havia também o entrelaçamento de festas religiosas com festividades profanas. No Carnaval, por exemplo, as irmãs providenciavam exercícios religiosos e de adoração, desenvolvendo outras formas de diversões incluindo o elemento cristão, a fim de inculcar que é possível alegrar-se mesmo em um ambiente religioso. O dia de São João Batista foi invisibilizado, pois não havia festa junina; neste dia, as irmãs comemoravam Nossa Senhora Auxiliadora, reforçando o esquecimento dos momentos culturais populares muito festejados em Belém nessa época, como a realização de arraiais juninos, dos bingos e da fogueira. Essas práticas contribuíram para a disseminação do catolicismo popular e o esquecimento das tradições locais, tendo forte impacto na cultura de uma comunidade como a paraense. A festa de São João ocorria próximo das férias das meninas, porém àquelas que ficavam, “sendo véspera de festa de São João tentamos dar um pouco de consolo as poucas internas que permaneceram aqui” (CRÔNICA DA CASA, 1937, p. 136).

As irmãs desenvolvem suas ações preservando a cultura e tradição católica vinculadas à sua Congregação, perpetuando suas memórias religiosas de geração em geração, já que a escola era reduto de alto poder formativo. Pela manhã, no dia de São João, celebrava-se a Festa de Maria Auxiliadora e acontecia a “comunhão geral das alunas”: internas, externas, oratorianas, as da escola noturna e das aulas particulares estavam sempre presentes. À tarde, todas as educandas com uniforme faziam parte da procissão de Maria Auxiliadora até o Colégio Salesiano do Carmo (CRÔNICA DA CASA, 1941, p. 155).

Figura 24– Crianças preparadas para uma festa.



Fonte: Álbum do Instituto Dom Bosco, 193-.

O cotidiano festivo pode nos apontar como os fenômenos educativo e religioso eram anunciados nas fontes. A Academia, por exemplo, era um momento pedagógico salesiano de caráter festivo que também estava articulado não só ao encerramento letivo, mas a datas comemorativas civis e religiosas.

As festas eram momentos recorrentes no Instituto Dom Bosco de Belém. Na fotografia acima, podemos imaginar que as meninas foram preparadas para algum número de ginástica com o uso do esquadro, ou poderiam estar a caminho de um desfile cívico ou procissão religiosa. O instrumento que elas posicionam nos lembra um triângulo equilátero perfeito, que na liturgia da arte cristã simboliza a Santíssima Trindade, ganhando assim a composição iconográfica um sentido teológico. O ensino da adoração à Santíssima Trindade era frequente no Instituto Dom Bosco de Belém, e uma das formas de se comemorar esse mistério da fé cristã poderia ser com uso simbólico do triângulo equilátero, que significa “a unidade na multiplicidade, a igualdade na distinção. É símbolo por excelência da Trindade [...]”. Nesse sentido, o ato da comunicação da fé e da comunhão representa “semioticamente o triângulo com o vértice para o alto (cabeça de Cristo), indica subida, ascensão; o segundo, com o vértice para baixo (cálice sobre o altar), indica descida, encarnação” (LICARI, 2013, p. 68). Nessa experiência educativa, a Congregação Filhas de Maria Auxiliadora, como disseminadora da fé

cristã e da educação salesiana, encontrou na escola a oportunidade de celebrar e inserir meninas no *hábitus* da fé, dando o sentido do caráter divino à festa.

Além desse significado religioso, Veiga (2000, p. 414-415) afirma que “as festas escolares eram acontecimentos sociais de grande importância, eram momentos especiais na vida das escolas e das cidades, momento de integração e de consagração de valores – o culto à pátria, à escola, à ordem social vigente, à moral e aos bons costumes”. Na prática educativa da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora, a festa possui o valor de um momento para se exercitar o *hábitus* da fé e o aprendizado dos símbolos cristãos.

Sobre a prática educativa salesiana chamada de Academia, que também era vivenciada em momentos festivos, era articulada com os valores religiosos, em que no ato da Academia/apresentação salesiana era apresentada a polida formação cultural recebida pelas meninas, materializadas nas apresentações do teatro, na amostra musical, nos números de ginástica e recital de poemas.

Quadro 13 – Programa da Academia de Encerramento Escolar de 1940.

Programa da Academia de Encerramento Escolar de 1940
1º Introdução – Piano a 4 mãos
2º Hino – Canto
3º Saudação as autoridades – Por uma aluna
4º Concessão de Diploma as alunas do 5º ano e Datilografia
5º Torneio Ginástico – alunas menores
6º A minha Bandeira – Verso
7º Premiação das alunas do 3º e 4º ano
8º Canto a juventude – Coro
9º Premiação das alunas do 1º e 2º ano
10º Concessão de diploma as alunas de corte costura e bordado a máquina
11º Torneio Ginástico alunas maiores
12º Adeus ao colégio
13º Torneio Final
14º Palavra da distinta inspetora D. Maria Uchoa
15º Hino Nacional.

Fonte: Elaboração da Autora com base na Crônica da Casa, outubro de 1940, p. 137.

Nessas Academias, como já foi discutido, há diversos elementos educativos e patrióticos que expressam o contexto moderno de educação no Governo varguista e da Pedagogia Nova: ao arquitetarem centros de interesse que promoviam culto ao Hino Nacional, evocaram uma mensagem a juventude pelo canto; eram executadas saudações às autoridades em sinal de

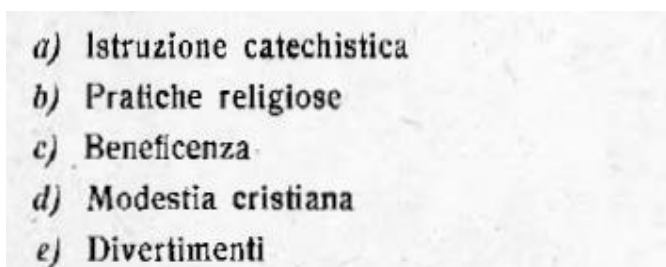
gratidão e respeito; as alunas de excelente desempenho na aprendizagem e de boa conduta eram premiadas; diplomava-se toda a juventude feminina desde o primário até aquelas que realizavam sua formação para o trabalho, criando uma ambiência em que se valorizava a cultura feminina do trabalho, e criava-se referências femininas dessa formação; realizavam ainda torneios de ginástica internos representando as possibilidades femininas nesse campo prático de atividade física e recebiam uma boa palavra de alguma autoridade.

Os documentos da Congregação apontaram que, no período dos anos 30 e 40, elementos da cultura salesiana foram estabelecidos de forma a acompanhar as necessidades não só sociais, mas morais da época, influenciando na maneira, ou nas formas de fazer das atividades desenvolvidas com um objetivo de aperfeiçoamento da moral feminina.

Nessa direção, os cinco elementos destacados na figura 25 pela irmã Linda Lucotti, na Carta Circular de 14 de novembro de 1946, e que foram reafirmados no XI Capítulo Geral, são resgatados da sua memória e expostos para que não fossem esquecidos. Desde a década de 1930, já percebíamos essa forma de agir no cotidiano do Instituto Dom Bosco de Belém, isto é, uma forma de se organizar que cerca todas as formas de circulação da juventude feminina. Nessa passagem, materializa-se não só a forma como se articulava o projeto religioso salesiano nas frentes de atuação da Congregação, mas como foi exercido o controle do corpo feminino.

Esses elementos juntos conduzem as práticas culturais e educativas da instituição salesiana que se perpetuaram até o Concílio de Vaticano II, momento em que a Igreja Católica decidiu rever o conceito de igreja e as instituições educativas reorganizaram suas práticas educativas.

Figura 25– Elementos educativos.



Fonte: Carta Circular N° 303, 14 de nov. de 1946.

O campo da *Instrução Catechistica* orientou-se com a seguinte proposição:

Que esta pode ser ministrada às filhas dos oratórios, das nossas escolas, pensionistas e internatos estudantis, para formá-las de maneira cristã e alertá-las contra as armadilhas modernas; nos locais de trabalho feminino; em Congressos, concurso, exposições e festas catequéticas. Também pode-se promover iniciativas para a divulgação de folhetos, livrinhos, séries, revistas de formação espiritual e moral entre

as nossas meninas, ex-alunas, as benfeitoras e o povo. Também poderá ser incluída esta instrução nas Bibliotecas da Doutrina Cristã. Entre outras formas de ministrar a instrução catequética temos os grupos especializados e diversas categorias, como as mães de crianças do jardim de infância e alunos da escola (CARTA CIRCULAR N° 303, 1946).

Com essas táticas que reinventam o cotidiano de uma escola que se organizava para acompanhar a modernidade aliada ao seu projeto religioso, a instrução catequética atingiria os espaços de circulação feminina para além da escola e do oratório, por meio da penetração em seus ambientes cotidianos de trabalho e estudo. Ampliou-se também a circulação dessa instrução em espaços maiores de socialização, como congressos, concursos, exposições, comemorações catequéticas ou festas religiosas, bem como o uso da mídia impressa de divulgação em folhetos, livros, séries e revistas que promoviam o conteúdo de formação espiritual e moral tanto entre as alunas e até ex-alunas, quanto entre as benfeitoras e o povo. Essa tática alcança inclusive as mães de todas as crianças que foram matriculadas nos educandários, criando uma rede que buscava fortalecer a doutrina cristã salesiana.

Sobre as *práticas religiosas* que devem ser desenvolvidas no cotidiano institucional dirigido pelas Filhas de Maria Auxiliadora, as orientações são

O cumprimento das funções de domingo de manhã: **Missa, Missa dialogada, Missa cantada**. 2º função Domingo à noite: **Cântico das Vésperas, Bênção**. Outras funções, como **Horas Eucarísticas, Via Crucis** na Quaresma, etc. 3º **Novenas, Tríduos**. 4º **Exercícios Espirituais** para internos e externos, membros das associações e ex-alunos. 5º **Exercício da Boa Morte** para alunos internos, externos e ex-alunos. 6º **Associações Pia**. 7º Atividades da **Ação Católica** (CARTA CIRCULAR N° 303, 1946, destaques nossos).

Essas práticas religiosas são experiências diversas que compõem o universo institucional salesiano, como a missa que possui variações na forma participada, dialogada ou cantada. A missa de Maria, que em alguns momentos, ocorria de forma específica para alunas da escola noturna, como a realizada no Instituto Dom Bosco de Belém em 1938, seguindo a prática da leitura diária, canto e leitura espiritual para alunas da escola noturna. Várias dessas funções religiosas poderiam ser desenvolvidas pelas FMA, sem a necessidade de um padre, o que facilitava no exercício prático da fé (CRÔNICA DA CASA, 1938).

A *Via Crucis* e as novenas eram momentos em que se tinha procissão para dar visibilidade ao exercício e prática da fé, cultivando a relação de pertença religiosa; execução de tríduos para se fazer alguma memória celebrativa ou para a abertura do ano escolar, em que se realizava exercícios espirituais e socializava-se o regulamento da instituição no campo do dever das funções religiosas e sua prática no cotidiano educativo.

A primeira comunhão marcava um rito de passagem em que “quando já estão com o processo de alfabetização consolidado, já atingiram um nível de abstração para compreender as subjetividades presentes no catecismo e também para proceder à confissão dos seus ‘pecados’ que antecede a iniciação à eucaristia” (DOMINGUEZ; VASCONCELOS, 2021 p. 3). Na figura 26, podemos ter uma ideia da vestimenta utilizada pelas meninas: o vestido em formato de túnica era longo, acompanhado de uma touca feita de filó cobrindo os cabelos. Durante a celebração, ocorrida no dia 8 de dezembro, as meninas foram orientadas a ficarem com as mãozinhas recolhidas ao colo como sinal da modéstia cristã.

Às 15h30 vamos à capela, e logo há a instrução do capelão, depois do sermão, as meninas da primeira comunhão renovam a promessa do batismo recebem uma solene benção eucarística. Após saímos da igreja, os novos comungados sentam-se em grupo em frente à lente para tirar a fotografia (CRÔNICA DA CASA, 1937, p. 8).

Figura 26– Primeira Comunhão das alunas do Instituto Dom Bosco.



Fonte: Álbum do Instituto Dom Bosco, s.d.

O Natal de 1937 contou com intensas celebrações religiosas. Além da comunhão, houve os batismos às 6 horas; para a educanda Maria Ilga Santos, de dezoito anos, foram ministrados os dois sacramentos. Uma missa foi realizada com “pregação, cânticos, ofertório e comunhão em honra ao Menino Jesus. A santa comunhão foi numerosa. Para melhor alegrar essa festa tão querida ao coração de todo cristão preparamos um belo presépio” (CRÔNICA DA CASA, 1937, p. 9).

Na ocasião da celebração da missa do último dia do ano, foi feito agradecimento à distinta senhora Dolores MacDovell que fez uma visita de gratidão e antes de partir doou uma

esmola de quatrocentas liras, que recebeu de uma senhora que quis beneficiar as obras de Dom Bosco, como sinal por uma graça que recebeu. O encerramento da cerimônia se deu com agradecimento a todos que contribuíram com instituição e reforçando promessa de um sacrifício contínuo para o bem das jovens pobres e abandonadas de Belém (CRÔNICA DA CASA, 1937).

De acordo com o princípio da *Beneficência*, era orientado que a Congregação Filhas de Maria Auxiliadora tinha o dever de acolher e auxiliar em maior número as meninas pobres e abandonadas e multiplicar os orfanatos. Além disso, manter as pensões para meninas pobres e de classe média conforme os critérios e tradições de Dom Bosco. A égide que norteava as ações da instituição se baseava na caridade. Com relação à formação, além de multiplicar oficinas, escolas profissionais, agrícolas e o ensino noturno, precisavam dar assistência de verão nos oratórios e colônias (CARTA CIRCULAR Nº 303, 1946).

É no campo da Beneficência que encontramos as bases do sistema de educação feminino salesiano, uma vez que era por meio dele que se acolhia e amparava as meninas pobres e abandonadas. Nesse direcionamento, fundam-se orfanatos, atendendo as práticas da caridade e auxílio salesiano nos moldes de Dom Bosco que ensinou, acolheu, educou, instruiu e protegeu meninas pobres e abandonadas, sendo também público-alvo de suas ações as pensionistas pobres, mas também da classe média, desde que aceitassem a filosofia de Dom Bosco, obedecendo aos critérios e à tradição em seu cotidiano. O Instituto Dom Bosco de Belém funcionava amparando e educando meninas pobres e na forma de pensionato.

Para atender à *modéstia cristã*, orientou-se “combater os hábitos perigosos mundano; reagir contra o nudismo e a falta de modéstia das roupas e seguir as diretrizes quanto à leitura de autores por motivos de estudo, jornais, revistas, e outras publicações” (CARTA CIRCULAR Nº 303, 1946). O elemento da modéstia cristã foi responsável por regular e controlar os hábitos perigosos do mundo, a exemplo, do controle das maneiras de se vestir, do uso e finalidade da leitura em suas diversas formas, como jornais, revistas e livros. Essas práticas se justificavam, portanto, a fim de garantir a modéstia cristã nas práticas salesianas.

Para finalizar, são elencados no campo *entretenimento* observações de “alerta no uso do Teatro” e na “atitude das Filhas de Maria Auxiliadora” em relação ao “teatro misto”, que deveria ser evitado. Cinema e rádio deveriam ser usados “somente para práticas cristãs”, como ocorreu certa vez: “a convite do arcebispo um grupo de meninas internas acompanhadas da diretora vão ao teatro moderno para assistir a projeção do Congresso Eucarístico de Budapeste” (CRÔNICA DA CASA, 1939, p. 46).

Assim, esses cinco elementos apontam a estrutura organizada para atuação na adequação e desenvolvimento das atividades religiosas e educativas no cotidiano de uma instituição (CAPÍTULO X, 1934; CAPÍTULO GERAL XI, 1947).

Os passeios a lugares mais distantes realizados no Instituto Dom Bosco ocorriam de forma programada em cada fim de semestre para a Colônia do Pinheiro, local tranquilo e ideal para cultivar a paz da alma e o descanso do corpo, sendo o contato com a natureza preferido pelas irmãs, seja na companhia das internas, oratorianas, ou externas, como demonstram abaixo:

[...] Festa do Sagrado Coração de Jesus e comemoração de Maria Auxiliadora. Função solene. Passeio das internas que permaneceram no instituto e irmãs ao Pinheiro (CRÔNICA DA CASA, junho de 1938, p. 22).

[...] passeio. Com a intenção de divertimento. Às poucas alunas internas que ficaram a senhora diretora indicou um passeio prazeroso a localidade chamada Pinheiro. Partiram pela manhã, imediatamente após a missa e retornaram à tarde satisfeitas (CRÔNICA DA CASA, junho de 1939, p. 66).

[...] passeio das alunas internas e externas 3ª, 4ª, 5ª classe. O destino é o interior de uma interna. Alunos internos e externos foram ao passeio. Levamos almoço e merenda. As meninas se divertiram muito porque temos jardim, pomares. A casa foi aberta somente para as irmãs. Até o retorno às 17h [...] (CRÔNICA DA CASA, setembro de 1938, p. 25).

[...] sexta-feira - passeio das oratorianas de ônibus ao pinheiro, em torno de quarenta foram ao passeio em uma belíssima localidade chamada de pinheiro. Acompanhados da diretora e três irmãs (CRÔNICA DA CASA, junho de 1939, p. 81).

Quanto à ida das alunas internas para casa, as saídas eram limitadas às férias escolares semestrais, à Páscoa e ao Círio de Nazaré, momento em que se manifestava devoção à Nossa Senhora de Nazaré e à união em família. Os passeios programados eram autorizados pela diretora, e os mais escolhidos em Belém do Pará era a Vila do Pinheiro, atualmente localizado em Icoaraci, espaço com paisagem de campo e um belo rio. Essas práticas situam-se na categoria de divertimentos salesianos: “e) Divertimentos: 1º Teatrinho, 2º Atenção ao teatro misto, 3º Academia, 4º Cinematográfico, 5º Rádio, 6º Férias, 7º De outras associações” (CARTA CIRCULAR Nº 303, 1946). A prática desses divertimentos estão presentes no Instituto Dom Bosco de Belém já nos fins da década 30, como nos episódios por nós identificados: “As 9h nossas alunas irão ao cinema moderno para assistir o filme de Dom Bosco” (CRÔNICA DA CASA, 1939, p. 74), ou no episódio em que foram presenteadas pelo senhor prefeito com “entrada no cinema independência afim assistir o filme do 3º congresso eucarístico nacional de Recife” (CRÔNICA DA CASA, 1940, p. 101). Os fins destes meios de comunicação ampliam o acesso à cultura audiovisual, investidos fortemente de cunho ideológico, pois os fins são unicamente religiosos.

Os passeios em caminhada do Instituto Dom Bosco, por muitas vezes, foram feitos até as praças mais próximas da instituição, a exemplo da praça da República, ou praça do Largo do

Carmo, na Rua Dom Bosco, bem como ao Bosque Rodrigues Alves – jardim público de Belém. Entendidos como uma “prática de exercício que conserva a saúde”, havia formas de fazer esses passeios com direcionamentos de comportamentos ou condutas que determinavam às alunas que “A caminhada não é uma corrida, nem deverá ser feita qualquer parada sem permissão expressa da Superior. As caminhadas normais devem durar uma hora e meia, e nunca exceda duas horas”; “o descuido de um trará vergonha a todos do grupo; “aquele que se afasta da fila comete uma grande falta. A assistente não pode dar permissão para isso” (REGULAMENTO PARA AS CASAS DE EDUCAÇÃO, 1932, p. 30-31). Inclusive era observada pela irmã assistente a hora da partida e do retorno. Havia também permissões especiais registradas nos avisos sobre o passeio a alguns lugares que se permitia a circulação somente por autorização expressa da Superiora local: “Nunca deverão levar as alunas para circular por dentro da cidade ou para visitar museus, galerias, palácios, etc., sem autorização especial” (REGULAMENTO PARA AS CASAS DE EDUCAÇÃO, 1932, p. 31).

A rede de sociabilidade das salesianas se constituiu por meio de trocas culturais e educativas intercambiáveis pela Instrução Catequética, por Práticas religiosas, pela Modéstia Cristã, pela Beneficência e pelo Entretenimento. Esses cinco elementos obedeciam a um ciclo formativo que envolvia a casa, a educação, a evangelização, o trabalho e o lazer em que se desenvolveu a formação feminina no Instituto Dom Bosco.

Seção VII



O INSTITUTO DOM BOSCO NA FORMAÇÃO DE MULHERES PARA O TRABALHO

Não há como deixar de parabenizar e prometer nosso apoio grande e sincero no que for possível. Com honra e aplauso para a instrução unitária dispensada às jovens da escola noturna. Conceder diplomas a estas jovens, humildes, mas honestas, dispostas, é o meio certo e seguro para preencher nossa grande lacuna: A falta de uma profissão. Precisamos de escolas profissionais. Que o nosso povo aprenda a amar a terra e dar-nos o que precisamos. Por isso tudo o que se passar nessa casa de arte e ofício, não só terá meu apoio, a minha adesão, mas um guia incansável e entusiasmado (CRÔNICA DA CASA, 1938, p. 29).

7.1 A formação da mulher para o trabalho nos anos 30 e 40

A relação da mulher com o trabalho nas primeiras décadas do século XX estava diretamente relacionada à cultura patriarcal que limitava atuação feminina ao lar. A família patriarcal era a célula fundamental da sociedade, e a mulher rapidamente aprendia qual o seu lugar. Nas constituições brasileiras de 1934 e 1937, o casamento indissolúvel esteve sob proteção especial do Estado. Para Caufield (2000), isso deixa claro que, no começo dos anos 40, a direita católica já levava vantagem nos debates sobre família, honra e moralidade. Esse

projeto civilizatório de família foi aplicado de maneira coercitiva com o objetivo de disciplinar a família na Era Vargas.

Ampliando nosso olhar para o contexto político social e econômico a partir do Estado Novo, o projeto de governo de Vargas funda um novo recurso de poder: o trabalhismo, política social de produção e implementação de leis que regulavam o mercado de trabalho com adesão das massas trabalhadoras e que foi constituído dentro de um pacto social em que se trocava benefícios da legislação social por obediência, na mesma medida em que os trabalhadores legalmente sindicalizados poderiam ter acesso aos direitos do trabalho. Essa adesão era sinônimo de condição de cidadania em um regime político autoritário como o brasileiro (GOMES, 2005).

A legislação protecionista para mães trabalhadoras, consolidada em 1945, restringiu o acesso feminino ao mercado de trabalho e aumentou sua subordinação aos homens. Sobre a representação simbólica da mulher e os espaços de circulação legitimados pela sociedade masculina nos anos 30, Rago (1985, p. 62-63) assinala que “por caminhos sofisticados e sinuosos se forja uma representação simbólica da mulher, a esposa-mãe-dona-de-casa, afetiva mas assexuada”. Entretanto, tal concepção de mulher enfrentava “as novas exigências da crescente urbanização e do desenvolvimento comercial e industrial” que ocorriam nos grandes centros do país e solicitam “sua presença no espaço público das ruas, das praças, dos acontecimentos da vida social, nos teatros, cafés e exigem sua participação ativa no mundo do trabalho”. O cenário de atuação das mulheres no trabalho se diferenciava conforme a sua posição social e econômica: “as mulheres ricas, as exigências de um bom preparo e educação para o casamento, tanto quanto as preocupações estéticas, com a moda ou com a sua casa [...]”. Já as “mulheres pobres e miseráveis, as fábricas, os escritórios comerciais, os serviços em lojas, nas casas elegantes ou na Companhia Telefônica apareciam com alternativas possíveis e necessárias”.

É nesse contexto que se situa a formação profissional feminina que ocorria no âmbito do grau elementar, voltada para a juventude pobre feminina que ingressava na instituição educativa da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora em Belém do Pará.

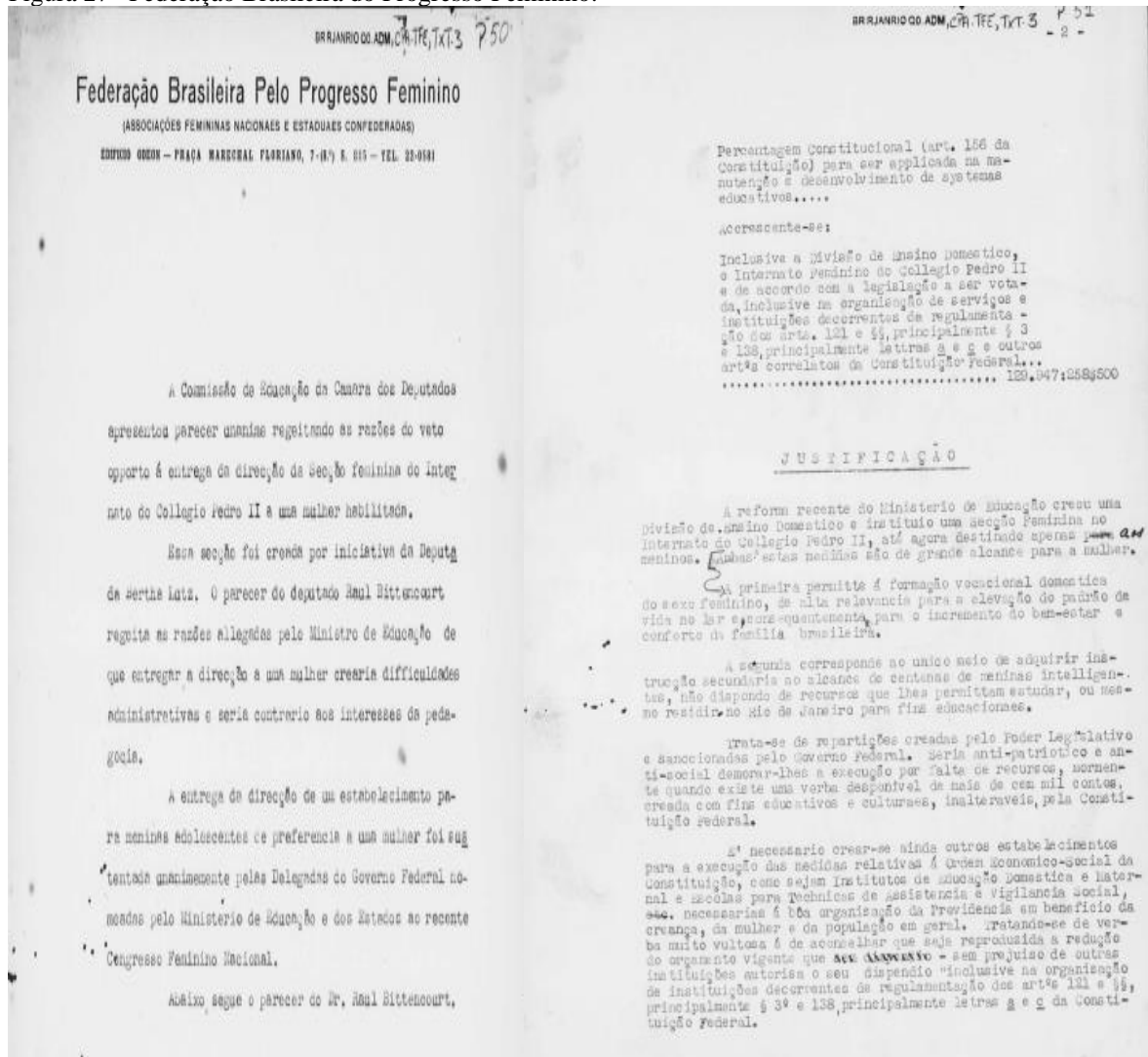
O *status* conferido pelas associações também possibilitariam à mulher a ocupação de outros espaços. O *status* religioso conferido às irmãs salesianas, apesar das normas e condutas da vida religiosa que deveriam aderir, possibilitou-lhes circular livremente entre cidades e países com a missão religiosa e educativa, viajarem acompanhadas ou sozinhas, resolver problemas para além do lar, negociar, organizar, dirigir e administrar em termos pedagógicos e financeiros os interesses que envolviam o cotidiano das instituições salesianas femininas, em

um processo de comunicação e interação com as partes envolvidas. É sob essa condição social de religiosas que esse grupo feminino realiza suas ações no mundo.

Para além da sua função e natureza religiosa, há desigualdades enfrentadas pelas mulheres no campo da formação profissional e da educação feminina em um contexto belenense de educação que traçou o destino da juventude feminina em uma ambiência em que mulheres formam e ao mesmo tempo são formadas. Em uma verdadeira contradição, ao mesmo tempo que ampara, protege e educa, formando a juventude feminina nas profissões que em sua maioria tem adesão do público feminino pobre, a fim de terem condições materiais de sobrevivência, em contrapartida, por estar inserida em um sistema estatal e educacional contraditório e excludente, reproduz a desigualdade no campo da profissionalização feminina.

Outros paradoxos dessa relação entre educação e trabalho feminino averiguamos no Dossiê do Arquivo Nacional/Fundo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que traz representações sobre a luta feminina pelo trabalho no Brasil. Nele, identificamos nos anos 30 o movimento feminista liderado por Berta Lutz, que enquanto Deputada e Presidente da Federação Brasileira pelo Progresso feminino, composta por associações femininas nacionais e estaduais confederadas, travou uma luta incansável pelo interesse da mulher trabalhadora, seja ela casada ou solteira. Inclusive solicitando que a mulher trabalhadora fosse remunerada igualmente ao prestar os mesmos serviços que homens. Entre as associações que compuseram essa Federação havia a Liga Eleitoral Independente, União Profissional Feminina, União das Funcionárias Públicas, Sindicato das Datilógrafas e Associação das Enfermeiras Diplomadas.

Figura 27– Federação Brasileira do Progresso Feminino.



Fonte: Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, 1937.

Nesse documento, encontramos, inclusive, um caso curioso envolvendo Berta Lutz, à época representante da mulher brasileira no poder legislativo, que lutando por uma mulher trabalhadora, criou uma seção para discutir o veto do Ministro da Educação, Gustavo Capanema, que proibia a entrega da direção da seção feminina do internato do Colégio Pedro II a uma mulher habilitada para a função, que já havia sido aprovada pela Divisão do Ensino Doméstico em 1937. Cria-se a oportunidade de oferecer um internato feminino neste colégio, uma vez que até então só havia disponível o modelo de educação para meninos. Dessa luta, Berta Lutz e as mulheres saíram vitoriosas, pois a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados apresentou parecer unânime rejeitando o veto do Ministro da Educação.

No parecer elaborado pelo relator Raul Bittencourt, ficou registrado que o motivo do veto seria a série de dificuldades administrativas que a entrega de uma direção a uma mulher criaria e seria contrário aos interesses da pedagogia. No entanto, as delegadas do Governo Federal, nomeadas pelo Ministro da Educação, defenderam que deveria ser entregue nas mãos de uma mulher a direção daquele estabelecimento feminino. Nesse contexto, é importante ressaltar como olhar para a questão de gênero viabiliza as percepções sobre as relações de poder estabelecidas entre os sujeitos e os seus significados em uma disputa no âmbito da educação feminina (SCOTT, 1995). A defesa da mulher no parecer da comissão de educação se concentrou nas afirmações que

Como educadoras e como enfermeiras as mulheres já demonstraram a sua superioridade de aptidões sobre os homens, há uma forma de provar que os homens também possuem dotes excelentes; é mostrar que compreendem com rapidez o que os factos demonstram evidentes. Constan das razões do veto que a direção feminina de um internato feminino seria “embaraçosa, do ponto de vista administrativo”. Entretanto, em todos os Ministérios, na Secretaria da Camara dos Deputados e onde quer que haja funcionalismo público, cada vez mais se verifica a actuação da mulher brasileira, sem que tenha até aqui reclamado embaraços em repartições puramente administrativas e o fizessem desempenhando papéis de educadoras. Do Amazonas ao Rio Grande do Sul centenas de collegios existem sob a direção de professoras, muitos delles com frequência maior de mil alumnos, e seria admiravel que todas as repartições públicas tivessem a ordem, a moralidade, a hygiene e a operosidade da maior parte daqueles estabelecimentos em um momento histórico, quando confere a mulher brasileira o direito ao voto e ella ingressa nas Assembléias Estaduais, na Câmara dos Deputados, nas Prefeituras Municipais, na Diplomacia, seria contradictório que se deixasse de reconhecer na mulher as qualidades em que ella excelle: como educadora e organizadora. Não se trata de privilegio, nem de distincão por motivo de sexo, prohibdas, pelo art. 113, 1) da constituição, pois que se não vedam aos homens as direções de mil outros serviços públicos que a elles estão entregues e continuarão entregues. Se fosse privilegio de sexo destinar a mulheres a direção de um internato feminino, privilegio de nascimento e de raça seria a elegibilidade somente de brasileiros natos, privilegio de profissão seria o direito de só médicos diplomados exercerem a medicina e de só engenheiros diplomados exercerem a engenharia, privilegio de classe seria que um partido possa dirigir-se em consulta ao Tribunal Superior Eleitoral e não o possa um simples cidadão, privilegio de riqueza seria que só os mais favorecidos economicamente possam ingressar nos estabelecimentos de ensino secundário e superior, pois que um e outro não são gratuitos.... A preferênci da mulher na direção de um internato feminino é proporcional a conveniências pedagógicas e moraes. Não é privilegio (FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO, 1937, p. 61).

Após essa defesa e vitória na Câmara dos Deputados, que colocou a mulher como superiora ao homem nas funções de professora e enfermeira – embora não neguem que os homens também possuam suas habilidades –, a Federação Feminina, habilidosa no poder articulador, encaminhou um ofício pela própria Federação Feminina ao “Presidente Feminista do Brasil” Getúlio Vargas, indicando um conjunto de mulheres experientes e ilibadas que

trabalhavam em associações ou no magistério e que poderiam ser nomeadas para a direção do Colégio Pedro II.

No contexto educacional paraense, encontramos a partir de 1934 um cenário em que mulheres, inclusive as pertencentes às congregações femininas religiosas, ocupavam a direção de escolas; uma delas chegou à Direção de Instrução Pública: a professora Maria Antonieta Serra Freire Pontes, mulher importante no cenário da educação paraense, que também era presidente da Associação de Educação Paraense e foi anunciada na coluna da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino nos seguintes termos: “A primeira mulher Diretora de Instrução Pública no Brasil é a Sra. Maria Antonieta de Serra Freire Pontes, no Estado do Pará” (DIÁRIO DA MANHÃ (Pe), 22/03/1936).

Sendo ela uma mulher paraense, expressava sua marca no jornal de referência nacional, sua representação da emancipação feminina no campo da educação e do trabalho dos anos de 1930, situada em momento histórico em que uma sociedade patriarcal e excludente negava às mulheres muitos espaços de administração, organização e direção na metade do século XX.

Segundo Corrêa e Paixão (2022) e Coelho (2008), essa professora também circulava na sociedade paraense como normalista, além de diretora do Grupo Escolar José Veríssimo; foi autora de diversos artigos no periódico “A-Escola-Revista do professorado do Pará”, discutindo sobre “os processos da escola ativa”. Muito atuante na educação primária paraense, enquanto Diretora da Instrução Pública paraense, compôs parte da Delegação de Ensino do Pará no VII Congresso Nacional de Educação em 1935, no qual fez uma das conferências tratando sobre sua atuação e a situação da educação no Pará.

Nessa conferência, a professora Maria Antonieta Serra Freire Pontes mostrou sua disponibilidade para a Pedagogia Moderna, convidando “todos os seus ilustres irmãos do sul”, para que “conheçam” a “Amazônia” além dos “mapas”, “das leituras” ou das “viagens”, e que possam “visitar as suas escolas e orientar os seus esforçados educadores sobre os processos mais intuitivos e producentes da pedagogia moderna” (JORNAL DO COMMERCIO (RJ), 20/07/1935).

Esse tipo de representação feminina contrasta com a luta feminina empreendida no Governo Vargas na ocupação dos cargos de organização, chefia e direção que foram negados a mulheres, pois a distinção entre os sexos, embora proibida na Constituição, ainda estava presente no imaginário social, todavia, ela tentavam romper “as estruturas de dominação masculina” estabelecidas pela relações entre o masculino e feminino nos espaços de chefia, administração e organização (BOURDIEU, 1999, p. 127).

Berta Lutz, argumentando sobre necessidade da ocupação feminina no cargo de diretora no internato feminino não por privilégio, mas pela competência da mulher, pela lógica da conveniência pedagógica e moral que a função exigia, enfatizava que de norte a sul havia colégios do tipo internato nos quais professoras cumpriam com excelência seu papel de direção preservando a ordem, a moralidade e a higiene. Esses exemplos que ela dá possivelmente são dos colégios dirigidos por congregações religiosas femininas que serviram de espelho e fortaleceram a representação do trabalho feminino nessa função, sendo as representações que essas mulheres têm da relação entre as tradições que as organizações (e as suas divisões) oferecem e as suas atitudes (BOURDIEU, 1989).

Era nesse contexto de disputa de poder e ocupação dos espaços públicos entre sexos que as congregações religiosas femininas organizaram e dirigiram, de um lado, institutos de educação no Brasil inteiro, sendo muitas vezes espelhos para que outras mulheres pudessem citá-las como ocupantes desse lugar de administração e organização, como foi defendido por Berta Lutz; de outro lado, mesmo nesse intenso contexto de lutas, Caulfield (2000) aponta que as políticas de Vargas aumentaram a dependência das mulheres e fortaleceram a representação da honra no patriarcado. Embora houvesse mulheres em luta pelo progresso feminino, a sociedade ainda estava arraigada na cultura em que o homem exerce o poder central para dirigir e organizar as funções políticas, controlar as instituições e moralizá-las. Para Morgante e Nader (2014, p. 3),

O uso de patriarcado enquanto um sistema de dominação dos homens sobre as mulheres permite visualizar que a dominação não está presente somente na esfera familiar, tampouco apenas no âmbito trabalhista, ou na mídia ou na política. O patriarcalismo compõe a dinâmica social como um todo, estando inclusive, inculcado no inconsciente de homens e mulheres individualmente e no coletivo enquanto categorias sociais.

A interiorização dessas práticas do patriarcalismo, que compõem a dinâmica social no indivíduo que teve sua consciência depurada, contribuiu para instalação da harmonia social, naturalização das desigualdades, o exercício da obediência, fortalecendo tanto a Igreja como o Estado em seus respectivos campos de atuação e projetos de sociedade. Nesse sentido, faz-se necessário refletir como o elemento religioso circulará no meio social e em que ele contribuirá na formação da juventude feminina cristã.

Diante dessas reflexões, concebemos que os sentidos da educação profissional e a formação feminina se apresentaram com diversas finalidades, porém se destacou na Segunda

República a que atendia as exigências do modelo urbano-industrial na qualificação da mão de obra para esse segmento, reforçando a desigualdade e dualidade do ensino escolar.

A presença da mulher operária e trabalhadora no Instituto Dom Bosco de Belém tinha lugar especial para instrução e educação, porém as casas salesianas realizavam um trabalho específico de formação do *hábitus* salesiano na educação feminina, formando uma mulher consciente de diversos papéis e projetando suas perspectivas e projetos: estudiosa, bondosa, modesta, alegre, caridosa, solidária, respeitosa as autoridades, trabalhadora, religiosa e articuladora das ações da Congregação salesiana feminina.

7.2 O ensino no Instituto Dom Bosco

O campo da formação profissional feminina também foi contemplado no Instituto Dom Bosco, deixando vestígios nos jornais *O Estado do Pará*, *A Província do Pará* e *A Folha do Norte*, bem como nas Crônicas e Estatuto do educandário. Segundo o Dicionário Houaiss (2021), um estatuto é um conjunto de regras que regulam a organização e funcionamento de uma coletividade, instituição, órgão, estabelecimento, empresa pública ou privada. No universo jurídico, os estatutos regulam, no geral, matérias específicas; em nosso caso, a atuação da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora no Instituto Dom Bosco, localizado em Belém.

Ter posse desse documento facilitava a retirada do Certificado de Utilidade Pública, emitido por Getúlio Vargas sob o Decreto nº 394, de 28 de outubro de 1935, e possibilitava receber recursos financeiros do Estado ou instituições privadas, uma vez que a posse dele era um dos requisitos para ter validade jurídica.

Os anos 40 em Belém são vistos pela historiografia da Amazônia como a década do desenvolvimento, pois a partir desta “programou-se a ocupação planejada da Amazônia com a instalação de inúmeras instituições de apoio a esse projeto: bancos, institutos de pesquisas, aeroportos” (DA MATA, 1992, p. 357).

Nesse cenário de ocupação e modernização da Amazônia e da educação, o Estatuto, enquanto fonte histórica, pode nos dizer como o educandário ocupou esses espaços da modernidade da educação profissional feminina belenense e como foi concebido seu ensino. Vale ressaltar o desafio do estudo localizado entre 1930 e 1950 em nossa região, em razão da dificuldade de se encontrar as fontes escolares, pois muitas já não existem mais. No que tange a educação, esta possuía um papel fundamental na construção das bases do Estado Novo e na resolução das questões sociais no campo do trabalho, da educação e saúde. Para Bomeny (1999, p. 139),

Formar um “homem novo” para um Estado Novo, conformar mentalidades e criar o sentimento de brasilidade, fortalecer a identidade do trabalhador, ou por outra, forjar uma identidade positiva no trabalhador brasileiro, tudo isso fazia parte de um grande empreendimento cultural e político para o sucesso do qual contava-se estrategicamente com a educação por sua capacidade universalmente reconhecida de socializar os indivíduos nos valores que as sociedades, através de seus segmentos organizados, querem ver internalizados.

De acordo com Estatuto de 1941, o Instituto Dom Bosco, fundado oficialmente em 1937, ocupava vasta quadra em prédio próprio no nº 316, à travessa Benjamim Constant, no bairro do Reduto. Constituído pela Congregação Filhas de Maria Auxiliadora, seriam elas próprias responsáveis por dirigi-lo conforme suas regras.

As regras a que se refere o Estatuto são localizadas no Plano de Formação das Filhas de Maria Auxiliadora de 1934, no Regulamento de 1932 e no Capítulo Geral de 1934, construídos também com base nas constituições da Congregação. Todos esses documentos regulamentam valores, programas de ensino, condutas e normas das casas de educação salesianas femininas. No que tange a formação profissional, foi registrado no Plano de Formação de 1934 que

A jovem que conhece bem o seu trabalho, que é bem pago e apreciado, ela se poupa de muitas das tentações a que tantas pobres criaturas estão continuamente expostas, que vegetam sem entusiasmo e sem vida em trabalhos insignificantes e inseguros. Além disso, para ganhar influência sobre as colegas de trabalho, a jovem trabalhadora deve impor-se com a sua capacidade e com sua preparação profissional; com amor inteligente no trabalho; com execução consciente do mesmo. Naturalmente, a formação profissional das mulheres não deve excluir e muito menos se opor ao treinamento doméstico: por isso se enunciam aqui os programas dessas artes (alfaiataria; linho e bordado; malharia) que não afasta a mulher das responsabilidades da casa e permitem que você sempre contribua mais eficazmente para o bem-estar de sua família (PLANO DE FORMAÇÃO, 1934, p. 17).

Nessa passagem, a formação profissional é representada como formação que agrega valor ao trabalho e que possibilita às alunas o conhecimento e domínio do seu trabalho, alertando que o bom pagamento e valorização pelo contratante geram a segurança da trabalhadora. Além disso, é recomendado que a jovem seja boa influência para as colegas de trabalho na medida que se impõe com sua capacidade profissional e intelectual, com amor inteligente no trabalho. Orientando ainda que a mulher se formasse nas artes domésticas, arte da natureza feminina, pois contribuiria de forma mais eficaz com o bem-estar de sua família.

É relevante pontuar que nos preocupamos em mapear todos esses documentos e não encontramos indícios sobre a ideia conservadora que condiciona o destino da mulher ao casamento ou a maternidade. Descobrimos outros destinos para a juventude feminina belenense dos anos de 1930. O contexto histórico em que ocorrem reformas significativas no modelo de educação feminina organizado pelas Filhas de Maria Auxiliadora vai na contramão de um

momento de disputas e debates levantados pela sociedade civil e eclesiástica sobre a finalidade da educação feminina, sua composição ou necessidade, no século XX, em diversas regiões do Brasil, situada em um cenário representado da seguinte forma:

é um momento em que sustentou-se a necessidade de se educar as mulheres (comedidamente, porém) porque elas seriam “educadoras de homens”, necessários à nação. Defendeu-se a educação diferenciada, porque mulheres eram tidas como menos inteligentes e mais frágeis que os homens. Incluiu-se Economia Doméstica em seu currículo, porque “a mulher é rainha do lar”. Criticou-se a escola mista, por ser “promíscua”. Estimulou-se a formação de professoras, porque elas, “verdadeiras mães”, têm “vocação para o sacerdócio” que é o magistério. Combateu-se a educação diferenciada, com o argumento de que servia para relegar a mão de obra das mulheres ao “exército de reserva”, fazendo com que ocupassem postos com menor remuneração que os ocupados pelos homens no mercado de trabalho (ROSEMBERG, 2013, p. 162).

As mulheres que desejavam seguir outros destinos, que não fossem o da maternidade e do casamento, enfrentavam muitos desafios, especialmente no campo da profissionalização e dos estudos. Rosemberg (2013) assinala que casamento e maternidade eram caminhos determinados socialmente como destino de vida da mulher, notadamente, razão de sua existência. Nessa lógica, a educação recebida pela mulher possuía um significado social diferente da dispensada ao homem.

A Congregação Filhas de Maria Auxiliadora possuía no trabalho o significado social de sua educação, inserindo-o em um projeto feminino formativo. No Plano de Formação das Filhas de Maria Auxiliadora havia a seguinte epígrafe em suas primeiras páginas em destaque: “O homem, meus queridos filhos, nasceu para trabalhar. Adão foi colocado no paraíso terrestre, até que o cultivou”. “O apóstolo São Paulo dizia: ‘é indigno comer quem não quer trabalhar’. ‘Se alguém não quer trabalhar, não come’” (PLANO DE FORMAÇÃO, 1934, p. 10).

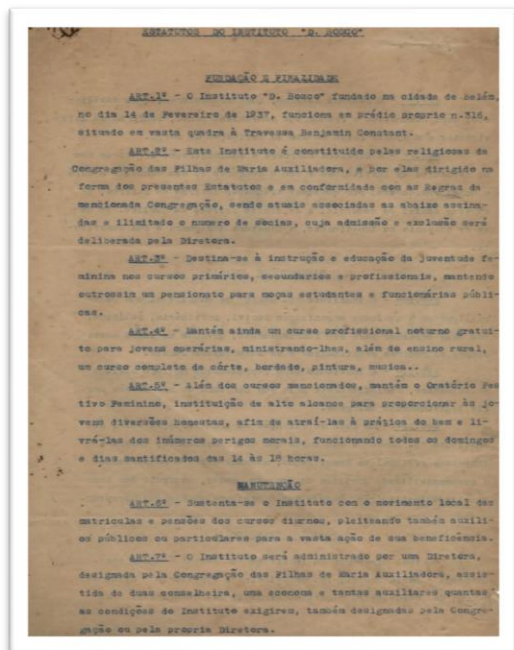
As Filhas de Maria Auxiliadora apropriaram-se dessas palavras e construíram suas próprias práticas na década de 1930, indo na contramão da cultura conservadora religiosa da Igreja e da Ação Católica nos aspectos da formação para o trabalho, enfrentando ainda a ascensão da onda conservadora de direita que assolou a Europa, que à época concebia o papel social da mulher e seus destinos condicionados ao casamento e maternidade.

Em Belém do Pará, o ensino a que se propôs a Congregação feminina era ambicioso, segundo o Estatuto (1941), envolvendo ensino primário, ensino secundário e profissional, mantendo ainda um pensionato para moças estudantes e funcionárias públicas e tornando-se lugar de amparo e moradia direcionado àquelas que trabalhavam e estudavam.

A formação feminina oferecida às operárias era uma oportunidade proveitosa para a instituição cumprir a missão religiosa entre as mulheres trabalhadoras, uma vez que a partir do

momento que se matriculavam nos cursos de formação noturna, eram iniciadas nas práticas religiosas salesianas, tendo como objetivo a adesão ao catolicismo por meio dos sacramentos.

Figura 28– Estatuto do Instituto Dom Bosco de Belém.



A finalidade do educandário

Destina-se à instrução e educação da juventude feminina, nos cursos, primários, secundários e profissionais, mantendo outro sim um pensionato para moças estudantes e funcionárias públicas.

Mantem-se ainda um curso profissional gratuito noturno para jovens operárias, ministrando-lhes, além do ensino rural, um curso completo de corte, bordado, pintura, música.

Além dos cursos mencionados, mantém o Oratório Festivo Feminino, instituição de alto alcance para proporcionar às jovens diversões honestas, a fim de atraí-las à prática do bem e livrá-las dos inúmeros perigos morais, funcionando aos domingos e dias santificados das 14 às 18 horas. (ESTATUTO, 1941, p.1)

Fonte: Arquivo do Centro de Memória (Catálogos Cíveis-Estatutos).

Além da educação escolar e formação profissional, a Congregação providenciou para funcionar no Instituto Dom Bosco de Belém “um pensionato para moças estudantes e funcionárias públicas” (ESTATUTO, 1941, p. 1). A obra do pensionato não era simplesmente para manter as jovens abrigadas, mas uma tática criada para aproximação e conquista das jovens para a obra salesiana belenense por meio de práticas religiosas, segundo o registro pontuado pela cronista da casa, em razão do Mês de Maria Auxiliadora, comemorado em Maio: foi realizada a “leitura diária, e pregação especial do mês de Maria Auxiliadora para as meninas da escola e oratorianas, depois da leitura também foi praticado o Rosário e as pensionistas participaram” (CRÔNICA DA CASA, 1936, p. 66).

Possivelmente, as jovens que procurassem o pensionato para morar seriam aquelas que se deslocavam do interior do Estado para Belém por motivo de trabalho ou estudo, pois, na capital, as moças teriam mais oportunidade do que no interior, precisando de um lugar digno e seguro para morar, resguardando assim sua segurança física, moral e religiosa em um pensionato feminino de cultura salesiana. Jovens estudantes ou funcionárias públicas

trabalhadoras seriam um público ideal para o pensionato das irmãs salesianas, representado como um espaço de formação feminina.

O Oratório festivo também foi implementado na casa salesiana feminina de Belém e era de caráter gratuito, sendo considerado obra fundamental descrita como “instituição de alto alcance para proporcionar às jovens diversões honestas, a fim de atraí-las à prática do bem e livrá-las dos inúmeros perigos morais, funcionando todos os domingos e dias santificados das 14 às 18 horas” (ESTATUTO, 1941, p. 1). O Oratório foi uma prática original das instituições salesianas e se tratava de um momento de encontro formativo de grau festivo e cristão que retirava as meninas do ócio, como foi lembrado em uma Carta Circular da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora, mais especificamente pela irmã Carolina Novasconi:

Nunca devemos esquecer que o principal objetivo do Oratório Festivo era, na mente e na prática do nosso Santo fundador, a **formação cristã da juventude**. Por causa disso ele o chamou de Oratório, um lugar que tem a característica de oração, de recolhimento, de instrução religiosa, que são os fundamentos necessários de nossa vida cristã. O entretenimento, as peças, recreações animadas, jogos, etc., são apenas meios chegar ao fim: aprender a viver de modo cristão. Em seu Regulamento do Oratório Festivo, São João Bosco escreveu: “Quando um jovem entra neste Oratório, deve se convencer-se de que este é o lugar da religião onde você quer fazer bons cristãos e honestos cidadãos”. Que tremenda responsabilidade, portanto, teríamos de enfrentar se esquecermos do propósito primordial do Oratório, e o reduzirmos a um lugar simples para se divertir. Quem fez isso, escreve o mais reverenciado Senhor Dom Ricaldone em seu livro de ouro “Oratório Festivo, Catecismo, Formação Religiosa” mais afastar-se-ia do caminho sabiamente traçado pelo nosso Santo Fundador, mais trairia famílias e alunos, e acabaria vendo arruinado o trabalho que lhe foi confiado pelos Superiores, por que o Senhor não pode abençoar os violadores do espírito do Pai. Deus nunca permita para qualquer um de nossos oratórios semelhante desgraça! (CARTA CIRCULAR N° 272, 1943, destaque nosso).

Assim, o Oratório festivo foi criado por Dom Bosco como um lugar de animação para formação cristã da juventude, dito de outro modo, esse ambiente educativo foi criado para que as meninas pudessem aprender a viver do modo cristão pelas práticas da oração, do recolhimento e instrução religiosa, no qual o entretenimento, as peças, os jogos e as animações eram parte das práticas desenvolvidas, porém não poderiam ser entendidas como objetivo da obra, mas meios para se alcançar essa formação de bons cristãos e honestos cidadãos.

No Instituto Dom Bosco de Belém, a educação escolar e o amparo oferecido não eram totalmente gratuitos, uma vez que a manutenção do Instituto se dava pelo movimento local das matrículas e pensões dos cursos diurnos, preiteando auxílios públicos e particulares para a vasta ação de sua beneficência, ocorrendo, portanto, a abertura aos investimentos privados de terceiros e a cobrança dos serviços oferecidos. Isso revela que, embora se ofertasse educação gratuita, não se mantinha como uma atividade exclusiva para os pobres, mas, para se sustentar, realizou a cobrança de matrículas e pensões, possibilitando à Congregação se sustentar com

recursos gerados da articulação local. Assim, para manter as vagas gratuitas, a Congregação necessitou cobrar de quem poderia pagar pelas aulas recebidas.

O único ensino sinalizado como gratuito no Instituto Dom Bosco foi o “curso profissional gratuito noturno para jovens operárias, ministrando-lhes, além do ensino rural, um curso completo de corte, bordado, pintura, música” (ESTATUTO, 1941, p. 1). A obra noturna era a que mais possuía alunas, como foi informado nas memórias da carta mortuária de irmã Dária Uboldi, que escreveu de Belém, em 28 de agosto de 1940, à irmã Madre Geral dando notícias sobre essa nova obra de Belém, segundo ela, localizada de frente para o Oceano Atlântico:

depois de ter assegurado que, do ponto de vista económico, as coisas estavam a correr muito bem, escreveu: “A obra que tem maior destaque nesta casa é a escola nocturna frequentada por mais de 200 jovens operárias e funcionárias. Temos também o oratório, mas não é numeroso. Há também poucas escolas primárias. Estamos em um bairro pobre e, você sabe, elas preferem escolas públicas porque você não paga... A casa é pequena, mas sempre cheia” (CARTA MORTUÁRIA, 1951).

A obra noturna era gratuita e a diurna, em que funcionava o ensino primário, foi organizada para que fosse a pagamento, porém a irmã reflete que estão localizadas em um bairro pobre e as alunas preferem as escolas públicas, pois não precisam pagá-las, sendo ainda a esta época a capital Belém carente de escolas primárias.

No Instituto Dom Bosco de Belém, destaca-se a educação da classe operária noturno pelo Decreto n. 4320, de 18 de fevereiro de 1927, com finalidade de alfabetizar homens e mulheres com mais de 14 anos, em especial os operários (COELHO, 2008). No Relatório de Governo de 1937 a 1939), consta que José Malcher criou em 1928 uma escola elementar noturna, onde ocorreram várias experiências de alfabetização de operários que trabalhavam no Instituto Lauro Sodré (COELHO, 2008).

Os cursos noturnos funcionavam em escolas auxiliares particulares, associações ou eram ministrados em sindicatos, como o Sindicato dos Foguistas, da Força e Luz, na Unidade da Força Policial e na Cadeia São José (COELHO, 2008). Assim, já havia em Belém na década de 1930 estabelecimentos que se ocuparam da educação do operariado feminino e masculino com fins de alfabetização. Porém, de forma contraditória, não podemos deixar de lembrar que tanto o ato de “trabalhar fora” como estudar à noite, à época, para a mulher sempre foi um desafio, haja vista que a sociedade patriarcal e a Igreja não viam com bons olhos o “abandono” do lar e o circular feminino pelas ruas durante o horário noturno.

A formação feminina organizada pelas Filhas de Maria Auxiliadora abarcada no Estatuto contemplava o contexto de formação para o trabalho rural e urbano. Diante do Estatuto,

realizamos o trabalho de triangulação com as demais fontes, a fim de verificar as contradições dessas informações, uma vez que

Fora dos livres jogos de fantasia, uma afirmação não tem o direito de ser produzida senão sob a condição de poder ser verificada e cabe ao historiador, no caso de usar um documento, indicar, o mais brevemente, sua proveniência, ou seja, o meio de encontrá-lo equivale, se mais, a se submeter a uma regra universal (BLOCH, 2001, p. 94).

Nessa direção, constatamos que os demais documentos do Instituto apontaram dissonâncias em relação ao Estatuto, uma vez que o ensino rural noturno e secundário não apresentaram vestígios em jornais da época e muito menos nas Crônicas e Termos de visitas do educandário, apontando indícios de terem permanecido e existido somente no plano das expectativas das práticas educativas no período pesquisado nesta tese.

Anteriormente à aprovação desse documento, as Crônicas da Casa apontam que as irmãs já realizavam a profissionalização feminina não só em datilografia, mas em curso de corte e costura, nos quais as jovens eram formadas pela professora leiga “Lúcia Santiago Tavares”, “excelente professora de corte e costura e culinária”. Foram diplomadas no mês de novembro um total de 11 jovens:

destes onze jovens, sete frequentam o curso noturno gratuito e quatro o curso diurno a pagamento, todas foram examinadas na prova de habilidades e foram todas diplomadas: Aldenora Costa; Aristolina Tourinho; Delmira Maia; Doralice Pantoja; Emília Duarte do Canto; Erotildes Maciel; Cristina Pinheiro Alves; Maria Nazaret Pessoa, Maria Nazaret Sousa; Renilda Maciel Rodrigues, Raimunda Belém da Cunha; A notícia da premiação foi publicada com fotografia no jornal A Folha do Norte (CRÔNICA DA CASA, 1937, p. 4).

Ao serem diplomadas no saber do corte e costura, as moças agregavam valor ao trabalho aprendido, ganhando também autonomia no trabalho, à medida que podiam cobrar pelo seu serviço, que, à época, era uma profissão muito requisitada. Aquelas que possuíam vontade de dominar essa habilidade, mas não tinham com quem aprender, poderiam estudar e se diplomar no Instituto com professoras especialistas. Certamente, formada nesse campo, a juventude feminina encontraria trabalho em qualquer lugar.

Olhando por outra perspectiva, será que esse ensino oferecido às operárias belenenses, que eram as mais pobres, seria uma forma de dar outro destino a elas que não fossem as fábricas? Já que nesse período, a fábrica foi vista pela sociedade conservadora, burguesa, moderna e civilizada, como ambiente nocivo para a presença feminina e incompatível com o modelo familiar preconizado pela elite machista.

Ou ainda, olhando o contexto da educação brasileira, à mulher foi negada a formação escolar para os espaços da indústria durante a primeira metade do século XX, pois foi autorizada sua participação com a ressalva, exceto em profissão que oferecesse risco a sua saúde, à exemplo da Lei Orgânica do ensino industrial de 1942, ocorrendo certa restrição na educação feminina. Com efeito, o setor do comércio e serviço foi um dos campos que a mulher conseguiu adentrar para se formar e conquistar o trabalho remunerado, para além da área educacional, da saúde, da assistência ou do espaço doméstico.

Para Scott (2013), ocorreu uma diminuição da mão de obra feminina nas indústrias durante as primeiras décadas do século XX, não só pelo aumento da oferta do contingente de trabalhadores masculinos imigrantes europeus e da própria migração do campo para as cidades brasileiras, mas também em razão do entendimento do papel social da mulher à época.

Isso provocou uma queda da participação feminina no mercado de trabalho, por conta da concorrência com a mão de obra masculina – e é aqui então que entra o peso dos valores familiares ditos “modernos”, “civilizados”, em que a mulher (de qualquer classe social) deveria restringir-se ao lar. O estímulo para a permanência da mulher operária no lar ia ao encontro da aspiração dos dirigentes que procuravam enquadrar grupos considerados potencialmente “perigosos e de valores morais e familiares fracos”. O papel das mulheres/mães das famílias das classes populares seria, então, aquele de formar o “trabalhador ideal” que já sairia de casa com hábitos de rotina doméstica, ciente de suas responsabilidades, sem vícios, adaptado à disciplina do trabalho. Enfim, cabia à mulher manter a família “higienizada” que se pretendia, afinal eram elas, as mães, as responsáveis pela formação de uma descendência saudável, cuidando e vigiando o comportamento e as escolhas de seus filhos e filhas (SCOTT, 2013, p. 10).

A jovem formada pelo educandário da Congregação salesiana feminina não recebeu somente uma formação para o trabalho, mas foi preparada espiritualmente e religiosamente em moldes salesianos, formada na razão, religião e *amorevolezza*, filosofia salesiana que ensina a menina e a jovem a enfrentar “os perigos do mundo” de forma racional, conduzindo seu agir por uma razão que também é religiosa, pautando-se no amor a si e ao próximo.

As Filhas de Maria Auxiliadora aproveitavam o ensejo para preparar todas alunas do ensino noturno com práticas religiosas católicas. A celebração do Tríduo Pascal, ocorrido entre 20 e 24 de abril de 1937, foi uma experiência religiosa: no dia 20 “iniciavam-se os preparativos das meninas do ensino noturno para a comunhão pascal de 150 alunas”, que foi realizada dia 24, e finalizada com a “procissão envolvendo oratorianas, alunas do ensino noturno e internas até o Largo do Carmo dos Reverendíssimos salesianos” (CRÔNICA DA CASA, 1937, p. 18). Como foi exposto anteriormente, as alunas numerosas do curso noturno também faziam comunhão, frequentavam procissões, participavam das missas e de outras funções religiosas;

apresentavam-se ainda nas academias junto com as demais educandas e oratorianas. Por meio dessas práticas, as irmãs conduziam culturalmente a vida educativa, religiosa e profissional de suas alunas.

Com essa proposta de ensino, as Filhas de Maria Auxiliadora buscavam envolver todas as esferas educacionais possíveis para atingir seu projeto educativo desde a infância até a juventude feminina. O ensino profissional oferecido se caracterizava como as artes de ensino prático oferecidas pelo Instituto Dom Bosco. O Estatuto regulamentava um ensino noturno não para alfabetizar, mas profissionalizar as operárias em outras profissões que nesse momento encontram-se circulando e desempenhando seu trabalho pelos domínios da vida pública belenense.

Possivelmente, as operárias se ocupavam de funções aprendidas cotidianamente no próprio ambiente fabril, pois a educação profissional feminina ainda era incipiente no campo da indústria. As duas principais correntes de pensamento da República nascente – o liberalismo e o positivismo – convergiam com o catolicismo no que concernia ao ensino profissional, e não recusavam subsídios governamentais a instituições religiosas que atuavam nessa área de formação (CUNHA, 2000).

Para além do ensino religioso, essas correntes de pensamento viam o ensino profissional para os desvalidos até o fim da Primeira República como uma pedagogia que poderia ser aplicada de forma preventiva ou corretiva, tendo, portanto, um sentido político e ideológico na sua existência enquanto vinculação ao mundo do trabalho (CUNHA, 2000).

No aspecto preventivo, propiciava o disciplinamento e a qualificação técnica de crianças e jovens, destinando-os ao trabalho manual, evitando assim que fossem “seduzidos pelo pecado, pelos vícios, pelos crimes e pela subversão político-ideológica”, e nas oficinas das escolas correcionais, esses menores seriam corrigidos pelo trabalho, sendo este utilizado como “remédio adequado para combater aqueles desvios, caso as crianças e os jovens já tivessem sido vítimas das influências nefastas das ruas” (CUNHA, 2000, p. 24).

Com o governo varguista, a formação profissional para o trabalho atingiu um novo significado. Para Romanelli (1999) e Freitag (2005), a revolução pós 1930 foi um divisor de águas na organização da educação brasileira, uma vez que a industrialização e a urbanização exigiam uma forma escolar vinculada ao desenvolvimento econômico, o que gerava novas demandas ao setor educacional.

Getúlio Vargas, ao implementar seu projeto nacional de desenvolvimento almejando a construção do Estado moderno, precisava de mão de obra qualificada no setor da indústria, estabelecendo no campo da educação na Constituição Brasileira de 1937, no artigo 129, que “O

ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado”. Com efeito, o Estado deveria fundar “institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais”.

Esse ensino profissional era claramente direcionado às classes populares, mantendo uma diferenciação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, em que o primeiro foi oferecido à elite, permitindo a ascensão desta ao prosseguimento dos estudos para o ensino secundário e preparação da cultura geral para o acesso ao ensino superior, enquanto o segundo formava a classe trabalhadora para desempenhar o trabalho manual no comércio, na indústria ou na agricultura. O ensino para a elite formava os dirigentes do país e o ensino profissional, os dirigidos, os trabalhadores e trabalhadoras.

Há indícios de que o ensino profissional ministrado pela Congregação Filhas de Maria Auxiliadora eram cursos de aprendizagem avulsos ou extracurriculares, de caráter prático, oferecidos anualmente, cursados e concluídos em menor tempo, caracterizando-se como uma formação prática e útil para aquelas que necessitavam aprender uma função e trabalhar rapidamente. As FMA sempre incentivaram o gosto pelo trabalho e pelo estudo, mas nesse momento elas redirecionaram seus campos de formação em Belém, ampliando as possibilidades. Essa cultura de formar para uma profissão para além do lar, contribuiu para o progresso feminino, uma vez que a jovem formada poderia inserir-se economicamente no campo produtivo.

Vestígios dessa formação foram encontrados após a instituição participar do desfile, no dia 9 de setembro de 1937, em que foi noticiado nas Crônicas os primeiros diplomas expedidos no campo da formação para o trabalho feminino em Belém, antes mesmo da equiparação ao ensino oficial do Estado, que ocorreria ainda neste mês. O exame de habilitação das primeiras jovens datilógrafas pelo Instituto Dom Bosco foi noticiado em dois importantes jornais da época:

Hoje três distintas jovens desta cidade, nossas alunas de datilografia, prestam o exame de habilitação e, pelo êxito da aprovação, as futuras datilógrafas foram diplomadas. Presidiu a este exame a senhora Diretora, a distinta Datilógrafa externa, também professora das diplomadas. O evento relatado é publicado nos dois jornais: Folha do Norte e Estado do Pará (CRÔNICA DA CASA, 1937, p. 148).

Quando as Filhas de Maria Auxiliadora possibilitaram a prática desse curso em suas instituições confessionais, permitiram a essas jovens formação para novos espaços de trabalho feminino fora do lar, a despeito do que grupos conservadores católicos defendiam, uma vez que

ter o próprio ordenado significaria independência para ter uma vida autônoma, embora cristã e salesiana.

Além da professora de datilografia Nazareth Sousa Bentes, que faleceu em 1939, há indícios de que a cooperadora Ruth Pires, que havia ingressado em 1936 no Instituto, também poderia ter assumido essa função, devido à a especialidade da sua formação, pois possuía formação de datilógrafa, normalista, além de piano forte. Essa troca de experiências entre a cooperadora e as Filhas de Maria Auxiliadora foi provocada pelas “mudanças no ser social que dão origem a experiência modificada; e essa experiência é determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente” (THOMPSON, 1981, p. 16).

Essa experiência contribuiu para que fosse desenvolvido no Instituto Dom Bosco o curso profissional de datilografia para o público feminino, já que as irmãs permitiram que o mesmo acontecesse e celebravam quando ocorriam os exames de habilitação de suas alunas nessa profissão.

Figura 29– Grupo de funcionários do Instituto de Estatística do Pará em 1939.



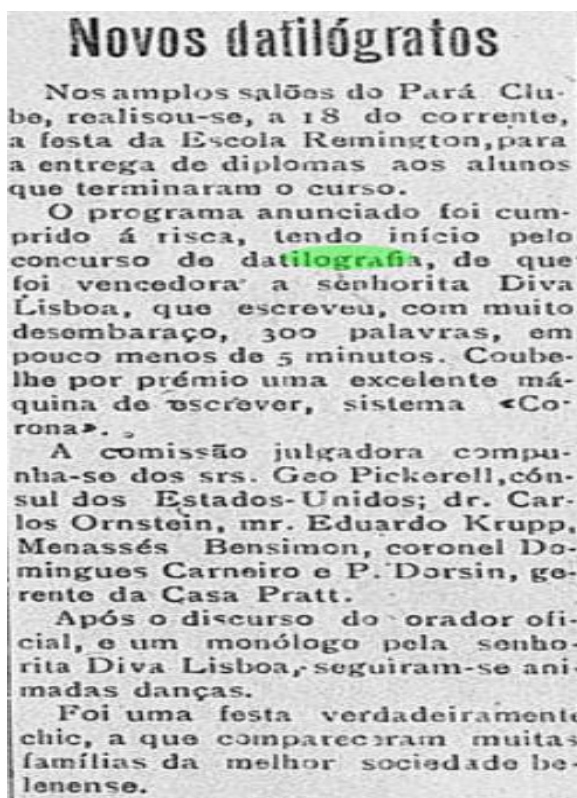
Fonte: Álbum do Pará, 1939.

Acima, temos oito mulheres que compunham o grupo de funcionários registrados na fotografia, mas somente são apresentados nomeadamente os homens. Ocorre a invisibilidade da mulher trabalhadora no funcionalismo público. As publicações no Álbum do Pará nos mostram que haviam também mulheres circulando como funcionárias públicas, no Governo de José Malcher. Possivelmente, a mulher sentada à direita, em frente a máquina de escrever, pode ser uma datilógrafa funcionária dessa repartição pública.

Realizamos um mapeamento nas Crônicas para identificar a formação das irmãs professoras e nenhuma foi datilógrafa. Não sabemos o porquê da invisibilidade do nome da professora, mas é importante frisar que esse curso em Belém foi inovador no programa de formação das Filhas de Maria Auxiliadora, vigente desde 1934.

A profissão de datilógrafa no Brasil foi grande novidade na formação profissional feminina, conforme publicação no jornal do Maranhão, nomeado *Pacotilha*. Em 1920, já era oferecida essa formação na renomada Escola Remington, situada em Belém, sendo organizada grande festa no salão do Pará Club para a entrega dos diplomas a todos os alunos que finalizaram o curso.

Figura 30– Novos datilógrafos.



Fonte: Jornal *Pacotilha* (MA), 29/01/1920.

Inclusive, segundo o articulista, houve um “concurso de Datilografia” no referido evento em que “Diva Lisboa”, escreveu “sem muito desembaraço 300 palavras em pouco menos de 5 minutos, estando provada sua habilitação na profissão por meio de uma comissão julgadora. Coube-lhe uma máquina de escrever ‘corona’ como prêmio”. A habilidade no domínio da técnica, rendia, portanto, um valioso prêmio e motivação para diversos concursos no campo da datilografia. A comissão julgadora era composta somente por homens: “Geo Pickerel”, Consul dos Estados Unidos; “Dr. Carlos Ornstein – Médico”; “Mr. Eduardo Krupp” – possivelmente representante da Firma Krupp de origem alemã, que segundo Gomes (2016) fabricava objetos de alta resistência em aço inoxidável como canhões e armas; “Menassés Bensimon” que se tornará em 1930 vice-presidente da Associação Comercial do Pará e membro da diretoria do

Banco do Pará, em 1930, e que representava nesse momento um nome muito conhecido do alto círculo financeiro do Pará; “O coronel Domingues Carneiro”; e “P. Dorsin gerente da casa Pratt” que se tratava de uma empresa que importava e revendia máquinas de Datilografia Remington e Corona, e seria fundada no Brasil sua primeira indústria, mais tarde, em 1948 (JORNAL O PAIZ, 1930).

Possivelmente, uma parcela da elite belenense participou dessa celebração de diplomação, já que, embalados por uma animada festa dançante, haviam comparecido muitas famílias da sociedade belenense, mostrando à comissão estrangeira do setor comercial e industrial que a mocidade feminina de Belém acompanhava o progresso da formação para mulheres.

A máquina de escrever se consagrou como arte de digitar com os dedos, marcando por muito tempo a história da tecnologia e da comunicação no Brasil e no mundo, pois foi um avanço na tecnologia da escrita. Ela revolucionou a forma como registramos informações e elaboramos documentos em fins do século XIX e durante todo o século XX, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social. Inclusive, a profissão de datilógrafa auxiliou na inserção da mulher no mercado de trabalho e possibilitou novas oportunidades de formação e emancipação feminina. Durante o século XX, a máquina de escrever possibilita a inserção das mulheres nos escritórios, “as datilógrafas, necessariamente ‘graciosas’ expulsam progressivamente os copistas com jeito de clérigos e fazem ruir o velho apanágio do escriba: o apanágio do manuscrito e da escrita” (PERROT, 2005, p. 224).

A Escola Remington costumava “anunciar nos jornais seus cursos de caráter rápido e prático”. Esta escola foi “fundada em 1914 por Herminio Gomes Moreira em São Paulo”. “Em 19 de fevereiro de 1921, passou a funcionar na rua São Bento, número 59 (região central de São Paulo) tinha como *slogan* ‘Optimas collocações não faltam. Faltam pessoas habilitadas’”. À época, oferecia cursos de “dactylographia, correspondência, tachygraphia, cálculo commercial, contabilidade, inglês e francês” (FOLHA DE SÃO PAULO, 19/02/1996). No anúncio, há uma representação desse curso direcionada para o público feminino e pobre.

Figura 31– Anúncio de Curso de Datilografia, 1918.



Como se começa

Sois pobre?

Aspirais uma posição no commercio?

Matriculai-vos na «ESCOLA REMINGTON» estudo dactylographia e tachygraphia. Estará assim iniciada a vossa carreira. Com esses elementos obtereis um bom ordenado e podereis mais facilmente estudar contabilidade e inglês.

De posse desses conhecimentos, adquiridos em tempo relativamente curto, estareis assegurado o vosso futuro na carreira commercial.

E' assim que se faz para vencer

MATRICULA SEMPRE ABERTA

Aulas diurnas e nocturnas para ambos os sexos

Rua Quinze n. 26 (Palacete Mappin)

Fonte: Jornal O Estado de São Paulo, 17/03/1918.

O anúncio direciona a função social do curso de datilografia e da taquigrafia especialmente para um estrato social, qual seja, uma jovem pobre que está sem perspectiva de uma formação para o trabalho, ou que almeja uma posição no comércio, na medida em que fizer o curso, poderia aprender uma profissão, e investir em uma carreira profissional e em outras formações, como contabilidade, inglês, quando já estiver empregada. Com vagas sempre abertas, a chamada de matrícula usando do tom de orientação de como vencer na vida, garante que o curso rápido possibilitará à jovem pobre uma vida promissora na carreira comercial. E

realmente, formada em datilografia, a jovem poderia trabalhar em diversos lugares, como repartições públicas, bancos e comércios.

O curso possibilitaria, de um lado, uma posição de ascensão e mudança do lugar de pobreza; de outro lado, isso não significa dizer que o salário recebido atenderia para além da satisfação da subsistência, melhorando a condição de bem-estar dessa trabalhadora e da sua família, pois, segundo Perrot (2007), o trabalho feminino, historicamente, não é valorizado na mesma medida que o masculino.

Se nessa condição acrescentarmos as mulheres pobres, essa desigualdade se aprofunda ainda mais, pois eram menos favorecidas no mercado de trabalho. A educação seria uma oportunidade para melhorar sua condição de subsistência nos casos paupérrimos e uma possibilidade de ascensão social a longo prazo.

Outro campo de formação em que encontramos as primeiras diplomadas no Instituto Dom Bosco de Belém, no dia 18 de outubro, foi no corte e costura, para o qual, “na presença de uma excelente professora de corte e costura, em um exame presidido pela senhora Diretora, prestaram exames seis jovens que frequentaram o curso de corte e costura. O êxito foi muito satisfatório de modo que a examinadora Lúcia Tavares declarou todas aprovadas e diplomadas com habilitação” (CRÔNICA DA CASA, 1937, p. 155).

A professora Lúcia Tavares não era uma irmã, mas poderia ser uma cooperadora da obra feminina. Essas examinadoras geralmente aparecem nas Crônicas como profissionais da área em que as alunas trabalhavam sua habilitação. Incluir cooperadoras para as ajudarem na formação feminina no educandário evidencia as habilidades da Congregação na articulação dessas professoras externas e suas estratégias que certamente aliviavam sua carga de trabalho (MAGGI, 2007).

Uma formação de corte e costura possibilitaria uma aprendizagem específica nesse campo, podendo a jovem ter autonomia na prestação desses serviços em Belém e outras localidades. Seguir uma profissão de modista e costurar para fora, como fizeram muitas mulheres no século XX, possibilitaria ao público feminino se sustentarem financeiramente. Diferente do campo comercial, o incentivo a uma formação industrial ou para os trabalhos manuais próprios da indústria, nesse período, ocorriam hegemonicamente para o sexo masculino, tendo como consequência a distinção do sexo na formação industrial.

Vale a pena ressaltar que o sentido da formação profissional se modifica no contexto capitalista, impactando diretamente na função social do trabalho. A exemplo do Instituto Federal do Pará – IFPA, que foi instituído em 23 de setembro de 1909 como Escola de Aprendizes Artífices do Pará, pelo então presidente da República, Nilo Peçanha, e à época foi

oferecido especialmente aos meninos desvalidos da sorte com fins de profissionalizá-los. Nessa escola, cursavam o ensino primário, cursos de desenho e oficinas de marcenaria, funilaria, alfaiataria, sapataria e ferraria. Em 1937, a Escola de Aprendizes transforma-se em Liceu Industrial do Pará e, em 1942, em Escola Industrial de Belém (BASTOS, 1984).

Todas essas profissões eram tradição na formação masculina, pois, de acordo com os estudos de Bastos (1984), era matriculados nessa escola prioritariamente meninos. Torna-se, portanto, necessários mais estudos para identificar como e se ocorreu a educação feminina e sua formação profissional entre 1930 e 1950 para o campo industrial no Pará, momento em que jovens e mulheres lutavam por sua emancipação social e profissional.

A urbe de Belém, entre 1920 e 1940, era uma capital que se encontrava em pleno período de transição econômica; situada em um cenário no qual o extrativismo gomífero não era mais capaz de dar altos lucros para as elites comerciais locais, impulsionou que este se refizesse adotando novas estratégias econômicas. Várias fábricas do setor industrial sobreviveram ao colapso da borracha, e o setor comercial cresceu estimulando o setor de serviços, refletindo também na ampliação da qualificação da mão de obra em algumas profissões.

O setor de serviços destaca-se por compor ofícios essenciais na sociedade, além de grande capacidade de alocação de mão obra. Para Mourão (1989), após o apogeu e fim do ciclo da borracha, Belém vivenciou a abertura de várias empresas e investimentos em outros negócios. Surgia uma nova modernidade após 1930, instaurando uma nova conjuntura socioeconômica na capital paraense, rechaçando-se dessa forma a ideia de sua decadência econômica pós período áureo da borracha (LIMA, 2013).

A decadência foi sentida principalmente pelos barões da borracha e banqueiros que viam seu setor gomífero decair. Para Lima (2013), as décadas posteriores ao fim do ciclo da borracha não se desenvolveram sob o signo da decadência – antes, sob o signo da mudança. Chiacchio (2019) destaca entre as empresas com grande representação econômica para o Estado em Belém, no final do século XIX e início do século XX: a Fábrica Perseverança, a Fábrica Palmeira e a Perfumarias Phebo.

Encontramos vestígios dessa realidade de inovação socioeconômica belenense no Anuário brasileiro “Almanak Laemmert”, impresso produzido no Rio de Janeiro desde 1844, e que em sua 94ª edição, em 1938, destacou as capitais, suas características e localização em quatro idiomas, durante o Governo Vargas. Seu objetivo era realizar a publicidade e dar visibilidade ao mercado e indústria brasileiros ampliando as relações de mercado.

Nele, foram reunidos e divulgados dados sobre empresas e serviços do campo Administrativo, Mercantil e Industrial, identificando os endereços de diversas fábricas e

nomeando profissionais de setores industriais e comerciais de Belém, elencando produtos, profissões e serviços que movimentaram a capital paraense neste ano. A consulta a esse guia de relações comerciais facilitava aos seus assinantes a construção de redes de fornecedores e contatos para importação e exportação de produtos e matérias-primas, incentivando a indústria e o comércio local, nacional e internacional.

Segundo o Almanaque, Belém, à época, era a 5ª capital mais populosa do Brasil, com 293.036 habitantes, seguido da forma crescente a capital Porto Alegre, Salvador, Recife, São Paulo e Rio de Janeiro. Nos setores de serviços em Belém, mapeamos advocacia, tradutores juramentados; dentistas, médicos, médicos veterinários; serviço de companhia de seguros; serviço de telégrafos; tabeliães; casa de penhores; bancos estatais e nacionais; mercearias e lavanderias; agências de navegação; serviços de engenharia, arquitetura e agrimensura; companhias de automóveis, de comunicação radiotelegráfica, de gás paraense, da Singer (costura), da Souza Cruz (cigarro) e Companhia Paraense de Eletricidade e Companhia Nipônica de Plantação do Brasil; correio aéreo (ALMANAK LAEMMERT, 1938).

Identificamos fábricas de cabos de todas as qualidades, tecelagem de jutas e fibras paraense, linhas para pesca, bem como produção de sacos e fios de algodão; fábrica de sacos de papel; depósito de álcool, óleo, querosene, gasolina e algodão hidrófilo; produção e venda de alfaiatarias; fábrica de roupas, botões e redes; varejistas de fazendas e armarinhos (ALMANAK LAEMMERT, 1938).

Registramos também fábricas de pasta de dentes e perfumarias; fábrica de sabão e óleo vegetal de andiroba, babassú, mamona, murumuru e ucuhuba; comércio de sal; fábrica de cerveja paraense, guaraná, massas, alimentos, bem como vinícolas; fábricas de gelo; tabacarias; fábricas de cigarro e de vinagre; venda de cacau e fabricação de chocolate; comércio de cereais; fábricas de caramelos; empresas de beneficiamento de borracha, copaíba, castanha e torrefação de café, de beneficiamento de arroz, bem como a exportação de timbó, inseticidas, castanha, couro e pele de répteis, borracha, cumaru, copaíba, fibra de uacima, grupe, puxury e madeira; venda de couros e peles, bem como artefatos em couro de crocodilo, lagarto e jacaré e seu beneficiamento em cortumes (ALMANAK LAEMMERT, 1938).

Constatamos ainda sapatarias; livrarias; venda de artigos de confecção e uso indígenas; fábrica de calçados; comércio de camisarias e chapelarias para senhoras e de sol; fábrica de pincel; comércio de papelaria e serviço de tipografia; fábrica de velas de cera; comércio de cola de peixe; tinturarias e fábricas de tintas; comércio de carimbos de borracha; comércio de louças e porcelanas; olarias; fábrica de artefatos em cimento; casa de material de construção (ALMANAK LAEMMERT, 1938).

Havia ainda drogarias e farmácias homeopáticas; laboratórios farmacêuticos; oficinas de ferreiros, serrallheiros e espingardeiros; oficinas de niquelagem; oficinas de bonés; oficinas de estamperia, metalgrafia, tipografia, pautação, encadernação e cartonagem; joalheria e relojoarias; marmorarias; torneiros em madeira; funilarias; fundição de ferro e bronze; venda de motores; lojas de ferragens; oficina de caldeiros; serviços de oficinas mecânicas e construção naval; tanoeiros; armazéns e fabricação de móveis e vassouras; fábricas de caixas de madeiras e pregos; serviço de marcenaria e carpintaria (ALMANAK LAEMMERT, 1938).

Havia fábricas como a da empresa *Salim Salles* em que a produção de sua perfumaria era concentrada do início ao fim na própria fábrica, do sabonete até a embalagem, possuindo suas próprias “oficinas para estamperia em metais, fabricação de latas e obras em folha de flandres, tipografia, encadernação e caixas de papelão, além das aperfeiçoadas oficinas de produção da saboaria, perfumes e cosméticos diversos” (MOURÃO, 1989, p. 56).

Essa empresa depois foi incorporada à PHEBO, e nela também se concentrava todo o processo de fabricação de seu sabonete, fabricando os vasilhames para a coleta de látex nos seringais; mantinha também uma carpintaria e uma tornoaria, onde fabricava as embalagens de madeira e também vasilhames de lata para seus produtos. Ademais, a PHEBO criava seus próprios rótulos, sendo precursora em maquinários de prensa e litografia, em que imprimia nos sabonetes os seus desenhos e sua marca (CHACCHIO, 2019).

Encontramos ainda lojas de instrumentos musicais com venda, concerto e afinação de piano; distribuidoras representantes de máquina de costura, de calcular e de escrever mais modernas do mercado (Underwood, Smith Premier, Olympia; Remington, Continental e Mercedes); lojas de vendas de caixas registradoras; fábrica de malas; serviço de fotografia; serviços de hotel, restaurante e pensões; abertura de bares e sorveterias (ALMANAK LAEMMERT, 1938).

O contexto paraense representa um vasto conjunto de indústria e comércio locais buscando afirmação, mesmo que de forma rudimentar, em diversos setores desde o naval, a mecânica, o vestuário, até alimentos, máquinas e perfumaria. Como podemos ver, a sociedade comercial e industrial da época investia ainda no beneficiamento de óleos vegetais, do cacau, das castanhas e de outros produtos naturais da Amazônia. Buscavam também exportar as suas sementes e madeiras e iniciarem-se no campo do beneficiamento de peças em metal, construção naval, funilaria e fundição de ferro e bronze.

O uso do Almanaque para transações comerciais e industriais materializava o que Vargas almejava na sua política desenvolvimentista para o Brasil: “as trocas inter-regionais, reforçando o processo de formação e integração do mercado nacional” (CANO, 2005, p. 7).

Acrescentava-se ainda que para incentivar o investimento na indústria e comércio, ele instituiu em 1937 a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil – CREAM, provendo crédito público de médio e longo prazo para a produção (CANO, 2005).

Visando fortalecer o papel do Estado brasileiro na economia, Vargas também criou empresas ou órgãos públicos, que embora fossem de dimensão nacional, tinham localizações regionais específicas, que mesmo beneficiando certas partes do território nacional, interiorizava-se e descentralizava-se. A exemplo: em 1932, a Inspetoria Regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; em 1934, o Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM); em 1938, o Conselho Nacional do Petróleo (CNP); em 1939, o Conselho de Águas e Energia Elétrica (CAEE); em 1941, a Cia. Siderúrgica Nacional; em 1942, a Cia. Vale do Rio Doce; e em 1943, a Fábrica Nacional de Motores e a Cia. Nacional de Álcalis (CANO, 2005).

Aprovou também o Decreto n. 19.995, de 14 de maio de 1931, que regulava a extinção dos impostos interestaduais gradativamente com a finalidade de assegurar a unidade econômica do território brasileiro incentivando a produção e comércio nacional. Sabendo da importância destes impostos para a arrecadação fiscal estadual, eles foram extintos a partir do exercício de 1938, com redução gradativa anual, até sua completa eliminação em 1943 (CANO, 2005).

Do ponto de vista de facilitar a integração nacional, abriu as ferrovias até Goiás, o que já contribuirá mais tarde para a futura construção da rodovia Belém-Brasília (CANO, 2005). Essas foram algumas medidas do ponto de vista econômico de caráter estatal que incentivaram o trabalho, emprego e renda na modernidade brasileira comercial e industrial pós 30 e que possivelmente incentivaram o contexto de desenvolvimento nos Estados brasileiros.

Em meio a esse contexto comercial e fabril belenense, apontado no Almanaque e no qual verificamos que, em sua maioria, eram homens os proprietários que gerenciavam ou comandavam, nos deparamos com a presença feminina no campo da estética (manicure), contabilidade (guarda livros), datilografia (comercial), saúde (parteiras) e vestuário (comércio de moda). Muitas delas, possivelmente, abriram seu próprio negócio, já que apresentavam autonomia na sua mão de obra, por possuírem o domínio prático da função, seja na arte do costurar, do embelezamento das mãos e unhas, nos saberes da gestação, parto e pós-parto, ou na prática do digitar e/ou organizar a guarda de documentos (ALMANAK LAEMMERT, 1938).

Constatamos ainda a relevância do registro de oito escolas de datilografia funcionando em Belém, entre elas, no Colégio Progresso Paraense, situado na Rua dos Mundurucus; na Escola Benjamin Constant, situada no bairro do Reduto; Escola Prática do Comércio, situada na rua 15 de agosto; Escola Remington, localizada na travessa Campos Sales; Escola Roial,

localizada na 7 de Setembro; Escola Feniz Caixerai Paraense, situada à travessa São Mateus e escola das Irmãs Coutinho de Oliveira na rua Frutuoso Magalhães (ALMANAK LAEMMERT, 1938).

O Instituto Dom Bosco estava localizado em um bairro onde muitas fábricas se instalaram. Embora essa instituição não tenha sido citada no Almanaque, encontramos na instituição a formação feminina para o trabalho, com diversos cursos de profissionalização feminina. Chamamos atenção também para a invisibilidade de alguns cursos no Estatuto do Instituto Dom Bosco, em especial, o curso de datilografia, que mesmo ocorrendo o registro das diplomações nas Crônicas da Casa até os anos 1960, em nenhum momento é citada sua existência nesse documento. O tipo de curso avulso não foi destacado no Estatuto da Instituição, porém as diplomações eram publicadas nos jornais *A Província do Pará* e *Folha do Norte*, bem como mencionadas nas Crônicas da Casa Filhas de Maria Auxiliadora.

Outra dissonância verificada está na ausência dos indícios do ensino secundário em outras fontes da Instituição, sinalizando sua indicação no Instituto somente como uma expectativa de campo de formação feminina na cronologia de estudo da nossa tese. É relevante dizer que encontramos menções do ensino secundário nas Crônicas da Casa Filhas de Maria Auxiliadora, Termos de Visitas e matérias de jornais da época somente a partir de 1959, data em que se formaliza o “Ginásio Dom Bosco” em Belém. O que demonstrava que as irmãs fundaram o educandário almejando atingir esse nível de ensino a longo prazo, intencionando organizar suas práticas para a formação feminina, *a priori*, de forma básica e voltada para o trabalho, acompanhando o contexto nacional de investimento no ensino primário, contudo priorizando a formação rápida e prática para o trabalho.

As jovens trabalhadoras, após o término do curso, eram devidamente diplomadas. Nas festas escolares de fim do ano, elas sempre estavam lá. A diplomação era o ato em que as alunas dos cursos profissionais, habilitadas na sua formação profissional, seriam declaradas formadas na profissão e anunciadas à comunidade como profissionais, ocorrendo o momento com grande celebração festiva, juntamente com certificação das turmas do ensino primário, sendo o momento de exposição dos trabalhos o acontecimento de maior visibilidade para a formação profissional em que se materializava a habilidade e o trabalho produtivo feminino.

Uma dessas celebrações ocorreu durante o encerramento do ano letivo de 1938 em um domingo; estavam presentes na grande cerimônia autoridades religiosas e civis – como o Arcebispo de Belém, “Dom Antonio de Almeida Lustosa”, o Secretário de Instrução Pública do Pará, “Doutor Miguel José de Almeida Pernambuco Filho” (1898-1978), que foi um advogado, professor e político paraense – que participava do encerramento do ano letivo pela

primeira vez , a “professora inspetora M. Uchoa” – já conhecida da instituição, “bem feitores” e “pais das alunas” (CRÔNICA DA CASA, 1938, p. 28).

A circulação de inspetores e diretores de instrução pública nos estabelecimentos escolares era uma orientação apontada como necessária no regulamento do ensino primário da época, possibilitando controlar, acompanhar de perto o trabalho desenvolvido pelas instituições educativas, representando a importância de fiscalizar e mostrar o valor dado à educação, já que são autoridades pedagógicas e políticas. Os inspetores de ensino compareciam à instituição de ensino geralmente por dois motivos: ou para acompanhar os exames parciais e finais ou para participar das festas de encerramento do ano letivo anual garantindo sempre sua homenagem.

As festas de encerramento nos apresentam, conforme Certeau (1998), as regras das formas de fazer a celebração escolar nas instituições educativas, e nos conduzem, segundo Magalhães (2007), para a internalidade da instituição educativa com suas práticas e filosofias.

A programação para esse dia, segundo a cronista, foi extensa, organizada e centrada na participação ativa das educandas, característica nata da prática pedagógica salesiana, e apresentada respeitando uma sequência. Esse momento se caracterizava também por explorar e dar visibilidade ao que foi aprendido pelas alunas, demonstrando seu desenvolvimento intelectual, afetivo, físico, sendo estas responsáveis, portanto, pelo sucesso do evento, pois precisavam desempenhar bem a programação que foi planejada em oito atos.

Para Candido (2021, p. 8), no contexto escolanovista, “as festas escolares foram apresentadas como atividades educativas exemplares da concretização das premissas renovadas que colocam o educando no lugar central no processo de ensino e aprendizagem, capaz de ao mesmo tempo desenvolvê-lo cognitivamente e emocionalmente”. Portanto, situadas no contexto escolanovista que vivia a Belém da época, as irmãs do Instituto Dom Bosco, quando organizavam o encerramento escolar, selecionavam saberes considerados por elas como mais relevantes, a fim de apresentá-los à comunidade escolar, mostrando a todos o que ensinado e apreendido nas suas práticas educativas.

O ato de festejar, enquanto acontecimento, representava uma programação em que educandas eram o centro das atenções, incentivadas no envolvimento da celebração e comemoração, despertando emoções, sentidos, responsabilidades, integrando sua vida à escola, constituindo nelas a internalização do sentido de se sentir pertencente à instituição escolar, representando as práticas do saber fazer festivo.

De forma geral, a programação festiva de encerramento do ano letivo era o cenário cultural em que foram constituídas a civilidade feminina e que expressava uma visão de mundo durante a celebração. Representava também a expressão da educação estética recebida pelas

alunas na qual, segundo Veiga (2000), em um contexto das escolas republicanas, incluiu-se festas e espetáculos escolares que eram compostos tanto pela dimensão pedagógica, como nos aspectos práticos de formação das sensibilidades humanas para a sociedade moderna. Porém, esses valores estéticos, segundo a autora, não são universais, nem eternos, sendo fundamental “analisá-los como inerentes às estruturas históricas de percepção e de produção da arte e das manifestações culturais” (VEIGA, 2000, p. 409).

7.3 Práticas educativas na Formação Feminina

A programação do Instituto Dom Bosco envolveu práticas educativas que contribuiriam para a construção de uma civilidade feminina contemplando, construindo e produzindo sensibilidades humanas. Para Pesavento (2004, p. 27), “as sensibilidades são uma forma do ser no mundo e de estar no mundo, indo da percepção individual à sensibilidade partilhada” e contribuindo para a orientação da vida social e cultural da educanda salesiana, no sentido de, no aspecto religioso, as práticas educativas executadas – como missa, oração, ritual dos sacramentos – materializarem e formarem valores do campo moral. Já no aspectos civil, as práticas educativas formam a cultura nacional dos valores patrióticos brasileiros, presentes na execução do Hino Nacional, Hino de Saudação aos pais, intencionando a valorização da família, saudação às autoridades políticas e religiosas, reconhecendo sua importância e presença no acompanhamento do trabalho no educandário; no campo da arte, as práticas educativas formam ainda as sensibilidades da formação estética ao exercitarem o canto, versos, teatro, diálogos; e, por fim, na prática educativa da ginástica construir a cultura e o hábito do exercício a fim de manter o corpo saudável.

As Academias são para nós representações da educação feminina para a vida externalizadas pela expressão do corpo, dos sentimentos construídos, da realidade social em que foi constituída e organizada para atendê-la de forma integral. Desse modo, uma programação elaborada por uma instituição de ensino primário e de formação profissional feminina nos remete a ideia de que estas são as atitudes e saberes básicos que as Filhas de Maria Auxiliadora pensaram ser a melhor forma de adequar o Instituto Dom Bosco à realidade da educação feminina belenense moderna. No quadro 14, temos a referida programação distribuição com os números artísticos apresentados e a diplomação das alunas:

Quadro 14 – Programação da Academia de Encerramento Escolar do Instituto Dom Bosco, 1938.

Programação da Academia de Enceramento Escolar Instituto Dom Bosco – 1938
1°. Marcha - Hino Nacional
2°. Hino ao genitor
3°. Composição

4º. As férias - diálogo. Distribuição do diploma da 5ª classe e do curso de corte e costura
5º. Ginástica das pequenas
6º. Poesia
7º. Ginástica das alunas maiores. Distribuição do certificado do 4ª, 3ª e 2ª classe
8º. Encerramento: cena lírica

Fonte: Elaborado da Autora com base na Crônica da Casa, 1938.

Os documentos apontam que na cultura salesiana é comum todas as categorias de atendidas pelo Instituto participarem das Academias em algum número, porém há momentos em que elas não aparecem. De acordo com a Crônica da Casa Filhas de Maria Auxiliadora, a professora M. Uchoa, inspetora da escola pública, acompanhou todo o trabalho durante o ano, pronunciou elogio ao trabalho e pediu apoio das autoridades para recebimento de recursos para o instituto, “garantindo que daqui saíssem os verdadeiros cristãos e os melhores cidadãos” (CRÔNICA DA CASA, 1938, p. 28). Nesse discurso de uma autoridade pública, do campo da educação, há representações de defesa do valor cristão na formação das cidadãs belenenses, o que sinaliza que Estado e religião não estavam tão distantes no contexto da laicidade.

O diálogo sobre as férias, indicado como elemento programático do encerramento, foi possivelmente travado em razão dos princípios salesianos já discutidos sobre os perigos que as envolve se forem buscadas experiências movidas por paixões e não pela razão cristã, tema que mereceu destaque de Dom Antonio Lustosa em seu texto publicado na *Crestomatia*. O momento das férias possibilitava à estudante o distanciamento da instituição salesiana por algum período, entretanto, o diálogo bem executado na sua preparação, ou seja, a palavra bem comunicada anteriormente a saída escolar, atingiria a função de cativar a mente e o coração.

Nessa etapa da programação, era entregue a certificação às educandas maiores do 5º ano primário e às educandas do curso de corte e costura. Além disso, havia geralmente apresentações de ginástica e distribuição de certificados do ensino primário. Em uma celebração de encerramento, o Diretor de Instrução Pública, Doutor Miguel Pernambuco, falou da importância da formação dada pela instituição: “da necessidade da pátria plasmar os pequenos de hoje, que serão o povo forte de amanhã” (CRÔNICA DA CASA, 1938, p. 28). Disse ainda o diretor sobre o papel da educação à época: “formar as novas gerações forte fisicamente, moralmente e intelectualmente e o governo se esforça em trabalhar para que esses meios sejam usados para atingir o progresso e glória do Brasil”, e no Instituto viu “magnificamente interpretado na prática, tudo quanto uma escola moderna sugere e promove” (CRÔNICA DA CASA, 1938, p. 28).

Esse discurso político parte de uma autoridade da educação em uma instituição educativa na década de 1938, expressando uma representação local sobre a função da educação para a infância na Era de Getúlio Vargas, como a etapa da vida em que se forma o caráter

feminino e o modelo de acordo com as experiências vividas na escola, preparadas para uma perspectiva de futuro em bases do “povo forte de amanhã”, ou em outros termos, deve preparar a juventude feminina trabalhadora, religiosa, honesta, alfabetizada e formada nos aspectos físicos, morais, intelectuais e pronta para lutar pela vida.

Indubitavelmente, o esforço nacional em torno da educação na formação da infância e juventude feminina tinha um único objetivo: o progresso e glória do Brasil, sendo as práticas educativas da programação salesiana representadas como símbolo de tudo que poderia compor a escola moderna. O ideário educativo republicano desse momento, sob auspícios do Estado Novo, perpassava a formação física, moral e intelectual da infância e da juventude. O discurso de Miguel Pernambuco foi concluído da seguinte forma:

Não há como deixar de parabenizar e prometer nosso apoio grande e sincero no que for possível. Com honra e aplauso para a **instrução unitária** dispensada às jovens da escola noturna. Conceder diplomas a estas jovens, humildes, mas honestas, dispostas, é o meio certo e seguro para preencher nossa grande lacuna: **A falta de uma profissão. Precisamos de escolas profissionais.** Que o nosso povo aprenda a amar a terra e dar-nos o que precisamos. Por isso tudo o que se passar nessa casa de arte e ofício, não só terá meu apoio, a minha adesão, mas um guia incansável e entusiasmado (CRÔNICA DA CASA, 1938, p. 29, destaques nossos).

Com louvor e congratulações, Doutor Miguel Pernambuco parabenizou a escola noturna e a instrução unitária feminina, direcionada à formação para o trabalho, que concedeu diplomas às moças que, embora humildes, eram honestas, dispostas para aprender uma profissão, sendo este discurso direcionado muitas vezes a pessoas que carregavam o estigma da pobreza.

Nessa instituição educativa religiosa, legitimava-se o valor e a honra da mulher pobre pelo meio certo e seguro do acesso à formação profissional, educando a cidadã honesta, cristã e trabalhadora. O Diretor de Instrução Pública ainda apresentou preocupação com a necessidade da educação feminina belenense: escolas profissionais femininas, pois, na realidade belenense de 1938, havia um investimento baixíssimo na formação profissional feminina.

Terminada a apresentação escolar, o Arcebispo e todas as personalidades juntamente com o povo “espalharam-se nas duas salas de exposição das obras dos alunos. Todos saíram com grande admiração de quanto individual era o Instituto Dom Bosco”, ocorrendo assim a culminância com a exposição de trabalho das educandas elaborados com orientação das irmãs. Essa exposição de trabalhos durou alguns dias porque “um artigo no jornal escrito por uma mão amiga anunciou que permanecerá aberta ao público” (CRÔNICA DA CASA, 1938, p. 29-30).

Nessas exposições, a instituição estimulava a cultura laboriosa do trabalho feminino, dava visibilidade à formação profissional e produção dos trabalhos do instituto, inclusive vendendo e gerando recursos para manterem-se, chamando-a de indústrias. Segundo Veiga

(2000), essas práticas da exposição também eram pensadas para educar os sentidos e torná-los ativos, despertando o gosto artístico, pois também são consideradas práticas artísticas.

No ano seguinte, o encerramento do ano letivo culminou com o último dia da prática do Tríduo (iniciado dia 12) e festejo de Santa Tereza D'Ávila, ambos ocorridos no dia 15 de outubro de 1939. Esta programação se iniciou muito cedo, como de costume “às 06:30 da manhã com a missa celebrada pelo diretor das escolas salesianas, com as alunas todas presentes. O evangelho tratou brevemente sobre a lembrança das férias, impressas em uma pequena imagem e entregues a cada um que estava ali. Seguido do *Motteti*, finalizando com comunhão geral” (CRÔNICA DA CASA, 1939, p. 76-77).

Estas práticas representavam a preparação religiosa e espiritual para o momento de férias com gratidão à figura divina pelo encerramento do ano letivo, envolvendo o canto litúrgico do *Motteti*, a comunhão e a entrega de uma memória impressa da imagem. Era uma prática cultural da Congregação e um objeto cheio de significado que intencionava imprimir no objeto a lembrança da prevenção e assim internalizar a memória no indivíduo. Esse momento buscava inculcar na aluna o símbolo da cautela durante as férias, que devia ser um momento de descanso e alegria cristãos e ser aproveitado longe de perigos que ameaçassem o corpo, a mente, o espírito e o coração da estudante.

Após a celebração religiosa, às 9h, iniciou-se a programação escolar extensa com grande festa, com a presença de Antonio de Almeida Lustosa, do Diretor da escola salesiana masculina, o Doutor Miguel Pernambuco, e outros distintos senhores (CRÔNICA DA CASA, 1939).

Quadro 15 – Programação da Academia de Encerramento Escolar do Instituto Dom Bosco, 1939.

Programação da Academia de Encerramento Escolar Instituto Dom Bosco – 1939
1º. Marcha de introdução (piano)
2º. Saudação das autoridades (uma aluna)
3º. Duas colegiais (diálogo) e entrega dos diplomas do 5º ano e do curso de corte geométrico.
4º. O passarinho (dança)
5º. Licença (Verso)
6º. Torneio Ginástico
7º. Premiação das alunas do 4º, 3º, 2º e 1º ano.
8º. A nação – alegoria. Entrega de diploma das alunas de datilografia e bordado a máquina.
9º. Hino Nacional – coro

Fonte: Elaborado pela Autora com base na Crônica da Casa, 1939.

Chama atenção no programa de encerramento escolar a ausência dos momentos religiosos, mas cabe lembrar que costumavam ser vivenciados na primeira hora da manhã. Possivelmente, as irmãs preferiram agradar as autoridades estatais que presenciavam os números cênicos, poéticos, musicais, patrióticos e físicos. Abriu-se a programação ao som do

piano, seguida da saudação das alunas às autoridades, representaram-se diálogos e diplomou-se alunas do curso de corte geométrico e do 5º ano. Nessas celebrações, percebemos que a instituição possuía duas formas de diplomação: uma pelo término da classe elementar correspondente ao ensino primário, outra para a formação profissional. Apresentou-se a dança “Passarinho” vinculando o culto da arte à natureza, seguido de versos. A dança é uma novidade moderna da educação feminina religiosa, que encontra na natureza a liberdade para o movimento do corpo.

As práticas ligadas ao civismo patriótico foram executadas também fazendo o uso das sensibilidades, entoando-se o Hino Nacional, e pela arte elaborou-se a encenação artística com o uso da alegoria, representando provavelmente um pensamento ou um sentimento vinculado ao tema *Nação*.

As festas escolares do Instituto Dom Bosco tinham a função de cultivar o interesse pelos símbolos da pátria, pelo sentimento de nação, pelas práticas religiosas, pela educação artística, pela ginástica e pela natureza. Todas essas formas de expressão cultural e educativa são práticas do contexto do Estado Novo. Buscando inserirem-se na cultural nacional, as irmãs exercitavam em suas práticas educativas formas de experimentar a festa escolar salesiana no estado laico.

Incluiu-se no referido programa, não uma demonstração de ginástica, como ocorria nos anos anteriores, mas um torneio, inserindo o elemento da competição nesse campo da arte de exercitar o corpo. Além de atender à ciência médico-higienista da época sobre a necessidade de cuidar do corpo feminino do ponto de vista físico-biológico, a prática dessa arte escolar acompanhava a prescrição da pedagogia moderna que orientava o uso da atividade física para o desenvolvimento físico e moral das alunas. Com o uso dessa arte em forma de torneio, incentivava-se a competição em um momento em que torneios femininos de ginástica ainda eram incipientes no Brasil, mas já aconteciam neste educandário, “disciplinando o tempo, os gestos e o gasto energético” (MARTINI, 2017, p. 246).

Inferimos que um torneio de ginástica em um espaço público escolar necessitava de treino e preparo coreográfico, por isso as alunas do Instituto Dom Bosco foram inseridas nessa prática educativa de forma dinâmica, acompanhando a realidade presente nas festas cívico-escolares promovidas em Belém que também incluíam a ginástica. Notadamente, temos a ausência da prática de esporte nesses programas escolares, pois ainda existia dúvidas sobre a “pertinência do envolvimento da mulher no esporte, ainda nas décadas de 1940 e 1950” (MARTINI, 2017, p. 246).

No mundo moderno feminino do século XX, havia um forte apelo e incentivo para “a saúde, a higiene e a beleza”, sendo pautadas como “centro dos argumentos que relacionavam o

trabalho com a forma do corpo à identidade, à construção da personalidade e à moral feminina” (MARTINI, 2017, p. 246). Para a instituição educativa religiosa, era importante manter o vigor físico e a saúde, ensinando também as formas como o público feminino deveria praticar os exercícios físicos, disciplinando, além da moral, os gostos.

Entre certificações do 5º ano e premiações do 1º ao 5º ano, identificamos diplomações em novos cursos profissionais femininos, a exemplo do bordado a máquina. Ao fim, doutor Miguel Pernambuco mostrou-se “admirado do ótimo resultado de um ano de trabalho, em favor da juventude feminina”, e se sentia no “dever de agradecer em nome da Autoridade Pública e do povo, pelo grande bem que se vem fazendo neste instituto”. Terminada as premiações, “as autoridades e o povo, se dirigiram a exposição de trabalhos das nossas alunas: bordado, corte e costura, culinária, pintura, flores artificiais e desenhos escolares” (CRÔNICA DA CASA, 1939, p. 77-78).

Possivelmente, nessa exposição, havia trabalhos manuais produzidos por indicação no regulamento do ensino primário, como desenho escolares e pinturas, bem como as artes práticas contempladas nas flores artificiais e bordado. A prática de exposições era evento muito requisitado no ensino primário como forma de dar visibilidade às artes práticas ensinadas e aprendidas pelos escolares na metade do século XX, reunindo familiares e autoridades políticas e religiosas em um momento de festa e confraternização, aproximando esses agentes da escola e representando seu valor na educação e formação feminina para o trabalho.

Esses cursos de profissionalização feminina ocorriam à noite, mas também poderiam ser frequentados durante o dia, conforme registro sobre o exame de corte e costura, em que se habilitaram “8 senhorinhas, duas frequentavam o curso diurno e seis o noturno”. Além de diversificar a oferta entre turnos, o que flexibilizou o acesso, anunciou-se a abertura de novos cursos: “piano e bordado a máquina”, frequentando alunas em grande número (CRÔNICA DA CASA, 1941, p. 99-110).

Em “10 de Abril de 1941, ocorreu a ereção canônica da Inspetoria Maria Auxiliadora com sede em Recife, abrangendo as casas do Norte e Nordeste”, o que em termos práticos facilitava a circulação das irmãs que faziam uso da mobilidade congregacional para administração e organização das ações da Congregação, já que Norte e Nordeste se conectavam mais facilmente devido à localização geográfica (CRÔNICA DA CASA, 1941, p. 114).

Essa mobilidade possibilitava, por exemplo, que irmãs de Manaus, como “Angelina Rossato”, ou do Ceará, como “Irmã Maria da Glória Maia”, assumissem função como Diretora ou professora no Instituto Dom Bosco de Belém. Essa mobilidade possibilitou a “Irmã Carmem Pacheco partir do Ceará com destino a Manaus”; ou ainda, após 6 anos de trabalho em Belém,

chegava a hora da partida da “Diretora Dária Uboldi que deixou esta capital e foi para Recife assumir função no Noviciado”, ou encaminhamento de “Irmã Lourdes Marques para Baturité – Ce” (CRÔNICA DA CASA, 1942, p. 147-148). Dessa maneira, essa circulação possibilitava as irmãs conhecerem novos lugares e pessoas, ampliarem suas experiências laborais e educativas, pois mantinham contatos com diversos agentes no campo social, político e educativo.

A década de 40 para o Instituto Dom Bosco foi promissora, pois aumentou o número de alunas no curso noturno de formação para o trabalho, chegando a 281 (CRÔNICA DA CASA, 1941) e foi ampliado o número de irmãs de cinco para oito. As autoridades políticas locais e elite circulavam por seus espaços que, aos poucos, foi se tornando conhecido em função das organizações dos eventos religiosos, matérias de jornais da cidade sobre a formação feminina e participação nos eventos cívicos. A instituição na década de 40 inovou inclusive na oferta de cursos de formação profissional feminina, com diplomações em piano e bordado a máquina.

No campo do subsídio estatal, por intermédio e pedido da diretora ao interventor do Estado, “o Senhor Doutor José da Gama Malcher, concedeu subvenção mensal de 1.000 libras até o fim do ano corrente para nosso instituto”, contribuindo para o financiamento e manutenção (CRÔNICA DA CASA, 1940, p. 98). Essas instituições equiparadas ao ensino oficial do Estado que recebiam alguma subvenção, segundo o Regulamento do Ensino Primário de 1931, deveriam ceder pelo menos 10 vagas, em contrapartida, em seu estabelecimento escolar para o Estado.

Notadamente, são materializados no cotidiano institucional, nos discursos e nos programas de encerramento elementos políticos, educativos e religiosos representados nas práticas educativas do Instituto Dom Bosco, dando ênfase à importância dispensada para a educação profissional feminina, legitimada pelo secretário de Instrução Pública do Pará. Uma jovem formada por uma instituição salesiana receberia uma formação intelectual, física, profissional, moral e religiosa, sendo a instituição educativa, portanto, um dispositivo de regulação social da educação feminina, pois determinava formas de ser e agir nos campos do trabalho e do estudo.

Além de um dispositivo de regulação social, a instituição educativa salesiana também pode ser vislumbrada como um espaço de formação de mulheres honestas, laboriosas e de legitimação de sua honra feminina. Todavia, segundo Fonseca (2004, p. 519), ser mulher pobre e trabalhadora no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, era uma condição com inúmeros desafios e enfrentamentos diante da moralidade oficial e burguesa completamente desligada de sua realidade. A mulher vivia “um dilema imposto pela necessidade de escapar à miséria com

o seu trabalho e o risco de ser chamada de ‘mulher pública’”. Contraditoriamente, “em vez de ser admirada por ser ‘boa trabalhadora’, como o homem em situação parecida, a mulher com trabalho assalariado tinha de defender sua reputação contra a poluição moral” (FONSECA, 2004, p. 516).

Essa mentalidade orquestrada pela norma oficial que ditava sobre a exigência de resguardar a mulher em casa incumbida dos afazeres domésticos e cuidados dos filhos, enquanto o marido trabalhava fora do lar, não retratava a realidade brasileira, mas tratava-se de um estereótipo embasado nos valores da elite colonial, criado de forma ideológica, para distinção entre as mulheres burguesas e as pobres, uma vez que as mulheres pobres sempre trabalharam fora de casa. Para muitas delas, a condição de trabalhadora, por si só não as honrava, mas era necessário ser legitimada por colegas de trabalho, parentes, conhecidos, pelo marido, pela justiça, comprovando assim sua honra como trabalhadora nas fábricas ou em outras funções, como engomadeiras e lavadeiras (FONSECA, 2004).

O panorama de mulheres no mundo do trabalho em Belém já na década de 20 é constituído por trabalhadoras provedoras do lar que se ocupavam em trabalhos de cozinheiras, engomadeiras, lavadeiras, passadeiras, vendedoras ambulantes, tacacazeiras, empregadas domésticas, prostitutas, enfermeiras e professoras (BRAGA, 2021). Sobre a classificação dos habitantes de Belém segundo suas profissões, indicadas pela Diretoria Geral de Estatística em 1920, Braga (2021, p. 161) aponta que as categorias com maior número de mulheres foram a indústria de “vestuário e toucador”, que empregava 7.281 operárias; o “serviço doméstico”, com 5.169 trabalhadoras; a “agricultura”, com 4.002; e o “Magistério”, que empregava 1.083 professoras. Em menor número, mulheres desempenham suas atividades laborais também nos ramos de comércio, transportes e correios.

Diante de todas estas evidências, na capital de Belém, já havia uma significativa circulação de mulheres trabalhando dentro e fora do lar, sustentando suas famílias com o trabalho na indústria, agricultura e no comércio. Esse contexto nos ajuda a compreender que a Congregação Filhas de Maria Auxiliadora, na Belém dos anos 30 e 40, encontrou bases sociais e políticas ideais para implementar sua obra religiosa e educativa, qual seja, um poder estatal local que mostrou entusiasmo e reconheceu a necessidade da formação feminina para o trabalho e avaliava com bom aproveitamento o modelo educativo organizado pelas FMA que dava ênfase em uma educação para o trabalho da juventude feminina, em um país que a maior preocupação política e religiosa naquele momento era a reforma e regeneração dos costumes do povo brasileiro, embora agisse com paradoxo quando direcionava as formas de se considerar o gênero nesse contexto de educação e trabalho feminino.

Miranda (2021), em estudo sobre mulheres trabalhadoras de Belém, entre 1945 e 1964, constatou que elas utilizaram suas ocupações, a formação escolar e profissional conquistadas como estratégias para serem qualificadas como moças responsáveis e assim alcançar a emancipação jurídica, o que lhe possibilitaria dirigir sua pessoa e seus bens diante da condição de menor idade, que naquela época era 21 anos. Entre os autos de emancipação, a autora localizou, a partir de 1952, a jovem Ierece de Souza Barata que aos 20 anos já era professora do ensino primário e datilógrafa diplomada, trabalhando também como funcionária pública federal no Departamento Profissional dos Portos, Rios e Canais. Embora nessa condição, a jovem foi obrigada a acionar a justiça para pedir sua emancipação jurídica, a fim de receber uma herança de seu parente, Magalhães Barata, importante político paraense.

Embora Miranda (2021) não tenha localizado em qual instituição se formou a datilógrafa, a autora aponta que possivelmente foi no Colégio Santa Catarina de Sena, espaço que formou mulheres que faziam parte da elite belenense. Comungamos da ideia da autora e também apontamos outras pistas sobre a formação de Ierece Barata, que também pode ter sido recebida no Instituto Dom Bosco, pois à época lá foi um espaço em que se formaram datilógrafas de diversas situações econômicas, não só moças pobres pela natureza da obra salesiana que vigorava, e o curso de datilografia pertencia à categoria de cursos avulsos que eram ministrados a pagamento.

A autora aponta que as jovens datilógrafas, enfermeiras e professoras, embora fossem trabalhadoras, precisavam comprovar também que eram moças de boa conduta e moral ilibada. Essa condição moral não poderia ser legitimada somente por ela, mas por testemunhas: amigos, tutores e parentes, e ainda pelas instituições por onde circulou enquanto estudante e trabalhadora. Para Miranda (2021, p. 121), as moças encontradas nos autos de emancipação pertenciam à classe da elite paraense, nos quais “foi possível perceber que essas jovens gostariam de ganhar suas liberdades para estudar, trabalhar, tomando conta de suas vidas e de seus bens”.

Aí se vê a importância da formação escolar e a função do trabalho na vida feminina que era regulada de diversos modos e por variados dispositivos de poder arquitetados no âmbito das instituições familiares, jurídicas e educativas-religiosas como em nosso caso, especialmente a partir da década de 1930, quando a mulher ainda era intensamente questionada sobre sua conduta de mulher trabalhadora e enquanto sujeito que desejava circular pelos espaços públicos de diversas formas.

7.4. Da formação doméstica para o lar à formação para o trabalho em fábricas e comércios

Diante da configuração do espaço educativo do Instituto Dom Bosco, é importante pensarmos o cenário nacional da relação entre escola e trabalho a partir dos anos 1930, pela natureza da instituição educativa salesiana, que além de ideológica, é política, fazendo-nos perguntar de que trabalho e que escola estão falando? Para quem? Para qual finalidade?

No Manifesto dos pioneiros, Saviani (2013, p. 244) aponta uma passagem deste documento em que percebemos a relação entre escola e trabalho na Escola Nova: “a partir das fábricas, de cujo seio teria surgido o embrião dessa concepção educacional, erigiu-se o trabalho como base não apenas de formação da personalidade moral”. Ele aponta ainda que é o “único meio para tornar os indivíduos humanos seres cultivados e úteis sob todos os aspectos”. Nessa direção, o trabalho é compreendido como elemento formativo da base moral, mas coopera principalmente para tornar o ser humano útil.

Nos anos de 1935, no contexto de Segunda República no Brasil, há uma forte preocupação nacional em torno de uma escola do trabalho por parte tanto do Ministro da Educação, Gustavo Capanema, como do presidente Getúlio Vargas. A representação sobre a relação escola e trabalho no Brasil foi encontrada em uma comemoração organizada sob os auspícios do Ministro da Educação, entre o dia 7 a 12 de outubro de 1935, promovida pela Associação Brasileira de Educação – ABE: a realização da “Semana de Educação” em todo o território do Brasil.

Em Araraquara, esse desejo do ministro da educação foi personalizado na ABE, organizando-se esse momento de grande magnitude cultural dedicado à educação com apresentação de saraus, poesias, música, palestras, sendo muito festejado e merecendo destaque de lembrança em forma de coletânea enviada para ABE, como forma de eternizar aquela semana festiva da educação. É nessa coletânea que encontramos materializada a representação sobre educação e trabalho na formação do povo brasileiro.

O professor Odilon Correa¹¹⁹, Inspetor do Ensino Primário de Araraquara, após mencionar sua homenagem ao Ministro da Educação, por ele ter dispensado atenção especial a causa da educação popular, instituindo a Semana de Educação, afirmou que ela era “destinada a familiarizar o público com o trabalho das nossas escolas, com seus ideais e sua execução com suas necessidades dentro dos objetivos primordiais da educação”. Ao refletir que “cuidar da educação é cuidar da grandeza do país”, acrescenta que

¹¹⁹ Em seu pensamento, está materializado o sentimento nacional brasileiro que defende a valorização da educação popular como a propulsora do desenvolvimento material e econômico do país na metade do século XX. A instrução e a educação são fundamentais, cada uma no seu campo contributivo: a instrução tem a função de esclarecer a inteligência, aperfeiçoar o talento para o trabalho, enaltecer o cérebro; a educação, por sua vez, modela a alma, aprimora o coração, alimenta o pudor, a honra e a bondade.

todas as leis protectoras são ineficazes para gerar a grandeza economica do paiz; todos os melhoramentos materiaes são incapazes de determinar a riqueza, si não partiram da educação popular, a mais creadora de todas as forças economicas, a mais fecunda de todas as medidas financeiras. São palavras do grande brasileiro Ruy Barbosa.

A instrução esclarece a intelligencia e a educação aperfeiçoa o character; uma apura o talento, a outra modela a alma; aquella forma genios, esta cria homens; a educação alimenta o pudor, a honra, a bondade; a instrução traz a certeza, a confiança, o triumpho; uma enaltece o cerebro, a outra aprimora o coração. A felicidade e progresso humanos, fundamentam-se na educação.

Justas, pois, são as homenagens aos estadistas que cuidam da educação do povo, lançando a sementeira fecunda que um dia se transformará em farta mésse de virtudes e aptidões (SEMANA DE EDUCAÇÃO DE ARARAQUARA, 1935, p. 23).

Para Hermenegildo Campos de Almeida, Diretor do Núcleo Profissional de Araraquara, em um governo de Estado Moderno do século XX, a escola primária desempenhava um papel fundamental que era “ser desde a primeira hora profissional” e sua finalidade era “realçar as aptidões da mocidade, descobrindo precocemente as suas tendências ainda não afloradas”. Assim, na visão do Diretor, o Estado moderno tinha o dever de desenvolver os “colégios de aprendizados, onde esses problemas vitais, são solucionados da melhor forma” (SEMANA DE EDUCAÇÃO DE ARARAQUARA, 1935, p. 13). Para o referido diretor, essas escolas do trabalho foram realidade de incremento em países europeus, a exemplo da França, que contava com mais de 5.000 liceus de artes e ofícios integrando o homem ao meio agrícola, industrial e comercial. E insistia, respaldando-se no contexto educacional francês sobre a educação do povo:

lá esta é maneira quase o unânime de encarar a educação do povo. Jules Ferry, o maior educador da França contemporânea, assim se expressa. A escola primária de hoje, aquella que nós organizamos segundo o ideal entrevisto pela revolução, essa pequena escola será desde a primeira hora *profissional*- isto é, terá por fim preparar a criança a ser, como a enorme maioria dos cidadãos francezes, um trabalhador. E anotemos, senhores, que a propria sabedoria do povo condensou no adagio «quem tem officio, tem beneficio», toda a vantagem que pode advir para a sociedade com a instituição extensiva das escolas de trabalho (SEMANA DE EDUCAÇÃO DE ARARAQUARA. 1935, p. 13).

É com esse entendimento, na tentativa de acompanhar o contexto internacional das escolas do trabalho, que no Brasil se fomentou uma educação popular de cunho profissional, a fim de preparar a criança e a juventude para ser um cidadão trabalhador. Isso é tido como o maior benefício que se pode fazer ao povo e a pátria ainda na infância, a começar pelo ensino primário. A máxima “quem tem officio tem beneficio”, citada pelo professor, foi gestada em 1932 com a criação da carteira profissional de trabalho e a adesão do trabalhador ao sindicato,

criando a base social controlada e corporativa que Getúlio Vargas necessitava para o apoio na Assembleia Nacional Constituinte (GOMES, 2005).

Nessa lógica, as escolas do trabalho vinculam-se ao projeto social e político de nação trabalhadora que depois de formada terá acesso a diversos benefícios sociais, desde que faça adesão ao sindicato que foi construído para neutralizar as forças de oposição ao governo. Mais tarde, o Estado Novo, em sua política social do trabalho pós 30, criou um pacto social, uma troca orientada por uma lógica, em que os trabalhadores, em nome de uma série de benefícios sociais e bens de fins utilitários, obedeciam ao governo.

Nessa conjuntura, o ato da obediência representava reconhecimento das causas trabalhadoras pelo Estado e necessária retribuição ao governo (GOMES, 2005). Agregava-se ainda o elemento religioso para docilizar os corpos e mantê-los apaziguados na luta dos trabalhadores e trabalhadoras na metade do século XX.

A função social da escola feminina primária e sua relação com o trabalho também poderia ser pensada a partir da visão de Fernando de Azevedo, um dos participantes do movimento da educação nova, que, segundo Câmara (2013, p. 150-151), afirmava que a reforma educacional a que se propôs entre 1927 e 1930 no Distrito Federal esperava atacar um duplo problema identificado: modificar a visão negativa do trabalho “superando uma educação livresca e informativa” em favor de uma educação reorganizada nas bases de um regime de vida e trabalho em comum, e por outro lado, “estimular na criança o culto e o louvor ao trabalho produtivo, mostrando que ao parasita e inativo era negado um lugar sob o sol”. Nesse sentido,

Fernando de Azevedo aspirava transformar as escolas primárias alfabetizantes em escolas do trabalho, em que ao lado do ensino da escrita, da leitura e da aritmética, se ministrasse o ensino técnico elementar, conforme as condições do meio social. Sendo assim, podemos dizer que a prerrogativa do reformador era promover uma educação do povo, visando ao seu enraizamento no meio do qual era proveniente, bem como seu aprimoramento para as atividades produtivas e suficientes (CAMARA, 2013, p. 151).

O trabalhismo implementado na escola primária deveria se adequar à realidade social da comunidade na qual está situada, cumprindo sua finalidade na alfabetização e na formação para o trabalho com o objetivo principal de “enraizar o operário à oficina, o lavrador à terra, o pescador às praias, fazendo-os compreender e amar, com o trabalho produtivo, a vida intensa das fábricas, a tranquila vida rural ou a vida valorosa das grandes pescarias, em que se tempera, na escola permanente de luta com o mar, a energia dos praiheiros” (AZEVEDO, 1958 apud CAMARA, 2013, p. 152). Esse pensamento educacional externa uma preocupação com o mundo do trabalho e a formação profissional, propondo o rompimento com a formação

excessivamente literária, não negando a importância desta, mas valorizando uma cultura educacional constituída na ciência e na técnica, articulando a escola ao meio social produtivo, incorporando o ato do trabalho à realidade do indivíduo. Na visão de Azevedo

a educação nova é, de fato e deve ser uma iniciação na vida econômica e social, e pelo trabalho educativo, uma iniciação no trabalho profissional e nas atividades produtoras; ela tem, e deve despertar e desenvolver o sentido da vida econômica, o culto do trabalho, da máquina e da ciência, mas a vida econômica [sic], a ciência e a máquina “só adquirem sentido humano porque nos proporcionam os meios indispensáveis à criação e ao gozo de ideias e de valores da cultura” (AZEVEDO, 1958 apud CAMARA, 2013, p. 152).

Para o Instituto Dom Bosco, a existência do ensino primário também possuía grande relevância não só do ponto de vista social ou produtivo na vida das meninas que o frequentavam, mas, sobretudo, do ponto de vista institucional salesiano, uma vez que, conforme instituído no Capítulo Geral de 1934, “as aspirantes serão aceitas com pelo menos 12 anos de idade e com o primário finalizado” (CAPÍTULO GERAL X, 1934, p. 21).

A menina com o primário completo e ainda muito jovem poderia descobrir sua vocação religiosa e ampliar o quadro de salesianas brasileiras, uma vez que as aspirantes são meninas que poderão viver e aprender as experiências de uma vida religiosa por meio da prática do aspirantado, confirmando ou não, sua vocação. Diante dessas condições, inferimos ser esse o motivo pelo qual não encontramos menções sobre o destino da mulher estar condicionado à maternidade ou ao casamento. Para tornar-se irmã salesiana, esses destinos são incompatíveis. Consequentemente, incentiva-se o encorajamento feminino no gosto pelo trabalho e estudo. A Madre Angela Vespa orientava as professoras das instituições de acordo com as prescrições educativas salesianas aconselhando:

Incentive muito! Aqui está uma das características do nosso bom método de educação; encorajar e recompensar o esforço realmente feito pela aluna, a fim de melhorar, incentivar, com bondade generosa, para despertar uma atividade ou uma vontade adormecida; encorajar a dar a aluna a consciência das suas próprias qualidades ou estimular o interesse pelo estudo, um desejo de emulação talvez adormecido, mas que, devidamente regulado, pode cultivar o hábito da superação interior que gradualmente, mas definitivamente, orientará uma consciência para a virtude (CARTA CIRCULAR Nº 265, 1943).

A formação da consciência para a virtude de uma aluna envolvia um conjunto de qualidades morais esperadas e cultivadas pelas irmãs salesianas. Sua missão era construir, despertar ou descobrir uma vontade ou talento escondido que envolviam a religião, o trabalho e estudo, conscientizando sua aluna das suas qualidades e superação dos desafios que surgiriam nesse caminho. Formadas pelo ensino primário, que era o ciclo intermediário na educação feminina, as alunas poderiam futuramente galgar o ensino secundário, que em Belém estava

previsto em seu projeto educativo desde 1941, todavia, só foi atingido em 1950. Mas não só isso. O interesse e ideário das Filhas de Maria Auxiliadora pela formação da juventude feminina para o trabalho centrava-se na função religiosa institucional salesiana agregada a educação:

deve ser levado em consideração: O trabalho da Escola Profissional está completo. É assim neste sentido: que você pegue as meninas e as leve até o fim do ramo de educação a que se dedicam, sem que elas precisem frequentar outras escolas, onde poderiam perder o fruto da educação cristã recebida. Elas passam diretamente do curso artes e ofícios para a família e a sociedade, onde podem implementar o programa de vida cristã que aprenderam. Cada aluna poderia assim tornar-se como um centro de expansão salesiano, uma pequena casa em constante relação cordial com a Casa de Formação, fomentando aquele santo afeto do qual brota tanta força para o cumprimento do dever em cada hora da vida. Este conceito deixa suas Escolas de Artes ainda mais bonitas. Você acredita que tais escolas só podem ser implantadas em orfanatos: não; hoje a classe trabalhadora está se afirmando cada vez mais; e muitos que antes desprezavam a educação profissional, hoje a procuram e a preferem, porque oferece pão e um futuro mais seguro (CAPÍTULO GERAL X, 1934, p. 34).

O estágio final no qual as meninas seriam formadas era o grau médio profissional. As Filhas de Maria Auxiliadora organizavam suas instituições educativas orientadas a fim de que fosse atingido o ciclo completo da educação cristã, pautada na formação salesiana da juventude feminina para o trabalho, iniciando no primário e finalizando nas escolas médias, que era geralmente o destino das camadas populares trabalhadoras da época.

As educandas formadas circulariam pela sociedade e pela sua família, atingindo outras pessoas com o programa de vida cristã que receberam, compartilhando o modo de ser nas suas sociabilidades, constituindo-se como um centro vivo de expansão salesiano. Essa educação, que era desvalorizada no passado por ser oferecida pelos orfanatos, precisava ajudar quem desejava garantir o pão diário e um futuro, atingindo um novo significado social.

No Instituto Dom Bosco, não se proporcionou à mulher uma única formação para o trabalho, pois formaram-se musicistas de piano, pintoras de tecido, bordadeiras a mão e a máquina, datilógrafas, costureiras e disseminou-se os saberes dos desenhos e das artes aplicadas. Segundo o IPHAN¹²⁰, as artes aplicadas se manifestaram fortemente no Movimento Modernista de 1922, com pinturas, tapeçarias e objetos de vários artistas. Esse campo do desenho e das artes aplicadas, possivelmente, “apelava para o ensino de um traçado do desenho à mão livre de modo a habituar a vista e tornar a mão hábil para os trabalhos posteriores”.

Esses trabalhos, posteriormente nomeados de “desenho decorativo” e de “arte aplicada”, consistiam em uma “espécie de aplicação do desenho na construção de figuras geométricas”, desenvolvendo “habilidades sobre grandezas” ou “técnico-gráficas” (GUIMARÃES, 2020, p.

¹²⁰ Conceito formulado pelo IPHAN a partir do *Livro do Tombo de Artes Aplicadas*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/608>. Acesso em: dez. 2022.

97). Estes saberes do campo do desenho podem ter “fins utilitários baseado na ornamentação e na estilização de coisas e objetos usuais, do dia a dia”, incluindo também a “aprendizagem da morfologia geométrica” (GUIMARÃES, 2020, p. 113). Possivelmente, as técnicas de flores artificiais e bordados eram utilizadas nas formações ministradas no Instituto Dom Bosco.

Para além da leitura e da escrita no ensino primário, foi observado que a formação das meninas e jovens constituiu-se em saberes ensinados no Oratório, na igreja, na capela, nas oficinas do ensino noturno, nas aulas avulsas ou particulares, e especialmente nas Academias, e o que foi por nós constatado é que todos esses campos nada mais são do que expressões do corpo que externa as experiências ensinadas e aprendidas no cotidiano, compondo-se de manifestações literárias, religiosas, patrióticas, musicais, cênicas, do trabalho (no caso da diplomação) que expressavam o que as irmãs salesianas compartilharam de um ensino para a vida, ou seja, a expressão da realidade aprendida, educação e instrução feminina recebidas. Esses espaços estão minuciosamente conectados com as práticas educativas e o que era ensinado produzia uma forma específica de educação e instrução feminina.

A finalidade educativa da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora, a partir dos anos 30, era adequada aos princípios de Dom Bosco: educar a jovem e instruí-la de modo que ao fim tenha uma profissão e possa ganhar honestamente “o pão de cada dia e tenha um futuro seguro” (CAPÍTULO GERAL X, 1934, p. 34). No Programa de Formação (1934, p. 28), a juventude feminina aprendia sobre o gosto pelo trabalho, mas também eram orientadas a reconhecer os trabalhos profissionais produtivos “essencialmente femininos”, ou seja, trabalhos que fossem sempre adequados à dignidade e personalidade feminina. A dignidade é um valor humano que, atribuído ao trabalho feminino, possibilita à mulher o poder de ter uma função produtiva. Assim, as FMA determinavam sob que circunstâncias deveria se dar a formação de uma jovem para o trabalho. Em um tempo em que as mulheres tinham um espaço de realização muito restrito, definido pelos papéis que “a natureza” lhes havia determinado e pela moral imperante na época, a possibilidade de uma formação para o trabalho e estudo contribuiria para alçar todo e qualquer desvio de comportamento que poderia gerar críticas, desqualificação e, até mesmo, marginalização social. Considerando a natureza da Instituição que foi criada especialmente para educação feminina, não podemos deixar de analisar as contradições que envolvem o trabalho e a religião na educação feminina salesiana implementada no Instituto Dom Bosco.

O ofício para qual a juventude feminina pobre era preparada estava condizente com sua condição social. Embora o ensino primário apontasse para uma educação de qualidade, havendo preocupação com os métodos de ensino e aprendizagem das alunas, o ensino noturno oferecido,

especialmente para as operárias, envolvia artes e ofícios próprios para formação da classe feminina pobre, como aprendizado da arte de corte e costura, bordado, porém encontramos nas Crônicas o ensino de atividades no campo das sensibilidades, como pintura e música, mostrando que para a Congregação Filhas de Maria Auxiliadora era importante que a classe feminina trabalhadora também fosse formada na cultura estética. Além disso, a formação no campo da música poderia auxiliar as irmãs na inserção dessas alunas nas obras salesianas. O ensino da pintura não foi contemplado no Plano de Formação de 1934, contudo, em Belém do Pará, ele foi inserido como prática educativa da instituição.

A Congregação Filhas de Maria Auxiliadora contribuiu para auxiliar a mulher a conseguir seu sustento e de sua família, subvertendo uma ordem imposta pela sociedade, na medida em que, sendo trabalhadora, poderia viver do seu trabalho no seu lar ou fora dele. Pautadas nos princípios salesianos da caridade educativa, as FMA compreenderam, de um lado, a importância do trabalho produtivo como meio de sobrevivência feminina e sua família; de outro lado, que era necessário modificar a formação oferecida, pois o que era oferecido, mesmo sendo considerado como um campo de trabalho produtivo, foi reflexo da sociedade tradicional da época, que determinava os espaços apropriados para o trabalho feminino e selecionava em que profissões a classe feminina subalterna deveria se especializar. Para Lopes (2012), o ato de trabalhar surgiu como um meio de satisfazer necessidades humanas, mais especificamente, as necessidades diretamente ligadas à sua sobrevivência, e mesmo ganhando outros significados na sociedade, sempre necessitou ser produzido pelo homem.

As formas como se produz esse trabalho representam o caminho palmilhado para se obter a sobrevivência, modificando-se as formas de ser e viver socialmente, não havendo lugar melhor do que as instituições educativas utilizadas como espaço de socialização e formação entre os séculos XIX e XX, diante de um contexto de modernidade em que “a revolução industrial força a escola a ligar-se, de alguma maneira, ao mundo da produção” (SAVIANI, 2011, p. 23).

Para as congregações religiosas salesianas, o trabalho tem a finalidade de salvar a juventude dos perigos da pobreza, das prisões, conseqüentemente, é instrumento da manutenção da honra e da dignidade humana e da salvação das almas (LENTI, 2013). O ato do trabalho para a Congregação Filhas de Maria Auxiliadora foi representado em uma das conferências no Instituto Dom Bosco com o seguinte tema: “A nossa vida de trabalho nos liberta da tentação e ao mesmo tempo é a nossa penitência” (CRÔNICA DA CASA, 1938, p. 20). Nele, é expressa a representação dupla do trabalho para as FMA: é entendido como prática que as livra da

tentação, pois as mantém ocupadas, bem como as aproximam da conexão com Cristo, pois trabalho é penitência, é purificação das almas.

A natureza da obra salesiana tem relação direta com o trabalho. Ao fazer pessoalmente uma busca detalhada sobre o melhor espaço para fundar uma obra educativa em Belém, Antonio Lustosa não pensou duas vezes: escolheu fincar as bases da obra feminina salesiana no coração industrial de Belém, no bairro do Reduto. Conhecedor que era do contexto político e cultural que se vivia no Brasil, viu oportunidade de sustentação da obra salesiana em um bairro de natureza fabril, altamente comercial, com muitas vilas, porém com certas desvantagens no que dizia respeito à característica do terreno, localizado em uma baixada irregular e com ruas estreitas.

O Instituto Dom Bosco de Belém, a partir da década de 1930, constituiu uma relação escola, trabalho e formação feminina profissional estabelecendo como função social de sua instituição educativa o encorajamento feminino para a preparação de trabalhadoras em que se pudesse civilizar pelo trabalho, realçar aptidões e formar a juventude cristã feminina. Nessa perspectiva, contribuiu para a mudança da mentalidade da época que condicionava o destino das mulheres à maternidade e ao casamento.

Dessa forma, conhecedor das variadas experiências dos salesianos com educação profissional e industrial em diversas regiões do Brasil, e visionário como era, o lugar escolhido por Lustosa não poderia ser outro para a educação de meninas em Belém. Local privilegiado, estava localizado também próximo à grande zona portuária de Belém, sendo assim de fácil acesso para aqueles que chegariam a Belém por meio dos navios, e reduto de indústrias que contemplavam a produção de matérias-primas, como madeira, couro curtido, borracha para exportação, bem como produção de bens para consumo local no campo da alimentação, vestuário, construção civil e calçados.

Sobre o lugar da mulher e da família no Governo Vargas, possuíam papel especial e fundamental no projeto social de nação e educação da infância. Ao tocarmos no elemento trabalho feminino não podemos esquecer que por muitos momentos na relação educação e trabalho, o sentido do trabalho limitou os caminhos da liberdade em diversos momentos da historiografia da formação profissional feminina. O Código Civil de 1916, que considerava o sexo feminino incapaz, vigorou até 1962, e determinava que a mulher casada só poderia trabalhar fora com a autorização do marido. Além desse cerceamento do trabalho, havia um movimento da própria Igreja, como já foi explicado, por meio da Ação Católica que estimulava o retorno da mulher ao lar.

No contexto belenense, espaço de atuação da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora, a mulher trabalhadora não se encontrava totalmente enclausurada em casa, pois ela circulava pelas fábricas, pelas igrejas, pelas praças, pelos educandários, pelos órgãos públicos, pelos hospitais, pelos bancos, pelo comércio, entre outros espaços.

No contexto por nós estudado, constatamos que nos anos 30 e 40 havia uma forte vinculação entre religião, trabalho, educação e saúde em Belém, constituída no pensamento educacional e católico de salesianos, como Antonio de Almeida Lustosa, e nas formas de organizar a educação das Filhas de Maria Auxiliadora. No contexto da educação nacional na Era Vargas, o progresso do país precisava estar vinculado entre ciência, trabalho, religião, educação e saúde. Os órgãos de proteção e assistência formavam um corpo organizado de forma institucional no Governo Vargas.

Para Scott (2013), foi no governo de Getúlio Vargas que surgiram as primeiras políticas públicas de massa voltadas para as populações urbanas, quando se redirecionou a política econômica para o desenvolvimento do mercado interno e para o setor urbano-industrial, sendo medidas desse tempo a criação da carteira do trabalho, consolidação das leis trabalhistas, instituição do salário mínimo, permissão do voto feminino, e uma organização e proteção da família no campo da assistência, da saúde e da educação. Inclusive o próprio Getúlio Vargas materializou, sob o Decreto-lei 3.200, de 19 de abril de 1941, a forma como o Estado deveria educar a infância e a juventude para a família, regulando o destino que seria dado a cada brasileiro e brasileira e impactando diretamente na forma como seria organizada a formação feminina para o trabalho. Para ele

Devem ser os homens educados de modo que se tornem plenamente aptos para a responsabilidade de chefes de família. Às mulheres será dada uma educação que as torne afeiçoadas ao casamento, desejosas da maternidade, competentes para a criação dos filhos e capazes na administração da casa (SCOTT, 2013, p. 11).

Esses valores, legitimados pelo Estado durante toda a metade do século XX, estavam presentes na educação feminina. A escola, a partir de 1930, é vista como caminho para se garantir a unidade nacional, com valores morais, culturais e educativos que cultivassem o amor pátrio e que fossem desenvolvidos nas práticas e saberes escolares do século XX. Sendo as fábricas e indústrias espaços de trabalhos priorizados pelas mulheres operárias e pobres, que, segundo Scott (2013), foram enquadradas pelos dirigentes do país como “potencialmente perigosa” e de “valores familiares fracos” necessitando de reformas nos costumes. Essas mulheres, independentemente de classe social, deveriam restringir-se ao lar e cultivar os valores

familiares modernos e civilizados, sendo-lhes atribuído o papel das mulheres/mães das famílias responsáveis por formar

o “trabalhador ideal” que já sairia de casa com hábitos de rotina doméstica, ciente de suas responsabilidades, sem vícios, adaptado à disciplina do trabalho. Enfim, cabia à mulher manter a família “higienizada” que se pretendia, afinal eram elas, as mães, as responsáveis pela formação de uma descendência saudável, cuidando e vigiando o comportamento e as escolhas de seus filhos e filhas (SCOTT, 2013, p. 10).

A primeira metade do século XX demarca a dinâmica industrial, fabril e comercial de Belém em que possivelmente operárias desempenharam várias funções. Como apontado por Chiaccio e Chiaccio (2017), destacaram-se em Belém, no ápice de sua industrialização, a Fábrica Perseverança, que produzia linhas para pesca, sacarias e algodão hidrófilo; a PHEBO, que produzia artigos de perfumaria; e a Fábrica Palmeira, que se ocupava na produção de doces, massas e chocolates.

O Instituto Dom Bosco de Belém foi um espaço em que circularam operárias que não só receberam uma formação para o trabalho, mas foram inseridas no projeto educativo da Congregação salesiana feminina. Ilustrativo foi o momento “na capela onde ocorreu a comunhão pascal de 300 operárias das seguintes fábricas: Fábrica Phebo, Gráfica Amazônia e Fábrica Renda Priori (importante fábrica de latas da década de 1950), depois da missa foi servido a todos café” (CRÔNICA DA CASA, 1953, p. 72). O ato da comunhão possibilitava que famílias de operárias fossem envolvidas pela Congregação salesiana com mais facilidade, uma vez que essas operárias eram chefes de família e tinham o poder de dirigi-las, pois “ser chefe de família sempre foi traço frequente da mulher pobre brasileira” (MOTTA, 2013, p. 45).

Além disso, as operárias que faziam a adesão à obra salesiana poderiam gerar matrículas de pessoas da sua família na instituição dirigida pela Congregação. Ao final de quase todos os rituais, a Congregação salesiana exercia o hábito de oferecer algo comestível tanto às educandas e oratorianas como às operárias. Na memória registrada pela cronista, mencionada anteriormente, por exemplo, temos servido o café, sendo o ato de se alimentar aqui entendido não só como de saciar a fome, mas de aproximar mentes e corações.

No Instituto Dom Bosco, havia formas de consumo de alimento por nós compreendida como ato social e cultural convencionado, pois a finalidade de alimentar não era só biológica, mas a de construir o laço afetivo de *amorevolezza*, de pertencimento do espaço na sua intimidade, de reunir e acolher. Havia, pois, um poder simbólico constituído na relação do ato de tomar um café, comer um caramelo, tomar um chocolate, que funcionaram como instrumentos de integração social da comunidade local ao instituto (BOURDIEU, 1989).

O poder simbólico constrói a realidade social pertencente à determinada comunidade linguística, artística, religiosa, em que se concorda por meio de uma solidariedade social acerca dos sentidos e representações que circulam nesse meio e que contribuem para a reafirmação e reprodução de ideias e de uma ordem social (BOURDIEU, 1989). O poder simbólico também se manifestou sob a profissionalização feminina e seus espaços de honra. Perrot (2005, p. 252) aponta as funções que foram convencionadas e atreladas como da natureza da mulher durante o século XX, a exemplo telefonista, doméstica, enfermeira, assistente social:

estas profissões colocam em ação as qualidades “inatas”, físicas e morais: flexibilidade do corpo, agilidade dos dedos – aqueles “dedos de fada”, hábeis na costura e no piano, propedêutico do teclado da datilografia e da estenotipista - destreza que faz maravilhas nas montagens eletrônicas de precisão, e até mesmo passividade que predis põe à execução, doçura, ordem.

A preparação feminina para o momento de industrialização está diretamente vinculada com a educação. Isso não significa dizer que elas foram formadas para atuar nas fábricas do ponto de vista profissional nesse período, mas foram organizadas para elas as formas: de se comportar nas fábricas; de trabalhos que se adequavam à condição feminina como ser que educa, assiste e cuida; de seleção dos espaços de honra para o trabalho feminino; de ser mulher trabalhadora dentro do contexto capitalista; e da sociedade moderna em que a mulher buscava inserir-se cada vez mais, especialmente pela escola, e onde papéis de homens e mulheres já eram bem definidos e diferenciados desde o início do século XX na sociedade conjugal, em que mulheres deveriam ser afeiçoadas ao casamento e desejosas da maternidade (SCOTT, 2013).

O movimento da Escola Nova, produto da sociedade de sua época, envolveu além de ideias pedagógicas inovadoras também a formação para o trabalho do ponto de vista prático com distinção de formação entre sexos. Assim, foram realizadas reformas na Constituição que impactaram diretamente na formação da juventude feminina brasileira e na organização da educação de estabelecimentos de ensino públicos e particulares.

No entanto, cabe aqui destacar a importância de se estudar entre os anos de 1930 e 1960 como se deu a profissionalização feminina nesse campo industrial e profissional em diversas instituições educativas que se constituíram pelo viés do imaginário machista, como espaços de excelência e autoridade masculina até pelo menos a década de 1970, quando se promulgou a lei de 1º grau e universalizou-se os campos de profissionalização mais especializados/técnicos em outros segmentos de formação profissional, contando com uma maior abertura e acesso ao público feminino.

As questões discutidas até aqui nos ajudam a afirmar que a formação profissional feminina recebida pelas operárias que circularam no ensino noturno do Instituto Dom Bosco estava contemplada no campo vestuário que já contava com forte presença feminina apontado por Braga (2021), que diante de um contexto industrial urbano belenense foi levado em consideração no momento da escolha da formação que poderia ser ofertado na Instituição dirigida pela Congregação Filhas de Maria Auxiliadora. Agregados a este foi priorizado também o campo de formação da arte aplicada e da música.

Para Motta (2013, p. 45), o momento da Segunda Guerra Mundial no Brasil aumentou as oportunidades de trabalho para as mulheres, mas a ascensão social da mulher pelo trabalho foi lenta, pois “as mulheres não haviam alcançado ainda a independência econômica, que só o trabalho mais bem remunerado lhes daria, como base para conseguir e manter a autonomia social e política”. Contudo, nosso estudo mostra que o campo estava, por um lado, sendo pavimentado por outras mulheres que já dominavam algumas profissões e iriam agir tanto no campo da formação para o trabalho (ensinando em sua instituição educativa o que aprenderam a fazer para sobreviver), como na mudança de mentalidade e da luta pela emancipação econômica feminina no Brasil, seja nas escolas religiosas salesianas, seja nas associações femininas progressistas, seja pelas próprias mulheres cada uma no seu espaço de ocupação e na sua condição social. Por outro lado, a Igreja esboçará a revolução redentora que permitirá a sociedade atingir o seu ideal de harmonia e de justiça social, em que “a viabilidade centrar-se-á na depuração da consciência individual, para deixar-se conduzir por uma coletividade uniformizada e, arraigadamente vinculada às aspirações das instituições” (SOUZA, 1999, p. 25). Nesse sentido, a inclusão do elemento religioso na educação feminina nas instituições educativas assumiu diversas formas durante o século XX.

É importante frisar que questões nacionais políticas também influenciaram nos movimentos sociais locais, tanto do ponto de vista do movimento feminino como do ponto de vista do relacionamento com as questões religiosas. É necessário perceber como essas relações políticas e religiosas envolveram as instituições dirigidas por congregações religiosas para compreender em que medida contribuíram para o projeto de educação da nação, já que congregações religiosas têm em seu projeto de trabalho a preocupação em construir um modelo civilizatório, ou modelo de sociedade em cada contexto local em que se estabelece, criando inclusive diversas disputas locais com os projetos educativos-religiosas implementados de caráter mais progressistas ou mais conservadores.

Seção VIII

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Segundo o espírito de São João Bosco, nas escolas profissionais devem buscar uma educação integral da juventude trabalhadora e, portanto, cuidem disso: uma das maiores práticas exercitadas fielmente desde os primórdios do Oratório em Valdocco, foi o de deixar Deus entrar nos corações dos jovens não só pela **porta da igreja**, mas da **escola** e da **oficina**. Portanto, é necessário dar às filhas uma religião que permeia toda a vida do trabalho, que as ajuda, as encoraja, fortalecê-las e capacitá-las a realizar plenamente a vida cristã na classe social a que pertencem; é necessário inculcar uma fé segura, consistente, prática, que dá às jovens a possibilidade e o desejo de serem salvas e também o desejo de ressuscitar, e elevar toda a classe trabalhadora. Este ponto é o fundamental; a razão primeira de toda iniciativa salesiana, a partir do qual deve se iniciar e a qual todas as outras manifestações devem estar vinculadas (PLANO DE FORMAÇÃO, 1934, p. 16-17, destaques nossos).

O ponto de chegada

A pesquisa realizada no Instituto Dom Bosco de Belém e no Arquivo da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora e triangulada com outras fontes históricas nos ajudaram a analisar como se constituiu a educação feminina pensada e dirigida pelas FMA no Instituto Dom Bosco de Belém, entre 1935 a 1942. Foi possível abordar desde a origem de sua missão educativa enquanto Oratório festivo até sua evolução para espaço escolar oficial institucionalizado e expandido para Belém do Pará que culminou na fundação do Instituto Dom Bosco em razão da articulação do Arcebispo Antonio de Almeida Lustosa.

Diversas motivações levaram o Arcebispo a solicitar a presença da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora na educação feminina em Belém. Destacamos inicialmente a que foi mobilizada com a *Encíclica Illius Magistri*, na qual a Igreja Católica se autointitula responsável pela educação. Dom Lustosa também se movimentou pelos interesses da Congregação salesiana e para reconquistar o espaço político da Igreja, a fim de reconstruir a fé cristã.

Constatamos que o Arcebispo Antonio de Almeida Lustosa é um agente religioso salesiano que chega ao Pará com um projeto civilizatório de recristianização, comprometido com o dever social, pastoral, com a evangelização dos pobres, da imprensa e com as obras de assistência, buscando a reforma do povo paraense na consciência e nos costumes. Dom Lustosa inaugurou um novo modo de entender as manifestações de fé, cultivando uma experiência que orientava para a vida e ampliava o vínculo com o fiel para além da presença deste na igreja, inculcando saberes em lares, paróquias, seminários e escolas.

As fontes do Instituto Dom Bosco de Belém apontam que o Arcebispo estabelecia uma rede de relações com autoridades que culminou com uma grande articulação. Nessa rede de relação estavam autoridades civis da época, como a Diretora de Instrução Pública, Maria Antonieta Serra Freire Pontes; o Interventor Estadual, Magalhães Barata; o Diretor de Instrução Pública, Doutor Miguel Pernambuco; o Diretor de Instrução Pública, Doutor Amazonas de Figueredo; o político Samuel MacDowel; a jornalista, professora de piano, líder católica e membro do Núcleo Paraense pelo Progresso Feminino, Helena Souza, entre outros.

Percebemos que Dom Lustosa fortalecia sua rede de articulação religiosa e política no Pará e proporcionava maior visibilidade às Filhas de Maria Auxiliadora e ao Instituto Dom Bosco, já que alguns desses agentes políticos e religiosos circularam neste educandário. Eles deixaram suas representações documentadas nas Crônicas deste instituto como obra de grande relevância social e educativa no campo do amparo, da formação religiosa e formação profissional voltada para a juventude feminina do Pará, que, depois de receber instrução e educação, poderiam trabalhar honestamente.

Os registros evidenciam que o Arcebispo, ao trazer as FMA para implementar uma obra feminina em Belém, colocava como prioridade o Oratório festivo feminino em razão da grande demanda de crianças que precisavam de educação. Ele arquitetou o pensionato feminino para que as irmãs pudessem se manter inicialmente com alunas internas que pudessem pagar a instituição. Porém, sabemos que, possivelmente, o clérigo já fazia planos futuros para um educandário, já que este costumava ser o passo seguinte, conforme a tradição salesiana de ocupação dos espaços.

Outro possível interesse era que a obra salesiana em Belém fosse um ponto de descanso, organizado para receber as irmãs nas frequentes viagens entre Norte e Nordeste, o que se materializa quando Belém se torna sede da Visitadoria Menor Maria Auxiliadora.

No discurso de Dom Lustosa, há o destaque à contribuição das Filhas de Maria Auxiliadora no processo recristianização social e no projeto de reformar a sociedade belenense na sua consciência e costumes, já que eram salesianas e dominavam as formas de conduzir a educação nos moldes do sistema preventivo, mas guiadas pelas práticas modernas de educação. Nesse sentido, a obra seria de grande importância no Pará, pois possibilitaria arregimentar mais agentes educativos e fortalecer a presença salesiana no Norte do país. E de fato isso aconteceu.

Identificamos que as Filhas de Maria Auxiliadora chegam a Belém na década pós revolução de 30, em fins de 1934. O contexto vivido à época era a busca pela modernidade pedagógica escolar, incentivo ao ensino primário, reformas de prédios, orientação por parte do governo do Pará de práticas pedagógicas voltadas para a escola ativa, inauguração de ambulatórios, criação da Diretoria de Higiene para acompanhar a saúde dos educandos, controle de vacina no ato da matrícula escolar e abertura de escolas de alfabetização noturnas voltadas para os operários.

No âmbito nacional, Getúlio Vargas fomentou a política para formação profissional, almejando que a escola fosse um espaço não só de educação, mas também de aprendizagem para o trabalho, fortalecendo a dualidade no ensino e sua forma excludente, limitando os horizontes de ascensão profissional da pessoa pobre pelos estudos. É fundamental dizer que, na Era Vargas, organizou-se os ministérios da Saúde e da Educação e se providenciou a proteção e direito dos trabalhadores, porém, com relação às mulheres, pouco foi feito para que elas conquistassem pelas vias do Estado sua emancipação ou formação para o trabalho.

Por sua vez, a Igreja movimentou a sociedade conservadora religiosa e seus correligionários, convencendo que o destino da mulher era a maternidade e o casamento, não recomendando o trabalho fora do lar, responsabilizando-a a educar e cuidar da sua família no lar, pois era necessário formar cidadãos religiosos católicos, saudáveis, honestos e laboriosos; cabia a ela também a culpa pelo fracasso da felicidade da família.

Apontamos que os poderes eclesiástico e civil, enquanto instituições de controle social e educativo, buscavam uma unidade para construir o sentimento nacional pelo uso da propaganda, das instituições educativas e das associações, reunindo toda a sociedade em um só projeto de nação, estabelecido num ideário de família, igreja, pátria e trabalho. Todavia, há dissonâncias nesse projeto, organizado para a construção de modelos de comportamentos e nacionalidades, porque alguns podem ser reacionários e outros, mais progressistas dentro de

um mesmo campo religioso, dependendo do papel da formação que direciona os princípios e fundamentos. É nesse contexto que as Filhas de Maria Auxiliadora fundam, em 1935, em Belém, o Instituto Dom Bosco e implementam sua educação feminina inicialmente no âmbito não escolar, realizando as ações no Oratório festivo e experimentando o contexto de Belém; um ano depois, organizaram-se e ampliaram seu campo de trabalho para o ensino primário feminino, a partir de 1936.

Destacamos que nesse período as Filhas de Maria Auxiliadora se encontravam em um momento de reforma da sua finalidade educativa, pois com as mudanças econômicas, políticas e sociais na conjuntura moderna do capitalismo surgem oportunidades para que elas se apropriem e acompanhem o movimento intelectual, econômico, artístico, industrial, e agrícola segundo este contexto capitalista na formação da juventude trabalhadora. É dessa forma que elas inserem a formação profissional feminina em seus educandários, possibilitando a renovação do seu projeto formativo feminino, a partir de 1934, e no Brasil, encontra-se plena expansão para o Norte e iniciam sua construção de representação e referência da mulher trabalhadora na escola.

Identificamos ainda que a organização dos seus educandários dependia da demanda local e de agentes educativos que pudessem formar para o trabalho. Belém do Pará, à época, apresentava a demanda de ensino primário, de formação profissional feminina, de pensionato feminino religioso e de um espaço de lazer com finalidades religiosas para a juventude feminina.

Os princípios e fundamentos do projeto formativo da Congregação feminina se baseavam no sistema preventivo constituído no tripé: razão, *amorevolezza* e religião, ou seja, o ato de julgar e agir nas formas de educar suas alunas seria conduzido pela religião e pelo amor educativo. Reparamos que o plano de formação original, organizado no contexto italiano, aponta que a concepção de educação integral feminina envolveu a formação religiosa adquirida nos princípios salesianos, a educação intelectual oferecida pela escolarização, a formação profissional e a formação doméstica voltada para os ensinamentos da organização da vida no lar. Dessa forma, a juventude feminina recebia uma formação completa, com todos os componentes necessários para viver e conviver na modernidade do século XX, priorizando os campos da religião, trabalho e educação.

O Plano de Formação possuía o princípio religioso de dignidade do trabalho, enquanto ato simbólico do merecimento humano, pois o destino de todo homem e toda mulher é o trabalho, como determinou certa vez o Apóstolo Paulo. Esse lema foi importante para que as

FMA pudessem se apropriar e fazer uso dele para legitimar o seu projeto formativo com as bases fincadas no trabalho feminino.

Nesta esteira, as irmãs se utilizaram das próprias justificativas religiosas para internalizarem nas alunas a razão objetiva sobre a necessidade do trabalho para garantir sua existência material. Com o uso das práticas religiosas, criaram táticas de controle da emoção, da paixão e da vontade, bem como das atitudes no mundo moderno, operando dessa forma também no campo simbólico. Nesses termos, a instituição educativa constitui identidades e opera tanto no campo material, como no espiritual.

Constatamos que, a partir desse projeto formativo, as Filhas de Maria Auxiliadora reorganizaram o seu de acordo com a realidade local, agregando outras formações para o trabalho no Pará, a partir de 1937: ofereceu no Instituto Dom Bosco de Belém o ensino primário da 1ª a 5ª classe equiparado às escolas estaduais; desenvolveu um ensino pautado na pedagogia moderna, mas conservando o sistema preventivo salesiano e as bases religiosas do instituto; e promoveu um ensino híbrido.

Além do oratório festivo e do pensionato, ampliaram a formação profissional de suas alunas por meio dos cursos rápidos do tipo avulsos. Depois de realizar o exame de habilitação prático no próprio instituto, com presença de uma banca avaliadora, conseguiam o diploma que lhes certificava como profissionais reconhecidas e preparadas para o mercado de trabalho. É a partir de 1941 que o Instituto Dom Bosco se autoafirma também como Instituto de Formação Profissional do ponto de vista Estatutário, após algumas experiências formativas na educação feminina belenense. A juventude feminina de Belém foi formada em diversas profissões de cunho profissional: costureiras, bordadeiras a mão e a máquina, datilógrafas, culinárias, artistas da pintura e musicistas.

O cotidiano educativo organizado pelas Filhas de Maria Auxiliadora foi constituído de práticas que sustentaram as bases do processo formativo próprio, a partir principalmente dos marcadores festivos de cunho religioso, combinados com as práticas dos exames escolares, exames de habilitação profissional, com a exposição dos trabalhos e as premiações e diplomações das alunas. Verificamos nos relatos que as práticas religiosas impregnam a forma de viver as experiências educativas no ambiente institucional salesiano, tornando-o mais alegre e festivo.

Identificamos que as festas escolares do Instituto Dom Bosco tinham a função de cultivar o interesse pelos símbolos da pátria, pelo sentimento de nação, pelas práticas religiosas, pela educação artística (canto, poesia, piano, teatro), pela ginástica e pela natureza. Todas essas

formas de expressão cultural e educativa são práticas do contexto do Estado Novo e da Pedagogia Moderna.

As Filhas de Maria Auxiliadora organizaram as práticas educativas em seu educandário com o objetivo de inserir seu público-alvo na cultura nacional, exercitando formas de experimentar a festa escolar salesiana no estado laico. Toda a comunidade escolar era inserida nessa cultura, pois sua programação envolvia o público vinculado às famílias das alunas e aos agentes civis e religiosos que circulavam no Instituto.

As irmãs salesianas se empenharam em organizar um modelo integral de educação da juventude feminina, propondo um sistema educativo experienciado na rotina entre escola, oficina e capela, no qual as alunas, além do ensino oficial, internalizavam regras do conviver, posturas em cada espaço, práticas religiosas e formação utilitária para o trabalho. A principal preocupação das Filhas de Maria Auxiliadora era que a religião fosse experimentada em todos esses espaços diariamente, permeando o trabalho e o estudo, capacitando a jovem para viver a vida cristã na classe social a qual pertencia, principalmente a trabalhadora, no exercício da fé segura, consistente e prática.

A formação religiosa não tinha somente a função de instruir, mas de criar compromisso de obediência aos sacramentos, pois, vinculadas aos rituais religiosos na comunidade do Instituto Dom Bosco de Belém, fomentaram a cultura salesiana, exercitaram o compromisso com a obra, alcançaram o retorno de fiéis à obra (ex-alunas), a ponto de reforçar e restaurar a solidariedade no grupo com a adesão das ex-alunas e outros benfeitores. A reunião e exercício diário das orações, cantos e práticas religiosas corporificaram a instituição no público envolvido. A fé se materializava e era comunicada nas orações, nas apresentações das alunas na escola, na igreja, nas procissões, momentos que ocorriam no ambiente institucional, ora na igreja, ora no espaço estudantil.

Verificamos que as festas religiosas experimentadas no Instituto Dom Bosco eram próprias da cultura da Congregação salesiana, portanto, tinham influência europeia. No caso da devoção mariana, havia na instituição o culto a Santa Maria Imaculada da Conceição e a Santa Maria Auxiliadora, mas não houve, no período histórico demarcado nesta tese, alinhamento com a forte devoção paraense ligada ao Círio de N. Sr.^a de Nazaré. Tradicionalmente, é uma festa que reúne a família, e a Congregação liberava as aulas para ficarem com seus familiares, o que indica que havia compreensão por parte das irmãs nesse sentido, porém não estavam inseridas nessa experiência religiosa.

Ainda no campo das festas, identificamos que o Carnaval foi ressignificado e que as irmãs também providenciavam exercícios religiosos e de adoração para este dia, desenvolvendo

outras formas de diversões incluindo o elemento cristão, a fim de incutir que era possível alegrar-se nessa comemoração longe das ruas. Da mesma forma, o dia de São João Batista foi invisibilizado, pois não havia festa junina; neste dia, as irmãs comemoravam a festa de Nossa Senhora Auxiliadora, reforçando o esquecimento dos momentos culturais populares muito festejados em Belém nessa época, como a realização de arraiais, bingos e fogueira.

Podemos cogitar que todas essas práticas contribuíram, de um lado, para a depuração do catolicismo popular e esquecimento das tradições locais, tendo forte impacto na cultura de uma comunidade; de outro lado, para que as irmãs desenvolvessem suas ações preservando a cultura e tradição católica vinculadas a sua Congregação, perpetuando suas memórias religiosas de geração em geração, já que a escola é reduto de alto poder formativo. Assim, essas ausências se explicam possivelmente por se tratar de uma congregação de origem europeia, como mencionamos, cujas bases religiosas remetem à devoção a santos que não os locais, e na tentativa apresentar suas práticas religiosas, invisibilizam o catolicismo popular.

Indubitavelmente, a Congregação Filhas de Maria Auxiliadora muito contribuiu para a formação da mulher trabalhadora do Brasil da metade do século XX, em um momento em que se lutava pela emancipação feminina em diversos campos, como o social e o econômico. As FMA entenderam o valor do trabalho na vida da juventude feminina, da mesma forma que Berta Lutz e outras mulheres lutaram pelo direito do trabalho à época, pois para ambos os grupos o trabalho tem a função de garantir condições de subsistência à mulher, para que ela mesma possa prover o seu sustento e de sua família.

Inferimos que as Filhas de Maria Auxiliadora, enquanto autoridades religiosas e professoras, puderam ampliar seus horizontes que, no século passado, estavam limitados, pela condição material e por questões políticas, à possibilidade de aprendizagem da leitura, da escrita e da costura. No Pará dos anos 30, elas já são normalistas, professoras dos saberes da cozinha e corte e costura, tecelãs, tesoureiras, professoras do campo da arte aplicada (desenho, pintura, crochê e tricô) e da educação doméstica, contabilistas, datilógrafas, secretárias, musicistas, bibliotecária, diretoras, ecônomas, sacristãs, assistentes de alunas e assistentes de oratório. Elas trabalharam, estudaram, formaram-se e formaram outras mulheres, contribuindo na emancipação econômica feminina e pavimentando o caminho para que outras mulheres pudessem construir as referências do trabalho feminino no Pará.

Identificamos que o ensino profissional noturno voltado para a educação feminina nos anos de 1937 possibilitou outras formas de trabalho para operárias, certamente de uma condição social pobre, representando a chance para que elas pudessem aprender uma profissão que poderia lhes conferir o domínio de um saber e a independência financeira, pois o ato de trabalhar

dependeria somente delas na produção de seu saber e de suas táticas no campo de oferta dos serviços. Nesses modos, o saber viraria trabalho que se materializa em produto ou serviço, que pode ser vendido, doado, ensinado a outras mulheres na rede de sociabilidade educativa salesiana feminina.

Consideramos que as Filhas de Maria Auxiliadora tiveram um papel enquanto representação feminina fundamental no incentivo do gosto feminino pelo trabalho e pelo estudo no período histórico de nossa pesquisa, uma vez que elas redirecionam seus campos de formação em Belém, ampliando as possibilidades de formação profissional, avaliando a conjuntura econômica à época com forte potencial comercial e de serviços e percebendo a ausência de instituições que pudessem realizar formação profissional feminina.

Essa cultura de formar para uma profissão para além do lar contribuiu para o progresso feminino, uma vez que a jovem formada poderia inserir-se economicamente no campo produtivo. Vale ressaltar que não encontramos nos documentos indícios sobre a ideia conservadora que condiciona o destino da mulher ao casamento ou a maternidade; isso pode ser explicado pela intencionalidade que há na condição existencial da Congregação: formam trabalhadoras, mas também são sementeiras de vocação!



Fontes documentais e Referências

1. Fontes documentais

a) Documentos da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora

CAPÍTULO GERAL X, 1934. Arquivo Geral da Congregação, Turim. Acessado em
CAPÍTULO GERAL XI, 1947. Arquivo Geral da Congregação, Turim.

CATÁLOGO DA VISITADORIA MENOR [Maria Auxiliadora] DO BRASIL, 1937. In Catálogo Geral da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora: Novo continente. Turim. 1937

CRONISTÓRIA. Vol. 4: A herança de Madre Mazzarello passa às mãos de Madre Daghero (1881- 1984). Organizada por Giselda Capetti. São Paulo: Gráfico e Editores Ltda, 1988.

MANUAL DAS FILHAS DE MARIA AUXILIADORA, 1908. Fundada em 1872 pelo Venerável João Bosco, Turim, Tip. Salesiana. Arquivo Geral da Congregação FMA.

MANUAL DAS FILHAS DE MARIA AUXILIADORA, 1950. Impresso: Industria Gráfica Siqueira S/A. São Paulo.

b) Memória Biográfica Mortuária das FMA

ANZELIERO, Giovanna. Memória biográfica mortuária das FMA falecidas em 1988. Roma: Instituto Filhas de Maria Auxiliadora, 2013, p. 58.

_____; MAIOLI, Elisabetta. Memória biográfica mortuária das FMA falecidas em 1988. Roma: Instituto Filhas de Maria Auxiliadora, 2013, p. 160.

CAVAGLIÀ, Piera; MAGNABOSCO, Armida. Memória biográfica mortuária das FMA falecidas em 1997. Roma: Instituto Filhas de Maria Auxiliadora, 2022, p. 186.

MAGNABOSCO, Armida; NEPI, Adriana Memória biográfica mortuária das FMA falecidas em 1980. Roma: Instituto Filhas de Maria Auxiliadora, 2010, p. 224.

_____. Memória biográfica mortuária das FMA falecidas em 1992. Roma: Instituto Filhas de Maria Auxiliadora, 2016, p. 357.

SECCO, Michelina. Memória biográfica mortuária das FMA falecidas em 1970. Roma: Instituto Filhas de Maria Auxiliadora, 2004, p. 474.

_____. Memória biográfica mortuária das FMA falecidas em 1951. Roma: Instituto Filhas de Maria Auxiliadora, 1998, p. 428.

_____. Memória biográfica mortuária das FMA falecidas em 1945. Roma: Instituto Filhas de Maria Auxiliadora, 1996, p. 257.

_____. Memória biográfica mortuária das FMA falecidas em 1965. Roma: Instituto Filhas de Maria Auxiliadora, 2001, p. 209.

PLANO DE FORMAÇÃO, 1934. Arquivo Geral das Filhas de Maria Auxiliadora. Turim.

REGULAMENTO PARA AS CASAS DE EDUCAÇÃO DAS FILHAS DE MARIA AUXILIADORA (PARA AS ALUNAS), 1932. Arquivo Geral das Filhas de Maria Auxiliadora, Turim.

c) Instituto Dom Bosco de Belém

Carta de Lustosa, 1934.

CRÔNICA DA CASA, 1934. Arquivo das Filhas de Maria Auxiliadora, Belém.

CRÔNICA DA CASA, 1935. Arquivo das Filhas de Maria Auxiliadora, Belém.

CRÔNICA DA CASA, 1936. Arquivo das Filhas de Maria Auxiliadora, Belém.

CRÔNICA DA CASA, 1937. Arquivo das Filhas de Maria Auxiliadora, Belém.

CRÔNICA DA CASA, 1938. Arquivo das Filhas de Maria Auxiliadora, Belém.

CRÔNICA DA CASA, 1939. Arquivo das Filhas de Maria Auxiliadora, Belém.

CRÔNICA DA CASA, 1940. Arquivo das Filhas de Maria Auxiliadora, Belém.

CRÔNICA DA CASA, 1941. Arquivo das Filhas de Maria Auxiliadora, Belém.

CRÔNICA DA CASA, 1942. Arquivo das Filhas de Maria Auxiliadora, Belém.

ESTATUTO DO INSTITUTO DOM BOSCO, 1941. (Catálogos Cíveis-Estatutos), Arquivo do Centro de Memória Belém.

Fotografia do Arquivo do Instituto Dom Bosco de Belém, s/d Arquivo da Congregação FMA Belém/ Instituto Dom Bosco.

Fotografia da Capela e Escola do Instituto Dom Bosco de Belém dirigido pela FMA Belém, 2019. Arquivo da Congregação FMA Belém/ Instituto Dom Bosco.

Fotografia Preparadas para uma festa – Belém – Arquivo físico FMA Belém, 193-. Arquivo da Congregação FMA Belém/ Instituto Dom Bosco.

Fotografia do Ensino Primário no Instituto Dom Bosco, 193-. Arquivo da Congregação FMA Belém/ Instituto Dom Bosco.

Fotografia da primeira comunhão das alunas do Instituto Dom Bosco. arquivo da FMA -Belém, s/d. Arquivo da Congregação FMA Belém/ Instituto Dom Bosco.

LIVRO DE USO COSTUMEIRO, 1954. Arquivo das Filhas de Maria Auxiliadora, Belém.

d) Jornais e Revistas

4.000 Menores Perambulam em Nossa Capital. Jornal **A Província do Pará.**, 26 abr. 1947.

Associação Brasileira de Educação: Uma Conferência da professora Freire Pontes – A educação no Pará. **Jornal do Commercio (RJ)**, edição 248, p.4. 20 jul.1935. Arquivo da Hemeroteca Digital.

Associação Comercial do Pará. **Jornal O Paiz**, 1930, p.18, 3 out. 1930. Arquivo da Biblioteca Nacional Digital.

Actividades da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino. **Jornal Diário da Manhã (Pe)**, Edição 322, p.14. 22 mar. 1936.

CERQUEIRA, Eugênia da Gama. O problema do trabalho feminino. *In*: SEMANA DE AÇÃO CATÓLICA. São Paulo, 1934, p. 15-24.

Como se começa? Sois pobre? Aspirais uma posição no commercio? **Jornal O Estado de São Paulo**, p.13. 17 mar. 1918. Disponível em <https://www.estadao.com.br/acervo/> Acesso em 20 jul.2022.

Escola de 'dactylographia' existe até hoje. **Jornal Folha de São Paulo**, p.1, 19 fev. 1996. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/2/19/brasil/36.html>. Acesso em 20 jul.2022.

Instituto Dom Bosco. **Jornal A Folha do Norte**, “paginação irregular”. 04 Jan. 1937. Centro Cultural e Turístico Tancredo Neves- Setor da Hemeroteca, Belém.

Novos Datilógrafos. **Jornal Pacotilha (MA)**, edição 00024, p.4. 29 jan. 1920, Arquivo da Biblioteca Nacional Digital.

Revista Belém Nova, 1927.

Revista Quero, 1943, p.2-3, nº57.

Revista Quero, 1946, p. 37, nº 73-74.

Sem título. **Jornal O Liberal**, Belém, 17 e 23 de maio de 1976 IN: LUSTOSA, Antonio de Almeida. No estuário amazônico: à margem da visita pastoral. Belém: Conselho Estadual de Cultura do Pará, 1976.

e) Documentos Conciliares, Encíclicas e Cartas Pastorais

CPAL. Concilio Plenario de la America Latina. **Título V – De los Sacramentos**. Roma: CPAL, 1900a. Disponível em: <http://www.mercaba.org/CELAM/conci-01.htm>. Acesso em: 10 abr. 2022.

CPAL. Concilio Plenario de la America Latina. **Título X – De la Doctrina Cristiana**. Roma: CPAL, 1900b. Disponível em: <http://www.mercaba.org/CELAM/conci-01.htm>. Acesso em: 10 abr. 2022.

CPAL. Concilio Plenario de la America Latina. **Título XIV – De la Doctrina Cristiana**. Roma: CPAL, 1900c. Disponível em: <http://www.mercaba.org/CELAM/conci-01.htm>. Acesso em: 10 abr. 2022.

LUSTOSA, Antonio de Almeida. **Carta pastoral sobre o art.146**, [s.l.]: [s.n.]. 1937, p. 4-5.

PAPA LEÃO XIII. **Rerum Novarum**, 1891. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html. Acesso em: 21 fev 2023

PAPA PIO XI. **Divini Illius Magistri**. 1929. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_31121929_divini-illius-magistri.html. Acesso em: 21 fev 2023.

f) Livros

BOSCO, Terésio. **Madre Mazzarello**. 7. ed. São Paulo: Salesiana, 2002.

BOSCO, São João. **Memórias do Oratório de São Francisco de Sales 1815-1855**. Tradução: Fausto Santa Catarina. Edição revista e ampliada, aos cuidados de Antônio da Silva Ferreira. Brasília: Editora Dom Bosco, 2012.

BRAIDO, Pedro. **Prevenir, não reprimir: o Sistema Preventivo de Dom Bosco**. LAS. Roma. 1999.

_____. **Dom Bosco, padre dos jovens no século da liberdade**. São Paulo: Salesianas, 2008. v. 1.

LENTI, Arthur J. **Dom Bosco: história e carisma**. Tradução de José Antenor Velho. Brasília: Editora Dom Bosco, 2012. v. 1. (Origem: dos Becchi a Valdocco 1815-1849).

_____. **Dom Bosco: história e carisma**. Tradução de José Antenor Velho. Brasília: Editora Dom Bosco, 2013. v. 2 (Expansão: de Valdocco a Roma 1850-1875).

LUSTOSA, Antonio de Almeida. **No estuário amazônico: à margem da visita pastoral**. Belém: Conselho Estadual de Cultura do Pará, 1976.

_____. Herói Obscuro (1935). In: TABORDA, Radagasio. **Crestomatia: excerptos escolhidos em prosa e verso – Dos melhores escritores brasileiros e portugueses**. 6. ed. Porto Alegre: Livraria do Globo: Porto Alegre, 1937a.

_____. Férias (1935). In: TABORDA, Radagasio. **Crestomatia: excerptos escolhidos em prosa e verso – Dos melhores escritores brasileiros e portugueses**. 6. ed. Porto Alegre: Livraria do Globo: Porto Alegre, 1937b.

_____. Bem feito (1935). In: TABORDA, Radagasio. **Crestomatia: excerptos escolhidos em prosa e verso – Dos melhores escritores brasileiros e portugueses**. 66. ed. Porto Alegre: Livraria do Globo: Porto Alegre, 1937c.

_____. **Pastoral em prol da saúde corporal e espiritual dos nossos diocesanos do interior**. Belém: Livraria Pará, 1935.

_____. Dom Macedo Costa: Bispo do Pará. Biografia. Rio de Janeiro: Cruzada da Boa Imprensa, 1938.

RAMOS, Dom Alberto Gaudencio. **Cronologia Eclesiástica do Pará. Arcebispo do Pará**. Belém: Gráfica Falangola, 1985.

SILVA, Antenor de Andrade. História da Inspeção Salesiana do NE do Brasil – ISNEB: Panorama Histórico da Inspeção Salesiana do NE. do Brasil. 1882-2015. [s.l.]: [s.n.]. 2015?. Disponível em <https://www.docsity.com/pt/1-historia-da-inspecao-salesiana-do-ne-do-brasil/9396460/>. Acesso em 15 jul. 2022.

g) Leis e Documentos Oficiais

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 29 jun. 2022.

_____. Lei n 259, de 1º de outubro de 1936. Torna obrigatória, em todo o país, nos estabelecimentos de ensino na e associações de fins educativos, o canto do Hino Nacional.

_____. Constituição (1937). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm. Acesso em: 30 jun. 2022.

Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, 1937. Dossie do Arquivo Nacional. Fundo: Código de Referência: BR RJANRIO Q0.ADM, CPA.TFE, TXT.3. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/login.asp>. Acesso em: 20 out 2022.

Lembrança da Semana de Educação de Araraquara, 1935. Coleção da Associação Brasileira de Educação: Fundo: Mário Augusto Teixeira de Freitas. Código de Referência: BR_RJANRIO_RR_0_ENI_ABE_0009_d0001de000. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/login.asp>. Acesso em: 20 out 2022.

PARÁ. Decreto n. 235, de 26 de março de 1931: dá nova organização ao ensino primario do Estado. Belém, PA: Oficinas Graphicas do Instituto D. Macedo Costa, 1931.

h) Cartas pessoais de Madre Mazzarello

CARTA 1 1874, POSADA, 1992, p .64. *In:* POSADA, Ester. CARTAS de Santa Maria Mazzarello. Cofundadora do Instituto das Filhas de Marisa Auxiliadora. Inspetoria Maria Mazzarello – 1992-Belo Horizonte-Brasil. Arquivo da Congregação FMA.

CARTA 5 1876, POSADA, 1992, p. 51-52. *In:* POSADA, Ester. CARTAS de Santa Maria Mazzarello. Cofundadora do Instituto das Filhas de Marisa Auxiliadora. Inspetoria Maria Mazzarello – 1992-Belo Horizonte-Brasil. Arquivo da Congregação FMA.

CARTA 14 1878, POSADA, 1992, p. 71. *In:* POSADA, Ester. CARTAS de Santa Maria Mazzarello. Cofundadora do Instituto das Filhas de Marisa Auxiliadora. Inspetoria Maria Mazzarello – 1992-Belo Horizonte-Brasil. Arquivo da Congregação FMA.

CARTA 22 1879, POSADA, 1992, p. 88-89. Arquivo da Congregação (C 23). (POSADA, 1992, p. 27). *In:* POSADA, Ester. CARTAS de Santa Maria Mazzarello. Cofundadora do Instituto das Filhas de Marisa Auxiliadora. Inspetoria Maria Mazzarello – 1992-Belo Horizonte-Brasil. Arquivo da Congregação FMA.

CARTA 24 1879, POSADA, 1992, p. 96. *In:* POSADA, Ester. CARTAS de Santa Maria Mazzarello. Cofundadora do Instituto das Filhas de Marisa Auxiliadora. Inspetoria Maria Mazzarello – 1992-Belo Horizonte-Brasil. Arquivo da Congregação FMA.

CARTA 66 1881, POSADA, 1992, p. 171. *In:* POSADA, Ester. CARTAS de Santa Maria Mazzarello. Cofundadora do Instituto das Filhas de Marisa Auxiliadora. Inspetoria Maria Mazzarello – 1992-Belo Horizonte-Brasil. Arquivo da Congregação FMA.

CARTA 67 1881. POSADA, 1992, p. 172. *In*: POSADA, Ester. CARTAS de Santa Maria Mazzarello. Cofundadora do Instituto das Filhas de Marisa Auxiliadora. Inspetoria Maria Mazzarello – 1992-Belo Horizonte-Brasil. Arquivo da Congregação FMA.

i) Cartas Circulares da Congregação FMA

CARTA Nº 165, 1933. Arquivo da Congregação/Itália.

CARTA Nº 175, 1934. Arquivo da Congregação/Itália.

CARTA Nº 174, 1934. Arquivo da Congregação/Itália.

CARTA Nº 181, 1935. Arquivo da Congregação/Itália.

CARTA Nº 200, 1937). Arquivo da Congregação/Itália.

CARTA Nº 220, 1939. Arquivo da Congregação/Itália.

CARTA Nº 265, 1943. Arquivo da Congregação/Itália.

CARTA Nº 268, 1943. Arquivo da Congregação/Itália.

CARTA Nº 272, 1943. Arquivo da Congregação/Itália.

CARTA Nº 303, 1946. Arquivo da Congregação /Itália.

j) Álbuns

Álbum da Companhia Pará Electric entre 1933 e 1934. Acervo do Laboratório Virtual da FAU ITEC UFPA. Disponível em: <https://fauufpa.org/acervo-digital/>. Acesso em: 20 fev. 2023.

Álbum do Pará, 1939: organizado sob os auspícios do governo do Estado e com o apoio da Associação Comercial do Pará, sendo interventor federal S. Excia. o Sr. Dr. José Carneiro da Gama Malchel: organizador e editor Hildebrando Rodrigues. Belém, PA : Typographia “Novidades”. 252 p. 1939.

Álbum memorial do Instituto Dom Bosco. Arquivo da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora, Belém do Pará, s/d.

Almanak Laemmert. Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ), 1938. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imanak/313394>. Acesso em: 25 fev. 2023.

k) Anuários, Estatísticas e Verbetes

Anuário Estatístico do Brasil, 1934-1949. Acervo Digital do IBGE: <https://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/educacao.html>

Anuário Estatístico do Brasil, 1938-1941-Ensino primário geral. Acervo Digital do IBGE: <https://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/educacao.html>

Anuário Estatístico do Brasil, 1938-1941. Ensino primário geral-Unidades Escolares. Acervo Digital do IBGE: <https://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/educacao.html>

Anuário Estatístico do Brasil, 1938-1941. Ensino primário geral-Categorias de Ensino. Acervo Digital do IBGE: <https://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/educacao.html>

CPDOC. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Acervo. **BARATA, Magalhães.** S.d. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joaquim-de-magalhaes-cardoso-barata>. Acesso em: 21 mai 2022.

CPDOC. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Acervo. **PERNAMBUCO FILHO, Miguel José de Almeida.** Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pernambuco-filho-miguel-jose-de-almeida>. Acesso em: Acesso em: 19 jun. 2022.

IBGE. Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

IBGE. Recenseamento Geral do Brasil, II volume. 1940.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. **A mulher na História.** Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2004.

ALMEIDA, Núbia Ferreira. O colégio salesiano em juazeiro do norte e o projeto Educacional do padre cícerio: os benfeitores da Juventude (de 1939 aos anos de 1970). Tese. Universidade Federal do Ceará. 2011.

ALVES, Laura Maria Araújo. Presença da infância e da criança no Almanaque de Lembranças Luso-brasileiro (1855-1910). **Anais** do XI Encontro Maranhense de História da Educação, 2018.

ALVES, Laura Maria Silva Araújo. Proteção Assistência à infância desvalida do Pará (1912 – 1934). Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, 9., Universidade de Federal da Paraíba. João pessoa, 2012.

ANDRADE, Ana Maria Mauad de Sousa. **Sob o signo da imagem:** A Produção da Fotografia e o Controle dos Códigos de representação Social da Classe Dominante, no Rio de Janeiro, na Primeira Metade do Século XX. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense. 1990.

ANGHEBEN, Vera Lúcia Zamberlan. **A ginástica rítmica na corporeidade dos acadêmicos de educação física:** relações entre o pensar, falar e agir com o corpo. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

_____. **O corpo, a ginástica rítmica e a corporeidade:** relações entre o pensar, o falar e o agir com o corpo. Porto Alegre: Nova Prova, 2009.

AZZI, Riolando. **As Filhas de Maria Auxiliadora no Brasil:** Cem anos de História (1917-1942) - Vol. II - A Consolidação do Instituto. São Paulo: Centro Cultural Tereza D´Ávila, 2002.

_____. **As Filhas de Maria Auxiliadora no Brasil: Cem anos de História (1917-1942).** Vol. III. A Expansão do Instituto. São Paulo: Centro Cultural Tereza D'Avila, 2003.

_____. **Notas para o Centro Dom Vital.** Rio de Janeiro: Paulinas, 2001.

_____. **A neocristandade: um projeto restaurador.** São Paulo: Paulus, 1994.

_____. O episcopado brasileiro frente à Revolução de 1930. **Revista Síntese**, v. 5, n. 12, 1978.

_____. O início da Restauração Católica no Brasil: 1920-1930. **Síntese Política Econômica e Social – nova fase**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 10, p. 61-89, maio/ago, 1977.

BACELLAR, Carlos. Uso e mal uso dos arquivos (in): PINSKY, Carla Bassanezi. (org). Fontes Históricas. 2.- São Paulo Contexto, 2008.

BALDIN, Marco Antonio. O Cardeal Leme e a construção da ordem política católica (1930-1942). 2014. Tese (doutorado). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2014.

BASTOS, Péricles Antônio Barras. **De Escolas de Aprendizes Artífices à Escola Técnica Federal do Pará.** Belém: CEFET, 1984.

BATISTA, Marllon Sérgio Soares. **História e educação: o papel do professor na era Vargas (1930-1945).** 2021. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

BECKER, Irmã Maria de Lourdes. As Filhas de Maria Auxiliadora no Brasil e no Estado de São Paulo. **Revista em Família**, São Paulo, ano 40, n. 49, jan.-abr. 2017.

BENCOSTTA, Marcus Levy. Desfiles patrióticos: memória e cultura cívica dos grupos escolares de Curitiba (1903-1971). In: VIDAL, Diana (Org.). **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971).** Campinas: Mercado de Letras, 2006, V.1, p. 299-321.

BENJAMIN, Walter. Passagens. Traduções de Irene Aron e Cleonice P. B. Mourão e organizado por Willi Bolle e Olgária Matos. 1. Edição. 1ª reimpressão. Belo Horizonte: Editora da UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

BETETTO, Heliton. Uma História de 70 anos... Histórico da fundação e evolução do Instituto de Serviço Social, hoje Faculdades Paulista de Serviço Social São Paulo e de São Caetano do Sul. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 103, p. 591-595, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282010000300010>. Acesso em: 25 jan. 2023.

BITTENCOURT, Faneide Pinto França. **Escola doméstica Nossa Senhora da Anunciação: a formação de meninas para servir a Deus, a Família e ao Lar – Ananindeua/PA (1949-1971).** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2016.

BITTENCOURT, Agueda Bernardete. A era das congregações: pensamento social, educação e catolicismo. **Pro-Posições**, v. 28, n. 3 (84), set/dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2016-0117>. Acesso em: 15 mar. 2020.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **Introdução à história**. Lisboa: Europa América, 1997.

BOAS, Villas Alex; SIENNA, Ernesto L. Catolicismo social europeu, Rerum Novarum e primazia do reino de Deus nas origens do catolicismo de esquerda na América Latina. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 11, n. 32, p. 11-51, 2018.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

BOFF, Leonardo. Um atraso no ajuste de contas da Igreja. **O Estado de São Paulo**, 07 abr. 2005, Especial, p. H6. Disponível em: https://www.google.com/search?q=Um+atraso+no+ajuste+de+contas+da+Igreja.+O+Estado+de+S%C3%A3o+Paulo&rlz=1C1FCXM_pt-PTBR992BR992&oq=Um+atraso+no+ajuste+de+contas+da+Igreja.+O+Estado+de+S%C3%A3o+Paulo&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOdIBBzgwN2owajeoAgCwAgA&sourceid=chrome&ie=UTF-8. Acesso em: 20 out. 2022.

BOMENY, Helena Maria Bousquet. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no estado novo. *In*: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 137-166.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BOURDIEU, Pierre. O camponês e seu corpo. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 26, p. 83-92, jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n26/a07n26.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2020.

_____. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **A Dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

_____. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **Le senspratique**. Paris: Minuit, 1980.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON Jean Claude. A Reprodução – elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora.1975.

BRAGA, Marcos Lucas Abreu. Mulheres nas Agitações Trabalhistas em Belém entre 1918 a 1919: nas greves, nos sindicatos e na imprensa operária. **Gênero na Amazônia**, Belém, n. 19, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/generoamazonia/article/view/13322>. Acesso em: 19 jul. 2022.

CALLOU, Maria Lucirene Sousa; ALVES, Laura Maria Silva Araújo. Entre a educação, a saúde e a religião: Antonio de Almeida Lustosa e os cuidados educativos com a saúde da criança e da família paraense (1935). **Cadernos de História da Educação**, v. 21, n. Contínua, p. e084,

2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/65152>. Acesso em: 5 nov. 2022.

CÂMARA, Sônia. **Reinventando a escola: o ensino profissional feminino na Reforma Fernando de Azevedo de 1927 a 1930**. Rio de Janeiro: Quartet; Faperj, 2013.

CANO, Wilson. **Getúlio Vargas e a formação e integração do mercado nacional**. XI ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL – ANPUR. Salvador, 23-27 de maio de 2005.

CÂNDIDO, Renata Marcílio. Garantir o interesse e a atividade da criança: as festas escolares e o ideário renovado de ensino (finais do século XIX e primeiras décadas do século XX). **Horizontes**, v. 39, n. 1, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.24933/horizontes.v39i1.1077>. Acesso em: 10 jun. 2022.

CARVALHO, Carlos Henrique. Escola nova, educação e democracia: o projeto Francisco Campos para a escola em Minas Gerais. **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 34, n. 2, p. 187-198, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/17421/pdf>. Acesso em: 01 fev. 2023.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Pedagogia da Escola Nova, produção da natureza infantil e controle doutrinário da escola. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JR., Moysés (Orgs.). **Os Intelectuais na História da Infância**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 373-408

_____. **Reformas da instrução pública: 500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. Anísio Teixeira: Itinerários. In: SEMINÁRIO “UM OLHAR SOBRE ANÍSIO. Mesa Redonda “Política Educacional”, Rio de Janeiro, 3 set. 1999. Rio de Janeiro, UFRJ/CFCH/PACC, Fundação Anísio Teixeira, 1999.

_____. **Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

CASTRO, Michele Guedes Bredel. Uma retrospectiva da formação de professores: histórias e questionamentos. In: SEMINÁRIO DA REGULAÇÃO EDUCACIONAL E TRABALHO DOCENTE. 6., 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32582/18717>. Acesso em: 17 mai. 2022.

CAULFIELD, Sueann. **Em Defesa da Honra: Moralidade, Modernidade e Nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas: Unicamp, 2000.

CELLARD, André. A Análise Documental. In: POUPART, Jean *et al.* (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

CAVAGLIA, Piera. **EDUCAZIONE E CULTURA PER LA DONNA** La Scuola «Nostra Signora delle Grazie» di Nizza Monferrato dalle origini alla riforma Gentile (1878-1923). LAS ROMA.1990.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

_____. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. **História Cultural: entre práticas e representações**. 2. ed. Tradução de Marcia Manoela Galhardo. Lisboa, Portugal: Difel, 2002.

CHIACCHIO, Marcílio Alves. A trajetória da perfumaria Phebo em Belém. **História Econômica & História de Empresas**, v. 22, n. 1, p. 41-77, 2019. Disponível em: <https://www.hehe.org.br/index.php/rabphe/article/view/573>. Acesso em: 20 jan. 2020.

_____; CHIACCHIO, Jayne Isabel da Cunha Guimarães. A Indústria paraense: uma análise da trajetória da Fábrica Perseverança, Perfumaria Phebo e Fábrica Palmeira. **Anais do XII Congresso Brasileiro de História Econômica**. Niterói, 28 a 30 de agosto 2017.

CHIOSSO, Giorgio. A imprensa pedagógica e escolar na Itália entre o século XIX e XX. **Revista História da Educação**, v. 23, e84270, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/84270>. Acesso em: 19 jun. 2022.

COELHO, Maricilde Oliveira. **A escola primária no Estado do Pará. (1920-1940)**. 2008. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CORAT, Larissa; ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de. Análise da concepção de corpo na ginástica rítmica: um estudo dos manuais de 1932 a 1958. **Record - Revista de História do Esporte**, v. 5, n. 1, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Record/article/view/710>. Acesso em: 19 jun. 2022.

CORRÊA, Ana Maria Maciel. **A trajetória de uma educadora e sua produção didático-pedagógica: Ester Nunes Bibas e a educação do Pará**. 2017. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

CORRÊA, Ana Maria Maciel; PAIXÃO, Carlos Jorge. Rompendo o silêncio e a ocultação da mulher Ester Nunes Bibas: educadora e escritora na história da educação do Pará (1888-1972). **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 4, 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/46519>. Acesso em: 19 jan. 2023.

COSTA, Benedito Gonçalves. **A educação de meninas órfãs, desvalidas e pensionistas no Asilo de Santo Antônio, no pastorado do Bispo D. Antônio de Macedo Costa em Belém – Pará 1878 – 1888**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Pará, Belém, 2014.

COSTA, Mauro Gomes da (Org.). **A ação dos Salesianos de Dom Bosco na Amazônia**. Brasília, Distrito Federal: Editora Dom Bosco, 2009.

_____. A institucionalização e o disciplinamento de crianças indígenas nas missões salesianas do Amazonas/Brasil (1923-1965). **Revista Brasileira de História da Educação** 21, n. 1. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4025/10.4025/rbhe.v21.2021.e186>. Acesso em: 15 jan. 2022.

COSTA, Verônica Albano Viana. **Entre imagens e palavras: educação e nacionalismo no Estado Novo (1937-1945)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

CRISTO, Moises Levy Pinto. **Labirintos da memória: experiências educativas de ex-internos da Colônia de Marituba/PA (1940-1970)**. Programa de Pós graduação em Educação. Dissertação. Belém, 2019.

CUNHA, Luiz Antônio. Ambiguidade ideológica na universidade: os estudos de problemas brasileiros. **Revista do CFCH**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 10-33, jun. 2010.

_____. Sintonia Oscilante: Religião, Moral e Civismo no Brasil – 1931/1997. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 131, p. 285-302, maio/ago. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000200004>. Acesso em: 15 fev. 2023.

_____. **O Ensino de ofícios nos primórdios da Industrialização**. São Paulo: Unesp, 2000.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação nas constituições brasileiras. *In*: BASTOS, Maria Helena Câmara; STEPHANOU (Orgs.). **Histórias e memórias da educação**. Vol III. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021, p. 17-28.

COSTA, Mauro Gomes da. A institucionalização e o disciplinamento de crianças indígenas nas missões salesianas do Amazonas/Brasil (1923-1965). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 21, n. 1, p. e186, 25 jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/55047>. Acesso em: 28 jul. 2022.

DA MATA, Possidônio. A Igreja católica na Amazônia da atualidade. *In*: HOORNAERT, Eduardo. **História da Igreja na Amazônia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992, p. 341-365.

DALABRIDA, Norberto. Das escolas paroquiais às PUCs: república, recatolização e escolarização. *In*: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil - Vol. III – Século 20**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021, p. 77-86.

DAMASCENO, Alberto. Notas sobre a educação paraense na Segunda República. **Revista HISTEDBR**, Campinas, v. 15, n. 62, p. 229-241, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640504>. Acesso em: 11 abr. 2022.

DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. *In*: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

DOMÍNGUEZ, Pablo Álvarez; VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. A primeira comunhão feminina entre dois lados do oceano. (Brasil e Espanha): imagens arquivadas de educação e religião A primeira comunhão feminina entre dois lados do oceano. **Cadernos de História da Educação**, v. 20, p. 1-22, e044, 2021 Disponível em: <https://doi.org/10.14393/che-v20-2021-44>. Acesso em: 15 jan. 2022.

DOURADO, Rosiane de Jesus. **As formas modernas da mulher brasileira: décadas de 20 e 30 do século XX**. 2005. Dissertação (Mestrado em Artes e Design). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ECO, Umberto. **Psicologia do vestir**. Lisboa: Assírio e Alvim. 1989.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma História dos costumes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ESCOLANO, Agustín. Arquitetura como programa. Espaço, escola e currículo. *In*: FRAGO, Antonio Viñao; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 19-47.

FALEIROS, Vicente de Paula. A infância e processo político no Brasil. *In*: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FERNANDES, Juliana Chiarini Balbino. Os centros de interesse lidos em manuais do ensino primário: há saberes aritméticos? **Dialogia**, São Paulo, n. 38, p. 1-10, e19503, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/19503>. Acesso em: 15 jan. 2022.

FERNANDES, Tânia Maria D. Varíola: doença e erradicação. *In*: NASCIMENTO, Dilene R. do; CARVALHO, Diana M. de (Orgs.). **Uma história brasileira das doenças**. Brasília: Paralelo 15. p.211-228. 2004, p. 211-228.

_____; CHAGAS, Daiana Crús; SOUZA, Érica Mello de. Varíola e vacina no Brasil no século XX: institucionalização da educação sanitária. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 16, n. 2, Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000200011>. 2011. Acesso em: 15 jan. 2022.

FILHO, Ramos Wilson; ALLAN, Nasser Ahmad. A Doutrina Social da Igreja e o Corporativismo: A Encíclica Rerum Novarum e a Regulação do Trabalho no Brasil. **Revista eletrônica [do] Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, Curitiba, v. 6, n. 59, p. 42-65, maio 2017. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12178/106889>. Acesso em: 25 nov. 2022.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. *In*: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 510-553.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Revista Pesquisa & Debate**, SP, volume 15, n. 2(26), pp. 225-256. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/11934.2004>. Acesso em 24 jun. 2022.

FONTES, Edilza Joana Oliveira. Cultura e política dos anos trinta no Brasil e as memórias do interventor do Pará, Magalhães Barata (1930 – 1935). **Revista Estudos Políticos**, v. 4, n.8, 2013/02. Disponível em: https://periodicos.uff.br/revista_estudos_politicos/article/view/38810. Acesso em: 15 jan. 2022.

FRAGO, Antonio Viñao. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. *In*: FRAGO, Antonio Viñao; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 58-39.

FREITAG, Bárbara. **Escola, estado e sociedade**. 7. ed. São Paulo: Centauro, 2005.

GIDDENS, A. A Constituição da Sociedade. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Editora Livraria Martins, 2003.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Brasília: FGV, 2005.

_____. O 15 de novembro. *In*: GOMES, Ângela, PANDOLFI, Dulce e ALBERTI, Verena. (orgs). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2002, p. 13-29.

GOMES, Jefferson de Oliveira. **Características da usinabilidade de aços inoxidáveis austeníticos SAE 304 e SAE 316 com a variação dos parâmetros metalúrgicos**. 1996. Dissertação (Mestrado em Engenharia Mecânica). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

GOUDINHO, Liliane do Socorro Cavalcante. **Mulheres em ação... (católica) Belém (1939/1947)**. 2005. Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

GUIMARÃES, Marcos Denilson. Os saberes a ensinar desenho para a Escola Normal do Maranhão: um encaminhamento pelas finalidades de ensino, 1905-1934. **Histemat**, v. 6, n. 2, p. 98-116, 2020. Disponível em: <https://histemat.com.br/index.php/HISTEMAT/article/view/314>. Acesso em: 15 jan. 2022.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

HORTA, José Silvério Baia. **O Hino, o sermão e a ordem do dia; regime Autoritário e a educação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

_____. A educação na Itália fascista (1922-1945). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 19, n. 1, p. 47-89, jan./abr. 2009. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2238-00942009000100003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 15 jan. 2022.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa – Lexicografia**. São Paulo: Instituto Antônio Houaiss; Objetiva, 2001.

JURKEVICS, Vera Irene. **Os santos da igreja e os santos do povo: devoções e manifestações de religiosidade popular**. 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

KUHLMANN JR., Moysés; LEONARDI Paula. História da Educação no quadro das Relações Sociais. **Revista História Da Educação**, Porto Alegre, v. 21, n. 51, p. 207-227, jan./abr., 2017. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/asphe/article/view/66163>. Acesso em: 15 jan. 2019.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão *et al.* Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LEONARDI, Paula; BITTENCOURT, Agueda Bernadete. De documento religioso a fonte histórica: as atas do I Concílio Plenário da América Latina. **Revista Educação e Filosofia**, v. 30, n. 59, p. 135-158, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/REVEDFIL.issn.0102-6801.v30n59a2016-p135a158>. Acesso em: 15 jan. 2019.

LICARI, Saverio. **O ícone: uma escola de oração**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

LIMA, Alexandre Martins de. Revisitando o cotidiano: Belém na memória da geração de 1930. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 1, n. 3, 2013. Disponível em: <https://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/article/view/39>. Acesso em: 15 jan. 2019.

LOPES, Aline Ferreira. **Raízes da precarização do trabalho na sociedade capitalista e suas expressões contemporâneas**. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2012.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **A Igreja Católica no Brasil República: cem anos de compromisso: 1889/1989**. São Paulo: Paulinas, 1991.

MACIEL, Elisângela. **Igreja de Manaus, porção da Igreja Universal: a Diocese de Manaus vivenciando a romanização (1892-1926)**. Manaus: Valer, 2014.

_____. **A Atuação do Laicato Romanizado: a Pia União das Filhas de Maria e a Ação Católica em Manaus (1926-1957)**. In: IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL BRASIL NO SÉCULO XIX. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 4 a 6 de outubro de 2021.

MAGALHÃES, Justino. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: SOUSA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denice Bárbara (Orgs.). **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras, 1998, p. 51-68.

_____. **Tecendo Nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

_____. A construção de um objecto do conhecimento histórico. Do arquivo ao texto – a investigação em história das instituições educativas. *Educação Unisinos*, São Leopoldo, v. 11, n. 2, p. 69-74, maio/agosto 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=449644443002>. Acesso em: 15 dez. 2022.

MAGALHÃES, Justino. **Da cadeira ao banco: escola e modernização (séculos XVIII–XX)**. Lisboa: Educa; Unidade de I&D de Ciências da Educação, 2010.

_____. A instituição educativa na modernização do local. *Perspectiva histórico-pedagógica*. **Rivista di Storia dell’Educazione**, v. 5, n. 1, p. 41-55, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.4454/rse.v5i1.130>. Acesso em: 15 dez. 2022.

MAGGI, Bruno. **Trabalho, tecnologia e organização**. São Paulo: Blucher, 2007.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil 1916-1985**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Magia, Ciência e Religião**. Lisboa: Edições 70, 1984.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação da Antiguidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortez, 1992.

MARCASSA, Luciana. A Educação Física face ao projeto de modernização do Brasil (1900-1930): as histórias que se contam. **Pensar a Prática**, v. 3, p. 82-95, jun. 2000. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/16027/9833>. Acesso em: 15 dez. 2022.

MARTINI, Cristiane Oliveira Pisani. **Regule-se, exercite-se, embeleze-se**: pedagogias para o corpo feminino pelo discurso da revista ALTEROSA (1939-1964). 2017. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

MENDES, Mayara Silva. **Conflitos Religiosos e relações políticas no Pará (1930 – 1941)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

MIRANDA, Laise Evangelista de. **Entre a educação e o trabalho**: os processos de emancipação judicial de mulheres em Belém (1945-1964). 2021. Monografia (Graduação em História). Universidade Estadual do Pará, Belém, 2021.

MOLINA, Ana Heloísa. Fenômeno Getúlio Vargas: estado, discursos e propagandas. **História & Ensino**, Londrina, v. 3, p. 95-112, abr. 1997. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/12697>. Acesso em: 25 jun. 2022.

MORGANTE, Mirela Marin; NADER, Maria Beatriz. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. **Anais do XVI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA da ANPUH-Rio: Saberes e Práticas Científicas**. Rio de Janeiro, 28.07 a 01.08.2014.

MOTTA, Alda Britto da. Mulheres velhas. Elas começam a aparecer... *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 43-52.

MOURÃO, Leila. **Memória da indústria paraense**. Belém: Federação das Indústrias do Estado do Pará/SESI/SENAI/IDERPA/IEL, 1989.

NAGLE, Jorge. A educação na primeira república. *In*: FAUSTO, Boris (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III – O Brasil Republicano – Sociedade e Instituições (1889-1930). v.9, 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 288-318.

NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. *In*: DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 482-509.

OLIVEIRA, Agildo Santos Silva de. **A construção do projeto didático de antologias escolares do Império Brasileiro e da Primeira República**: uma abordagem dialógica. 2019. Tese (Doutorado em Letras). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

OLIVEIRA, Alessandra Nunes de. **Entre Livros e Impressos, o Bibliotecário nos Bastidores da Censura**: uma abordagem indiciária do Nazismo ao Estado Novo em Belém, PA – Brasil (1930-1945). 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Faculdade de Biblioteconomia). Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

OLIVEIRA, Camilla Vanessa Chagas Peixoto. **Instituto Santa Catarina de Sena: incursões educativas na formação de meninas em Belém do Pará (1903-1960)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

OLIVEIRA, Stella Sanches de. **Implantação e organização do curso ginásial no sul de Mato Grosso: expressões de um projeto de modernização (1917-1942)**. 2014. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2014.

OLIVEIRA, Taiana de. **Relações de gênero e primeiro-damismo: as experiências da legião brasileira de assistência (1940-1950)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Faculdade de História). Universidade do Extremo Sul Catarinense – Unesc, Criciúma, 2018.

PACHECO, Agenor Sarraf; MELO, Josiane Martins. **Letras Viajantes: um excursionista entre populações afroindígenas na Amazônia**. ISSN: 2526-544X. Alagoas. Ufal, 2015.

PACHECO, Tatiana do Socorro Corrêa. **Infância, crianças e experiências educativas no Educandário Eunice Weaver em Belém do Pará (1942-1980)**. Programa de Pós-graduação em Educação. Tese. Belém, 2017.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades. **Iere Journée d'Histoire des Sensibilités**, EHESS 4 mars 2004. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/229?Lag=pt&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2023.

PETRI, Eliane Anschau. **Madre Mazzarello comunicadora**. Brasília: Edebê Brasil, 2019.

PIMENTA, Adriene Suellen Ferreira. **Educação de meninas no Orfelinato Paraense**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Pará, Belém, 2012.

PIMENTA, Adriene Suellen Ferreira; FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de. O desabrochar da flor da caridade e a formação de mulheres no orfanato Antônio Lemos. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 18, n. 49, p. e10758, 2022. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/10758>. Acesso em: 17 nov. 2022.

PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

POMBO, Rocha. **Dicionário de sinônimos da língua portuguesa** 2. ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2011.

POSADA, Maria Esther. **Cartas de Santa Maria Domingas Mazzarello**. Co-fundadora do Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora. Belo Horizonte: Instituto Maria Mazzarello, 1992.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista – Brasil 1890-1930**. São Paulo: Paz & Terra, 1985.

REIS, Maria Cândida D. **Textura de destinos: mulher e educação: São Paulo 1910/20/30**. 1991. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1991.

RIZZINI, Irene. Crianças e menores: do pátrio poder ao pátrio dever. Um histórico da legislação para a infância no Brasil. *In: RIZZINI, Irene Rizzini; PILOTTI, Francisco (Orgs.). A Arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 97-150.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 22. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999.

ROSA, Josineide. **Os interesses e ideologias que nortearam as políticas públicas na educação no governo vargas 1930-1945: o caso do espírito santo**. Dissertação (Programa de Pós-graduação em História). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Educação: mulheres educadas e a educação de mulheres**. *In: Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 162-174.

ROUX, Rodolfo R. de. La romanización de la Iglesia católica en América Latina: una estrategia de larga duración. **Pro-Posições**, v. 25, n. 1 (73) | p. 31-54 | jan./abr. 2014.

SABINO, Elianne Barreto. **A assistência e a educação de meninas desvalidas no colégio nossa senhora do amparo na província do Grão-Pará (1860-1889)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2013. Universidade Federal do Pará.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores associados, 2008.

_____. Tendências e correntes na educação brasileira. *In: MENDES, D. T. (Org.) Filosofia da educação brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

_____. **História, educação e transformação: tendências e perspectivas para a educação pública no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. (Coleção Memória da educação)

_____. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas: Editora Autores Associados, 2013.

SCHEMES Claudia; DOBLER Graziela. A representação da mulher nos anos 1940 em Novo Hamburgo/RS. **Revista Conhecimento Online**, Novo Hamburgo, a. 7, v. 2, 2015.

SCHWARTZMAN, Simon. A política da Igreja e a educação: o sentido de um pacto. **Revista Religião e Sociedade**, 13/1, março 1986, p. 108-127.

_____; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SCOTT, Ana Sílvia. Família: o caleidoscópio dos arranjos familiares. *In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 8-22.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. 2. ed. Trad. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: S.O.S Corpo, 1995.

SILVA, Tayana Helena Cunha. **Práticas Educativas das Congregações Filhas de Sant'Ana e Irmãs de Santa Doroteia na Formação de mulheres em Belém do Pará (1906-1927)**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

SILVA, Ursula de Carvalho. **História da indumentária**. Araranguá: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Araranguá, 2009.

SILVA, Paulo Julião da. A igreja católica e a questão educacional no Brasil durante a era Vargas. **Anais do XII Encontro Estadual de História. História, Memória e Patrimônio**. Universidade Federal do Rio Grande -FURG, Rio Grande- RS. 2012. Disponível em: http://eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1346280564_ARQUIVO_textoparaaanpuh-rs.pdf. Acesso em: 25 mai. 2022.

SOARES, José Rômulo. Atualidade dos fundamentos da escola nova na educação brasileira. **Revista Educação em Debate**. Ano 26. V I - N.º. 47 – 2004.

SOBREIRA, Gabriel Vitorino. **O Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social**. 2014. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

SOUSA, Rosana de Fátima Padilha de. **Reduto de São José: história e memória de um bairro operário (1920-1940)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

SOUSA, Rosana de Fátima Padilha de. Reduto 1920-1950: Aspectos históricos e iconográficos de um bairro operário. **Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão**. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008, p. 1-9.

SOUZA, José Edimar de “Madre benícia” nas memórias de uma professora: O álbum de recordações de Cléris Becker. **Revista História & Ensino**, Londrina, v. 23, n. 2, p. 133-154, jul./dez. 2017.

SOUZA, José Edimar de; GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos. História da Educação: instituições e processos de escolarização: um modo de apresentação. **História Unicap**, Recife, v. 2, n. 4, p.151-153, jul./dez. 2015.

SOUZA, Rosa Fátima de. Tempos da infância, tempos de escola: a ordenação do tempo escolar no ensino público paulista (1892-1933). **Educação e Pesquisa**, v.25, n.2, jul./dez. 1999.

_____. **Alicerces da Pátria: História da Escola Primária no Estado de São Paulo (1890-1976)**. Campinas: Mercado das Letras, 2009.

SOUZA, Ricardo Luiz de. **Festas, procissões, romarias, milagres: aspectos do catolicismo popular**. Natal: IFRN, 2013.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **A formação da classe operária inglesa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

VEIGA, Cynthia Greive. Educação estética para o povo. In: VEIGA, Cynthia Greive; LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 399-421.

VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos Punir ou vigiar? Formando professores “pacíficos, esclarecidos e humanos” na Escola Normal do século XIX. In: LOPES, Sonia de Castro; CHAVES, Miriam Waidenfeld (Orgs.). **A história da educação em debate: estudos**

comparados, profissão docente, infância, família e igreja. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2012, p. 101-120.

YASBECK, Maria Carmelita. A Escola de Serviço Social no período de 1936 a 1945. **Cadernos PUC**, n. 6, p. 11-60, 1980.